



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVI SUP. B AO Nº 43, TERÇA-FEIRA, 6 DE ABRIL DE 2021

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PODEMOS-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - (cargo vago)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

José Roberto Leite de Matos

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÃO TEMPORÁRIA DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19

Ata da 1ª Reunião, realizada em 3 de março de 2021	4
Ata da 2ª Reunião, realizada em 8 de março de 2021	13
Ata da 3ª Reunião, realizada em 11 de março de 2021	41
Ata da 4ª Reunião, realizada em 15 de março de 2021	96
Ata da 5ª Reunião, realizada em 17 de março de 2021	159
Ata da 6ª Reunião, realizada em 18 de março de 2021	182
Ata da 7ª Reunião, realizada em 22 de março de 2021	239
Ata da 8ª Reunião, realizada em 25 de março de 2021	283
Ata da 9ª Reunião, realizada em 29 de março de 2021	325
Ata da 10ª Reunião, realizada em 29 de março de 2021	370



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às treze horas e cinquenta e dois minutos do dia três de março de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob as Presidências dos Senadores Confúcio Moura e Otto Alencar, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Styvenson Valentim e Izalci Lucas, e ainda dos Senadores não membros Vanderlan Cardoso, Jorge Kajuru e Marcos Rogério. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Wellington Fagundes e Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação e Eleição do Presidente da Comissão. **Resultado:** Realizada a Instalação da Comissão e eleitos o Senador Confúcio Moura Presidente e o Senador Styvenson Valentim Vice-Presidente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador CONFÚCIO MOURA

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/03/03>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Temporária interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus (Covid-19), inclusive a sua situação fiscal, e execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia.

A presente reunião destina-se à instalação e à eleição para o cargo de Presidente.

Instalada a Comissão, esclareço que o uso da palavra para esta reunião remota será feita de acordo com a ordem de inscrição, através do uso da função "levanta a mão" do aplicativo, sendo que em primeiro lugar falarão os membros da Comissão e, em seguida, os não membros.

Passamos agora à eleição para o cargo de Presidente.

Há indicação pela Liderança do MDB, o maior partido do Senado Federal, do nobre Senador Confúcio Moura. MDB. Não há o Vice aqui, só o candidato a...

Não tenho o Vice ainda, Confúcio. Quem é o Vice? *(Pausa.)*

Vamos indicar quem para Vice?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Pela ordem.) – Vamos botar o Styvenson Valentim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Como?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O Styvenson Valentim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O ilustríssimo Styvenson Valentim para Vice-Presidente da Comissão.

Então, eu vejo que não há outra chapa para concorrer, e, se concorresse, perderia por unanimidade, porque os dois são muito fortes aqui no Senado Federal. Os dois são queridíssimos Senadores, e não haveria a menor chance de alguém se insurgir contra uma chapa dessa natureza.

Então, não havendo outra, eu coloco a chapa Confúcio Moura e Styvenson Valentim para a apreciação dos Srs. Senadores e Senadoras e pergunto se estão de acordo para que eles sejam Presidente e Vice-Presidente.

Os membros da Comissão podem se manifestar. *(Pausa.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Como todos concordaram, estão eleitos, por unanimidade, o Senador Confúcio Moura e o Senador Styvenson Valentim para presidir a Comissão Covid-19, que foi feita pelo Requerimento 105, de 2021, do Senado Federal.

Com a concordância do Plenário, declaro eleitos os dois Senadores.

E, nos termos regimentais, eu já convido o Senador Confúcio Moura e o Senador Styvenson Valentim para que eles possam, já de agora, comandar os trabalhos desta Comissão, que eu julgo da maior importância, até porque, nesta Comissão, nós poderemos discutir, inclusive, convidando os atores que estão envolvidos no caso dessa pandemia, que assusta a todos nós, para que possamos inquirir, perguntar e tomar as informações necessárias para o bom andamento da ação do Governo Federal nesse caso que é tão importante.

Considero, na minha opinião, como também deve ser a dos outros Senadores, sobretudo a do Presidente Confúcio Moura, que também é médico e conhece bem a Medicina, como eu conheço profundamente, porque trabalhamos junto das pessoas de menor poder aquisitivo, ao longo das nossas vidas, e nós sabemos que há uma deficiência muito grande, um insumo, um único insumo, exclusivo insumo que resolve a doença, que é a vacina. Essa é uma doença redutível por vacina.

O Confúcio deve ter comandado campanha de vacinação, como eu comandeí na Bahia aqui, ao longo do período em que fui Secretário de Saúde, e eu creio que, se a vacina for aplicada corretamente na população, logo, logo, nós teremos, com a imunização da população, um silêncio epidemiológico muito grande, para tranquilizar o povo brasileiro. E silêncio epidemiológico, para vocês que não conhecem, é o fato de não haver registro, depois da vacinação, de nenhum caso da doença, como é o caso da poliomielite, que hoje está, no Brasil, em silêncio epidemiológico; o sarampo, que tem surto isolado aqui ou ali, varia; todas essas doenças redutivas por vacina.

Portanto, passo a palavra ao nosso Presidente, o Senador Confúcio Moura, e também para o nosso Vice-Presidente, Styvenson Valentim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado a todos os colegas Senadores por essa aclamação do meu nome para presidir a Comissão, uma imensa responsabilidade. Estou muito agradecido a todos os senhores e as senhoras presentes.

Nos termos regimentais, a Presidência, em breve, indicará o Relator. Então, eu vou entrar em contato com os partidos, bem rapidinho, para que possam nomear, até amanhã, o Relator, porque, na segunda-feira, nossas reuniões serão sistematicamente às 9h da manhã, às segundas-feiras – serão reuniões rápidas – e às quintas-feiras, porque realmente eu observei que esses dois dias são dias mais vagos, não coincidem com as demais responsabilidades e compromissos que nós temos no Senado. São muitas, muitas, há gente que está em três, quatro Comissões, há o Plenário... Então, 9h a gente começa, e



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

há hora de começar e hora de terminar. Eu sempre inicio rigorosamente na hora certa. Então, ele vai ligar para todos.

E até na próxima eu terei que nomear o Relator, mas não vou impor a candidatura, vou consultar. E ele tem que apresentar, segunda-feira, para nós todos, o plano de trabalho da Comissão. É lógico que ele deve procurar a nós todos para buscar sugestões. Todos nós devemos opinar como deve proceder esta Comissão nos 120 dias. Então, tem que ser um trabalho intensivo. Nós temos que nos fazer respeitar e temos que dar respostas ao Plenário toda semana. Toda semana eu vou escolher um dos membros da Comissão para falar ao Plenário do Senado o que nós fizemos da semana anterior, para que todo Senador fique sabendo do trabalho da Comissão.

Então, sobre o Relator, nós vamos consultar os partidos e teremos o nome até amanhã. Aí, vamos montar um grupo no WhatsApp, com o nome da Comissão, e todos os senhores estarão nele, para já optar, para conversarmos no grupo e tomarmos decisões extremamente rápidas. Assim sendo, sem mais delongas, o Relator terá a responsabilidade de apresentar o plano de trabalho para a gente aprovar, rejeitar ou emendar.

Consulto se algum dos Senadores ou Senadoras presentes gostaria de fazer uso da palavra neste momento. É preciso levantar a mão ou chamar.

Ouvi a voz da Rose? É só levantar a mão, por favor.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode falar, Rose. Pode falar. Está com a palavra.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Pela ordem.) – Estou falando.

Primeiro saúdo a todos os colegas. Enquanto o Otto estava elogiando o meu cabelo, eu queria agradecer, mas não havia som. Muito obrigada.

Antes de mais nada, quero dizer o seguinte: esta Comissão é vital para a continuidade das ações do Congresso, principalmente do Senado, porque não coadunam as informações – eu desabafo muito com o Otto, no auge da minha ansiedade, da minha angústia de ver, como todos os brasileiros, pessoas morrendo cotidianamente e o número a que chegamos hoje, de 1.726 pessoas –, eu acho que há uma distonia qualquer aí nesse processo que a gente não consegue entender, porque o que diz o Ministro não bate com as informações dos laboratórios. Quanto àquilo que a ciência pede, solicita, clama, que é a compra de vacinas, nós não temos as informações verídicas, nós não temos nota, não temos o Ministério dizendo "comparamos tanto em tal lugar, chegará em tal época...". Não temos isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com o convite que eu fiz ao Ministro – que fizemos, todos apoiaram – e agora, com a Presidência da Anvisa, nós temos que colher o maior número de dados, para que a gente possa conferir as informações e responder à sociedade brasileira.

Até poucos dias atrás, todos os noticiários diziam assim: o que o Congresso está fazendo não está ajudando, o que o Congresso deixou de fazer também não ajuda, e nós passamos a fazer parte da culpa nacional, pelo não andamento das atitudes mais importantes, para que a gente possa enfrentar.

Então, eu quero reiterar a minha confiança – viu, Presidente Confúcio? – no seu trabalho, quero me colocar à disposição... Eu não sei nem quem me colocou como suplente, mas eu já pedi para ser titular. Nesta Casa não tem muito esta coisa de a gente trabalhar onde quer; a gente trabalha onde empurram, e a gente, lá da senzala, trabalha em todas as áreas. Mas eu gostaria muito de ser titular desta Comissão, porque eu gostaria muito de colaborar. Acho que posso fazer como suplente também, mas, por certo, há algumas prerrogativas que a gente poder ter como titular. Estou à disposição.

Precisamos deste trabalho, e ele tem que ser exatamente como o senhor está falando, de prestar ao Plenário as informações necessárias, para saber o que que esta Comissão de Covid, acompanhamento e tudo o mais, pode fazer para ajudar o Brasil e os brasileiros.

É isso. Muito obrigada.

Nós temos alguém entre nós de uma ampla sabedoria, entendimento e humanidade, que é o Senador Otto, e eu tenho por ele admiração. Eu só acho que ele fica rezando para eu não ligar para ele e perguntar mais nada. Eu já falei: "Ó, na última, se eu pegar Covid, vocês chamem o Otto, porque ele é quem vai me salvar de verdade!". *(Risos.)*

Muito obrigada. E sorte para todos nós!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ele salvou até o Kajuru quando caiu no Plenário. Ele, Otto, foi que correu e o socorreu.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – É verdade...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O Cid também.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – É o coração dele!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O Cid também desmaiou lá, e foi o Otto que deu socorro na hora, e ele ficou bom rápido. Foi excelente!

Mais algum Senador deseja fazer uso da palavra? Mais algum Senador? *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Kajuru, Styvenson Valentim – que é o Vice –, Vanderlan, Izalci Lucas...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Pois não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente, o que a nossa Rose falou não corresponde à verdade: eu tenho o maior prazer em conversar com ela. Ela tem uma memória espetacular e tem um compromisso social muito grande. Talvez, entre as pessoas que eu conheci no Senado, é a com maior compromisso social. Com todas as teses que ela sempre defendeu, sempre foi muito vibrante, muito convicta. Aprovamos projetos dela no ano passado – foram aprovados, no Senado –, da lavra dela.

Mas, Rose, na hora em que você ligar, quando eu não atender é porque eu estou em outra ligação, ou em algum vídeo, alguma *live*... Daqui a pouco, eu vou fazer uma *live* com os diretores da Coca-Cola – Victor Bica, que é muito amigo meu –, sobre essa questão lá da Comissão de Assuntos Econômicos, que eu vou presidir agora e para a qual quero a colaboração de todos. Sempre fui muito acessível.

Quando eu fui para a política, Rose, eu fiz o seguinte juramento, que deve ter sido o mesmo de Confúcio: eu vou estar de plantão como eu estava no pronto-socorro. Chegou? Anestesia, bota na sala, opera e sai andando, não há problema nenhum! (*Risos.*)

Bota uma placa, uma Haste Küntscher, opera o cara, e o cara vai embora andando. Não tem negócio de fazer como clínico e psiquiatra não, que pedem exames, e o paciente volta com 90, 120 dias, dois meses, um ano, e aí o cara já está liquidado. Não. O meu negócio é o seguinte: se mandou para mim, bota na sala, e eu opero, que é o melhor método que eu conheci na política, que é o mesmo do cirurgião – botar na sala e resolver o problema do cara.

Portanto, eu sou muito acessível com todos vocês. Tenho uma admiração muito grande por todos e um carinho maior ainda, porque tenho uma relação muito próxima e muito amistosa com todos. Portanto, coloco-me à disposição do nosso Presidente e de todos vocês para colaborar naquilo que for possível.

Sr. Presidente, obrigado.

E a palavra volta ao seu domínio aí.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Muito obrigado, muito obrigado.

Olhem bem, até amanhã eu preciso do Relator, gente! O Relator tem que fazer esse plano de trabalho, e nós não temos muito tempo não. Nossa Comissão é um trabalho intensivo, não é? É terapia intensiva mesmo aqui, nosso trabalho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não havendo mais ninguém...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Opa... Styvenson?

Com a palavra Styvenson. Pode falar, meu Vice-Presidente poderoso! (*Pausa.*)

Libere o seu som.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Libere o som e fale.

Pode falar, Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Liberou o som? Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estou ouvindo. Pode falar. Está bom.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Agradecer por ter essa oportunidade (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O seu áudio está ruim, Styvenson. O seu áudio não está bom.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Mas ouviu? (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Agora está bom. Já ouvi.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Pronto. (*Falha no áudio.*)

... também a oportunidade de contribuir, trazendo respostas à sociedade (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Kajuru, está com a palavra. (*Pausa.*)

Senador Kajuru, pode falar. Estamos te ouvindo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Presidente Confúcio, amigo, me ouve?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estou ouvindo bem, muito bem.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Pela ordem.) – Desculpa, em função de vídeo, pela minha questão ocular, já melhorando, tirando os pontos da minha córnea, mas eu não poderia ficar ausente deste momento, por alguns motivos. Primeiro, tem aí, como a gente brincou e é verdade, o Otto de Deus, que salvou a minha vida e a de tanta gente na Bahia. É o Otto de Deus. Vê-lo na Presidência é para mim emocionante. Alguém pode dizer: "Mas, Kajuru, ele não é médico". É sim, senhor, e é de Goiás. Ele se formou em Goiás, no meu Estado. Portanto, capacidade maior não há. Embora, o forte de V. Exa. – e olha que eu não chamo ninguém de V. Exa., hein? Estou te chamando agora –, Confúcio, é educação. Você para mim é hoje o Darcy Ribeiro dos nossos novos tempos. Não é a saúde, mas, como é médico, não há dúvida da sua presença nesse nosso trabalho.

O Vice-Presidente, que é meu irmão, o Styvenson, não é médico, ele nunca operou uma galinha. Ele não sabe nada de Medicina, mas tem uma vantagem. Qual? O caráter, a independência dele.

Eu apenas queria concluir, Presidente, me colocando à sua disposição. Eu adoraria ser o Relator. Eu me sinto preparado para isso e viveria 24 horas por conta dessa relatoria, mas eu sei que eu não sou querido no Senado, eu sou odiado no Senado. Pouca gente gosta de mim e eu também gosto de pouca gente, zero a zero. Então, eu sei que de repente vou perder essa chance, mas eu adoraria ser Relator por causa de formar uma equipe com homens da integridade de vocês, Presidente Confúcio – enquanto a sua secretária fala com o senhor aí.

Abraço, parabéns e vamos em frente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Kajuru, tenho que ver aqui o seu partido. Aqui na minha relação não aparece a indicação, não está registrado ainda.

Cidadania, né?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Sim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É só pedir para eles colocarem seu nome aqui na relação, que tem todos. O seu partido e o Democratas não indicaram ainda os membros. O PT também não indicou membro. Então, até amanhã a gente fica...

Eu vou consultar o pessoal. Não sou eu que vou indicar o Relator, de jeito nenhum, não vou ter essa responsabilidade, mas a gente vai consultar os partidos, ouvir o pessoal. Nós podemos...

Eu gostaria muito que fosse escolhido até amanhã para dar tempo de elaborar o plano de trabalho para segunda-feira já estar trabalhando; aprovar o plano de trabalho para a gente ganhar tempo.

Então, até amanhã a gente dá a resposta. Eu vou consultar os partidos. Eu não sei qual é o critério para isso, se há disputa, se tem um ou se tem outro. Se for, a gente vai para o voto. Mas vai atrasar um pouquinho. Mas, como você é candidato, pode apresentar o plano de trabalho. Você já é o primeiro candidato. No plano de trabalho a gente pode dar sugestões também, e você apresentar o plano de trabalho e disputar, se houver outro. Na segunda-feira, às 9h, a gente faz essa seleção, já com o plano de trabalho apresentado previamente. É isso que nós vamos fazer.

Quero avisar aqui que os membros que eu tenho aqui são: Senadores Ciro, Styvenson, Otto Alencar, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, como titulares. E, como suplentes, há a Rose, Daniella Ribeiro, Izalci e Nelsinho Trad. Estão vagos alguns suplentes também. Então, estou precisando desses nomes na página do Senado. Se puderem entrar hoje para que eu possa encaminhar, fazer o grupo, e a gente já ir discutindo o Relator, para que saia logo até amanhã, porque segunda-feira temos de trabalhar, às 9h.

Está bom, Kajuru, assim?

Gente, há mais algum Senador que deseja fazer uso da palavra? *(Pausa.)*

Muito bem.

A Presidência informa aos Srs. Parlamentares que a apresentação de proposições e documentos legislativos deverá ser feita remotamente – há uma comissão no Senado para isso –, vedada a entrega presencial de documentos, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 13 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 12 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às nove horas e hum minuto do dia oito de março de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Ciro Nogueira, Rose de Freitas, Daniella Ribeiro, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Otto Alencar, Wellington Fagundes, Zenaide Maia e Randolfe Rodrigues, e ainda dos Senadores não membros Vanderlan Cardoso, Esperidião Amin e Carlos Fávaro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Apresentação e Deliberação do Plano de Trabalho. Finalidade:** Apresentação e Deliberação do Plano de Trabalho. **Resultado:** Aprovado Plano de Trabalho. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Plano de Trabalho Autoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/03/08>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Um bom-dia a todos!

Dando abertura à nossa primeira reunião desta Comissão, a gente precisa dar um apoio grandioso para ela, devido ao desafio que nós estamos vivendo no Brasil.

Mas, antes de começar a ler o ritual aqui, o protocolo, eu vou passar a palavra para o Senador Espiridião Amin, para saudar as mulheres neste dia especial, o Dia Internacional da Mulher.

Então, Amin, em nome de toda a nossa Comissão, você está com a palavra para homenagear, em nome de nós todos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Bom, eu quero agradecer a distinção, afinal, eu não sou membro da Comissão. Eu apenas desejo participar sempre que possível, pela relevância do trabalho que a nossa Comissão do Congresso, presidida também pelo Senador Confúcio Moura, desempenhou.

E agora, saudando a todos os Senadores que eu vislumbro, o Senador Wellington, que é o Relator; o Senador Ciro Nogueira, Presidente do nosso partido; o Senador Izalci, e a Senadora Zenaide, que apareceu aí há pouco, bem como o Styvenson. Acho que esta Comissão tem que começar, neste dia, homenageando, de maneira muito especial, os profissionais de saúde e, dentre estes, a sua maioria, que eu ousou dizer que, na frente da luta, hoje, na frente de batalha, vamos dizer, em sentido figurado, o maior número de combatentes é composto de mulheres – pelo menos aqui, em Santa Catarina, é o que se constata.

E, ao homenagear as mulheres – e cada um de nós conhece um exemplo de vida, de luta –, eu tenho que mencionar... Eu falava aqui, há pouco, informalmente: quando nós inauguramos a rodoviária de Florianópolis, nós colocamos o nome de Rita Maria. Quem é Rita Maria? Quem foi? Uma enfermeira, hoje, uma benzedeira, há um século, que atendia – a cidade era portuária – a marinheiros, tripulantes, passageiros, no momento da gripe espanhola, entre 1918 e 1920. Um desvelo com carinho, o remédio era pouco, mas... Ela própria contraiu a gripe espanhola e morreu, no começo de 1920, ainda no final do surto da gripe espanhola. Acho que, em seu nome, nós podemos homenagear todas as mulheres especialmente dedicadas à tarefa de prestar assistência à saúde.

E, em nome do meu Estado, quero homenagear todas as mulheres do Brasil, porque neste ano nós celebramos o segundo centenário do nascimento de Anita Garibaldi – aliás, para isso aprovamos a realização, em agosto, de uma sessão no Senado. Anita Garibaldi, a Heroína de Dois Mundos, figura no Livro dos Heróis da Pátria, é a mulher guerreira. Só para exemplificar, no Janículo, uma colina de Roma, os italianos construíram em sua homenagem um monumento espetacular: uma mulher montada a cavalo, com um filho em um braço e, no outro, um fuzil, para mostrar a garra, a valentia dessa Heroína de Dois Mundos, a Anita Garibaldi, Ana Maria de Jesus Ribeiro, nascida na nossa querida Laguna.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que, em nome da Rita Maria e da Anita Garibaldi, eu posso homenagear todas as guerreiras do Brasil, que, como todos nós, anseiam e lutam pela saúde e pela paz. E que esta Comissão possa contribuir especialmente no acompanhamento da conquista da saúde, que agora se baseia na vacina. Nós temos como grande sonho a vacina. Eu acho que esta deve ser a nossa missão prioritária: acompanhar tudo que disser respeito a vacina no Brasil e no mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Obrigado, Senador Esperidião Amin, pelas suas palavras, que, em nome de todos nós, homenageia as mulheres do Brasil e do mundo.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus (Covid-19), inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira de medidas relacionadas à pandemia. Mas o foco é vacinação.

Inicialmente esclareço que designei o Senador Wellington Fagundes como Relator.

Ainda lembro que o uso da palavra para a reunião remota será de acordo com a ordem de inscrição, através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo.

Nessas nossas reuniões, ainda mais neste tempo de agenda cheia do Senado Federal, em que se discute o orçamento e muitos temas importantes, nós vamos fazer sempre às 9h e terminar no máximo às 10h, dez e pouquinho, com uma pequena tolerância, às segundas-feiras e às quintas-feiras. São os dias mais leves para acontecer a nossa reunião sem prejudicar as inúmeras tarefas que cada um tem.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 1ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura. É a ata somente de instalação da Comissão.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. Os membros da Comissão que desejam manifestar-se em contrário se expressem. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada.

A presente reunião destina-se à apresentação e deliberação do plano de trabalho que será apresentado pelo nosso querido Relator, Senador Wellington Fagundes, a quem, neste momento, eu concedo a palavra.

Antes, uma breve informação: o tempo de uso da palavra – na do ano passado, fomos extremamente rigorosos – é de três minutos para cada um se expressar, que é um tempo suficiente para a gente terminar na hora certinha, todo mundo se expressa, fala, fala "sim", fala "não"...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continuando, concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes, para apresentar o seu plano de trabalho, que, posteriormente, será debatido, aprovado ou emendado.

Com a palavra, o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Bom dia a todos os companheiros e ao nosso Presidente Confúcio Moura, a quem eu já agradeço a confiança.

Quero aqui agradecer a todos os Líderes, o Senador Izalci Lucas, o Senador Styvenson Valentim, o Líder Senador Ciro Nogueira, que também está conosco, o Senador Otto Alencar, e a Senadora Daniella. Juntamente com a Senadora Daniella, eu gostaria de cumprimentar aqui todas as mulheres neste dia.

Por isso, Sr. Presidente, antes de mais nada, eu gostaria de iniciar a minha fala saudando este dia importante que é o Dia Internacional da Mulher, data que consagra uma das mais eloquentes lutas pelo respeito e também pela igualdade. Trataremos especificamente deste dia tão importante do calendário mundial em sessão a ser realizada hoje à tarde, no Senado, mas gostaria desde já de cumprimentar as mulheres brasileiras, que são raça, fibra e coragem. Parabéns, mulheres brasileiras, principalmente porque a maioria dos profissionais, hoje, da saúde, é formada de mulheres!

Prezados Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Senador Eduardo Braga, Líder do MDB nesta Casa, pela iniciativa de requerer a instalação desta Comissão temporária destinada a acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus, inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia – oportuna e necessária medida. Ele está vendo o seu Amazonas, infelizmente, sofrer de forma muito dura com os efeitos da crise de saúde pública que culminou na falta de oxigênio para doentes e também na explosão de casos de mortes pela Covid-19.

O Amazonas, Sr. Presidente, é a grande referência dos Estados amazônicos. Coberto em sua quase totalidade por essa densa floresta tropical, está sempre aos olhos do mundo. Mas, infelizmente, o mundo que diz se preocupar tanto com essa vegetação, com a preservação desse bioma, com rara exceção, recolheu os braços no momento em que o povo do Amazonas mais precisava. Da mesma forma como olham para as nossas florestas, peço aos países que se desdobrem também em ajudar a salvar as vidas das pessoas, dos amazônidas, até para que seja restabelecido o valor da humanidade.

Cumprimentamos o nosso Presidente Rodrigo Pacheco, que priorizou aprovação desta Comissão numa demonstração inequívoca de seu mais alto espírito público e comprometimento com um Legislativo forte e participativo.

Receba também os meus cumprimentos, Senador Confúcio Moura, que é, reconhecidamente, um grande amazônida lá do nosso Estado de Rondônia, pela confiança em mim depositada para relatar os trabalhos que pretendemos desempenhar ao longo dessas 33 reuniões, tempo em que vamos debater sobre





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o colapso do sistema de saúde no Brasil, o estágio da pandemia e também acompanhar a vacinação *pari passu*, como falou há pouco o Senador Esperidião Amin.

Não menos importante trataremos também da situação fiscal e do cumprimento dos prazos fixados pela imunização. Não há outra prioridade a não ser salvar vidas, vidas do povo brasileiro que importam, vidas dos que estão nas cidades, no campo, em todas as regiões deste imenso País, nas estradas, transportando as riquezas, dos índios, dos quilombolas, da família pantaneira, do imigrante que aqui fincou raízes, também do ribeirinho e, por fim, de todos nós que vivemos nesta Pátria.

Por último, Sr. Presidente, fiz parte da Comissão Especial Mista do Congresso Nacional designada a partir do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que reconheceu o estado de calamidade pública decorrente da pandemia. Foi um trabalho gigantesco. Dali, sob a Presidência de V. Exa., emanamos diversas sugestões e encaminhamentos. Desde então, já na votação daquele decreto, tenho me somado às vozes que veem na ciência a única forma de enfrentarmos derradeiramente o vírus. E a ciência, a exemplo do que aconteceu ao longo da história em que a humanidade nos precisou, deu as respostas que tanto desejávamos. A vacina está aí, mas, infelizmente, não como desejávamos, ao alcance de todos, principalmente da população brasileira.

Isso nos leva novamente a dizer: temos que buscar a vacina onde estiver, pelo preço que estiver, para ofertar ao povo brasileiro a possibilidade de imunização. Não há outro caminho. Lembro que aqui mesmo, em nosso País, alegra-nos enormemente saber que, em São Paulo, o número de óbitos de idosos acima de 90 anos tenha caído em 70% da população imunizada, ou seja, entre aqueles que já foram imunizados, caiu em 70% o número da mortalidade. Precisamos, então, de muito mais.

Portanto, temos muito trabalho pela frente e, na condição de Relator, sinceramente espero contar com a ajuda de todos que formam esta Comissão para que possamos, ao final, entregar ao povo brasileiro ações dignas e necessárias à sua grandeza. O povo brasileiro não tenha dúvidas de que a nossa meta é estimular os demais poderes a estimular e garantir os imunizantes a toda a população no menor período possível, para que a vida volte a ser normal, como conhecemos e desejamos, para que o Brasil volte ao caminho da prosperidade com trabalho, emprego, economia forte e, sobretudo, respeito ao nosso povo.

Sr. Presidente, feitas essas considerações, passo agora à leitura do plano de trabalho.

Introdução

O Brasil e o mundo passaram o ano de 2020 lutando contra a pandemia de Covid-19, que já causou a morte de mais de 2,5 milhões de pessoas em todo o mundo, sendo mais de 260 mil até o momento, no Brasil. Já são mais de 10 milhões de brasileiros infectados. O desafio foi enorme em todos os poderes constituídos e em todos os níveis federativos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Decreto Legislativo nº 6, de 2020, reconheceu o estado de calamidade pública decorrente da pandemia, ao mesmo tempo em que determinou a criação da Comissão Mista, no âmbito do Congresso Nacional, destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária de importância internacional relacionada ao novo coronavírus. A Comissão apresentou seu plano de trabalho em 22 de abril de 2020 e encerrou seus trabalhos com a aprovação do relatório final em 18 de dezembro de 2020.

Em maio de 2020, ultrapassamos a triste marca de mais de mil mortes por Covid-19 por dia, que se sustentou até atingir o pico em 29 de julho, com 1.595 mortes em um só dia. A partir de agosto de 2020, o número de novos casos e de mortes no Brasil passou a cair, dando a todos a esperança e a perspectiva de superação da pandemia. No entanto, após o surgimento de novas variantes do vírus, especialmente aquelas cepas encontradas na Amazônia, na Inglaterra e na África do Sul, e após as eleições municipais – que é outro fato extremamente importante – e as festas de final de ano, a infecção pelo coronavírus recrudescceu e o Brasil, como o resto do mundo, iniciou uma segunda onda na pandemia. Em fevereiro de 2021, o número de mortes novamente ultrapassou a marca de mil mortes por dia e, na primeira semana de março, atingiu um novo pico sustentado próximo de 2 mil óbitos diários.

Cumprir lembrar que eu já tinha proposto o adiamento das eleições municipais para 2022, por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição, de forma a evitar maior contágio pela Covid. O adiamento foi muito curto e as eleições ocorreram em um período ainda conturbado pela pandemia.

A ocupação de leitos de UTI, indispensáveis para a condução de casos graves, atingiu níveis alarmantes em todo o País, com especial gravidade em Estados como o Amazonas, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Os sistemas de saúde em todo o Território nacional estão à beira do colapso, configurando a pior situação desde o início da pandemia.

Por outro lado, em 18 de janeiro de 2021, iniciou-se a vacinação no Brasil, com as vacinas produzidas pelo Instituto Butantan e pela Universidade de Oxford/AstraZeneca, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com base em autorizações temporárias de uso concedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Além disso, a Anvisa recentemente concedeu registro definitivo para a vacina produzida pela Pfizer, e o Congresso Nacional aprovou o projeto de lei de conversão originado da Medida Provisória nº 1.003, de 2020, que autorizou a adesão do Brasil ao consórcio Covax Facility, para acesso a outras vacinas. No dia 3 de março, o Ministério da Saúde anunciou a intenção de comprar 100 milhões de doses da vacina da Pfizer. Entretanto, o ritmo da vacinação no Brasil ainda é muito lento, principalmente devido à dificuldade de acesso aos imunobiológicos, todos eles importados. Até 4 de março de 2021, apenas 7,9 milhões de pessoas haviam recebido a primeira dose da vacina, o que representa 3,75% da população, e 2,6 milhões de brasileiros receberam as duas doses, ou seja, 1,23% da população. Esses percentuais estão muito aquém daqueles de outras nações. Por exemplo, nos Estados Unidos, mais de 2 milhões de pessoas são vacinadas por dia e Israel já vacinou mais da metade da sua população.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vê-se, portanto, que, embora os trabalhos da Comissão Mista tenham-se encerrado, a necessidade de acompanhamento das ações relacionadas à Covid-19 nunca foi tão presente, Sr. Presidente. Por isso, o Senado criou esta nova Comissão, desta vez unicameral, para acompanhar a ação governamental no ano de 2021.

Objetivos da Comissão.

Além de acompanhar a destinação e aplicação dos recursos públicos no combate à pandemia, a Comissão vai acompanhar todo o processo de vacinação no Brasil, desde a autorização de uso das vacinas, passando pela negociação e aquisição dos imunobiológicos, e culminando com a distribuição e controle da aplicação das doses preconizadas, a fim de promover a imunização de toda a população brasileira no menor período possível.

A Comissão analisará as experiências de Estados e Municípios que vêm acertando na condução da pandemia, com diminuição dos níveis de infecção e de mortes, para avaliar que ações foram mais eficientes e por que em outras unidades da Federação tiveram resultados piores. Ademais, a Comissão acompanhará o planejamento realizado em todos os níveis federativos. Nesse sentido, é importante a participação da Confederação Nacional dos Municípios no debate.

A Comissão espera poder contribuir na negociação com a indústria farmacêutica, bem como apresentar proposições legislativas que auxiliem na solução dos problemas causados pela Covid-19 no Brasil.

Metodologia de trabalho, Sr. Presidente.

Para desenvolver seus trabalhos, a Comissão requisitará o auxílio de técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) e de outros órgãos, para esclarecimento de seus membros.

Para conhecer com detalhes a realidade da pandemia, a Comissão pretende ouvir os gestores dos três níveis federativos e, para isso, convidará os Governadores dos Estados, com prioridade para aqueles que têm enfrentado maiores dificuldades no combate à doença, bem como os gestores do Ministério da Saúde, os secretários estaduais de saúde, representados pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass), e os secretários municipais de saúde, representados nacionalmente pelo Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), além de outras autoridades e especialistas na área.

As reuniões da Comissão serão realizadas de forma virtual, nas segundas e quintas-feiras, em que serão ouvidas as autoridades e especialistas convidados. As reuniões com o Ministro da Saúde, para acompanhamento de suas atividades e prestação de contas, serão regulares, no mínimo uma vez por mês e em outras ocasiões, se for necessário.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Como o acompanhamento dos gastos públicos relacionados à pandemia também faz parte do escopo do trabalho da Comissão, é importante convidar o Ministro da Economia para que preste esclarecimentos, pelo menos uma vez por mês.

O planejamento das sessões virtuais encontra-se no cronograma apresentado ao final deste documento.

Inicialmente, espera-se a conclusão dos trabalhos da Comissão ainda no primeiro semestre de 2021. Além das entregas intermediárias, que poderão ensejar providências imediatas do Parlamento e dos Governos ainda durante o curso das atividades da Comissão, será apresentado relatório final referente a todo o período de funcionamento.

Cronograma de trabalho.

O cronograma de trabalho.

Dia 8 de março de 2021:

Disponibilização da minuta do plano de trabalho aos membros da Comissão para sugestões.

1ª Reunião – 11 de março de 2021:

Deliberação do plano de trabalho – que é o que estamos fazendo.

2ª Reunião – 15 de março de 2021:

Pauta: reunião para debater as dificuldades encontradas por Estados no enfrentamento da pandemia e vacinação, com debate sobre o colapso no sistema de saúde no Estado e o estágio da pandemia e da vacinação. E, aí, audiência com os Governadores, ainda a definir.

3ª Reunião – 18 de março de 2021:

Pauta: reunião mensal com Ministro da Saúde para debater o Plano Nacional de Imunização e o cumprimento dos respectivos prazos, bem como as medidas de combate à pandemia. Audiência com o Ministro da Saúde: Eduardo Pazuello.

4ª Reunião – 22 de março de 2021:

Pauta: reunião mensal com o Ministro da Economia para debater o Plano Nacional de Imunização e o cumprimento dos respectivos prazos, bem como a situação fiscal. Convidado, então, o Ministro Paulo Roberto Guedes.

5ª Reunião – 25 de março de 2021:

Pauta: reunião com representantes das fabricantes de vacina. Audiência com:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Presidente do Instituto Butantan;
- Presidente da Fiocruz;
- representante de farmacêuticas.

6ª Reunião – 29 de março de 2021:

Pauta: reunião com o Ministro das Relações Exteriores para debater os entraves à aquisição de vacinas e medidas que podem ou devem ser tomadas para agilizar a aquisição de vacinas pelo País. Audiência com o Ministro das Relações Exteriores: Ernesto Araújo.

7ª Reunião – 1º de abril de 2021:

Pauta: reunião com a Presidente do Tribunal de Contas da União e o Ministro da Controladoria-Geral da União para debater o acompanhamento dos gastos públicos relacionados ao combate à pandemia e também à campanha de vacinação. Audiência com:

- Ana Arraes - Presidente do Tribunal de Contas da União;
- Wagner Rosário – Ministro da Controladoria-Geral da União.

8ª Reunião – 5 de abril de 2021:

Pauta: reunião para elencar e priorizar projetos legislativos em andamento considerados relevantes para a aquisição de vacinas.

9ª Reunião – 8 de abril de 2021:

Pauta: reunião com Prefeitos municipais – indicação da Frente Nacional de Prefeitos e da Confederação Nacional dos Municípios.

10ª Reunião – 12 de abril de 2021:

Pauta: reunião com representantes dos secretários estaduais de saúde – indicação do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

11ª Reunião – 15 de abril de 2021:

Pauta: reunião com representantes das secretarias municipais de saúde – indicação do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

12ª Reunião – 19 de abril de 2021:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pauta: reunião mensal com o Ministro da Saúde para debater o Plano Nacional de Imunização e o cumprimento dos respectivos prazos, bem como as medidas de combate à pandemia. Audiência com o Ministro Eduardo Pazuello.

13ª Reunião – 22 de abril de 2021:

Pauta: reunião mensal com o Ministro da Economia para debater o Plano Nacional de Imunização e o cumprimento dos respectivos prazos, bem como a situação fiscal. Convidado: o Ministro Paulo Roberto Nunes Guedes.

14ª Reunião – 26 de abril de 2021:

Pauta: reunião com representantes do empresariado para discutir a coparticipação de empresas no plano de vacinação. Audiência com:

- Josué de Alencar;
- Luíza Trajano;
- e outros que ainda podem ser acrescidos.

15ª Reunião – 29 de abril de 2021:

Pauta: reunião com representantes de usuários com assento no Conselho Nacional de Saúde (CNS).

16ª Reunião – 3 de maio de 2021:

Pauta: reunião a ser definida na Comissão, avaliando o estágio da pandemia e da vacinação.

17ª Reunião – 6 de maio de 2021:

Pauta: reunião a ser definida na Comissão, avaliando o estágio da pandemia e da vacinação.

18ª Reunião – 10 de maio de 2021:

Pauta: reunião a ser definida na Comissão, avaliando o estágio da pandemia e da vacinação.

19ª Reunião – 13 de maio de 2021:

Pauta: reunião a ser definida na Comissão, avaliando o estágio da pandemia e da vacinação.

20ª Reunião – 17 de maio de 2021:

Pauta: reunião a ser definida na Comissão, avaliando o estágio da pandemia e da vacinação.

21ª Reunião – 20 de maio de 2021:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pauta: reunião mensal com o Ministro da Saúde para debater o Plano Nacional de Imunização e o cumprimento dos respectivos prazos, bem como as medidas de combate à pandemia, com o Ministro Eduardo Pazuello.

22ª Reunião – 24 de maio de 2021:

Pauta: reunião mensal com o Ministro da Economia para debater o Plano Nacional de Imunização e o cumprimento dos respectivos prazos, bem como a situação fiscal, sendo convidado o Ministro Paulo Roberto Nunes Guedes.

23ª Reunião – 27 de maio de 2021:

Pauta: reunião a ser definida na Comissão, avaliando o estágio da pandemia e da vacinação.

24ª Reunião – 31 de maio de 2021:

Pauta: reunião a ser definida na Comissão, avaliando o estágio da pandemia e da vacinação.

25ª Reunião – 3 de junho de 2021:

Pauta: reunião a ser definida na Comissão, avaliando o estágio da pandemia e da vacinação.

26ª Reunião – 7 de junho de 2021:

Pauta: reunião a ser definida na Comissão, avaliando o estágio da pandemia e da vacinação.

27ª Reunião – 10 de junho de 2021:

Pauta: reunião a ser definida na Comissão, avaliando o estágio da pandemia e da vacinação.

28ª Reunião – 14 de junho de 2021:

Pauta: reunião com o Presidente do Tribunal de Contas da União e o Ministro da Controladoria-Geral da União para debater o acompanhamento dos gastos públicos relacionados ao combate à pandemia e campanha de vacinação. Audiência com:

- Ana Arraes, Presidente do Tribunal de Contas da União;
- Wagner Rosário, Ministro da Controladoria-Geral da União.

29ª Reunião – 17 de junho de 2021:

Pauta: reunião mensal com o Ministro da Saúde para debater o Plano Nacional de Imunização e o cumprimento dos respectivos prazos, bem como as medidas de combate à pandemia, com o Ministro Eduardo Pazuello.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

30ª Reunião – 21 de junho de 2021:

Pauta: reunião mensal com o Ministro da Economia para debater o Plano Nacional de Imunização e o cumprimento dos respectivos prazos, bem como a situação fiscal, com o Ministro Paulo Guedes.

31ª Reunião – 24 de junho de 2021:

Pauta: disponibilização do relatório final da Comissão aos seus membros, para sugestões.

32ª Reunião – 28 de junho de 2021:

Pauta: deliberação do relatório final da Comissão.

33ª Reunião – 1º de julho de 2021:

Pauta: divulgação do relatório final da Comissão e apreciação para aprovação.

Sr. Presidente, como está bem visto – e a gente fez questão de entregar, disponibilizar essas propostas um pouco antes, para que todos tenham reconhecimento –, nós, além de convidarmos, deixamos um espaço muito grande para que os nossos companheiros possam usar e aprovar novas pessoas a estarem presentes, de acordo, inclusive, com o momento.

Então, é isso, nosso companheiro Senador Confúcio Moura.

Agradeço a todos os companheiros e me coloco aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Senador Wellington, nós vamos ter de discutir esse tema hoje devido à exiguidade do tempo. Posteriormente, o plano de trabalho vai se ajustando, vamos ajustando. Cada sessão vai alterando-o, na base do voto, acrescentando ou retirando pontos apresentados hoje preliminarmente.

Eu gostaria de colocar em discussão a sua proposta de plano de trabalho.

Inscrita está a Senadora Zenaide Maia em primeiro lugar.

Senadora Zenaide Maia com a palavra.

Os demais que quiserem falar é só "levantar a mão" para se inscrever.

Senadora Zenaide, por favor. *(Pausa.)*

Estão inscritos Zenaide e Otto, como Senadores titulares; o Senador Izalci, como suplente; e o Senador Esperidião Amin, como não membro. Os demais não estão inscritos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Zenaide, por favor. (*Pausa.*)

Vou passar à frente. Depois, a gente volta à Senadora Zenaide. Peço que ligue para ela. Ela pode ter saído um pouquinho.

Senador Otto Alencar com a palavra.

Um momentinho, Zenaide. O Otto vai falar. Depois você fala.

Senador Otto com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para discutir.) – Pois não, Sr. Presidente.

Eu agradeço a V. Exa., Senador Confúcio.

Presidente, ouvi com atenção a proposta dos trabalhos a serem realizados lida pelo Senador Wellington Fagundes.

Queria saudar a todos os Senadores e as Senadoras neste Dia Internacional da Mulher.

Acho, Sr. Presidente, que vi hoje pelos jornais a possibilidade de uma ação mais efetiva do Congresso Nacional. A *Folha de S.Paulo* abre com a manchete de que o Ministro Pazuello vai entrar em contato com os Presidentes da Câmara e do Senado para terem uma participação maior no combate à pandemia, além dessa possibilidade de associação dos Governadores. Eu acho isso positivo, e esta Comissão pode, sem dúvida nenhuma, cotejar os entendimentos e também as ações que precisam ser colocadas para resolver um problema de gravidade muito grande – e se acentua essa gravidade. Eu creio que nós vamos começar, o Brasil vai começar muito tardiamente as ações necessárias para controlar uma crise sanitária desta natureza.

Revi ontem a minha posição em 2020 e lembro que, em 25 de maio, coloquei para o Ministro da Saúde e para o Congresso Nacional que, naquela época, deveria já se assinarem os protocolos de convênio de cooperação técnica com os laboratórios para se ter a vacina mais precocemente. Isso não foi feito, tanto é que o que foi feito em São Paulo, pelo Governador, sobre esse convênio que ele assinou com a Sinovac deu a condição de receber primeiro a vacina, ou seja, o Brasil deveria ter feito a mesma coisa. Não estou aqui de maneira nenhuma tomando posição a favor do Governador de São Paulo. Pelo contrário, estou colocando apenas o que foi feito lá e que deu certo, o que o Brasil não fez. O Brasil continuou naquela história imprecisa de, através do Ministro ou do próprio Presidente da República, colocar a hidroxicloroquina como tratamento de escolha. Nunca foi nem será tratamento de escolha como medicação preventiva para evitar viroses.

V. Exa., Senador Confúcio, é médico e sabe exatamente que virose se controla com vacinação, a não ser que alguém me convença que dar ivermectina para sarampo resolve, para varíola resolve, H1N1





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resolve... Não resolve. Essa doença é uma doença redutível por vacinação. Não há outra saída a não ser esse caminho. O Brasil está na retaguarda.

Eu falei naquele momento, em maio, que iria ficar no fim da fila da vacinação e está no fim da fila da vacinação. No entanto, eu creio que, apesar da crítica que foi feita àquela época, não está mais na hora de buscar culpados; está na hora de buscar soluções. Portanto, eu me associo a essa posição de todos os Senadores e Senadoras que compõem esta Comissão, para trabalhar na busca de soluções que, embora tardias, possam resolver essa situação dramática que vive aqui o meu Estado, com as UTIs superlotadas, que vivem todos os Estados do Brasil, com essa mutação da cepa lá do Amazonas, que já chegou aqui ao meu Estado da Bahia. Nós estamos já com 265 mil pessoas que perderam a vida e 11 milhões de pessoas que estão contaminadas.

Presidente, lá no início se falou em imunização de rebanho no Brasil. V. Exa. acha que, com 11 milhões de infectados, vai haver imunização de rebanho para 215 milhões de habitantes no Brasil? Absolutamente não. Só há este caminho: lutar com todas as forças, convencer o Governo, o próprio Presidente da República – porque ele tem poder para isso – e o Ministro Pazuello, para que tomem essas decisões acertadas, para pelo menos agora, daqui em diante, chegarmos a uma situação que resolva a crise sanitária no Brasil.

O Senador Wellington Fagundes colocou as datas para as oitivas do Ministro da Saúde, do Ministro do Tribunal de Contas da União, do próprio Ministro Paulo Guedes... Eu achei muita reunião num espaço muito curto, mas, como falou o Presidente, ao longo dos trabalhos, passo a passo, vão se reordenando essas audiências, para que possamos trabalhar e entregar um relatório que seja condizente com a real situação do nosso País.

Eu quero agradecer a V. Exa. a oportunidade de colocar as minhas considerações e devo dizer que a minha posição é completamente colaborativa, eu quero apenas colaborar, reafirmando que, a essa altura da pandemia, com a gravidade dela, com a segunda onda que aconteceu e vem se expandindo pelo Brasil, não adianta mais buscar os culpados, nós conhecemos todos. Vamos buscar as soluções de que o Brasil precisa para imunizar a nossa população.

Dez por cento de imunizados serão 10% a menos nos hospitais, nas UTIs, 20%, 30%. Olhem o exemplo aí de Israel, com mais de 50% da população vacinada e a diminuição dos pacientes que procuram os hospitais e superlotam hoje as UTIs no nosso País.

Muito obrigado, Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O controle do som é feito diretamente lá pela Comissão no Senado, e eu estava sem o som aqui.

Muito bem. Senador Otto, muito obrigado pela sua manifestação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra para a Senadora Zenaide Maia.

V. Exa. terá o tempo de três minutos, Senadora Zenaide – a senhora vai se acostumar. Fique à vontade.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Bom dia! Bom dia a todos e a todas, aos colegas Senadores que estamos aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia. Bom dia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu já ouvi praticamente tudo que eu poderia falar, mas queria dizer o seguinte, meu colega Otto, além de colega Senador, colega médico também: eu também acho que não é hora de procurar culpados, mas eu queria dizer, Presidente Confúcio, Relator Wellington Fagundes, meu amigo Izalci, que o grande problema da gente é que os culpados continuam tendo as decisões finais. Entenderam o que quero dizer, a minha preocupação? Por exemplo, nós vamos trazer o Ministro da Economia, o Ministro da Saúde, o General Pazuello, mas me preocupa... Não é que aqui se esteja atrás de culpado, mas a gente tem que correr atrás, porque o número de óbitos... O meu Estado não está diferente do de vocês, com praticamente 100% dos leitos ocupados. E foi decretado aqui um toque de recolher, mas infelizmente a gente ainda tem Parlamentar, Confúcio, que fez carreata contrariando esse toque de recolher de oito da noite às seis da manhã, que o Governo do Estado fez, quer dizer, reunindo gente. Ainda bem que havia pouca gente. O povo do Rio Grande do Norte entendeu.

Eu, particularmente, acho o seguinte: só o fato de você saber que, se você ou alguém da sua família ou dos seus amigos adoecer, não vai ter um leito para ser socorrido, isso já deveria ser suficiente para a população, independentemente de quem diz que é para se aglomerar, para as pessoas saberem que a ciência... A gente está dizendo isso todo dia.

Eu acho o plano bom. Nós vamos convidar para falar aqui desde quem tem a definição de um plano nacional de vacinação – porque, como o Otto falou, não existe outra saída, e, até a gente ter vacina suficiente, a gente vai ter que tentar convencer as pessoas de que precisam usar a máscara, de que precisam fazer distanciamento social –, o que eu achei interessante, e também vamos convidar a ponta, os secretários municipais e estaduais de saúde. Eu não estou nem falando dessa questão de fiscalizar os recursos e tal, porque a gente fez um trabalho imenso naquela Comissão Mista, que eu quero aqui parabenizar.

Também concordo que o Congresso Nacional tem, sim, que comandar isso, mas me preocupo porque, por exemplo, o Ministro da Saúde vem, mas tudo que ele for fazer vai perguntar ao Presidente. Desde aquele dia em que ele se sentou assim e disse: "É simples, um manda e o outro obedece", Wellington...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós não estamos atrás de culpados, nós estamos querendo soluções, mas, infelizmente, quem tem as soluções ainda são aqueles que retardaram a vacina, medicaram sem que o medicamento fosse eficiente, embora a Organização Mundial de Saúde dissesse todo dia não valer nada, mas isso não quer dizer que a gente não vai lutar.

Eu quero dizer que vou estar aqui nesta Comissão e ajudar no que eu puder, Confúcio, Wellington, e todos os colegas que aqui estão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem. Obrigado, Senadora Zenaide.

Eu passo a palavra agora – todos os titulares já falaram – ao Senador Izalci Lucas. Depois, serão a Senadora Daniella Ribeiro, a Senadora Rose de Freitas e o Senador Espiridião Amin.

Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, primeiro, quero parabenizar V. Exa., que, mais uma vez, vai conduzir esse trabalho tão importante.

Eu estou com a Zenaide e acho que não é hora de buscar culpado, tem que se buscar solução, mas precisamos conhecer o que aconteceu e o que não foi executado.

Eu fui surpreendido agora pela imprensa, que diz que a White Martins avisou quatro dias, cinco dias antes sobre a questão de Manaus, sobre o oxigênio, pediu apoio para transporte, o Governo não disponibilizou essa ajuda, e aí aconteceu o que todos sabem. Sei também das dificuldades de oxigênio aqui no Distrito Federal e na Bahia, que são os dois Estados que vão ter problemas sérios com oxigênio, segundo as informações que a gente recebeu.

É lógico que a gente não quer ficar buscando culpado, mas algumas informações nós teremos que buscar. Eu não sei se essa CPI vai sair agora nos próximos dias, mas, não saindo, acho que por aqui a gente consegue algumas informações, como, por exemplo, também foi noticiado que a Pfizer ofereceu aquelas 70 milhões de doses e que o Brasil teria recusado em função daquela cláusula de responsabilidade. Então, essas coisas a gente precisa saber direitinho como aconteceram para a gente buscar uma solução. Acho que o caminho é esse mesmo, mas a situação é grave, e a gente tem que buscar realmente uma forma de o Congresso agir de modo mais contundente com relação a isso, porque, de fato, já está esgotada praticamente toda a questão de UTI, CTI... Então, a coisa é muito grave. Precisamos conhecer bem o diagnóstico, o que aconteceu, o que está acontecendo e no que a gente pode contribuir para ajudar a resolver essas questões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vi agora a programação, e, como foi dito, depois a gente apresenta alguns adendos, alguns convites a mais.

Desejo a todos um bom trabalho. Esta Comissão tem uma responsabilidade muito grande em função da situação.

Obrigado. Parabéns, Wellington, pela proposta.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Eu passo a palavra para Senadora Daniella Ribeiro.

V. Exa. está com a palavra, Senadora Daniella, pode falar.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para discutir.) – Bom dia a todos e a todas...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – ... especialmente às colegas mulheres de força, fé e coragem.

Sr. Presidente e colegas, na realidade, é bem rápida a minha fala no intuito de colocar – já que o Presidente mencionou a reunião que vai haver entre o Ministro Pazuello, os Presidentes da Câmara e do Senado e os Governadores – a inserção dos prefeitos das capitais.

E não só das capitais, mas também de algumas das maiores cidades dos Estados. Por exemplo, no meu Estado, nas duas maiores cidades, na capital e na minha terra, Campina Grande, está havendo uma certa briga. Infelizmente esse negócio politizou tudo porque não houve um único discurso desde o princípio, justamente por não ter havido esse diálogo desde o início onde houvesse uma só voz, em uníssono, desde que houvesse esse diálogo.

Então, essa é a minha sugestão: de que nessa participação junto ao Ministro se pudesse incluir os Prefeitos das maiores capitais e dar a oportunidade de um segundo Prefeito, da segunda maior... Na realidade, por exemplo, no meu Estado duas cidades atendem o Estado como um todo; então seriam, eu acredito, pelo menos duas cidades. Além do Governador, as duas maiores cidades: a capital, é óbvio, e uma maior cidade do Estado.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senadora Daniella.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sugiro ao Relator que, de acordo com as sugestões dos Parlamentares, se ele desejar incluir algumas das sugestões apresentadas, pode incluir antes da votação.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Obrigada, obrigada, Sr. Presidente. Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A Senadora Daniella acabou de falar da inclusão dos prefeitos das capitais. Aí V. Exa. pode ficar bem à vontade.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Só para complementar, é que às vezes há um desencontro, porque não adianta o Governo estadual ter um entendimento, e os governos municipais teres outro – fica um pouco complicado. Eu sei que não dá para reunir todo mundo, obviamente. Nos Estados de vocês cada um tem uma realidade, às vezes, têm muitos Municípios, e assim vai, cada um... Minas Gerais então... Enfim, mas pelo menos a capital e havendo uma segunda maior cidade de escolha do Parlamentar, eu acho que seria interessante para que deles pudesse ecoar... E geralmente é a segunda maior cidade que tem um polo que recebe aí a maioria dos Municípios.

Essa é a minha sugestão para que a gente pudesse pelo menos conseguir esse diálogo e, a partir daí, andar com o mesmo discurso para o resto do Estado.

Obrigada, Presidente; obrigada, Sr. Relator e a todos os colegas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado.

Com a palavra a Senadora Rose de Freitas, lá do Espírito Santo, que deve estar lá em Vitória.

Rose de Freitas. Senadora Rose? Não deve estar me ouvindo.

Eu vou passar à frente, Senadora Rose, e quando a senhora tiver condição a senhora aparece na tela.

Então nós vamos chamar o Senador Esperidião Amin.

Senador Esperidião Amin com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, serei muito breve. Quero agradecer pela distinção de ter saudado todas as mulheres em nome da Comissão e também dizer que eu achei o plano de trabalho bastante bem elaborado. Ou seja, abrange todos os aspectos e terá todos os adicionais naturais, até porque, o curso, o desenrolar desta tragédia vai determinar outras prioridades. Mas eu não tenho nenhuma dúvida de que o foco número um é a vacinação em todos os seus aspectos, não apenas no anúncio, seja dos laboratórios, seja das autoridades.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quantos contratos foram assinados, e não foram cumpridos já em matéria de vacina, por exemplo, nos Municípios brasileiros cujas associações assinaram contratos que malograram? Então, nós temos exemplos suficientes para seguir o ditame do meu santo padroeiro, que é São Tomé: nós temos – e faço esse apelo ao Senador Wellington também – que conferir os anúncios de vacina, os prazos de entrega, que, eu repito, não foram cumpridos em fevereiro, não estarão sendo cumpridos neste mês de março. Isso não é procurar culpado; isso é procurar remédio. Isso já aconteceu, vai voltar a acontecer e deve ser a nossa prioridade conferir a entrega e a aplicação, a distribuição correta das vacinas. Tudo mais, neste momento, é subsidiário a isso.

Bom proveito!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Esperidião. Ele saiu um pouquinho, após falar aqui.

Agora está inscrita a Senadora Rose de Freitas. Já está na tela? *(Pausa.)*

Senadora Rose... *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Senador Ciro Nogueira. *(Pausa.)*

Ciro Nogueira; pode falar, Ciro. *(Pausa.)*

Libere o som!

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pronto.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero saudar aqui a nossa Senadora e minha Líder Daniella, pelo Dia Internacional da Mulher.

Eu fico muito feliz, Sr. Presidente, pelo relatório que foi apresentado pelo competente Senador Wellington Fagundes, e também pelos discursos que aqui foram proferidos, e por que nós iremos focar esta Comissão em buscar resultados, e não em buscar culpados. Os culpados vão aparecer, e aí vamos ter em todos os níveis municipais, estaduais, como é o caso do meu Estado, em que um governador gastou milhões de reais em um hospital de campanha que ficou poucos dias aberto, e, agora, quando a população está precisando, nós não temos esses hospitais de campanha e estamos com o nosso sistema totalmente estrangulado. Tenho certeza de que esses culpados irão aparecer, mas o foco tem que ser a vacinação, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que esta Comissão, por conta da deficiência que nós temos até quanto a relações internacionais, pode ajudar muito, tanto na Câmara, como no Senado. E nós, que temos a população do nosso País, que tanto clama por essa questão da vacinação, ao termos o efeito, aí eu acho que nós vamos poder ter orgulho de ter participado de uma Comissão que ajudou muito o nosso País no seu momento histórico mais difícil de que eu tenho notícia. Então, Sr. Presidente, estamos juntos, vamos contribuir com o nosso País, que é o que importa.

Um grande abraço. *(Falha no áudio.)* ... O senhor está mudo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pronto.

Senadora Rose, está pronta? *(Pausa.)*

Bem, a Senadora Rose deve ter saído um pouquinho, mas vamos aos comentários antes da votação do relatório.

Desta Comissão, que veio num momento de desespero que o País está vivendo, se exigem respostas rápidas. Semanalmente, teremos que dar satisfação ao Plenário de nossas atividades. No caso, o Relator ou eu, vamos sugerir, escalar um dos membros para falar dos seus pontos, do avanço dos nossos estudos. Então, eu farei essa escala.

Sobre a presença nas reuniões, como são poucos – só são seis titulares e seis suplentes –, nós não podemos faltar. Tudo é muito compacto. São só 120 dias de dedicação exclusiva pela cláusula justa, que é essa da pandemia, das consequências da doença, da mortalidade elevada. Não podemos faltar a essas reuniões. O relatório deve ser fechado, o Relator colocou dia 1º de julho, mas aqui, nas contas da Comissão, fecha dia 30 de junho. Então, é só dar uma mexidinha no plano para 30 de junho.

Um dos aspectos que eu defendi é que eu quero que o Relator designe na Comissão que todos sejam sub-relatores. É impossível um trabalho desse ser feito só pelo Relator. Não há a menor condição. Ele designa – um exemplo que eu estou dando: "Otto, você vai cuidar para mim do levantamento dos contratos feitos no Ministério da Saúde e do cronograma da liberação dessas vacinas. Está sendo cumprido? O que há pela frente?". Então, o Otto Alencar vai ficar, um exemplo, responsável por essa tarefa. Já pega, por exemplo, o Styvenson para trabalhar a relação com o Ministro das Relações Exteriores, para fazer a intermediação. "O que está havendo? Por que não houve essa remessa? Por que atrasou com a China? E, agora para a frente, que dia chega esse insumo, essa matéria-prima? Vai atrasar? Não vai atrasar? Quantidade." Nós temos que oferecer para o Plenário quantidade de vacinas disponíveis para o povo brasileiro, no cronograma de certeza. O que está atrapalhando? O que está havendo?

Segundo: nós precisamos de uma comunicação massiva da vacinação pelo Governo. O Ministro das Comunicações deve abrir um período do quadro exclusivo, além da parte preventiva, também da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacinação, divulgando massivamente à população. O Governo é empenhado nessas condições. O Ministro da Saúde não pode falhar tanto como tem falhado, atrasado os programas – marca um prazo, atrasa. Então, nós temos que ter uma certeza desses cronogramas bem cumpridos.

Por que as outras vacinas ou, por exemplo, o nosso Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara, apresentaram a uma comissão de Ministros uma intermediação do Senado, do Congresso Nacional, para adquirir outras vacinas de outros países, como Janssen, Pfizer, Moderna, Sputnik e outras tantas? Em que pé está esse início de negociação do nosso Presidente Rodrigo Pacheco? Isso está indo para a frente? Está parado? Então, nós temos que pegar o ponto em que se encontra e despachar para a frente, para que a nossa Comissão seja realmente o elemento de cobrança, de ir atrás para ajudar até o Presidente Rodrigo Pacheco. Aí o nosso Relator vai designar um ou dois de nós para fazer esse trabalho. Para a questão fiscal, o ajuste, eu recomendo o Izalci. O Izalci é muito experiente em contabilidade pública. Joga ele, e o Otto também tem ótima condição, como ex-Ministro do Conselho do Tribunal de Contas, de nos ajudar nessas contas públicas, de avaliar o desempenho – se há necessidade de recursos extraordinários – e em como é que nós vamos fazer.

Então, assim sendo, eu creio que temos muito trabalho. Nós vamos esperar, e assim que o nosso Relator fizer essas designações, a gente cumpre nos prazos, porque semanalmente um de nós falará no Plenário do Senado. Eu vou até pedir um tempo maior para o Presidente para que a gente apresente os nossos relatórios semanais de trabalho. Isso pode ser na quarta-feira, na terça-feira, num dia em que o Plenário esteja cheio, para que a gente possa falar.

Assim sendo, eu devolvo a palavra...

A Senadora Rose de Freitas já está aí e foi a única inscrita que não falou.

Bem, eu devolvo a palavra para o nosso Relator Wellington Fagundes, e, logo a seguir, a gente coloca em votação o relatório dele.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, é importante dizer... E eu gostaria de contar já com cada membro da Comissão, como V. Exa. colocou, pois somos só seis membros titulares e mais seis suplentes ... (*Pausa.*)

... Alô, estão me ouvindo? (*Pausa.*)

O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estamos ouvindo, pode falar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Então, como só somos seis membros titulares e os suplentes, eu gostaria de pedir ao contrário: que cada





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um já se manifestasse para a relatoria, se ele teria mais predileção para atuar nessa ou naquela área, nessa condição que V. Exa. já está colocando de todos como sub-relatores. Então, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Inclusive, algum Parlamentar já tem mais vocação, tem mais facilidade de acesso a esse ministro ou a essa área de atuação.

E vou oficiar a todos, pedindo; se não o fizerem, eu vou determinando de acordo com a necessidade. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Em relação à nossa companheira Daniella, nós já previmos buscar e aprofundar este debate no nosso plano definido: que vamos tentar ouvir os gestores dos três níveis federativos. Já está lá definido que vamos ouvir os Governadores dos Estados, com prioridade para aqueles que têm enfrentado maiores dificuldades no combate à doença; bem como os gestores do Ministério da Saúde; e os secretários estaduais, representados pelo conselho nacional; e os secretários municipais – aí entram também as capitais e os Municípios maiores. Então, isso já está previsto, mas, claro, nós fazemos questão de estar registrando.

E vamos buscar fazer esse convite – como também qualquer membro pode sugerir, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente.

Então, está feito o convite. Caso ninguém se manifeste hoje, o próprio Relator vai fazer as escolhas de acordo com a necessidade.

Mas eu gostaria de que o Relator já escolhesse um, agora, para já estudar essa relação com o Ministério da Saúde, esta semana, para verificar contratos, avanços. Isso é um assunto delegado a... Eu me encarrego de ligar para o Ministro, já apresentando o nome do companheiro que irá...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Eu pediria, então, ao Senador Otto, como médico e Líder também, que já pudesse assumir.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, este aqui eu nem vou consultar, o Otto, se ele pode ou não pode, porque já é uma designação, não é? *(Risos.)*

Ele já está cheio de tarefas...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu tenho... Olhe bem...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Aqui é democracia brutal.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Olhe, se eu colocar a minha posição aqui, por ter essa minha posição independente, mas tendo colaborado muitas vezes com o Governo no ano passado, como Líder do PSD, também neste ano, até porque está em jogo a necessidade de saúde do nosso povo, eu nunca tive uma audiência com o Ministro Pazuello, nunca tive, apesar de...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Vai ter agora.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... ter provocado duas vezes. Então, a minha relação vai ser muito difícil.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Deixe comigo, Otto, que eu vou...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu posso conversar até com outros integrantes aí do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas é um pouco difícil para mim. Eu tenho muita dificuldade nesse sentido, porque, com essa posição do Governo de sempre ser excludente com quem não concorda em gênero, número e grau, pode ficar difícil. Então, eu tenho uma posição mais independente e talvez tenha dificuldade no relacionamento aí – não da minha parte, porque eu quero colaborar, tanto que eu me posiciono sempre de forma propositiva nas ações aqui do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois é, Senador Otto, pode ficar tranquilo. Eu já vou avisar o ministério que o senhor está representando o Senado Federal nessa missão.

O senhor é o primeiro a ser designado pelo Relator e aqui parece que nós não vamos aceitar recusa porque não temos tempo. Então, pode deixar comigo. Deixe só seu celular aberto para nossas comunicações, e eu vou fazer todo o contato de aproximação. O senhor fique assim... O Esperidião tem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algumas ideias muito boas sobre esse assunto – depois você dá uma ligadinha para ele – para essa aproximação com o Ministro da Saúde.

Então, essa foi a primeira designação do Relator.

Você tem mais alguma designação...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, não interrompendo, eu poderia até fazer uma relação mais próxima, do ponto de vista científico, com o pessoal de lá da Anvisa, porque é uma parte que toca mais na área da ciência e tal, que tem muito a ver comigo. Apesar de ortopedista, cirurgião, ortopedista, eu tenho estudado muito essa questão do Covid-19, me aprofundado muito na leitura desses temas todos. Poderia ser uma coisa: que eu pudesse conversar mais cientificamente com o pessoal da Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente, então nós vamos fazer o seguinte: o senhor fica encarregado de conversar com a Anvisa e a Fiocruz. Eu vou me oferecer aqui para complementar o trabalho do Senador Otto e fazer o contato com o Ministério da Saúde. Então, eu vou dividir com o Otto essa responsabilidade.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É, nós vamos trabalhar em conjunto aí. Não há nenhum problema. Eu posso também participar.

Presidente, quando o senhor for fazer a reunião virtual com o Ministro, eu posso participar da reunião virtual para encontrar um caminho.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ótimo. Perfeito também.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pode marcar que eu estarei pronto aí. Pode me acionar, porque eu quero colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente.

Senador Wellington, vamos designar alguém, se o senhor concordar... Isso é função do Relator, eu estou me metendo, mas o senhor pode ficar bem livre. Por exemplo, quanto ao Ministério das Comunicações, com a mídia ostensiva, massiva, poderia se escalar uma pessoa para fazer o contato com o Ministro Faria e com o Ministro Pazuello sobre este assunto, sobre comunicação, sobre as campanhas massivas. Fique bem à vontade, Senador Wellington, para designar um companheiro.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Eu prefiro o Senador Ciro Nogueira, que é Líder, que tem também grande facilidade. O.k., Senador Ciro?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Ciro?

Eu vi que ele levantou um pouquinho. Capaz que não esteja escutando.

Está aí, Ciro?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Dá para você
esclarecer, Wellington, o que é...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) –
Para fazer o contato, principalmente com o Ministro das Comunicações, na área da necessidade, sobre o
que a gente pode fazer para avançar na comunicação dos programas de vacinação, sejam nacional,
estadual ou municipal.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Exatamente.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu entro em contato
sim e já o coloco em contato com você, Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) –
O.k.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Está bem! Muito obrigado.

Então, para esta primeira semana, temos as duas designações iniciais.

Eu devolvo a palavra ao Senador Wellington se ele tiver mais algum item a abordar do relatório ou
complementar. Senão, logo depois, eu vou pôr em votação.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) –
Sr. Presidente, eu acho que foi debatido.

Hoje é um dia específico para a questão do plano de trabalho. Eu acho que agora temos de evoluir
no trabalho em si. Eu confio muito, acredito e agradeço aqui, mais uma vez, a V. Exa. pela confiança, ao
Presidente do Senado da República Rodrigo Pacheco, e a todos os companheiros. Como V. Exa. disse,
este não é um trabalho para se fazer com uma mão só. Estou vendo o Senador Carlos Fávaro também
presente. Aqui temos espaço, inclusive, para todos os Senadores não membros que queiram fazer
sugestões, como o Senador Esperidião Amin, que fez questão de estar presente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço imensamente. Tenho certeza de que vamos fazer um trabalho profícuo, até porque o Brasil espera muito isso de todos nós. Temos de focar realmente na vacina, vacina, vacina! Buscar onde estiver e levar também aonde estiver – e for preciso – a nossa população. Esse é o nosso objetivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Coloco em votação o plano de trabalho, preliminar, sujeito a adaptações, desta Comissão Temporária.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Deixe-me ver se há alguma mão.

Quero agradecer também a presença do Senador Carlos Fávaro, que está na nossa tela. Sou muito agradecido a V. Exa., que pode participar.

Como não há nenhuma manifestação em contrário...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – O Senador Carlos Fávaro apareceu, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ele está lá.

Muito obrigado, Carlos.

O plano de trabalho foi aprovado.

Para quinta-feira, Senador Wellington Fagundes, como hoje já aprovamos o plano de trabalho, o senhor poderia nos apresentar a pauta de... Vamos puxar um pouco, já que V. Exa. tinha marcado para frente, para a nossa reunião de quinta-feira, já redesignando a pauta desta reunião. Vamos puxar todas em uma semana.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Na sequência, não é, Presidente?

Hoje é dia 8 de março?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Hoje é dia 8 de março.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – A próxima seria no dia 15 de março: reunião para debater as dificuldades encontradas por Estados no enfrentamento da pandemia e vacinação. Debate sobre o colapso no sistema de saúde no Estado e o estágio da pandemia e da vacinação. Audiência com os Governadores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos enviar o convite aos Governadores. Aqueles que puderem participar estarão todos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu falo o seguinte: na quinta-feira nós teremos reunião, dia 11.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Dia 11? Não.

No dia 11, estamos aqui com a deliberação do plano de trabalho. Eu creio...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Já foi aprovado hoje.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Já foi aprovado hoje. Então, nós poderíamos antecipar a reunião com os Governadores, tentar...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Wellington, para esta com os Governadores a gente chama... O Presidente do Fórum é Wellington Dias, mas há os Presidentes dos Consórcios do Brasil Central, do Norte, do Nordeste... A gente poderia convidar os Governadores... O Wellington como Presidente do Fórum de Governadores, e convidar os presidentes dos consórcios de Governadores. Fica bom assim?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Aí a gente faz na quinta-feira. Já vou expedir os convites hoje, está bem?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – O.k. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Então combinado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, seria importante... Por exemplo: o Governador de São Paulo. É um Estado que tem a produção de vacinas...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito. Perfeito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Então, eu acho importante, principalmente nos Estados onde há produção de vacinas também. É o caso de São Paulo e Rio de Janeiro. E me parece que Brasília está começando a produzir agora.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Combinado. Nós vamos atender e considerar que sua proposta está no plano de trabalho, está bem? Já está aqui no plano. Já falou e está colocado.

Muito bem... Então, dessa forma, eu agradeço a todas as manifestações dos Senadores que falaram sobre o Dia Internacional da Mulher, em nome de todos... Muito agradecido.

Nós queremos também saudar a todas as Senadoras, suas famílias, seus familiares, todos os funcionários do Senado, as funcionárias do Senado também, enfim, a todas as mulheres brasileiras.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a nossa reunião de hoje.

Muito obrigado a todos e todas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Um bom-dia a todos! Vamos esperar que diminua o número de incidência da Covid.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

(Iniciada às 09 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 14 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às nove horas e seis minutos do dia onze de março de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Ciro Nogueira, Rose de Freitas, Daniella Ribeiro, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Otto Alencar, Wellington Fagundes e Zenaide Maia, e ainda dos Senadores não membros Vanderlan Cardoso, Mecias de Jesus, Tasso Jereissati, Luis Carlos Heinze, Rodrigo Pacheco, Simone Tebet, Carlos Fávaro, Esperidião Amin e Omar Aziz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater com Governadores, conforme previsto no Plano de Trabalho, as dificuldades encontradas por estados no enfrentamento da pandemia e vacinação, bem como o colapso no sistema de saúde nos estados, e o estágio da pandemia e da vacinação. **Participantes:** Wilson Lima, Governador do Estado de Amazonas; Camilo Santana, Governador do Estado do Ceará; Carlos Moisés, Governador do Estado de Santa Catarina; Wellington Dias, Governador do Estado do Piauí; e Rui Costa, Governador do Estado da Bahia. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/03/11>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus, à Covid-19, inclusive a situação fiscal e execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia.

Faço alguns esclarecimentos antes de iniciarmos a nossa audiência pública. Conforme tratado na última reunião, esta Presidência realizou as seguintes designações.

O Senador Otto Alencar ficou responsável pelo conjunto, juntamente comigo, para interlocução junto ao Ministério da Saúde e à Anvisa. Então, no caso do Senador Otto, eu amplio suas atribuições para também tratar com o Butantan e a Fiocruz. Senador Otto Alencar, ampliei um pouco mais a abrangência do seu trabalho.

O Vice-Presidente da Comissão é o Styvenson Valentim, ficou responsável pela interlocução com o Ministério das Relações Exteriores. Neste caso, eu vou sobrestar essa designação para complementar e daqui a pouco vou citar outros Parlamentares que irão ajudá-lo.

O Senador Izalci Lucas será o responsável pela interlocução com o Ministério da Economia.

Aproveito este momento para que se registre na ata que ficam designados, em acordo com o Relator Wellington Fagundes, o Senador Styvenson Valentim e o Senador Randolfe Rodrigues, os dois, para o estudo completo sobre o abastecimento de oxigênio no País, a situação dos Estados e Municípios, e também a prevenção para que não haja colapso e falta dessa matéria-prima essencial para os pacientes com a síndrome respiratória. Então, ficam designados Styvenson e Randolfe Rodrigues.

Aqui ficaram designados, também pelo Relator Wellington e por mim, a Senadora Zenaide Maia e o Senador Nelsinho Trad para tratamento e conhecimento dos negócios internacionais das vacinas – uma sugestão do nosso Esperidião Amin –, a articulação com a diplomacia, a articulação política, e também a relação do Ministério da Saúde com as farmacêuticas: as nossas já conhecidas e as outras que não participam ainda dos negócios com o Brasil.

Terceiro. Sobre *lockdowns* e paralisações totais ou parciais decretados pelos Prefeitos e Governadores, eu designo duas Senadoras – a Senadora Rose de Freitas e a Senadora Daniella Ribeiro – para o trabalho ontem citado no Plenário pela Senadora Kátia Abreu. Inclusive, foi uma sugestão dela no sentido de saber por que as Forças Armadas não entram nesse trabalho, porque hoje o grande drama brasileiro são o adoecimento e as mortes. Isso tem preocupado Governadores, Prefeitos e o povo brasileiro. Então, as polícias e as guardas municipais sozinhas não têm dado conta do recado. Será





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante que Daniella Ribeiro e Rose de Freitas façam essa articulação com os ministérios correspondentes e observem também as experiências nacionais e internacionais de *lockdowns* bem-sucedidos em países e cidades.

Por fim, designamos – Wellington e eu – o Senador Izalci Lucas e o Senador Marcos Rogério para análise da Carta dos Governadores publicada ontem, o apoio aos Estados e Municípios que consta na carta, a ampliação dos leitos, a integração dos sistemas e o protagonismo do trabalho do Senado e da Câmara dos Deputados junto com os demais Poderes para um atendimento conjunto e colaborativo no enfrentamento dessa dramática situação da Covid no Brasil. Ficam designados os Senadores Izalci Lucas – depois eu passo para V. Exas. – e Marcos Rogério.

Assim sendo, que todos esses – eu não vou falar sub-relatores – colaboradores designados, de uma maneira compacta, possam ajudar sobremaneira o nosso Relator Wellington Fagundes.

Muito bem. Quanto ao uso da palavra, eu esclareço para todos os membros da reunião, membros presentes da reunião: será feita remotamente, de acordo com a ordem de inscrição, através do aplicativo, ao levantar a mão. Na ordem, nós vamos anotando.

A ordem da fala será primeiro do Relator ao fim, em seguida dos titulares escritos, depois do suplente, por último dos não membros. O Relator terá um tempo de dez minutos; e os demais membros, três minutos.

A audiência não pode demorar muito, porque os Srs. Governadores todos estão cheios de compromissos e estão aqui para nos ajudar e colaborar com suas experiências locais.

Com o intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo Liderança poderão ser utilizados após a audiência dos Governadores.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 2ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata da reunião passada.

A presente audiência trata de uma participação efetiva de Governadores nos termos do plano de trabalho, para debater dificuldades encontradas por Estados no enfrentamento da pandemia e vacinação, bem como o colapso no sistema de saúde nos Estados no estágio da pandemia.

Aviso também aos demais presentes que, daqui a pouquinho, chegará à nossa reunião, entrará o nosso Presidente Rodrigo Pacheco, justamente para dar, com sua presença, um apoio à nossa Comissão, que representa o Plenário do Senado Federal. Falará e ouvirá alguns Governadores, depois ele se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

despedirá e deixará as suas opiniões, suas recomendações e a participação efetiva do Senado nesta luta conjunta nossa.

Estão presentes os seguintes Governadores já na sala para apresentação: o Governador Wellington Dias, do Estado do Piauí, Coordenador da temática saúde no Fórum de Governadores e Presidente do Consórcio de Governadores do Nordeste; o Governador Wilson Lima, do Estado do Amazonas; o Governador Rui Costa, Governador da Bahia; o Governador Carlos Moisés, do Estado de Santa Catarina; e o Governador Camilo Santana, do Estado do Ceará.

Esclareço que foram convidados mais dois Governadores: Ibaneis Rocha e Eduardo Leite, que, por motivo de compromissos assumidos, adiaram as suas participações para outras audiências.

Assim, nós vamos iniciar nossos trabalhos passando a palavra para o primeiro Governador da nossa lista, que é o Senador Wellington Dias, por um tempo de dez a doze minutos, assim que convier – e não podemos delongar muito, não é? –, para que ele possa apresentar suas sugestões para a nossa Comissão.

Com a palavra, S. Exa. o Governador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Para expor.) – Querido Senador Confúcio Moura, eu quero também saudá-lo e agradecer por essa oportunidade, na pessoa de quem, para ganhar tempo, saúdo cada um dos Senadores, Senadoras aqui presentes.

Já, de pronto, quero registrar a importância e agradecer ao Senado Federal, desde o início da pandemia, por adotar corajosamente medidas que ajudaram – e ajudaram muito –, para que a gente tivesse condições de lidar com esses desafios da pandemia aqui junto com Câmara, também agora mais recentemente com o Senador Rodrigo Pacheco, junto com o Deputado Arthur Lira, a organização desse grupo de trabalho integrado, com a presença de Câmara, Senado e também um Governador de cada região, e ainda integrado com o Judiciário, com os Municípios, para que a gente possa acompanhar o plano estratégico, um cronograma sobre vacinas e um conjunto de medidas para a rede de saúde.

Eu vou dividir aqui, bem rapidinho, em quatro tópicos: as medidas preventivas, a parte das vacinas, a necessidade de apoio para essa rede de saúde especial para este momento e, é claro, com o cronograma de vacina, a estratégia para o social e para o econômico.

Quanto às medidas preventivas, é bom lembrar: elas, na verdade, são um paliativo e por isso que não é fácil a população tolerar. Você adota, ela tem um efeito momentâneo; depois, retorna, de novo, o coronavírus, aumenta a transmissibilidade. Agora, com a eleição, aumenta, adotam-se medidas; aí vem Natal, Ano-Novo, aumenta, adotam-se medidas; aí vem Pré-Carnaval, Carnaval, adotam-se medidas. E, agora mais recentemente, há algo de diferente: provavelmente essa nova variante tem tido um efeito de aumento de transmissibilidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que nós estamos trabalhando? Nós estamos, neste instante, inclusive a partir desse Pacto Nacional pela Vida, buscando ter a integração do máximo de forças de todos os setores em todo o Brasil, inclusive os três Poderes e também Municípios, Estados, a área federal e o setor privado. O objetivo aqui é que a gente possa ter... Neste instante, nós já estamos dentro de um colapso nacional na rede hospitalar; nós não vamos para lá, nós já estamos. Há, neste instante, uma fila gigante, estou falando de milhares mesmo, algo como 30, 40 mil pessoas em todas as filas hospitalares por vaga de UTI e, em alguns lugares também, leito clínico, ou seja, há gente morrendo sem respirador. O pulmão não funciona mais e não consegue ter o equipamento para auxiliar. Então, esse é um problema realmente, grave. Aqui, qual é o objetivo? É de a gente poder garantir as condições de, neste instante, de alguma forma, cortar a transmissibilidade. A ideia é ver se a gente – como fizemos no Carnaval, suspendendo o evento – faz nas 27 unidades da Federação, inclusive dando liberdade para fazer de acordo com a realidade.

Eu conversava hoje com o Governador Wilson Lima. Está graças a Deus melhorando lá no Amazonas, mas ele, ainda assim, está adotando, numa saída gradativa, medidas no Amazonas; há outros adotando medidas mais fortes, mas o importante é essa medida nacional.

Além disso, a gente tem que estar com um olhar para a parte da vacinação. Na vacinação, o que a gente trabalha desde o início? Variadas vacinas. De novo, quero agradecer aqui pela segunda lei aprovada pela Câmara e pelo Senado, agora sancionada ontem pelo Presidente Bolsonaro, em que eu diria que o mais importante é colocar um rito mais célere para a Anvisa. Não é razoável você demorar numa situação de calamidade, de pandemia. Então, são sete dias para que haja solução para a Janssen, para a Moderna, para a Sputnik, para a Covaxin, enfim. E, dessas, algumas têm vacina, como é o caso da Sputnik. Os países estão represando pelas suas necessidades, mas a Rússia se coloca à disposição de fornecimento, e a União Química tem como produzir também no Brasil. E ainda temos a chance também com a Sinovac de ampliação.

Aqui, o que nós trabalhamos? Um cronograma para chegar em abril com algo em torno de 50 milhões de pessoas vacinadas. O grupo da chamada primeira fase é composto por pessoas com mais de 60 anos, pessoas da saúde, indígenas, pessoas que estão em asilos – há um lado científico nisso aqui – e ainda o pessoal que tenha comorbidades. O objetivo aqui: esse grupo responde por 70% das internações e 70% dos óbitos. O que a gente espera? Vacinando esse grupo, reduz-se a internação, reduz-se o óbito. É o que já acontece, por exemplo, no Amazonas, onde a gente já teve um avanço especial.

Ao mesmo tempo, nós vamos ter a necessidade de ter um cronograma para até julho vacinarmos 70% ou mais. Por quê? Porque, segundo a ciência, gera-se aí uma imunidade mais geral. Então, vejamos: a partir daí, foi feito um cronograma – agora, 17 de fevereiro –, o cronograma tinha inconsistências, e nós o passamos a cada laboratório, a cada país, a cada embaixada, a cada empresa, para poder checar e, a partir daí... Por exemplo, o Butantan tinha uma previsão, na verdade, de 13,3 milhões de doses. É possível haver mais linha de produção? É possível haver dois turnos de funcionamento? Sim. Então, subiu para 23,3





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões de doses em março, por exemplo, e uma quantidade maior em abril. Portanto eles estão cumprindo esse calendário.

A Fiocruz: estivemos lá agora, inclusive, com o Ministro Pazuello, com o Itamaraty, com a equipe do Ministro Paulo Guedes, Governadores, e ali acertamos três coisas importantes sobre a AstraZeneca. Primeiro, eles estão com uma linha de produção – já havia lá, quando nós visitamos, 1,5 milhão de vacinas prontas –, e agora a ideia é de eles colocarem duas linhas de produção com dois turnos cada uma. Cada linha de produção dessas produz algo em torno de 250 mil doses por turno. E isso nos permite chegar já na próxima semana com 400 mil, 500 mil doses e, no final de março, já na última semana, com 1 milhão de doses por dia. Então, havia uma previsão de 3,8 milhões, e isso vai ampliar, provavelmente, para 5 milhões, 6 milhões, em março, mas numa perspectiva de um número bem maior, próximo de 20 milhões em abril.

Ali também nós tratamos sobre aquele consórcio da OMS que permitiu que a AstraZeneca da Coreia já começasse a fazer entrega, no qual, na proporção da cota do Brasil, o Brasil tem direito a 9,1 milhões de doses disso que está programado até maio.

Houve uma reunião anteontem em que o Ministro Pazuello apresentou uma posição do Brasil que nós apoiamos pelo Fórum de Governadores. Eles vão entregar, dia 23 agora, 2,997 milhões de doses, cerca de 3 milhões de doses; outra cota mais ou menos igual, em abril; e outra em maio.

Também ali há um prédio – e aí eu quero aqui fazer este apelo ao Congresso Nacional; isso é importante aqui no Senado. O ganho principal foi o entendimento para, em abril, concluir-se a parte de obra e equipamento para o Brasil produzir na Fiocruz o IFA, e é possível haver testes já em maio. E eu acho que o Congresso brasileiro com o Congresso do Reino Unido... Nós estamos, inclusive, direcionando lá ao Governo do Reino Unido, à Universidade de Oxford, à AstraZeneca, para a transferência tecnológica antecipada para maio, para que a gente tenha condição de o Brasil produzir o IFA na Fiocruz. Isso permite independência, inclusive para que a gente possa também abastecer outros países, além de imunizar rapidamente o Brasil.

E eu acho que tem que haver aqui todo um acompanhamento nosso para essa autorização da Sputnik. É um laboratório brasileiro, é verdade que não tem a experiência do Butantan e da Fiocruz, mas pode iniciar produzindo 8 milhões de doses por mês e chegar até a 20 milhões de doses lá na frente.

E, é claro, outras vacinas.

E eu acho que, se o Brasil é reconhecido pela Organização Mundial da Saúde e pelos outros países como o centro da epidemia – e é! – no mundo, hoje, do coronavírus, se nós somos, inclusive, colocados como um risco por conta das variantes, da propagação de variantes para o mundo, então queremos um tratamento diferenciado. O Governo americano proibiu exportação de vacina: nós estamos nos dirigindo a eles – e eu acho que o Congresso brasileiro pode atuar também com o Congresso americano, com o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Governo americano –, para que eles, que proibiram exportação de vacinas, como o fez a Índia, levem em conta a realidade brasileira, para que possamos ter vacina de contratos que já temos. Não é para receber de graça; o Brasil compra. Compra da Pfizer, compra da Janssen, compra da Moderna. E liberar cerca de 10 milhões da AstraZeneca, que estão lá e com as quais eles nem estão trabalhando.

E um pedido aqui especial. A AstraZeneca, do Reino Unido, da Universidade de Oxford, não cumpriu o contrato com o Brasil – não está cumprindo: era para entregar 15 milhões de IFAs para a Fiocruz em janeiro, não entregou, repassou para o Serum, da Índia, que também produz AstraZeneca, cumprir. A Índia proibiu a exportação. E precisa a Universidade de Oxford trazer de onde houver e cumprir o contrato com o Brasil, até por esta realidade do Brasil.

E eu devo dizer, finalmente, que a gente tem que ter um olhar para a rede de saúde. Eu vi aí nos requerimentos e isto é muito importante: como é que está a situação do nosso estoque para abastecimento? Nós estamos num nível de consumo gigantesco de medicamentos, de oxigênio, de todos os insumos. Então, esse cuidado é importante.

E um outro olhar é o trabalho em que a gente já vai ter redução agora em maio, mas é importante não deixar de ter aqui um apoio ao Ministério da Saúde, com recursos. No Orçamento que está aí no Congresso, vêm R\$43 bilhões a menos do que no ano passado para a saúde. Por quê? Além da Covid, existe uma fila gigante de outras doenças e ainda os sequelados pós-Covid. Então, a gente precisa cuidar disso.

E, é claro, finalmente, nós vamos ter que trabalhar esse cuidado especial aí do social. Eu parabeno também pelo auxílio emergencial, ele é muito importante: a fome cresceu mesmo, para valer – todo mundo acompanha isso nos seus Estados. E tem que haver um cronograma de vacina com um cronograma para a economia. Não pode deixar aí no "deixa acontecer", não. Eu acho que tem que haver um plano de investimentos públicos se somando a investimos privados, se somando a atração de investimentos. E, nesse aspecto, também colocamos aqui o Fórum de Governadores à disposição para trabalhar junto com a Casa da Federação, que é o Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado pelas informações brilhantes, oportunas e pelo trabalho que o Fórum de Governadores tem feito, também na pessoa do Senador Wellington Dias. Muito obrigado! Vamos em frente.

Eu passo a palavra agora ao Governador Wilson Lima, do Estado do Amazonas. Com a palavra V. Exa., Governador.

O SR. WILSON LIMA (Para expor.) – Obrigado, Senador. Quero cumprimentar o senhor e, na sua pessoa, cumprimentar os demais Senadores aqui presentes, cumprimentar também a todos os colegas



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Governadores e já estender aqui a minha solidariedade a tudo que tem acontecido com relação à questão da Covid, que tem se agravado muito nos últimos dias. Cumprimento as demais autoridades e as pessoas que nos acompanham de forma virtual.

Eu vou falar de alguns números e de algumas situações que aconteceram aqui no Estado do Amazonas, que foi o primeiro Estado a atingir um nível muito agudo de casos e de letalidade da Covid-19 e que acaba sendo um espelho para o resto do País. A gente pagou um preço muito alto. Nosso povo foi muito penalizado porque a gente não tinha nenhum ponto de referência no País para entender de que forma a gente lidaria com esse pico e também para entender qual seria a gravidade. O Governador Wellington Dias, que é o nosso líder nessas questões de saúde e de vacina, colocou de forma muito acertada as providências que devem ser tomadas para que a gente possa evitar esse agravamento ou pelo menos minimizar esse sofrimento do nosso povo. Então, vou tentar ser breve aqui nas minhas colocações, mas é importante que se observem alguns pontos do que aconteceu aqui no Estado do Amazonas.

Agora, nesse segundo pico de janeiro ao início de março, nós tivemos mais da metade dos casos de óbito. Nós temos aqui algo em torno de 11 mil óbitos resultantes da Covid. As pessoas que estão morrendo são aquelas pessoas acima de 60 anos de idade – 70% dessas pessoas é que estão vindo a óbito. Daí a necessidade, como o Governador Wellington coloca, dessa pressa, dessa urgência de que a gente tenha disponibilidade de vacinas para imunizar esse grupo acima de 60 anos de idade e aquelas pessoas que também têm comorbidades.

Com isso, com esse agravamento que a gente observa agora no País, haverá naturalmente – já está havendo – a questão do aumento de oxigênio, que é uma realidade. A gente sofreu um problema muito grave aqui com relação a isso. Nós saímos de um consumo diário de 15 mil metros cúbicos de oxigênio para 80 mil metros cúbicos, e isso em um espaço de tempo muito curto, porque neste momento, agora, os casos evoluem com uma rapidez muito grande. Aqui no Estado do Amazonas, a evolução para a gente atingir o pico de internações e de óbitos foi de 18 dias e, depois que chegou ao pico, foram 30 dias para que começasse a chegar aos patamares que a gente tinha no início desse segundo pico. Então, é importante que se atente para essas questões, para a questão dos insumos básicos, que acabam sendo escassos em razão dessa demanda, sobretudo medicamentos e outros insumos para a intubação.

RH é um problema que a gente começa a ter, mão de obra especializada, principalmente médicos intensivistas e enfermeiros. Há também uma majoração nos preços e, naturalmente, começa uma concorrência muito grande para que essa mão de obra possa ser disponibilizada.

O caminho para a gente minimizar isso não é outro: primeiro, a vacinação e a restrição; medidas de restrição são importantes. A gente tem alguns estudos aqui que indicam que as medidas que nós tomamos de restrição foram muito efetivas não só para evitar a questão da transmissibilidade do coronavírus, mas também para evitar outras causas que possam ocupar os hospitais, como facadas, gente que chega ao





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hospital baleada, por violências, por acidentes de trânsito. Uma medida que a gente adotou aqui e que foi muito efetiva foi a restrição de circulação de pessoas entre 19h e 6h da manhã.

É claro que qualquer medida nesse sentido é muito antipática, porque ela mexe com uma parcela muito significativa da população, ela mexe com a atividade econômica. Então, é preciso ter muito equilíbrio e, acima de tudo, um diálogo constante com os setores e com os órgãos de controle. A gente trabalhou muito essa questão do diálogo, de haver uma regularidade de conversas com os agentes envolvidos nesse processo, porque isso não depende apenas de uma decisão do Governador, de uma decisão do Prefeito; isso depende de um conjunto de ações da sociedade.

Aí, a gente tem trabalhado aqui para encontrar esse equilíbrio da ampliação da nossa rede hospitalar, da flexibilização para manter o mínimo de atividade econômica em funcionamento e também a questão social.

O que o Governo Wellington coloca sobre pessoas que estão sendo penalizadas e atingidas neste momento, gente passando fome, é uma realidade. O comércio informal, que é aquele que entra nessa relação daqueles que sofrem restrições, é o mais vulnerável, porque a pessoa da atividade informal trabalha e o que ela ganha hoje é para comprar a janta para levar para a casa. Então, ela sai todos os dias, vamos dizer, para aventurar. É importante levar em consideração esse tripé – saúde, economia e social –, para que haja um trabalho de proteção da vida.

A gente conseguiu avançar muito aqui no Estado do Amazonas. Apesar de ainda estar em uma situação crítica a nossa rede hospitalar, hoje a gente consegue garantir atendimento a todas as pessoas que estão procurando o nosso sistema. Hoje aqui, na capital, em média, se espera 6h para transferência de um leito de UTI e no interior espera-se, em média, 24h. A nossa dificuldade com relação ao interior é porque os pacientes agravados só são transferidos para a capital, a maioria deles, de UTI aérea. Então, há toda uma programação. Hoje a nossa ocupação de leitos clínicos é de 54% e de leitos de UTI de 85%. A gente já começa a fazer um estudo e já fazer essa construção de transferência de pacientes de outros Estados aqui da região, como Rondônia, Acre, Roraima, que estão numa situação mais difícil, aqui para o Estado do Amazonas. São aqueles pacientes leves e moderados.

Nossa taxa de transmissão caiu muito. A gente chegou a estar em primeiro lugar, numa taxa de transmissão de 1,3. Hoje nossa taxa é de 0,87, e a gente está trabalhando aqui, esperando o momento em que a gente chegue a 0,82, para que a gente possa ter um pouco mais de tranquilidade. Daqui a pouco, inclusive, terei mais uma reunião com os órgãos de controle para informar o nosso cenário.

A gente está aqui num processo de flexibilização e de retorno das nossas atividades econômicas. O comércio voltou a funcionar parcialmente. Mantive serviços essenciais, como supermercado, farmácias e outros que são importantes para atender à população nesse momento, e a gente segue aqui observando os números, porque a gente ainda desconhece muita coisa sobre essa doença. Mas, enfim, esse é o cenário





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

daqui que a gente enfrentou e ainda continua enfrentando, no Estado do Amazonas, e eu imagino que possa ser um espelho para os outros Estados, entendendo a rapidez com que os casos evoluem, a rapidez dessa taxa de transmissão, que acaba colapsando o sistema de saúde, e, em alguns casos, infelizmente, isso será inevitável.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Governador Wilson Lima, que acabou de falar nesse momento. As suas palavras alentam a todos nós, de que os programas governamentais feitos vão surtindo efeito progressivamente, como está acontecendo no Amazonas, que foi objeto de reportagens diárias e agora está abrandando a situação. Parabéns à equipe e a V. Exa.

Eu passo a palavra ao próximo Governador, o Governador da Bahia, Rui Costa.

Governador, o senhor pode usar a palavra.

O SR. RUI COSTA (Para expor.) – Bom dia, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia, Governador.

O SR. RUI COSTA (Para expor.) – Quero cumprimentar a todos os Governadores e dizer que a situação, infelizmente, é muito crítica, dadas – como já foi dito – as características dessa nova cepa, e os elementos de maior dificuldade, como apontado aí pelo nosso Governador Wilson Lima, eu diria que o gargalo maior para expandir a rede de assistência é pessoal. Então, a formação de equipes, fechar plantões sete dias por semana e 24 horas por dia tem sido o maior limitador para garantir a velocidade da abertura de leitos.

Evidentemente, nós temos uma distribuição desproporcional do conjunto de médicos e de especialistas no Brasil. As Regiões Norte e Nordeste contam com uma proporção menor de médicos *per capita* do que o Sudeste e o Sul e, desses especialistas, numa proporção ainda menor. Então, esse até agora tem sido um limitador grande. Nós abrimos 200 leitos na semana passada na Fonte Nova, estamos abrindo mais 200 agora, no novo hospital cuja construção nós concluímos, e temos aberto leitos também no interior. A característica dessa doença, portanto, é de que ela agrava mais e leva mais pessoas para a UTI.

Só para dar um dado comparativo, no pico da doença, no ano passado, nós tínhamos 30 mil casos ativos no mês de julho. Com 30 mil ativos, nós chegamos a ter aqui no máximo cerca de 800 pacientes na UTI. Agora, chegamos a 20 mil e, com 20 mil, nós estamos com 1,4 mil pacientes; ou seja, temos 10 mil casos ativos a menos e temos 600 pacientes a mais em UTI. Isso mostra a gravidade dessa nova variante, o quanto ela é mais agressiva e que ela avança um pouco mais em idades inferiores a 60 anos. A grande maioria ainda é acima de 60, mas começa-se lentamente a mudar o perfil. Ela tem feito vítimas pessoas jovens de 24 anos, 30 anos, 40 anos... Aumentou o número de casos entre as pessoas mais jovens, que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisam de hospital, precisam de UTI, e também lentamente vai subindo o percentual do número de óbitos nessas faixas etárias abaixo de 60.

Então, depois do limitador pessoal, o segundo limitador, eu diria, são os insumos. Dada a situação grave de todo o País, os insumos começam a ficar escassos. Aí foi citada a questão dos medicamentos, e, como a compra, infelizmente, tem sido descentralizada entre os Estados, isso leva a uma elevação dos preços. Evidentemente que, se houvesse uma compra centralizada pelo Governo Federal ou uma requisição do Governo Federal, fixando o preço para os representantes, isso conseguiria segurar os preços, mas nós temos 27 Estados e 5 mil Municípios disputando preço de medicamento. É evidente que o bê-á-bá de economia diz: aumentando a procura, aumenta-se o preço. Então, a compra descentralizada por Estados e Municípios leva, necessariamente, a uma elevação dos preços e a um leilão de quem tem esses medicamentos e esses insumos. Uma compra centralizada ajudaria muito a conter essa absurda elevação de preços e esse leilão feito pelos representantes desses insumos. Alguns deles, por exemplo, a bomba de infusão – estou vendo a imagem do nosso Senador Otto Alencar, que é médico, e a quem cumprimento –, que é aquela bomba usada para fazer dosagem de medicamentos na UTI, normalmente não é comprada. Os vendedores dos insumos, daquele materialzinho plástico, dos tubinhos plásticos, daqueles complementos, botam em comodato a bomba, que não era vendida, e hoje eles dizem que não têm para botar em comodato e estão ofertando para vender. Nunca foi vendida, sempre foi colocada em comodato. E hoje não há.

Nós estamos, por exemplo, fazendo importação; devemos concretizar hoje, fechar negócio de importação de mil bombas, porque, no mercado brasileiro, nós não estamos achando, e os preços desses que faziam por comodato – repito, não eram vendidas – estão extorsivos aqui no Brasil. Então, nós estamos importando uma quantidade grande dessas bombas para poder fazer a abertura de leitos de UTI.

Então, uma sugestão era no sentido de tentar centralizar essas compras, para conter esse abuso, eu diria, dos fornecedores, que estão buscando ganhos superextras neste momento de desespero dos Estados, dos Municípios.

E aqui a gente segue adotando medidas de contenção daquelas aglomerações, principalmente noturnas, feitas por jovens. Então, nós estamos, até o final do mês, com restrição de circulação das 20h até as 5h da manhã no Estado inteiro e, em duas regiões, está suspensa a atividade comercial não essencial até segunda pela manhã: na Região Metropolitana de Salvador e na região de Guanambi. São as duas regiões que estão no estado mais crítico; as outras regiões também são graves. Mas a gente conseguiu, só para vocês... Antes, o que o Wilson Lima colocou: as medidas de fato dão resultado. Uma semana antes, Senador Confúcio, de nós adotarmos a medida, tínhamos crescido 10 mil casos em uma semana; uma semana depois da tomada de decisão, nós estabilizamos o número de casos e não crescemos nada; e ontem tínhamos registrado uma queda de 2 mil casos. Então, efetivamente, depois da vacina, as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medidas que reduzem efetivamente o contágio, a doença, são medidas restritivas, principalmente aquelas que buscam conter os momentos de aglomeração.

Quero saudar aqui o Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, cumprimentá-lo e agradecer ao Senado e ao Congresso pela aprovação dessa medida da vacina. Isso vai, na minha opinião, dar agilidade à aquisição. Não fazia sentido, de fato, a Anvisa fazer todo o trabalho que outras instituições internacionais já haviam feito, e isso vai facilitar, não tenho dúvida, a aquisição de vacinas, vai acelerar. Nós temos vacinas disponíveis hoje – não essas que estão hoje no Brasil.

Alguns laboratórios, evidentemente, continuarão dando preferência a negociar com a União, no que eles não estão errados – na minha opinião, estão certos. Nós tivemos reunião aqui com a Pfizer e com a Johnson. Eles disseram que só abrirão eventual negociação com os Estados se frustrar a negociação com o Governo Federal. Repito: posição com a qual nós concordamos, até porque, imagine, se cada laboratório, em todos os países, fosse negociar com entes subnacionais, ficaria extremamente lento, burocrático e oneroso para eles e para todo mundo. É muito melhor negociar com os governos centrais de cada país. E só abrirão eventual negociação com os Estados se não obtiverem sucesso.

No caso da Pfizer, eles nos disseram que têm o prazo do dia 19 como data limite da assinatura desse contrato; caso contrário, eles abririam a negociação com os Estados. Mas nós temos outras vacinas no mercado: temos a vacina russa, temos mais duas vacinas chinesas, temos a vacina indiana, temos a Moderna, temos outras já aprovadas por organismos relevantes internacionais. E, portanto, nós podemos buscar essas vacinas para, num curto prazo, botar qualquer quantidade aqui.

E o nosso foco, Presidente Rodrigo, é avançar na imunização dos idosos. Setenta e sete por cento, no caso da Bahia, de quem está na UTI hoje tem acima de 60 anos, 77%! Então, eu diria que a urgência não é nem ter o plano, para vacinar toda a população do Brasil, no curto prazo; eu diria que a nossa questão é muito emergencial. Como o Otto gosta de dizer, se o paciente está precisando de procedimento, tem que botar na sala de cirurgia – não é, Otto? – e fazer a cirurgia. Então, o paciente está precisando de cirurgia e é preciso conseguir, no curto prazo, o maior número de vacinas.

É evidente que um plano nacional de imunização de toda a população é bem-vindo até o final do ano, é elogiável, mas nós precisamos, para conter essa crise, esse colapso momentâneo, conseguir o maior número de doses possíveis do maior tipo, número de vacinas possíveis, para conter isso. Se avançarmos nessa vacinação dessa população de 60 para cima, nós vamos derrubar drasticamente a ocupação das UTIs no Brasil, não tenho dúvida disso. Se a gente conseguisse hoje, em um mês, imunizar a população, pelo menos, acima de 60 anos, nós iríamos reduzir as lotações das UTIs para cerca de 20% do que nós temos hoje. Então, essa é a busca desesperada pela vacina.

E o resultado, mesmo com a primeira dose, é extraordinário. Nós tivemos aqui a aplicação da primeira dose nos asilos. E, em um dos asilos, na cidade de Amargosa, o vírus entrou e contaminou todos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

os idosos. Felizmente, nenhum precisou de atendimento hospitalar. Todos, como só estavam com a primeira dose, pegaram o vírus, mas nenhum, mesmo sendo pessoas idosas, nenhum precisou sequer de atendimento hospitalar, ficaram todos com sintomas leves. Então, mesmo a primeira dose já nos garante, eu diria, uma relevante melhora do quadro clínico dos pacientes.

Esse, eu diria, é o esforço nosso. Então, se eu pudesse resumir, é conseguir o maior número de vacinas, rapidamente, de vários fabricantes, pelo menos para imunizar esses idosos acima de 60, e buscar ter uma atuação no sentido da centralização das compras, principalmente de insumos e equipamento mais raros, para evitar esse leilão que os fornecedores fazem. E é evidente: na medida em que eles têm 27 Estados desesperados por medicamentos e consumos, têm 5 mil Municípios desesperados por medicamentos, eles cobram o preço que bem entendem. Então, os preços estão subindo à estratosfera e os insumos rareando. Então, a maioria dos países do mundo fez a opção, para conter esse crescimento, de fazer a aquisição centralizada e, com isso, inverter o jogo, ou seja, o laboratório, o fornecedor vai ter o ganho, mas não esse ganho especulativo com a vida humana, como está acontecendo no momento.

Era isso, Confúcio, muito obrigado. Obrigado, Presidente. Um abraço a todos os Senadores na pessoa do nobre Senador Otto Alencar. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Governador Rui Costa, pela sua participação didática. Muito agradecido a V. Exa.

Neste momento, o nosso Presidente Rodrigo Pacheco veio prestigiar os Srs. Governadores, e, como ele tem agendas múltiplas daqui a pouco, eu passo a palavra para o Senador Rodrigo Pacheco, nosso Presidente, e, logo a seguir, passo a palavra para os dois últimos, que são os Governadores Carlos Moisés e Camilo Santana.

Presidente Rodrigo Pacheco, V. Exa. está com a palavra.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para interpelar.) – Muito obrigado, meu caro Senador Confúcio Moura. Bom dia a todos. Eu o saúdo, Senador Confúcio, como Presidente desta Comissão de acompanhamento da Covid, igualmente o Relator, Senador Wellington Fagundes, e todos os seus membros.

Cumprimento de maneira muito especial os Governadores convidados para esta assentada de hoje, para discutirem mais uma rodada de possibilidades e alternativas para o enfrentamento da pandemia.

Eu me atrasei um pouco para entrar em função de um outro evento de que participava da construção civil, mas pude ouvir quase a inteireza da fala do Governador Rui Costa, a quem saúdo de maneira muito especial, sempre com aquele agradecimento do almoço que me proporcionou no mês de janeiro, em Salvador, na Bahia. Muito obrigado, Governador Rui Costa e toda a bancada do Senado da Bahia – e vejo aqui o meu querido amigo Otto Alencar, que representa a bancada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou solidário aos Governadores, sou solidário aos Prefeitos e não posso deixar de sê-lo no momento em que imagino o que todos os senhores, como Chefes dos Executivos, estão passando e enfrentando. São muitas cobranças, muitas angústias, muitos dilemas, muitos problemas e, com certeza, o mesmo sentimento que todos nós temos: uma tristeza profunda por esse momento que nós estamos vivendo no País. Mas nós, homens públicos pelo Congresso Nacional, pelos Governos dos Estados, pelo Governo Federal, pelos Municípios, temos que ter energia tirada não sei exatamente de onde, mas uma energia para poder transformar todo esse momento e tudo isso de ruim que nós estamos vivendo em ações que sejam efetivas como reação a todo esse momento do Brasil.

E nesse mês de fevereiro nós buscamos reagir e reagimos com os instrumentos possíveis e inteligentes – na minha opinião aptos – para poder fazer esse enfrentamento.

O primeiro deles foi o Projeto de Lei 534, de 2021, que conferiu à União e também aos demais entes federados a segurança jurídica necessária para contratar com esses laboratórios internacionais, com essas indústrias farmacêuticas que têm exigido nas suas cláusulas de contrato imposições de responsabilidade por eventuais efeitos adversos da vacina, impondo ao contratante, portanto a União ou quem venha com eles contratar, a responsabilidade integral por esses efeitos adversos. Obviamente que, numa relação comercial pura, simples e normal, isso poderia gerar alguma estranheza, alguma dificuldade de contratação, mas, no encontro que fiz com o representante dessas indústrias dias atrás, ressaltei a eles que não há outro caminho. Nós precisamos da vacina, nós precisamos do produto que eles produzem e, para isso, nós não mediríamos esforços para esse desiderato. E, na conversa com o Ministério da Saúde, diziam que era preciso ter um marco legislativo que pudesse conferir segurança jurídica ao agente público, nessa contratação um tanto atípica, de assunção de responsabilidades. E assim fizemos, em tempo recorde no Senado; depois também igualmente a Câmara; e ontem esse projeto foi sancionado, convalidando, então, uma lei, a Lei 14.125, de 10 de março de 2021, que estabelece justamente essa segurança jurídica nessa contratação pelos entes federados.

E já ontem, no Palácio do Planalto, no evento de sanção desse projeto, o Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, me disse que, fruto dele, já havia previsão para hoje da contratação das vacinas da Pfizer, inclusive alargando a quantidade de doses e antecipando o cronograma para o mês de setembro – informação que me foi dada, inclusive, também pelo Ministro Paulo Guedes.

Então, aquilo que o Governador Rui Costa destacou como o mais essencial, que é a busca – ele usou um termo muito conveniente – desesperada pela vacina, é uma busca que começa a se concretizar a partir de iniciativas do Congresso Nacional, nesse diálogo muito aberto sempre com os Governadores e com a sensibilidade também do Ministério da Saúde, evidentemente, a quem cabe a responsabilidade principal desse enfrentamento. Então, nós temos hoje um ambiente de algum otimismo, embora ontem tenha sido o pior dia da pandemia, mas de algum otimismo, em que nós começamos a reagir com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inteligência, com eficácia na aquisição dessas doses de vacinas, especialmente dessas indústrias que tinham essas cláusulas restritivas.

Para além disso, o projeto também prevê a possibilidade da iniciativa privada. Eu, no encontro que fiz agora com o setor da construção civil, fiz um apelo a esse setor, como faço a todos demais setores produtivos brasileiros, às grandes corporações, às federações, às confederações, às grandes empresas, inclusive multinacionais, para que possam ajudar o Estado brasileiro. E esse instrumento normativo dessa Lei 14.125 permite a participação da iniciativa privada num primeiro momento, à guisa de filantropia, de solidariedade, de buscar, às vezes, com a burocracia que emperra no setor público alguma negociação, que eles próprios possam fazer a aquisição, em algum momento, dessas vacinas como doação para o Sistema Único de Saúde. Não é uma competição entre setor público e privado: é comunhão de vontades, é convergência, é união, é solidariedade. É disso que nós precisamos. Nós não precisamos saber de onde vem, desde que seja certificada a vacina; adquirida por quem for, nós temos que usá-la para vacinar, especialmente os mais vulneráveis, o grupo de risco, no Brasil, de maneira prioritária.

Então, buscamos, com esse projeto, conciliar a segurança jurídica dos entes federados, e a possibilidade da participação da iniciativa privada, preservando o Sistema Único de Saúde e as prioridades do Programa Nacional de Imunizações, igualmente do programa de operacionalização de enfrentamento da pandemia. E essa foi uma medida efetiva que nós podíamos ter tomado, e tomamos, e hoje é uma realidade que poderá, sim, permitir o ganho de escala da vacinação no Brasil já nos próximos dias, nos próximos meses.

Além disso, eu encaminhei, juntamente com o Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, um ofício de que eu gostaria de dar ciência a todos os Governadores, a todos os membros desta Comissão, e da resposta que foi dada a esse ofício, uma resposta longa – estou com ela em mãos. Já fiz o encaminhamento ao Senador Confúcio Moura, Presidente da Comissão, para que, no âmbito da Comissão, a partir dessa resposta do Ministro Eduardo Pazuello, possam ser tomadas as providências dos desdobramentos a partir disso, inclusive com o acompanhamento sempre colaborativo – e firme, no sentido de fiscalizar, mas sempre colaborativo –, que é o perfil desta Comissão, de buscar solução. Não é só o compromisso com o problema, é o compromisso com a solução.

Então, ao encaminhar este ofício ao Presidente Confúcio Moura, ao Relator Wellington Fagundes, quero crer que a Comissão poderá fazer dele um plano para um desdobramento de acompanhamento junto ao Ministério da Saúde.

O que se buscou, Srs. Governadores, era saber do Ministério da Saúde qual era o cronograma da vacina, se aquele cronograma apresentado numa audiência realizada no Senado, com a participação do Presidente da Anvisa e do Secretário Executivo do Ministério da Saúde, em que se apresentou um cronograma para o mês de março, para o mês de abril, maio, e assim sucessivamente, se isso está mantido. Se não está mantido, qual é a razão e qual é a mudança que foi feita do cronograma, e quais os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obstáculos para o cumprimento do cronograma, e qual a dificuldade que pode surgir com relação ao insumo para a produção da vacina, quais os obstáculos que podem existir em relação à aquisição dessas vacinas, porque foi numa conversa dessa que eu tive com duas indústrias farmacêuticas que me disseram o problema que havia, que emperrava a produção da vacina, é que originou a possibilidade de uma lei que permitiu que isso acontecesse, como de fato vai acontecer.

Então, é esse diálogo permanente que nós temos que ter, porque nós não podemos jogar um obstáculo apresentado para a evolução da vacinação no Brasil debaixo do tapete e não buscar solução para ele. Às vezes a solução não está nos dois polos que estão dialogando. Às vezes a solução é vista de fora, é a sugestão, de um Governador, é a sugestão de um Senador, é a sugestão de um Deputado. Essa é a razão de ser, eu acho que o papel desta Comissão é fundamental neste sentido, e é por isso que participo desta reunião, Presidente Confúcio Moura, para poder dizer a V. Exa. que, da parte da Presidência do Senado e do Congresso Nacional, nós não mediremos esforços para fortalecer, robustecer, dar condições e instrumentos para esta Comissão funcionar como vem funcionando na sua plenitude, com ideias que se materializam em ações e ações que se materializam em resultados. Eu não tenho dúvida de que esses resultados virão, como veio com esse projeto concebido pelo Senado. Então, é isso que nós temos que fazer neste momento.

Eu quero parabenizar todos que estão envolvidos e imbuídos desse propósito que, antes de mais nada, não é político. É um propósito humano, de poder ajudar as pessoas do Brasil a terem, o mais rapidamente possível, a solução para essa vacinação. O que nós temos, no final das contas, é um cenário que se descortina de solução. Nós já vacinamos dez milhões de pessoas, acho que esse é o número. Nós vamos avançar nessa vacinação. Daqui a pouco, se Deus quiser, todos os brasileiros estarão vacinados. Nós vamos ter enfrentado essa pandemia, mas o que ficará é o legado do quanto nós pudemos mitigar e minimizar os impactos dessa pandemia, quantas mortes nós evitamos, quantas sequelas nós evitamos a partir das nossas ações mais imediatas. É isso que nos impõe este momento, é esse trabalho para evitar o máximo possível das consequências maléficas dessa pandemia.

Então, com essas considerações, apenas para transmitir, resumidamente, ao final, a minha solidariedade aos Governadores e Prefeitos Municipais, o meu espírito colaborativo com o Governo Federal e o Ministério da Saúde na busca de soluções, o meu credenciamento absoluto, como Presidente do Senado e do Congresso Nacional a esta Comissão de acompanhamento da Covid, tão bem presidida pelo Senador Confúcio Moura e relatada pelo Senador Wellington Fagundes, para que representem o Senado de maneira imediata no enfrentamento desta pandemia.

Então, há essa legitimidade desta Comissão fundamental, como a face do Senado, principal, no enfrentamento desta pandemia, e as nossas medidas que tomaremos como Plenário do Senado Federal, como aquela sugerida pela Senadora Rose de Freitas ontem e aprovada, de trazermos... Assim como fizemos com o Ministro da Saúde, com o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, com o Presidente da Anvisa, com a Diretora da Anvisa, que vieram ao Senado Federal prestar esclarecimentos e puderam



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

transmitir o prognóstico do enfrentamento desta pandemia, que façamos também com as indústrias farmacêuticas, para ouvir delas quais as dificuldades enfrentadas, qual o cronograma e qual a escala de entrega de vacinas para o povo brasileiro de que têm previsão.

Então, todos esses compromissos estão aqui firmados, reafirmados.

Quero agradecer muito o trabalho que tem sido desempenhado por todos os senhores.

Por fim, encaminharei ao Presidente Confúcio Moura tanto o ofício que nós encaminhamos, Presidente do Senado e Presidente da Câmara, ao Ministro da Saúde quanto a sua resposta, feita no dia subsequente, para que a Comissão avalie os desdobramentos dessas indagações e dessas respostas. E, igualmente, peço também a esta Comissão que avalie, juntamente com as Lideranças partidárias, o que certamente farão, de maneira principal os três vetos ao Projeto de Lei 534, que foi convertido na Lei 14.125, que são vetos de artigos e dispositivos que não constituem a essência do projeto, é verdade, mas que, eventualmente, podem ser avaliados em uma futura e próxima sessão do Congresso Nacional. São duas missões importantes: avaliação das respostas do Ministério da Saúde e análise dos vetos à lei que nós concebemos no Congresso Nacional.

Muito obrigado a todos os senhores. Fico, inclusive, à disposição até por volta de 10h30, quando terei de começar a reunião de Líderes. Já peço, antecipadamente, desculpas por ter de me ausentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Presidente Rodrigo Pacheco, pelas suas palavras, pela colocação do seu mandato como Presidente do Senado à disposição da causa, do enfrentamento da Covid e suas danosas consequências.

Dando continuidade, passo a palavra ao Exmo. Governador Carlos Moisés, do Estado de Santa Catarina.

Por favor, Governador. V. Exa. está com a palavra.

O SR. CARLOS MOISÉS (Para expor.) – Bom dia, Senador Confúcio!

Obrigado, Presidente, pela oportunidade de estar com os senhores.

Quero cumprimentar o nosso Senador Rodrigo Pacheco, o Presidente, e, na sua pessoa e na do Senador Esperidião Amin, que nos acompanha também de Santa Catarina, cumprimentar todos os demais Senadores. Cumprimento os nossos colegas Governadores na pessoa do Senador Wellington Dias, que bem representa o Fórum de Governadores nessa temática e tem estado sempre presente, muito ativo, nos auxiliando com todas as informações necessárias.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu percebo que os Governadores já abordaram, especialmente o Governador Wellington Dias, a situação geral, como a gente percebe na aquisição das vacinas. Eu quero fazer um breve relato do que a gente enfrentou em Santa Catarina recentemente, desde o início da nossa trajetória neste enfrentamento, e, ao mesmo tempo, passar a percepção de que nós estamos vivendo um momento muito diferenciado. No ano passado, nós iniciamos o fechamento de atividades aqui a partir da detecção do primeiro caso comunitário da doença. Naquele momento, tivemos um tempo: fechamos, praticamente apenas por três semanas, as atividades e preparamos os hospitais, iniciamos a preparação para entender a doença e preparar todo um sistema para o enfrentamento. Definimos as regras, o que foi importante para aquela época, regras que nos trariam a condição do convívio seguro – pelo menos – onde há atividades laborais que não podem ser suspensas, que lidam com animais vivos, com produção de proteína animal, enfim, uma série de atividades em Santa Catarina. Os senhores conhecem como é multifacetada a nossa economia e não se podia parar, então. Viemos às regras e a partir dali começamos a colher alguns bons resultados. Não paramos o Estado. O Estado continuou.

Hoje, o Estado ainda se mantém com a menor taxa de desocupação do Brasil. Cresce mais do que a maioria dos Estados brasileiros. Mas agora, em 2021, este ano começaram a aparecer novos desafios para os catarinenses, especialmente porque nós avançamos muito na criação de leitos de UTI. Aumentamos em mais de 200% os leitos de UTI.

Eu costumo dizer que as pessoas questionam, em Santa Catarina, por que nós não montamos hospitais de campanha, como aconteceu em alguns Estados. Se a gente for avaliar um hospital de campanha com 60 leitos, cem leitos, nós avançamos aqui e criamos praticamente 18, 20 hospitais de campanha, só que não em barracas, obviamente, mas dentro das unidades hospitalares. Nós elegemos 56 hospitais filantrópicos de Santa Catarina nos quais investimos dinheiro público e esse dinheiro vai permanecer; esse investimento é perene, não é algo precário, como acontece nos hospitais de campanha.

Assim que iniciou a vacinação, a gente percebeu que a população teve uma falsa sensação de segurança, talvez tenham começado a negligenciar os protocolos sanitários e nós tivemos aqui... Ficou muito claro o que aconteceu em Chapecó, talvez muito parecido com o que aconteceu em Manaus. A variante do vírus predominantemente trouxe um resultado muito diferenciado do que nós tínhamos em 2020. Toda região de Chapecó foi atingida com essa variante de alta transmissibilidade que os senhores já têm detectado nos seus Estados.

É importante dizer que a Fiocruz fez um levantamento, um estudo, uma pesquisa de campo do perfil viral que circula em vários Estados, obviamente, mas aqui no Sul praticamente 70% do que já circula em Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – no Rio Grande do Sul, cerca de 62%; em Santa Catarina, 63,5%; e no Paraná chega a atingir 70% – são novas variantes do coronavírus.

Então, é importante destacar que o problema principal já não está mais nas atividades regradas pelo Poder Público; o que a gente percebeu é que ele se encontra nas aglomerações clandestinas. Nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estávamos convivendo com o regramento das atividades até que tivemos a exposição e a transmissibilidade acentuada pelas festas – como disse o Governador Wellington – de final de ano, carnaval, enfim; mas também pelo perfil novo desse vírus, que invadiu os nossos Estados aqui.

Diante disso, a gente continuou abrindo mais leitos de UTI. Só nos últimos 30 dias, nós abrimos mais 400 leitos de UTI e separamos 500 policiais militares imbuídos do poder de polícia para fiscalização sanitária, para cumprir e fazer cumprir o respeito às regras sanitárias vigentes. Intensificamos a questão da comunicação para haver engajamento social com todos os catarinenses e fizemos uma ação coordenada com os Prefeitos, como foi o caso do oeste de Santa Catarina, onde o Prefeito também, de forma regionalizada, intensificou algumas ações de regramentos e até de suspensão de atividades, mas também avançou na criação de leitos clínicos, leitos de UTI, em parceria com o Estado, e diminuiu um pouco a circulação das pessoas.

O que nós fizemos aqui, no âmbito geral do Estado de Santa Catarina, foi, durante a semana, restringir horário de funcionamento de bares e restaurantes. E também a última medida anunciada no dia de ontem, assinada em decreto ontem foi limitar o consumo de bebida alcoólica até às 21h porque a gente entende que, com o consumo de bebida alcoólica, há uma fragilização nas regras, enfim, as pessoas deixam de ser prudentes e também diminui o índice de acidentes de trânsito, que também ocupam os ambientes hospitalares.

Também estamos investindo rapidamente na distribuição: toda vez que o ministério descentraliza vacinas, em 24 horas, elas chegam a todas as regiões do Estado.

Mas o que nós percebemos é que estamos vivendo um momento novo. Santa Catarina, com toda a estrutura que criou, como eu citei para os senhores... Há pouco tempo, no sul do Estado, um Município disponibilizou para Chapecó 30 vagas de UTI; três dias depois, ele fez contato dizendo que essas vagas não estavam mais disponíveis, ou seja, há uma diferença muito clara entre o que nós estamos vivendo em 2021 e o que nós vivemos em 2020. Isso nos chama atenção para que a gente faça, de fato, um esforço para que todos os Estados – até aqueles que não estavam muito preparados, que não avançaram em termos de criação de leitos de UTI, que não estruturaram a sua saúde – possam entender que o que está por vir é algo extremamente sério, extremamente grave, e é o que nos faz aqui demandar todo um esforço.

É importante destacar que, apesar de termos pessoas esperando por um leito de UTI, nenhuma delas deixa de ser atendida em Santa Catarina. Mesmo em UPAs, enfim, as pessoas estão sendo atendidas, tendo atendimento clínico, algumas delas, inclusive, com ventilação mecânica em ambiente fora de UTIs. Isso é muito comum em hospitais e UPAs que normalmente fazem procedimentos de baixa complexidade, adaptando-se salas, adaptando-se espaços para atendimento com ventilação mecânica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui uma situação atípica também no sentido de que percebemos que esses movimentos ultratransmissores, como são as festas, trouxeram um perfil diferenciado para esse vírus. De certo modo, assusta o que está acontecendo hoje, e, ao mesmo tempo, nós temos uma pressão de alguns atores de universidades, do Ministério Público, dos tribunais de contas para um fechamento total, para o *lockdown*. A gente percebe que esse fechamento total acaba penalizando as atividades que são regradas, aquelas que, de fato, não impactam a transmissão do vírus tanto quanto as aglomerações clandestinas. Então, estamos colocando esforços exatamente na fiscalização e também no avanço do atendimento à população do nosso Estado.

Alguns movimentos de aquisição de vacinas também desconectados do Plano Nacional de Imunização nos chamam atenção, porque nós acreditamos que, como já foi colocado aqui, isso traria uma demanda excessiva e diversificada, uma logística mais complexa, podendo tensionar, inclusive, os preços dos mercados, e também algumas falsas ofertas, como a gente já pôde perceber hoje – inclusive li algumas matérias de organismos tentando adquirir por terceiros não autorizados pelos fabricantes. Então, eu vejo aí um risco também nesse sentido de nós centralizarmos as aquisições de vacinas no Programa Nacional de Imunizações, no Ministério da Saúde, em separado a isso os recursos – os Srs. Senadores bem sabem.

O Estado vem adotando medidas com foco, na verdade, então, em não penalizar o trabalhador. Os fechamentos podem ser adotados de forma regionalizada, como aconteceu em Chapecó – e, se preciso for, em alguma outra região do Estado –, mas com movimentos articulados com os Prefeitos de todas essas cidades.

Penso que o apoio federal hoje dos senhores, Executivo e Legislativo Federal, para vacinação, para assegurar a remuneração de leitos de UTI, que é uma questão muito importante também – nós temos aiançado aos hospitais filantrópicos que mesmo leitos desabilitados seriam remunerados pelo Estado de Santa Catarina –, e também os recursos humanos na linha de frente, para o enfrentamento dessa crise, são fundamentais para que nós possamos ter um resultado semelhante ao que nós tivemos até aqui. Santa Catarina tem sido considerado por organismos nacionais e internacionais um dos Estados com maior eficiência no enfrentamento dessa crise, com a menor taxa de letalidade do Brasil.

E nós entendemos que o momento é de união. Nós, até pouco tempo, estávamos oferecendo auxílio a outros Estados e atualmente nós chegamos a receber do Espírito Santo, inclusive, um apoio para alguns de nossos pacientes, o que em seguida não se tornou mais viável, até porque a situação começou a se agravar também no Espírito Santo, em todos os Estados brasileiros.

Fica aqui o nosso registro, então, no sentido exatamente dessa união de forças, para que tenhamos a concentração de todos os movimentos e ações no Ministério da Saúde, para que consigamos não tensionar o mercado e fazer o que aconteceu com todas as outras doenças, o que historicamente acontece no Brasil. O Programa Nacional de Imunizações é um programa de sucesso e exemplo para o Brasil e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o mundo. Então, precisamos concentrar esses esforços no sentido de não perdermos a mão, no sentido de mantermos a distribuição equânime para os Estados mais pobres, inclusive, porque a vida das pessoas não tem preço.

Muito obrigado, senhores. Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Governador Carlos Moisés, do Estado de Santa Catarina.

Eu digo que as falas de V. Exas., cada uma com suas experiências, são muito importantes para que possamos determinar a nossa atuação, para que realmente, em todos esses pleitos e dificuldades, nós possamos ajudar e colaborar para solução.

Eu passo a palavra agora para o último Governador, que nos honrou bastante na nossa primeira audiência pública: o Governador do Estado do Ceará, o Governador Camilo Santana.

Com a palavra V. Exa.

O SR. CAMILO SANTANA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia, Governador.

O SR. CAMILO SANTANA (Para expor.) – Bom dia.

Primeiramente queria cumprimentar... Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ouvindo bem.

O SR. CAMILO SANTANA (Para expor.) – Primeiramente queria cumprimentar o Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco, na pessoa de quem cumprimento todos os Senadores do Congresso Nacional; cumprimentar o Senador Confúcio Moura, Presidente da Comissão; e, de forma especial, cumprimentar o Senador Tasso Jereissati, Senador do meu Estado, e, já de antemão, agradecer todo o apoio que ele tem dado neste momento desafiador do Ceará e do Brasil.

Comigo está aqui o Secretário de Saúde do Estado, Dr. Roberto, e a Secretária da Fazenda, Fernanda.

Eu vou procurar ser bem objetivo, Senador Confúcio, já que vários Governadores já fizeram um relato mais geral diante do fato de que nós estamos vivendo um novo ciclo dessa pandemia, um ciclo diferenciado, com uma nova variante mais agressiva, que está atingindo pessoas mais novas e exigindo um tempo maior de internação. E a grande diferença é que ela está acontecendo ao mesmo tempo no Brasil todo e também ao mesmo tempo aqui no Estado do Ceará, diferentemente da outra, o que,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, deu a oportunidade recentemente de ajudar o Estado do Amazonas por conta da diferenciação temporal da pandemia no Brasil. Então, é uma característica diferente, que exige de cada um de nós um esforço ainda maior.

E para mim são quatro pontos fundamentais: primeiro, a vacina, que já foi tão colocada aqui. E eu quero aqui parabenizar o Senado pela aprovação da Lei 14.125, que foi muito importante. Aqui não cabe mais olhar para o passado, até porque nós consideramos que o Brasil errou na sua estratégia, mas agora é preciso olhar para frente, buscar essa vacina o mais rápido possível, até porque, infelizmente, o cronograma – toda semana, tenho discutido com o Ministro Pazuello, com a Presidente da Fiocruz, com o Butantan – tem frustrado os Estados, os Municípios. Para se ter uma ideia, havia uma previsão, e foi menos da metade, no mês de fevereiro, do que estava sendo previsto. Então, eu quero sugerir esse tema da vacina.

Apesar de todo o esforço – e quero parabenizar o papel importante que tem tido o Senado Federal –, existe a necessidade de um esforço maior quanto às relações internacionais. Eu acho que é preciso um esforço maior do Presidente, inclusive do próprio Rodrigo – queria lhe sugerir isso –, para uma relação com a Organização Mundial da Saúde, com os países importantes, como a China, que hoje é quem fornece o IFA para boa parte do mundo para a produção de vacinas, com a Índia, com os próprios Estados Unidos, porque hoje o Brasil é o centro das atenções nessa pandemia. Nós viramos um foco mundial pela quantidade de óbitos e a quantidade de casos. Portanto, para que a gente pudesse apressar mais a vinda de vacinas para o Brasil, eu acho que seria importante um esforço das relações diplomáticas internacionais pelo Presidente da República, pelo Presidente do Senado, pelo Presidente da Câmara. Acho que seria fundamental esse esforço, juntamente, inclusive, com a Organização Mundial da Saúde, porque eles estão muito preocupados com esse avanço da pandemia aqui no Brasil. Então, essa era a minha sugestão em relação a isso.

Tenho acompanhado o esforço do ministério, o esforço do Butantan, o esforço da Fiocruz, o esforço dos Governadores. Todos nós temos tentado a articulação de compras diretas, mas é uma disputa internacional e a prioridade é para a relação com os países. Portanto, a minha sugestão, Senador Confúcio, seria um esforço nessa relação diplomática, principalmente com os países como a China, pela importância, e com a OMS, para acelerar essa vacina para o Brasil.

O segundo ponto é em relação à assistência. Aqui nós temos feito toda uma articulação com 184 Prefeitos do Estado do Ceará, com todos os Prefeitos cearenses e com a capital, para fortalecer a atenção básica, porque quanto mais você identifica o problema, você reduz a capacidade de internamento dos pacientes. Mas a ampliação da rede... Para os senhores terem uma ideia, Srs. Senadores, nós estamos aqui com 1.013 leitos de UTI exclusivos para a Covid no Ceará e 2.527 leitos de enfermaria, ou seja, 3.540.

Para os senhores terem uma ideia, no final dezembro, quando na pandemia, aqui, os números estavam ainda bastante baixos: nós tínhamos 186 leitos de UTI exclusivos para Covid; em 60 dias, nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passamos pra 1.013, e hoje estamos com quase 90% de ocupação desses leitos – 87,96% de ocupação dos leitos de UTI. A velocidade com que a transmissão do vírus está acontecendo é muito maior do que a capacidade de abertura de leitos para atender à população. E há um limite, um limite, inclusive, hoje, de pessoal, de equipes médicas para ampliar esses leitos. Eles estão num esforço. E o que que está acontecendo, para os senhores terem uma ideia, é a dificuldade também de credenciamento. Eu tenho colocado isso, inclusive, com muita transparência para o Ministro Pazuello. Para os senhores terem uma ideia, desses 1.013 leitos de UTI, apenas 56 estão credenciados no Ministério da Saúde até o momento. Isso dificulta, porque isso tem um limite – nós estamos bancando esses leitos – também pelas condições econômicas dos Estados e dos Municípios.

Portanto, a minha sugestão era o Senado e o Congresso ajudarem a encontrar um mecanismo que pudesse agilizar – o Ministério alega questão de orçamento –, seja através de repasses diretos para o Estado, para Estados e Municípios, seja através de uma articulação com o Ministério, para que a gente possa dar mais agilidade nesses credenciamentos dos leitos de UTIs e de enfermarias de Covid, aqui no Ceará e no Brasil inteiro, porque esse é um problema... Aliás, vários Estados já entraram na Justiça para que pudessem ter a garantia desses leitos credenciados junto ao Ministério da Saúde. Então, outro ponto fundamental é a garantia do atendimento, da assistência à população, para que a população tenha o mínimo de dignidade de ser atendida, nos casos graves, com um leito de enfermaria e com um leito de UTI.

O terceiro ponto por que eu quero aqui, mais uma vez, parabenizar o Senado é a questão do apoio à população vulnerável. O que que está acontecendo? Por conta dessa velocidade, a medida que o Brasil precisa tomar – e nós estamos tomando aqui – é a medida da prevenção, é a medida do isolamento social. Essa foi a única medida que teve resultados efetivos no mundo inteiro! Isso tem impacto para a população, isso tem impacto para a economia. Nenhum Governador, nenhum Prefeito tem o desejo de criar restrições na economia dos seus Estados, mas, entre a vida e a morte, nós defendemos a vida e nós priorizamos isso. Aqui nós temos feito isso.

Fortaleza, que é a capital epicentro hoje da pandemia, está em isolamento rígido, tem restrições na economia. Nós temos dialogado constantemente com o setor econômico e temos criado medidas importantes de apoio a determinados setores, como, por exemplo: para o setor de eventos, Confúcio, que sofreu tanto nesse um ano de pandemia, nós o estamos isentando de impostos, estamos dando R\$1 mil de auxílio para os trabalhadores desse setor, em duas parcelas de R\$500; para o setor de alimentação fora do lar, bares, restaurantes, também estamos dando um auxílio de R\$1 mil, em duas parcelas de R\$500, para apoiar esses trabalhadores. Medidas importantes nós estamos tomando, pagando a conta de água e energia de toda a população vulnerável, mais de 650 mil pessoas, e estamos dialogando com o setor, mas é fundamental – e eu quero aqui mais uma vez parabenizar – que, imediatamente, esse auxílio emergencial possa passar a vigorar. Já vai completar três meses aí sem auxílio no Brasil. Pessoas estão passando fome, dificuldades... Portanto, é urgente a execução. Eu sei que o Senado já o aprovou, mas é urgente a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operacionalização desse auxílio emergencial, como também iniciarmos um debate, Presidente Rodrigo, de apoio aos Estados e Municípios, dentro da mesma forma como foi feito ano passado: com transparência, com seriedade, com debate franco, porque, com o esforço que os Estados têm feito para garantir assistência à população, sofrendo todo tipo de desgaste para tomar medidas mais duras e que afetam a economia do Estado, nós precisamos também fazer esse debate. E há necessidade, Presidentes Rodrigo e Confúcio, de uma articulação nacional. No Brasil, ontem, foram mais de 2,3 mil mortes em 24 horas; nós estamos vivendo uma catástrofe no Brasil, e é preciso haver uma coordenação nacional, uma ação conectada. Ontem mesmo, nós lançamos uma Carta de Governadores, sobre a importância da defesa da vida e de um pacto nacional de enfrentamento dessa pandemia.

Por isso, eu quero aqui, encerrando as minhas palavras, dizer que nós temos feito todo o esforço, aqui no Ceará, com algo que é muito precioso para nós, que é a nossa educação: nós entregamos *chip* de internet para todos os alunos da rede pública estadual e agora vamos entregar *tablets* para esses alunos, para que eles não possam ter prejuízos na educação, até porque, para nós, é muito precioso o trabalho que o Ceará fez ao longo do tempo na educação aqui do nosso Estado. Então, é um esforço muito grande que nós temos feito.

É claro que temos limitações, mas acredito que estes quatro pontos hoje são mais urgentes: a vacinação – e para isso precisa haver uma articulação internacional mais forte, principalmente com a OMS –; a questão do credenciamento dos leitos, para garantir a sustentabilidade dessa assistência; o apoio às famílias mais vulneráveis deste País – e vocês sabem a dificuldade da pobreza do Nordeste brasileiro –; e uma ação conjunta nacional de enfrentamento, principalmente com ações preventivas, pois, neste momento em que nós não temos vacina, a única saída que temos são ações preventivas, é o isolamento social, é o distanciamento, e é essa ação é que vai salvar vidas no nosso País.

E, mais uma vez, Presidente Rodrigo, Senadores e Senadoras, quero parabenizar o Senado pelo papel importante: o Senado tem um papel muito importante – e o Congresso Nacional também – de equilíbrio, de diálogo neste momento desafiador na história do nosso País.

Muito obrigado, Senador Confúcio. Agradeço a oportunidade de poder participar desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Governador Camilo Santana, pelos seus quatro pontos eleitos como prioritários de orientação para o nosso trabalho, do Presidente Rodrigo Pacheco e do Governo Federal.

Agora, eu entendo o que é a situação de um Governador de deixar os seus despachos para participar de uma audiência pública, mas o momento impõe essa participação, por essas ideias brilhantes que V. Exas. estão experimentando em seus Estados e compartilhando com nós todos. Nós estamos aqui com essa missão, em nome do Presidente do Plenário do Senado, para essa articulação e para colher os instrumentos da vivência de cada um dos Governadores.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria, se possível, que os Governadores esperassem mais um pouquinho, nós já estamos chegando ao final. Eu vou passar a palavra agora para o nosso Relator Wellington Fagundes e aos inscritos, para perguntas aos Governadores. Eu daria três minutos para os inscritos. Não haverá réplica, não haverá tréplica. São três minutos rigorosos, porque eu sei o que é a vida de um Governador e o que é parar, numa manhã, para uma audiência pública.

Então, eu passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes, para as suas considerações e indagações e para seus comentários sobre esta audiência pública.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente Confúcio Moura, eu quero cumprimentá-lo e também o nosso Presidente Rodrigo Pacheco. Desde ontem ele tem feito questão de prestigiar o trabalho da Comissão. Eu quero também cumprimentar todos os companheiros da Comissão e parabenizá-lo, Presidente, por dividir as tarefas. Aqui todos os membros da Comissão terão funções e, por isso, eu quero cumprimentar aqui os nossos companheiros Ciro Nogueira, Styvenson Valentim, Otto Alencar, Zenaide Maia, médica, a nossa Senadora Rose de Freitas, Daniella Ribeiro, o companheiro Izalci Lucas, o Nelsinho Trad, Marcos Rogério e o Randolfe Rodrigues também. E claro, cumprimento os Governadores neste momento. A gente percebe a angústia de cada um, e claro, todos os Governadores e os Prefeitos que estão na ponta, junto à comunidade.

No momento em que iniciamos os trabalhos desta Comissão temporária da Covid-19, eu quero aqui, Sr. Presidente, me dirigir à sociedade brasileira, que o nosso Parlamento representa e à qual nós devemos fidelidade, respeito, solidariedade e consideração, uma sociedade que está perplexa e traumatizada com o tamanho da devastação que a Covid impõe ao nosso País há aproximadamente um ano: 80 milhões de pessoas infectadas, 270 mil mortes, um recorde macabro de 2.286 óbitos em todo o Brasil só no dia de ontem. Praticamente já não se conhece uma família que tenha sido poupada da dor da saudade pela perda de um ou mais entes queridos, ou ainda da aflição com o estado do pai, da mãe, dos filhos, avós, netos, tios, sobrinhos, amigos hospitalizados. Ou, ainda, a fila de internação: 25 das nossas 27 capitais já esgotaram ou estão a ponto de esgotar a capacidade de suas UTIs.

A nossa sociedade também se sente desorientada, confusa com o volume esmagador de versões sobre a pandemia, sobre o que as autoridades estão fazendo para enfrentá-la e sobre os resultados desses esforços. Se na guerra contra o coronavírus, a única arma eficaz é a vacinação, é claro que temos urgência em encontrar respostas para aquelas dúvidas angustiantes que estão na cabeça de todo mundo: quando chegará a vez de cada um ser vacinado? A quantidade de vacinas disponíveis será suficiente para todos? Como o atual ritmo da vacinação pode ser acelerado? Até agora, apenas 4% da população já recebeu a primeira dose, e somente 1,5% tomou a segunda dose. Enfim, quando esse pesadelo vai acabar e o povo brasileiro receberá de volta o direito de uma vida normal? Repito, Sr. Presidente: o brasileiro merece solidariedade, respeito, empatia e afeto. Só não merece, jamais, o tormento e a agonia pelos quais a Nação está passando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu quero dizer que não há economia que resista a 2 mil mortes por dia. Não há economia que resista a 2 mil mortes por dia! Creio que, antes de mais nada, todos nós, participantes do Poder constituído nas três esferas e nos três níveis de Governo, precisamos falar a mesma língua: harmonizar perspectivas, conjugar esforços, enfim, acertar o passo e remar o barco Brasil na mesma direção e no mesmo sentido.

Esta Comissão visa justamente a facilitar a convergência e a sinergia que estão faltando para sairmos todos juntos e o mais rapidamente possível desta calamidade sanitária. Por isso, desde já, quero convidar as cidadãs e os cidadãos de Norte a Sul, de Leste a Oeste, para que participem do nosso trabalho, enviando suas perguntas e sugestões pelo e-Cidadania do Senado Federal, fazendo as perguntas por telefone, mandando as mensagens, enfim, da forma que cada cidadão entende que pode participar.

Conforme o programa de trabalho aprovado por esta Comissão, estamos hoje em reunião virtual com os Governadores, e várias outras teremos com os Prefeitos, com os fabricantes, enfim, com todos aqueles que podem contribuir. Sempre com a finalidade de organizar a nossa discussão, formularei a eles uma série de perguntas que ajudem a sociedade brasileira a conhecer melhor os problemas e as soluções encontradas por essas autoridades.

Sr. Presidente, aqui os Governadores falaram muito da questão dos insumos. Há necessidade, talvez, de compras centralizadas. Também se pergunta: tabelamento de preços é um caminho?

O Governo Federal tem os instrumentos maiores do que os Governadores e Prefeitos. Por isso, acredito, mais do que nunca, que para as colocações dos Governadores têm de ser tomadas uma direção nacional única.

Falou-se também dos protocolos médicos. Estamos vendo, ainda hoje, Sr. Presidente, protocolos médicos os mais diversos possíveis. Há como o Ministério da Saúde unificar esse protocolo médico? Como é possível um paciente receber uma receita de um médico e, indo a outro médico, ouvi-lo dizer: "Joga esses remédios no lixo, porque esses remédios irão te matar". Então, acredito que também temos... O Ministério da Saúde precisa dar uma resposta urgente nos procedimentos médicos feitos pelo Brasil afora. Sr. Presidente e todos que estão nos assistindo, como os Governadores falaram que está faltando também mão de obra, seria oportuno abrir mais cursos de Medicina e cursos da área, principalmente em regiões em que não temos esses profissionais?

Sr. Presidente, vou rapidamente aqui, porque agora também os outros companheiros têm de falar.

Há perguntas aqui que já foram respondidas parcialmente, mas vou me ater também à orientação da consultoria.

No dia de 10 de março, ontem, o Presidente da República sancionou o projeto que se transformou na Lei 14.125, de 2021, que autoriza Estados, Municípios e o setor privado a comprar vacinas contra o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Covid-19, todas que tenham registro ou autorização temporária de uso no Brasil. Como V. Exas. veem esta lei? Ela pode contribuir no seu Estado para acelerar o programa de vacinação? V. Exas. acreditam que o setor privado poderá dar sua contribuição neste momento, com a aquisição de vacinas que serão doadas ao SUS durante a vacinação dos grupos prioritários? Quais incentivos poderiam ser dados ao setor privado? Nós poderíamos, com essa definição, talvez causar uma certa convulsão, com todos saindo em busca dessa vacina, inclusive supervalorizando o preço da vacina? Em 18 de dezembro de 2021, iniciou-se a vacinação no Brasil. Entretanto, o ritmo da vacinação no País é muito lento, principalmente devido à dificuldade de acesso aos imunobiológicos.

Até 10 de março de 2021, apenas nove milhões de pessoas haviam recebido pelo menos a primeira dose da vacina, o que representa 4,26% da população, e 3,16 milhões de brasileiros receberam as duas doses, ou seja, 1,5% da população. Esses percentuais estão muito aquém daqueles de outras nações. Por exemplo, nos Estados Unidos, mais de três milhões de pessoas são vacinadas por dia e aquele país já vacinou 18,1% da população até ontem.

Pergunta-se aos Governadores: a lei sancionada ontem será capaz de descontar esse atraso? V. Exas. acreditam que serão necessárias ações suplementares? Se sim, quais serão elas?

O Brasil vive, nesse momento, a pior fase da pandemia da Covid-19 desde seu início. O número de mortes nunca foi tão alto, atingindo 2.349 mortes por coronavírus somente ontem. A ocupação de leitos de UTI, indispensáveis para condução dos casos graves, atingiu níveis alarmantes, em especial no Amazonas, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Até mesmo São Paulo, que tem o sistema de saúde mais estruturado do País, ultrapassou 80% de ocupação dos leitos de UTI nessa semana. Treze Estados estão com ocupação acima de 90% e 20 acima de 80%, com alguns já tendo atingido 100%.

Os sistemas de saúde em todo o Território nacional estão em colapso e as pessoas estão morrendo enquanto aguardam um leito de UTI. Essa situação motivou a adoção de rigorosas medidas de restrição de mobilidade e isolamento social. Então a pergunta, Sr. Presidente, é sobre o implemento quanto ao estado de gravidade e planejamento de ações de combate à pandemia, e aplicação de medida restritiva em cada Estado.

Pela situação que estamos vivendo neste momento, V. Exas. consideram a possibilidade de adoção de medidas mais restritivas, podendo decretar até mesmo *lockdown*, a exemplo do que aconteceu em alguns países da Europa e da Ásia?

Para finalizar, há uma questão que particularmente me incomoda muito, que são as notícias falsas, chamadas *fake news* em torno da vacina. Eu pergunto: Como seus Estados estão abordando o enfrentamento dessa questão? São necessárias medidas mais firmes da comunicação? O que V. Exas. sugerem para enfrentar essa triste realidade que tomou conta do nosso País?

É isso, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vamos fazer o seguinte, como o Senador Wellington fez perguntas genéricas a todos os Governadores, eu vou destinar as perguntas focadas para cada Governador e dar a ele, que deve anotar, por gentileza.

A primeira da lei sancionada ontem. Ele pede o comentário sobre se a lei ajudou, se foi uma boa atitude, e comentários, eu passo para... Anote aí, Governador Wellington Dias, para responder.

Sobre a vacinação, a necessidade de aumento da vacinação, e seus comentários, eu passo para o Camilo Santana responder.

Sobre o aumento do número de mortes e também o aumento do número de ocupação de UTIs, eu vou passar para o Governador do Amazonas, que tem uma experiência já acumulada há mais tempo para responder sobre isso.

Sobre medidas restritivas, se o aumento das medidas restritivas deve ser colocado em prática, eu passo para o Governador Rui Costa. Guarde as perguntas aí um pouquinho que eu vou já aproveitar o tempo de V. Exas. e passar as perguntas por três minutos ao Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Izalci, eu errei aqui, eu me enganei. Um momentinho só.

É o Senador Styvenson Valentim, em primeiro lugar.

Styvenson Valentim está na sala?

Styvenson? Está inscrito para fazer perguntas. *(Pausa.)*

Ele não está aparecendo.

Otto Alencar. Com a palavra o Senador Otto Alencar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Estou aqui, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Você está aí, Styvenson? Ah! Pronto, pronto.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Estou atento desde o início da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Três minutos, meu Vice-Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Agradeço a oportunidade de falar, agradeço ao Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Styvenson, faça o seguinte: direcione a pergunta ao Governador. Você fala: "Essa pergunta é para o Governador tal", para facilitar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Vou fazer de forma genérica, vou fazer de forma genérica.

Já foi dito aí das dificuldades, a vacinação está em gota-gota, a gente ainda está em número irrisório. A única esperança real é a vacinação, e nós estamos aguardando 30 milhões da Fiocruz, estamos aguardando lotes que ainda virão. Enquanto isso, o Wellington já perguntou sobre medidas restritivas. O Conselho Nacional de Secretários de Saúde fez uma carta aberta mostrando, mais uma vez, que medidas de restrição que eles tomaram no passado deveriam ser tomadas mais uma vez.

Minha pergunta é bem simples para os Governadores. Dentre todas as dificuldades que a gente encontra hoje de restrição – ouvi o do Amazonas falando que reduziu para de 19h até às 6h; o Governo de Santa Catarina também falou que fez isso, no início, por desconhecer como agia o vírus naquela ocasião, e tomou medidas restritivas... Hoje a gente não pode alegar... A gente tem um vírus mutante com um potencial de infecção dez vezes maior do que o anterior. Os leitos estão ocupados.

A grande preocupação é que uma implementação – que é um dos pedidos dos secretários nacionais de saúde – de um plano nacional de comunicação... Eu estou percebendo que a população está sem saber o que fazer. Um Governador diz uma coisa, um Prefeito diz outra, o Presidente diz outra, um Parlamentar fala outra, um medica uma coisa, o outro diz que não dá certa a medicação... O que está faltando é um alinhamento no discurso para que as pessoas saibam o que fazer.

Então, qual é a grande dificuldade hoje para os Governadores para baixar esse decreto e ter a compreensão, a inteligência da população, para que ele cumpra – porque esse número, então, vai ficar cada vez maior, de 2,2 mil para 3 mil, 4 mil – e não entrem também as funerárias em colapso como já entraram os hospitais? A gente não quer isso para o nosso País.

A pergunta é simples. Encontram essa dificuldade também em nível municipal, como estamos encontrando em nível federal, essa comunicação entre Governo e Municípios, de decretos estaduais confrontando com decretos municipais, e essa dispersão da população em obediência?

É essa pergunta só.

Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador, V. Exa. me desculpe, mas vou focar em um Governador para responder em nome de todos.

Eu vou focar no Governador de Santa Catarina, Carlos Moisés, para responder a pergunta do Senador Styvenson.

Bem, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Presidente, quero agradecer a V. Exa., Senador Confúcio Moura; saudar aqui a presença do Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, de todos os Senadores e Senadoras que fazem parte desta Comissão e também dos Governadores.

Sr. Presidente, primeiro, queria solicitar a V. Exa. que pudesse encaminhar ao Ministro da Saúde, Ministro Pazuello, um requerimento de informações que fossem corretas, para que ele pudesse encaminhar à Comissão a programação e a quantidade de vacinas que podem ser disponibilizadas, porque os números são muito conflitantes: ontem o número era um, hoje o número é outro. Isso dificulta muito a programação para a imunização pelos Estados. O Brasil tem uma capacidade de rede instalada capaz de imunizar com rapidez, o que falta, na verdade, são as vacinas. E esses números são muito conflitantes. Toda hora, modifica a informação que é gerada pelo Ministério da Saúde.

Segundo, seria também esse requerimento de informações para a Anvisa mostrar e disponibilizar quais são as vacinas que já poderão ser utilizadas oficialmente. Isso é importante fazer para ter a noção exata de como vamos proceder nesta Comissão.

Ouvi com atenção as colocações dos Governadores e o Governador do Estado do Ceará colocou uma coisa que me preocupa muito.

Ano passado, nós aprovamos no Senado Federal o projeto de socorro aos Estados e Municípios. Isso deu uma condição de atendimento razoável na instalação de hospitais de campanha, na compra de equipamentos de proteção individual, de insumos de maneira geral, instalação das UTIs para o atendimento. Este ano, o quadro da Covid-19 vai ser praticamente igual ao do ano passado pelo atraso das vacinas, porque, em 25 de maio de 2020, eu chamei a atenção do Governo para assinar esse convênio de operação técnica com os laboratórios e ter as vacinas disponibilizadas. Não houve essa atenção, e consequentemente foi atrasado, e o Brasil está no fim da fila da possibilidade de ter as vacinas disponibilizadas para utilização na população.

Portanto, eu faria esse apelo ao Presidente Rodrigo Pacheco de entrar em contato com o Poder Executivo, o Presidente Jair Bolsonaro, o Ministro da Economia, para que pudesse observar essa possibilidade de um novo projeto de socorro a Estados e Municípios, porque os Estados não vão ter condição de tocar sozinhos, com as suas finanças, esse trabalho de atendimento hospitalar, que é caríssimo. Custa quanto a diária de um paciente na UTI? Oito, dez mil reais, botando todo o custo de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

peçoal, de insumos, de oxigênio, de toda a utilização dessas unidades para atendimento, ao passo que duas doses de vacina devem estar em torno de US\$12, US\$14.

Então, foi uma coisa equivocada, errada não ter, naquela época, investido.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vou dar mais um tempinho.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... que fez esse convênio de cooperação com a Sinovac e recebeu a CoronaVac rapidamente. O Brasil deveria ter feito isso. Negou-se isso e estamos nessa situação que agora enfrentamos.

Então, são esses dois requerimentos de informações que eu gostaria que V. Exa. encaminhasse ao Ministro da Saúde e à Anvisa, para que se oficializasse, desse a condição: "Vamos disponibilizar, no mês de março, tantos milhões de vacinas. As vacinas da Anvisa serão liberadas". Quanto à vacina Sputnik, está se lutando há muito tempo, inclusive por iniciativa do Governador da Bahia, Rui Costa. Lá atrás, negaram-se a fazer e verificar a possibilidade da aplicação dessa vacina no Brasil. Essas coisas precisam ser colocadas para dar a condição, para que os Governadores, que estão na ponta, assumindo essa responsabilidade sozinhos, pudessem ter essa condição.

Então, essa é a proposta que faço, lembrando, retificando aqui que é preciso socorrer Estados e Municípios com outro projeto como aquele que foi aprovado, ano passado, de R\$60 bilhões para Estados e Municípios, porque a possibilidade de queda de arrecadação é real, com o encolhimento, com a redução da economia, com o recuo do PIB; como houve ano passado, deverá haver este ano também. E só o Governo Federal terá condição de socorrer os Municípios.

E é preciso começar o trabalho imediato de vacinação. Para cada 10% de brasileiros vacinados, 10% a menos nos hospitais, 20% a menos, 30% a menos. Portanto, me inquieta muito saber dessa falta de operacionalização.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Para concluir.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... buscar esse contato também com o Ministro da Saúde, Pazuello, para tomar essas informações, mas é importante V. Exa. oficializar isso, para termos essa condição.

E a sugestão dos Governadores de centralizar as compras é importante, porque nunca os insumos subiram tanto pela especulação que a indústria faz hoje no nosso País. O Governador colocou essa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão da bomba de infusão que era disponibilizada; hoje, já vendida e ofertada com preço até fora daquilo que o mercado prevê. Portanto, essa é a minha colocação.

Eu me coloco à disposição de V. Exa. e dos Governadores para trabalhar na direção de dar uma solução.

E o Congresso Nacional tem sido a força propulsora para resolver essa situação toda. O Congresso atuou, ano passado, em todos os momentos, e, agora, sob o comando do Presidente Rodrigo Pacheco, tem o feito também, até porque esse projeto que ele iniciou no Congresso, da sua iniciativa, foi fundamental, foi sancionado, e eu espero que, através disso, possa haver uma velocidade maior da imunização do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Otto.

Nós já temos uma resposta, Senador Otto. O que o Presidente Rodrigo Pacheco solicitou já está na Comissão. Eu vou ler direitinho, para ver se atende a todas essas demandas que V. Exa. aborda aqui, sobre o cronograma de vacinação. Se estiver tudo bem, já passo, repasso para V. Exa. para conhecimento, e nós já vamos divulgar.

Vamos passar à frente. Eu quero explicar a todos os Srs. Governadores e Parlamentares presentes que eu estou fugindo um pouco do ritual do Senado, porque sempre dois, três falam e há três respostas. Eu estou ocorrendo, assim, com as perguntas, para que os Governadores não fiquem muito tempo, e cada um depois responda a sua parte, e possam ir saindo um a um, para cuidar de suas vidas, não é?

Então, eu passo a palavra agora ao Senador Izalci Lucas. Por gentileza, observe o tempo e diga a quem V. Exa. dirige a sua pergunta.

Senador Izalci Lucas com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro eu quero parabenizar a presença dos Governadores, sinal de parceria com o Congresso Nacional e respeito a ele.

Quero lamentar, inclusive, a ausência aí do nosso Governador do DF, que nem sequer participou de uma reunião nossa, que temos toda segunda-feira, do Covid do DF. Ele não só não participou como proibiu os secretários dele de participarem.

Então, louvo e parabenizo a presença de todos os Governadores nesta reunião.

Bem, Presidente, com relação ao que aconteceu no Amazonas, todo mundo já sabe. Eu só gostaria de perguntar aos Governadores aí – e V. Exa. pode escolher um – sobre o risco de desabastecimento de oxigênio nos Estados, que me preocupa muito. Eu queria saber como é que está aí com relação à Bahia,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por exemplo – eu sei que o DF e a Bahia têm dificuldades com relação ao oxigênio –, como é que vocês estão lidando com isso e se há realmente esse desabastecimento não só com relação ao oxigênio, mas também com relação aos insumos; não só com relação à UTI, mas também com relação aos insumos, como sedativos, etc. Eu gostaria de saber como V. Exas. estão conduzindo isso.

Também, da mesma forma, como V. Exas. estão lidando – se estão monitorando – com a ocorrência de novas variantes nos seus Estados? Como é que está sendo essa condução e esse acompanhamento aí?

Com relação também a essa interrupção, qual é o impacto dessa interrupção de custeio de leitos promovida pelo Ministério da Saúde? Eu vi aí alguns Governadores falando, realmente – o próprio Governador Camilo –, que o Ministério da Saúde interrompeu essa questão do custeio, e isso é muito grave. O Senado, se for necessário, precisa tomar providências com relação a isso; é uma questão muito grave.

Da mesma forma, eu perguntaria como é que está sendo construído esse acordo dos Governadores para a compra da vacina. Quais são os governos estaduais que estão envolvidos nessa iniciativa e quais os critérios para a participação dos Governadores estaduais nesse tipo de consórcio? Como é que está sendo feito, como é que está sendo conduzido isso?

Quantas doses podem ser adquiridas por essa iniciativa? Em que prazo isso poderia estar disponível para a população, a partir dessa questão da compra direta dos governos? E como se dará a distribuição e a aplicação das eventuais vacinas adquiridas pelos Estados consorciados?

Há outras aqui, Presidente, mas me limito a essas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Izalci.

Eu passo a palavra para a Senadora Daniella Ribeiro, pelo tempo de três minutos.

Senadora Daniella.

Direcione a sua pergunta, Senadora Daniella, ao Governador de que a senhora deseja indagar.
(Pausa.)

A Senadora Daniella está presente? Ela estava aí há pouquinha hora. Eu estava vendo a foto dela, a imagem dela. (Pausa.)

Vou passar à frente. Vou passar a palavra para o Senador Esperidião Amin.

Senador Esperidião Amin. (Pausa.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Esperidião não falta... Senador Esperidião Amin estava... Interessante que está faltando...

Senador Omar Aziz, por gentileza. (*Pausa.*)

Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não, Senador, pode falar.

Senador Omar Aziz, do Estado do Amazonas.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Está me ouvido, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ouvindo bem, Senador.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – É que eu estou fora, por isso é que está aparecendo só a minha foto aí, mas é um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Fique à vontade. A voz está ótima.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Para interpelar.) – Sempre está boa – sempre está boa.

Sr. Presidente, primeiro eu quero cumprimentar o Presidente Rodrigo Pacheco – eu não sei se ainda está aí na reunião –, quero cumprimentar os Srs. Senadores, as Sras. Senadoras e especialmente o senhor, que preside esta Comissão tão importante. Quero cumprimentar os Governadores dos outros Estados, na pessoa do Governador do Estado do Amazonas, Wilson Lima.

A minha sugestão ao nosso querido Wellington, que é o nosso Relator, e a esta Comissão importante... Ninguém tem um protocolo mágico para que se adivinhe o que vai acontecer se houver uma terceira onda, uma quarta onda. A saída realmente é a vacina, que é quase que unanimidade no Brasil. Infelizmente, o negacionismo, a falta de visão nos levaram a esse caos, e Governadores e Prefeitos estão sofrendo isso na pele, de uma forma, muitas vezes, até injusta, porque quem já passou pelo Governo como eu passei, como você passou, Confúcio, e outros companheiros aí que estão no Senado já passaram, sabe que Governador todo dia tem uma demanda. Mas acontece que nós estamos estacionados nessa demanda do Covid há mais de um ano.

Agora, o que eu tenho visto muito aqui no Estado do Amazonas é que uma grande preocupação que nós temos é com as sequelas que o Covid deixa. Essas sequelas são muitas vezes mentais, são coronárias, nos rins, e nós não estamos preparados hoje para tratar essas pessoas. Essas pessoas estão saindo de uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

UTI, quando sobrevivem ao Covid, com sequelas que, se não forem tratadas, se tornarão irreversíveis, e isso trará um problema também muito grande para a saúde e para a gestão dos Governadores e dos Prefeitos nos diversos Estados brasileiros. Não tenham dúvida de que essa grande preocupação que nós temos é que os Governadores... E aí é importante esta Comissão ter como determinante que nós criemos condições para que os Governos dos Estados e dos Municípios possam criar centros de reabilitação para essas pessoas. Hoje, uma fisioterapia custa R\$200, R\$300 – uma sessão de fisioterapia. Esses R\$200, R\$300, o povo que está desempregado não tem condições de pagar, não tem a mínima condição de pagar. Por isso, a minha sugestão.

E quero dizer que eu aposto muito na vacina.

O Ministro Pazuello nos enganou no Estado do Amazonas, pois prometeu que no dia 21 de fevereiro todas as pessoas acima de 50 anos seriam vacinadas, e até hoje nós estamos esperando essas vacinas. Não chegaram essas vacinas. O que o Ministério da Saúde não pode fazer é criar uma expectativa e não cumprir essa expectativa.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode continuar.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Só para concluir, Sr. Presidente. Só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Continue.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Para interpelar.) – O Pazuello vem a Manaus, nos engana, trata o povo amazonense dizendo: "Dia 21 de fevereiro teremos vacina para todas aquelas pessoas acima de 50 anos". Não cumpriu isso, não cumpriu com Estado nenhum, não cumpriu com nada. Agora, com o contraponto político que está havendo no Brasil, talvez o Governo se esperte, porque ter o número de mortes que nós estamos tendo... Ontem, foram 2.300 pessoas. Hoje um jornalista falava aqui: sabe o que é isso? São 12 aviões da TAM que caem em um dia só no Brasil. Quando um avião cai em qualquer lugar do mundo e 200 pessoas vêm a óbito, é manchete no mundo todo. Todos falam, todos querem saber a causa. Ontem não foi um Boeing que caiu. Ontem caíram 12 Boeings no Brasil, o que é uma coisa estarrecedora. Perdemos a sensibilidade. Todos já enterramos parentes ou amigos.

Eu, infelizmente, perdi um irmão há um mês. E aí eu não responsabilizo ninguém, não, até porque, desde o primeiro momento, eu tenho visto que essa doença é uma loteria. Há pessoas com idade de 80, 90 anos, que adquirem essa doença, vão para o hospital e saem andando; e há jovens que vão a óbito. Então, nós não podemos aqui... Nós não temos nada, absolutamente nada, uma proposta que possa resolver esse problema.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, a minha sugestão à nossa Comissão, aos Governadores e aos Prefeitos é que se criem centros de reabilitação com a ajuda do Governo Federal. As sequelas são terríveis, e o povo não tem condições de pagar fisioterapeuta, de pagar psicólogo. Quantas pessoas estão com problemas mentais hoje por causa dessa doença no Brasil afora? Quantas pessoas estão com problemas pulmonares por causa dessa doença? Quantas pessoas vão ter que fazer hemodiálise o resto da vida? Nós não estamos preparados, não há um Estado preparado para que a gente possa dar assistência de saúde para essas pessoas, a partir do momento que, se Deus quiser, passar essa Covid.

Era a minha contribuição.

E estou torcendo muito para que o nosso Governador do Estado do Amazonas, que tem feito um trabalho e se esforçado bastante, continue se esforçando para que a gente possa poupar vidas nessa grande crise pela qual o Brasil passa neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Omar Aziz.

A sua pergunta, Senador Omar, sobre as sequelas, o que os Governadores estão pensando para o futuro, como absorver esses pacientes sequelados – V. Exa. falou dos sequelados renais, pulmonares, neurológicos, enfim, as consequências gerais da doença – eu vou encaminhar ao Governador do Estado do Amazonas, para responder V. Exa. Governador Wilson Lima, anote a pergunta do Senador Omar sobre os sequelados, sobre a visão de futuro, o que os Governadores – o senhor vai falar em nome de todos os Governadores – podem fazer para atender as consequências da doença no futuro. O senhor responda o Senador Omar.

Encerradas as perguntas, eu passo agora à parte das respostas, na ordem da fala de todos.

À medida que, por exemplo, o Governador Wellington Dias responder à sua pergunta, se ele tiver outra ocupação, ele pode se retirar tranquilamente. A gente agradece, de antemão, a participação.

Primeiro, Wellington Dias; em seguida, Wilson Lima, Rui Costa, Carlos Moisés e Camilo Santana.

Muito agradecido a V. Exas.

Vamos às respostas.

O senhor pode responder em bloco. O senhor responde a todas as perguntas, o outro responde a todas as perguntas. Assim, vamos partindo para o encerramento.

Com a palavra o Governador Wellington Dias, do Estado do Piauí.

O SR. WELLINGTON DIAS (Para expor.) – Meu querido, primeiro, mais uma vez, parabéns pela condução.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Serei bem preciso.

Sobre a nova lei sancionada ontem pelo Presidente Bolsonaro, que autorizou a compra de vacina – é uma pergunta do Senador Wellington –, veja só... Inclusive, estamos neste instante aqui debatendo, como disse o Governador Moisés, a posição das 27 unidades da Federação. A gente tem uma sistemática de votação; não quer nem dizer que alguém seja contra, porque, na verdade, compareceram ali 25. É como no Senado, não comparece todo mundo. Foram 25 que compareceram à votação e 25 foram favoráveis.

Aliás, quero saudar o Senador Ciro Nogueira, do nosso Estado, e agradecer também pelo trabalho aí desenvolvido e pelo apoio dado aqui também com os respiradores. Enfim, muito obrigado. Assim como agradeço ao Senador Elmano e ao Senador Marcelo.

Veja só: o objetivo é manter a regra do plano estratégico nacional de imunização. Toda e qualquer vacina, seja comprada pelos Municípios, por Estados ou pelo Governo Federal, é do plano nacional. O ideal, como tem sustentado o Ministro Pazuello, é o que o Brasil sempre fez; o Brasil sempre fez as compras pelo Sistema Único de Saúde, com recursos do SUS e colocadas dentro da distribuição por critério. Por quê? Porque acho que o pior dos mundos é se a gente tiver – foram ditos aqui alguns exemplos – a manutenção da regra da Fase I, Fase II, Fase III e Fase IV, porque ela tem uma lógica científica, que é vacinar pela ordem do risco – esse é objetivo. Segundo, todo o Brasil, senão daqui a pouco um Estado vacinou 80% e outro a apenas 4%, e isso vai causar um problema muito grave; um Município vacinou 80%, e outro está com 10%; o que tem dinheiro compra, o que não tem dinheiro não compra. Essa disputa pode levar ao aumento de preços. Daqui a pouco vai dar cadeia para todo mundo. Então, o caminho adequado é a centralização.

Nós temos agora um contrato com a União Química – o Governador Rui Costa, que foi Presidente do Consórcio Nordeste, teve essa iniciativa –, um contrato de opção de compra. Ali agora estamos caminhando para um contrato firme. A gente está consultando: ministério, como vai ser? Vocês fazem a opção de compra firme? Já há um contrato com o ministério de 10 milhões. Se o ministério cumprir, bem. Isso aconteceu, por exemplo, com a Covaxin, e o ministério foi lá e comprou. Da Pfizer a gente tinha a opção de compra, e o ministério foi lá e comprou. Agora da Janssen a gente tem a opção de compra, e o ministério já disse que vai comprar. Bom, o que a gente quer é caminhar nessa linha do respeito à regra do Plano Nacional de Imunização.

Permita-me só... Acho que está correto o Senador Styvenson Valentim. O plano de comunicação é importante. É importante esse apoio aos Estados citado aqui pelo Camilo e pelo Senador Otto. É fundamental! E eu quero apenas citar aqui uma que é a questão das sequelas. Eu disse que, além desse SOS por vaga de UTI agora, nós vamos viver duas situações em seguida. Vamos imaginar que a gente consiga vacinar todo o grupo de risco até abril; em maio, começa a haver uma redução, que é o esperado, nas internações e também em óbitos. Porém, nós temos que fazer mutirões, porque há uma fila gigante



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

das outras doenças. A gente teve que suspender cirurgias eletivas no Brasil inteiro. Então, há necessidade desse olhar por parte do Senado.

O outro, os sequelados. Nós temos aqui no Piauí uma unidade em Parnaíba e outra unidade em Teresina, mas o ideal é criar uma rede de tratamento pós-Covid. Existe uma sofisticação profissional: ora é o pulmão, ora é AVC, ora é trombose, ora são os rins, o fígado... E há necessidade realmente desse cuidado, porque estamos perdendo profissionais.

Aqui houve um caso, esses dias, de um artista, saxofonista, que ficou... Ele achava inclusive que nunca mais iria tocar na vida. Graças a Deus foi recuperado, e a comemoração dele foi fazer um musical com os outros que estão em tratamento.

Então, há um maratonista que me disse chorando, ele é corredor na São Silvestre, enfim, 5 mil quilômetros, e ele hoje tem dificuldade para sair do quarto dele para a cozinha, para você ter uma ideia.

Então, nós temos situações realmente bem graves nessa área, e a proposta é criar – assim como há as outras redes de saúde – uma rede pós-Covid em todos os Estados brasileiros.

Muito obrigado.

Quero aqui já agradecer, vou ter realmente que me ausentar, mas me coloco à disposição para a gente seguir com esse trabalho conjunto. Acertamos aqui com o Senador Rodrigo Pacheco, e, com certeza, esta Comissão terá um papel importante para a gente seguir nessa área, propriamente, da prevenção para esse momento SOS, das vacinas, de ter recurso e condições para atendimento, e também eu já faço aqui uma proposta para a gente tratar do segmento também com o cronograma de vacina ou o cronograma para os investimentos e os cuidados na área social e econômica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado. Estou agradecido, meu Governador querido. Então, está dispensado. Muito obrigado pela participação, e nós vamos precisar muito, porque tem boas informações, para nós não fazermos um "resserviço". Você já fez o trabalho; agora eu vou fazer de novo? Eu vou copiar o seu! Então, o que tiver de bom aí... Já, já nós ligamos e vamos trocando essas figurinhas. Muito obrigado pela sua participação brilhante.

Bem, eu queria acrescentar aqui para os Governadores as perguntas do Senador Izalci, que eu me esqueci de repassar.

Sobre o risco de desabastecimento de oxigênio nos Estados... Eu passo essa resposta para o Governador Rui Costa. Desabastecimento de oxigênio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra é sobre desabastecimento de insumo de UTI, como por exemplo material para relaxante muscular, para intubação, essas coisas, como é que está a situação... Eu passo ao Governador do Amazonas, que tem uma maior vivência sobre o caso.

E a terceira pergunta dele é o monitoramento das variantes da Covid, desses casos, os comentários sobre as variantes, suas abrangências e consequências. Vou passar ao Governador Carlos Moisés, de Santa Catarina.

E, por último, aqui está uma pergunta que eu vou destinar ao Governador Camilo, que também é do Senador Izalci, sobre a interrupção do custeio, pelo Ministério da Saúde, dos leitos de UTI e também das contribuições para os Estados. Quais são as consequências disso e o que o Senado pode fazer para que isso não aconteça?

Também sobre o acordo de compra das vacinas, que o Senador Wellington fez...

Vamos para frente? Vamos.

Então, são essas as indagações dos últimos palestrantes, dos últimos Senadores.

Passo a palavra agora ao segundo Governador na lista, que é o Governador Wilson Lima. Após, V. Exa. falar, Governador, o senhor também está liberado para cuidar de sua vida. Muito obrigado.

Wilson Lima com a palavra.

O SR. WILSON LIMA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

De fato, eu vou ter que me ausentar também, mas inicialmente eu quero reconhecer aqui a serenidade com que o senhor tem conduzido este debate aqui, que é fundamental para que a gente possa jogar luzes para as ações que vão ser desenvolvidas pelos Governadores que, nesse momento, enfrentam e ainda enfrentarão dificuldades com relação à Covid-19.

Baseado no que a gente passou aqui, há uma perspectiva muito ruim para o País. Se as coisas acontecerem no restante do País como se desenrolaram aqui no Estado do Amazonas, os próximos dez dias serão muito difíceis. O risco de desabastecimento de oxigênio e de medicamentos que são utilizados para entubação é de fato real. A diferença que nós temos aqui no Estado do Amazonas em relação aos outros Estados do Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste é que lá a logística é bem mais fácil em relação ao Amazonas. Para cá, eu não tenho nenhum acesso terrestre, só tenho a BR-319, que está praticamente intrafegável, principalmente nesse período do ano, em que chove muito. Então, há uma dificuldade muito grande de fazer com que os insumos cheguem aqui: de avião é muito caro e, por via fluvial, demora muito.

Então, a gente penou muito aqui, nós sofremos muito em razão disso, mas a questão do oxigênio é algo que nós já temos equalizado, nós não temos hoje mais problemas com oxigênio, nós temos reserva.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, nós conseguimos voltar 36 miniusinas de oxigênio, principalmente no interior, e isso já dá autossuficiência para algumas unidades de saúde que hoje utilizam esses cilindros apenas como retaguarda.

Tivemos problemas também com esses medicamentos para intubação, mas essa é uma situação também equalizada. Agora, há uma necessidade de preocupação com relação à aquisição desses medicamentos. Um trabalho em conjunto para compra desses insumos seria importante até para equilibrar o preço de mercado, porque, quando se faz no varejo, vai se criando uma especulação que faz com que os preços subam significativamente.

E há também uma necessidade de articulação para compras internacionais, inclusive junto com organismos internacionais. A Opas, por exemplo, que é a Organização Pan-Americana de Saúde, foi importante nessa ajuda para o Estado do Amazonas, para a gente conseguir alguns insumos – concentradores de oxigênio de 5m³ e de 10m³; 10 litros, perdão – que são importantes para atender a um paciente que está em casa ou um paciente moderado e que só precisam ligar na tomada. Isso funciona e atende a contento. Então, é importante que os Governadores fiquem atentos a essa situação.

E aí eu vou tentar fazer também só uma breve abordagem sobre alguns comentários, algumas situações que foram colocadas por alguns Senadores.

Aqui quero agradecer as palavras do Senador Omar Aziz, do Estado do Amazonas, que tem sido um grande parceiro. É alguém que tem nos ajudado muito nessa interlocução nacional, junto com outros Parlamentares, junto com outras instituições, para que possamos superar este momento tão difícil de pandemia.

Com relação à questão dos óbitos que nós tivemos no Estado do Amazonas, que chegou a figurar, entre os Estados, na cabeça de mais óbitos, tivemos aqui algumas situações que contribuíram para isso, como a questão de uma variante, a P1. Aqui nós temos 18 variantes do vírus, a mais significativa é essa P1, que tem uma capacidade de transmissibilidade muito alta, e é impressionante como ela age. Nós conseguimos chegar ao pico, ao momento mais agravado da doença aqui, em 18 dias. E é um negócio que vai evoluindo de forma exponencial, que a rede de saúde não consegue suportar. Para completar, eu tenho uma rede de saúde muito comprometida, uma rede de saúde que, quando eu assumi o Governo, estava muito sucateada.

Há outro fator que é decisivo aqui no Estado do Amazonas, que é a questão do período chuvoso. E, nesse período, há uma incidência maior de síndromes respiratórias. Então, os hospitais também acabam sendo ocupados por essas pessoas com essas doenças, com essas situações, e isso acaba também sendo um ambiente muito propício para a questão da Covid-19.

Então, são todos esses fatores, e havia a dificuldade para insumos, a questão de logística... Isso agravou mais ainda aqui o nosso quadro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma preocupação muito grande – e isso tem que ser, de fato, algo colocado na pauta dos Governadores –, que é o pós-Covid, que a gente já começa a viver, se levar em consideração os pacientes do ano passado e de mais recente, porque há pacientes sequelados e que precisam ainda de um atendimento continuado. O que que nós estamos fazendo aqui? Nós temos um hospital que é referência para o atendimento de Covid e também para o atendimento, para a recuperação desses pacientes que ficaram com sequelas. É uma unidade que tem capacidade para atender a 200 pacientes/dia, e nós estamos, junto com o Ministério da Saúde, qualificando uma outra unidade, que é o Hospital Adriano Jorge, onde nós temos 17 especialidades. Aí, com essas especialidades, nós estamos criando uma linha de cuidados para esses pacientes que às vezes ficaram com comprometimento renal, com comprometimento pulmonar, ou cardíaco, ou com outro tipo de sequela, enfim, e lá nós vamos conseguir fazer esse atendimento. E estamos montando algumas unidades referências no interior, em cinco cidades polo, que também disponibilizarão uma estrutura mínima para atender a esses pacientes.

Agora, nesse contexto aqui, há algo que nos preocupa que é o absenteísmo, que é a ausência. Setenta por cento, pelo menos aqui no Estado do Amazonas, dos pacientes que têm sequela e iniciam o tratamento de recuperação abandonam o tratamento. E aí, daqui a alguns dias, esses pacientes voltam e, de forma agravada, acabam indo a óbito. Esse é um desafio que a gente ainda precisa superar, o de convencimento desses pacientes para continuarem o tratamento pós-Covid.

E, como bem falou o Senador Omar, apesar de a gente ter, aqui no Estado do Amazonas pelo menos, 70% dos óbitos entre pessoas acima de 60 anos de idade, essa doença é uma espécie de loteria, porque você não sabe exatamente em quem vai se agravar. A minha mãe, com 70 anos de idade, pegou Covid e teve sintomas muito leves, quase nem teve sintomas, mas eu perdi amigos com 40 anos de idade, com 35 anos de idade, que não tinham nenhuma comorbidade. Em gente que tinha uma vida ativa acabou agravando, e, entubada, veio a óbito. Então, são situações que a gente ainda precisa entender sobre a questão da pandemia.

E a gente segue aqui à disposição no Estado do Amazonas. O nosso povo foi muito penalizado pela Covid, porque foi o primeiro Estado em que se agravou, a ser atingido. A gente ainda não sabe o que acontecerá no futuro, com relação ao comportamento do vírus. Nós fizemos aqui uma preparação: vislumbrando a possibilidade de um segundo pico, mas levando em consideração o que havia acontecido no ano passado, essa quantidade de óbitos e de casos dobrou. A nossa rede hospitalar, a quantidade de internações na rede hospitalar triplicou. Então, ela superou em muito a expectativa e o planejamento que a gente havia feito.

Então, há necessidade de a gente vacinar, com a maior rapidez possível, encontrar caminhos para a aquisição de vacinas. E, como bem falou o Governador Wellington, a gente não quer vacina de graça. A gente compra porque a gente entende a real necessidade que o País tem de receber a vacinação, entendendo que essa tem que ser uma estratégia nacional, que isso tem que entrar no Plano Nacional de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imunização. Disso nós não abrimos mão, até para não causar um desequilíbrio no País e entender onde há maior necessidade de que efetivamente isso aconteça.

Os números começam, estão caindo aqui no Estado do Amazonas. A gente tem diminuído significativamente os casos de óbitos e também de internações. Como eu falei mais cedo, a gente tem uma taxa de ocupação de 54% de leitos clínicos agora. A gente ainda tem ocupação de leitos de UTI, mas a gente já começa a nossa operação gratidão, de retribuição àqueles Estados que receberam pacientes aqui do Estado do Amazonas, já recebemos alguns pacientes moderados aqui do Estado de Rondônia e a gente espera que caia, cada vez mais, esse número e que possamos receber, cada vez mais, irmãos de outros Estados para prestar esse apoio.

No mais, quero agradecer ao Senado pelo apoio, pela preocupação, por realizar encontros e debates como este, para ouvir os Governadores, para que decisões possam ser tomadas no âmbito legislativo e que possam nos ajudar nesse combate à Covid-19.

Essa daqui é uma luta de todos nós, e não há ninguém que não tenha sido atingido pela pandemia. A pandemia nivelou todo mundo, independentemente de raça, cor, condição social. Essa daqui é uma guerra de todos nós, e só vamos vencê-la se estivermos unidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Governador Wilson Lima, do Estado do Amazonas. Muito obrigado pela sua participação nesta Comissão. Ficamos satisfeitos com suas palavras, suas declarações e suas respostas. Muito agradecido.

O senhor está liberado. Pode cuidar da sua agenda, que deve estar cheia lá na sua sala de despachos.

Um abraço para o senhor. Um grande abraço.

Vamos em frente agora.

Agora eu vou passar a palavra ao Governador Rui Costa, do Estado da Bahia, mas, antes, Governador Rui Costa, eu quero ler aqui para o senhor a participação dos internautas. Muita gente telefonou, fazendo perguntas. Eu só vou ler os nomes de alguns internautas: Robson Torres, do Rio de Janeiro; Adriana Araujo, do Estado do Maranhão; Israila Silva, do Estado do Pará; Robson Torres, do Rio de Janeiro; Gabriel Badaro, do Estado de São Paulo; e outros. Desses internautas, eu vou selecionar uma pergunta para V. Exa. responder.

Robson Torres, do Rio de Janeiro, pergunta – V. Exa. pode dirigir a resposta para ele: "A imprensa noticiou que haveria uma segunda onda de Covid-19. Desmobilizar os hospitais de campanha antes da segunda onda foi um erro?". Essa é a pergunta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. está com a palavra para responder aos Senadores que lhe dirigiram perguntas.

Há alguma pergunta a mais para o Governador...

O SR. RUI COSTA (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro, vou tentar responder àquilo que na minha opinião ainda não foi respondido pelos outros Governadores, para não ser repetitivo. Se eventualmente faltar algum detalhe, por favor, peço ajuda ao senhor para eu poder complementar a resposta se for necessário.

Sobre as medidas restritivas – foi uma das perguntas –, de fato, elas apresentam resultado, disso não tenho dúvida. Desde o início da pandemia, a Bahia conseguiu, eu diria, alongar bastante o processo de contaminação. Até o mês de julho, nós tínhamos apenas metade do Estado da Bahia com Municípios contaminados, ou seja, mais de 200 Municípios não tinham nenhum caso sequer, e, portanto, nós fomos adotando medidas sempre regionais e conseguimos sempre ir debelando focos de crescimento com essas medidas. E mais uma vez as medidas se tornam eficazes. Há um certo *delay*, é evidente: do mesmo jeito que a festa de hoje, a aglomeração de hoje não enche UTI daqui a 5 dias – enche daqui a 15, 20, 30 dias –, a desaceleração também tem um certo *delay*, um certo atraso para a gente perceber o impacto das medidas. Aqui, já percebemos que nós conseguimos conter o crescimento do vírus: tínhamos, antes das medidas, 10 mil casos; pulamos, subimos 10 mil em uma semana, ficamos com 20 mil; já começamos a ver um leve decréscimo e hoje estamos com 18 mil casos ativos. Mas isso ainda não se refletiu nas UTIs, porque nós temos ainda uma fila enorme de pessoas aguardando UTIs.

Também tinha havido uma pergunta sobre risco de desabastecimento de oxigênio. Nos hospitais estaduais e nos hospitais que têm UTI, esse risco não existe porque nós trabalhamos com grandes tanques, grandes reservatórios. Aqui não se trabalha, nos hospitais estaduais, com cilindros ou reservatórios pequenos. Portanto, nós temos um pulmão de reserva em cada unidade hospitalar que garante o abastecimento. Existe produção aqui no Estado, em instalações industriais.

O mesmo eu não posso dizer de pequenos Municípios mais distantes, que não têm UTI, mas que fazem aquele trabalho com cilindros de oxigênio para fazer o transporte do paciente, ou seja, fazer a manutenção do paciente enquanto aguarda transferência. Esses Prefeitos estão relatando que as empresas não estão conseguindo fazer a reposição dos cilindros de oxigênio – em Municípios mais distantes, em Municípios pequenos. Repito, esses não têm UTI: é só aquele cilindro para garantir a manutenção do paciente enquanto a regulação sai e eventualmente para fazer o transporte do paciente. Nós fizemos reunião já com todos os Prefeitos, em uma semana, e diagnosticamos isso e já notificamos as empresas para que consigam manter a renovação desses torpedos nas unidades municipais de pronto-atendimento. Mas não há qualquer risco de desabastecimento com qualquer hospital do Estado ou de Município que tenha UTI.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a pergunta de Robson Torres. Robson, nós aqui na Bahia não montamos aquele hospital de campanha tradicional que a gente viu em alguns Estados. Nós, desde o início, optamos por fazer a ampliação, utilizando a estrutura hospitalar existente no Estado, seja transformando hospitais novos, seja transformando unidades hospitalares em UTI, ou implantando UTI em unidades municipais que não tinham UTI, ou seja, para que o benefício fosse permanente e não fosse desmontado. A única instalação provisória que nós fizemos foi na Fonte Nova, no estádio, que é uma estrutura física, e nós não retiramos essa estrutura. Tudo foi mantido lá, o tomógrafo foi mantido, as instalações de oxigênio foram mantidas, tudo foi mantido. Tanto é que nós reativamos, em uma semana, todos os leitos. Não retiramos nenhum equipamento de grande porte, nenhuma instalação: retiramos apenas o mobiliário. E essa diminuição do número de leitos tinha a ver com o momento da pandemia. Nós poderíamos estar hoje sendo processados ou acionados pelos órgãos de controle se nós tivéssemos mantido, imaginem, 500 UTIs vazias, pagando 24 horas por dia, 7 dias por semana, plantões sem ninguém estar ocupando os leitos de UTI, sendo acusados de improbidade administrativa por estarmos gastando recursos públicos para centenas de leito de UTI vazios. Então, toda a estrutura que foi montada foi mantida, de equipamentos, de materiais, e isso foi reativado imediatamente. Hoje nós temos muito mais leitos de UTI, muito mais leitos clínicos do que tivemos no pico da pandemia em julho do ano passado.

Eu sei que, infelizmente o Brasil está infestado de notícias falsas, de *fake news*. Rolou de forma uniforme, padronizada, infelizmente, *fake news* em todo o Estado: só mudavam a foto do Governador, o nome do Estado e o nome do Governador, evidentemente, acusando de que os Governadores fecharam leitos ou estariam com menos leitos do que no ano passado. Isso não é verdade, isso faz parte da fábrica de *fake news*.

Aqui no caso da Bahia, repito, nós não optamos por instalações que deixassem de ser utilizadas, e as UTIs que foram hibernadas – vamos chamar assim – foram imediatamente reativadas no momento da subida do vírus, e hoje nós temos muito mais leitos do que tínhamos à época do pico da pandemia, até porque nós implantamos UTIs em várias regiões e em vários hospitais municipais que não tinham UTIs, e essas UTIs permaneceram funcionando. Algumas, por exemplo, no momento em que a Covid caiu, foram remanejadas para a UTI geral, para atender outras doenças, e agora elas voltaram para ser UTIs de Covid. Então, elas permaneceram funcionando, só não eram UTIs de Covid. Deixaram de ser, nesse momento de baixa, UTIs de Covid. No momento em que precisou, voltou a ser UTI de Covid.

É só um esclarecimento, porque infelizmente há muita notícia falsa circulando, e desde o início a nossa opção aqui foi priorizar os investimentos que seriam mantidos ao longo do tempo e não descartáveis, como os hospitais de campanha, de lona, em que você investe, investe e depois não fica com nada. Aqui, não. Toda estrutura foi reaproveitada, é permanente, inclusive a da Fonte Nova, porque nós não iremos desmontar. Ela ficará montada. Mesmo quando a pandemia passar, ela ficará montada para, se em algum momento no futuro houver outra necessidade por outra pandemia, nós termos as instalações lá feitas. Não faz sentido desmontar, seria jogar recursos fora. Eventualmente, depois que a população





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estiver vacinada, nós vamos tirar o tomógrafo de lá, mas as instalações tubulares, de gases, tudo que foi feito, serão mantidas para qualquer eventualidade.

Eu espero ter respondido todas as perguntas. E fica aquela observação com relação a insumos. Eu acho fundamental que nós consigamos que o Ministério busque centralizar essas aquisições de insumos para evitar esse leilão e essa chantagem que eu diria que Governadores e Prefeitos sofrem. Fica um leilão: a Bahia está me oferecendo tanto pelo anestésico, se Santa Catarina não pagar esse preço, vai ficar sem anestesia; se o Ceará não pagar, vai ficar sem. Então, obviamente, o mercado, que é cruel, fica usando o desespero dos Governadores e dos Prefeitos para elevar de forma exorbitante o preço dos insumos e, tendo uma requisição em nível federal, uma compra em nível federal, isso não aconteceria e o Governo Federal poderia requisitar esses insumos pagando o preço justo, mas não permitindo que a população sofresse essa chantagem ou esse sobrepreço que está sendo praticado, que dificulta a aquisição por parte de Estados e Municípios.

Foi comentado sobre o pagamento dos leitos de UTI. Nós ingressamos com uma ação no STF e temos uma liminar favorável, determinando que o Ministério fizesse a reposição do pagamento das UTIs que estão funcionando desde dezembro e que o Ministério havia deixado de pagar. O que o Ministério não paga são leitos clínicos; isso corre por conta do teto MAC dos Estados. Esse é um custo que os Estados assumem, porque o Ministério considera que está dentro do teto MAC, embora, ao longo da pandemia, o mundo inteiro tenha mudado a forma de tratamento para esticar o máximo o paciente, com várias técnicas e vários tipos de medicamentos, no leito clínico, com várias manobras, para evitar a intubação e evitar o leito de UTI, até porque, dos pacientes intubados, a média de volta é de 50%; dos que são intubados, 50% morrem. Então, os médicos usam várias técnicas, vários medicamentos para evitar a intubação. Com isso, nós aumentamos os leitos de UTI... Há muito uso de fisioterapeutas, com várias manobras feitas pelos fisioterapeutas, manobras técnicas, utilizando recursos técnicos. Então, nós ampliamos aqui o número de leitos clínicos com suporte, o que eles chamam de técnicas respiratórias. Então, entra oxigênio, ou seja, o consumo de oxigênio é grande, entram medicamentos, entra praticamente tudo. O paciente só não está na UTI, só não está intubado, mas boa parte daquilo que seria feito na UTI também é feito nos leitos clínicos. Só que esses leitos clínicos o Ministério não paga e, inclusive, não estão dentro da decisão liminar que obtivemos porque – nunca pagou, na verdade, desde o início da pandemia – o Ministério considera que já está dentro do teto MAC dos Estados. Só que esse é um custo adicional alto para os Estados e Municípios – justiça seja feita aqui aos Municípios.

Mesmo Municípios que não têm UTI, hoje o desespero de muitos Prefeitos, estão... Nós estamos padronizando aqui no Estado... Vamos fazer esta semana de novo, via internet, uma padronização com pneumonologistas e fisioterapeutas estaduais, buscando padronizar isso em todos os leitos dos Municípios que não têm UTI, mas que têm leito clínico, buscando uniformizar esses procedimentos para melhorar a *performance* do resultado do tratamento. E os Municípios, como eu me reuni com os 417, estão muito queixosos de que este ano não tiveram ajuda qualquer suplementar. Muitos estão bancando com recursos,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e nós estamos entrando, ajudando com recursos estaduais esses Municípios, porque, mesmo em leitos clínicos, é melhor o paciente ter uma boa assistência, ter acesso a essas manobras terapêuticas e aos medicamentos para que ele não demande UTI, não precise vir para um hospital estadual. Então, nós estamos entrando, na medida do possível, com suporte de medicamentos, com materiais e com algum recurso, mas é uma queixa dos Municípios que este ano não tiveram ajuda do Ministério para manutenção dos leitos clínicos.

Presidente, espero ter respondido. Se ficou alguma pergunta sem responder, estou aqui à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O senhor foi bem detalhista, explicou bem, como todos.

Eu creio que o Robson ficou satisfeito.

Nós queremos agradecer a V. Exa., Governador Rui Costa, pela sua participação neste encontro. As suas palavras vão ser ainda analisadas anatomicamente, peça a peça, para a gente poder enriquecer o nosso trabalho.

Muito obrigado a V. Exa. Pode se retirar, cuidar das suas atividades. Estou muito agradecido. Muito obrigado mesmo por sua participação. Muito obrigado.

O Senador Ciro Nogueira gostaria de usar a palavra neste momento, antes do Governador Carlos Moisés?

Senador Ciro Nogueira está ali, mas está ao telefone. (*Pausa.*)

Pois não, Ciro, fique à vontade.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, rapidinho. Fugindo um pouco do tema conjugado hoje, mas de qualquer forma acaba interessando aos Governadores, nós temos um requerimento que está em suas mãos e nas do Relator para que o Ministério da Saúde passe a explicar essa situação da distribuição das vacinas nos Estados. Eu coloco essa questão, Sr. Presidente, porque, no meu Estado, há uma aflição muito grande, porque até hoje apenas as pessoas com mais de 80 anos de idade estão sendo vacinadas; e, no Estado vizinho, o Estado do Maranhão, já estão vacinando os que têm menos de 75 anos de idade – em outros Estados também, aqui no Distrito Federal também.

Então, eu queria passar a entender um pouco mais isso, porque nós vemos que alguns Estados acabam sendo prejudicados. Isso cria uma sensação de falta de transparência no que diz respeito a essas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

distribuições de vacinas, para que elas cheguem à população, porque eu acho que deve ser uma coisa uniforme em todo o País.

Esse requerimento está em suas mãos e acho que o senhor pode aprovar e encaminhar para que o Ministério da Saúde dê essa explicação.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Ciro.

Nós já vamos providenciar e colocar na pauta da quinta-feira... Hoje é que dia? Na segunda-feira próxima, a gente vota seu requerimento, está bom? Por causa do horário de hoje.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito agradecido.

Vamos agora ao Governador Carlos Moisés, do Estado de Santa Catarina.

Governador, o senhor pode responder as perguntas que lhe foram destinadas. V. Exa. está com a palavra, Governador Carlos Moisés.

O SR. CARLOS MOISÉS (Para expor.) – Obrigado, Senador, Presidente Confúcio.

Inicialmente, o senhor se referiu à última questão que era sobre monitorar novas cepas, mas também honrando o nosso Senador Styvenson, porque ele também comentou alguma coisa a respeito de comunicação em Covid, que eu havia anotado aqui.

Vamos à primeira pergunta, então, a respeito de monitoramento de novas cepas. Santa Catarina estabeleceu um programa que a gente denominou de sentinela. Esse programa faz a coleta de material de todas as regiões do Estado... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Desligue seu telefone aí. Ótimo.

Pode continuar, Governador. Continue.

O SR. CARLOS MOISÉS (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Nós monitoramos as novas cepas em todas as regiões do Estado. Essa coleta tem nos trazido alguns resultados. Os exames não são feitos em Santa Catarina, são mandados para fora do Estado, em especial para a Fiocruz também, que analisa essas amostras. E as amostras têm comprovado que novas cepas circulam, assim como no Estado do Amazonas e em outras regiões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós observamos, aqui em Santa Catarina, é que nós nos tornamos o epicentro dessa nova mutação. Isso é importante dizer porque Santa Catarina recebe também, senhores, diariamente, imigrantes. Não há um controle muito efetivo das pessoas que entram no nosso Estado, e isso é uma constante. Obviamente, fica muito difícil de você desamparar as pessoas que chegam ao seu Estado precisando de um apoio, imigrando de outros países. Isso também deve ter contribuído, especialmente no oeste de Santa Catarina. A gente percebeu claramente que isso favoreceu a rápida transmissibilidade em função exatamente das novas cepas que circulam no nosso Estado, de modo que a gente coleta a água de esgoto, a gente coleta as amostras também dos exames por amostragem de cada região do Estado que são feitos dos pacientes, para detecção de novas cepas.

Já foram detectadas, sim, já é uma posição consensual de que cerca de 70% do que circula no Estado do Paraná são novas cepas; 62,5% no Rio Grande do Sul, novas cepas; e também aqui em Santa Catarina, cerca de 63,5% são novas cepas circulantes. É a nova realidade, é como se fosse uma nova doença, isso é bem verdade.

Fiquei muito satisfeito com a posição do nosso Governador Rui, da Bahia, que mencionou que pacientes internos em estabelecimentos de longa permanência, nos asilos para os idosos, foram infectados e, uma vez vacinados, não tiveram agravamento da doença, tiveram só sintomas leves. Isso também nos traz um alento, porque nós percebemos que é bem possível – e aí caberia uma boa investigação – que, nessas contaminações das infecções para Covid, tivemos novas cepas, provavelmente sim, circulando nessas instituições de longa permanência.

Então, é um trabalho constante, é um trabalho em que todos os dias a gente tem que se reinventar. Não há uma receita de bolo pronta, e a gente está correndo sempre atrás de um processo que dura mais de um ano. Por isso, novas variantes trazem também novas decisões e novas intervenções do Poder Público.

No que diz respeito à comunicação em Covid, nós obviamente mudamos as estratégias, tentando atingir a população e, mais recentemente, começamos a trabalhar com uma comunicação um pouco mais intensa no sentido de chamar atenção para a gravidade da doença para as pessoas, porque percebemos que, quando se iniciou a vacinação, como eu referi, nós tivemos uma flexibilização, um relaxamento, na verdade, das pessoas em relação às atitudes de convívio seguro com o Covid-19, com o coronavírus, ainda mais agora, com as suas variantes com características distintas.

É importante destacar também – obviamente, o Governador Wellington já respondeu a respeito de desabastecimento – o que Santa Catarina fez. Acho que talvez este seja o nosso grande desafio: assistir as pessoas na sua saúde, e essa atenção à saúde precisa ser dada com medicamentos, o que chamamos de *kit* intubação.

Nós fizemos uma licitação aqui recentemente – em função dessas novas variantes, a demanda está muito intensa também para quem produz os medicamentos para intubação – e, colocada na praça a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

licitação, de sete itens que nós cotamos para aquisição pelo Governo de Santa Catarina, apenas um foi cotado, foi disponibilizado. Nós pedimos 30 mil unidades desse medicamento e apenas 3 mil unidades foram ofertadas para Santa Catarina.

Então, talvez esta seja a nossa segunda crise, a crise do desabastecimento. E, assim como o Plano Nacional de Imunização, nós defendemos que tem de haver uma aquisição centralizada. Defendemos também que o Ministério da Saúde deve intervir nos fabricantes, especialmente nesses sete medicamentos que são utilizados para o *kit* de intubação, para que haja uma aquisição centralizada, uma intervenção, de fato, do Governo, para não desabastecer qualquer Estado.

Eu tenho uma reunião prevista para as 11h e peço licença ao Senador Confúcio Moura, aos senhores, pela minha fala muito objetiva aqui, para tentar atender ainda a minha agenda, que acabou atrasando um pouquinho.

Fico muito grato pela atenção dos Srs. Senadores. Acho extremamente relevante o Senado da República estar presente nesse enfrentamento, nessa dificuldade por que passa a Nação brasileira, e a presença dos Srs. Senadores é imprescindível para nos ajudar, para nos apoiar nesse enfrentamento, nessa crise que Governadores, Prefeitos, enfim, o Governo Federal enfrentam, crise sanitária sem precedentes que estava no nosso pacote, estava no nosso mandato. Não estava prevista, mas acabou que nós estamos no fronte, então é nossa missão. E, como missão, temos que levá-la até o fim, até a solução de todos os problemas do povo brasileiro.

Muito obrigado, um grande abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Governador Carlos Moisés, por sua participação, seus comentários. É importante.

Eu sei que ser Governador neste momento não é tarefa fácil, é extremamente difícil. Ser Governador em tempos normais já é administrar crises e, com a pandemia, eu imagino a dramática situação de estresse que vive um Governador e sua equipe. É como se fosse uma roleta-russa a cada momento.

Então, meu caro Governador Carlos Moisés, V. Exa. está dispensado. Muito agradecido pela sua brilhante participação. Muitíssimo obrigado, agradecido a V. Exa.

Por fim, nós vamos chamar agorinha... Eu estou vendo que o Senador Otto levantou a mão. Antes de o Governador Camilo falar, eu passo a palavra para o Senador Otto fazer o seu comentário.

Senador, com a palavra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero parabenizar V. Exa. pela condução e também os Governadores pelas posições colocadas, que foram muito esclarecedoras.

No meu Estado, acompanho o trabalho do Governador Rui Costa, dos Prefeitos também. O Governador tem feito reuniões com os Prefeitos das diversas regiões do Estado da Bahia, para ter uma ação conjunta.

Eu falei de dois requerimentos para V. Exa., e V. Exa. me respondeu que o Presidente Rodrigo Pacheco já tinha feito esses requerimentos de informações ao Ministério da Saúde e à Anvisa. Eu pediria a V. Exa., se possível, que me encaminhasse esses requerimentos, essas provocações do Presidente Rodrigo Pacheco, para que, tomando conhecimento, eu pudesse, depois disso, trabalhar na direção que V. Exa. determinou lá no Ministério da Saúde e ter as informações para uma próxima reunião.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Otto, do Ministério da Saúde eu tenho uma resposta aos questionamentos do Presidente Rodrigo Pacheco, mas da Anvisa não. Então, com relação à Anvisa, nós vamos fazer um requerimento em seu nome. Vou assinar e já encaminhar para V. Exa. com os seus questionamentos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Presidente, é preciso que se dê aos Estados, que estão na ponta trabalhando na vacinação e no atendimento também – que é o mais grave, que é um problema dramático para os Estados, sem recursos, sem pessoal às vezes, com dificuldade na aquisição de insumos... Que o Ministério da Saúde possa passar oficialmente para a Comissão – e a Comissão passar para os Estados – o quantitativo de vacinas que serão disponibilizadas, porque há uma inquietação muito grande por parte da população a esse respeito.

Aqui no meu Estado mesmo, só se conseguiu vacinar – nós temos aqui 15 milhões de habitantes – acima de 77 anos. Então, existe uma carência muito grande dessas vacinas, e seria importante que o ministério, já que se deve centralizar no ministério – claro que, se os Governadores quiserem adquirir as vacinas, será muito bom, porque vai agilizar mais isso –, mas, pelo menos, que o ministério enviasse à Comissão uma programação de liberação dessa vacina, dando a condição de planejamento, o que é fundamental nas campanhas de vacinação. Qualquer campanha de vacinação tem que ter planejamento estratégico para poder vacinar, e os Governadores precisam dessas informações. Foi por isso que eu pedi a V. Exa., já que o ministério vai encaminhar, que pudesse nos passar e passar para os Governadores essa programação oficial do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente, Senador Otto. Vamos passar para V. Exa. ainda hoje, ainda hoje!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, vamos agora passar a palavra para o Governador... Eu não sei se o Camilo é o mais novo do grupo? É ele ou o Wilson Lima, não é? São os mais jovens Governadores do Brasil.

Eu passo a palavra para o Camilo Santana.

Camilo, antes de V. Exa. falar, eu me esqueci de acrescentar uma pergunta do Senador Izalci. Anote, por gentileza aí, Camilo. O Izalci perguntou o seguinte: se o consórcio de Governadores do Nordeste ou outros consórcios têm algum prazo de compra direta pelos consórcios. E, se houver esse desejo e essa decisão tomada pelo grupo de Governadores, como se dará a distribuição das vacinas para os seus Municípios? O consórcio compra a vacina e passa para o Ministério de Saúde? Ou o consórcio compra a vacina e distribui para os seus Municípios do consórcio? Essa é a pergunta do Senador Izalci.

Muito obrigado.

E V. Exa. está com a palavra, Camilo Santana. *(Pausa.)*

Governador Camilo Santana, pode entrar.

O SR. CAMILO SANTANA (Para expor.) – Obrigado.

Primeiramente, quanto à pergunta do Senador Wellington em relação à necessidade do aumento da vacinação: é claro que isso é imprescindível. O grande problema, que até o Senador Otto agora acaba de relatar, é exatamente porque há uma perspectiva de quantidade de idosos, um planejamento e acaba se frustrando esse planejamento. Vou dar um exemplo do mês de fevereiro: havia uma previsão de 13,305 milhões de doses, e acabaram apenas se concretizando 6,253 milhões, menos da metade; havia uma previsão para este mês de março de 48 milhões de doses, e provavelmente chegaremos a 20, ou seja, bem menos do que estava sendo previsto.

Então, há uma certa... Há, como eu falei anteriormente, a necessidade de uma articulação mais forte nas relações internacionais diplomáticas, para ver se a gente conseguiria correr atrás do IFA enviado da China. Há dificuldade de comprar vacinas em determinados laboratórios. Portanto, eu acho que seria necessário um esforço das lideranças nacionais com os Presidentes de outros países, com as embaixadas de outros países, para que a gente pudesse acelerar, já que o Brasil hoje, repito, está sendo olhado pelo mundo inteiro como o grande foco da pandemia no mundo.

Portanto, eu acho que, para que a gente pudesse acelerar esse processo de vacinação, seria muito importante uma articulação, nas relações internacionais, pelo Governo brasileiro com os outros países.

Há uma expectativa positiva de que a gente possa, a partir de abril – a Fiocruz está com dificuldade na produção da vacina –, padronizar e fazer essa produção normalizada aqui no País. É uma perspectiva, mas até lá é importante a gente adquirir vacinas compradas fora do Brasil, fora as duas vacinas que estão sendo produzidas aqui no Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao consórcio, que já tem um pouco também dentro da vacinação, há um acordo de todos os Governadores da Federação, porque os Estados não foram à busca de vacinas, muitas vezes, porque não havia autorização para isso. A partir do momento que o STF – e agora o Congresso – autoriza Estados e Municípios a adquirirem, todos nós temos buscado contatos em outros países, procurando buscar alternativas. O Consórcio Nordeste tem buscado isso, inclusive fizemos um acordo, no ano passado, com a Sputnik, mas nós não tínhamos autorizações, porque sempre os laboratórios colocam que a prioridade é – e estão corretos – a negociação com o Ministério da Saúde, que é a autoridade nacional de saúde sanitária, e que, em relação a qualquer decisão entre os 27 Governadores, a qualquer aquisição realizada tanto por consórcio ou individualmente, essas vacinas teriam que ir ao Programa Nacional de Imunizações e serem distribuídas de forma igualitária para todos os Estados, até porque este é um momento em que todos nós enfrentamos as mesmas dificuldades no País inteiro. Então, o Consórcio Nordeste tem procurado buscar essa compra. Nós estamos formalizando agora, com a aprovação da Sputnik, a intenção do consórcio, mas todas as vacinas, pelo acordo que foi feito entre os Governadores, iriam para o Programa Nacional de Imunizações.

Em relação à interrupção do custeio, como foi colocado pelo Senador Aziz, é importante, Senador Confúcio, dizer que este é um tema muito delicado para nós dos Estados. Eu vou dar um exemplo no Ceará: 95% dos leitos de UTI do Ceará são do Estado. Então, a gente banca... Eu mesmo relatei os números anteriores: nós estamos com 1.013 leitos de UTI, neste momento, exclusivos para Covid, com 87% de ocupação, quase 90% – é abrindo leitos todos os dias, e a demanda crescente –, e apenas 56 leitos, desses 1.013, estão habilitados, ou seja, é preciso uma forma mais ágil, seja através da medida que foi feita no ano passado, da 173, que repassou recursos para a saúde, para Estados e Municípios, reeditar essa medida tomada no passado...

Eu queria até dar uma sugestão, Senador Confúcio: que houvesse um requerimento por parte do Senado ao Ministério, para solicitar o número dos leitos requeridos pelos Estados e o número de leitos habilitados. Então, seria importante que o Senado tivesse uma ideia: "Olha, o Ceará pediu mil leitos, e só tem habilitados...". Que esse dado fosse oficial no Ministério. E que houvesse uma cobrança por parte do Senado na agilidade. O que está acontecendo? Agora mesmo o Rio Grande do Sul entrou com uma ação também na Justiça. A Bahia já entrou. São Paulo já entrou. O Maranhão já entrou. Nós não gostaríamos de entrar, porque eu acho que a relação é institucional e precisa ser olhada.

Então, seria importante que o Senado – eu queria dar uma sugestão neste sentido – fizesse um requerimento para o Ministério, solicitando todos os leitos que foram solicitados pelos Estados ao Ministério e o que é que está habilitado, para exatamente o Senado ter uma noção desse mapa de leitos, que é fundamental neste momento para atender com dignidade à população. Em meu Estado, 82% da população cearense precisam do SUS, são atendidos pelo SUS. Então, é importante ter essa sustentabilidade, porque, daqui a pouco, vai ficar inviável para o Estado, com as restrições econômicas, com a queda da arrecadação, com o aumento da despesa. Nós aumentamos, no ano passado, em quase



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

30% o investimento em saúde, e não vai ser diferente este ano. Eu acho fundamental que esse apoio possa ser mais ágil por parte do Ministério. Eu acho que o Senado poderia cumprir o seu papel. Mas quero agradecer.

Além do mais, Senador Confúcio, o ministério paga R\$1,6 mil por um leito de UTI: o custo hoje de um leito de UTI está entre R\$2,8 mil a R\$3,2 mil. Então, você vê que o Estado ainda praticamente banca quase a metade do custo de UTI, e ainda existe essa demora do credenciamento por parte do Ministério.

Então, são pontos que são urgentes para serem solucionados: a vacina e a habilitação dos leitos por parte dos Estados e dos Municípios brasileiros.

No mais, quero parabenizar o Senador Confúcio e parabenizar todos os Senadores pela iniciativa. É um prazer participar desta audiência e me colocar à disposição.

Eu acho que o Senado, repito, tem um papel muito importante de equilíbrio, de diálogo, neste momento desafiador para o nosso País. Então, deixo aqui a minha homenagem a todos vocês pela iniciativa, na pessoa do Presidente Rodrigo Pacheco.

Muito obrigado, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado pelas suas quatro sugestões iniciais apresentadas para nós. Nós anotamos tudo aqui e vamos depois passar para o nosso Relator Wellington Fagundes, que está presente. Então, estou muito agradecido a V. Exa. Muito obrigado à sua equipe, à Secretária de Fazenda, ao Secretário de Saúde, que estiveram aí no seu gabinete. Fico muito agradecido e reconheço esse prestígio que V. Exas. ofereceram ao Senado Federal. Muito obrigado e um bom-dia – já chegando a uma boa-tarde. Obrigado aos senhores. Fico muito agradecido. Vamos continuar, e os senhores podem se retirar tranquilos.

Neste momento, na nossa Comissão, eu passo a palavra ao Relator Wellington Fagundes, para os seus comentários finais, e logo depois nós vamos fazer o encerramento da nossa audiência pública.

Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Tudo bem, Sr. Presidente?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Está liberada a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) –
Eu gostaria, Sr. Presidente, de agradecer aqui a todos os internautas que participaram, não só através do e-Cidadania, mas aqui também das minhas redes pessoais. Eu gostaria de agradecer. E são inúmeras participações, mas eu vou citar algumas aqui. Por exemplo: a Débora Medeiros, o Antônio Carlos Pinheiro, a Lilian Costa, o José Sabo Mendes, a Maria Luzia Rocha, Alan Martins, do jornalista Jacques Gosch, Edivaldo Ribeiro. Eu estou citando alguns do meu Estado, mas do Brasil inteiro foram muitas pessoas. Então, da mesma forma como V. Exa. colocou, eu quero agradecer o prestígio da população brasileira, que está nos acompanhando, bem como dos Governadores que estiveram presentes. E aí eu vou cumprimentar, na pessoa do meu xará Wellington Dias, todos os Governadores e todos os companheiros da Comissão. Quero também, em especial, cumprimentar o nosso Presidente do Congresso, Senador Rodrigo Pacheco, que desde ontem vem dando muito destaque ao trabalho da nossa Comissão, e também a serenidade de V. Exa., Senador Confúcio Moura, porque sempre conduziu, também na Comissão Mista, e V. Exa. agora, com mais experiência acumulada, conduzindo também o trabalho e inclusive dividindo o nosso trabalho com todos os membros. V. Exa., com muita sapiência, envolve a todos da Comissão. Eu acho que isso é extremamente importante, então eu quero parabenizá-lo. Tenho certeza de que vamos fazer um grande trabalho, até porque toda a população brasileira espera muito disso.

Por isso, eu gostaria de dizer que acredito que as respostas obtidas no dia de hoje ajudaram muito a entender a dinâmica dos trabalhos e vão nos auxiliar consideravelmente nos nossos encaminhamentos. Agradeço a todos que participaram, e, ao instalar esta Comissão, o Senado dá efetiva demonstração do cumprimento do seu papel. Esse papel se cumpre na medida em que nos colocamos ao lado da sociedade, essa sociedade – como disse no começo – que está ferida, muito machucada, ao lado daqueles que perderam seus entes e que sequer tiveram a condição de velá-los, conforme reza a tradição cristã. Como bem afirmou o Governador Camilo Santana, temos, no entanto, que olhar para frente, buscar as soluções reclamadas pelo conjunto da população brasileira, fazer com que as medidas que estão sendo gestadas possam ter os efeitos desejados, e que a transparência seja o norte a ser perseguido por todos nós, para que seja gerada a paz em cada lar brasileiro e em torno da vacina. É para isso que nós estamos aqui e vamos seguir por mais 32 reuniões, sempre com fidelidade, respeito, solidariedade e consideração ao nosso povo.

Sr. Presidente, eu concluo aqui dizendo que também nós temos que estar focados na vacina, vacina, vacina, salvar vidas, mas não podemos deixar – porque é outra missão da nossa Comissão – a questão fiscal do País. Também temos que buscar a retomada econômica, porque – reafirmo aqui –, assim como para um paciente que está em uma UTI intubado o oxigênio é vital, para o trabalhador o emprego também é vital, e todo trabalhador – pai, mãe de família – quer ter o emprego garantido para sustentar a sua família. Mas, claro, o Senado não vai faltar neste momento de continuar com o auxílio emergencial.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que estão desempregados não podem entrar no desespero. Então, eu acho que é um trabalho de todos nós também buscar soluções para as pessoas que estão precisando da ajuda do Estado brasileiro.

Então, é isso. Eu tenho certeza de que esta reunião é coroada de êxito, até por ter um grande condutor, como é o Presidente desta Comissão.

Agradeço e louvo a Deus para que tenhamos energia suficiente, para que a gente possa trabalhar muito para dar respostas, o mais urgente possível, à sociedade brasileira.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Wellington, Relator desta Comissão.

Não havendo nada mais a tratar, eu agradeço a presença de todos, convidando para a próxima reunião, a se realizar no dia 15 de março de 2021, na próxima segunda-feira, às 9h, para continuar ouvindo Governadores.

Serão convidados, a princípio, o Governador de São Paulo, o do Rio de Janeiro, do Estado do Maranhão e também o do Estado do Rio Grande do Sul. Vamos insistir para que ele participe. Assim, fechamos a parte do Governadores.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos e uma boa-tarde.

Obrigada a todos.

(Iniciada às 9 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às nove horas e hum minuto do dia quinze de março de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Daniella Ribeiro, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Otto Alencar, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Zenaide Maia e Randolfe Rodrigues, e ainda dos Senadores não membros Vanderlan Cardoso, Luis Carlos Heinze e Esperidião Amin. Deixa de comparecer o Senador Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater as dificuldades encontradas por estados no enfrentamento da pandemia e vacinação, bem como o colapso no sistema de saúde nos estados, e o estágio da pandemia e da vacinação. **Participantes:** Flávio Dino, Governador do Estado do Maranhão; Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo; Eduardo Leite, Governador do Estado do Rio Grande do Sul; e João Dória, Governador do Estado de São Paulo. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento Nº 001, de 2021** que : "Requer informações ao Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar sobre reajustes anuais de planos de saúde aplicados durante o ano de 2020." **Autoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento Nº 002, de 2021** que : "Requer a realização de Audiência Pública para debater o andamento dos processos de autorização emergencial e definitiva das vacinas." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento Nº 003, de 2021** que : "Requer esclarecimentos ao Ministro de Estado da Saúde sobre a morosidade na vacinação de idosos em regiões do Brasil." **Autoria:** Sen. Ciro Nogueira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento Nº 004, de 2021** que : "a convocação imediata de EDUARDO PAZUELLO, Ministro da Saúde, para prestar informações sobre a disponibilidade de oxigênio nos estados - em especial em Rondônia, no Acre e no Ceará -, e sobre as medidas de monitoramento e suporte do Governo Federal para evitar o colapso do sistema de saúde e para ampliar a capacidade de fornecimento de oxigênio." **Autoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento Nº 005, de 2021** que : "Requer a adição de sua assinatura ao Requerimento nº 4, de 2021, do Senador RANDOLFE RODRIGUES, de convocação do Ministro da Saúde EDUARDO PAZUELLO." **Autoria:** Sen. Styvenson Valentim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento Nº 006, de 2021** que : "Requer ao Ministério da Saúde informações céleres complementares e detalhadas acerca das aquisições de vacinas destinadas ao atendimento da população brasileira." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento Nº 007, de 2021** que : "Requer informações ao TCU sobre os processos que tramitam acerca da ausência de uma estratégia federal minimamente detalhada para combater os efeitos da pandemia de Covid-19." **Autoria:** Sen. Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento Nº 008, de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, informações sobre o apoio logístico e financeiro aos estados federados para manutenção e ampliação de leitos de UTI COVID,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no período compreendido entre março de 2020 e março de 2021." **Autoria:** Sen. Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento Nº 009, de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Eduardo Pazuello, informações sobre o apoio logístico e financeiro aos estados federados para manutenção e ampliação de leitos de UTI COVID, integração dos sistemas hospitalares, planejamento e análise diária de cenários, no período compreendido entre março de 2020 e março de 2021." **Autoria:** Sen. Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento Nº 010, de 2021** que : "Requer a realização de Audiência pública com o Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello." **Autoria:** Sen. Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento Nº 011, de 2021** que : "Requer a realização de Audiência pública com Secretário de Atenção Especializada à Saúde – SAES, Luiz Otávio Franco Duarte." **Autoria:** Sen. Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento Nº 012, de 2021** que : "Requer ao Instituto Butantan e à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) informações céleres sobre atendimento de prazos e capacidade de produção e fornecimento de vacinas para imunização da população brasileira." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento Nº 013, de 2021** que : "Requer a realização de audiência pública com a presença do Almirante Flávio Augusto Viana Rocha, Secretário Especial Interino de Comunicação Social do Ministério das Comunicações, com o objetivo de prestar esclarecimentos acerca das ações publicitárias do governo federal em torno do enfrentamento da pandemia do coronavírus." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento Nº 014, de 2021** que : "Requer à Anvisa informações céleres acerca do andamento dos processos de autorização emergencial e definitiva de vacinas destinadas à imunização da população brasileira quanto ao coronavírus." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento Nº 015, de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado Da Saúde, Eduardo Pazuello, em caráter de urgência, informações sobre o calendário oficial de aquisição e ampliação de vacinas para imunização contra o COVID-19." **Autoria:** Sen. Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento Nº 016, de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, Antônio Barra Torres, em caráter de urgência, informações sobre calendário oficial das autorizações de registro sanitário das vacinas contra o COVID-19, tanto em caráter emergencial, como definitivo." **Autoria:** Sen. Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/03/15>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos! Bom dia aos telespectadores! Bom dia, Zenaide! Bom dia, Izalci! Bom dia a todos os Senadores presentes e a todos os Senadores ausentes!

Desejo a recuperação franca do Major Olimpio. Do grupo que adoeceu recentemente, ele está em situação mais grave. Que ele se restabeleça rapidamente! Que o Lasier Martins e o Alessandro Vieira também voltem rapidamente ao nosso convívio!

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus, à Covid-19, inclusive a situação fiscal e execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a esta pandemia.

A presente reunião destina-se, em sua primeira parte, à realização de audiência pública com Governadores, nos termos do plano de trabalho, para debater as dificuldades encontradas pelos Estados no enfrentamento da pandemia e vacinação, bem como o colapso no sistema de saúde nos Estados, e o estágio da pandemia e da vacinação. Após a audiência, serão apreciados os requerimentos apresentados perante a Comissão.

Quanto ao uso da palavra, esclareço que, para esta reunião remota, será feito pela ordem de inscrição através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo. Após a fala inicial dos Governadores, a ordem da fala será, primeiramente, o Relator; em seguida, os titulares inscritos; depois, os suplentes; por último, os Senadores não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo de Lideranças poderão ser utilizados após a audiência com os Governadores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Srs. Senadores e Senadora Zenaide, tendo em vista os diversos compromissos da agenda dos Governadores, eu, particularmente, fiz um acordo com eles. Hoje é segunda-feira, um dia cheio para todos eles. Eles demonstraram todo interesse em participar desta audiência pública, mas eles têm certa urgência do tempo deles na nossa reunião. Eu combinei da seguinte forma: usarão a palavra, inicialmente, dois Governadores. Nós faremos as perguntas mais objetivas e um menor número de perguntas. Após as respostas dos Governadores, liberam-se os dois Governadores para cuidarem das suas agendas. Entram mais dois Governadores. O Governador Doria deve chegar aqui às 10h, dez horas e pouquinho. O Governador Eduardo Leite, do Rio Grande do Sul, também vai atrasar um pouquinho, mas ele entra nesse período. Com todos eu conversei pessoalmente, negociando os prazos deles.

Então, foi ajustado que os questionamentos complementares, feitos pelos Senadores, casos não sejam respondidos todos, a gente encaminha a eles, e eles responderão, se for o caso. Creio que eles responderão todos no momento.

Já há número regimental para a ata? (*Pausa.*)

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 3ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Senadores e as Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Rapidamente, Presidente Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Rapidamente, se V. Exa. me permite, existe um requerimento, que ainda ontem encaminhei para V. Exa., que – obviamente, como a pauta foi anunciada na sexta – não está na pauta da parte deliberativa desta reunião. É uma questão urgente sobre o fornecimento de oxigênio em todo o País e a crise que estamos percebendo em alguns locais, inclusive no Estado de V. Exa., em Rondônia.

Então, gostaria de requerer a V. Exa. que, na parte deliberativa, incluísse esse requerimento subscrito por mim e pelo Senador Styvenson Valentim como um requerimento extrapauta.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Randolfe Rodrigues, ele já está incluso como o Requerimento nº 4. Está incluso para votação hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muiíssimo obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

Então, estão presentes os seguintes Governadores...

Verifica se eles estão presentes para mim?

O Governador Flávio Dino, do Estado do Maranhão; o Governador Renato Casagrande, do Estado do Espírito Santo; os outros entrarão no decorrer da audiência pública.

Estando presente o Governador Flávio Dino, eu já passo a palavra para ele, que terá o nosso tempo. Governador, varia entre 10, 12, 15 minutos, a critério de V. Exa. Logo a seguir, o Governador Casagrande falará. Os Senadores farão as perguntas, e nós liberamos V. Exa. para cuidar da sua agenda.

Então, eu passo a palavra, neste momento, ao Exmo. Sr. Governador Flávio Dino, do Estado do Maranhão. V. Exa. pode usar a palavra, Governador. *(Pausa.)*

Governador Flávio Dino. *(Pausa.)*

Governador Flávio Dino. Ele está presente? *(Pausa.)*

Governador Flávio Dino, não o estou vendo. *(Pausa.)*

Pessoal da assessoria do Governador Flávio Dino, ajudem para que ele possa se conectar conosco. *(Pausa.)*

Governador Flávio Dino, eu não o estou vendo na sala, não. *(Pausa.)*

Ele não está. Ele está conectado, mas não está conseguindo se comunicar conosco.

Vou seguir a sequência. *(Pausa.)*

Ah, ele está ainda ocupado. Já, já...

O Governo Casagrande ainda não está presente, não? *(Pausa.)*

Então, enquanto eles não chegam, vamos aproveitar a oportunidade e adiantar a votação dos requerimentos pautados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 1, DE 2021

Requer informações ao Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar sobre reajustes anuais de planos de saúde aplicados durante o ano de 2020.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Voto requerimento a requerimento? (*Pausa.*)

Vamos já colocar em discussão esse primeiro requerimento do Senador Randolfe Rodrigues. Vou reler: "Requer informações ao Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar sobre reajustes anuais de planos de saúde aplicados durante o ano de 2020".

Vou colocar mais um, depois a gente encontra mais motivo para discutir.

Requerimento nº 2, de minha autoria.

2ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 2, DE 2021

Requer a realização de Audiência Pública para debater o andamento dos processos de autorização emergencial e definitiva das vacinas.

Autoria: Senador Confúcio Moura.

2ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 3, DE 2021





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer esclarecimentos ao Ministro de Estado da Saúde sobre a morosidade na vacinação de idosos em regiões do Brasil.

Autoria: Senador Ciro Nogueira.

Mais um, Requerimento nº 4, do Senador Randolfe Rodrigues e Styvenson Valentim.

2ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 4, DE 2021

Requer a convocação imediata de EDUARDO PAZUELLO, Ministro da Saúde, para prestar informações sobre a disponibilidade de oxigênio nos estados - em especial em Rondônia, no Acre e no Ceará -, e sobre as medidas de monitoramento e suporte do Governo Federal para evitar o colapso do sistema de saúde e para ampliar a capacidade de fornecimento de oxigênio.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Vou ler todos, depois abriremos a discussão.

2ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 5, DE 2021

Requer a adição de sua assinatura ao Requerimento nº 4, de 2021, do Senador RANDOLFE RODRIGUES, de convocação do Ministro da Saúde EDUARDO PAZUELLO.

Autoria: Senador Styvenson Valentim.

Ele está ratificando o requerimento de autoria do Randolfe, quer também subscrevê-lo. Não vejo como opor.

Requerimento nº 6, de minha autoria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 6, DE 2021

Requer ao Ministério da Saúde informações céleres complementares e detalhadas acerca das aquisições de vacinas destinadas ao atendimento da população brasileira.

Autoria: Senador Confúcio Moura.

São esses os requerimentos.

Estão em discussão. Seis requerimentos. (*Pausa.*)

Já que ninguém quer discutir, está em votação.

Pois não, Senador Randolfe, por gentileza, com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para encaminhar.) – Presidente, rapidamente, então, para justificar ambos os requerimentos que nós protocolamos: o primeiro apresentado por V. Exa. é uma requisição que fazemos junto à Agência Nacional de Saúde (*Falha no áudio.*) ... Nós tivemos, já no início deste ano, o anúncio, por parte dos planos de saúde, de um reajuste dos programas (*Falha no áudio.*) ... planos disponíveis, com o acumulado do ano passado. Ora, nós estamos no agravamento da crise sanitária, em um momento dos mais difíceis, é importante prestar essas informações, e esta Comissão rogar à Agência Nacional de Saúde para discutir um meio-termo em relação aos planos sobre esse reajuste.

Para o segundo, Presidente, eu peço particular atenção pela urgência e necessidade. Presidente, ainda ontem, V. Exa...

O senhor me ouve, Presidente? Presidente, o senhor me ouve?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estou ouvindo bem, ouvindo bem; estou ouvindo bem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Presidente, ainda ontem, eu conversava com V. Exa. e tive conhecimento da situação que requer uma preocupação, em especial dos membros desta Comissão, sobre a situação do seu Estado, o Estado de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rondônia. Ainda ontem conversava com V. Exa. sobre o depoimento da Secretária Municipal de Saúde de um dos Municípios de Rondônia que alertava que, caso não haja uma providência imediata, nos próximos 15 dias, nós poderemos ter um colapso do fornecimento de oxigênio naquele Estado, o Estado, inclusive, que V. Exa. muito bem representa aqui no Senado Federal. Como, além de mim, o Senador Styvenson Valentim foi designado por V. Exa. para acompanhar o fornecimento de oxigênio em todo o País, nós obtivemos informações de que, além do Estado de Rondônia, a situação em *(Falha no áudio.)* ... Municípios do Estado do Ceará requer os mesmos... *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O som está cortando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... perguntar como está a situação de oxigênio...

O senhor me ouve, Presidente? O senhor me ouve, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estou ouvindo, mas está cortando ocasionalmente.

Estou ouvindo bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, uma das perguntas a fazermos, inclusive no dia de hoje, aos Governadores é para sabermos qual a situação do fornecimento de oxigênio em seus Estados. As informações que temos nesta Comissão, na subcomissão designada por V. Exa., eu e o Senador Styvenson Valentim, dão conta da situação precária, que requer urgência na tomada de decisão e de acompanhamento nos Estados de Rondônia, do Acre e do Ceará. Por isso, justifica-se esse requerimento.

E eu queria sugerir, Presidente, se fosse possível, pela urgência do tema, pela urgência que o tema requer, que, nas próximas horas, o Ministro da Saúde ou o responsável pudesse se encontrar conosco, com esta Comissão, para dar imediatamente resposta das providências que estão sendo tomadas. Eu falo do Ministro da Saúde, do responsável pelo Ministério da Saúde e, junto com esses, dos fornecedores de oxigênio no País. O cuidado desse requerimento, Presidente, é para que nós não deixemos que em Rondônia, no Acre, no Ceará e em todo o Brasil se repita uma situação tão dramática como aquela que ocorreu em Manaus no início do ano. É só para justificar e requerer de V. Exa. este encaminhamento: que seja marcado, se possível nas próximas horas, pela urgência que o caso requer, este diálogo com os fornecedores de oxigênio, com o Ministro da Saúde ou com autoridade por ele designada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Eu quero, primeiro, reforçar o que o Randolfe acabou de dizer, mas não é só relacionado a esses cinco ou seis Estados. Eu, inclusive, aprovei um requerimento junto com a Rose – acrescentei lá ao requerimento da Rose – de convite às empresas de oxigênio lá na audiência do Plenário, mas, de fato, eu queria que fossem colocados o Distrito Federal e a Bahia, que são os dois Estados em relação aos quais tenho informação de que a situação é mais grave quanto ao oxigênio.

Agora, para aproveitar o tempo, já que se está falando de requerimento e já foi protocolado, eu também estou chamando o Ministro da Saúde para falar sobre as questões que foram a mim determinadas junto com o Marcos Rogério, para discutir essa questão do apoio à ampliação dos leitos de UTI, ele e o Luiz Otávio, que hoje é o Secretário de Atenção Especializada à Saúde. São dois requerimentos de convite.

E quero também aproveitar, Presidente, para dizer que há um requerimento ao Paulo Guedes solicitando informações sobre o apoio logístico e financeiro aos Estados, manutenção com relação a UTI no período. Além do Paulo Guedes, há também um requerimento ao Ministro da Saúde com relação aos leitos de UTI, à integração do sistema hospitalar – está aí o requerimento.

E há um do Tribunal de Contas, relativo a informações no Tribunal de Contas sobre os processos que tramitam naquela corte acerca dessas questões do Covid-19.

Então, são cinco requerimentos.

Mas eu queria pedir a V. Exa. que solicitasse à Consultoria Legislativa do Senado um estudo pormenorizado de todas as propostas legislativas que estão tramitando no Congresso que tratam do enfrentamento da Covid, notadamente com o impacto jurídico e econômico das matérias. Então, solicitar uma análise jurídica inclusive dos vetos à Lei 14.125, assim como pedir para a Consultoria de Orçamento fazer um estudo também sobre a execução financeira e orçamentária dos repasses da União aos entes federados para o enfrentamento da Covid, explicando, se possível, as parcelas dos recursos destinadas à manutenção e à ampliação dos leitos de UTI no período de março de 2020 a março de 2021. Esses dois eu coloquei como sugestão para que V. Exa., como Presidente da Comissão, demandasse a Consultoria Legislativa e a Consultoria Orçamentária do Senado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O Governador Casagrande já está presente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos fazer o seguinte. Já houve a discussão por parte do Randolfe e do Izalci. Eu creio que seus requerimentos, Senador Izalci, devem ter sido protocolados no Plenário. Então, vamos reapresentar aqui à nossa Comissão todos eles. Você poderia trazê-los para cá e, se houver tempo, nós os aprovamos hoje ainda, aqui mesmo. Peça a sua assessoria para protocolá-los junto à nossa Comissão.

Então, em votação os requerimentos em globo.

Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Os requerimentos estão aprovados.

Governador Renato Casagrande, bom dia a V. Exa. É uma satisfação muito grande ter V. Exa. em nossa audiência pública mais uma vez. Nós nos sentimos muito envaidecidos e agradecidos pela sua participação.

V. Exa. tem um tempo de dez minutos, um pouco mais, um pouco menos, a seu critério, para debater o tema vacinação e outros itens mais que V. Exa. julgar conveniente e pertinente. O Flávio Dino entrando, os Senadores farão as perguntas, V. Exa. as responde, e nós já liberamos V. Exa. para cuidar da sua agenda do dia. Então, vai ser bem mais dinâmica aqui a nossa reunião de hoje.

Eu passo a palavra a V. Exa., Governador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio. Muito obrigado.

Não sei se vocês estão me ouvindo perfeitamente. Quero agradecer o convite...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estamos ouvindo bem.

O SR. RENATO CASAGRANDE – Quero agradecer o convite para estar aqui nesta Comissão. A todos os Senadores o meu abraço. É uma alegria falar com os Senadores na Casa em que eu já tive oportunidade também de ser Senador da República. Sei da importância da Casa.

Eu estou no carro e peço desculpa, porque estou vindo de um hospital, onde nós abrimos mais alguns leitos de UTI. A situação do Espírito Santo, nessa última semana, se agravou muito: nós saímos de menos de 70% de ocupação de leitos de UTI e chegamos ontem a 88% de ocupação de leitos de UTI, mesmo havendo próximo de 800 leitos de UTI exclusivos para o Covid. Nós estávamos aqui numa situação mais confortável e estamos hoje numa situação já complexa, que exigirá, por parte do Estado, medidas mais restritivas para que possamos cumprir dois objetivos: o primeiro objetivo é a gente reduzir a transmissão do vírus com essas medidas e, com isso, reduzir também a demanda hospitalar; o segundo objetivo é a gente reduzir a demanda de outras necessidades, de outras enfermidades, como, por exemplo, traumas. Quando há medidas mais restritivas, os traumas diminuem e você pode disponibilizar mais leitos para o tratamento de Covid, também as doenças respiratórias: quando as crianças estão nas escolas, as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doenças respiratórias aumentam e, quando há medidas mais restritivas, você também reduz doenças respiratórias.

Começo fazendo esse relato da minha presença hoje no hospital no Município de Serra, de onde estou retornando, para dizer que é fundamental que o Governo Federal continue com o financiamento de leitos de UTI. No ano passado, o Governo prestou uma colaboração extraordinária, com o apoio do Congresso Nacional, em relação ao financiamento da área de saúde e à recomposição de receita, e é muito importante que, no orçamento da saúde deste ano, que ainda será apreciado, nós não tenhamos uma redução do valor do orçamento. O que está proposto é menor, caindo quase R\$50 bilhões, e seria muito bom que a gente pudesse ficar atento com relação à possibilidade de ampliação do valor do orçamento da saúde, para que a gente continue tendo esse apoio, uma vez que nós estamos passando pela pior fase da pandemia no Brasil.

Nós vivemos duas fases da pandemia: uma fase que teve o ápice em julho, agosto e setembro; depois, aqui no Espírito Santo, pelo menos, também em outros Estados, outra fase que foi em dezembro e janeiro; e agora, em fevereiro e março, uma nova fase, essa fase muito mais complexa porque estamos tendo mais de 20 Estados com sistema em colapso, e isso aumenta o número de óbitos. Enquanto o sistema está atendendo, o óbito pode ser um pouco mais controlado. Depois que o sistema entra em colapso, as pessoas passam a perder a vida em leitos de UPAs, de PAs (Pronto Atendimento), de unidades de saúde. Então, esse é um problema grave que a gente tem.

Este é o primeiro assunto que eu trago: a questão de a gente recompor o orçamento da saúde, o que é fundamental para que a gente possa dar assistência e atenção a quem precisa neste momento.

O segundo tema de que eu trato com vocês – e já agradeço todo o apoio que o Senado tem dado – é o apoio com relação às vacinas. Quanto mais rápido nós pudermos fazer novos contratos com farmacêuticas para podermos adquirir vacinas, mais vidas nós vamos salvar. Então, esse é um trabalho importante. O Governo, no ano passado, fez bons contratos, e agora, com o apoio do Congresso Nacional, eu tenho visto que há já uma preocupação diferenciada. Para nós, isso é importante porque, mesmo atrasados, fazer cumprir o cronograma de vacinação é muito importante.

Eu propus, inclusive, ao Presidente da Câmara e ao Presidente do Senado, além das Comissões especiais, como esta de que estou participando agora, que o Congresso Nacional pudesse liderar um grupo de trabalho que envolvesse Governadores, que envolvesse outras lideranças, como o Supremo Tribunal Federal e o Ministério da Saúde, que envolvesse outras figuras importantes da Nação brasileira, e esse grupo pudesse acompanhar o cronograma de vacinação, e esse grupo pudesse atuar na diplomacia, pudesse atuar com os Embaixadores, pudesse atuar com as farmacêuticas, para fazer cumprir o cronograma. Nosso cronograma é um cronograma que vai exigir o ano todo para que a gente tenha a população brasileira vacinada. É bom que a gente possa acompanhar isso de perto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Além das Comissões especiais, se o próprio Presidente do Senado e o próprio Presidente da Câmara, junto com o Ministério da Saúde, junto com a representação dos Governadores, junto com o Supremo Tribunal Federal, pudessem também fazer um acompanhamento específico das vacinas, seria muito bom. A ausência de uma coordenação nacional, de fato, prejudica a implementação das ações, e o Congresso pode exercer um pouco essa coordenação nacional. Esse é também um tema importante para a gente poder debater com os Senadores e com vocês que estão na Comissão especial.

Então, a questão dos leitos e do orçamento e a questão das vacinas são fundamentais. É lógico que um país do tamanho do Brasil não tem condições de tomar medidas lineares, mas seria bom que a gente tivesse algumas ações que pudessem caracterizar uma ação nacional. Por exemplo, agora mesmo, nós encaminhamos um documento ao Ministério da Saúde solicitando uma reflexão ou mesmo um debate sobre redução de transporte aéreo no Brasil e redução de transporte interestadual. Há algumas medidas, neste momento em que a maioria dos Estados está com mais de 90% de leitos de UTI ocupados, alguns Estados estão passando de 100% de demanda de UTI, podem-se exigir algumas medidas mais drásticas por alguns dias, para que a gente possa tentar barrar a transmissão do vírus.

Então, Presidente, eram essas as minhas contribuições. Eu me coloco à disposição para qualquer dúvida, qualquer pergunta que vocês tenham.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O Governador Flávio Dino está na sala?

Governador Flávio Dino... (*Pausa.*)

Bem, vamos fazer o seguinte: enquanto os demais Governadores estão chegando gradualmente, vamos abrir as perguntas ao...

Vocês estão vendo que o Governador Casagrande está dentro de um carro em deslocamento. Ele deve parar no cantinho de um estacionamento para responder aos nossos Senadores. Então, eu vou passar a palavra para o Senador Wellington Fagundes e, a seguir, já passo a palavra... Aqui estou vendo que o Senador Otto está inscrito, o Izalci está inscrito para perguntar ao Governador Casagrande, mas ele está em trânsito.

Senador Wellington Fagundes com a palavra para direcionar algum questionamento ao Governador Renato Casagrande.

Com a palavra Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, pela nossa dinâmica, eu teria aqui uma fala, mas, como os Governadores também não estão todos juntos, eu posso deixar isso aqui para o final. As perguntas, como Relator, são genéricas a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os Governadores. Então, eu não sei se eu poderia fazer essas perguntas mesmo genéricas e se os Governadores terão acesso pelo nosso sistema. Então, V. Exa. me orienta.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O senhor pode fazer a mesma pergunta para todos. Pode fazer a pergunta para o Governador Casagrande.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, então, eu vou tentar ser rápido aqui. E acho que a própria Comissão poderia remeter essas perguntas enquanto os Governadores vão chegando. Talvez isso facilite mais, não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Na última quarta-feira, dia 10 de março, foram sancionadas e publicadas as Leis 14.124 e 14.125, de 2021, que, entre outras providências, concederam autorização aos Estados para adquirir vacinas contra a Covid-19. Três dias depois, foi anunciada pelo consórcio de Governadores do Nordeste a compra de 37 milhões de vacinas russas Sputnik, distribuídas no Brasil pela União Química, em quantidade significativamente superior aos 10 milhões de doses da mesma vacina cuja compra foi anunciada pelo Governo Federal um dia antes. Essa vacina aguarda autorização de uso pela Anvisa, e a compra feita pelos Estados do Nordeste poderá ser assumida pelo Governo Federal para distribuição em todo o Brasil.

Pergunto a todos os Governadores se, a exemplo do Consórcio de Desenvolvimento do Nordeste, – essa aqui seria mais para o Flávio Dino – o Consórcio de Desenvolvimento da Amazônia também negocia com o Fundo Russo de Investimento Direto, que financia a produção da vacina Sputnik, ou com outra fabricante? A que V. Exa. atribui o maior sucesso dos Governadores do Nordeste em relação ao Governo Federal na negociação para a aquisição de vacinas? Que aspectos dessa negociação podem ser replicados para conseguirmos mais vacinas em menos tempo? Qual a expectativa de prazo em relação à aprovação da Anvisa para que as vacinas possam efetivamente ser aplicadas? Há tratativas em curso para a compra de outras vacinas agora que a lei autoriza expressamente a aquisição direta por Estados e Municípios?

Sabemos que o Brasil vive a pior fase de pandemia da Covid-19 desde quando começou; o número de mortes nunca foi tão alto, atingindo média de 1.832 mortes por dia nos últimos 14 dias, no 16º dia consecutivo de aumento. No total, já são mais de 278 mil mortes por Covid-19 no Brasil. A ocupação de leitos de UTI, indispensáveis para a condução dos casos graves, atingiu níveis alarmantes, próximos de 100%, em todo o Território nacional. Os sistemas de saúde estão todos em colapso, e as pessoas estão morrendo enquanto aguardam um leito de UTI.

Ontem, em nota pública, o Fórum Nacional de Governadores pediu a regulamentação da lei que autoriza a compra de vacinas por Estados e Municípios e a adoção de medidas nacionais de restrição para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combater o avanço dos casos e das mortes por Covid-19. Pergunta-se aos Governadores: que medidas foram adotadas no seu Estado? Quando foram tomadas? Até quando vão perdurar? Algum resultado já pode ser apresentado neste momento? Quais medidas deveriam ser adotadas no âmbito nacional para alcançar resultados melhores?

Quanto leitos de UTIs públicos e privados, gerais e específicos para Covid-19, estão disponíveis no seu Estado? Qual a fila de espera para pacientes de Covid-19 neste momento?

Como V. Exas. avaliam a ação do Ministério da Saúde e dos demais ministérios do Governo Federal no combate à pandemia, especialmente no que tange à aquisição e distribuição de vacinas, apoio e aquisição de equipamentos e insumos, e da Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações?

Não sei se é oportuno fazer esta pergunta, mas, de qualquer forma, como estão nos cobrando, eu farei: como os Governadores veem a mudança do Ministro da Saúde neste momento?

O Senador Randolfe já tinha falado na questão do oxigênio. Também era uma das nossas perguntas, Sr. Presidente, essa questão do oxigênio. Nos Estados de V. Exas., como está o consumo e a previsão do fornecimento? Essa poderá ser uma situação igual à do Amazonas?

São essas as perguntas básicas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Os Senadores e as Senadoras estão vendo que o Governador Casagrande está dentro de um carro. Aqui estão inscritos: Senador Otto, Senador Izalci, Senadora Rose de Freitas, Senadora Daniella e Senador Randolfe. V. Exas. têm perguntas diretas ao Governador Casagrande ou serão para outros Governadores?

Eu vou passar a palavra, rapidamente, para o Otto Alencar. *(Pausa.)*

Não estou vendo o Otto. Ele deu uma saidinha. Estava sentadinho ali; já não está mais. *(Pausa.)*

Eu estou um pouco enrolado aqui, gente, sabem por quê? Porque o Governador Eduardo Leite entrou. Eu acho melhor ouvir o Governador Eduardo Leite, e aí as perguntas... Todos os inscritos estão guardadinhos aqui. Todos os inscritos estão aqui. Eu vou passar a palavra para o Governador Eduardo Leite – aproveitando que ele foi uma pessoa que gentilmente abriu esse espaço para nós –, e depois voltaremos às perguntas. Se ele ouviu as perguntas do Senador Wellington, já pode respondê-las também. Então, vou passar direto a palavra ao Governador Eduardo Leite, do Estado do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado a V. Exa. por nos prestigiar com a sua presença, Governador Eduardo Leite. V. Exa. está com a palavra.

O SR. EDUARDO LEITE (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Confúcio. Na sua pessoa, saúdo todos os membros da Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senado da República é espaço extremamente importante neste momento, para que nós possamos buscar promover o alinhamento de ação, a coordenação de que o País precisa no enfrentamento ao coronavírus.

Um dos grandes desafios que nós temos em um país de dimensões continentais como o Brasil é justamente promover essa articulação. Infelizmente, nós vemos pouca disposição do Governo Federal em promover essa articulação e, na ausência do Governo Federal como liderança, a gente deve lembrar que a Nação não é o Governo; a Nação somos todos nós. E o Senado tem a função de ser a Casa da Federação, a Casa que reúne os Estados, que representa os interesses legítimos dos Estados e tem toda a legitimidade para ajudar a promover essa melhor interação entre os Estados, em busca de uma melhor estratégia para o enfrentamento ao coronavírus.

O que nós estamos enfrentando aqui no Rio Grande do Sul? Eu pediria a gentileza de poder tentar explicar a vocês.

Nós tivemos, no ano passado, dois momentos de picos, de ondas, vamos dizer, de coronavírus mais severas. Uma delas foi no início do inverno, quando houve uma escalada de casos aqui no Estado; nós fizemos uma ampliação de leitos que permitiu passar por aquele ciclo. Depois, reduziu ao longo de agosto e setembro o número de demandas por internações. Em novembro, a gente viu uma nova escalada de internações, que se reduziu ao final de dezembro e janeiro. E, no início, de fevereiro, ao redor do dia 12 ou 13 de fevereiro, começou a haver, novamente, uma escalada de internações aqui no Estado do Rio Grande do Sul. A diferença é que essa escalada de casos e de internações que nós começamos a observar no mês de fevereiro foi cinco vezes maior, mais agressiva do que o que a gente viu nas outras ondas; fugiu completamente ao normal da própria pandemia. E a gente tinha, só para se ter uma ideia, há 30 dias – nos dias 13 e 14 de fevereiro, portanto –, 800 pacientes confirmados para coronavírus em leitos de UTI aqui no Estado. Agora, são cerca de 2,5 mil pacientes confirmados para coronavírus em UTIs aqui no Rio Grande do Sul. Eram 3 mil pacientes confirmados para coronavírus em leitos clínicos, e agora são 6 mil pacientes confirmados em leitos clínicos para o coronavírus.

Nós fizemos uma expansão, de mais de 150%, de leitos de UTI. Eram cerca de 900 leitos de UTI no ano passado, e já são mais de 2,3 mil leitos de UTI do SUS aqui no Estado. E continuamos fazendo essa expansão. Nós estamos abrindo agora nestes dias 180 novos leitos, mas a velocidade e a agressividade com que o vírus cresce acabam fazendo com que rapidamente esses leitos sejam ocupados.

Não há país no mundo que tenha vencido o coronavírus apenas com aumento de leitos. Nem os países mais ricos e com robustas estruturas de saúde conseguiram, apenas com o aumento de leitos de UTI, superar esse quadro tão grave e difícil. Vou pegar o exemplo do Canadá, do Reino Unido e da Alemanha. Todos eles tiveram que ter algum tipo de distanciamento. É uma questão simples; não precisa nem grande ciência, mas é importante, evidentemente, que a ciência respalde: o vírus só vai ser parado na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medida em que tivermos vacina. A vacina é o que faz o vírus parar no organismo das pessoas; quem tiver sido infectado vai ter o seu sistema imunológico, a partir da vacina, para enfrentar e parar o vírus.

Enquanto isso não acontece, nós temos uma situação em que, sem conseguir parar o vírus, nós precisamos parar as pessoas que transportem o vírus para que elas contatem menos pessoas, e, contatando menos pessoas, a gente tenha redução da taxa de contágio, porque as nossas projeções aqui, no Rio Grande do Sul, feitas com estudos baseados nas pesquisas do Imperial College, por exemplo, e com o apoio que a gente tem aqui dos nossos cientistas do comitê de dados – nós montamos um comitê de dados aqui, no Rio Grande do Sul, que faz as análises e projeções –, infelizmente projetam que nós vamos até o início do mês de abril ainda com o crescimento de ocupação de leitos, leitos de UTI e leitos clínicos. Depois, a partir do início de abril, haverá uma redução lenta da ocupação dos leitos de UTI. Se nós vamos ter ainda forte ocupação dos leitos de UTI, infelizmente, nós vamos ter ainda aumento da mortalidade por um bom período, por algumas semanas.

Lá nos momentos mais críticos, no Rio Grande do Sul, no ano passado, nós tivemos, por exemplo, o pico da ocupação dos leitos de UTI com cerca de 500 óbitos por (*Falha no áudio.*) ... aqui no Estado. Nós já estamos em 1,2 mil óbitos por semana, e, infelizmente, as projeções indicam que chegaremos a 2 mil óbitos por semana, porque, por mais que haja expansão de estrutura de atendimento, essa expansão de estrutura de UTIs demanda equipes especializadas. São médicos intensivistas, são anestesiologistas, fisioterapeutas que precisam ter a devida especialização para manusear os respiradores. Os respiradores são, como sabemos, ventilação mecânica que precisa de regulação própria de acordo com o perfil de cada paciente, e isso é feito por um fisioterapeuta. Essa equipe especializada, cerca de 50 profissionais para cada conjunto de dez leitos, não é infinita. Então, você vai expandindo a estrutura de UTIs, mas expande admitindo pessoal que não tem a *expertise* ou que não tem a mais robusta experiência. Claro, são profissionais dedicados, que se interessam, querem ajudar, mas você tem, cada vez mais, nas UTIs, especialistas de outras especialidades fazendo um esforço para ajudar nas UTIs, mas não são os especialistas que ali deveriam estar, e aí a mortalidade aumenta. Alguns hospitais, inclusive fortes hospitais privados já me relatavam que a sua taxa de letalidade nas UTIs era de (*Falha no áudio.*) ... e vai agora a 60% de letalidade. E a média de letalidade que nós tínhamos nos hospitais, nas UTIs, era de cerca de 60%, e vai a 75% agora.

Então, se nós temos uma forte demanda de UTIs e temos essa letalidade aumentando, infelizmente, ao longo das próximas semanas a gente vai observar muitas vidas sendo perdidas aqui, no nosso Estado, e também no País, porque o que acontece no Rio Grande do Sul está acontecendo em Santa Catarina, está acontecendo no Paraná também – estamos muito semelhantes a eles se observamos os relatórios de óbitos nos indicadores de óbitos. A gente percebe que São Paulo também vai ter o seu sistema pressionado e, nas próximas semanas, deve ter ainda, infelizmente, um crescimento de ocupação, de caso. O Governador João Doria lá está tomando providências para o distanciamento, mas o nível de contestação do distanciamento é muito alto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se o distanciamento é importante – e é importante até que haja vacinação, até que haja vacinação em massa... E o atraso da vacinação em massa é boa parte culpa do Governo, sem dúvida nenhuma, mas não só isso, porque há uma disputa mundial: nunca antes na história da humanidade foi demandado fazer pesquisa, produzir vacina e distribuir na escala global como se está demandando agora. E existe a culpa do nosso Governo, que colocou o Brasil no final da fila porque ficou negando durante muito tempo a importância da vacina, não é? Foi negacionista, criticou, atacou as vacinas, então o Brasil pegou o fim da fila para conseguir vacinas. Negociou já mais de 500 milhões de doses, mas a maior parte dos 500 milhões de doses vai chegar só no final, no segundo semestre. Então nós temos um problema para já. Aliás, temos um problema para já que é garantir as entregas mais rápidas da vacina, e, por isso, eu diria que nós temos dois pontos aqui em que o Senado precisa nos ajudar e se debruçar sobre eles.

Um deles é ajudar na relação internacional, exigir que o País se articule internacionalmente para adiantar entregas de vacinas. Não é mais apenas sobre comprar vacinas, pois não adianta ficar comprando vacina que vai chegar em outubro, que vai chegar em novembro: a gente precisa adiantar cronograma. E para adiantar cronograma, o País precisa contar com a solidariedade internacional, de organismos internacionais, porque a ciência também está apontando isto: se tivermos vacina para pequenos grupos e escalada de casos, a vacina pode significar uma oportunidade de o vírus se fortalecer. Alguns cientistas, algumas pesquisas indicam isto: o vírus pode estar se fortalecendo no Brasil diante de uma vacinação pequena, que não impede a circulação suficientemente e que vai oferecendo oportunidade para mutações. Então é momento de nos articularmos internacionalmente para conseguirmos, a partir da solidariedade de parceiros do Brasil e de organizações internacionais, que cada país possa abrir mão um pouco de um pequeno percentual que teria de entrega para já em favor de um país que é o epicentro mundial, no momento mais crítico deste país, o Brasil. Esse é um primeiro ponto, sem dúvida nenhuma.

E o segundo ponto é que, até que a gente tenha esse apoio e consigamos expandir a vacina, o distanciamento se impõe como uma alternativa para que a gente possa fazer o vírus circular menos. E, para que nós possamos ter maior adesão ao distanciamento, no País precisa haver suporte, mecanismos de mitigação dos efeitos econômicos, porque o tensionamento vem da postura do *(Falha no áudio.)* ... que critica, que ataca – isso é difícil de mudar, embora o Congresso seja a Casa que também pode criar as condições para pressionar politicamente o Presidente a alterar a sua forma de comportamento, o que é importante –, mas um outro ponto importante em relação ao distanciamento é conseguirmos ter mecanismos de mitigação econômica dos efeitos econômicos.

Aí vem a questão do auxílio emergencial, vem a questão de outras medidas mitigatórias para os negócios, para os setores econômicos, de forma a reduzir essa tensão, a reduzir o nível de pressão que nós estamos sofrendo na ponta aqui, porque o fôlego econômico do restaurante, do bar, do comércio, enfim, é muito curto, se é que há fôlego ainda para eles conseguirem parar. E aí, quando vira tudo ou nada, quando vira a sobrevivência da renda desses setores, dos empreendedores e dos seus funcionários, o nível de contestação aumenta, porque estão encurralados diante da falta de perspectiva econômica para eles.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, termos o apoio econômico de medidas de mitigação econômica é fundamental para que haja maior adesão ao distanciamento, que é fundamental neste momento.

Na nossa ponta, nós estamos fazendo o que é possível – os Governadores (*Falha no áudio.*)

... mas quem tem melhor capacidade para fazer isso, sem dúvida nenhuma, é a esfera federal, o Governo Federal e, na falta dele, o nosso Congresso Nacional, motivo pelo qual, Senador Confúcio, eu agradeço a sua liderança nesse processo junto aos demais Senadores que integram esta Comissão, que precisam nos ajudar especialmente, eu diria, nestas duas frentes: ajudar na articulação internacional e nos ajudar nas medidas mitigatórias. A União tem ferramentas de expansão do seu orçamento por endividamento, que precisam evidentemente de medidas também compensatórias, como é a PEC emergencial e como são outras medidas de redução de despesas, para manter nível de confiabilidade econômica no País – isso tudo pode ser feito no âmbito da União. Os Estados não têm fôlego para produzir auxílios emergenciais como a União tem para fazer. Então, ajudar a buscar a vacina internacionalmente e ajudar também nas medidas mitigatórias para o distanciamento, eu diria que são os fatores mais determinantes.

Eu ouvi o Senador perguntando como os Governadores enxergam a troca do Ministro. Eu não me arvorei aqui a tratar desse tema, porque o que eu vi, depois de três trocas de ministros que o Presidente já fez, é que o problema está nas orientações que o Presidente dá. Infelizmente, se não houver (*Falha no áudio.*)

... do Presidente, não há Ministro que consiga trabalhar com a sabotagem feita pelo próprio Presidente da República às medidas necessárias para o combate ao coronavírus. É muito importante, portanto, que o Congresso ajude a colocar para o Presidente a importância não só de ter ministro que tenha o conhecimento, que possa colaborar... E o Ministro Eduardo Pazuello, eu quero dizer aqui, foi sempre gentil, atencioso, nos disponibilizou equipamentos, nos disponibilizou ferramentas, enfim, mas, quando a gente precisa avançar nos dois pontos que eu acabei de dizer aqui, que é a articulação internacional para a vacina e apoio para as medidas de distanciamento, esses são dois problemas em que o Presidente da República não tem ajudado. E aí fica difícil exigir que o Ministro da Saúde consiga resolver. Então, precisamos especialmente do Presidente sensibilizado: se não for para oferecer ajuda, que seja para parar de oferecer ataques, agressões e atrapalhar o processo do enfrentamento da pandemia.

Era isso.

Muito obrigado, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Governador Eduardo Leite, o senhor me falou que tem uma agenda bem cheia. Eu peço a V. Exa., já que o Governador Flávio Dino já está na tela e há tenho vários Senadores, inclusive, do Espírito Santo e de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros Estados, que gostariam de fazer uma perguntinha para V. Exa., se puder aguardar o Governador Flávio Dino falar, eu agradeço muito.

E o Governador Casagrande está dentro de um carro – estou com pena dele. Por favor, Governador Casagrande, aguentar aí um pouquinho, meu irmão.

Vamos em frente aqui.

O SR. RENATO CASAGRANDE – Estou aqui, Presidente. Como é que eu levanto a mão?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ah, está bom. Espere um pouquinho aí, Casagrande.

Vou passar para o Governador Flávio Dino, que também estava na audiência, mas foi dar uma entrevista e agora voltou. Eu vou aproveitar e já colocar o Flávio Dino no ar.

Governador Flávio Dino, V. Exa. pode fazer uso da palavra, por favor.

O SR. FLÁVIO DINO (Para expor.) – Eminentíssimo Presidente Confúcio, é uma grande alegria revê-lo, nós que tivemos a honra de ser contemporâneos nas lides como Governadores da Amazônia Legal – V. Exa. dirigindo o Estado de Rondônia. É uma alegria poder falar com V. Exa. e também com todos os eminentes Senadores.

A todos cumprimento na pessoa do Senador Wellington e cumprimento todos os demais integrantes do Senado que aqui estão.

Saúdo, do mesmo modo, os nossos colegas Eduardo e Casagrande.

Eu, de fato, estava concluindo aqui – e peço desculpas a V. Exa. –, mas pude ouvir um pouco da fala do Casagrande e do Eduardo Leite e creio que eles já abordaram os pontos principais, de modo que quero apenas sublinhar que nós precisamos de um trinômio. Só é possível vencer o coronavírus percorrendo esse trinômio.

Em primeiro lugar, vacina/vacinação. Nós tivemos, infelizmente, um retardamento, um atraso nisso no nosso País, como bem sabemos. Há, aparentemente, agora, no presente momento, uma correção de rumos na direção correta, ou seja, no sentido de que haja pluralidade de fornecedores de vacinas, uma vez que um país com 212 milhões de pessoas não pode ficar como cliente de apenas um ou dois fornecedores. Lamentavelmente, os desacertos do segundo semestre de 2020 levaram a esta situação de um cronograma insuficiente, porém nós tivemos no sábado uma reunião com o Sr. Ministro de Estado da Saúde, que afirmou que nesta semana o Governo Federal assinaria contratos com outros fornecedores, notadamente Janssen e Pfizer. Acreditamos que isso pode significar um momento novo nessa temática.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que se refere ao nosso Estado, nós temos recebido vacinas, ainda que num percentual muito baixo, e feito a distribuição, Senador Confúcio – V. Exa. conhece a Amazônia –, usando aviões e helicópteros. Nossos Estados são extensos, muito grandes, e nós fizemos já mais de 300 voos de aviões e helicópteros para distribuir essas vacinas por todo o nosso Estado.

Acreditamos que o PNI é a prioridade, mesmo em relação às aquisições de Estados e Municípios. Quero desde logo sublinhar que, no âmbito do Consórcio de Governadores do Nordeste, que também integro, nós reafirmamos a posição de prioridade ao Programa Nacional de Imunizações, ou seja, mesmo aquisições que possam ser negociadas por Estados e Municípios, na nossa visão, primordialmente devem ser destinadas ao PNI. Apenas na eventualidade de o Ministério da Saúde não cumprir esse papel, aí, sim, Estados e Municípios devem consumir as contratações. Aliás, é esse o sentido da lei aprovada por V. Exas., e nós consideramos que o Programa Nacional de Imunizações é o instrumento institucional que melhor concretiza os princípios constitucionais do SUS. Então, os Estados e Municípios devem ter um papel subsidiário em relação a isso.

Essa é a posição praticamente unânime de todos os Governadores de Estado, tanto que, no caso do Consórcio Nordeste, houve uma negociação há alguns meses – na verdade, desde agosto, setembro de 2020 – com o Fundo Russo de Investimento, negociação essa que existe também com o Consórcio da Amazônia Legal, porém, neste caso, a decisão dos nove Governadores foi no sentido de ofertar essas vacinas ao Programa Nacional de Imunizações.

O primeiro conjunto de observações, Senador Confúcio, é neste sentido: nós defendemos que haja, inclusive, uma regulamentação disso para evitar uma espécie de salve-se quem puder, que crie cidadãos e cidadãs de primeira, segunda e terceira classe no Brasil. Nós achamos que deve haver uma coordenação nacional no que se refere à aquisição de vacinas, mas esse, sem dúvida nenhuma, é um vetor decisivo para que possamos vencer a pandemia.

Em segundo lugar – como falei, é um trinômio –, o segundo pilar são as medidas preventivas. Nós Governadores nos dirigimos ao eminente Presidente do Senado Federal, o Senador Rodrigo Pacheco, assim como ao Presidente da Câmara, o Deputado Arthur Lira, e ao próprio Executivo Federal com a proposta de um comitê gestor nacional integrado, porque as medidas preventivas podem e devem ser mais bem discutidas neste ano. Não há dúvidas, contudo, de que elas são inafastáveis. Nenhum país do mundo conseguiu melhorar os seus indicadores, e o Brasil não conseguirá em curto prazo, se não houver a compreensão de que, por ser um vírus, obviamente, o distanciamento social e o uso de máscaras são medidas essenciais que equivalem quase a uma vacina. O distanciamento social e a máscara equivalem, em termos protetivos, quase à vacina, à vacinação. Por isso, nós consideramos de altíssima importância que esta Comissão no Senado do nosso País se debruce sobre essa temática das medidas preventivas, no sentido de fortalecer a atuação dos Governadores, que, às vezes, se sentem muito solitários e, às vezes, até agredidos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero, mais uma vez, sublinhar a solidariedade, por exemplo, ao eminente Governador e ex-Senador Casagrande, que ontem teve a casa da sua mãe praticamente sitiada, ameaçada – uma senhora de 89 anos. Isso é absolutamente inaceitável no Estado democrático de direito! Esse evento da noite de ontem, da tarde noite desse domingo ilustra o nível de pressão a que os Governadores estão injustamente respondendo, como se fosse uma opção!

Ora, quem de nós gostaria de impor medidas limitativas, restritivas à livre iniciativa, à atividade econômica? Nenhum de nós, por várias razões, como por convicções políticas e administrativas e por inteligência gerencial, uma vez que nós sabemos que isso, por exemplo, impacta nas arrecadações, já que o principal tributo estadual, desde sempre, é o ICMS. Então, quando você restringe a atividade econômica e diminui vendas, você diminui a arrecadação dos Estados e, portanto, cria constrangimentos fiscais para as unidades nacionais. Essa é mais uma prova de que não se cuida de uma espécie de opção. Há uma imposição da conjuntura ditada pelos princípios, pelos postulados científicos! Parece que há aqueles que acreditam que a Terra é plana e que o vírus não se propaga – são crenças equivalentes. O vírus se propaga de pessoa a pessoa. Essa é a narrativa da gripe espanhola e é o conhecimento que emerge da empiria, da experiência.

Eu vi, outro dia, espantado, Governador Eduardo Leite, uma alta autoridade do nosso País dizendo que máscara faz mal. Então, nós teríamos a circunstância em que todos os médicos e enfermeiros do Brasil são suicidas! A Senadora Zenaide, que está de máscara, seria suicida, porque ela está conspirando contra a saúde dela. Isso, obviamente, é uma irresponsabilidade!

O segundo vetor, Senador Confúcio, é este: medidas preventivas, como o uso de máscara e o distanciamento, sem extremismos. Não se trata de você adotar uma agenda extremista. Nenhum Governador tem feito isso. Sempre nós estamos procurando mediar, e o Senado pode... E é quase um apelo que eu faço a V. Exas.: que nos ajudem nessa reflexão e nessa implementação com a sociedade brasileira, com todos os segmentos, inclusive com os empreendedores, uma vez que sabemos que não há exclusão entre atividade econômica e combate ao coronavírus. Pelo contrário, o combate ao coronavírus é uma premissa, é um pressuposto para a retomada plena da economia, como nós desejamos, gerando empregos e oportunidades para o Brasil.

E o terceiro elemento, Senador Confúcio, Senador Wellington, Senadores e Senadoras, é aquele atinente à assistência hospitalar. Nós tivemos um desacerto recente junto ao Ministério da Saúde, o que ensejou, inclusive, medidas judiciais por parte do nosso Estado – inclusive, obtivemos provimento de liminar determinando a reabilitação de leitos. Essa é sempre uma preocupação, que eu faço questão de remarcar aos eminentes Senadores e Senadoras, no sentido de que o acompanhamento dessa temática da assistência hospitalar é muito importante.

Articulado a esse pilar do trinômio a que aludi, nós temos a temática dos insumos, que eu acho muito importante também, uma vez que nós sabemos que há muitas assimetrias em termos nacionais e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que precisamos olhar como está o mercado, uma vez que os Governadores têm tido, há vários meses, dificuldades em adquirir insumos estratégicos. Queremos adquiri-los, comprá-los, não queremos doação. A gente quer poder comprar insumos que são fundamentais, como anestésicos, bloqueadores musculares. E há sempre o temor em relação ao oxigênio.

Nós chegamos, Senador Confúcio, a ter apenas cerca de 300 pacientes com coronavírus internados no Maranhão no mês de dezembro; hoje já vamos chegar a 2 mil novamente. Então, nós tivemos uma multiplicação por seis em dois meses, praticamente. Isso fez com que tivéssemos encerrado o dia de ontem com 1.568 leitos estaduais, fora os Municípios, fora a rede privada... Foram mantidos 1.568 leitos pelo Governo do Estado para atender casos de coronavírus, com uma ocupação girando em torno de 80% a 90% há várias semanas.

Desse modo, o terceiro elemento que eu gostaria de destacar é este: a importância desse acompanhamento por parte do Senado quanto à assistência hospitalar.

Conseguindo consolidar uma instância de diálogo, nós conseguiremos vencer tão densas trevas. Acho que é esse o papel a consciência da Federação, nós defendemos a Federação, e a Federação é a conjugação de autonomias com coordenação nacional. Então, nós desejamos coordenação nacional, nunca nos opusemos a isso, defendemos que isso ocorra e acreditamos que esta Casa do Parlamento brasileiro, o Senado Federal, inclusive como instância de representação dos Estados, tem um papel insubstituível para isso.

Agradeço a V. Exa., Senador Confúcio Moura, Senador Wellington, Senador Izalci, Senadora Zenaide, minha amiga Rose de Freitas – tive a alegria de ser Deputado junto com ela na Câmara, é uma alegria revê-la. Quero também cumprimentar o Randolfe, o Senador Otto Alencar, que são amigos – o Randolfe, da Amazônia, e o Otto, do Nordeste –, e todos os demais Senadores e Senadoras que estão presentes aqui, como a Senadora Daniella, que eu vi agora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Governador Flávio Dino, pela sua brilhante participação, que nos orgulha bastante.

O Governador Doria avisou que chegaria mais tarde, depois das 10h. Ele estava no Butantan, estava em deslocamento e já chegou ao Palácio dos Bandeirantes, mas ainda não está à mesa para falar. Então, vamos passar a palavra aqui aos inscritos para ir liberando nossos Governadores.

Com a palavra o Senador Otto Alencar. (*Pausa.*)

Senador Otto Alencar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso, Senador. Pode usar a palavra pelo tempo de três minutos, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Agradeço a V. Exa., Senador Confúcio Moura.

Eu queria saudar todos os nossos colegas Senadores e Senadoras.

Ouvi com atenção as preocupações do Governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, e agora do Governador Flávio Dino. Todos colocaram posições que são corretíssimas em relação à pandemia que nós estamos enfrentando.

Essa questão dos insumos, de todos os medicamentos, do oxigênio é uma coisa que nos preocupa bastante com o aumento dos casos que necessitam de tratamento em UTI. Aqui no meu Estado, isso aumentou bastante. O Governador Rui Costa tem feito um esforço muito grande, abrindo agora mais dois hospitais para atendimento da população que necessita em todos esses casos mais graves da doença.

Eu creio que o Governo Federal pode ainda, mesmo que tardiamente, estabelecer essa relação de cooperação com os Estados. Ao que assistimos, ao longo desse primeiro ano, foi o confronto do Governo Federal com os Governadores, todos os Governadores tomando decisões na ponta, com os Prefeitos – inclusive o de Salvador, o Bruno Reis –, trabalhando em cooperação para resolver as dificuldades sociais que a população enfrenta.

No meu Estado, por exemplo, 82% da população depende do Sistema Único de Saúde. Fora isso, todos os hospitais privados aqui estão ocupados; as UTIs praticamente não têm vaga. Então, vivemos um momento dramático, que, todos nós sabemos, ocorreu pelo confronto, pela dificuldade que tiveram os Governadores com o Presidente da República.

Agora se anunciam mudanças de um novo Ministro. Foi o Mandetta; foi o Nelson; agora, o General Pazuello. E essa instabilidade cria grandes dificuldades, até porque qualquer Ministro que quiser assumir o Ministério da Saúde, antes de tudo, tem que ter a autonomia dada pelo Presidente da República. Para que um Ministro venha a ser Ministro e obedecer às ordens e às determinações do Presidente da República, não dá para continuar. Eu até lamentei muito no momento em que o atual Ministro disse uma frase a que eu jamais me submeteria, sendo Ministro de Estado, sendo técnico de um Ministério. Ele disse: "Um manda e o outro obedece". Não é assim. As regras são as da ciência, as regras estão nos estudos científicos. É uma doença grave, nova, em que os cientistas ainda não sabem os desdobramentos e os efeitos danosos que virão a acontecer no paciente, de toda ordem – orgânicos, psíquicos também estão acontecendo. Portanto, acho que ainda há tempo de se resolver e se consertar, se entender que o mundo inteiro vem pela prática do distanciamento, da máscara, da vacina.

V. Exa. me solicitou, e eu pedi informações para a Anvisa, o Ministério da Saúde, mas digo a V. Exa. que as informações são muito desencontradas. Lembro-me de que o Ministro esteve no Senado



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Federal e disse que teríamos agora, no mês de março, 38 milhões de vacinas, depois reduziu para 22 milhões de vacinas. Isso é uma coisa muito grave, uma insegurança muito grande. Aqui no Senado Federal, nesta Comissão, Sr. Presidente Confúcio Moura, nós deveremos realmente buscar essas informações corretas no Ministério da Saúde, na Anvisa inclusive.

No ano passado, em 25 de maio de 2020, quando insistentemente acionei... Aliás, desde o Ministro Nelson, depois o Pazuello, acionei para que eles pudessem fazer exatamente o que foi feito através do Governador do Estado de São Paulo, João Doria, que assinou esse convênio de cooperação técnica com a Sinovac e foi o primeiro a ter a vacina no nosso País, através do Instituto Butantan, que conheço muito bem – quando fiz minha residência médica em São Paulo, visitei várias vezes –, um instituto credenciado, capacitado. Se houvesse esse estímulo antes, poderíamos ter já até a vacina produzida aqui no próprio Brasil, produzindo aqui o insumo farmacêutico ativo para produzi-la. Não há como um país como o nosso não ter investimento em pesquisa, em inovação, em ciência para dar soluções aos problemas do nosso País.

Portanto, acho que os Governadores realmente colocaram, desde a outra vez, as suas pretensões e o que esperam do Governo Federal, através até desse comitê, de uma política nacional de vacinação que possa, até o meio do ano, no mínimo, chegar a vacinar 60% da população para termos uma tranquilidade maior.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vou dar mais um tempinho para ele.

Senador Otto, aguarde um pouquinho, que vai...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... e começar a fazer aquilo que é necessário.

Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Cortaram o som, e eu estou dando mais um tempo para o senhor concluir.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ah, sim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode concluir.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Se eu passei do tempo talvez seja até por essa vontade nossa de ver uma solução no nosso País, porque não dá mais para entender que teremos que continuar contabilizando óbitos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui professor de Medicina por muitos anos aqui na Universidade Federal da Bahia, converso com meus ex-alunos todos, e já existe uma fadiga dos profissionais de saúde. Ontem mesmo conversei com o Vítor. Ele estava em um hospital público aqui e disse: "Professor, eu não suporto mais assinar atestado de óbito".

Enquanto todos lutam pelo distanciamento, pela máscara, pelo uso da vacina, o Presidente da República desestimula isso. De forma contrária, faz um movimento que vai facilitar a ampliação, a disseminação do vírus, com variantes, com mutações muito graves. Até a ciência hoje não tem ainda o que serão as sequelas que ficarão no povo brasileiro diante desses fatos. Então, é uma situação muito difícil.

Eu acredito, inclusive, que esse Ministro, o General Pazuello, se esforçou muito do ponto de visto logístico, mas obedeceu muito às determinações do Presidente da República. Então, não houve coincidência com aquilo que se prescreve do ponto de vista científico. Eu acho até que nós deveremos chamar ou o atual Ministro, ou, de novo, o Diretor-Presidente da Anvisa para outra reunião, para que eles possam apresentar um calendário que se confirme. Não podem oferecer 38 milhões de vacinas em março, e dizer que vão ser 22 milhões, e, depois, chegar a 10 milhões, e os Governadores não poderem fazer seu trabalho de vacinação. A rede SUS tem capacidade instalada para vacinar em três ou quatro meses, se houver vacina. É uma das redes mais bem instaladas do ponto de vista da rede básica de saúde aqui no meu Estado e no Brasil inteiro.

Portanto, esta é a situação: acho que chegou momento de o próprio Ministro voltar a esta Comissão ou o Diretor-Presidente da Anvisa, para esclarecer um calendário que seja correto, rigoroso para atendimento à nossa população.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado a V. Exa.

Eu falei no começo que eu estava um pouco enrolado na condução desta audiência pública. Conseguimos fazer em bloco de dois Governadores para ir liberando os Governadores. Esse foi até um compromisso que eu fiz com o Governador João Doria e com o Governador Eduardo Leite, mas houve alguns atrasos de entrada e agora nós temos o Governador Doria já pronto. Ele fez um sacrifício. Inicialmente, ele havia falado comigo que não poderia participar, mas, mais tarde, ele me mandou uma mensagem dizendo que estaria presente neste horário. Então, nós vamos...

Eu peço desculpas à Senadora Zenaide, ao Izalci, à Rose, à Daniella e ao Randolfe. Agora, a gente já escuta. De mãos dadas, em penitência, eu peço desculpas ao Governador do Espírito Santo, Casagrande, que foi o primeiro a falar dentro de um carro, na rua, onde ele está. Mas eu vou, Casagrande,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aproveitar o embalo aqui e pedir que, depois, os colegas Senadores sejam bem objetivos, para soltar V. Exa. para chegar em casa, ao seu Palácio.

Então, eu passo a palavra para o nosso Governador João Doria, pelo tempo, Governador, de 10 minutos, no máximo 12 minutos.

Governador João Doria, com a palavra.

O SR. JOÃO DORIA (Para expor.) – Senador Confúcio, muito obrigado pela oportunidade.

Eu quero cumprimentar a todos, mas, se me permite, mando um abraço especial ao Governador Renato Casagrande. Além de ameaças pessoais, neste final de semana, sua mãe, sua genitora recebeu ameaças também em Vitória, no Espírito Santo, exatamente porque seu filho, o Governador do Estado do Espírito Santo, vem cumprindo, e muito bem, o seu dever de proteger vidas e proteger a população do seu Estado. Então, me solidarizo, Renato, mais uma vez, com você – já fiz isso ontem. Aliás, todos os Governadores fizeram, mas me solidarizo.

Eu também, ontem, aqui, tive manifestações na porta da minha casa, xingamentos a mim, ameaças a mim, a minha esposa, aos meus filhos. Não foi a primeira vez, não será a última vez. Esse é o clima, infelizmente, que nós temos no País, e é o preço que nós, Governadores, pagamos. Inclusive o Flávio Dino que está aqui, participando – Dino, um abraço muito afetuoso a você – também está solidário. Eduardo, eu vi o que aconteceu em Porto Alegre recentemente, as ofensas, as ameaças que Dino, Eduardo, Casagrande e praticamente todos os Governadores têm recebido, sobretudo nos últimos sete a dez dias.

Nós estamos na pior fase da pandemia, Senador, Deputados e amigos que estão aqui, neste momento, nos acompanhando. Esta é a pior fase, a fase mais triste, mais dura, que vai até o próximo dia 30 de março.

Eu quero aqui começar com as boas notícias, para depois fazer uma referência sobre a má conduta, a má conduta do Presidente da República e do Ministério da Saúde.

A boa notícia: hoje, pela manhã, nós entregamos, no depósito central do Ministério da Saúde daqui, de São Paulo, 3,3 milhões de doses da vacina do Butantan – mais 3,3 milhões de doses da vacina do Butantan! Na quarta-feira, depois de amanhã, Eduardo, Senador Otto Alencar, Senador Confúcio, Casagrande e Dino, vamos entregar mais 2 milhões de doses da vacina do Butantan – quarta-feira –, totalizando 5,3 milhões novas doses da vacina do Butantan. Somente entre hoje e quarta-feira – repito: somente entre hoje e quarta-feira –, em três dias, o Instituto Butantan, graças ao esforço que fizemos aqui, de combate... Inclusive vocês se lembram, não preciso nem relembrar aqui as ofensas, as ameaças que recebemos quando qualificamos a vacina do Butantan, e o Presidente da República desautorizou a sua compra e hostilizou não só a vacina, o Butantan, a mim, como o Governo chinês, o povo chinês e o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

laboratório que, juntamente com o Butantan, desenvolveu a CoronaVac, mas, somente nesses três dias, de hoje até quarta-feira, nós estamos entregando mais vacinas para o Brasil do que todas as outras vacinas que o Governo Federal prometeu e pouco entregou. Em três dias, nós estamos entregando 5,3 milhões de doses da vacina do Butantan. Até agora, o Ministério da Saúde, que promete, promete, promete e promete, só disponibilizou 4 milhões de doses da vacina de Oxford e da vacina AstraZeneca para os brasileiros.

Hoje, exatamente hoje, nós temos, de cada dez brasileiros, nove que estão sendo vacinados com a vacina do Butantan. Na quarta-feira, com a entrega desses 2 milhões de doses adicionais de vacinas, Senadora Zenaide, nós teremos 9,5, de cada dez brasileiros, recebendo a vacina do Butantan. Não fosse esse esforço, Senadora Daniella, esse embate que nós tivemos que ter com o Presidente Bolsonaro, com o Ministério da Saúde e, lamento também dizer, com a própria Anvisa – sem desrespeitar a Anvisa, também houve um embate. Lembro daquele fato, daquele triste fato – o Senador Randolfe até se lembra bem –, em que a Anvisa paralisou a terceira fase da pesquisa do Butantan, sob alegação de que havia um fato adverso grave com a morte de um enfermeiro em São Paulo, vinculado à vacina, e não era um fato vinculado à vacina. O Butantan já havia comunicado isso à Anvisa. Era um fato completamente distinto, mas que foi comunicado, porque o protocolo exige a comunicação. Aquele enfermeiro teve morte com nenhuma relação à vacina.

E, se não fosse a reação do Congresso ou pelo menos de parte do Congresso Nacional, do mundo da ciência e do Governo de São Paulo, até hoje estaríamos com essa situação paralisada porque a Anvisa, aceitando a pressão do Presidente Bolsonaro feita junto ao Presidente da Anvisa, mandou paralisar a pesquisa, dado o fato de uma morte que nada tinha a ver com a vacina do Butantan. A mesma vacina do Butantan, Senador Wellington, que, na quarta-feira da semana passada, Dimas Covas, cientista de renome internacional, anunciou – e as publicações internacionais estão sendo feitas agora – que imuniza com o mesmo grau de eficácia das novas variantes de Manaus, é comprovadamente uma vacina eficaz também para atender as novas variantes da Covid-19.

Eu não vou me referir a outras vacinas, porque esse não é o meu papel, eu não sou da ciência; eu obedeço à ciência, e continuaremos a fazê-lo aqui em São Paulo. Estamos aqui na fase mais rigorosa de restrição, nós chamamos de fase emergencial, que começa hoje e vai até o dia 30 de março: são 15 dias com toque de recolher a partir das 8h da noite e com medidas absolutamente restritivas. Apenas o comércio essencial está funcionando.

E adotamos também, Casagrande – sei que você também tem alguns problemas, o Eduardo da mesma maneira e o Dino –, adotamos aqui uma força-tarefa com a Polícia Militar, Polícia Civil, Procon, as prefeituras municipais, especialmente aqui da capital de São Paulo, vigilância sanitária, as guardas metropolitanas, para coibir eventos de qualquer espécie e de qualquer tamanho, seja numa residência, seja numa boate, seja num centro de eventos, seja até em cassino. Fechamos dois cassinos em São Paulo neste final de semana, lamentavelmente, um deles até com pessoas que deviam dar o exemplo de conduta aos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demais e deram exatamente o pior exemplo, participando de uma atividade ilegal, sem máscara e com aglomeração. Não vou me referir a nomes, todos vocês acompanharam as notícias de ontem à noite, as notícias que estão hoje nos jornais.

Senador Otto Alencar, 62 eventos foram fechados em São Paulo entre sexta, sábado e domingo, apenas na capital – 62 eventos! Em todo o Estado de São Paulo, 115 eventos fechados. É triste verificar que, diante de uma pandemia que já levou 272 mil vidas, as pessoas ainda aceitem participar de eventos e outros os promovem. Eu chamo isso de eventos da morte; são festas da morte, são festas que levam as pessoas à contaminação, contaminação que levam às suas casas, aos seus familiares, colocando-os em risco e, muitas vezes, debilitando até a morte essas pessoas. É inacreditável!

E por que isso ocorre? Porque nós temos um Presidente da República negacionista, que, desde março do ano passado, quando devia dar o exemplo como líder do País para proteção do seu povo, para ajudar o seu povo, ajudar a combater a pandemia, deu exemplos lamentáveis de negacionismo: participou de atividades, estimulou atividades; não usou máscaras, qualificou de maricas quem usa máscara, de covardes as pessoas que ficam nas suas casas; investiu em cloroquina, em vez de investir na vacina; apostou em uma única vacina, hostilizou a vacina do Butantan quando deveria ter feito já, desde o início do ano passado, como nós fizemos aqui... Nós acertamos e fizemos o nosso acordo com o laboratório Sinovac em abril do ano passado; em outubro, Senadores e Senadoras, já tínhamos aqui a vacina.

Poderíamos ter iniciado a imunização dos brasileiros em novembro do ano passado. Hoje já teríamos mais de 40% da população brasileira imunizada e teríamos salvado milhares de pessoas que, infelizmente, foram a óbito. Mas o negacionismo do Presidente Bolsonaro impediu que isso acontecesse, e continua sendo negacionista, continua fazendo equívocos, promovendo aglomerações, não usando máscaras, colocando posicionamentos negacionistas para a população, dificultando o trabalho de Governadores e Prefeitos na orientação e na conscientização da população, Senador Randolfe. Isso é uma atitude condenável. Jair Bolsonaro será condenado por tribunais internacionais. O que ele está promovendo no Brasil é um genocídio! Nós estamos matando os brasileiros. É inacreditável isso! O sofrimento que eu vejo aqui em São Paulo, amigos falecendo, pessoas próximas morrendo, jovens sendo hospitalizados em UTI, jovens com 18, 19, 20, 25 anos hospitalizados.

São Paulo tem a mais robusta estrutura hospitalar da América Latina de hospitais públicos e hospitais privados, nós estamos já chegando a quase 90% da ocupação de todos os leitos e rapidamente tendo necessidade de disponibilizar mais leitos. E o problema não é disponibilizar mais leitos, porque não temos recursos humanos. E não é diferente em outros Estados. Não há condição de formarmos profissionais para as ações em unidades de terapia intensiva. Nós estamos todos no Brasil vivendo um momento de profunda dificuldade e à beira de um colapso total.

Metade das mortes, Senadoras e Senadores, que hoje o Brasil contabiliza poderiam ter sido evitadas se não tivéssemos um governo negacionista e que continua sendo negacionista. Este mesmo Governo,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Confúcio, há três semanas, publicou um edital para comprar mais cloroquina, quando devia estar em busca de compra de vacinas e colocar as vacinas à disposição dos brasileiros! É promessa atrás de promessa. Nós precisamos de vacinas.

No Fórum de Governadores, sob a coordenação muito equilibrada do Governador Wellington, com a nossa delegação para a área de saúde, foi feito um esforço gigantesco. A cada semana, para não dizer a cada dia, o número varia a mais e sobretudo a menos, promessas e promessas e nós não temos vacinas. As únicas vacinas disponíveis, neste momento, são as vacinas do Butantan. Ora, um Governo enfrentando uma pandemia como esta faz edital para comprar cloroquina em vez de fazer um esforço dedicado para comprar vacinas? Coisa que já devia ter feito desde abril do ano passado, tardiamente vem fazendo agora.

Eu lamento muito, como brasileiro, como pai de família, como cidadão, viver num país com esse nível de liderança. É lamentável! É triste termos um Presidente da República negacionista. E aqui eu não faço discurso eleitoral, não. Eu não tenho preocupação com a questão eleitoral, já disse inclusive que, se precisar não disputar, não disputo nada. Eu quero é o bem do meu povo e do meu País. Eu quero estar ao lado de brasileiros como vocês e outros que não estão aqui neste momento que querem defender a vida, a existência e a paz do País.

Ao lado de toda essa situação dramática de 272 mil vidas perdidas, nós temos o maior índice de desemprego da história do País. Nós vamos chegar a mais de 20 milhões de desempregados dentro de três meses, pessoas que estão sofrendo e não tendo o que comer, não tendo como se alimentar – isso em São Paulo. Em outros Estados, imagino que a situação seja também dessa dificuldade de proteção social, sem alimentos, porque são pessoas desempregadas, Eduardo, pessoas que não tem o que comer, pessoas que estão em estado de pobreza e outras em estado de extrema pobreza.

E quais são as ações do Governo Federal neste momento também para o combate à pobreza, para garantir alimentação? Eu não vi nenhum programa do Governo Federal para garantir aos Governadores e aos Prefeitos, Senadora Daniella, alimento solidário, recursos para a compra de alimentos. O auxílio emergencial é bom – que venha, é importante –, mas o alimento é o que garante a subsistência neste momento. São milhões de pessoas que não tem o que comer!

Olhem a situação de tragédia nacional! Não há na história uma tragédia desse tamanho. Daqui a cem anos os nossos bisnetos vão se lembrar dessa situação que nós estamos vivendo no Brasil.

A vocês e a todos que possam estar nos assistindo aqui, não esperem de mim nenhuma condescendência com esse Governo criminoso de Jair Bolsonaro. Vou, se puder, ajudar a levá-lo aos tribunais internacionais para que ele seja julgado por esse genocídio que está cometendo contra os brasileiros. E não preciso de mandato para fazer isso, preciso é de voz e de coragem para fazê-lo, ao lado de outras pessoas que queiram também defender a vida, defender a existência, defender o seu País.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com isso, eu concluo a minha participação. Senador Confúcio, muito obrigado pela oportunidade.

Desculpem essa forma incisiva de ser, mas eu fico revoltado a cada dia que recebo mais notícias de pessoas mortas e de jovens e crianças – crianças! – internados em UTIs com Covid – crianças! Vejam que situação dramática! Não é possível ter condescendência com um governo que não tomou providências para termos vacinas e hoje ver o sofrimento do povo em todo o País.

Daqui a pouco vai faltar oxigênio, daqui a pouco vão faltar condições básicas para o País, que vive a sua maior tragédia, e temos um Presidente que sorri, que anda de *jet ski*, que come leitãozinho e despreza a vida. Pois eu desprezo Jair Bolsonaro e desprezo todos que, como ele, são negacionistas e levam a essa situação dramática de mortos em nosso País! O Brasil está se tornando um mar de mortos num oceano de incompetência do Governo Jair Bolsonaro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Governador João Doria.

É o seguinte, meus caros Senadores e Senadoras: o Governador Casagrande, como vocês viram desde o começo dentro de um carro, tem uma reunião com Prefeitos agora. Também o Governador Eduardo Leite tem compromissos imediatos.

Eu tenho aqui ainda inscritos: Zenaide, Izalci, Rose, Daniella e Randolfe.

Eu vou liberar o Governador Casagrande. Ele foi citado – eu não sabia dessa situação constrangedora que ele passou com sua mãe – e tenho as perguntas do Senador Wellington e o comentário geral do Senador Otto Alencar.

A Senadora Rose de Freitas, do Estado do Espírito Santo, gostaria de fazer uma pergunta direcionada ao Governador Casagrande? Eu indago a ela porque ele vai ter que sair.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Sr. Presidente, ao Governador Casagrande eu não gostaria de fazer nenhuma pergunta, porque eu estou vivendo o cotidiano dele, nós estamos sempre nos ajudando, nós ajudando o Governo e o Governo nos ajudando a procurar saídas. Não gostaria. Na verdade, eu gostaria de ter feito uma pergunta para outros Governadores, no caso até isentando o Governador de São Paulo porque assisto cotidianamente o trabalho que ele executa através da mídia informando... Ele foi incansável nessa luta contra a Covid. Mas, em relação aos outros Estados...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bem...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – O senhor me permite, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vamos fazer o seguinte, Senadora Rose: por causa da ordem de inscrição, já chamo a senhora. Vou passar a palavra para o Governador Casagrande e liberá-lo para que ele faça a reunião com os Prefeitos do Espírito Santo. Já voltamos com a continuidade das perguntas.

Governador Casagrande, V. Exa. está com a palavra, por favor.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio, obrigado a todos os Senadores.

Quero primeiramente cumprimentar o Doria, que não estava ainda presente quando eu falei, o Eduardo Leite também e o Flávio Dino.

Agradeço muito à Senadora Rose de Freitas, que tem sido uma parceira importante para nós aqui em diversas áreas e nesse enfrentamento à Covid também. Obrigado, Rose, pela sua parceria e pelo seu comprometimento com o nosso Estado.

De fato, eu tenho uma reunião agora com cinco Prefeitos da região metropolitana do nosso Estado, em que vamos discutir um pouco das medidas que precisaremos tomar aqui, cada vez mais fortes, porque nós estamos chegando a 90% de ocupação de leitos de UTI. Não temos vacina, então, o que nós temos agora para fazer é aumentar o isolamento. Nós ficamos muito tempo sem pedir às pessoas para ficarem em casa, e agora nós temos que pedir de novo às pessoas para ficarem em casa, porque essa é a saída que temos neste momento, lógico, mantendo o distanciamento, mantendo toda a higienização das mãos, máscaras, mas vamos ter uma nova fase agora de apelo às pessoas para que fiquem em casa.

Eu quero rapidamente responder a pergunta do Relator Wellington, que fez algumas perguntas com relação ao Consórcio Nordeste. Primeiro, eu quero aqui registrar o meu agradecimento ao Consórcio Nordeste, que conseguiu, desde o ano passado, um contato com o Fundo Soberano da Rússia para negociar – assim como agradeço também ao Dória pelo trabalho que fez com o Butantan, importantíssimo –, o Consórcio Nordeste fez uma compra, e essa compra, assim que for aprovada a vacina russa, vai para o Programa Nacional de Imunizações.

Então, é importante a ação do consórcio. Todos nós Governadores estamos tentando comprar vacinas, além daquilo que o Butantan está produzindo, que a Fiocruz está produzindo ou do que irão produzir, estamos tentando comprar vacinas. Não tivemos sucesso. A gente vê muita notícia de que um Prefeito comprou e de que não sei quem está comprando, até agora, nós não conseguimos comprar vacinas. Essa é a realidade. Estamos tentando comprar. O consórcio, quando atua em conjunto – estamos tentando atuar como fórum de Governadores, – se fortalece.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso desejo é de que as vacinas compradas sejam todas encaminhadas ao plano nacional de imunização. Por isso, nós estamos pedindo para que haja a regulamentação da lei que o Senador Wellington colocou logo no início. Essa lei exige a regulamentação no sentido de que o Governo diga se, de fato, todas as vacinas compradas por alguém, seja por empresário, seja por Prefeito, seja por Governador, devem ir para o Programa Nacional de Imunizações. Há uma parte da lei que precisa de regulamentação do Governo Federal, e nós estamos pedindo para que haja pressa nessa regulamentação.

Sobre as outras questões colocadas com relação à Anvisa, por exemplo, prazo de aprovação, nós Governadores teremos uma reunião com a Anvisa nesta semana, que está sendo marcada pelo Senador Wellington, para que possamos também discutir, debater com a Anvisa prazos que estão na lei, mas que não são uma imposição. Vamos discutir com a Anvisa prazos que possam dar agilidade à liberação de algumas vacinas. A Sputnik é um exemplo desse tipo de vacina, mas eles também não apresentaram toda a documentação ainda. Então, no sentido de esclarecer a ação da Anvisa, os Governadores terão uma reunião com a Anvisa nesta semana.

Da mesma forma, do mesmo jeito que o Eduardo Leite colocou com relação à troca do Ministro, minha posição é a mesma. O Governador Doria fez aí um relato do comportamento do Governo Federal.

E, de fato, lembro aquilo que a gente sofreu ontem no Estado do Espírito Santo e o que todos os Governadores sofreram. Aqui, no meu Estado, houve um diferencial: foram para a frente da casa da minha mãe. Minha mãe mora em um bairro normal, popular. Ela é uma pessoa de 88 anos de idade. Foram para lá para fazerem ofensas ao filho que é Governador. Mas isso coloca em risco a vida de uma pessoa com a idade da minha mãe. Então, esse tipo de politização é inaceitável! Está bem, manifestem-se contra o Governador! Está ótimo! O Governador está aqui para responder publicamente qualquer manifestação e qualquer ofensa. Mas o que a gente vê são manifestações ofensivas desde o início da pandemia.

Na verdade, a gente está enfrentando este momento político não só na pandemia, não! Desde 2019, tenho enfrentado guerras e mais guerras, lutas e mais lutas, enfrentamentos e mais enfrentamentos, sem necessidade. O normal seria que estivéssemos sentados à mesma mesa, independentemente das posições eleitorais e políticas, debatendo o assunto.

Eu falei hoje, em outro momento em que eu estava dando uma entrevista, que nós estamos vivendo a Terceira Guerra Mundial. O que a gente está vivendo hoje é a Terceira Guerra Mundial, e não é um país contra outro. Aqui no Brasil, além de vivermos a Terceira Guerra Mundial, temos um nível de tensionamento interno no País que é inaceitável em um momento como este! Está certo? Isso é inaceitável!

Vai trocar o Ministro? Não vai adiantar muito! Não vai adiantar muito, porque o que tem de mudar é o comportamento do Governo. Está certo? O Governo tem que passar a exercer uma coordenação dessa



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ação, o que não fez até agora, contraditoriamente. O Governo Federal ajudou Estados e Municípios no ano passado com recursos e vai continuar ajudando-os neste ano, mas, contraditoriamente, na política e na ideologia, o Governo acaba tendo um comportamento que atrapalha muito o enfrentamento à pandemia. Então, é preciso que o Governo mude, mas nós não acreditamos muito na mudança do Governo.

Então, é muito importante que o Senado cumpra um papel... O Senado é a Casa da Federação.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Deixe-o falar, deixe o Casagrande terminar.

O SR. RENATO CASAGRANDE – Estou terminando, Presidente.

É importante que o Senado, a Casa da Federação, cumpra o papel de liderar um movimento nacional agora, o que é fundamental. Já falamos isso para o Presidente do Senado e, neste momento, estamos falando para a Comissão especial, parabenizando-os pelo trabalho que vocês estão fazendo. E estou me colocando à disposição para qualquer outro evento.

Peço desculpas porque tenho, de fato, uma reunião com os Prefeitos agora. Desejo um bom trabalho a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Governador Renato Casagrande. Agradeço a V. Exa. V. Exa. está liberado.

O SR. RENATO CASAGRANDE – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estou muito agradecido. Tenha uma boa reunião. Muito obrigado.

O SR. RENATO CASAGRANDE – Obrigado. Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem, vamos continuar! Muito obrigado a V. Exa.

Nós vamos agora passar a palavra para o Governador Eduardo Leite, porque também já tínhamos combinado de ele se ausentar por causa de alguns compromissos que ele tem lá no Rio Grande do Sul, lá no seu Estado.

Então, com a palavra o Governador Eduardo Leite para as respostas às perguntas feitas pelo Relator e pelo Senador Otto Alencar, que fez um comentário geral, mas, se o senhor quiser complementar, pode.

Governador Eduardo Leite, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO LEITE (Para expor.) – Obrigado mais uma vez, Senador Confúcio.

Eu quero mais uma vez cumprimentar aqui meus colegas Flávio Dino e Governador Casagrande, mais uma vez também o nosso abraço e a nossa solidariedade. Todos nós temos sido vítimas de ataques, agressões, como infelizmente as nossas famílias. Nós escolhemos essa vida e temos a condição física e psicológica de suportar os maiores ataques, especialmente sabendo de onde vêm e as razões que os motivam, mas as nossas famílias não têm essa mesma condição e obrigação. Então, a solidariedade por um ataque feito à mãe do Governador Casagrande. Deixo o nosso abraço aqui também ao Governador João Doria.

Aliás, é importante dizer que, sem dúvida nenhuma, o Brasil hoje tem tido, ainda que de forma tímida e acanhada, vacinação porque São Paulo oferece a qualidade de um instituto como o Butantan, com a tradição que tem o Instituto Butantan, com a qualidade dos seus pesquisadores e em função de parcerias internacionais como as que foram viabilizadas através do esforço do Governador João Doria, quando esteve lá na China, numa de suas (*Falha no áudio.*) ... ele fez a parceria com o laboratório Sinovac, que permitiu o adiantamento para que o Brasil tivesse essa parceria. Não fosse esse esforço feito através da liderança do Governador João Doria, o Brasil não teria nem os cerca de 5% de vacinação que nós temos neste momento. Então, isso precisa ser destacado e ressaltado, porque isso deve ser valorizado, esforços como esse devem ser valorizados e colocados em destaque para estimular, tanto quanto for possível, medidas como essa, parcerias, porque não é só a valorização da ciência. Aqui a gente tem a valorização da ciência, porque se valoriza a pesquisa científica de homens e mulheres que se dedicam à pesquisa para proteger a nossa população através de vacinas e se valoriza a cooperação internacional.

E, no Governo Federal, o Presidente Jair Bolsonaro é um desastre nas duas frentes, desestimula a pesquisa, ataca a ciência, ataca as parcerias internacionais e isola o Brasil daquilo que é, neste momento, mais estratégico: podermos acessar as vacinas. Para termos as vacinas para a nossa população, é fundamental que se restabeleçam conexões, pontes do ponto de vista internacional, que esse Governo acabou dificultando a partir de agressões absolutamente gratuitas a parceiros internacionais históricos do Brasil, aos quais precisamos buscar e nos socorrer para que possam oferecer mais rapidamente a entrega de doses das vacinas, tendo em vista que há disputa mundial.

Só que o Brasil, neste momento, é um problema para o mundo, porque o avanço que a pandemia tem aqui compromete o controle do ponto de vista das variantes. Por isso, nós precisamos buscar o apoio internacional, e o Senado tem legitimidade, tem autoridade para fazer isso como Poder, como chefia do Congresso Nacional, do Parlamento brasileiro, da reunião dos entes que formam a Federação, a partir do Senado, para fazer esse chamamento aos nossos parceiros internacionais para que o Brasil consiga estar diante de uma priorização internacional na entrega das vacinas.

Quanto ao Presidente Jair Bolsonaro também, eu digo, não há uma ausência de liderança; ele lidera em uma direção contrária. Isso é muito grave, porque faz um enfrentamento e gera confusão na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população. A minha assessoria me traz aqui algumas perguntas que chegam da população através do *chat* ou através do portal aqui do Senado, de quem assiste, e são as perguntas do bolsonarismo: "O que foi feito com o dinheiro, com os bilhões que foram enviados?"; "Os Governadores não se prepararam?"; "O mau uso do dinheiro, que foi usado para pagar salários...". Enfim, todas as mentiras que são lançadas pelo Presidente da República, patrocinadas por dinheiro público, porque foram publicadas pela Secom, pela Secretaria de Comunicação, pelo próprio Presidente da República; a mentira de que distribuiu bilhões de reais, juntando todos os recursos de impostos que são de obrigação de distribuição, sendo que os Estados e Municípios são donos de parcelas desses recursos. Disseram, por exemplo, que o Rio Grande do Sul recebeu R\$40 bilhões. R\$40 bilhões, para se ter ideia, é a receita corrente líquida inteira do Rio Grande do Sul. Então, é como dizer que todo o dinheiro do Governo do Estado fosse do Governo Federal. É uma mentira! Então, o Presidente precisa parar de mentir, precisa parar de atrapalhar.

E precisamos do Senado ajudando, especialmente em priorizar a entrega de vacinas para o Brasil através das parcerias internacionais, garantir o apoio dos recursos federais do Ministério da Saúde para os leitos, e, também, viabilizar o apoio às medidas preventivas. E esse apoio às medidas preventivas é também com medidas econômicas para que possa haver maior adesão às limitações, às restrições que precisamos impor.

Muito obrigado pelo espaço, Senador Confúcio, e pela atenção de todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Governador Eduardo Leite, fico agradecido pela deferência especial da participação em nossa audiência pública. Como nós tínhamos combinado, o senhor está liberado. Muito obrigado.

Agora vamos... Eu gostaria que os Governadores Flávio Dino e João Doria aguardassem só um pouquinho. Eu vou pedir aos Senadores que dirijam perguntas curtas diretas aos dois Governadores, Flávio Dino e João Doria, para as respostas. Então, vamos segurar o tempo, porque todos hoje, segunda-feira, estão muito atarefados.

Senadora Zenaide Maia, por gentileza.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Desativar áudio... Desativar o mudo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estamos ouvindo.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – É porque estava ativado automaticamente – deve ser porque sabem que meu nome tem "Calado", então deveria ficar calada, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui cumprimentar e já agradecer aos Governadores Renato Casagrande, Eduardo Leite, Flávio Dino e Doria, e dizer o seguinte: o que eu acho, colegas, é que a gente viu que os problemas que os Governadores trouxeram são os mesmos: a falta de um comando desde o ano passado. Por isso o nosso cientista Nicolelis já fazia um apelo ao Senado Federal para que assumisse o comando, porque jamais, em uma pandemia, em uma doença grave como esta, a gente poderia ter um Presidente da República que negasse tudo que a ciência aprovava.

Mas eu queria chamar à atenção aqui, gente: a gente está vendo só os óbitos diretamente relacionados à Covid-19. Vocês têm ideia de quantas pessoas neste País estão morrendo em consequência da Covid, porque os leitos hospitalares, as UTIs estão todas à disposição da Covid? Eu conheço pessoas que estão há um ano com diagnóstico de câncer e que não têm condições de serem operadas, porque necessitam de um leito de UTI de suporte e não têm. Então, essa chacina, esse genocídio é muito maior do que a gente está presenciando.

Assim, eu queria dizer o seguinte: eu não vou perguntar a esses Governadores nada. Eu vou só dizer que o que vêm nos pedir todos os Governadores e os Prefeitos deste País é que se assuma a liderança para o bem.

Vacina, gente... Como nós fomos o maior produtor de vacinas da América do Sul – temos a Fiocruz, o Instituto Butantan, o Evandro Chagas, e temos aquilo que é crucial, que são os recursos humano –, era para a gente estar protagonizando vacinas. Mas, infelizmente, temos ignorantes no comando. A primeira ignorância é não saber que a China é o maior produtor de vacina do mundo e, inclusive, dos IFAs. Aí ficam desdenhando o Instituto Butantan, uma instituição por que a gente tem o orgulho maior do mundo. E ainda se esquecendo de que, mesmo na Fiocruz, os insumos são da China. Começa por aí...

O que esses Governadores querem? Diálogo com o Presidente da República, o que é praticamente impossível. Mas estão pedindo socorro ao Senado, porque precisam de mais vacinas. Precisam de ajuda os Estados e Municípios e não dessa guerra que dá a entender que os Estados receberam mais, os Prefeitos receberam mais, e, mais grave, todos dão a entender que os gestores são fraudadores. É isso que usam! E são de uma agressividade!

A Governadora do Rio Grande do Norte, também aqui, está tendo carreação feita pelos apoiadores de Jair Bolsonaro, que estão indo até a casa dela agredir porque ela está tomando medidas de isolamento social para salvar vidas.

Então, está na hora de a gente ver... Por exemplo, o auxílio emergencial ele resolveu atrasar, botando uma PEC prejudicando os servidores públicos, não respeitando nem aqueles que estão na linha frente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada. Fico feliz de ver que nossos Governadores têm o diagnóstico e sabem o que o País e o Congresso Nacional precisam fazer para salvar vidas do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senadora Zenaide.

A Senadora Zenaide não formulou uma pergunta; fez um comentário concordando com os Governadores.

Senador Izalci Lucas, por gentileza.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro, eu quero mesmo é elogiar bastante os Governadores: de forma especial, a competência do Eduardo Leite, que é nosso colega do PSDB; o Doria também, pela ação e pela ousadia que ele teve desde o início com relação às vacinas; e os demais Governadores, que agora têm essa incumbência de buscar a solução para a gente realmente ampliar a vacinação, porque é o único remédio. Não há outro remédio que não seja a vacina.

O que me preocupa muito, Presidente – e fiz um requerimento lá no Plenário e fiz agora novamente; quero subscrever o do Randolf também –, é a questão do oxigênio. Eu estou muito preocupado com a falta de oxigênio. Aqui, em Brasília, inclusive, na semana passada, no Hran, já houve compartilhamento de oxigênio. E, na prática, não é só oxigênio; você tem que ter todos os materiais de insumos para realmente fazer com que isso aconteça.

Eu agora estava vendo aqui a delegação que V. Exa. me passou. Quanto à UTI, Presidente, no mês de dezembro, a União financiava 12 mil leitos de UTI; em janeiro, baixou para 7 mil; em fevereiro, baixou para 3 mil no Brasil. E agora acho que uma decisão judicial determinou que houvesse a reposição dos leitos, o pagamento dos leitos, e foram liberados 3.965 – inclusive, lá no Rio Grande do Sul, 592... São 21 Estados; o Distrito Federal ficou fora. Não entendi, não sei o que aconteceu. Acho que o Governador aqui acompanhou as orientações do Governo Federal no início e acabou ficando fora por isso.

Eu queria, Presidente, dizer que já foram protocolados aí, na Comissão, aqueles requerimentos. São cinco requerimentos que eu apresentei. E a sugestão que fiz a V. Exa. foi de solicitar à Consultoria do Senado, tanto a Consultoria Legislativa quanto a Consultoria Orçamentária... Vou passar para V. Exa. no zap, para V. Exa. também, como Presidente, solicitar essa demanda na Consultoria. No extrapauta, eu gostaria de pedir a V. Exa. a votação também desses cinco requerimentos. Como está lá o Ministro Pazuello, então, tem que substituir por Ministro da Saúde, qualquer que seja, porque eu acho que ele não fica mais – deve estar sendo substituído agora.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eram essas as minhas considerações, mas eu acho que, nessa questão do oxigênio, nós vamos ter que forçar a barra, como disse o Randolfe, para a gente ter uma posição, de preferência esta semana. Não podemos esperar, porque sem oxigênio a pessoa não sobrevive.

Era isso, Presidente.

Obrigado e parabéns pela condução da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Izalci.

Eu passo a palavra para a Senadora Rose de Freitas.

Senadora Rose de Freitas, pode falar.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Para interpelar.) – Presidente, eu queria principalmente saudar o Governador Doria pela persistência do seu trabalho. Ligando a televisão, você está lá, com toda a sua equipe, falando que nem uma bigorna sobre a questão do coronavírus. Enquanto muitos oscilaram, quero elogiar a sua permanência em cima do tema: como enfrentar, combater, qual o caminho que deveria ser tomado na questão do Covid.

Parabenizo o Governador Flávio Dino pelas palavras em que ele fez um apelo à população do seu Estado, o que repercutiu no Brasil inteiro.

Eu queria também falar do meu Governador...

E o Flávio Dino tem uma história conhecida pela sua seriedade, pelo seu trabalho. Sei da grande luta que trava, inclusive enfrentando a política regional, o que ele abordou no seu apelo.

Casagrande, eu não preciso falar, nós estamos vivendo cotidianamente essa odisséia da Covid.

Eu queria apenas fazer uma pergunta. Eu gostaria de fazer essa pergunta ao Governador Doria e ao Governador Flávio Dino.

E não foi só o Governo, viu, Presidente Confúcio? O Governo fez tudo que podia fazer e fará mais um pouco ainda. Nós no Senado muitas vezes nos reunimos para tentar... E V. Exa., à frente desta Comissão, muitas vezes, dirimiu dúvidas, ajudou a fazer um esforço conjunto, mas, no início desta pandemia, não foi só o Governo... O Governo debochava, mas, em muitas regiões do País, também os líderes regionais acharam por bem tratar esta pandemia da maneira que entendiam, que era uma maneira conciliadora com os interesses regionais, os interesses das federações do comércio, da indústria – o que muitas vezes eu vi, porque dirigiram a mim apelos de que nós não poderíamos ser radicais na ação, no protagonismo para enfrentar o coronavírus.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer que, quando também não houve uma união nacional – e essa é a pergunta que eu farei –, quando não houve nacionalmente um debate em conjunto, com alguns se sentindo privilegiados, porque sua área tinha menos contaminação, porque sua área tinha mais capacidade de atendimento, porque sua área tinha mais hospital, tinha hospitais de campanha... Não houve uma uniformidade de pensamento no Brasil como a que deveria haver quando se sabia que teríamos que enfrentar uma pandemia que se desenhava de tal maneira contagiante que todos nós brasileiros sofreríamos com ela. Nesse momento, alguns Governadores adotaram essa posição de achar que a solução viria pelo Governo Federal, haja vista que, quando o Mandetta saiu, que estava na doutrinação sobre a importância do coronavírus, em seguida veio um outro que, de uma forma muito lúcida, se colocou como uma pessoa que não tinha condição de dirigir o ministério sem apoio naquilo que a ciência conclamava.

A pergunta que eu faria é esta: não faltou aos Governadores do Brasil... Mas faltou ao Congresso também! O Congresso encontrou neste único espaço que nós estamos tendo aqui – fora o apoio, que eu quero ressaltar aqui, do Presidente Rodrigo Pacheco –, neste espaço, através dos convites ao Ministro da Saúde, à Anvisa, agora aos laboratórios todos... A informação foi tão desencontrada, cada um achava que tinha que cuidar do seu quarteirão e que se dependia de todas as decisões de Brasília, de alguém que estava debochando desta pandemia! Então, eu só queria perguntar a eles se não faltou também organizar no Brasil uma frente – como agora temos uma comandada pelo Wellington Dias –, dentro daquele comportamento que eu já citei aqui, um comportamento ideal para enfrentar uma pandemia como o do Governador Doria e com a sensibilidade do Governador do Maranhão ao apelar para a população para entender que a morte e a vida estavam no mesmo lugar? Só que nós estávamos praticamente sozinhos, sem um mandatário neste País para entender ou estar solidário com o povo brasileiro. Não faltou uma união para haver uma programação...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Só mais um tempinho para a Senadora concluir, por favor. Pode concluir, Rose. *(Pausa.)*

Libere o som dela. Libere o som dela. *(Pausa.)*

O som da Senadora, por favor. *(Pausa.)*

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Eu concluí, Sr. Presidente. Deu para ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode concluir. Eu não controlo o som, é na central. Pode concluir.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Eu que estava mexendo aqui. Desculpe.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta é: não faltou e está faltando neste momento uma ação nacional coordenada dos Governadores com o Congresso Nacional, com a Frente de Prefeitos, para que possa cada um se esforçar, em conjunto, para reforçar o apelo para a aquisição de vacinas?

Não há número batendo. Nós vamos ver isso com os laboratórios sexta-feira. O Butantan diz: "Eu podia ter fabricado tanto". A União Química diz: "Eu podia ter fabricado tanto". "Não tenho pedido..." Quais são os pedidos, quais foram os contratos que o Governo Federal fez? Onde fez? Qual é o prazo de entrega, o número de vacinas? Esses dados, esses elementos nós nunca tivemos.

Eu pergunto aos Governadores se não falta agora... Estão conclamando o Congresso. O Congresso poderia estar mais junto. Eu quero elogiar a atitude do Rodrigo Pacheco, como Presidente, a atitude do Confúcio à frente desta Comissão, mas quero dizer que nós agora temos que todo mundo, numa coisa planejada, com suas funções, como a que ele me deu, para que a gente possa desempenhar e ajudar a adquirir vacinas. Os números não estão de acordo, os números não estão de acordo! Nós não temos 36 milhões de vacinas adquiridas!

Nós temos agora o Consórcio do Nordeste, que deverá entregar ao Governo Federal... Sou contra! Deem a metade ao Governo Federal, mas os Governadores têm que administrar isso, porque, senão, daqui a pouco, em vez de mandar lá para o Rio Grande do Norte, vão mandar lá para o Amapá.

Nós precisamos de uma ação coordenada. E acho que o Presidente Confúcio pode muito, junto com os Governadores, nos colocar, como Congresso, para participar dessas ações que são muito importantes.

É a pergunta que eu faço ao Governador Doria e ao Governador Flávio Dino.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senadores, faltam dois Senadores inscritos: a Senadora Daniella e o Senador Randolfe. O Governador João Dória tem compromissos. Eu pediria à Daniela e ao Randolfe para serem muito... Ele já está extrapolando os seus prazos. Esta audiência eu sabia que seria assim mesmo, pois os Governadores, numa segunda-feira, numa pandemia desta, estarem com a gente aqui esse tempo todo não é brincadeira. Eu peço para a Senadora Daniella que seja bem objetiva, bem diretinha, assim como o Randolfe também, para que o Governador não se levante e saia, porque ele tem compromisso mesmo.

Por favor, Senadora Daniella, objetividade, por favor – não repare na minha fala incidente...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para interpelar.) – Senador Confúcio, Presidente da Comissão, parabéns pela condução – já o estou atropelando aqui para não perder tempo, mas, pela educação do Governador Doria, eu tenho certeza de que ele não se levanta, sai e me deixa falando sozinha, não. *(Risos.)*

Cumprimento o Senador Doria e todos os Governadores, os meus colegas Senadores e Senadoras.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu desespero ao levantar a mão foi porque o Senador Confúcio havia dito que ele iria sair, e, justamente, em minha fala, eu queria falar para ele e para todos os Governadores.

E já falando essa coisa de mulher... No final da história, a mulher é que tem de ser rápida, não é, Rose? Sempre! Os homens terminam... É incrível isso! Tudo bem, eu vou tentar usar o meu poder de síntese.

Eu queria primeiro falar – e aqui já respondo a uma fala do Governador Eduardo Leite – com relação a alguns programas que a gente vem fazendo.

Eu estou relatando o Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), que foi o primeiro a parar e será o último a voltar – a gente sabe disso. O programa foi aprovado na Câmara e, nos próximos dias, vai ser, com certeza, aprovado no Senado Federal, mas acontece que na Câmara não houve acordo por parte do Governo. No Senado, a gente está trabalhando nisso, no sentido de encontrar uma linha de crédito específica, porque eles não a conseguiram através do Pronampe. É que, como o setor parou completamente, ninguém queria dar, nem pelo Pronampe, recursos para um setor que efetivamente parou.

Na realidade, aproveitando este momento, eu queria era dar uma sugestão aos Governadores com relação a essa questão do fechamento, que é uma medida que nenhum Governador e nenhum Prefeito querem fazer. Sempre que alguém vem me questionar com relação a isso, eu digo: "Me diga uma coisa. Uma medida que não é popular, que não traz voto, me diga se alguém quer fazer. Ninguém, nenhum político, quer adotar uma medida como essa, vai totalmente de encontro àquilo que o político desejaria, mas ele está pensando no próximo, ele está pensando na pessoa, ele está tentando cuidar de você". É isso que, na realidade, acontece. E, sendo assim, eu queria fazer uma sugestão a vocês. Neste final de semana, me veio à mente... Foi fechada a Paraíba, o Governador baixou a medida de *lockdown* durante essas duas semanas, 15 dias, e foram fechados nos finais de semana bares e restaurantes, e acredito que isso vá mais à frente. Aí eu tive a ideia de colocar, na minha rede social – e aqui eu passo para todos, porque eu acho que a gente deve, a classe política, entrar nessa empatia com relação a colocar isto, pois todo mundo tem muitos seguidores –, o meu Instagram, os meus *stories* à disposição para receber das pessoas indicações, em seus Municípios ou em suas cidades, de dois bons lugares para que as pessoas pudessem comprar. E aí, gente, encheu de lugares que as pessoas sugeriram. O pessoal dos lugares mandava agradecimentos de volta. Você cria empatia e, aí, cria como se fosse um vínculo de que a gente também está ajudando: você está ajudando as pessoas, você está fazendo com que esses lugares sejam... De repente, até coincidem os que não eram... Aparece até "Cachorro-quente do Zé" em tal lugar, que as pessoas indicavam. E isso aí eu estou dizendo, porque vocês podem, em contato com os Deputados, com os Vereadores, criar essa empatia da classe política próxima, mostrando que não é simplesmente: "Eu quero fechar e não estou nem aí para você, não me importo com você". Meu filho é Vice-Prefeito de Campina Grande e, quando viu aquilo, ligou para mim e disse: "Que coisa legal que você fez!". E eu disse: "Faça também!".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Mais um tempinho para a Senadora concluir. Central do Senado, um tempinho para a Senadora concluir.

Pode continuar, Daniella, pode continuar.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Para concluir, eu quero dizer que, em cima dessa questão – isso é muito caro para os Governadores, eu sei disso. O preço é muito alto com relação a essas medidas –, você termina criando esse vínculo com as pessoas, essa empatia e, mesmo que não seja diretamente... Se alguns acharem que podem se sentir, que o Governador pode se sentir à vontade para fazer, que faça, senão eles, pessoas próximas a eles, Deputados e Vereadores da base, enfim, vocês podem se sentir à vontade, mas aqui já há Vereadores também que estão fazendo isso, dizendo: "Vamos chamar o pessoal, vamos indicar os restaurantes, vamos comprar dos *deliveries*, não vamos fazer comida em casa, vamos comprar para ajudar os bares e restaurantes". Essa é só uma dica que eu estou dando e que funcionou bastante nesse final de semana; na minha rede social, houve um bombardeio de indicações, e todos os restaurantes, bares, cachorros-quentes, a turma toda mandou agradecimentos pela iniciativa.

Era só isso que eu queria deixar aqui como sugestão e também avisar sobre o Perse aqui para vocês. Acho que é uma coisa boa de se fazer.

Obrigada, Presidente. Eu acho que eu fui o mais concisa possível, dentro do possível.

Parabéns, Governadores! Vamos juntos e, para o que precisarem, estamos aqui não só no acompanhamento, mas, com toda a certeza, contem comigo aqui dentro do Senado Federal para trabalharmos juntos.

Parabéns, Governador João Doria, por ter tido a coragem de ser o primeiro a lutar pela vacina e fazer com que pudesse acontecer isso no nosso País!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a palavra o Senador Randolfe, para a gente liberar os nossos Governadores.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpellar.) – Presidente, serei bem breve e objetivo.

Em primeiro lugar, meu cumprimento efusivo aos Governadores, ao Governador Eduardo Leite, ao meu amigo Governador Flávio Dino, ao Governador João Doria, e me permita, Presidente, fazer aqui uma homenagem ao Governador João Doria. O Governador João Doria não somente lutou pela vacina, ele foi confrontado e agredido por querer vacina. Se não fosse, nesse caso, a determinação do Governador João





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Doria... Veja, Presidente, quando o Brasil estava negando vacina, o Governador fez um consórcio com a iniciativa privada, no Estado de São Paulo, para viabilizar a produção de vacinas pelo Butantan, quando o Governo central estava negando vacina – estava negando vacina –, quando era chamada a vacina do Butantan de "vachina", a vacina chinesa. Presidente, a condução foi desastrosa, a condução por parte do Governo Federal foi trágica. Eu queria aqui, ao cumprimentar os três Governadores, solidarizar-me com eles. É um absurdo, quando a gente está chegando ao drama de haver mais de 2 mil mortos por dia, ainda, nesta semana, haver manifestações pela morte! São manifestações pela morte, por tudo que vi!

Quero me solidarizar com o Governador Casagrande, do Espírito Santo, pelas agressões que os Governadores estão sofrendo, não só os Governadores, mas também os Prefeitos. Eu soube que houve ataques e agressões a Governadores e Prefeitos pelo País nesse fim de semana. Eu queria reiterar esta manifestação em especial ao Governador do Estado de São Paulo, o Governador Doria.

Hoje, Presidente, de cada dez vacinas que estão nos braços dos brasileiros, 9,5 são CoronaVac, do Butantan, a chamada vacina chinesa. E 9,5 de cada 10 vacinas estão sendo aplicadas neste momento devido à determinação do Governo de São Paulo e devido ao esforço dos cientistas do Butantan, que, como se não bastasse o esforço descomunal para desenvolverem uma vacina em tempo recorde, ainda tiveram de enfrentar o negacionismo do Governo Federal, a oposição do Governo Federal. Essa oposição, Presidente, está custando muito caro para todos nós.

Olhe, a Pfizer ofereceu, no mês de agosto, 70 milhões de doses de vacina. O Butantan já tinha vacina pronta em outubro, em novembro. Nós poderíamos ter 80 milhões, 90 milhões de doses de vacina em dezembro! Em dezembro, Presidente Confúcio, com 70 milhões, 80 milhões de vacinas da Pfizer e da CoronaVac, nós teríamos salvado a vida de 40 milhões de brasileiros, que já estariam vacinados, pelo menos até agora.

Há uma política – falo para concluir, Presidente – clara que nos está levando ao genocídio, à morte. Ao concluir, de fato, só pergunto objetivamente... Ao homenagear todos os Governadores, em especial o Governador Doria pela sua determinação, só faço uma rápida pergunta: qual a disponibilidade de oxigênio nos seus Governos para suprir o aumento da demanda nos próximos dias?

Por fim, Presidente, eu queria só recomendar a V. Exa. um requerimento que vamos aprovar, chamando o Ministro da Saúde ou a Ministra da Saúde ou o raio que o parta que seja o Ministro da Saúde – a gente nem sabe, a esta hora, quem é! Qualquer que seja o danado do Ministro da Saúde, eu recomendo que ele seja chamado nas próximas horas, não para esta semana, mas para as próximas horas. No Estado de V. Exa., Senador Confúcio, está acabando o oxigênio. No Ceará, está acabando o oxigênio. Então, a cobrança desta Comissão tem de ser feita nas próximas horas, de preferência, para chamar seja quem for o cidadão ou a cidadã que esteja no Ministério da Saúde.

Obrigado, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Otto Alencar, é o seguinte: eu vou pedir licença a V. Exa. para passar a palavra ao Governador Flávio Dino e para liberar o Governador João Doria, que está bem compromissado. E já volto a palavra para V. Exa., Senador Otto, agora mesmo, já, já.

Governador João Doria, por favor...

O SR. JOÃO DORIA (Para expor.) – Muito obrigado pela sua compreensão. De fato, eu já deveria ter saído, mas fiquei aqui para acompanhar.

Eu queria também deixar um abraço muito afetuoso aos demais Governadores, em especial ao Flávio Dino e ao Eduardo, que ainda estão aqui conosco.

Dino, nunca nos colocamos tão próximos diante dessa tragédia. Esse é um legado. Eu disse hoje ao seu Vice-Governador, Carlos Brandão, que quis o destino, infelizmente, diante dessa tragédia, que, por essa tragédia, nós ficássemos tão próximos na afetividade pessoal e, principalmente, na luta pela vida. Então, eu queria cumprimentá-lo, assim como os demais Governadores, mas, em seu nome, dizer que, diante de uma tragédia, nós fizemos aquilo que tínhamos que fazer, deixamos de lado diferenças políticas e colocamos a existência, a proteção à vida e às pessoas. Eu sou testemunha do seu gesto e queria deixar esse registro aqui.

Ao Senador Otto peço desculpas por não ficar mais tempo para ouvi-lo, mas renovo aqui a minha admiração, a minha estima e o privilégio de poder, quase que diariamente, trocar mensagens com o senhor; ao Izalci, da mesma maneira, meu bom e querido amigo, nosso Senador em Brasília.

Das três intervenções que foram feitas agora, Senador Confúcio, vou rapidamente fazer aqui respostas e brevíssimos comentários.

Primeiro, começo pelo Senador Randolfe, por quem também tenho profunda admiração. Esta crise humanitária, esta crise sanitária, esta crise de vida no País também nos aproximou muito. Eu já lhe tinha admiração a distância, hoje posso compartilhar de perto essa admiração e esse respeito.

Eu queria enfatizar, Senador Confúcio, essa sugestão feita pelo Senador Randolfe para que imediatamente seja convocado – não é nem convidado – o Ministro da Saúde, diante de uma tragédia de 278 mil mortes; nós vamos chegar a 300 mil mortos até o final deste mês. Não é possível que um Ministro da Saúde não ofereça respostas concretas para fazer aquilo que já deveria estar fazendo desde março do ano passado, ou o Ministério da Saúde. Convocá-lo imediatamente não é para hostilizá-lo, é para pedir ao Ministro da Saúde e ao Ministério da Saúde que tenham atitudes de proteção à vida e não de distanciamento, e não de fazer o que fez com São Paulo, com o Maranhão e com outros Estados, tirando a homologação de leitos de UTI. São Paulo o fez; e, na sequência, Maranhão, Bahia e Ceará foram ao Supremo Tribunal Federal, e o Ministério da Saúde continua desobedecendo ao Judiciário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É inacreditável, Senador Randolfe! É inacreditável! A Ministra Rose Weber fez um voto, solicitou ao Ministério da Saúde, no início da semana passada, que pudesse dizer por que não está cumprindo a determinação de homologação de leitos, e o Ministério da Saúde disse à Procuradoria-Geral da República que estava homologando leitos, e não está homologando leitos. Nós vamos denunciar isso hoje, às 12h45, na coletiva de imprensa, aqui em São Paulo. Em São Paulo, não fizeram a nova homologação de leitos. Nós estamos cobrando o custo de leitos no momento mais crítico da pandemia. É inacreditável o Ministério da Saúde desobedecer a uma medida judicial da Corte Suprema do País, é inacreditável em meio a uma pandemia com milhares de mortos. Nós estamos perdendo, aqui em São Paulo, quase 500 vidas por dia e, no Brasil, mais de 2 mil vidas por dia.

Então, deve-se chamar o Ministro da Saúde, determinar que ele venha e diga aos Senadores da República por que o Ministério da Saúde não está cumprindo com a homologação de leitos nos Estados e por que o distanciamento num momento tão crítico desta pandemia. Meu apoio integral a essa solicitação feita pelo Senador Randolfe.

Sobre a disponibilidade de oxigênio, no caso de São Paulo, Senador, felizmente estamos sob controle, não haverá falta de oxigênio aqui em São Paulo, mas nada se deve à atitude do Governo Federal, deve-se, sim, ao comportamento e atitudes da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo junto aos fornecedores de oxigênio para que não falte oxigênio em São Paulo. Aquela tragédia que vimos em Manaus serviu de lição e de alerta aqui para São Paulo.

E eu tenho certeza de que os demais Governadores estão adotando as mesmas medidas e as mesmas cautelas, mas nada se deve – nada! – ao Ministério da Saúde, que não deu nenhuma contribuição nesse sentido para ampliar a oferta de oxigênio nos Estados.

Nova fábrica do Butantan. Fui lá hoje pela manhã, às 8h. Visitei a fábrica. Estou postando agora, na hora do almoço, as imagens da nova fábrica do Butantan, de uma vacina, Senadora Daniella, 100% produzida aqui no Brasil. Já a partir de dezembro teremos a produção da vacina 100% no Brasil. E, a partir de janeiro, em escala industrial, Senador Confúcio, produzindo até 1 milhão de doses da vacina do Butantan por dia aqui em São Paulo. A partir de janeiro, em escala crescente... Há um procedimento na fabricação de vacinas, não é imediatamente, mas já estaremos em condições de produzir até 1 milhão de doses da vacina do Butantan, a partir de janeiro, aqui no Brasil, em Território brasileiro, não dependendo mais de IFA, de insumos vindos da China ou de qualquer outro país ou de qualquer outra parte.

Muito obrigado, Senador Randolfe, pela homenagem, pelo seu gesto. Eu compartilho com todos da saúde aqui em São Paulo, com todos os secretários e secretárias e aqueles que estão, como eu, defendendo a vida e defendendo a verdade.

Senadora Daniella, muito obrigado também pelas suas colocações. Soluções para os pequenos comerciantes, principalmente bares, restaurantes, pequenos pontos de preparo de alimentação, até mesmo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqueles pequenos que representam a micro microempresa, com uma barraquinha de cachorro-quente; todos devem ser mobilizados. E vou levar em conta essas suas observações, sim. Teremos uma reunião hoje após o almoço para tratar desse assunto aqui em São Paulo, e, às vezes, as pequenas ideias, as pequenas propostas são as que apresentam as boas e grandes soluções. Então, muito grato também por ter colocado isso como uma referência para todos nós. Será levado em conta, sim. E obrigado também pelas referências elogiosas.

Senadora Rose, eu queria aqui, ao encerrar, ao comentar, primeiro agradecer, Senadora; também sou seu admirador a distância. A sua vida no Congresso Nacional é uma vida que eu acompanho, ainda que a distância, mas muito de perto, e quero elogiar o seu comportamento, a sua atitude sempre combativa e firme na defesa não só da vida mas também da democracia. Acompanhei vários pronunciamentos seus em defesa da liberdade e em defesa da democracia. Registro aqui a minha admiração.

O que faltou realmente, Senadora – e aqui eu encerro com estas palavras –, faltou ao Ministério, não faltou ao Congresso Nacional. De maneira geral, tanto a Câmara quanto o Senado tiveram bom comportamento, com as exceções que todos sabem, mas, na atitude, no comportamento, nós temos que agradecer ao Congresso Nacional, agradecer à Comissão de Covid na Câmara Federal e aos seus Parlamentares, assim como agradecer ao Senador Confúcio e à sua liderança aqui nesta Comissão. O que faltou foi ao Governo Jair Bolsonaro. E faltou, Senadora, atitude, compaixão, coordenação nacional, competência e vergonha. Faltou vergonha! É o que eu sinto hoje pelo Governo Bolsonaro: uma vergonha! Vergonha internacional. Fiquei envergonhado, Senadora, de assistir à coletiva de imprensa da última sexta-feira do Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde. Nessa coletiva, ele disse que hoje o Brasil é uma preocupação mundial. Ele há havia dito na quarta-feira, Senadora, que o Brasil já era um risco para os países vizinhos da América do Sul. Na sexta-feira, nesta última sexta-feira, o Diretor da Organização Mundial da Saúde disse, na conferência de imprensa, que o Brasil é um risco para o mundo.

O Presidente Jair Bolsonaro, além de ser responsável por uma parcela considerável dos brasileiros que estão mortos e enterrados hoje – número de 278 mil –, é responsável também por colocar a pior imagem internacional que o Brasil já teve em qualquer tempo e significar hoje, Senadora, uma ameaça para a saúde mundial. É disto que nós temos de nos envergonhar: de um Governo negacionista, mentiroso, que diariamente mente dizendo que vai ter milhares e milhares de vacinas, e as vacinas não chegam; que compra cloroquina em vez de comprar vacinas; que hostiliza Governadores; que estimula, pelo "gabinete do ódio", lá em Brasília, as ameaças a Governadores e a Prefeitos, como todos nós recebemos, e os xingamentos.

Neste final de semana, durante três horas na frente da minha casa... Eu não vivo aqui no Palácio dos Bandeirantes; eu poderia fazê-lo, mas preferi manter a minha residência onde sempre vivi e onde continuo a viver com meus filhos e com a minha esposa. Ouvi xingamentos e ameaças durante três horas sucessivas. Ninguém na minha casa podia chegar nem sair. E não foi diferente nos demais Estados do



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

País. Isso foi um instrumento deliberado a partir do "gabinete do ódio" de Brasília. É repugnante, é odioso que este clima prevaleça no País diante de uma circunstância tão grave.

Então, faltou vergonha, faltou atitude, faltou compaixão, faltou coordenação. Faltou aquilo que todo dirigente, seja de um país, seja de um Estado, seja de um Município, deveria ter: compaixão e atitude, e sobraram mortes, Senadora. Essa é a grande verdade. O Brasil hoje é um mar de mortos e um oceano de incompetência, tendo o capitão, o mito Jair Bolsonaro neste comando. Meu repúdio a esse homem, meu repúdio aos negacionistas, que seguem essa orientação e seguem esse comportamento. Mas eu, como a Senadora, como os Senadores que aqui estão, como outros que já tiveram oportunidade, vou lutar. Lutarei como brasileiro. Não vou abaixar a minha cabeça, não vou me render ao negacionismo nem às ameaças que recebo. Assim como os demais Governadores e muitos que estão no Poder Executivo, como nós todos, vou resistir. Está na hora, sim, de fazermos uma grande frente nacional pela vida, pela democracia, pela liberdade e pelo fim desse negacionismo sórdido que já levou a vida de 278 mil brasileiros.

Senador Confúcio, desculpe-me a minha têmpera, mas sou filho de baiano, com muito orgulho, e aqui o meu sangue nordestino prevalece na defesa da vida e da existência.

Muito obrigado a vocês. Estou muito triste com toda essa situação no País, mas vamos juntos lutar pela vida.

Muito obrigado. Bom dia e boa semana a todos!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Governador! Obrigado a V. Exa.

Bem, nós temos...

Governador Flávio Dino, só um pouquinho, o senhor segura a barra conosco? Mais um minutinho só para liberar V. Exa.

Eu passo a palavra ao Senador Otto Alencar, pedindo desculpas a ele pelo atraso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Presidente, o que eu ia perguntar o Governador Doria já respondeu. A minha indagação seria quando o Butantan teria as condições de produzir já um insumo farmacêutico ativo aqui no Brasil para produzir a vacina do nosso País. Eu acho que houve um atraso muito grande nos últimos governos, não investiram em pesquisa e ciência, e nós estamos vivendo essa dificuldade. Mas ele já respondeu que deverá ser no mês de dezembro.

E a outra pergunta que eu ia fazer – ele já saiu – era sobre a projeção para as vacinas do Butantan até o mês de maio, mas aqui eu já estou em contato com o Butantan; eles vão me mandar a informação, e



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

eu vou passar depois a V. Exa., que me solicitou. Eu vou encaminhar a V. Exa. essa programação do Butantan para as vacinas até o mês de maio agora, deste ano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador.

Senador Wellington Fagundes, V. Exa. gostaria de fazer algum complemento de fechamento à nossa audiência pública?

Eu só solicito aos Senadores que permaneçam aí. Nós temos que votar alguns requerimentos do Izalci e outros comentários.

Senador Wellington Fagundes, o senhor tem algum questionamento a mais aos Governadores, representados pelo Governador Flávio Dino?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – As perguntas ao Governador Flávio Dino eu fiz. Não sei se devo repetir, Sr. Presidente. Não sei se a Mesa, se a Comissão já encaminhou aos Governadores.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Já encaminhamos para ele. Ele já tem as perguntas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu vou deixar... Eu gostaria que V. Exa. encerrasse a votação dos requerimentos e eu faço uma fala ao final, no encerramento.

Só me trouxe uma grande preocupação que eu gostaria de externar a fala do Governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, em que ele coloca que o baixo índice de vacinação está promovendo – o Senador Otto também pode ajudar nesse aspecto – a criação de novas cepas. Eu não sei se ele quis dizer que é a própria vacina, com quantidade pequena, que está fazendo com que as pessoas desenvolvam novas cepas, ou se seria apenas por pouca vacina a Covid estar se alastrando. Então, é uma pergunta. Não sei, como ele é um Governador, acho que não é da área médica, não sei até se o Senador Otto pode esclarecer, até mesmo V. Exa., ou que a gente faça essa pergunta em ofício a ele, porque, provavelmente, ele deve ter falado em função da orientação da Secretaria da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

Meu querido Governador Flávio Dino, V. Exa. está com a palavra para as respostas e suas considerações finais.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO DINO (Para expor.) – Agradeço a V. Exa., Senador Confúcio. Muito objetivamente, irei responder as perguntas.

Em primeiro lugar, do eminente Relator, Senador Wellington Fagundes. Ele pergunta sobre a questão, a primeira pergunta é se o Consórcio da Amazônia Legal está também efetuando contatos com o Fundo Soberano Russo. Sim, Senador, nós estamos. Esse contato deriva do fato de eu presidir o Consórcio da Amazônia e, ao mesmo tempo, integrar o Consórcio Nordeste. Então, eu tenho participado de todas essas reuniões. Inclusive, houve uma solicitação de 10 milhões de doses para o Consórcio da Amazônia Legal. E há contato também com outros fabricantes; todos, na verdade, a exemplo da Sinopharm, que é uma vacina chinesa que ainda não está no mercado brasileiro.

O eminente Senador Wellington Fagundes também pergunta sobre a razão de os Governadores do Nordeste terem conseguido, aparentemente – vamos assinar nesta semana – o contrato. Isso derivou do fato de o início dessa negociação ter sido feita pelo Governo da Bahia, foi isso que levou a que houvesse essa possibilidade de até quarta-feira assinarmos esse contrato. E, como mencionei na minha exposição, será efetuada a oferta, mediante interveniência do Ministério da Saúde, para o PNI, para o Programa Nacional de Imunizações, pelas razões que eu indiquei.

O Senador Wellington também pergunta sobre a expectativa de prazo com a Anvisa. Nós fizemos uma reunião no sábado com o Ministro da Saúde Pazuello, e ele afirmou que nessa semana haveria a autorização para a Sputnik, que é essa vacina russa, e também para a vacina Janssen, que é a vacina da Johnson & Johnson, e a Pfizer já estaria autorizada. Então, nós temos essa expectativa de que isso se confirme nessa semana.

O eminente Relator também pergunta se há tratativa em curso para compra de outras vacinas. Sim, há muitas tratativas em curso, por Estados, Municípios, e por isso mesmo eu insisto na importância de esta Comissão do Senado analisar a sugestão que eu formulei ao Ministro da Saúde de que houvesse, nos termos do art. 19 da lei, a edição de normas regulamentadoras para garantir que haja uma congruência entre essa possibilidade constante agora da nova lei e uma coordenação nacional que evitasse uma espécie de "salve-se quem puder".

O Relator pergunta também sobre medidas adotadas no nosso Estado. Nós temos evitado o extremismo, porque acredito que, desde a filosofia grega, a virtude reside no meio-termo, ou seja, nem temos o "liberou geral" nem temos ainda, graças a Deus, um cenário em que é preciso fechar tudo; nós estamos com medidas intermediárias neste momento. O Relator pergunta até quando deve perdurar. A nossa previsão inicial é de que vá até o dia 21, por exemplo, o fechamento de bares e restaurantes, fechamento de escolas e assim sucessivamente.

Também é indagado sobre o resultado. O nosso Estado tem a menor taxa de letalidade do Brasil. O Maranhão é hoje, segundo os órgãos de imprensa, proporcionalmente aquele que tem a menor taxa de mortalidade, de letalidade do coronavírus no Brasil, considerando o tamanho da população. Acho que esse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é um resultado bastante positivo dessa política de combinar aquele trinômio que mencionei, abrangendo vacinação, medidas preventivas e assistência hospitalar.

O Relator indaga, em penúltimo lugar, sobre leitos de UTI. Nós temos, Senador Wellington, neste momento, na rede estadual 466 leitos de UTI, dos quais, em face da medida judicial com que entramos no Supremo, 186 estão habilitados no SUS, e nós requeremos a habilitação de mais 201, ou seja, nós ainda temos um déficit entre leitos existentes no Governo do Estado e habilitação junto ao SUS. Nós estamos dialogando com o Ministério da Saúde e temos também a medida judicial determinada pelo Supremo Tribunal Federal.

Além dos 466 leitos de UTI da rede estadual, nós temos, segundo boletins publicados, dois grandes hospitais privados aqui, o Hospital São Domingos oferecendo 65 leitos de UTI, um hospital chamado Centro Médico oferecendo 14 leitos de UTI, e a Prefeitura de São Luís oferecendo 20 leitos de UTI. É mais ou menos esse o quadro, de modo bem sintético.

Nós temos alguns outros Municípios, alguns outros hospitais privados, mas em grandes números seria isto: 466 leitos de UTI do Governo do Estado, 65 leitos de UTI do Hospital São Domingos, 14 leitos de UTI do Hospital Centro Médico, 20 leitos da Prefeitura de São Luís. Temos mais alguma coisa que não consta de publicidade, um ou outro hospital particular. Eu posso afirmar que, neste instante, seguramente, pelo menos 80%, talvez 90% dos leitos de UTI são mantidos pelo Governo do Estado. Eram essas indagações do eminente Relator.

Finalmente, ele pede uma avaliação sobre a temática do Ministério da Saúde. Isso já foi exaustivamente apontado quanto a carências, no que se refere à coordenação nacional. É o principal problema, contudo, creio que isso não pode ser imputado aos três Ministros que o País teve neste momento. Acho que tanto o Mandetta quanto o Teich, quanto o atual Ministro Pazuello, tentaram dialogar com os Governos, com os Governadores. A questão central é, de fato, mais assim: a hierarquia administrativa é que tem determinado atitudes de sabotagem em relação ao esforço dos Estados, dos Municípios. E creio, portanto, que não adianta mudar o Ministro da Saúde se a política continuar a mesma. Se o Presidente da República continuar atrapalhando, fica muito difícil qualquer ministro ou ministra dar certo.

A Senadora Zenaide fez comentários sobre o número de óbitos. E eu gostaria de aproveitar a intervenção de S. Exa. para dizer, Senador Wellington, Senador Confúcio, que dirigem esta Comissão, que é muito importante também uma oitiva junto ao setor privado. Eu não sei nos Estados de V. Exa., mas acontece muito de a pessoa ter plano de saúde e não conseguir ser atendida no setor privado. Lembro que isso é um direito, não é uma faculdade; é um direito de quem paga plano de saúde. E a pessoa tem plano de saúde, mas acaba indo para o leito SUS, porque não consegue a expansão no setor privado. Acredito que é muito importante, em face dessa preocupação da Senadora Zenaide, da insuficiência de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

leitos determinando letalidade inclusive por outros fatores, que haja essa intervenção também junto aos planos de saúde, setor privado e órgãos de defesa do consumidor.

O Senador Izalci e o Senador Randolfe Rodrigues perguntam sobre oxigênio. No nosso caso, aqui do Maranhão, nós temos, por enquanto, a garantia do fornecimento. Sempre é uma preocupação nacional, mas neste instante não temos, no Governo do Estado, um cenário de colapso no que se refere a esse item. É algo que nós acompanhamos todos os dias.

A Senadora Rose de Freitas pergunta sobre coordenação nacional. Eu insisto na proposta que fizemos de haver um comitê gestor nacional único – um comitê gestor nacional, com as Casas do Congresso, com o Judiciário, com o Executivo, com os Estados, com a Frente Nacional de Prefeitos, com o Conass, com o Conasems, com o Butantan, com a Fiocruz. Acho que isso seria uma grande conquista para nós termos uma instância de elaboração de uma política nacional, porque realmente o quadro é gravíssimo e não há cenário imediato de melhora.

Senadora Daniella, quero dizer da minha solidariedade no que se refere à questão dos eventos. Essa ideia de um plano emergencial de apoio ao setor de eventos acho altamente positiva, saúdo essa ideia. E informo ao Senado Federal que nós instituímos aqui um auxílio emergencial estadual para o setor cultural, bares e restaurantes, exatamente preocupados com a temática do emprego.

O Senador Otto fez as suas perguntas sobre vacina, vacinação. Creio que o assunto já foi exaustivamente tratado, no sentido de que, infelizmente, nós não temos um cenário de certeza ainda sobre praticamente nada.

Eu acredito, Senador Otto, que haverá uma melhoria nas próximas semanas. Eu acredito que, em face de uma série de providências, o mês de abril será melhor do que o mês de março. Essa é a minha visão, é a minha avaliação; mais do que expectativa, é uma avaliação. Agora, essa melhoria, infelizmente, não está ainda à altura daquilo de que o Brasil precisa e merece.

Com essas palavras, Senador Confúcio, eu agradeço a iniciativa desta audiência pública e, como sempre, me coloco à disposição desta Casa de representação dos Estados para uma reflexão conjunta para que nós possamos, com isso, somar forças. Mais do que divergências político-eleitorais, mais do que divergências pessoais, nós precisamos celebrar uma união patriótica, uma união cívica e, para isso, é preciso que haja até uma espécie de trégua, uma espécie de *lockdown* da política, ou seja, que não haja neste momento a exacerbação de disputas ou de apetites ou de preferências político-eleitorais. "Há tempo para todo propósito debaixo dos céus", está escrito nas sagradas escrituras, e, com certeza, este é um tempo de união em nosso País e não de acirrarmos diferenças. É assim que o Maranhão tem atuado, e me coloco à disposição para outros diálogos.

Muito obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito agradecido, Governador Flávio Dino, por suas palavras didáticas. Não deixou ninguém sem resposta. Muito obrigado. V. Exa. está dispensado. Fico agradecido em nome desta Comissão e de todo o Senado Federal. Muito obrigado a V. Exa. – fico agradecido mesmo! Um abraço para o senhor.

Eu gostaria agora de que os Senadores continuassem para a gente deliberar alguns assuntos extrapauta.

Primeiro eu quero agradecer a participação dos internautas: Luís Lago, de São Paulo; Weverton Dias, de São Paulo; e outros tantos que mandaram perguntas, que foram respondidas já pelos Srs. Governadores.

O Senador Izalci apresenta à nossa Comissão requerimentos extrapauta, cuja leitura farei rapidamente para discussão e deliberação dos membros e suplentes.

No primeiro requerimento – os requerimentos são todos de Izalci –, requer que sejam prestadas, pelo Sr. Ministro do Tribunal de Contas Benjamin Zymler, informações.

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 7****REQUERIMENTO Nº 7, DE 2021**

Requer informações ao TCU sobre os processos que tramitam acerca da ausência de uma estratégia federal minimamente detalhada para combater os efeitos da pandemia de Covid-19.

Autoria: Senador Izalci Lucas.

O segundo requerimento, o nº 8, do Senador Izalci.

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 8**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2021

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, informações sobre o apoio logístico e financeiro aos estados federados para manutenção e ampliação de leitos de UTI COVID, no período compreendido entre março de 2020 e março de 2021.

Autoria: Senador Izalci Lucas.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2021

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Eduardo Pazuello, informações sobre o apoio logístico e financeiro aos estados federados para manutenção e ampliação de leitos de UTI COVID, integração dos sistemas hospitalares, planejamento e análise diária de cenários, no período compreendido entre março de 2020 e março de 2021.

Autoria: Senador Izalci Lucas.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2021

Requer a realização de Audiência pública com o Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello.

Autoria: Senador Izalci Lucas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2021

Requer a realização de Audiência pública com Secretário de Atenção Especializada à Saúde – SAES, Luiz Otávio Franco Duarte.

Autoria: Senador Izalci Lucas

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2021

Requer ao Instituto Butantan e à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) informações céleres sobre atendimento de prazos e capacidade de produção e fornecimento de vacinas para imunização da população brasileira.

Autoria: Senador Confúcio Moura

Esse é para auxiliar o Senador Otto.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2021

Requer a realização de audiência pública com a presença do Almirante Flávio Augusto Viana Rocha, Secretário Especial Interino de Comunicação Social do Ministério das Comunicações, com o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

objetivo de prestar esclarecimentos acerca das ações publicitárias do governo federal em torno do enfrentamento da pandemia do coronavírus.

Autoria: Senador Confúcio Moura

Esse é para auxiliar o Senador Ciro Nogueira.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2021

Requer à Anvisa informações céleres acerca do andamento dos processos de autorização emergencial e definitiva de vacinas destinadas à imunização da população brasileira quanto ao coronavírus.

Autoria: Senador Confúcio Moura

Indicando de maneira de maneira individualizada as farmacêuticas que protocolaram pedido de homologação, o período e os prazos previstos para a liberação.

Isso também será entregue ao Senador Otto, depois da resposta.

Então, para maior celeridade, sugiro que apreciemos todos esses requerimentos em bloco.

Eu passo a palavra ao Senador Izalci para fazer a defesa e, depois, haverá a discussão sobre os seus requerimentos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Presidente, como me foi atribuído, junto com o Senador Marcos Rogério, esta missão de acompanhar junto ao Ministério da Economia e também a questão dos leitos, eu fiz esses requerimentos exatamente para a gente poder dar uma resposta a essa missão que V. Exa. e o Relator me passaram. Acho importante que seja aprovado para a gente obter essas informações – exatamente o item 7 –, em função da distribuição de atribuição aos membros.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu preciso, no caso da... É evidente, eu coloquei o Ministro Pazuello, e pode ser que ele não esteja mais a partir de hoje, mas eu gostaria já de substituir por "Ministro da Saúde". Independentemente de quem seja o ministro, que a gente tenha essa questão.

Como eu disse há pouco, houve uma redução drástica da questão do ministério com relação às UTIs. Há Estados... Aliás, foram reduzidas de 7 mil para 3 mil, e agora, por decisão do Supremo, houve o restabelecimento a 21 Estados, inclusive alguns ficaram fora. Então, essa matéria de UTI, de leitos, de pagamento do Ministério da Economia, para gente é importante.

E há também esse requerimento do Tribunal de Contas para a gente saber exatamente sobre o que já foi prestado conta, para que a gente tenha acesso a essas informações também, para a gente poder colocar no plano de trabalho nosso.

Eu pediria o apoio dos colegas para que aprovássemos esses requerimentos, e encaminhei para V. Exa. também aquela sugestão de, por ofício, solicitar à Consultoria Legislativa e à Consultora Orçamentária uma análise sobre estas questões de o que está tramitando no Congresso sobre isso e também sobre a questão orçamentária e financeira do Covid, para fortalecer e robustecer o nosso trabalho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Perfeito.

Há mais dois requerimentos de autoria do Senador Otto Alencar.

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 16****REQUERIMENTO Nº 16, DE 2021**

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, Antônio Barra Torres, em caráter de urgência, informações sobre calendário oficial das autorizações de registro sanitário das vacinas contra o Covid-19, tanto em caráter emergencial, como definitivo.

Autoria: Senador Otto Alencar

O segundo requerimento do Senador Otto Alencar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 15****REQUERIMENTO Nº 15, DE 2021**

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Eduardo Pazuello, em caráter de urgência, informações sobre o calendário oficial de aquisição e ampliação de vacinas para imunização contra o COVID-19.

Autoria: Senador Otto Alencar

Alguns requerimentos são coincidentes, e depois nós os selecionamos, mas vamos incluir também os dois requerimentos do Senador Otto, que vão ser deliberados agora.

A palavra está liberada aos Srs. Senadores que a desejam utilizar para discutir os requerimentos.
(Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir...

Pois não, Senador Otto, por gentileza, V. Exa. está com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para discutir.) – Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, e aos nossos colegas Senadores e Senadoras que participaram desta reunião, que foi proveitosa, com muitas informações.

Eu já tenho aqui o que me foi encaminhado pelo Butantan, a programação de produção das vacinas, que eu tinha solicitado. Vou encaminhar a V. Exa., para que V. Exa. possa enviar para os Senadores. Pelo menos isto é o que o Butantan está nos passando: até o mês de maio, o quantitativo de vacinas que serão produzidas e disponibilizadas para o Ministério da Saúde. É isso que vou lhe passar, inclusive para que V. Exa. possa encaminhar para os outros Senadores. Vou enviar isso para a sua secretária, para que ela possa fazer esse encaminhamento, para já dar mais ou menos uma noção do que nós vamos ter em termos de vacina até o mês de maio.

Era isso que eu queria colocar. Vou passar isso para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Otto. Fico muito agradecido.

Não havendo mais Senadores que queiram discutir, estão em votação os requerimentos, em bloco.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que aprovam esses requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados.

Foi uma audiência pública diferente. Fiquei aqui todo embolado devido às urgências dos Governadores, de todos eles. Hoje é segunda-feira, o que não é fácil, com esse mundo de problemas na cabeça. Mas, entre mortos e feridos, todos nós estamos vivos.

Vocês puderam observar a imensa responsabilidade que o Rodrigo Pacheco e o Plenário concederam a nós todos nesta missão desafiadora de buscarmos meios de acelerar a vacinação, de aumentar a quantidade de ofertas de vacinas para o povo brasileiro. Então, nós dividimos os serviços. Cada grupo de dois Senadores tem uma missão para ajudar o nosso querido Relator Wellington Fagundes a consolidar os seus relatórios. Nós vamos ter de trabalhar, de botar a cabeça para funcionar para vermos como é que nós vamos fazer para aumentar as vacinas no Brasil. A Zenaide e o Nelsinho têm uma missão, muito apontada por vários Governadores, que é essa ação diplomática importantíssima; além dos demais companheiros, que estão todos ocupados.

Amanhã, o Presidente Rodrigo Pacheco abre a sessão plenária às 16h e oferece um tempo de cinco minutos para a nossa Comissão se apresentar. Como o tema oxigênio é o tema que está afligindo alguns Estados, eu vou pedir ao Senador Styvenson e ao Senador Randolfe que dividam o tempo amanhã – eu não vou usar a palavra amanhã –; que o Styvenson use de 2,5 a 3 minutos e o Randolfe, o final do tempo, para falarem sobre oxigênio e as providências que eles estão tomando para que não entrem em colapso alguns Estados brasileiros. Então, amanhã, no primeiro horário, quando o Presidente abrir a sessão, ele passará a palavra para a gente; eu só receberei a palavra e a transmitirei ao Senador Styvenson e ao Senador Randolfe. A cada semana, nós vamos trocando; àqueles que tiverem uma abordagem a explicar ao Plenário a gente vai concedendo esse tempo de fala, aos nossos companheiros.

Pois não, Senador Otto, por gentileza. *(Pausa.)*

Eu não estou ouvindo. O seu som está fechado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, eu não tenho nada para colocar. Eu estava dando adeus ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bem. Muito obrigado. Muito obrigado.

Senador Wellington Fagundes, para o seu relato final e a conclusão, para nós podermos fazer o fechamento da nossa audiência pública. *(Pausa.)*

Senador Wellington Fagundes, seus comentários.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, ficou muito claro que se carece de regulamentação da aprovação e da sanção do Presidente da República, porque todos os empresários com que eu conversei nesta semana, ou seja, a área da iniciativa privada, não estão entendendo a eficácia dessa lei, já que eles iriam comprar para doar para o PNI sem nenhuma atenção aos seus funcionários. Os empresários estão dizendo que isso não terá eficácia.

Da minha parte, eu gostaria também de dizer que eu entendo que comprar vacinas é uma responsabilidade do Governo Federal, porque nós não podemos levar Prefeitos e Governadores a buscar vacinas sem uma coordenação e sem saber como isso será entregue. Então, essa é uma conclusão que faço, mas todos os Governadores colocaram, principalmente, a necessidade da regulamentação, para deixar mais clara qual é a intenção do Presidente da República com o Congresso Nacional.

Eu vou aqui, Sr. Presidente, trazer os meus cumprimentos pela condução dos nossos trabalhos, e também gostaria de felicitar a todos desta Comissão temporária pelo resultado que estamos buscando alcançar, qual seja, acompanhar as ações do Governo de forma a esclarecer a população brasileira, traumatizada com a tragédia da pandemia. Sem dúvidas, este é o maior desafio: indicar, para a população, para os que nos confiaram também a diligência política da Nação, os caminhos que possam resultar em paz e esperança de dias melhores, sobretudo nesse tempo em que o coronavírus tem maltratado a todos nós.

A reunião de hoje é mais uma demonstração desse trabalho em que reafirmamos a forma como o Senado Federal tem tratado, neste momento, a vida nacional, com rigor absolutamente necessário. Senão, vejamos: além de criar esta Comissão Especial Temporária para acompanhar as ações do Poder Público para o enfrentamento da pandemia, foi aprovado e sancionado pelo Presidente da República esse projeto que eu acabei de citar, que facilita essa compra tanto de Estados como também de Municípios e da iniciativa privada.

Esse ato, por si só, representou uma grande e importante vitória. Até abril, se tudo ocorrer protocolarmente bem, já que na maioria das vacinas contratadas se faz necessário ainda o registro na Anvisa, será possível, então, promover o maior salto no processo da imunização da população, com a oferta de 46,6 milhões doses de vacina.

Segundo dados do Ministério da Saúde, já foram distribuídas aos Estados e Municípios pouco mais de 20 milhões de doses de vacinas CoronaVac e também AstraZeneca, desenvolvida pela Universidade de Oxford. Também de acordo com o Ministério, mais de 10,7 milhões de doses já foram aplicadas, mas isso, Sr. Presidente, significa que apenas 4,5% da população total foi vacinada, e apenas 1,64% recebeu a segunda dose. Portanto, é um número muito aquém – sim, muito aquém! Todavia, a partir dos encaminhamentos legislativos, temos razão para crer que as metas deste ano podem ser perfeitamente alcançadas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui saudar o nosso Presidente Rodrigo Pacheco e também todos os consórcios liderados pelos Governadores por buscarem essa solução.

Nós aprovamos ainda o projeto que permite as entidades e as instituições, e é esse esclarecimento que a gente espera.

No cuidado com a população mais vulnerável, incluindo as vítimas do desemprego, aprovamos a PEC emergencial, confirmada agora, semana passada, pela Câmara dos Deputados, que vai viabilizar a concessão do novo auxílio emergencial. Que isso seja feito o mais breve possível, até porque a fome e a miséria também matam pessoas. O Ministro da Economia alegou que esses recursos só poderão chegar no ano que vem – foi a declaração dele neste fim de semana.

No entanto, a par desses movimentos intensos da nossa Comissão e dos alvos alcançados para a vacinação, é preciso pontuar que os últimos atos políticos trazem apreensão. A possível saída do Ministro Eduardo Pazuello, que dominou os noticiários neste fim de semana, coloca-nos novos pontos de interrogação. Teremos uma guinada na forma como o Governo Federal passará a encarar esta pandemia? Uma coisa é certa: faz-se necessário, urgentemente, que o Presidente Jair Bolsonaro tome uma decisão. Não é possível conviver com tantas indefinições. O povo brasileiro não merece viver o que está vivendo neste momento. Isso é um apelo que faço.

Prosseguindo, Sr. Presidente, não bastassem as medidas em si para vencer a pandemia de forma direta com a busca da vacina, o Senado se fez presente também na outra ponta, quando aprovou o projeto de lei que transforma em política pública permanente o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e também às médias empresas, que é o Pronampe. Esse Pronampe havia sido criado, e agora o estamos recriando de forma permanente. Isso é muito importante, porque é a forma de irrigar as empresas para garantir também os empregos. Por isso, nós estamos esperando, e aguardamos que a Câmara possa votar esse projeto esta semana. Isso é muito importante!

Da mesma forma, Sr. Presidente, não é função desta Comissão específica, mas aqui fazemos um apelo a todo o Congresso Nacional, porque nós temos que votar o Orçamento ainda este mês. Não será possível transpor mais um mês, porque as prefeituras e os Governos dos Estados também estão esperando os repasses, até para que obras que possam gerar empregos e até compras de medicamentos e insumos básicos possam existir.

Voltando ao Pronampe, esse é o anseio desse segmento que mais emprega pessoas no Brasil. Esperamos, então, que a Câmara dos Deputados aprove isso esta semana.

Queremos dizer ainda, Sr. Presidente, que a pandemia já causou mais de 270 mil mortes – vamos chegar, neste mês, a 280 mil mortes – em nosso País, com tristes recordes no número de óbitos se sucedendo a cada dia que passa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Somente no meu Estado, Mato Grosso, neste último fim de semana, foram registrados 466 novos casos e 40 óbitos.

Entre eles, quero aqui registrar também, está o do Deputado Estadual Silvio Antonio Fávero, de 54 anos. À sua família e aos seus colegas da Assembleia Legislativa queremos trazer aqui os nossos sentimentos.

O momento é triste e grave. Algumas cidades do Mato Grosso estão quase decretando colapso na saúde devido à falta de oxigênio. É outro tema que também discutimos hoje na reunião. Isso ocorre principalmente nos Municípios que não têm hospitais e que precisam alocar pacientes em camas dos centros de saúde ou em enfermarias de Unidades de Pronto Atendimento. E são muitas cidades com esse perfil. É preocupante e tensa essa situação.

Por isso, Sr. Presidente, já encerrando, me associo aos pedidos aqui formulados para que venha, o mais brevemente possível, a esta Comissão o responsável pelo Ministério da Saúde. O povo brasileiro precisa de respostas claras. Claro que nós não estamos fazendo um requerimento, Sr. Presidente. Eu acho que para isso V. Exa. poderá tomar a decisão mediante, se se configurar, a troca de Ministro.

Eu quero aqui dizer que nós não podemos perder a esperança. Por isso, senhores e senhoras que nos assistem, tenham a certeza de que não há um minuto sequer, nestes tempos, em que todos nós Senadores não estejamos comprometidos com essa luta. No que depender de nós, aliados ao conhecimento e à ciência, venceremos esta dramática situação.

Sr. Presidente, mais uma vez, eu gostaria de agradecer a V. Exa. pela iniciativa de também dividir os trabalhos com todos os Parlamentares desta Comissão, como o Senador Otto já colocou, assim como o Senador Izalci. Isso facilita para que a gente possa trazer também mais eficiência nos nossos trabalhos da Comissão. V. Exa. já teve a experiência muito grande de presidir a Comissão mista. E, agora, com certeza, nós aqui no Senado temos também a obrigação de dar respostas o mais rapidamente possível. Inclusive, esse acompanhamento fiscal também entendo ser extremamente importante.

Agradeço a Deus e a todos os companheiros por mais uma reunião extremamente profícua.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Desculpe-me – eu estava com o som travado.

A Zenaide está ali firme. Muito obrigado, Zenaide, por você estar aí até o final. Muito obrigado também, Izalci. Vocês são muito generosos, muito amigos.

Não havendo nada mais a tratar, eu agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a se realizar na quinta-feira, dia 18, às 9h, para ouvir o Ministro da Saúde – prestem bem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atenção! –, Eduardo Pazuello – ou ele ou quem vier a substituí-lo –, para debater o Programa Nacional de Imunizações, o cumprimento dos respectivos prazos, bem como as medidas de combate à pandemia.

Nesses termos, vou declarar encerrada a presente reunião.

Uma boa tarde a todos os companheiros.

Até quinta-feira.

Um grande abraço!

Até logo a todos.

Está encerrada a nossa audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 10 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às nove horas e dois minutos do dia dezessete de março de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Ciro Nogueira, Rose de Freitas, Daniella Ribeiro, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Zenaide Maia e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento Nº 017, de 2021** que : "Requer convite, a fim de prestar informações sobre o mercado de oxigênio medicinal no Brasil, de representantes da White Martins; da Indústria Brasileiras de Gases; da Messer Gases; da Air Products Brasil; e da Air Liquide Brasil." **Autoria:** Sen. Styvenson Valentim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento Nº 018, de 2021** que : "Requer a adição de sua assinatura ao Requerimento nº 17, de 2021, do Senador STYVENSON VALENTIM." **Autoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento Nº 019, de 2021** que : "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de para debater a disponibilidade e a possibilidade de ampliação da capacidade de fornecimento célere de oxigênio para atendimento hospitalar aos sistemas de saúde estaduais - em especial aos colapsados como: Rondônia, Acre, Ceará e Distrito Federal, com os seguintes convidados: General Ridauto Lúcio Fernandes, assessor responsável pelo Dep. de Logística em Saúde da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde); Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Marcos Antonio De Marchi, Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim); Representante da empresa White Martins, (multinacional brasileira - fabricante de gases medicinais com distribuição no Amazonas); Representante da empresa Cacoal Gases Comércio e Distribuição Eireli, Distribuidora do Estado de Rondônia; e Representante da empresa Oxiacre Comércio e Dist. de Gases Ltda, Distribuidora do Estado do Acre." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento Nº 020, de 2021** que : "Convida o Presidente da Anvisa para prestar esclarecimentos no âmbito da Anvisa sobre um possível desabastecimento de oxigênio medicinal no País." **Autoria:** Sen. Styvenson Valentim e Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento Nº 021, de 2021** que : "Requer audiência pública para tratar da contaminação de gestantes e lactantes por COVID19." **Autoria:** Sen. Daniella Ribeiro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento Nº 022, de 2021** que : "Convida a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a produção de vacinas para o combate ao COVID-19, as pessoas abaixo: a Senhora Nísia Trindade Lima, Presidente da Fiocruz; e o Senhor Dimas Tadeu Covas, Presidente do Butantan." **Autoria:** Sen. Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento Nº 023, de 2021** que : "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir, juntamente com o Conselho Federal de Medicina - CFM, os protocolos que estão sendo utilizados no tratamento da Codiv-19 no Brasil." **Autoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/03/17>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Eu declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus, à Covid-19, inclusive a situação fiscal e execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a esta pandemia.

Um bom dia a todos e vamos em frente.

A presente reunião será rápida, a não ser que haja fatos e falas novos. Destina-se à apreciação de requerimentos.

Quanto ao uso da palavra, esclareço que, para esta reunião remota, será feito pela ordem de inscrição através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 4ª Reunião, a passada, solicitando a dispensa da sua leitura.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram.

Os Senadores que desejarem se manifestar contrários o façam através do *chat* do aplicativo.

(Pausa.)

Está aprovada a ata.

Há os seguintes requerimentos pautados, os quais sugiro que sejam apreciados em bloco.

Eu vou ler, depois abro a palavra para discussão.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 17, DE 2021

Requer convite, a fim de prestar informações sobre o mercado de oxigênio medicinal no Brasil, de representantes da White Martins; da Indústria Brasileiras de Gases; da Messer Gases; da Air Products Brasil; e da Air Liquide Brasil.

Autoria: Senador Styvenson Valentim.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2021

Requer a adição de sua assinatura ao Requerimento nº 17, de 2021, do Senador STYVENSON VALENTIM.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2021

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a disponibilidade e a possibilidade de ampliação da capacidade de fornecimento célere de oxigênio para atendimento hospitalar aos sistemas de saúde estaduais e municipais - em especial aos colapsados como: Rondônia, Acre, Ceará e Distrito Federal - e anúncio de outros Estados, com os seguintes convidados: General Ridauto Lúcio Fernandes, assessor responsável pelo Dep. de Logística em Saúde da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde; Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(ANVISA); Marcos Antonio De Marchi, Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim); Representante da empresa White Martins, (multinacional brasileira - fabricante de gases medicinais com distribuição no Amazonas); Representante da empresa Cacoal Gases Comércio e Distribuição Eireli, Distribuidora do Estado de Rondônia; e Representante da empresa Oxiacre Comércio e Dist. de Gases Ltda, Distribuidora do Estado do Acre.

Autoria: Senador Confúcio Moura.

Esse requerimento é de minha autoria, justamente para substituição, amanhã, da reunião que seria com o ex-Ministro Eduardo Pazuello; mas devido à sua exoneração ontem, ficou prejudicada a audiência de amanhã, a qual iremos preencher com esse assunto que é urgente. É uma proposta de requerimento.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2021

Convida o Presidente da Anvisa para prestar esclarecimentos no âmbito da Anvisa sobre um possível desabastecimento de oxigênio medicinal no País.

Autoria: Senador Styvenson Valentim e Senador Randolfe Rodrigues.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 21, DE 2021

Requer audiência pública para tratar da contaminação de gestantes e lactantes por COVID19.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro.

Muito bem. Então, estão em discussão esses requerimentos.

A palavra está liberada. Eu estou vendo com a mão levantada a Senadora Daniella... Está o Senador Wellington e depois a Senadora Daniella.

Senador Wellington Fagundes com a palavra. Senador Wellington Fagundes, nosso Relator. *(Pausa.)*

Ele deve estar lá em Barra do Garças. Ele não quieta.

Senadora Daniella Ribeiro, pode usar a palavra. *(Pausa.)*

Senadora Daniella Ribeiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, o meu requerimento trata da discussão que eu gostaria de trazer para dentro da Comissão justamente do que vem acontecendo, desde o início da pandemia, com relação ao crescente número de notícias de gestantes que, contaminadas pelo Covid, têm agravado o seu quadro clínico, mesmo que elas não tenham comorbidades.

A Doutora Adriana Melo, que é uma médica especialista em medicina fetal, pioneira, inclusive, na descoberta da relação entre o zika vírus e a microcefalia, há muito, vem alertando as autoridades sobre o maior risco de mulheres grávidas desenvolverem a Covid-19 de forma grave.

Diante dessa situação – e eu não vou me alongar aqui, porque, justamente na audiência pública, isso é que nós iremos discutir –, há a necessidade de priorizar – que é onde nós entramos na discussão –, após os idosos – ou mesmo nessa discussão, vendo a gravidade dessa situação; e aqui eu acho que vocês têm histórias para contar sobre mulheres grávidas, inclusive a última foi essa de 23 anos aqui na Paraíba que faleceu –, essas mulheres na lista de vacinação, entendeu?

Então, essa audiência pública vem no intuito de discutirmos essa questão, propondo – eu estou fazendo três propostas – convidados, e deixei, é claro, que os colegas pudessem contribuir, se quiserem colocar mais alguém, com outras pessoas também para discutirmos.

Obrigada, Sr. Presidente, e agradeço aos colegas que puderem aprovar, dar o voto pela aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senadora Daniella.

Nós vamos aguardar a votação do requerimento para posteriormente agendarmos essa audiência pública de V. Exa.

A palavra está liberada para discutir.

Há algum Senador presente, por gentileza, que queira discutir? *(Pausa.)*

O Styvenson, que apresentou, o Randolfe e os demais? *(Pausa.)*

O Wellington, que estava inscrito? *(Pausa.)*

Ninguém.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Qual é o requerimento? Alguém sabe?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sim, Wellington, está com a palavra.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Pode liberar seu som. Libera o som do Senador Wellington.

Pois não, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Bom dia a todos.

Bom, primeiro, nós vamos analisar o requerimento de convite ao Ministro da Saúde por prorrogação? Como é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Não, esse não está incluso, Senador Wellington, porque nós já negociamos lá com o Ministério para o Ministro vir no dia 25; de amanhã para o dia 25.

Há também o requerimento de Plenário apresentado ontem. Provavelmente, a nossa reunião será no Plenário do Senado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Essa é com o Ministro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É com o Ministro.

Provavelmente ele nem deve vir à nossa reunião, indo diretamente ao Plenário. A reunião será dirigida pelo Presidente Rodrigo Pacheco, que posteriormente vai transmitir a mim ou a outro a direção dessa audiência pública. Então, ele virá. É o tempinho suficiente para o Ministro tomar conhecimento preliminar e o compromisso que ele fará conosco nesta audiência pública daqui a sete dias ou oito dias para frente, está bom? Está bem explicado?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de fazer um comentário sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – À vontade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O Presidente disse que havia outro requerimento para se fazer em Plenário. Então, ele transformou essa nova reunião, ainda mantendo como reunião da nossa Comissão, e que V. Exa. seria...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Exatamente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... o Presidente naquele momento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, primeiro, elogiar o Presidente Rodrigo, porque, com um ato como esse, ele valoriza mais a Comissão, e, se for permitido praticamente fazer reuniões sobre mesmos temas paralelamente, não haveria necessidade de existir a Comissão. Entendo que, dessa forma, ele está procurando fazer o trabalho exatamente de valorização da nossa Comissão.

Eu penso que a gente tem que tomar cuidado em continuar conversando com os pares e até com o próprio Rodrigo Pacheco nessa linha, que eu acho extremamente importante, porque senão faremos reuniões e reuniões paralelas, e deixa de existir a função da nossa Comissão. Desde o início, o Presidente Rodrigo está fazendo essa valorização da Comissão.

Em relação ao requerimento que vamos votar agora, é o requerimento para se discutir a questão do oxigênio, o do Randolfe? É isso? Ou todos?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Exatamente. Todos, vamos discutir todos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Com todos os requerimentos aqui, de minha parte, eu concordo. Está tudo dentro do normal da nossa necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

Mais algum Senador ou Senadora deseja fazer uso da palavra ou algum comentário? (*Pausa.*)

Bem...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu não ouvi.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Peço a palavra depois da Zenaide, por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem.) – O Ministro virá para a Comissão ou será só a convocação para o Plenário? O Ministro virá para a Comissão também, ou não?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Não, Senadora Zenaide, a reunião do Plenário será uma ampla reunião dirigida pela nossa Comissão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Ah! Está certo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A Comissão irá dirigir em Plenário, abrindo para todos os Senadores que queiram interpelar o Ministro, mas nós estaremos lá presentes e provavelmente dirigindo a audiência.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Aliás, o Ministro já respondeu hoje em nível nacional. A pergunta era: "O Presidente manda e o senhor obedece?" Porque ele já disse hoje: "A política não é minha, vai ser..." Então, a minha pergunta... Porque isso é o que assusta a gente, não é, Senador Confúcio? Para mim, o que assusta a gente é isto: Ministro de Estado da Saúde... Quando você vê a diferença daquela mulher que deu um show, que mostrou que tinha que trabalhar com protocolo, conversando com o mundo, com a ciência, com a Organização Mundial da Saúde, angariando vacinas, mostrando que o Brasil é grande nisso.

A Anvisa sempre foi um órgão altamente respeitado. Foi criado por José Serra e foi se dando autonomia e nós chegamos ao nível de que, quando aqui se aprovava um produto, a FDA nos Estados Unidos já – a gente sabe – acatava, assim como a Argentina, pela seriedade.

Mas o que eu queria dizer, que eu perguntei até ao Pazuello... Lembra quando eu disse? Eu disse: "Olha, eu só tive medo em uma hora. Quando o senhor disse assim do Presidente: é simples, um manda e o outro obedece". Dificilmente um bom técnico, Ministro de Estado da Saúde, vai aceitar um negócio desse. Se não aceitar a ciência, nós estamos mortos. É morte demais, é morte demais. Dói demais.

Eu digo aqui – e às vezes eu peço desculpas aos colegas – que eu passei 30 anos, noites acordadas, Senador, nosso Presidente, muitas vezes com um paciente de fase terminal, tentando deixá-lo vivo pelo menos até se despedir dos seus familiares que estavam longe e que iriam chegar. Então, eu nem consigo e também não quero ficar indiferente a essa quantidade: um óbito a cada segundo, gente. Isso é muito louco.

E outra coisa: no meu Estado, a situação é gravíssima, porque nós temos um Prefeito, que é médico da capital, e ele instituiu aquele *kit* Covid. Botou no ginásio do esporte, vai-se lá. E os médicos agora, para se protegerem, porque aqui já estão processando gente que deu o *kit* e o paciente... Então, o uso da ivermectina, aqui no Rio Grande do Norte, e da azitromicina precocemente – e muitos também entraram com corticoide – foi tão grande que agora, nessa gravidade toda, o LAIS, que é um laboratório de pesquisa altamente respeitado mundialmente, da universidade, mostrou: 90% dos pacientes que estão em estado grave tomavam a ivermectina. Então, devido a esse problema, hoje o médico entrega um saquinho plástico com aquele medicamento sem a prescrição. Isso me... Mas fazer o que, não é?

Pois é, mas eu sou a favor de todos os requerimentos. Quanto mais visibilidade a gente der para a população do que está acontecendo e que esta Comissão realmente, o Senado está se preocupando, não está indiferente ao sofrimento do povo brasileiro, para a gente é muito importante.

O.k. para todos os requerimentos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Zenaide.

Eu passo a palavra ao Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para discutir.) – Caro Presidente, colega Senador Confúcio Moura, apenas para registrar o nosso voto favorável a esses requerimentos ora apresentados no início desta manhã de trabalho.

E quero dizer que recebo com muita satisfação a missão outorgada por V. Exa. para que, junto com a Senadora Zenaide, a gente possa fazer as interfaces com a área internacional, na busca de soluções para que mais laboratórios, mais doses de vacinas possam chegar à população brasileira.

Apenas para informar, logo que vi essa missão pela manhã, eu penso que a gente tem que trabalhar conectado com a Senadora Kátia Abreu, que já fez um trabalho anteriormente nessa questão – anteriormente que eu digo é nos últimos dias – e parece que vai apresentar para nós um resultado em relação a isso, no dia 31 de março, com a presença do Ministro Chanceler Ernesto Araújo, das Relações Exteriores. Seria interessante eu e Zenaide conversarmos com a Kátia Abreu antes, para a gente poder saber qual vai ser a nossa abordagem, o nosso foco e fazer com que esse trabalho possa ser extremamente produtivo e de resolutividade. Nós estamos precisando, agora no momento, é de resultado, porque, para fazer frente a tudo isso que está acontecendo, muita conversa fiada não serve para nada; temos que ter resultado, vacina no braço da população.

Então, Zenaide, você está no Rio Grande do Norte ou está em Brasília?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Presidente, estou no Rio Grande do Norte, quando... Eu queria até agradecer por me designarem junto com o meu colega médico, aqui Senador, já com experiência na Comissão de Relações Exteriores. Na mesma hora, eu conversei com Kátia Abreu e iria conversar com V. Exa. sobre isso, porque eu achei que isso tem tudo a ver com relações exteriores e que iria pegar a sua experiência, que já estive na Comissão de Relações Exteriores, com a de Kátia, que já andou muito sobre isso. Quanto ao Chanceler, como disse, Ernesto Araújo, a gente tem que caminhar junto com ele; não sei como vai ser isso, mas a gente tem que lançar mão de tudo.

Do que se precisa é vacina. Estão aí os americanos: com vacina, isolamento social, caíram em 75% as internações nos Estados Unidos, em menos de dois meses, Nelsinho. Sabe por que eu acho bom isso? Porque a gente tem a experiência exitosa de outros países. Quando eu costumo dizer... Essa guerra aqui, está gravíssima a situação aqui no Rio Grande do Norte. Então, é o seguinte, eu pergunto: o que Wuhan fez, uma cidade com mais de 11 milhões de habitantes, maior do que a população de Portugal? O que foi que ela fez? Fechou a cidade; não existia nem vacina. Sabe quantas pessoas foram a óbito em Wuhan, nessa história todinha na pandemia? Seis mil e poucas pessoas. Tinha que haver a coragem. Você sabe o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que é fechar uma cidade com 11 milhões de habitantes e segurar? Porque não havia outra coisa, porque, na época, não havia nem esperança de vacina. Eu achava que lá iria morrer o mundo todo, em uma cidade grande dessa, logo a China, com 1,360 bilhão de habitantes.

E o número de óbitos da gente está muito grave e a gente sabe que tem que haver vacina. E, enquanto a gente não consegue as vacinas, porque existe uma disputa do mundo todo por vacina, tem que tentar fazer esse isolamento, mas para isso precisa o Governo, a gente se unir para dar o mínimo de suporte econômico para as micro e pequenas empresas, para manter os seus trabalhadores, e o auxílio emergencial. A MP já saiu, Nelsinho, para regulamentar o auxílio emergencial; a medida provisória que vem para a gente? O Governo não tem que emitir uma medida provisória para a gente poder...

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS) – Disse que vai emitir hoje.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Vai emitir hoje. Eu estou muito preocupada com isso, porque há muita gente morrendo de fome, mas...

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS) – Eu concordo integralmente com a fala da colega. Eu sou uma pessoa que não resiste a uma boa ideia, e nós sempre tivemos – não é que estamos tendo –, sempre tivemos a oportunidade de nos mirarmos em outros lugares onde começou essa confusão antes da gente. Então, era muito simples a gente poder olhar. Pegou todo mundo de surpresa, ninguém sabe nada desse negócio. A verdade é essa. Então, vamos olhar o que o país tal fez, o que a cidade tal fez. Quem não fez isso, o que aconteceu? Mas isso é um princípio que eu acho que está claro na nossa cabeça.

Eu vou criar então – se você me permitir, e o Presidente Confúcio – um grupo, eu, você e Kátia Abreu. E aí a gente faz aquela ligação em que os três falam ao mesmo tempo. Vou combinar com ela. Eu não sei criar isso, mas a minha assessoria aqui sabe, e aí eu ligo para você e para a Kátia ao mesmo tempo. A gente tabula com ela, até para não atravessar o trabalho da colega, temos que ter esse respeito. Para a gente poder levar para a nossa Comissão exatamente a missão dada pelo Presidente Senador Confúcio Moura.

Em relação à minha cidade, ao meu Estado, sabe quando hoje a gente desperta e dá um desânimo? Hoje eu despertei e tive esse sentimento. Mas aí eu falei: não posso ser egoísta, eu tenho que levantar minha cabeça, tomei um banho com água gelada e vim para poder tentar superar as dificuldades. Estou com parentes internados, morre não morre, já perdi uma tia.

Aqui no nosso Senado a situação é grave. Nós estamos com um colega que vocês sabem que está em um estado gravíssimo. Dois já estão em um estado de média para plena recuperação; ou seja, é muito triste, gente. É desolador tudo isso que nós estamos passando. E o pior é o seguinte, eu encontrei o Petecão ontem e o Petecão falou: "Nelsinho, a sensação de impotência que dá...". O assessor dele que morreu, fazia 30 anos que trabalhava com ele, ligou para ele antes – ele disse que não consegue nem olhar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o celular – pedindo: "Pelo amor de Deus, me arrume uma vaga para eu poder arrumar o oxigênio, porque eu não estou aguentando". Dali seis horas, o rapaz morreu. É triste.

Mas estamos às ordens, Presidente Confúcio. Voto a favor do Relator.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Com certeza, Senador Nelsinho. Vamos criar um grupo. Não é um trabalho à parte da Comissão, mas é importante que a gente traga o que a gente tem de pronto já para apresentar para o nosso Confúcio, que faz jus ao nome.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado!

Não havendo objeções para a apreciação em bloco dos requerimentos, eu coloco em votação todos eles.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Os Senadores que desejarem se manifestar em contrário, façam-no pelo *chat* ou aplicativo. (*Pausa.*)

Estão aprovados os requerimentos.

Srs. Senadores e Senadoras presentes, o Colégio de Líderes encaminhou para a nossa Comissão um projeto de lei de autoria do Senador Marcos Rogério, para apreciação pela nossa Comissão. Então, nós vamos retransmitir para todos os senhores o projeto de lei do Marcos Rogério para posteriormente ele ser relatado por um de nós e votado em Plenário. Então, olha a valorização que o Colégio de Líderes tem conosco, remetendo os projetos para a nossa Comissão apreciar. Isso é importante. Existe um dos grupos que o Wellington também designou que está responsável pela análise desses projetos em andamento. Eu vou depois recuperar a memória deles.

Meus queridos companheiros, ontem morreram no Brasil aproximadamente 2,8 mil brasileiros – não tenho o número exato aqui. A situação nossa é grave! A nossa Comissão tem que dar respostas rápidas – respostas rápidas! Nós somos poucos: somos seis titulares e seis suplentes. Nós dividimos o servicinho, e cada um pegou um pedaço. Então, cada um dos grupos que assumiu essas designações tem que prestar informação ao Relator Wellington Fagundes, para ele ir consolidando o seu relatório. E nós deveremos dar satisfação ao Plenário toda semana. Em toda sessão o Rodrigo Pacheco abre um espaço de cinco minutos para um de nós. Nós temos que dar satisfação. Passou a hora dessas audiências públicas improdutivas. Gente, houve audiência pública, mas eu estou consolidando e vou mandar para todos os senhores os resuminhos para, em três minutos, vocês lerem o que os Governadores falaram, e as opiniões desses Governadores – acho que de oito ou nove Governadores – vão orientar também nós todos. Cada um citou pontos importantíssimos, e nós devemos tomar caminho por eles.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dessa forma, queridos amigos, é um desafio grande que nós recebemos e é mais uma missão nossa – e eu até acho que é uma missão patriótica, porque nós temos que dar resposta ao nosso povo brasileiro, e nós somos responsáveis por isso.

O Rodrigo Pacheco prestigiou a nossa Comissão: ele veio aqui como Presidente nos prestigiar, e ele está nos prestigiando no Plenário. A reunião que convida o Ministro novo, ele ofereceu ontem, espontaneamente, que nós a presidíssemos em Plenário, justamente para ele não atravessar. E nós não podemos diluir a nossa atribuição, como disse o Senador Wellington Fagundes: vamos concentrar aqui esse trabalho. Todos são muito experientes: estou vendo aí o Otto Alencar, e olhem a experiência do Otto como médico, como Senador, como Governador e como Conselheiro do Tribunal de Contas da União! Olhem a Zenaide, a sua vivência! Olhem o Wellington Fagundes, a sua vida! Olhem o Nelsinho Trad, a experiência que tem! Olhem a Rose de Freitas! Aqui não existe diminutivo: nós só temos aqui padrão elite no comando desta Comissão!

Então, meus queridos Senadores, sem mais delongas...

Deixem-me ver aqui... Entrou aqui um requerimento extrapauta, agorinha, e eu peço permissão para leitura e voto em separado – requerimento nos termos do art. 58 da Constituição Federal.

1ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 6****REQUERIMENTO Nº 22, DE 2021**

Convida a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a produção de vacinas para o combate ao COVID-19, as pessoas abaixo: a Senhora Nísia Trindade Lima, Presidente da Fiocruz; e o Senhor Dimas Tadeu Covas, Presidente do Butantan.

Autoria: Senador Otto Alencar

Maravilhoso!

Está em discussão esse requerimento do Senador Otto Alencar.

Os Senadores que quiserem opinar sobre a conveniência do requerimento do Senador Otto Alencar...

Eu vou passar a palavra a ele, para ele justificar o seu requerimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio Moura, agradeço a V. Exa. Minha saudação a todos os Senadores e Senadoras que estão participando desta Comissão. Eu já, inclusive, encaminhei para os gabinetes, por *e-mail*, as informações que eu recebi do Instituto Butantan. Acabei de encaminhar agora também ao nosso Relator, Senador Wellington Fagundes. São informações, inclusive, que eu considero, Sr. Presidente, até promissoras, se realmente forem confirmadas – essa produção de vacinas até o mês de agosto. A informação que dá o Butantan é que, até o mês de agosto, poderá oferecer em torno de cem milhões de vacinas CoronaVac ao povo brasileiro. Esse é o caminho mais correto e rápido para evitar os óbitos.

Eu tenho acompanhado aqui, no meu Estado, como médico, e tenho lido muito, porque tenho muita curiosidade sobre essa questão da evolução da Covid-19. Quanto a essa variante que está se espalhando pelo País, aqui no nosso Estado nós já temos a confirmação de que ela é muito mais rápida na disseminação e muito mais letal, ou seja, os efeitos letais da forma mais grave da doença, que é a pneumonia virótica, se instalam com mais facilidade.

Nós estamos aqui já com dificuldades de leitos de UTI em toda nossa rede hospitalar, mas tivemos a abertura de mais dois hospitais para atender a população. Nós tínhamos aquela possibilidade de convidar o ex-Ministro da Saúde, o General Pazuello, que agora vai entregar o cargo, na próxima terça-feira ainda, ao novo titular, que é o Doutor, Professor Queiroga, que é um cardiologista. Mas, assim que ele assumir, eu acho importante que se faça essa reunião com ele, para se ter uma previsão do que pode acontecer no futuro do nosso País.

V. Exa. é médico; a Zenaide, também. Nós, os médicos, quando temos o diagnóstico, temos o tratamento, não é? E, às vezes, o diagnóstico é muito duro, ao ponto de dizermos que o doente está com caso grave, sombrio. É o caso do Brasil hoje. O Brasil está completamente doente, a situação é muito grave, me preocupa muito. Eu acho que já passou da hora de o Presidente da República reconhecer essa situação, de reconhecer o seu erro de tantas vezes desconhecer os protocolos científicos de usar máscara, de ter o álcool gel, de fazer o distanciamento, e, como o maior médico infectologista do Brasil, aquele que entende mais de doença e febre contagiosa, dar uma receita para o País de hidroxiclороquina. Qual foi a escola de Medicina em que se formou o Presidente da República? Como ele pode dizer que hidroxiclороquina cura?

Agora mesmo, dentro do Palácio do Planalto, ele perdeu um dos seus assessores, se eu não me engano, o Silvio Krammers. Nós perdemos já o Senador José Maranhão, perdemos o Senador Arolde de Oliveira. Ontem tive a informação, Sr. Presidente, de que a situação do Major Olimpio é uma situação grave. Ele está intubado, está com insuficiência renal, dependendo de hemodiálise.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há outros dois colegas, o Lasier Martins e o Alessandro, e outros que já tiveram a doença, e todo mundo sabe que os protocolos corretos são negados pelo Presidente da República. Onde está a sensibilidade do Presidente? Em que momento, Senador Confúcio, o Presidente foi a um hospital de campanha ver um paciente, estender a mão a um dos seus compatriotas? E muitos deles votaram nele para Presidente da República. Em que momento ele fez o gesto de lamentar ou de prantear até o falecimento do Senador José Maranhão e do Senador Arolde de Oliveira, um de seus melhores amigos?

Qual é a situação que vive hoje o Brasil? É de um Presidente completamente insensível às dores do povo brasileiro, às dificuldades sociais do povo brasileiro na saúde. Não pode continuar assim! Não pode continuar negando aquilo que é correto fazer!

Querendo relaxar o *lockdown*, se for necessário, sim; não no Brasil inteiro, porque cada caso é um caso. No meu Estado, por exemplo, nós temos quatro Municípios que não registraram um caso de Covid-19. Não precisa ter *lockdown* nem fechar tudo. Cada caso é um caso. E quem deve decidir sobre isso? Quem deve decidir são os Estados, os Governadores dos Estados, que têm três autonomias sagradas na Constituição – autonomia administrativa, financeira e política para tomar as decisões –, bem como os Municípios.

Portanto, é importante que o novo Ministro não diga o que disse ontem, que está tudo certo, que vai continuar o mesmo trabalho que estava sendo feito no Brasil. Assim, não vai haver nenhuma condição de se ter expectativa de que este ano se saia da crise sanitária sem precedentes que vive o Brasil hoje.

Eu peço até desculpas aos meus colegas e a V. Exa. pela minha veemência neste momento, mas eu tenho sentido muito as dores das perdas do meu povo aqui na Bahia. Pessoas importantes e pessoas humildes, simples estão morrendo no caminho do hospital, dentro da ambulância por esta questão que nós estamos vivendo hoje.

Sem dúvida nenhuma, ao líder da Nação dizer que não é preciso isolamento, que não é preciso usar máscara, muitos seguirão o Presidente da República. Como o têm seguido, muito o seguirão. E esses que o seguirão, certamente, terão um fim muito dramático e trágico.

Portanto, eu espero que, na próxima terça-feira, quando será a passagem o Ministério da Saúde para o novo Ministro, logo a partir disso, o Ministro venha aqui à Comissão para expor o que ele vai fazer futuramente, para não continuar a mesma situação que estamos vivendo: os Governadores trabalham para fazer, os Prefeitos trabalham para fazer, e o Presidente desqualifica todo esse trabalho, achando que ele é o maior médico infectologista do Brasil, professor doutor Jair Bolsonaro, o homem da receita da hidroxicloroquina, que acha que, com isso, resolve o problema da crise sanitária do Brasil, Sr. Presidente.

Peço desculpas a V. Exa. pela minha veemência. Repito a V. Exa., mas é muito difícil estar vivendo no País com uma situação dessa natureza e com o maior líder negando a doença mais grave da nossa existência aqui no Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem.

Está em votação o requerimento de autoria do Senador Otto Alencar que recebe o nº 22...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não. Quem está falando?

Não estou vendo, mas, pela voz, é a Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Presidente, eu pedi a palavra pela ordem para falar sobre o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não, Senadora.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Pela ordem.) – Eu sou do time das mulheres. Estou avisando para que não haja nenhuma... Estou com a verve do Senador Otto. Para que não haja nenhuma discriminação, sou do time das mulheres.

Sr. Presidente, o senhor me permita: eu tenho o maior carinho e consideração pelo senhor, mas eu tenho ouvido palavras ultimamente que têm me incomodado, e incomodado profundamente.

Estou no oitavo mandato e é a primeira vez que ouço dizer que, quando há iniciativa do Parlamentar que muitas vezes não está satisfeito com o ritmo ou tenta encaixar uma proposta sua, eu, como sou a ouvinte e sou doutrinada até pela maneira de o Senador Otto ser, de ser sempre contundente, sempre com veemência, sempre com a sua indignação em dia, não dá para a gente ficar esperando iniciativa.

Mas eu tenho ouvido algumas coisas – permitam-me – que eu preciso falar, sob pena de eu querer me retirar desta Comissão e de outras tantas. Nós temos a felicidade de termos a sua Presidência, de termos a sua história a serviço de uma luta tão nobre. Não existe atravessar; existem Senadores eleitos, com mandato.

Eu queria dizer uma coisa, Senador Confúcio, Presidente desta Comissão: a sensibilidade de alguns a mais que sofrem quando nós ouvimos que o novo Ministro entra dizendo que ele vai continuar o Pazuello e que quem é o Ministro da Saúde é o Presidente da República... Eu estou no mesmo lugar em que estava antes. Eu estou no mesmo lugar: continuar Pazuello, continuar Bolsonaro, e nós temos que deixar esse cara sentar, e aí temos que perguntar ao Líder do Governo se podemos convocá-lo, convidá-lo ou não. Não! O País tem muita pressa, Senador. O senhor, como Presidente, é Senador, já foi Governador... Nós precisamos cobrar os leitos de UTI do Governo. Não é só perguntar... Tem oxigênio





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou não tem? Tem leite ou não tem? Tem vacina ou não tem? Nós temos que usar a força política que tem esta Comissão, que tem o Plenário desta Casa, temos que juntar iniciativas.

Ontem, sobre a mesa, na abertura dos trabalhos, havia um requerimento com 54 assinaturas para chamar o Ministro. Depois, veio o meu querido amigo Randolfe colocar o mesmo requerimento e dizer que tudo tem que passar pela Comissão. Para mim, passa pela Comissão, não passa pela Comissão; o importante é que a gente faça, cumpra o nosso dever.

Então, estou aqui para ajudar. O senhor me deu uma tarefa, junto com a Daniella, e eu estou tentando juntar as equipes, mas estou trabalhando. Quero dizer o seguinte: temos que exigir leitos de UTI para atender o Estado. Não é perguntar se tem; nós temos que exigir vacinas! Onde é? O Carlos Viana, Senador, conseguiu 40 milhões de vacinas, num diálogo que ele propiciou lá com o pessoal da Coreia. Por que nós não estamos atrás disso?

Então, quero dizer que não quero atravessar ninguém, não quero uma foto no jornal, não estou à procura de manchete, mas não quero que me cerceiem no meu trabalho, por favor. Não façam isso! Não me condenem da maneira que vocês estão fazendo: "Olha, atravessou, não foi pela Comissão tal". Eu estou aí para servir: quer que eu limpe o chão? Eu limpo o chão! Mas eu quero continuar trabalhando com a liberdade em que acreditei. Estou muito constrangida com as atitudes que estou ouvindo. "Ah, a Senadora atravessou o requerimento para chamar o Ministro." Eu quero o Ministro amanhã! Se tem alguém que quer perguntar ao Fernando Bezerra quando é que ele pode vir, eu não quero perguntar! Eu quero ter a minha iniciativa pública.

Estão aí dois, três Senadores que me conhecem bem: a Zenaide, o Otto, o Wellington Fagundes e V. Exa. O que eu quero é trabalhar, quero resposta! Não tenho a paciência de esperar que alguém me organize mentalmente, de acordo com o ritmo que algum líder quer impor.

Eu quero que a atitude do Otto seja respeitada; a da Zenaide, que é uma lutadora incansável; o Wellington Fagundes... Eu estou muito feliz por estar nesta Comissão, mas, por favor, por favor...

Eu ligo para todo mundo. Para V. Exa. mesmo, eu liguei hoje dez vezes. Ligo para todo mundo. Pergunte ao Senador Otto se eu não ligo; pergunte à Zenaide. Agora, vou ficar implorando que assinem?

Cinquenta e quatro Senadores assinaram o requerimento para trazer o Ministro já! Por que que estão adiando a posse dele? Para ele não vir já! Para ele não vir agora! Eu aprendi a ler quando eu tinha três anos de idade. Portanto, eu não posso deixar de ler os sinais que estão dando aí, de que querem que a gente fique, para depois dizer assim: "Olha, o Senado fez o quê? A Covid fez o quê?".

Eu quero juntar esforços, Senador. Não quero ser cerceada. Não quero ser limitada. Não quero essa palavra de que eu estou atravessando... Como eu vou atravessar V. Exa., com a sua história? Eu estou aqui na Comissão trabalhando! Agora estava passando mal, voltei para falar nesta Comissão, porque eu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava engasgada diante do médico! Ele na tela, e eu "não, eu tenho que falar lá na Comissão e dizer assim: estou aqui, Presidente Confúcio, para trabalhar onde me der tarefa". Mas por favor: quando eu tomar iniciativa e quiser compartilhar com meus colegas, não tenham que escolher quem é que vai na cabeça ou não; pode ir na cabeça quem quiser! O que eu não admito é haver um requerimento sobre a mesa, com 54 assinaturas, e ficar ligando: "Randolfe, vamos nos juntar? Vamos juntar o texto? Mostre para o Presidente Confúcio", e depois ainda receber palavras, palavras elitistas, segregadoras, que falam que alguém está atravessando alguém!

Na hora em que o Nelson tomar uma atitude, se estou de acordo, vou lá: "Nelson, eu quero assinar". Agora, ficar condenando colegas porque estão trabalhando e lutando? No meu Estado morre como morre no de vocês!

Por favor, um pouco mais de humildade e união ajudam o povo brasileiro! Essas palavras elitistas, "atravessou", "não passou pela Comissão", "está no Plenário"...

Gosto muito do que está fazendo o Rodrigo Pacheco. E acredite V. Exa.: não foi só da cabeça dele o pedido para V. Exa. presidir a Comissão do requerimento que eu fiz.

Olhe, dá para entender? Sexta-feira está lá o representante dos laboratórios todos, está o representante do oxigênio... Aí nós temos que fazer igual aqui, porque quem fez lá foi outra pessoa? Não existe isso, meu Deus do céu! Não existe isso, meu Deus do céu! Estou falando aqui do alto da minha indignação, por coisas tão pequenas, tão mesquinhas, que não representam e não fazem jus à morte de milhares de pessoas! Está certo?

Então, estou aqui para dizer: V. Exa. quer que eu retire o meu requerimento, quer que eu cancele a reunião de sexta-feira? Vamos discutir isso. Mas não posso, por favor, por favor, achar que colegas, que foram eleitos como qualquer um, ao tomarem uma decisão mais apressada... Eu não sou calma! Eu não sou calma! Eu deixei de ser calma para não ficar acomodada. Prefiro que me chamem de agitada, mas que eu tenha pressa. E a classe política não tem pressa. O senhor pode tirar, daqueles 81 ali, uns 20 que têm pressa. O resto, "não, cuidado, o Bezerra pode ficar chateado com você..."

Eu não quero saber quem está chateado. Eu só quero que o povo não se sinta traído pela minha omissão.

Então, eu peço a V. Exa., se me quer como suplente... Eu estou aí como suplente! Ninguém me perguntou se eu queria ser titular. Mas pegam a Rose e põe aqui, pegam a Rose e tira ali, põe a Rose... Eu estou aí para ajudar.

Por favor, por favor: não use essa palavra, "atravessar", porque é no mínimo um desrespeito a um mandato de um companheiro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, estou às suas ordens, quando o senhor quiser o trabalho que eu estou fazendo ainda. Deveria ser com a Daniella, eu acho que ela está com dificuldade, mas vamos juntar: no que ela não puder, eu vou ajudar; no que eu não puder, ela vai ajudar. Estou à disposição para ajudar no que quiser.

Por favor, não digam mais essa palavra atravessar, porque é totalmente injusta, descabida e antidemocrática.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Perfeito, Senadora Rose. O seu merecimento, a sua competência estão acima de qualquer suspeita.

Nós não citamos nomes, nenhum aqui; eu falei apenas do fortalecimento da nossa Comissão, como também falou o Wellington Fagundes, sem desmerecer qualquer tipo de iniciativa.

Já tem o nosso mais profundo respeito. Nós desejamos que a senhora nos ajude bastante com a sua experiência, a sua liderança, que a senhora tem. A senhora é imbatível no Plenário, tem uma palavra muito forte, um conhecimento muito sagrado.

Fique em paz, nós vamos trabalhar juntos. Se eu usei a palavra atravessado, a senhora me desculpe, eu nem percebi que falei. Perdoe-me se eu usei essa palavra atravessado. Também não falei o nome, mas vamos... Eu acato perfeitamente as suas palavras, a sua emoção, como um estímulo para nós trabalharmos juntos e conseguirmos os objetivos que todos nós queremos. Não há aqui da minha parte nenhum tipo de preconceito, não senhora.

Muito bem. Então está em votação o requerimento do Senador Otto Alencar.

Os Senadores e Senadoras que estiveram de acordo com a convocação, o convite, no caso, ao Dimas...

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Pois não, Nelson.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Com a licença da minha colega Senadora Zenaide, eu telefonei para a Senadora Kátia Abreu agora há pouco, e ela está com um sentimento muito triste por tudo que está acontecendo, como é normal das pessoas diante dessa situação – ela também teve essa notícia de que o Otto passou, do Major Olímpio.

Ela disse que já concluiu o trabalho, já passou uma cópia para o Presidente Rodrigo e eu sugeri a ela apresentar para nós esse trabalho, que eu acho que vai enriquecer muito aqui essa questão na nossa Comissão. E ela se dispõe a apresentar para nós aqui da Comissão esse trabalho que ela fez. Ela disse que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já sabe onde há vacina, qual farmacêutica, em que país, o que nós já compramos. Você sabe que a Kátia, quando pega um negócio, aprofunda e sai de baixo! E ela disse que, com o maior prazer, ela faz.

Ela falou: "Mas será que não fica chato eu passar na frente do Rodrigo Pacheco?". Eu falei: "Não, a Comissão, que já foi designada por ele mesmo para tratar desse assunto, é esta Comissão, e ninguém melhor do que você, que fez o trabalho, para poder passar isso para nós".

Ela se convenceu e está à disposição para atender o convite que V. Exa. possa fazer a ela para poder explicar para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente, Nelsinho, perfeitamente. Eu vou entrar em contato com ela e já fazer o convite.

Então, os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com o requerimento do Senador Otto Alencar permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento do Senador Otto Alencar.

Não havendo...

O Senador Wellington quer fazer alguma consideração para nós encerrarmos? *(Pausa.)*

Pois não, passo a palavra a V. Exa. Pode falar, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Eu apresentei um requerimento – eu não sei se já chegou às mãos de V. Exa. –, que é um requerimento exatamente para convidar o Conselho Federal de Medicina, para a gente discutir essa questão dos protocolos, Sr. Presidente, porque cada cidade, cada região, cada médico pode criar o seu protocolo próprio. A base desse protocolo – que é o que mais se está discutindo – é o uso da Ivermectina, o uso da Cloroquina com outros medicamentos, e grande parte fala da sua ineficácia.

Então, eu acho que é um assunto que o Conselho Federal de Medicina tem que vir à nossa Comissão para que a gente possa discutir.

Eu gostaria de deixar aberto aos companheiros, principalmente ao Senador Otto Alencar, que é médico, para, se for o caso, ampliar esse requerimento com mais outras autoridades que V. Exas. entendem que podem nos ajudar.

O Senador Otto já levantou o dedo.

Então, esse requerimento é uma provocação que eu estou fazendo, mas gostaria, inclusive, se for o caso, de mais contribuições, porque realmente, Sr. Presidente, a afirmativa de muitos cientistas... Inclusive, a própria indicada para ser Ministra questionou muito isso. Acho que é um assunto





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extremamente importante porque o Brasil está gastando muito dinheiro e inclusive o Ministério da Saúde está gastando esse dinheiro para jogar fora? Há alguns acusando que isso está levando à mortalidade de alguns. Então, eu gostaria de discutir esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Perfeito.

Senador Wellington, o seu requerimento acabou de chegar aqui agora, entrou aqui na tela, e eu vou já aproveitar que nós estamos aqui e vamos submetê-lo a V. Exas. esse requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 23, DE 2021

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir, juntamente com o Conselho Federal de Medicina - CFM, os protocolos que estão sendo utilizados no tratamento da Covid-19 no Brasil.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Proponho para audiência pública o Dr. Mauro Luiz Britto Ribeiro, Presidente do Conselho Federal de Medicina.

Os Senadores que estiverem de acordo com o requerimento do Senador Wellington Fagundes...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente, eu gostaria que fosse discutido esse requerimento. O Senador Otto, inclusive, levantou a mão...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Está em discussão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ah! Está em discussão.

Então, no meu requerimento, estou convocando o Presidente do Conselho Federal. E, se vocês entenderem importante, podemos colocar também os presidentes dos conselhos estaduais, pelo menos de alguns.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Perfeito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está em discussão o requerimento do Senador Wellington Fagundes.

Algum Senador quer fazer uso da palavra?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O Senador Otto está levantando...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa.

O requerimento e a proposição do Senador Wellington Fagundes é importante.

Essa questão da utilização de medicamentos de forma desordenada, sobretudo da hidroxicloroquina, é de uma gravidade – V. Exa. é médico e sabe disso; a Zenaide sabe disso também – que pode levar a óbito. Eu perdi aqui na Bahia um colega médico, o Dr. Moisés, do Município de Ilhéus, da terra de Jorge Amado. No início da doença, no ano passado, em maio, ele teve a doença e usou hidroxicloroquina. Ele tinha arritmia – com arritmia cardíaca, quem toma a hidroxicloroquina tem uma piora muito grande, aumenta o espaço dos batimentos cardíacos –, teve parada cardíaca e morreu. Muitas pessoas no Brasil devem ter tido a mesma sorte do Dr. Moisés, colega médico, inclusive, que não sei por que, desavisado, usou essa medicação.

É uma coisa muito grave. Por que nós, os médicos... Eu, por exemplo, sou ortopedista; se eu for procurado por um paciente com problema de cardiologia, do coração, eu mando para um cardiologista; se for uma questão de pediatria, para o pediatra. Eu não vou dar uma receita para tratar um doente da cardiologia. Então, o que me chama atenção é chegar e dizer de público: "Olhe aqui, tome hidroxicloroquina que você ficará bom da doença", sem nenhum conhecimento científico.

Então, o Wellington está coberto de razão. É preciso definir essa situação, até para eliminar essas receitas todas. Quando eu ouço, por exemplo, dizer que existe medicamento preventivo para não ter a doença... V. Exa. que é médico já ouviu falar em absolutamente alguma outra medicação que possa prevenir a doença? Prevenir a doença só com vacinação! Claro, se você tem a doença, você vai usar a medicação para diminuir os efeitos letais da doença, as manifestações clínicas da doença. Mas tomar preventivamente, ou seja, você tomar hidroxicloroquina para você não ter a doença? As doenças viróticas são redutíveis, controladas exclusivamente por vacinação. Assim foi a poliomielite, o sarampo, a varíola, o H1N1... Agora, depois de contrair a doença, claro, você tem hoje algumas medicações que diminuem os efeitos letais da doença, inclusive da Covid-19.

Eu até creio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, que, dentro de oito meses, seis a oito meses, nós vamos ter nas farmácias o Tamiflu do Covid-19; mas não temos ainda, como tivemos no H1N1. H1N1 é vacina, para não ter a doença; mas, se você tem H1N1, você toma o Tamiflu. Então, eu



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

acho que, daqui a seis, oito meses, a ciência vai ter essa medicação. Mas hidroxiclороquina? Absolutamente! Annita? Qual foi a pesquisa científica? Qual foi a casuística que foi feita de acompanhar caso por caso para saber se o doente ficou bom ou não com a medicação?

Portanto, Sr. Presidente, eu concordo com a iniciativa do Senador Wellington – ele está coberto de razão – para nós identificarmos isso e termos uma decisão do Conselho Federal de Medicina a respeito do tema.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

Algum Senador deseja discutir o requerimento do Senador Wellington? (*Pausa.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, aqui eu voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Não havendo mais ninguém que queira se manifestar, está em votação o requerimento do Senador Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

Pois não, Senador Wellington, por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Só gostaria de acrescentar ainda, Sr. Presidente, que, na Comissão Mista – V. Exa. se lembra –, eu fui o primeiro a trazer também a situação da falta de medicamentos essenciais, como bloqueadores e também os sedativos, para os hospitais que têm que intubar. Naquela época, estavam faltando esses medicamentos. Nós, na Comissão, fizemos o alerta. O Ministério da Saúde reconheceu que estavam faltando e foi atrás, buscou e esses medicamentos passaram a existir no Brasil.

Novamente nós estamos tendo muitas denúncias da falta dos bloqueadores neuromusculares e também dos sedativos. Isso é um outro problema grave. É igual ou pior do que a falta do oxigênio. Então, eu só estou colocando isso para recheiar mais ainda a necessidade de talvez, nessa discussão com o Conselho Federal de Medicina, discutir de forma ampla não só essa questão dos protocolos, mas também, inclusive, a falta de medicação no Brasil. Mas o principal é o convite ao Presidente do Conselho.

Eu agradeço aqui o Senador Otto, que é médico – parece-me que o Senador Nelsinho Trad saiu –, sobre a providência, a necessidade, então, de estarmos discutindo isso com o Conselho Federal.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Discutido, está em votação.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com o Requerimento nº 23, de autoria Senador Wellington Fagundes, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aprovado.

Bem, eu pensei que a nossa audiência seria só de 20 minutos, mas fechou, agora, uma hora.

Eu quero agradecer a participação de todos que enriqueceram muito com suas opiniões diversas a nossa reunião extraordinária; agradecer a Senadora Kátia Abreu, por ter já se colocado à disposição desta Comissão, vamos achar um espaço para ela nos apresentar, vamos ver se segunda-feira a gente já pode fazer esse trabalho, agradecer-lá pela sua competência; e também o Senador Esperidião Amin, que também deu essa sugestão importante para o Nelsinho e a Zenaide sobre esse relacionamento internacional e diplomático que a Comissão deve fazer.

Assim sendo, nós vamos declarar encerrada a nossa presente reunião, agradecendo a presença de todos, a generosidade de darem quórum para aprovar os requerimentos. Até amanhã! Amanhã nós temos essa audiência pública sobre o oxigênio, amanhã às 9h, e eu quero contar, de novo, com todos os senhores. Muito obrigado. Um bom dia! E vamos continuar os debates mais tarde, no Plenário do Senado Federal. Muito obrigado.

Está encerrada a nossa reunião. Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 02 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às nove horas e quatro minutos do dia dezoito de março de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Daniella Ribeiro, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Zenaide Maia e Randolfe Rodrigues, e ainda dos Senadores não membros Vanderlan Cardoso, Flávio Arns, Carlos Fávaro e Esperidião Amin. Deixa de comparecer o Senador Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater a disponibilidade e a possibilidade de ampliação da capacidade de fornecimento célere de oxigênio para atendimento hospitalar aos sistemas de saúde estaduais - em especial aos colapsados como: Rondônia, Acre, Ceará e Distrito Federal. **Participantes:** MEIRUZE FREITAS, Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; PAULO CÉSAR GOMES BARAÚNA, Diretor Executivo de Negócios da White Martins; LUIS ANTÔNIO LOPES, Sócio de Oxiacre Comércio e Distribuição de Gases Ltda.; NEWTON DE OLIVEIRA, Presidente da Indústria Brasileira de Gases; WESLEY MANDÚ, Diretor Comercial da Air Liquide Brasil Ltda.; RODRIGO CASADO, Diretor de Operações da Messer; RIDAUTO LÚCIO FERNANDES, Assessor responsável pelo Departamento de Logística em Saúde da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde; CIRO MARINO, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (representante de: MARCOS DE MARCHI, Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira da Indústria Química); PAULO SERPA, Procurador Jurídico da CACOAL e da OXIACRE; RICARDO MACEDO (representante de: Cacoal Gases Comércio e Distribuição Eireli); LUIZ SIQUEIRA, Diretor de Assuntos Corporativos da Air Liquide Brasil Ltda.; ANDRÉ PASSOS, Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira da Indústria Química; RAFAEL MONTAGNER SILVA, Representante Legal da Air Products Brasil Ltda.; ANDRÉ MARQUES GILBERTO, Advogado da Messer Gases Brasil; GUSTAVO COSTA, Diretor Executivo Jurídico da White Martins; SANDRA FRANCO, Diretora Jurídica da Messer Gases Brasil; e NATÁLIA ROCHA, Advogada da Messer Gases Brasil. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento Nº 24, de 2021** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater estudo elaborado pela Senadora Kátia Abreu, com sua presença." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento Nº 25, de 2021** que: "Requer seja convidado o Senhor Alexandre Barreto de Souza, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a possível existência de casos de ilícito concorrencial por parte das empresas do mercado de oxigênio medicinal." **Autoria:** Sen. Styvenson Valentim e Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento Nº 26, de 2021** que: "Requer seja convidada a Senhora Ministra Ana Arraes, Presidente do Tribunal de Contas da União, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre problemas que vem sendo encontrados nas compras de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

equipamentos de saúde e, em particular, oxigênio medicinal, pelos entes federados, com recursos da União." **Autoria:** Sen. Styvenson Valentim e Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e um minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/03/18>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos; bom dia, telespectadores; bom dia, Senadores; bom dia, enfim, ao povo brasileiro.

A torcida é muito grande para a recuperação de todos os pacientes que se encontram em situação difícil internados nas UTIs do Brasil afora. Em especial, destaco e torço muito – nós todos torcemos muito! – pela saúde do nosso Senador Major Olimpio, que está internado em estado grave em São Paulo.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus, à Covid-19, inclusive a situação fiscal e execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a esta pandemia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se, em sua primeira parte, à realização de audiência pública com a presença de representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Ministério da Saúde e de empresas da indústria de oxigênio para debatermos a disponibilidade e possibilidade de ampliação da capacidade de fornecimento de oxigênio para atendimento hospitalar aos sistemas de saúde estaduais e municipais – em especial, o colapso, como nos Estados de Rondônia, Acre, Ceará, Distrito Federal e outros já anunciados hoje cedo nos noticiários.

Após a audiência, serão apreciados os requerimentos apresentados perante esta Comissão.

Quanto ao uso da palavra, esclareço que, para esta reunião remota, será feito para os Senadores titulares, suplentes e os não membros de acordo com a ordem de inscrição através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo. Após a fala inicial dos convidados, a ordem da fala será: primeiramente, o Relator; em seguida, os dois Senadores responsáveis, designados para estudarem o abastecimento de oxigênio no Brasil, Randolfe Rodrigues e Styvenson Valentim; depois, todos os titulares, suplentes e não membros desta Comissão.

Para maior eficiência da presente reunião, eu solicito a todos os Senadores e convidados que sejam rigorosos com o tempo de fala. Eu não controlo aqui o tempo, estou em casa. O tempo é controlado pelo Senado, e eu estou longe do Senado. Há um grupo técnico lá que controla os tempos de cada um. Então, quando completar o tempo, eles lá automaticamente cortam, não reparem, porque realmente é o rito. São dez membros convidados, e, se deixarmos o tempo solto, não sairemos daqui hoje.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, quanto aos Senadores, as eventuais questões de ordem e o tempo de Lideranças poderão ser utilizados após a audiência pública.

A ata depois a gente aprova.

Eu registro a presença dos seguintes convidados: Meiruze Freitas, Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Ridauto Lúcio Fernandes, assessor responsável pelo Departamento de Logística em Saúde da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde; Ciro Marino, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria Química, representando Marcos De Marchi, Presidente do Conselho Diretor Associação Brasileira da Indústria Química; André Passos, Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira da Indústria Química; Paulo César Gomes Baraúna, Diretor Executivo de Negócios da White Martins; Gustavo Costa, Diretor Executivo Jurídico da White Martins; Wesley Mandú, Diretor Comercial da Air Liquide Brasil Ltda.; Luiz Siqueira, Diretor de Assuntos Corporativos da Air Liquide Brasil Ltda.; Luiz Siqueira, Diretor de Assuntos Corporativos da Air Liquide Brasil Ltda.; Rafael Montagner Silva, representante legal da Air Products Brasil Ltda.; Thais Gasques Pucci, Gerente Jurídico da Air Products; Lucas Santana, Advogado da Air Products; Rodrigo Casado, Diretor-Presidente da Messer Gases Brasil; Sandra Franco, Diretora Jurídica da Messer Gases Brasil; Nathalia Rocha, Advogada da Messer Gases Brasil; André Marques Gilberto, Advogado da Messer Gases Brasil; Newton





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Oliveira, Presidente da Indústria Brasileira de Gases; Luiz Antonio Lopes, sócio de Oxiacre Comércio e Distribuição de Gases Ltda.; Ricardo Macedo, representante da Cacoal Gases Comércio e Distribuição Eireli; Paulo Serpa, Procurador Jurídico da Cacoal e da Oxiacre.

Eu li exatamente 19 nomes, mas, logicamente, nem todos falarão. Os diretores falarão, e os demais assessorarão seus respectivos diretores empresariais. A gente vai organizar a fala em torno de nove a dez.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 5ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata.

Há número regimental. Vamos iniciar a nossa audiência pública.

Convencionamos aqui o tempo de dez minutos para a Dra. Meiruze; para o General Ridalto, também dez minutos; e os demais membros falarão cinco minutos. Depois virão... Logicamente, o tempo é curto, mas as perguntas dos Senadores complementarão os assuntos que V. Sas. abordarão no tema de abertura.

Eu passo a palavra para a Dra. Meiruze Freitas, Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Com a palavra a Dra. Meiruze, por favor.

A SRA. MEIRUZE SOUSA FREITAS (Para expor.) – Bom dia, Senador Confúcio! Bom dia, demais Senadores! Cumprimento também os membros do Ministério da Saúde e da indústria aqui presentes.

Senador, permita-me, antes de começar a falar do tema, também me solidarizar com as famílias dos brasileiros, com essa situação que o Brasil enfrenta. Estamos em um momento muito crítico desta pandemia. Quero ressaltar a importância das medidas de uso de máscaras, de lavar as mãos, do distanciamento social e do uso do álcool gel, se possível, a 70%.

Antes de entrar no tema, eu vou compartilhar uma breve apresentação só para orientar a minha fala neste momento.

Agradeço imensamente esta oportunidade de a Anvisa trazer aos Senadores o tema da atuação da Anvisa quanto aos gases medicinais.

Os gases medicinais são considerados, por regulamentação da Anvisa, medicamentos, seja na sua forma de gás líquido, seja na sua forma criogênica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exemplos de gases medicinais que a Anvisa regulamenta: oxigênio, óxido nitroso, dióxido de carbono.

Qual é a diferença entre um gás medicinal e um gás industrial? Um grande exemplo é o oxigênio, que tem as duas finalidades, a finalidade de uso terapêutico e a finalidade também de uso industrial. O que diferencia esses produtos? A qualidade quanto à sua pureza e o processo de fabricação. Também é estabelecida pelo Inmetro uma forma de diferenciar externamente esses dois gases. Os gases medicinais são comercializados, disponibilizados em cilindros verdes, enquanto os gases industriais, conforme padronizado pelo Inmetro, são disponibilizados em cilindros na cor preta.

Os gases são classificados, desde 2008, como medicamento. A Anvisa também regulamentou as condições de boas práticas de fabricação desses gases para finalidade terapêutica. Atualmente, uma empresa informa à Anvisa da existência desses gases por meio de um processo de notificação; entretanto, esse é um mercado em adequação no Brasil, e, desde 2015, a notificação está suspensa na Anvisa até que se faça todo o processo de adequação desses gases medicinais na categoria de medicamento.

As empresas também são reguladas pela Vigilância Sanitária. As empresas que produzem gases medicinais precisam ter uma autorização de funcionamento emitida pela Anvisa, mas outra parte da cadeia, em especial as empresas que fazem o processo de distribuição, armazenamento e transporte de gases medicinais ainda não são regularizadas na Anvisa, mas são autorizadas por meio da atuação das vigilâncias sanitárias estaduais ou municipais, por meio da emissão de licença sanitária, até que se faça todo o processo de readequação para a cadeia de gases medicinais.

Dito isso, eu entro especificamente na atuação da Anvisa, neste momento relacionado à Covid, no abastecimento de gases medicinais.

No dia 17/6/2020, por meio de autorização excepcional, a Diretoria Colegiada da Anvisa concedeu às empresas associadas à Associação Brasileira de Indústria Química (Abiquim) autorização de produzir e distribuir gases medicinais utilizando a estrutura de gases industriais enquanto perdurar a pandemia.

Inicialmente, essa autorização foi dada para as empresas associadas da Abiquim. Nesse momento, a Anvisa discute ampliar para as demais empresas, não trazer mais só com autorização excepcional, regulamentar neste momento de pandemia e ampliar para as demais empresas. Esse foi um pedido específico da Abiquim, com todos os controles.

No dia 13/1, a Anvisa concedeu à White Martins a estratégia de reduzir o teor de pureza do gás medicinal de 99% para 95%, lembrando que os gases medicinais têm que cumprir requisitos de farmacopeia – farmacopeia brasileira em especial ou de algum outro compêndio internacional. Tendo em vista a emergência de saúde pública, foi autorizado a White Martins, em 13 de janeiro, a reduzir o teor de pureza de 99% para 95%; no dia 23 de janeiro de 2021, a Anvisa autorizou essa alteração do perfil de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pureza de 99% para 95% para todas as empresas, regulamentou o tema por meio da regulamentação temporária, uma resolução da diretoria colegiada concedida emergencialmente também.

No dia 03/3, a Anvisa restringiu a possibilidade de exportação de gases medicinais. Dentro da sua atribuição e competência, a partir do dia 03/3, as empresas que quiserem exportar gases medicinais precisam de anuência prévia da Anvisa.

No dia 13/3, a gente editou um edital semelhante ao que nós utilizamos para o monitoramento do mercado dos medicamentos utilizados na intubação orotraqueal, que são os anestésicos, relaxantes musculares e os sedativos, exigindo que as empresas informassem à Anvisa a sua capacidade de produção, os seus estoques, isso relacionado até 60 dias atrás. As empresas começaram a levantar essas informações a partir do dia de ontem. Foram notificadas 47 empresas, e até o dia de hoje, de manhã, 32 empresas responderam. Nós estamos compilando esses dados de forma a disponibilizar diretamente ao Ministério da Saúde para favorecer as discussões e o manejo com os Estados e Municípios.

Por fim, a Anvisa, a partir deste mês de março, vem participando de reuniões junto à Casa Civil, com representantes do Ministério da Saúde, Ministério da Economia, Ministério da Defesa, Ministério da Infraestrutura e demais órgãos relacionados ao tema abastecimento de oxigênio.

Nesse momento, é o cenário que estamos trabalhando aqui na Anvisa, ainda com dificuldade porque nem todas as empresas são regularizadas pela vigilância sanitária. Como estratégia para ampliar, estamos acompanhando a questão de fazer usinas específicas em hospitais que têm a capacidade de ter usinas específicas, articulando com as outras estratégias junto ao setor, reunindo com o setor, para verificar quais são as ações no âmbito da vigilância sanitária que podem ser realizadas para favorecer a ampliação da produção, a ampliação da distribuição, mantendo sempre a qualidade, a eficácia e segurança dos gases medicinais.

No momento são essas as informações. Eu agradeço a oportunidade de trazer as informações da Anvisa a esta douta Comissão.

Vou tirar a apresentação. *(Pausa.)*

Senador Confúcio, saiu a apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Saiu muito bem, ouvimos bem. Eu estava aqui, mas meu som estava travado. Está tudo certo. Muito obrigado à senhora, foi muito bem apresentado, didaticamente apresentado.

Passo a palavra agora ao General... Deixe-me ver o nome completo. *(Pausa.)*

General Ridauto Lúcio Fernandes, assessor responsável pelo Departamento de Logística do Ministério da Saúde, pelo tempo de dez minutos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. está com a palavra, General Ridauto.

O SR. RIDAUTO LÚCIO FERNANDES – Muito obrigado.

Pergunto se me ouve bem aí, tranquilo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ouvindo bem, ouvindo bem.

O SR. RIDAUTO LÚCIO FERNANDES (Para expor.) – O.k. Muito obrigado.

Cumprimentando o Senador Confúcio, nosso Presidente da Comissão Temporária da Covid-19, eu cumprimento a todos os presentes. Agradeço, em nome do Ministério da Saúde, o convite para que nós pudéssemos participar desta importante reunião, que pretende esclarecer alguma coisa sobre a situação em que nós estamos vivendo.

Eu expresso, assim como fez a nossa colega da Anvisa, a solidariedade do Ministério da Saúde a todos os atingidos pela pandemia do Covid-19. Para nós é um motivo de muita tristeza: cada vez que perdemos uma vida, aqui é uma depressão no ministério, eu posso assegurar para os senhores, especialmente quando nós perdemos vidas ligadas a esse tema que nós estamos tratando. Os senhores imaginem uma pessoa morrer asfixiada num leito de hospital. Isso aí é uma situação realmente que a gente não pode deixar acontecer nunca. Vamos todos trabalhar juntos para que isso não aconteça.

Eu queria iniciar com uma breve apresentação – eu vou compartilhar uma tela aqui com os senhores – para que a gente possa nivelar um pouco os conhecimentos. Eu não consigo explicar a situação se os demais não souberem do que eu estou falando. Então, vamos compartilhar uma tela aqui com os senhores.

Pergunto se estão vendo aí a tela? Acredito que sim.

Essa tela pretende apresentar o Plano Oxigênio Brasil, a situação em que nós nos encontramos, mas são apenas imagens. Não se preocupem que eu não vou cansar os senhores com isso.

Eu queria começar apresentando uma planta de oxigênio industrial. Os senhores podem ver aí: é uma planta de uma das empresas que, inclusive, está presente aqui na reunião. Essa aqui é no Ceará. E aí aparecem as estruturas da produção.

Esta torre mais alta que os senhores podem ver aqui... Aqui são produzidos os gases, sejam eles industriais, sejam medicinais. A diferença de industrial para medicinal é singela, é mais com relação à fiscalização do processo para se ter certeza de que aquele produto não vai conter nenhum tipo de impureza ou que, no seu envase, não vai acontecer nenhum tipo de problema do envase que vá descaracterizar o produto, etc. Então, ela é singela.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Basicamente o oxigênio líquido que vai sair daqui, desde que tomados os devidos cuidados, pode, sim, ser utilizado para fins medicinais. Então, da parte da indústria, a diferença em termos de cuidado é simples. Não há que se falar em transformar o oxigênio industrial em medicinal. Ele é gerado nessa torre, basicamente por um processo que é de compressão dos gases e resfriamento sucessivo. Então, os gases vão sendo comprimidos, resfriados e aí vai se extraíndo. À medida que os gases vão injetados aqui em função da densidade, em função da temperatura de liquefação, os produtos vão sendo extraídos na forma gasosa ou na forma líquida. Em princípio na forma líquida por conta da diferença de temperatura em que os gases vão acabar ebulindo ou se liquefazendo. Normalmente aqui é o primeiro que é retirado; depois que se retira o CO₂ e alguns outros componentes, o oxigênio é logo um dos primeiros.

Ele liquefaz a uma temperatura de mais ou menos 182°C abaixo de zero e depois os demais vão se liquefazendo, argônio e nitrogênio. E aí ele é captado e vai sendo armazenado em dispositivos criogênicos. Então, esse é o primeiro conceito que é importante todos conhecerem: para que nós possamos transitar o oxigênio líquido, há necessidade de mantê-lo a temperaturas abaixo de 182°C negativos. Então, isso é bastante trabalhoso, demanda equipamento especializado, para que se possa manter esse oxigênio na forma líquida. Se essa temperatura se eleva, automaticamente o oxigênio vai ebulir, vai entrar em ebulição e se torna gasoso e não permite mais o trânsito na forma líquida.

Bem, aqui aparecem os dispositivos criogênicos – para que nós possamos falar a mesma linguagem. E os senhores podem ver, de diferentes indústrias, alguns tipos de dispositivos de transporte.

Aqui carretas criogênicas, de um porte bem grande já. Carretas criogênicas, caminhões criogênicos.

Isso aqui é um isotanque. Este é um isotanque, que está apoiado sobre uma estrutura de rodas, mas pode ser removido daqui com um guindaste, com um guincho. Ele é tirado daqui e colocado, por exemplo, em uma balsa ou em um avião. Então, este é um dispositivo interessante, porque permite flexibilidade no transporte.

Aqui aparecem dispositivos criogênicos hospitalares, na beirada dos hospitais. Aqui, inclusive, um caminhão criogênico de uma das companhias abastecendo com oxigênio líquido este tanque criogênico. Aqui um tanque criogênico menor; ali alguns maiores. Isso aqui são estruturas que existem nos hospitais de algum porte. Pequenos hospitais, unidades de pronto-atendimento não têm como ter um dispositivo desse. É muito caro, e o custo-benefício não é favorável.

Para esses locais em que não há como colocar um dispositivo criogênico, por essas condições que eu falei, costumam ser implementadas soluções com miniusinas produtoras de oxigênio. Essas miniusinas... Aqui aparecem três exemplos: esta aqui está em Manaus, e essas outras duas eu fotografei no Acre. Eu vou usar esta do meio para explicar. Isso que nós estamos vendo no centro da foto do meio é que faz a concentração do oxigênio. Dentro desses tanques há um mineral, um mineral adequado para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer esse trabalho; aqui o oxigênio, o ar atmosférico é pressionado, percorre essa coluna; e o nitrogênio vai sendo separado, porque esse mineral tem essa característica, é como se fosse uma peneira; e o que passa no caninho, no final, é o oxigênio já em uma concentração bastante elevada.

Uma miniusina como essa consegue concentrar o oxigênio a mais ou menos 92%, 93%, 95%. Na verdade, se você fizer sucessivas filtrações, você chega até a altíssimas concentrações – 99%, etc. –, mas, a partir de 92%, ele já é adequado para o consumo humano em ambiente hospitalar ou mesmo em ambiente doméstico. Então, esse é um equipamento que está instalado no hospital, e a capacidade disso varia muito. Podem ser instaladas miniusinas capazes de, por exemplo, atender a 10 leitos por dia, e podem ser instaladas miniusinas capazes de atender a 100, 150 leitos por dia. Depende muito do tipo de leito que se ativa, do consumo que o paciente vai ter.

Aqui aparecem nesta foto também os cilindros. Eu vou abordar daqui a pouco alguma coisa sobre eles, mas aqui dá para ver que cilindros nesta miniusina estão conectados a ela. Essa miniusina está enchendo esses cilindros. Essa é uma capacidade que é possível também haver. Lembro que aqui, neste ambiente que eu estou citando, o oxigênio está na forma gasosa. Aqui não há oxigênio líquido criogênico. O oxigênio aqui está em temperatura ambiente, na forma gasosa.

Aqui estão os cilindros sendo enchidos em um dos fabricantes, diretamente, por conversão da forma líquida, que ele fez, em forma gasosa. E aqui também estão sendo enchidos. Observem o tamanho desses cilindros: estes são cilindros de 10m³, mais ou menos; a altura deles é de um metro e sessenta e poucos, 1,7m. E estes aqui são cilindros que, volto a dizer, estão sendo cheios com oxigênio gasoso. Não é oxigênio líquido, portanto podem ser mantidos à temperatura ambiente, mas são quantidades pequenas, menores. Estamos falando de cilindros com 10m³.

Aqui aparecem também os mesmos cilindros sendo carregados em aeronaves da Força Aérea Brasileira, para atender a uma emergência – no caso, foi uma emergência na Amazônia. Observem que a quantidade de cilindros que podem ser inseridos, que uma aeronave tem a capacidade de carregar, vai ser muito mais em função do peso. O peso disso é absurdo! Você transporta 70kg de ferro para conseguir levar 10kg de oxigênio. É um pesadelo logístico: você fica transportando ferro para cima e para baixo.

Aqui já está na forma líquida, então é muito mais compensador. Esta aeronave está carregando um volume equivalente a, mais ou menos, 11 mil metros cúbicos de oxigênio. Se são 11 mil metros cúbicos, e cada cilindro tem 10m³, é como se fossem 1,1 mil cilindros dentro dessa mesma aeronave que está sendo montada para transportar.

Esses aqui são contêineres tipo per macio.

Aqui é o transporte de um isotanque. Aquele mesmo que estava sobre rodas foi tirado daquela montagem em carreta. Ele cabe dentro de uma aeronave dessas da Força Aérea, do maior avião que a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Força Aérea tem hoje, que é o KC-390. Então, observe que esse é o processo que nós estamos ativando para socorrer o pessoal em Rondônia.

Esse aqui já é um outro tipo de transporte. Aqui é um dispositivo estacionário, que não foi feito para ser movimentado, mas, em situação excepcional, pode ser movimentado. Um guindaste o colocou no navio da Marinha, em Santos; nós o levamos para Belém; quando chegou a Belém, nós o embarcamos numa balsa; e ele começou a fazer o trajeto de Belém para Manaus em balsa. No caso, na capacidade útil desse aqui, apesar de se chamar H90, ele estava levando 75 mil metros cúbicos de oxigênio, uma quantidade muito considerável, que abasteceria a cidade de Manaus, por exemplo, durante um dia inteiro.

Aqui são concentradores de oxigênio. Isso aqui você compra no mercado, você pode encomendar pela internet. Se você tem em casa alguém que precisa de oxigênio continuado, você adquire um equipamento desses e pode colocar do lado da cama para a pessoa dormir melhor, por exemplo. Ele também concentra oxigênio a 93% e, alguns deles, a 94%. Ele pode até mesmo ser utilizado em ambiente hospitalar para aqueles pacientes que já estão saindo da doença, que estão já em fase final de recuperação. Em Manaus, nós transportamos cerca de 400, 500 desses aí para diminuir um pouco o fluxo. Acaba sendo uma geração importante. Quando você coloca uma quantidade grande, eles contribuem de uma maneira significativa, aliviando o consumo dos cilindros, das miniusinas e do oxigênio líquido.

Aqui é apenas um exemplo de controle. No caso da crise de Manaus, nós estávamos conseguindo colocar lá, nessa medição, 103 mil, mas chegamos a colocar 120 mil metros cúbicos lá em Manaus.

Esse aqui é o Plano Oxigênio Brasil. Não vou lê-lo para os senhores evidentemente. Aqui são apenas duas folhinhas, essa folhinha aqui primeiro e a segunda, em que aparecem as ações que nós estamos planejando e que já estão no nosso radar há várias semanas. Nós estamos executando... Estão em execução diversas delas para que nós possamos tentar, em âmbito Brasil, controlar a situação, medir os parâmetros necessários e coordenar ações.

Essa é a apresentação que eu queria fazer.

Vamos sair daqui. (*Pausa.*)

Então, voltando aqui para a nossa tela, eu acredito que minha imagem esteja aí agora, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está, sim, senhor. Pode falar.

O SR. RIDAUTO LÚCIO FERNANDES – Está bem. Muito obrigado.

Então, gastos esses quatro minutos com a apresentação para nivelar um pouco o conhecimento, eu queria dizer aos senhores o seguinte: primeiro, nós temos que analisar a situação do oxigênio, no Brasil, em termos médicos, dividida em dois pedaços, o oxigênio líquido e o oxigênio gasoso. Por que eu digo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso? Porque os grandes hospitais basicamente recebem e consomem o oxigênio líquido, que evidentemente é transformado em gás para poder chegar ao paciente. Mas eles armazenam oxigênio líquido. Nos fundos do hospital, há os tanques criogênicos para fazer isso aí.

Senhores, o oxigênio líquido tem uma logística mais simplificada. Se a empresa produtora possui um caminhão criogênico capaz de transportar da sua planta até o hospital, ele deságua, com aquele grande caminhão, uma quantidade enorme de oxigênio naquele dispositivo hospitalar; e isso dura horas, dias e, dependendo do consumo, semanas. O hospital fica tranquilo com aquele grande volume de oxigênio disponível na forma líquida para poder converter e abastecer os seus pacientes. Então, hospitais que têm oxigênio, que recebem oxigênio na forma líquida, para nós, é uma tranquilidade no Ministério da Saúde. Não é que nós ficamos despreocupados, temos que vigiar, monitorar, sim, para que não falte esse oxigênio líquido, mas a logística disso é muito mais simples. Então, nós estamos mais seguros, mais tranquilos com relação a esses hospitais.

Vou pegar um exemplo aqui: o Hospital das Clínicas de São Paulo está consumindo a bagatela de 40 mil metros cúbicos por dia. Gente, Manaus, no auge da crise, consumiu 80 mil e um pouco mais, ou seja, o Hospital das Clínicas consome meia Manaus por dia, o que é um consumo muito considerável. São duas carretas de 20 mil metros cúbicos todo dia colocando oxigênio líquido lá nos fundos do Hospital das Clínicas de São Paulo. Não nessa dimensão do Hospital das Clínicas – estou falando de um hospital gigante –, mas existem hospitais muito grandes Brasil afora que consomem grandes quantidades.

Há um fluxo constante, por meio de contratos que as empresas produtoras honram, para colocar esse oxigênio. Acontecem emergências, como aconteceu em Manaus, e aí nós temos que criar fluxos utilizando meios extras, seja por meio fluvial, transportando essas mesmas carretas, por exemplo, no Rio Amazonas, seja por meio terrestre.

O problema, na verdade, é o oxigênio gasoso, porque o oxigênio gasoso tem que chegar até os pequenos hospitais, na ponta da linha, tem que ser levado em cilindros, naquele transporte difícil, e as empresas que têm que apanhar esse oxigênio e transformá-lo em líquido e em gasoso têm de abastecer nos grandes fornecedores. Então, esses grandes fornecedores entregam o oxigênio líquido para elas. Elas o transportam em carretas, às vezes, próprias para as suas plantas, onde elas transformam esse oxigênio líquido em gasoso, enchem os cilindros e o empurram para a ponta da linha. Esse é um fluxo complicado, porque, na ponta da linha, os hospitais não possuem muitos cilindros. Então, hoje, nós estamos vivendo o drama dos cilindros. Está certo? Nós precisamos adquirir cilindros em grande quantidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, General Ridauto. A sua apresentação, infelizmente, não apareceu, General, mas nós temos condição de disponibilizar toda a apresentação que o senhor recitou e expressou para todos os Senadores presentes e ausentes e também para todos os visitantes e palestrantes, para que eles tenham conhecimento. A nossa Comissão tem condição de disponibilizar as suas apresentações.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra, pelo tempo de cinco minutos, ao Sr. Ciro Marino, Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria Química.

Com a palavra, Ciro Marino.

O SR. CIRO MARINO (Para expor.) – Bom dia a todos!

Bom dia aos Srs. Senadores e ao pessoal da Anvisa, que dá também um grande apoio ao trabalho que está sendo realizado!

Conversei também já com o General Ridauto. Estamos trabalhando de forma bem coordenada aqui.

Eu queria falar bem rapidamente, aproveitando os meus cinco minutos, para explicar um pouquinho o que faz a Abiquim nesse papel, qual é o papel da Abiquim nesse cenário todo.

A primeira coisa é que a Abiquim é uma instituição que reúne uma série de produtores químicos, entre eles produtores de gases medicinais. O nosso papel principal é prover relacionamento – é o que nós estamos aqui hoje fazendo, por exemplo, um relacionamento governamental com o Executivo, com o Judiciário, com o que seja – e também prover inteligência. A inteligência vai desde a área técnica à área regulatória etc. Assim, especificamente para os gases, a Abiquim oferece uma plataforma de discussão. Essas discussões, normalmente, se situam nos assuntos exatamente que eu mencionei, regulatórios e técnicos, principalmente, de forma que a gente possa contribuir para o crescimento, o investimento e a organização do setor. Esse, basicamente, é o nosso papel.

Nós procuramos, desde o primeiro momento, trabalhar na reorganização dos cilindros, como foi mencionado aqui no passado, e disponibilizar outras formas de atendimento para oxigênio. Essa é a ação que a Abiquim tem, que é relativamente limitada.

Eu fiquei muito satisfeito aqui em ver essa apresentação com a Meiruze, ela foi muito feliz na explicação geral do que a Anvisa faz. A Anvisa tem conversado conosco de fato. Nós temos organizados reuniões conjuntas, e, nessas reuniões, a gente faz alguma troca de informação.

O que acontece normalmente com o setor de gases, que são os produtores, os nossos associados, é que existem alguns regramentos do ponto de vista de *compliance*, mercadológicos, inteligências de mercado, e, diretamente, eles não podem conversar entre si. Então, a Abiquim oferece uma certa plataforma, um veículo para chegar até a Anvisa, e a Anvisa, hoje, então, reúne todas essas informações a respeito de capacidades produtivas, onde essa capacidade está alocada e, também, como ela foi muito feliz mencionando, não são só os fabricantes de oxigênio, assim como, também, os envasadores e transportadores, etc. – a cadeia é relativamente grande. Então, o papel da Abiquim, basicamente, é este: assuntos técnicos, assuntos regulatórios. Muito provavelmente, alguns fabricantes aqui irão comentar também, lembrando que o objeto social das empresas, de forma geral, é simples: produzir e comercializar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje, acho que nós estamos reunindo aqui as fontes adequadas. Eu acho que foi uma iniciativa muito boa do Senado chamar para esta conversa, para o esclarecimento. Nós temos a parte de inteligência regulatória junto com a Abiquim, nós temos os produtores aqui com o objeto de produzir e comercializar e temos a presença da Anvisa, que tem centralizado essas informações todas de forma confidencial e compartilhado com o Ministério da Saúde, como o General Ridauto comentou aqui, com projetos de suporte logístico e também definição de volumes, alocações, etc.

Então, em breves palavras, é isso que eu tinha hoje para dizer, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Ciro Marino, da Abiquim.

Eu passo a palavra para Paulo César Gomes Baraúna, Diretor Executivo de Negócios da White Martins, pelo tempo de cinco minutos. Está com a palavra, Dr. Paulo César.

O SR. PAULO CÉSAR GOMES BARAÚNA (Para expor.) – Bom dia, Sras. e Srs. Senadores! Em nome do Sr. Senador Confúcio, cumprimento todas as Sras. e os Srs. Senadores, assim como os convidados aqui presentes que me precederam e os outros que ainda vão falar.

A exemplo do que a Dra. Meiruze falou, nós também nos solidarizamos profundamente com as famílias enlutadas e com todo o povo brasileiro pelo atual momento que nós estamos vivendo de pandemia, situação desafiadora para todos nós, para todos os produtores, para todas as pessoas que vivem no Brasil. Eu aqui falo como representante da White Martins e posso garantir que a White Martins tem feito e vai continuar fazendo todos os seus melhores esforços em sentido de abastecer, com confiabilidade e segurança, todos os nossos clientes, buscando levar o oxigênio, cujo processo produtivo e logístico foi tão bem explicado pelo General Ridauto, de maneira segura e confiável, para todos os que o utilizam.

Nós, nos últimos tempos, temos envidado esforços cada vez mais frequentes com as autoridades de saúde estaduais e municipais, no sentido de entender e aumentar esse fluxo de comunicação, no sentido de perceber, antecipar, planejar quais serão seus planos efetivos de expansão de leitos, de expansão de UTI, de criação de novos hospitais, visto que o problema de atendimento do oxigênio não se restringe somente ao estoque físico de produtos. A logística, as restrições de abastecimento, o acesso, eles conferem ao processo, como um todo, algum nível de dificuldade que cresce à medida que essas expansões possam ser feitas sem a devida comunicação prévia. Então, em função disso, cada vez mais, nós estamos buscando aumentar essa comunicação. Quantos leitos de UTI se pretende expandir? Quais são os planos para novos hospitais? Isso é para que possamos nos planejar adequadamente.

Durante esse período, desde o início da pandemia, temos nos dedicado fortemente, em relação aos hospitais de líquidos, os hospitais maiores, a buscar adequar essas estocagens, de tal maneira que possamos ter um nível de autonomia compatível com a segurança requerida. Temos que entender que nós



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

temos um país de dimensões continentais e, como tal, precisamos fazer chegar esse produto da maneira mais segura e próxima possível.

Com relação a hospitais em cilindros – foi falado pelo General Ridauto –, essa também é uma preocupação, porque, com o aumento da pandemia, muitas vezes algumas unidades que eram previstas para trabalhar com cilindros, as unidades de pequeno atendimento que nós no Brasil denominamos comumente de Unidades de Pronto-Atendimento (UPAs), de repente passam a se tornar centros de tratamento de Covid, o que muda bastante o seu perfil de consumo.

Então, na medida em que a gente tem essas informações previamente, nós podemos nos preparar melhor, muitas vezes podemos expandir redes de oxigênio centralizadas, instalar tanques para fazer com que esse fornecimento seja o mais seguro possível.

Durante esse período, nós temos ampliado a nossa capacidade produtiva onde é possível, temos ampliado as capacidades produtivas das nossas unidades de enchimento, trabalhando em três turnos, incessantemente, aumentando o quadro de pessoal, e não podemos nos esquecer de que muitas dessas operações envolvem pessoas como motoristas, como assistentes técnicos, que estão na linha de frente entregando produtos nos hospitais, e, portanto, nós precisamos também protegê-los.

Neste caso é importante ressaltar que especialmente os motoristas dos nossos caminhões – eu não falo somente em nome do fabricante de oxigênio, mas isto é um problema comum para todos –, eles não são essencialmente somente motoristas, mas também são operadores técnicos na hora de descarga desse produto dos caminhões. E não é uma mão de obra fácil de ser contratada, treinada e preparada para operar com segurança. Em alguns momentos, pode parecer que certas circunstâncias de atendimento demoram um pouco mais do que o previsto, mas é exatamente para que elas não sejam feitas sem segurança. O nosso compromisso de ajudar a salvar vidas continua presente, ele vai presente em todas as nossas operações, e estamos percebendo, sim, um aumento de consumo em outras regiões que não somente a região de Manaus, como já foi citado aqui anteriormente: Acre, Ceará, Distrito Federal e alguns outros Estados. E estamos trabalhando incessantemente na busca do entendimento com as autoridades públicas para essa antecipação para que estejamos mais bem preparados para as demandas que têm sido crescentes. Como fornecedores de gás, nós não temos a capacidade de prever a demanda, nós temos condição de conhecê-la, trabalhá-la, mas a capacidade de prever as demandas e os dados epidemiológicos da doença são obtidos em contato com as secretarias de saúde. Esse trabalho que temos feito.

São essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Paulo César Baraúna, da White Martins.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra para Wesley Mandú, Diretor Comercial da Air Liquide Brasil Ltda., pelo tempo de cinco minutos. Pode utilizar a palavra, Wesley. Está com você.

O SR. WESLEY MANDÚ – Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Wesley, bom dia!

O SR. WESLEY MANDÚ (Para expor.) – Bom dia, Senador Confúcio (*Falha no áudio.*) ... pessoas da Anvisa, aos demais da Mesa.

Sou Wesley Mandú, Diretor Comercial da Air Liquide Brasil, de gases medicinais.

Primeiro, quero me solidarizar também com a situação do Covid. Estamos muito sensibilizados, nossos funcionários estão muito engajados em trabalhar 24 horas para disponibilizar e salvar vidas. É muito bonito de ver o brilho nos olhos dos nossos funcionários tão empenhados, comemorando a cada dia o atendimento em todos os hospitais ao longo do Brasil.

Acho que o General Ridauto fez uma excelente explicação de como funciona a produção e a logística dos gases.

O Sr. Baraúna também acho que citou alguns pontos importantes sobre a previsibilidade. Isso também tem sido um fator importante para que a gente consiga antecipar as demandas. Nós tentamos desenvolver cálculos matemáticos que fazem correlação do aumento de casos de Covid por Estados, por cidade ao consumo de oxigênio para tentarmos sempre nos anteciparmos na produção, mas nós também temos uma dificuldade com relação à logística, como foi explicado, desde cilindros, tanques, carretas... Nisso há uma demanda muito forte, temos diversas áreas no Brasil necessitando de um aumento que varia de 50% a até 300%, dependendo da cidade e do Estado, assim como já (*Falha no áudio.*) ... Mas a Air Liquide não tem medido esforços, não tem medido investimentos, há o engajamento de todas as pessoas do comitê diretivo em prol de auxiliar, trabalhar com antecipação e não deixar que nenhum hospital e nenhuma UPA, AMA ou unidade de ambulatório sejam desatendidos. A meu ver, tenho tido muito sucesso em trabalhar com essa antecipação e com essa opção de logística bem calculada. O desafio tem se tornado maior a cada dia, o desafio de hoje já é muito maior do que foi em 2020, mas nós estamos empenhados em contribuir, em apoiar no que for necessário.

Essa é a minha declaração inicial.

Agradeço pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem. Obrigado, Wesley.

Vamos em frente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra a Rafael Montagner Silva, representante da Air Products Brasil Ltda., pelo mesmo tempo de cinco minutos.

O SR. RAFAEL MONTAGNER SILVA (Para expor.) – Bom dia a todos!

Meus cumprimentos a todos os participantes.

Gostaria de expressar a nossa solidariedade, como companhia, a todos os acometidos pelos efeitos da crise da Covid no Brasil e no mundo, e os nossos sentimentos para as famílias que perderam entes queridos.

Quero reforçar aqui o compromisso da Air Products, desde o primeiro momento da pandemia, quando chegou ao Brasil, em atender com todos os recursos disponíveis pela companhia ao fornecimento contínuo e com segurança aos hospitais.

Desde o primeiro da pandemia, no início do ano passado, a empresa tomou uma série de ações para se preparar para o que poderia vir. Então, houve ações relacionadas à produção, à distribuição; novos protocolos de segurança foram criados para proteger os nossos funcionários, em especial os funcionários de linha de frente, que estão todos os dias em hospitais, fazendo entregas, fazendo atendimentos técnicos e que, naturalmente, são expostos a carga viral e que precisam ser protegidos, não só pelo aspecto individual, mas também como forma de manter a nossa operação confiável, para que não haja nenhuma quebra na cadeia de suprimentos.

Durante todo esse tempo a gente tem conseguido, com sucesso, atender os nossos clientes contratados, todos eles foram abastecidos. Quando houve o auge da crise em Manaus, nós nos solidarizamos com a região. Embora a atuação da Air Products seja limitada geograficamente – nós temos uma atuação nas Regiões Sul e Sudeste –, não poderíamos ficar alheios ao drama de Manaus e, dentro dos nossos recursos, disponibilizamos produtos, fizemos doações. Agentes que poderiam fazer o transporte de produtos das nossas plantas a Manaus retiraram esse produto, e tivemos inclusive o apoio da Força Aérea para poder fazer esse atendimento.

Desde o começo deste ano a gente tem observado, nas regiões em que a gente atua, nos hospitais que a gente atende, um aumento significativo de consumo de oxigênio. Como alguns dos convidados já explanaram, uma das grandes dificuldades que existe nesse atendimento é a falta de previsibilidade ou de programação para que a empresa consiga se planejar. Há desafios de produção, há desafios de distribuição – o transporte do oxigênio líquido é especial, feito com equipamentos especiais –, e há o desafio de estocagem local em cada um desses pontos, desses hospitais que são atendidos. As estocagens, naturalmente, são projetadas e dimensionadas com o consumo esperado de cada um dos hospitais, e, quando esse consumo aumenta abruptamente, isso coloca uma pressão descomunal em toda cadeia de distribuição. Então, hoje nós temos hospitais atendidos por nós que necessitaram fazer adequações,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

instalações emergenciais para poder garantir o fornecimento. Há hospitais que multiplicaram o seu consumo sete, oito, dez vezes o consumo contratado, e isso pressiona toda uma cadeia logística.

Apesar de todas essas dificuldades – a gente tem observado um momento significativo do consumo de oxigênio em algumas regiões, em especial no Sul do Brasil, e agora em São Paulo, mais recentemente –, a gente tem conseguido atender os nossos clientes, mas a questão de planejamento, comunicação, fluxo de informações é crucial para que a gente consiga se planejar, se organizar e poder canalizar os recursos para aqueles casos que de fato vão precisar num curto espaço de tempo.

Eu queria encerrar a minha primeira explanação reafirmando o compromisso da companhia com o fornecimento dos nossos clientes. A companhia não mede esforços para poder entregar, de maneira confiável, o produto e fazer com que esse produto chegue a quem realmente precisa. Nós temos uma equipe que trabalha 24 horas, não há final de semana ultimamente para as equipes. A equipe tem demonstrado heroísmo em fazer coisas bastante fora do que a gente imaginava numa situação de pressão normal, mas, felizmente, a equipe tem respondido bem e a gente tem conseguido, até o momento, entregar oxigênio para quem realmente precisa.

Com isso, eu encerro a minha fala, para a gente poder dar sequência.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito agradecido, Rafael.

Eu passo a palavra para Rodrigo Casado, Diretor-Presidente da Messer Gases Brasil.

O SR. RODRIGO CASADO (Para expor.) – Bom dia a V. Exas., Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia.

O SR. RODRIGO CASADO – Quero agradecer o convite para participar desta reunião, que é tão importante para o nosso País. Como os demais participantes externaram, nós da Messer nos solidarizamos com todos os afetados por essa pandemia.

Temos acompanhado com muita atenção os dados referentes à evolução do consumo de gases em decorrência do cenário da pandemia. Nos últimos meses, houve efetivamente um significativo incremento dessas demandas, especialmente do oxigênio medicinal. Nesse sentido, a nossa empresa, senhores, vem adotando, desde março do ano passado, uma série de ações para aumentar a nossa capacidade de produção e também para garantir que nós estejamos trabalhando com as nossas equipes na capacidade máxima, tanto de produção quanto de distribuição de produtos, sempre com a preocupação e o compromisso que temos quanto à segurança dos nossos colaboradores e com a vida dos nossos clientes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos colaborando ativamente, senhores, com as autoridades públicas, tendo respondido prontamente, nas últimas semanas, a mais de 20 requisições de informação enviadas pelos mais diversos órgãos, tendo sido ontem mesmo enviadas informações, como mencionado aqui na reunião, pela Meiruze, para a Anvisa.

Nós estamos, senhores, cientes do nosso papel, do papel que nós como produtores de gases exercemos. Nós exercemos uma atividade essencial e estamos empenhados em cumprir o nosso papel diante da situação da realidade imposta na nossa sociedade. Então, do ponto de vista dessa minha primeira entrada aqui, Sr. Senador, eu quero deixar bastante claro que os senhores podem contar conosco para que a gente possa verificar opções, alternativas para que, de forma planejada, a gente consiga mitigar os impactos dessa pandemia em nosso País.

É isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Rodrigo Casado, pela sua explanação.

Passo a palavra a Newton de Oliveira, Presidente da Indústria Brasileira de Gases.

Newton de Oliveira com a palavra. (*Pausa.*)

O senhor pode liberar seu som. Está sem som. Isso, agora está bom, pode falar.

O SR. NEWTON DE OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia! Meu respeito a todos os participantes.

Nós estamos, realmente, enfrentando uma situação muito difícil no País e nós temos feito o possível para tentar ajudar a salvar vidas. Nossa empresa, felizmente, estava operando com cerca de 50% da sua capacidade de produção e também de distribuição, e nós vimos que rapidamente isso se esgotou. Praticamente, eu vejo que não é só a nossa empresa, mas em geral, no mercado, as empresas estão operando quase em plena capacidade.

Existem bastantes restrições com relação principalmente a pessoal: como um dos participantes mencionou, são transportes especializados, que requerem pessoal treinado e preparado. Esse pessoal não é fácil de se encontrar no mercado. E nós temos as limitações das leis trabalhistas também. Os motoristas e o pessoal que está operando não podem trabalhar mais do que duas horas extras por dia. Então, essa demanda acelerada, eu diria até exponencial, que está havendo no consumo de oxigênio está gerando uma série de dificuldades para quem opera no setor.

Eu aproveito até para aqui sugerir que a gente deveria pensar também que esse grupo de pessoas que está entrando nos hospitais para entregar oxigênio tivesse certa preferência no momento da vacinação, porque eles estão bastante expostos. É como se fosse um funcionário que trabalha no hospital,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

porque eles estão entrando para levar o produto até lá dentro dos hospitais, então acredito que seria fundamental que tivessem uma certa preferência nesse momento da vacinação que está ocorrendo.

A nossa empresa também está encontrando muita dificuldade, porque hospitais que consumiam um determinado volume hoje estão consumindo cinco, seis, até dez vezes mais do que consumiam, e os equipamentos, muitas vezes, são dimensionados para uma determinada quantidade de consumo. O que está ocorrendo está gerando uma série de dificuldades, por exemplo, desde evaporação do produto até equipamentos de controle etc. Estamos, inclusive, mandando carta aos clientes para que eles se atentem para isso e que planejem esse aumento, porque uma série de alterações tem que ser feita pelo cliente para poder manter o fornecimento em dia. Os tanques são dimensionados para terem uma certa frequência de abastecimento; então a vazão desses equipamentos também é restrita. Nós estamos procurando orientar o cliente nesse sentido.

Gostaria também, já aproveitando a presença da representante da Anvisa, de solicitar um apoio, porque nós temos muitas dificuldades para obter as licenças da Anvisa. Nós temos ainda, das nossas 17 filiais, filiais para as quais não conseguimos, nesses últimos dez anos, a licença. E são filiais que operam dentro do maior grau de segurança, semelhante ao das outras filiais que já têm a certificação. O processo burocrático é longo, e isso nos causa problemas, porque nós temos que ficar levando produto para essas filiais sendo que elas mesmas poderiam estar enchendo cilindros.

Basicamente essa é a posição que eu gostaria de colocar da nossa empresa. E informo que nós estamos fazendo o possível, como todas as empresas, trabalhando 24 horas, principalmente quem não tem restrições em termos de leis trabalhistas, para poder manter o fornecimento contínuo do oxigênio para os hospitais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Muito obrigado, Dr. Newton de Oliveira.

Eu passo a palavra para Luiz Antonio Lopes, sócio da Oxiacre Comércio e Distribuição de Gases.

Com a palavra o Luiz Antonio.

O SR. LUIZ ANTONIO LOPES (Para expor.) – Bom dia a todos. Obrigado pela palavra.

Como todas as empresas, nós aqui no Acre também nos solidarizamos com todas as vítimas e seus familiares dessa pandemia.

A nossa dificuldade aqui no Acre, como já foi exposta pelas fabricantes, é que nós tínhamos um cenário com um quantitativo de produtos e cilindros, o consumo desse produto de repente triplicou e, a cada dia, vem aumentando mais. Então, a nossa dificuldade aqui, por estarmos numa região bem distante





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do centro do País, é a aquisição dos insumos, que seriam o oxigênio líquido e principalmente os cilindros, porque os fabricantes não têm condições hoje de nos fornecer esse material devido à grande demanda que eles estão tendo nas suas unidades produtoras.

Então, eu gostaria de deixar bem claro que o Governo do Estado tem nos apoiado, tem nos ajudado, mas esta é a nossa grande dificuldade: são os cilindros e os insumos para poder fazer o envase desses cilindros. No caso da Oxiacre, eles são feitos em Rondônia e de Rondônia eles são transportados até aqui à nossa sede, de onde nós fazemos a distribuição para todo o Estado do Acre.

Essas são as minhas palavras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Luiz Antonio Lopes, acriano.

Vamos passar a palavra para o último palestrante – está indo muito bem o ritmo das falas – Ricardo Macedo, representante da Cacoal Gases Comércio e Distribuição Eireli.

V. Sa. pode usar a palavra, Ricardo.

O SR. RICARDO MACEDO (Para expor.) – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui na reunião com vocês.

A nossa maior dificuldade hoje é a chegada do oxigênio aqui para nós e o aumento, porque aumentou mais de 100% a demanda. Então, a dificuldade que nós temos é a demora e a liberação junto aos fornecedores. Essa é a dificuldade. Foi uma coisa inesperada esse aumento assim drástico, de uma hora para outra, com as prefeituras todas solicitando mais cilindros, visto que eles aumentaram os leitos e atendimentos. E, como a gente está aqui na ponta, em Cacoal, no interior de Rondônia, todos os hospitais dessas pequenas cidades não têm rede, então é o que mais dificulta para a gente. Todos eles aumentaram os leitos, e em cada leito vai um cilindro. Então, a empresa hoje já emprestou quase que o estoque todo. A gente fica até com uma quantidade baixa de cilindros, e todas as prefeituras solicitando mais. Então, isso gera um transtorno e uma correria muito grande. A dificuldade que nós temos é esta, é mais o acesso ao oxigênio, devido à distância também.

Agradeço a iniciativa do Ministério da Saúde, juntamente com os senhores do Senado, que estão correndo atrás de uma solução para isso, para que nós possamos passar por isso com vitória. Nós somos gratos pela atenção que vocês estão dando à nossa região aqui.

No mais, é isto: é a dificuldade que todos estão vendo, e a distância, que também atrapalha um pouco.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Ricardo, pela sua apresentação.

Agora, senhores convidados, vamos passar para a segunda parte, que são as indagações feitas pelos Senadores.

A sequência será a seguinte: o primeiro a falar será o Relator, Senador Wellington Fagundes, do Estado do Mato Grosso; logo a seguir, eu passarei a palavra para o Senador Styvenson Valentim, do Estado do Rio Grande do Norte; e logo, de imediato, o Senador Randolfe Rodrigues, do Estado do Amapá, que, embora suplente, vai entrar nesse espaço para preenchê-lo, porque ele e o Styvenson são responsáveis pelas respostas ao Senado da distribuição satisfatória do oxigênio para os hospitais do Brasil. Vamos iniciar assim, depois a gente entra com os outros inscritos. Há uma série de inscrições.

Eu gostaria que os Senadores, ao fazerem as perguntas bem objetivas, indiquem quem querem que responda. Vamos supor: se quer que o Ricardo responda, dirija-se ao Ricardo; se quer que o Baraúna responda, dirija-se ao Baraúna; se quer que a Meiruze responda, dirija-se à Dra. Meiruze. E assim vamos direcionando as perguntas a quem lhe interessa que responda.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu queria saudar todos os companheiros da Comissão na sua pessoa e dizer da nossa esperança e expectativa de que, com mais esta audiência, nós possamos estar esclarecendo tanto a nós Parlamentares como também a sociedade brasileira.

Eu começo dizendo, Sr. Presidente, que hoje estava prevista, no nosso plano de trabalho, a presença do Ministro da Saúde. Claro que, naquele momento em que fizemos o plano de trabalho, era o Ministro Pazuello, que ainda é Ministro. Mas, como já houve o anúncio também da substituição do Ministro e hoje praticamente nós temos dois Ministros no País, decidimos, aqui na Comissão, mudar a audiência para que hoje fizéssemos com o setor da produção de oxigênio. Isso eu quero esclarecer, como Relator, Sr. Presidente, porque, às vezes, as pessoas não estão atentas a esse projeto e ao plano de trabalho, que programam aquilo que a gente discutiu e que foi aprovado por todos nós.

Então, Sr. Presidente, até em função da economia de tempo, eu quero aqui dizer que vamos buscar ser céleres.

Permita-me antes, Sr. Presidente, reafirmar a minha solidariedade às famílias angustiadas com a situação dos seus entes queridos, intubados ou aguardando um leito de UTI para tratamento da Covid-19. Nós estamos aqui falando da dificuldade que é o fornecimento hoje do oxigênio, mas ontem muitos já nos ligaram trazendo uma grande preocupação também com a falta de outros produtos necessários, principalmente nos hospitais, para aqueles que estão intubados ou que vão ser intubados, que são os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tranquilizantes e os relaxantes musculares. Por isso também, fica aqui o nosso alerta nesse aspecto, já cobrando por parte do Ministério da Saúde uma posição bem clara em relação à importação e à disponibilidade desses produtos.

Hoje nós já estamos chegando... Praticamente são 284,7 mil mortos. Vamos chegar à marca de 300 mil mortos no Brasil, pela previsão, em pouco tempo. Com certeza, é a maior calamidade da história contemporânea do nosso Estado. Por isso, então, mais do que nunca, a nossa solidariedade e as nossas homenagens aos médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, enfim, a todos os profissionais de saúde que hoje trabalham diariamente, no limite de suas energias, para consagrar o gesto mais importante de toda a humanidade: o gesto de salvar vidas.

Agora nós tivemos a fala do Newton de Oliveira, que coloca, inclusive, a posição, Sr. Presidente, da necessidade de que esses profissionais que estão nos hospitais para entregar os insumos básicos sejam também considerados do grupo de risco. Eu vejo isso com total naturalidade e gostaria de indicar, como Relator, um requerimento para o Ministério da Saúde analisar esse aspecto. Isso é fundamental. Essas pessoas têm que entrar no hospital, têm que ir lá manusear o produto. Então, eu acho muito justa a posição do Doutor Newton.

Com a costumeira gentileza dos demais pares, quero saudar nossos convidados pela disposição de estar aqui conosco nos ajudando a buscar soluções – o ato pelo qual todo povo brasileiro anseia: soluções para esse grave momento da vida nacional. Sem dúvida alguma, esse é o pior momento da crise sanitária e hospitalar da nossa geração.

Agora, então, vamos às perguntas.

O conhecimento científico produzido desde o início da pandemia veio desmascarar vários medicamentos que prometiam milagres em tratamentos precoces e outras medidas sem eficácia terapêutica no combate à Covid-19. Contudo, uma coisa ficou bem esclarecida: nos casos mais graves, os pacientes se beneficiam de suporte ventilatório em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), com diminuição do risco de morte. Por isso, com o aumento dos casos da Covid-19 por falta de vacinas e pelo fracasso em se evitar a transmissão, cada vez mais leitos de UTI passaram a ser necessários, a ponto de estarmos, no presente momento, em total colapso nacional no sistema de saúde, com muitas unidades da Federação com 100% de ocupação de seus leitos e com pessoas morrendo enquanto aguardam uma vaga, porque a UTI já está lotada.

O aumento de leitos e o aumento da demanda, naturalmente, levam ao consumo aumentado de gases medicinais, especialmente o oxigênio, que enriquece a mistura de gases nos ventiladores mecânicos. Em 14 de janeiro de 2021, o País assistiu, apavorado, à situação calamitosa causada pela falta de oxigênio medicinal na cidade de Manaus. Mais de 600 pessoas tiveram de ser transferidas para outros Estados, e uma centena delas morreu com essa doença. Agora outros Estados e Municípios têm relatado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupação com o risco de falta de oxigênio, como é o caso dos Municípios dos Estados de São Paulo, de Minas Gerais, do Paraná, de Santa Catarina, de Mato Grosso, do Acre, de Rondônia e da Bahia e também do Distrito Federal.

O fornecimento de oxigênio medicinal no Brasil está nas mãos de poucas empresas, como está bem claro, entre elas a White Martins. Dessa forma, eu gostaria da resposta das senhoras e dos senhores.

Sr. Presidente, não há como fazer isso objetivamente. Devido à exiguidade do tempo, aquele que entender que deve responder a pergunta, se V. Exa. quiser designar, pode fazê-lo.

Então, vamos lá!

Qual é a participação percentual da White Martins no mercado de gases medicinais no Brasil, especialmente de oxigênio? Em que Estados está presente?

Qual é o aumento de demanda por gases medicinais desde o início da pandemia? Qual aumento adicional de demanda ainda se pode esperar, se é que os senhores têm como dizer isso?

Houve aumento dos preços ou dos custos para produção e distribuição de gases medicinais desde o início da pandemia?

Nós ouvimos muito falar da questão da lei trabalhista, da dificuldade que tiveram as empresas para poderem atender. Eu gostaria de uma explicação um pouco melhor desse aspecto.

Atualmente, qual é a produção total de gases medicinais pela White Martins? Qual é a capacidade de ampliação de oferta desses produtos em curto prazo por parte da empresa? Também as outras podem dizer isso.

Um dos empresários já colocou a dificuldade, inclusive, com as licenças da Anvisa. Seria bom também que isso fosse mais bem esclarecido pela própria Anvisa. No momento em que está faltando oxigênio, se há uma empresa buscando autorização, acho que nós temos que dar muito mais celeridade a esse aspecto. Fica, então, essa indagação à Anvisa.

Qual é a principal dificuldade para o fornecimento de gases medicinais no atual cenário de criação de novos leitos de UTI e de ocupação próxima a 100% das vagas? Que ações poderiam ser tomadas, tanto no âmbito do Poder Executivo quanto no âmbito do Poder Legislativo, para facilitar o fornecimento de gases medicinais e, assim, garantir o abastecimento de toda a rede hospitalar pública e privada?

Ao Sr. Ridauto Lúcio Fernandes, faço uma pergunta específica. Foi noticiado que, dias antes do esgotamento total do oxigênio hospitalar na cidade de Manaus, em 14 de março, o Diretor da White Martins Sr. Lourival Nunes enviou *e-mail* ao Ministério da Saúde solicitando apoio logístico para o transporte de cilindros de oxigênio gasoso e de tanques de oxigênio líquido para Manaus, pedido que não teria sido atendido a tempo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perguntas. V. Sa. Confirma essa informação? O que exatamente aconteceu nesse episódio. Se o apoio solicitado tivesse ocorrido, o problema em Manaus poderia ter sido evitado? Atualmente, que cidades são as maiores fontes de preocupação em relação ao abastecimento de gases medicinais? O que pode ser feito para evitar que outra tragédia semelhante ocorra em outros locais do Brasil?

E, para finalizar, Sr. Presidente, todos nós tivemos acesso ao cronograma de disponibilidade de vacinas, trazido a esta Casa pelo Ministro Eduardo Pazuello, que agora está deixando o cargo. É um dado importantíssimo para a população. A população quer saber quando será vacinada, quando a vacina chegará à sua cidade, quando a vacina chegará para todos nós. Por isso, a pergunta que fica é: quando será que os mais de 562 milhões de doses de vacinas asseguradas pelo Ministro Pazuello para 2021 sairão das planilhas do Ministério da Saúde para chegar aos postos de saúde de todo o Brasil?

Essa é uma pergunta que eu quero deixar no ar, não necessariamente para aqueles que estão aqui, como convidados, responderem, até porque o trabalho deles é específico na produção de oxigênio e distribuição, mas é porque todos brasileiro... E agora, na condição de Relator, Sr. Presidente, tenho recebido inúmeros *e-mails*, telefonemas das pessoas angustiadas, porque, com a mudança de Ministro, isso vai melhorar ou vai trazer mais hesitação ao Governo, na tomada de decisões?

Como aqui já está muito claro, nós temos que ter todo o sistema de saúde coordenado e organizado através do Ministério da Saúde. Não podemos ficar nessa de que o Prefeito é responsável ou o Governador; a política nacional de saúde cabe ao Ministério da Saúde, a execução cabe aos Governos de Estado e aos Municípios. Então, nós precisamos deixar muito claro: a nossa Comissão está atenta, e vamos cobrar, como estamos cobrando, tanto do Ministério como do Presidente da República e de todo o Governo.

É isso, são as considerações e as perguntas, Sr. Presidente. E quero aqui parabenizá-lo pela forma organizada como V. Exa. tem conduzido nossas reuniões, com a objetividade para que a gente possa esclarecer, da melhor forma possível, a população.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O Relator tem um tempo maior para fazer os seus questionamentos.

De agora em diante, eu vou passar a palavra para os dois que já anunciei pelo tempo de três minutos. Olhem bem: eu não controlo o tempo aqui, meus companheiros. Então, o próximo a fazer as perguntas... Depois eu passo aos palestrantes para responderem a tudo aqui, mas eu gostaria de orientar a todos os convidados para irem anotando as perguntas, que, muitas vezes, o Senador Wellington perguntou, e, daqui a pouco, outra pergunta para o mesmo. Então, você tem que já responder a todos. Vou fazer blocos de três.

Então, com a palavra agora o Senador Styvenson Valentim.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Coloquei o microfone.

Senador Confúcio, bom dia. Está ouvindo, Confúcio?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ouvindo bem, Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Estou começando a contar três minutos.

Obrigado a todos os participantes. A todos os Senadores, bom dia. Estava ouvindo aqui, mas vou ser mais preciso, vou ser objetivo.

O intuito dessa reunião – eu por estar à frente dessa busca, desse mapa estratégico de como está os oxigênios nos Estados e Municípios –, o propósito da gente, Senadores que participam da Comissão, é uma previsibilidade, é uma organização, é ter a informação para poder se antecipar, e não ficar como a gente fica: sabendo pela imprensa, sabendo em cima da hora que faltou oxigênio, que quebrou a usina em Município.

Minha pergunta é para Meiruze Freitas e para Ridauto. Eu ouvi dos fabricantes que talvez não seja o problema a produção de oxigênio, talvez a gente tenha até um conforto na produção de oxigênio pelas indústrias – pelo menos eu ouvi aqui e até citaram que houve um aumento, é lógico, um incremento. Mas não quer dizer que não possa faltar dentro da indústria. Se faltar, a gente pode até transferir de outro lugar para a área da saúde, como eu vi no Paraná, em Clevelândia, como aconteceu na questão dos cilindros.

Então, para o Sr. Ridauto: a gente hoje recebe a informação com antecipação? O Senador Relator, Wellington, fez uma pergunta precisa: informar com antecedência. Então, a antecedência é de quantos dias? – porque tempo é vida nesse caso, tempo é oxigênio que está tendo vazão por metro cúbico e não pode faltar. Então, este é o intuito: ter essa previsão, ter essa informação.

Outra pergunta para o General Ridauto Lúcio. Os Municípios e os Estados estão informando – informam em quanto tempo, quanto estão consumindo ou de quanto foi o incremento e qual o tipo de oxigênio ali? – se é cilindro, o tamanho. Porque o que eu consigo ver, Senador Confúcio, é essa informação vindo através da imprensa. Eu não sei se o ministério está recebendo, não sei se as empresas estão fornecendo. E essa missão da Comissão é coordenar, afunilar todas as informações, para que não haja perda de vidas por esse motivo.

Para a Sra. Meiruze. Hoje, com essa deficiência de muitos hospitais, faltando quantidade de cilindro, como já foi colocado aqui, a Anvisa poderia acelerar de que forma? Qual a participação da Anvisa para que possa dar uma segurança de um problema a menos no combate ao Covid? – que seria o engarrafamento, não sei se é assim que se chama.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O transporte seria em tempo rápido? – aí seria uma pergunta para o Ridauto Lúcio. Porque não é só no Norte que está acontecendo isso; não foi só no seu Estado, Senador Confúcio, que está acontecendo isso; essa previsibilidade de faltar é real no meu Estado, em Minas Gerais, no Paraná, como foi visto agora, porque os hospitais estão acima da capacidade. Então, a pergunta é: a gente tem como fazer esse transporte rápido com a essa organização da informação? Precisamos disso, porque eu estou enfrentando um problema aqui muito sério em meu Estado. O Governo estadual até passou a informação e não sei se chegou ao ministério – ouviu Sr. Ridauto? Eu não sei se o Governo do Estado passou todas as informações do nosso quadro de oxigênio. Já os Municípios não têm a mesma organização. Daqui a pouco, Senador Confúcio, estou saindo daqui para me encontrar com o Presidente da Federação dos Municípios do meu Estado, justamente para fazer esse levantamento e enviar para o Ministério da Saúde e para quem tem competência para suprir isso. Então, até nisso a gente está se envolvendo, fazendo essa parte de organização.

Não sei se deu para entender, Sr. Ridauto e Sra. Meiruze Freitas, as minhas perguntas, mas elas foram bem práticas: a gente ter a informação para evitar que falte e, quando faltar, quanto tempo leva. Porque, lá no interior de Rondônia faltou madrugada, se não me falha a memória...

(Interrupção do som.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – O tempo não foi favorável à gente.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

Estou passando a palavra até fora dos inscritos para os dois designados, aí nós seguiremos a lista já, já.

Então, eu passo a palavra para o Senador Randolfe Rodrigues pelo tempo de três minutos. *(Pausa.)*

Eu acho que o Randolfe não está na nossa Mesa, nesta sala, não é?

Então, vamos... Só um segundinho.

Senador Otto Alencar, V. Exa. pode usar a palavra para fazer suas perguntas. Senador Otto Alencar, do Estado da Bahia.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio, agradeço a V. Exa., saúdo todos Senadores e também todos representantes das diversas empresas de fornecimento de oxigênio, representantes do Ministério da Saúde e da Anvisa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que as perguntas formuladas pelo nosso Relator, Wellington Fagundes, sempre muito preciso naquilo que é necessário para esta Comissão, foram suficientes, Sr. Presidente. Acho que seria bom que se desse oportunidade para as perguntas que foram formuladas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bem. Muito obrigado, Senador Otto.

Então, vamos às respostas agora. O Senador Wellington fez várias perguntas, nós vamos distribuir.

Em primeiro lugar, vamos passar a palavra à Anvisa, que já pode responder ao Senador Wellington e ao Senador Styvenson.

Logo depois da resposta da Dra. Meiruze, o representante da Abiquim responde, White Martins e o General Ridauto. O Styvenson falou muito da situação de Rondônia. Aí, eu peço ao representante da Cacaoal para responder.

Então, essa sequência.

Com a palavra, a Dra. Meiruze.

A SRA. MEIRUZE SOUSA FREITAS (Para expor.) – Obrigada, Senador Confúcio. Eu agradeço a pergunta do Senador Wellington Fagundes e já o cumprimento pela oportunidade para esclarecer que atualmente existem 54 empresas autorizadas no Brasil para produção de gás medicinal, em especial o oxigênio. Não existe aguardando a análise da Anvisa nenhuma empresa para autorização de funcionamento para produção de gases medicinais. Desde o início da pandemia, todas empresas fabricantes de produtos estratégicos para o enfrentamento da Covid têm prioridade na concessão de autorização de funcionamento.

Em média, a autorização de funcionamento de uma empresa está ocorrendo em torno de 48 horas, especificamente para gases medicinais. No dia 16/3, a uma nova empresa foi concedida autorização para sua produção, uma empresa localizada no Ceará. Foi uma petição de solicitação que entrou na Anvisa e saiu com dois dias úteis. Mas, na média, estão saindo em torno de 24 horas, a depender da complexidade da atividade.

Em relação especificamente à pergunta colocada pelo representante da IBG e que o Senador Wellington repetiu, eu queria esclarecer que, quando uma empresa tem AFE, a autorização de funcionamento é dada para a matriz; não há necessidade de repetir autorização de funcionamento para as filiais. Existem autorizações que são concedidas – a licença sanitária – por meio da avaliação da vigilância sanitária local, do Município ou do Estado. Especificamente para a empresa IBG, não existe na Anvisa nenhuma pendência de autorização de funcionamento. Essa empresa tem autorização de funcionamento concedida em 22/07/2013, seis filiais cadastradas na Anvisa, e não há pedido de autorização de funcionamento com pendência, lembrando que, para as filiais, não é necessária uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorização de funcionamento, uma vez que a autorização de funcionamento da matriz é válida para as filiais. Então, esse é o esclarecimento.

A Anvisa tem atuado com total prioridade para todos os produtos na Covid-19. Neste momento, inclusive para o caso do oxigênio, a gente faz uma varredura nos processos que estão pendentes de avaliação e autorização, se há, de empresa produtora de gás medicinal para esse processo ser destacado, tendo em vista que, no momento, é um dos produtos mais críticos, com risco de desabastecimento.

O Senador Styvenson questionou quais são as estratégias para ampliar... Essas estratégias, Senador, perpassam a capacidade de produção dos fabricantes. A gente vem conversando, especialmente liderados pelo Diretor Romison, da área de inspeção e fiscalização, sobre quais são as estratégias que as empresas teriam para ampliar essa produção e o que, no âmbito regulatório, a gente poderia fazer para apoiar. Por exemplo, a maioria dos cilindros hoje são cilindros destinados para a produção medicinal, cilindros verdes. Há possibilidade de se utilizarem os cilindros destinados a uso industrial para o envase? Que tipo de limpeza tem de ser feita nesse cilindro para garantir que ele seja seguro para utilizar o gás medicinal? Há possibilidade de ampliar com outras empresas que não são do escopo da vigilância sanitária, como a gente trabalhou com o álcool e com os ventiladores pulmonares? Então, todas essas estratégias a gente tem discutido. As empresas trazem, e a gente verifica a viabilidade regulatória de trazer essa ampliação dentro do parâmetro de segurança, muito em parceria da construção conjunta.

Especificamente em relação a usinas em hospitais, que nós chamamos de gases medicinais PSA, as empresas não são reguladas pela Anvisa. Os hospitais precisam de ter uma estrutura. Foi colocado até pela representante do Ministério da Saúde que a pureza desse oxigênio é em torno de 92%, 93%. Para essas usinas que são construídas nos hospitais e que têm o acompanhamento da vigilância sanitária local, é permitido, sim, que esses gases tenham o teor de pureza em torno de 92%, de 90% a 93% para uso humano. Quanto mais se aumenta a velocidade de produção, na maioria das vezes, perde-se qualidade do gás.

Então, o que a gente vem colocando hoje é como apoiar o sistema para que se amplie essa instalação de usinas em hospitais. Algumas empresas são líderes de mercado, a White Martins é uma dessas empresas líderes de mercado na parte de gases medicinais. Neste momento, a gente está recebendo as informações das empresas sobre capacidade de produção, estoques, para que a gente possa disponibilizar para o Ministério da Saúde.

São essas as minhas considerações iniciais.

Eu agradeço, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a palavra Ciro Marino, da Associação Brasileira da Indústria Química.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO MARINO (Para expor.) – O.k., vamos lá. Na verdade, a maior parte das perguntas colocadas não são endereçadas a Abiquim exatamente, são muito mais endereçadas aos produtores, mas o que eu posso adiantar, talvez me antecipando ao que provavelmente um dos produtores citados, a White Martins, irá falar, é que todas essas perguntas a respeito de volume, capacidade utilizada ou localização, localidade das plantas de produção, todos esses temas estão sendo endereçados à Anvisa, para que a Anvisa possa coletar as informações dos diversos produtores e, a partir dessa informação consolidada, poder, então, redistribuir e enviar ao Ministério da Saúde para todo o planejamento logístico, atendimento e tal. Então, o que eu acho que caberia aqui para mim, para a associação, para a Abiquim responder seria apenas esse comentário. Como eu disse no início, na abertura, o principal trabalho que nós temos hoje é justamente na questão regulatória, nas questões de inteligência e relacionamento governamental também.

Eu queria aproveitar este momento para colocar um ponto que considero super-relevante e creio ser este o fórum adequado. As empresas, de forma geral, todos os produtores associados ou não, estão recebendo um sem número de ofícios de Municípios, entidades, autarquias para dar explicações do que está acontecendo, disponibilidade e tal. Dá para imaginar, dada a gravidade da situação, a ansiedade de todos em tentar resolver. O problema é que as empresas, dessa forma, acabam se distraíndo com assuntos burocráticos e o foco, que é justamente produzir, encontrar gargalos, aumentar a produção, acaba ficando para um segundo plano. Então, o que nós temos pedido com certa veemência já há algum tempo é que o Governo Federal assuma o controle e a centralização dessas informações perante autarquias, Municípios, entidades e tudo, de forma que as empresas possam, então, se concentrar nos seus negócios novamente, produzir, organizar, expandir capacidades, de forma que o Governo Federal possa alimentar essas entidades e Municípios com informações adequadas.

Basicamente era isso que eu tinha para comentar, no momento.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu passo a palavra para Paulo César Gomes Baraúna, Diretor da White Martins, pelo tempo de três minutos.

O SR. PAULO CÉSAR GOMES BARAÚNA (Para expor.) – Agradeço a pergunta do Senador Wellington.

Informo que, em função do que já foi colocado pela Meiruze e pelo Dr. Ciro, essas informações estão sendo consolidadas pela Anvisa. A participação de mercado é muito variada, muda muito de região para região e também de modalidade de fornecimento, seja líquido, seja gasoso. Sem dúvida, a participação da White Martins é relevante, e essa participação nos obriga a ter maiores cuidados e responsabilidades no atendimento à demanda do mercado contratado.

O senhor falou sobre evolução de custos: eu lhe diria que houve, sim, evolução de custos significativa. No caso de Manaus, por exemplo, são custos extras imprevistos e que, por uma questão de impossibilidade contratual, não foram repassados aos preços, porque nós temos contratos com o setor





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público que precisamos cumprir, e assim foi feito. E até de forma humanitária, aquele momento não era exatamente o período correto para se falar desse assunto.

Não tem faltado esforço. Quando se fala em evolução de custos fala-se também em evolução principalmente de custos logísticos, porque, na hora em que eu tenho de transferir produto de Fortaleza para Manaus ou de Belém para Manaus, esses custos logísticos muitas vezes são imprevistos contratualmente. Então, essa evolução de custos tem ocorrido, e a empresa tem colocado – como já foi colocado pelos nossos outros fabricantes – o interesse principal de neste instante suprir e não deixar faltar produto.

Essas questões comerciais que são importantes, muitas vezes, em determinadas circunstâncias, como as que nós estamos vivendo, deixam de ser prioritárias. O mais importante é não deixar faltar o oxigênio para salvar vidas, porque as pessoas que estão nos hospitais... Eu sempre digo isto para as pessoas que trabalham comigo: nós nunca devemos esquecer que nós podemos passar a vida inteira sem ir a uma indústria química, a uma indústria petroquímica, mas nenhum de nós, nenhuma pessoa de nossa família ou entre os nossos amigos vai poder passar a vida inteira sem ir ao hospital. Essa consciência do servir é muito importante. E não têm faltado esforços, Senador, para que isso seja feito.

O senhor falou também de dificuldades. Eu lhe diria que as maiores dificuldades são, como os outros colegas já falaram, de ordem logística, de ordem de previsibilidade, de onde vai acontecer a próxima expansão de determinado consumo, de determinado gás, de determinada unidade. E as ações que nós temos feito têm sido de conversar com as entidades públicas, com os secretários de saúde, com os secretários municipais de saúde, porque entendemos que muitas dessas intenções são positivas, mas algum nível de conhecimento técnico nós temos que levar para auxiliar, para que a solução encontrada seja boa, sustentável e segura.

Têm sido essas as nossas ações, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Baraúna.

Há dois ainda que foram questionados. Vou deixar o General Ridauto por último, e ele fecha as perguntas.

Vou passar a palavra agora ao Ricardo Macedo, da Cacoal Gases. O Senador Styvenson perguntou se ele está preparado para atender, sendo a Cacoal Gases o maior produtor de gases do Estado de Rondônia, às demandas dos Municípios que ele atende.

Com a palavra o Ricardo Macedo.

O Ricardo Macedo vai responder ao Senador Styvenson Valentim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ricardo Macedo não está me ouvindo?

O SR. PAULO SERPA (Para depor.) – Senador Confúcio, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia!

O SR. PAULO SERPA – Paulo Serpa, Procurador da Cacoal Gases. Até mandei mensagem aqui no *chat* a V. Exa., pois o Sr. Ricardo, em razão justamente da necessidade e da urgência desse aumento de consumo, teve que se ausentar para resolver algumas questões de âmbito hospitalar lá em Cacoal e outras prefeituras. Então, acabou que ele teve que se ausentar da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bem.

O senhor tem condição de responder?

O SR. PAULO SERPA (Para expor.) – Tenho sim.

Basicamente, em relação ao aumento de consumo, só algumas questões técnicas.

Nos Estados de Rondônia e Acre – inclusive eu estou com o Melo, que é representante da Oxiporto, que faz o envasamento desses gases em Rondônia e Acre –, nós nos deparamos com o aumento significativo do consumo em Rondônia e Acre, que saltou basicamente 100%. Nós saímos de um consumo mensal de 80 mil metros cúbicos/mês e passamos hoje a ter a necessidade de fornecer 160 mil metros cúbicos/mês. E a gente faz esse controle para acompanhar isso de perto.

Se a gente pegar os números de casos em Rondônia, de 1º de fevereiro até o último controle que a gente fez, que, salvo engano, foi em 13 ou 14 de março, tivemos um aumento de 40 mil casos. Isso dá uma média de basicamente 960 casos/dia. Então, é óbvio que isso implica e atinge diretamente a ponta. Serão mais casos, serão mais casos com necessidade de internação.

Então, hoje, a gente consegue chegar a essa estimativa de produção de 160 mil metros cúbicos. É óbvio que o nosso gargalo aqui e o que nos levou a fazer essas comunicações ao Ministério da Saúde e aos demais órgãos de controle são basicamente dois pontos: a aquisição de insumos – basicamente oxigênio líquido, que a gente tem essa dificuldade de pronto atendimento junto aos fabricantes – e o transporte desse oxigênio líquido aqui para o Estado de Rondônia, para que a gente possa fazer os envases. A gente tem que ter em mente que a gente tem uma distância aqui de 6 a 8 mil quilômetros para o caminhão sair da cidade de Porto Velho, ir até as fábricas buscar esse oxigênio líquido e retornar para a gente fazer o envase e depois fazer essa distribuição às prefeituras. Então, há essa dificuldade de aquisição do oxigênio líquido e há essa questão do tempo que leva para a gente fazer esse percurso de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

buscar o oxigênio líquido, trazer, fazer o envase, fazer a transformação para oxigênio medicinal e depois fazer essa distribuição.

E a segunda dificuldade, para que a gente possa alcançar e dobrar essa produção, é justamente a quantidade desses cilindros. A gente já participou aqui de diversas reuniões no Ministério Público, na assembleia legislativa local, e, assim, no mínimo hoje – no mínimo! – Rondônia precisaria de uns 750 cilindros para atender essa capacidade e essa necessidade que é diária das prefeituras. A gente tem que imaginar que a gente participou de um processo licitatório lá atrás em que a capacidade do Município era, por exemplo, uns 50 cilindros. Hoje, ele está consumindo 150 cilindros locais. Então, houve essa dobra muito significativa. Se a gente pegar em números, a gente tem Municípios no Estado de Rondônia em que esse consumo aumentou 170%, por exemplo.

Então, basicamente é essa dificuldade toda que a gente tem no cenário dos Estados de Rondônia e Acre, Sr. Senador.

São essas as considerações.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

Vamos passar a palavra para o último debatedor, que é o General Ridauto Lúcio Fernandes, do Ministério da Saúde.

Com a palavra S. Exa. o General Ridauto.

O SR. RIDAUTO LÚCIO FERNANDES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu vou procurar ser um pouco mais visceral para a gente poder compreender essa situação, porque eu acho que essas perguntas vão ter que cair mais para mim. Eu até instigo os debatedores a perguntarem. E podem focar as perguntas em mim, porque eu tenho resposta para um monte delas.

Hoje o problema que a gente está vivendo não é em relação ao oxigênio líquido. Claro, isso é sempre uma preocupação – grandes hospitais recebem oxigênio líquido direto e têm que manter o seu fluxo, senão nós teremos perdas de vidas em quantidades imensas –, mas hoje o maior risco de perdas de vidas está nas pequenas unidades, mesmo nas capitais, e nos hospitais do interior. São aqueles que vivem do oxigênio gasoso, como acabou de falar aqui o nosso representante da Cacoal. Ele deu um exemplo aqui, mas isso está acontecendo em todo o Brasil.

Se nós observarmos o mapa – já respondendo um pouco algumas perguntas que foram feitas, de quais são os Municípios para onde nós estamos sentindo mais dificuldade –, eu diria que no Acre só se trabalha com oxigênio gasoso. Até os grandes hospitais da capital, Rio Branco, trabalham exclusivamente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com oxigênio gasoso, não recebem oxigênio líquido. O Acre todo. O interior de Rondônia todo. Vários hospitais da capital de Rondônia são muito preocupantes, porque Rondônia e Acre têm dificuldade de ligação com o restante do Brasil, é mais difícil, são mais distantes, então demora mais fazer chegar o oxigênio até eles. No interior dos Estados da Região Sul – Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina –, os Municípios são praticamente servidos com oxigênio gasoso, então aí está a nossa preocupação. O Ceará acusou recentemente também que o oxigênio gasoso iria faltar nos pequenos Municípios. O Pará acusa falta nos pequenos Municípios, particularmente na sua porção oeste. Então, estamos de olho nesses Municípios.

O que acontece é o seguinte: quanto aos hospitais do interior que têm miniusina, nós ficamos o tempo todo nessa expectativa de que essa miniusina possa quebrar, como já aconteceu. Nós tivemos a quebra de uma miniusina em um Município do Acre, e tivemos que acionar a Força Aérea Brasileira para buscar as peças que iriam reparar essa miniusina no fim de semana. Quebrou na sexta-feira. Se a Força Aérea não tivesse trazido isso durante o fim de semana, os cilindros que havia de *backup* naquele hospital não seriam suficientes para manter a vida dos pacientes até que fosse feito o conserto pelas vias normais. Então, quando nós temos um hospital com miniusina, ficamos o tempo todo na expectativa: vai quebrar, não vai quebrar... São equipamentos que às vezes são velhos; a manutenção é complicada, é difícil. Então, isto para nós é bastante complicado: a rede de oxigênio gasoso.

E, quanto aos cilindros, como falou aqui o companheiro da Cacoal Gases, nós temos um problema com a quantidade. Então, se nós não tivermos uma quantidade grande de cilindros em Municípios do interior, existem pequenos... As UPAs, por exemplo, e hospitais bem pequenos trabalham exclusivamente com cilindros, não têm nem a miniusina. Quando aqueles cilindros têm que ser transportados a imensas distâncias... Por exemplo, vou pegar aqui um Município do interior do Acre: isso vai ser levado não para Rio Branco para abastecer; um Município do interior do Acre vai abastecer os seus cilindros em Rondônia, vai abastecer em Porto Velho. Então, é uma viagem de centenas de quilômetros por estradas precárias, que vão causar demora no fluxo de abastecimento. E, quando chegam a Rondônia para abastecimento, a firma que está lá está com dificuldade, porque o oxigênio líquido que ela usa para transformar em gasoso e abastecer aqueles cilindros, ela o busca com duas carretas, busca em locais distantes. Pasmem os senhores: essa firma de Rondônia que enche os cilindros do Acre chegou a buscar esse oxigênio líquido no Rio Grande do Sul! É aí que está o nosso gargalo. É aí que está o problema agora. Eu não estou tão preocupado... Claro, é preocupante, estamos preocupados, sim, mas não estou tão preocupado com o volume de produção dos grandes produtores, até porque temos a opção de mexer na relação entre oxigênio industrial e oxigênio medicinal para favorecer um pouco mais a via medicinal e, com isso, desaguar mais oxigênio líquido no mercado.

O problema não é a produção, é como isso chega à ponta da linha. Então, nós temos que fazer com que aquelas carretas dos pequenos envasadores de cilindros que estão espalhados pelo interior do Brasil... Cada um deles tem contrato com dez, vinte, trinta pequenos Municípios, cinquenta pequenos Municípios.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só eles levam o oxigênio para lá. Se esses pequenos envasadores não conseguirem abastecer as suas carretas nos grandes produtores, porque os grandes produtores estão com a sua produção comprometida com os contratos, comprometida com a indústria produtora, com a siderurgia, com a indústria de solda... Se eles não fornecerem esse oxigênio, não encherem essas carretas, o pequeno envasador não consegue envasar o cilindro. Não vai chegar o cilindro, que tem de chegar rápido, porque já se está gastando muito tempo naquela distância do Município até a sede do envazamento. E, o cilindro não chegando, como o *backup* é pequeno, como o hospital ou aquela UPA são pequenos, vai faltar produto. Nós tivemos a acusação de falta de produto, acreditem os senhores, em Valinhos, no interior de São Paulo. Tivemos acusação de falta de produto em Florianópolis, Santa Catarina, porque o envasador que fazia o envazamento tinha que buscar... O envasamento passou... O grande fornecedor que fornecia não pôde, e ele teve que ir mais longe para buscar. Quando ele conseguiu envazar e trazer os cilindros, o paciente já estava ali quase sem oxigênio. Então, o problema que nós estamos vivendo hoje é este: como fazer chegar à ponta da linha o oxigênio gasoso.

Por favor, me perguntem mais que eu gostaria de ter mais tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, General Ridauto.

Vamos passar agora ao próximo bloco de inscritos.

Nós temos aí... Eu já tinha chamado o Senador Randolfe Rodrigues, mas eu estou vendo que ele chegou. Então, vamos fazer o seguinte: como ele é um dos designados para falar sobre oxigênio, entram Senador Randolfe, Senador Izalci, Senador Marcos Rogério e Senador Esperidião Amin. Aí a gente fecha esse bloco de quatro.

Eu gostaria que as perguntas fossem bem distribuídas para todos os palestrantes, se possível.

Então, vamos passar a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Ele estava aí há pouquinho.

Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Ele já não está. Eu vi o rosto dele, mas ele deve ter saído.

Vamos passar a palavra para o Senador Izalci Lucas, do Distrito Federal. (*Pausa.*)

Senador Izalci Lucas. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci Lucas. (*Pausa.*)

Senador Izalci. (*Pausa.*)

O Senador Izalci Lucas não falha.

Ele deve ter se levantado.

Então, vamos passar para o Senador Marcos Rogério, do Estado de Rondônia. (*Pausa.*)

Senador Marcos Rogério. (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin, de Santa Catarina.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Pois não.

Com a palavra, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpellar.) –
Sr. Presidente, apenas no sentido de prestigiar esta reunião tão bem dirigida por V. Exa., eu queria fazer a seguinte ponderação: nós estamos vivendo, de modo geral, uma crise de abastecimento. Tivemos boas informações sobre a questão do oxigênio, sobre como é organizada a logística. Aprendemos bastante. Eu, pelo menos, aprendi ao conhecer os tipos de usos e, portanto, a constituição do que é o oxigênio, o seu grau de pureza necessário para determinados usos. O que eu percebo é que nós não dimensionamos ainda o que é o conjunto das necessidades em termos de logística e em termos de reflexo social e de reflexo econômico e que desmontamos uma parte delas, Presidente. A verdade é que a sociedade, o Governo Municipal e até o Federal não perceberam que o ano civil terminou no dia 31 de dezembro, mas que a pandemia ignorou o calendário.

Nós estamos no limbo ainda em matéria de auxílio emergencial. As operações de crédito, as linhas de crédito que foram abertas no ano passado... E nós fizemos força, ainda sob a sua coordenação na Comissão da Covid no ano passado, que era do Congresso, para que aquela caixa de liquidez, aquela caixa-d'água levasse a água para os mais necessitados, o que foi uma odisséia. Conseguimos um plano de imunização no dia 18 de dezembro, mas a verdade é que nós não temos os sensores para perceber *on time*, ou seja, na hora, as defasagens que estão acontecendo. E não temos uma coordenação que abranja toda essa complexidade que hoje foi enriquecida, na nossa visão, com os depoimentos havidos.

Então, eu queria deixar um espaço aqui ou requerer um espaço para debater o que seria o conjunto que deveria compor uma verdadeira coordenação não apenas do aspecto de saúde e da Covid, mas também dos seus reflexos, das suas implicações. Eu não saberia desenhar isso hoje, mas já dá para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perceber que é um corpo muito complexo, com muitas sinapses, com muitos para-raios, enfim com muitos sensores, com muita sensibilidade para tudo que acontece numa sociedade complexa como a nossa.

É a reflexão que eu gostaria de deixar, agradecendo a todos pela contribuição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu chamo de novo o Senador Izalci Lucas. *(Pausa.)*

Senador Randolfe Rodrigues... *(Pausa.)*

Senador Marcos Rogério... *(Pausa.)*

Se eles não estão presentes, eu vou fazer agora algumas perguntas, para fechar o bloco.

A primeira pergunta eu vou dirigir ao General Ridauto.

Como já está havendo colapso no sistema, com hospitais superlotados, com UTIs superlotadas, o mapa do Brasil está em vermelho. E os Municípios pequenos dependem do oxigênio envasado nas chamadas balas de oxigênio. Faltando esses gases em balas, quais são as alternativas que o Ministério da Saúde tem para que se bloqueiem, não aumentem ainda mais as mortes por falta de oxigênio para a ventilação? É uma pergunta.

A segunda pergunta: o abastecimento das indústrias do Norte depende muito da chegada de outros fornecedores de oxigênio líquido ou não? Mas, sendo assim, por exemplo, o responsável da Cacoal falou que está precisando que as empresas forneçam para ele, o Acre também. Qual é a solução para que haja uma disponibilidade para esses Estados das Regiões Norte, Centro-Oeste ou Nordeste mais rápida desses produtos para atendimento às cidades do interior?

A nossa audiência pública tem um objetivo: justamente levar a Plenário, ainda hoje à tarde, as conclusões dessas conversas de agora. O que eu vou falar para o Presidente Rodrigo Pacheco? Nós ouvimos todos os fornecedores, e todos apresentaram suas dificuldades, pois aumentou bastante a demanda. Mas ele vai perguntar: e qual é a solução para o que está faltando, para quem está morrendo? Então, essa pergunta eu vou dirigir a um dos fornecedores que tem maior capilaridade, que é a White Martins.

Agora, eu vou também dirigir aqui uma pergunta ao General Ridauto Fernandes acerca da logística prejudicada no País para abastecimento de oxigênio. Que outras medidas estão sendo tomadas para que possamos abrir novos meios de distribuição no País? O papel das Forças Armadas, como um componente importante: neste momento difícil, sobe mais alto o dever patriótico das Forças Armadas de socorrer as populações mais isoladas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

À Anvisa, Doutora Meiruze Freitas: em resposta ao acionamento do Ministério Público Federal, ao Ministério da Saúde, para que tomasse medidas para evitar o desabastecimento de oxigênio do Norte, a Anvisa publicou, no *Diário Oficial* do dia 13 passado, medidas de monitoramento, produção e distribuição do gás aos hospitais brasileiros. Quais seriam essas medidas? Como elas, efetivamente, solucionam a questão? Outras medidas estão sendo tomadas ou necessitam ser tomadas pelas autoridades, para que se evite o colapso de oxigênio?

Mais uma pergunta para o Doutor Ciro Marino, da Associação Brasileira da Indústria Química. Recentemente, a imprensa noticiou a preocupação demonstrada pela Abiquim quanto ao planejamento logístico para a distribuição de oxigênio na região Norte. Quais os motivos dessa preocupação? Por que a Região Norte é a mais afetada? Ainda existem riscos de desabastecimento? Quais as soluções que a associação – se o senhor não puder responder, delegue a um dos produtores – visualiza para impedirmos a falta de oxigênio na Região Norte e também no Nordeste?

Bem, à Cacoal Gases, que também serve ao Acre: diante das denúncias do baixo estoque e disponibilidade empresarial insuficiente para fornecimento de oxigênio ao sistema de saúde do Estado de Rondônia e Acre, o Ministério Público Federal acionou o Ministério da Saúde para que tomasse medidas para evitar o desabastecimento de gás medicinal, sendo a Cacoal Gases a principal fornecedora do Estado. Eu pergunto: a situação já foi resolvida? Qual a real situação dos contratos e a capacidade de fornecimento para o Estado? De onde vem o fornecimento? Eu repito uma pergunta anterior: quais os fatores que podem ocasionar um risco de desabastecimento? Justamente é esta a preocupação desta audiência pública: de realmente nós termos alternativas de respostas, porque Senadores e Deputados são bem procurados e acionados pelas autoridades, secretários municipais, Governos de Estado e Prefeitos municipais.

E há uma pergunta de Vanderley Gomes, do Estado da Bahia: "Quais são as ações a serem implementadas...?" – vou colocar essa pergunta para o General Ridauto; essa pergunta é de Vanderley Gomes, do Estado da Bahia: "Quais são as ações a serem implementadas para suprir, manter e atender a demanda dos usuários do sistema de saúde por oxigênio?".

São essas as perguntas, e vou já direcionar as respostas, na ordem. Vamos começar pela Doutora Meiruze Freitas, para responder a mim e aos outros Senadores desse último bloco.

Meiruze Freitas, com a palavra.

A SRA. MEIRUZE SOUSA FREITAS (Para expor.) – Senador Confúcio, obrigada.

Eu vou pedir a permissão, porque eu recebi um dado dessas informações que a gente já vem solicitando pelo setor e que começaram a chegar na data de ontem. E, aí, me permita disponibilizar a apresentação novamente, porque eu acrescentei um eslaide. Só me diga se foi compartilhado, por favor.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Isto!

A SRA. MEIRUZE SOUSA FREITAS – Tá.

Eu vou voltar nesse eslaide porque tem uma parte da resposta à sua pergunta, mas eu vou apresentar um dado que a gente já conseguiu minerar, de entrega, com 132 empresas.

Então, o que é a estratégia do edital? Como nós fizemos isso com os anestésicos e foi uma estratégia interessante, porque a gente conseguiu discutir com o setor a ampliação da produção dos anestésicos e conseguiu mandar para o Ministério da Saúde qual a quantidade vendida, qual a quantidade em estoque nas empresas, para qual cidade a indústria vendeu, para qual distribuidora, para qual hospital, a gente conseguiu monitorar toda essa cadeia, e ficava a informação diretamente ao Ministério da Saúde para fazer suas discussões de políticas públicas.

Então, nesse mesmo cenário, vendo que o oxigênio estava indo para a mesma linha, em que pesem as empresas de oxigênio não terem o mesmo monitoramento das empresas dos demais medicamentos, a gente adotou a mesma estratégia para que as empresas nos informassem a sua capacidade de produção, envase e distribuição, para quem a empresa estava entregando, seja para o setor público ou seja para o setor privado. Que essas informações fossem enviadas semanalmente para a Anvisa toda quarta-feira. Essa é uma validade medida por 120 dias para que a gente olhasse o cenário e deixasse isso à disposição do Ministério da Saúde para subsidiar a atuação do Ministério da Saúde, uma vez que a Anvisa não faz aquisição de nenhum produto.

Então, essa foi a estratégia de trabalhar com esse edital no mesmo modelo que nós trabalhamos com os outros. E essa coleta de informações nos dá o panorama, tanto da produção como do consumo.

Eu vou mostrar um dado geral aqui, eu não sei se chegou a esse eslaide. A gente tem um gráfico. Avisem-me, porque eu não consigo enxergar aqui.

Nos dados, de 131 CNPJs que responderam – lembrando que aqui há empresas que envasam, empresas que distribuem e nem toda distribuidora tem a autorização da Anvisa... Do cenário que a gente tem mapeado, desde o dia 8 de março, ainda estão chegando informações, mas é só para o primeiro cenário, para a gente verificar que vem no crescente tanto da capacidade de produção como também na quantidade demandada. E o cenário, na data de ontem, nos mostra preocupação com o dado compilado hoje. Precisamos compilar maior número de informações, mas esse é o primeiro panorama, com os dados já recebidos. Então, é esse tipo de monitoramento, bem como o detalhamento de qual empresa, onde essa empresa fica, qual é a capacidade de produção que ela está tendo e qual a quantidade vendida.

São essas as informações que a gente vai extrair por meio do edital.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que, das perguntas do senhor, Senador Confúcio, eu acredito que com essas explicações eu consegui responder. Por favor, acione-me seu eu esqueci algum dos seus questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Satisfeito, Doutora Meiruze.

Eu passo a palavra ao General Ridauto Lúcio Fernandes.

O Senador Izalci chegou. Agora mesmo, Izalci, já, já.

O SR. RIDAUTO LÚCIO FERNANDES (Para expor.) – Senador Confúcio, o senhor pergunta com relação à falta de cilindros, alternativas para a falta de cilindros. Sim, claro, a alternativa seria a instalação de miniusinas, porque aqueles hospitais não têm implantada a estrutura criogênica e essa implantação seria bastante, eu acredito, mais demorada.

As miniusinas são produzidas... Nós temos cadastrados produtores no Brasil, não há miniusinas sobrando. As que existem estamos requisitando, o Ministério da Saúde, e direcionando ao interior, normalmente transportadas pela Força Aérea ou por meios contratados pelo Ministério da Saúde.

Entregamos a miniusina. Recentemente, entregamos duas no Amapá, já estamos com previsão de requisição e entrega para miniusinas no Acre e em Rondônia também já temos algum planejamento. Mas as miniusinas são a única alternativa, o problema é que elas não atendem à capilaridade. A miniusina vai atender a uma unidade hospitalar, talvez caibam alguns cilindros a um hospitalzinho do lado, mas ela tem dificuldades de atender a outros Municípios, por exemplo. Se for alguma coisa um pouquinho mais longe... Ela abastece poucos cilindros de cada vez – se é que ela vai ser usada para abastecer cilindro e não diretamente nos leitos. Então, a miniusina não é uma solução que vai resolver o problema. A alternativa para a falta de cilindros é arranjar mais cilindros. Isso, sim. Como falou aqui o pessoal de Rondônia, há carência de cilindros na faixa de várias centenas, e ela tem de ser resolvida.

Por falar de Rondônia, nós já estamos remetendo para Rondônia – esperamos fazer isto ainda neste final de semana –, já há uma certa quantidade de cilindros. Se somarmos com os do começo da semana que vem, só a Rondônia deverão chegar cerca de 400 cilindros, talvez mais. Talvez não consigamos chegar aos 750 que o companheiro falou, mas ele sabe muito bem que 400 cilindros já fazem uma diferença muito significativa, já dá para respirar bastante mais aliviado.

Solução para disponibilidade rápida de oxigênio: a solução é que as plantas produtoras disponibilizem e que as carretas daqueles envasadores, daqueles elementos que fazem o envasamento localmente possam ter acesso... Uma vez que eles cheguem, que elas não fiquem esperando. Nós temos carretas, por exemplo, de produtor da Amazônia que hoje está esperando em uma planta do interior do Maranhão; já está com a sua carreta parada lá há dias e dias, e não é abastecida. Nós temos envasadores do Paraná que chegam às plantas também e não conseguem abastecer. As de Curitiba, por exemplo, são



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

obrigadas a se deslocarem para São Paulo e Rio de Janeiro, em um percurso muito mais oneroso, com mais perda de produto, porque, à medida que você abastece e se desloca, o produto vai se esvaindo, uma parte dele se perde. E com perda de tempo, principalmente. Na hora que se chega para envasar os cilindros, há muito mais cilindros para ele envasar, e ele não dá conta de envasar o que precisava. Aí, o pequeno hospital fica com problema.

A solução seria nós criamos um dispositivo, que pode ser legislativo – inclusive, podemos discutir isso com mais calma no privado, se o senhor quiser – que permitisse às empresas, que desse ferramentas para que essas grandes produtoras pudessem mexer na sua atual estrutura, inclusive com algum vínculo contratual, sabemos que isso, talvez, tenha de ser mexido, para receber as carretas que chegam para abastecimento nas suas plantas e não as recusar. Nós temos de criar uma ferramenta para que o produtor, para que a indústria não possa recusar a carreta que chega para ser enchida. Embora seja um concorrente, embora seja alguém que vá receber aquele oxigênio e revendê-lo, no momento nós não temos estrutura, o grande não consegue chegar à ponta da linha. Então, nós dependemos, sim, dessas carretas que estão na mão dos pequenos, dos envasadores para poder fazer chegar à ponta da linha. Se não chegar à ponta da linha, nas UPAs e nos pequenos hospitais, nós teremos mortes, mortes!

Eu estou falando... Eu sinto muito, mas não dá tempo de ir mais atrás de mais miniusinas. Mesmo no caso dos cilindros que nós estamos conseguindo, a velocidade de aquisição deles também não é instantânea. E a expectativa de falta perigosa desse produto na ponta da linha, nos pequenos hospitais, é de poucos dias.

Para fechar, as Forças Armadas estão nos apoiando muito. Nós estamos mandando... Hoje estão chegando a Rondônia os primeiros isotanques que estão levando uma grande capacidade de oxigênio para o Estado. Hoje devem chegar 6 mil metros cúbicos e, possivelmente amanhã, a mesma quantidade. Isso já dá um sossego bastante razoável nos próximos dias para o Estado. A Força Aérea Brasileira está transportando esse produto e deve entregá-lo, como eu falei, ainda hoje ou de hoje para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, General Ridauto.

Eu passo a palavra para o Baraúna, da White Martins. Há uma perguntinha para o Sr. Baraúna.

O SR. PAULO CÉSAR GOMES BARAÚNA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

O nosso foco, a nossa prioridade de atuação é o cumprimento dos nossos contratos com os nossos clientes. Leva-se em consideração que, em geral, esses contratos foram feitos considerando volumes históricos que hoje têm sido superados sucessivamente duas, três, quatro, cinco vezes. Então, em determinadas situações, para garantir o suprimento desses clientes contratados, porque é isso que eles esperam, nós temos envidado esforços logísticos e de equipamentos para fazer isso. Vou dar um dado para o senhor: este ano nós já fizemos, somente na Região Norte, cerca de 53 mudanças de tanques,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adequações de tanques. Apesar de o oxigênio líquido não ser em quantidade, como bem colocou o General Ridauto, uma preocupação, preocupa-nos a autonomia de cada um desses tanques para que os hospitais possam operar de forma segura, para que não tenhamos surpresas, porque se ampliam leitos de UTI, se ampliam respiradores e esses equipamentos aumentam muito a demanda de oxigênio.

Então, em certas circunstâncias, já avaliamos e estamos tomando algumas decisões, como a conversão total de cilindros da área industrial para a área medicinal e, em algumas cidades, já tomando a decisão de comunicar às indústrias que vamos suspender o atendimento para elas em função de uma causa maior, que é a defesa do bem da vida. E temos encontrado em algumas circunstâncias boa vontade das indústrias. Onde não existe boa vontade temos trabalhado no diálogo para que se entenda que, nestas circunstâncias, alguma coisa precisa ser feita.

Em determinados Municípios do interior do Brasil, como bem colocado pelo General Ridauto, a única alternativa que há no curto prazo é aumentar a capacidade de estoque à disposição. Temos adotado essa medida e não hesitaremos em fazê-las na medida em que sejam necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Paulo César Baraúna.

O último a responder é Ciro Marino, da Associação Brasileira da Indústria Química. (*Pausa.*)

Ciro Marino.

O SR. CIRO MARINO (Para expor.) – Agora, sim, eu não tinha aberto o microfone.

Vamos lá. Sobre as questões que nós havíamos levantado logo ao princípio do ano, só para esclarecer um pouco como funciona o ciclo de informações. A Abiquim faz parte de um grupo de entidades chamado de Coalizão Indústria. Essa Coalizão é composta, além da Abiquim, da Anfavea, automobilística, da Abit, têxtil, da Eletros, da parte de eletrodomésticos, por uma série de outras entidades. O pessoal da Eletros, que tem uma forte participação no Amazonas, principalmente o seu Presidente, que é manauara, logo no início do ano levantou o problema, estava assustado com a evolução da segunda fase da pandemia num ritmo, numa velocidade assustadora mesmo.

Então, como base no que ele havia falado, nós já estávamos, dentro da indústria química, a postos, preocupados com os possíveis desdobramentos. Aí nós temos outro canal de comunicação dentro do Governo, no Ministério da Economia. Dentro do Ministério da Economia existe a Mesa da Química. Na Mesa da Química, a gente leva todos os problemas setoriais, as questões de gás, as questões específicas da química como um todo.

O nosso acesso, através da Mesa da Química dentro do Ministério da Economia, permite uma agilidade de informação muito grande. Então ali, logo na segunda quinzena de janeiro, o Ministério da Economia nos mandou um ofício pedindo para prestar uma série de informações parecidas com estas que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depois o Ministério da Saúde e a própria Anvisa solicitaram. A Abiquim, naquele momento, já havia acionado os principais CEOs dessas empresas que são associadas à Abiquim – das cinco principais que foram mencionadas aqui, são quatro delas. Conversei com os CEOs, relatei a preocupação, e o próprio Ministério da Economia também oficiou essas empresas para buscar essas informações. Então, nós começamos a trabalhar logo ali na segunda quinzena; na terceira quinzena de janeiro já estávamos totalmente alertas para a situação de Manaus.

Agora, o maior problema que nós enxergamos naquele momento não era na capacidade de produção de oxigênio de forma geral, e, sim, a logística para atender Manaus. Dentro daquele grupo de entidades da Coalizão que eu citei, uma delas, o instituto brasileiro do aço, conseguiu a alocação de um volume gigantesco de uma siderúrgica no Maranhão. Para se ter uma ideia, era o ponto mais próximo para o atendimento de volume. Nós estamos falando de oxigênio industrial, na emergência tinha que ser atendido com o que nós tínhamos à mão à época.

Então, foi deslocado um volume gigantesco mesmo para atender Manaus. Só que, para se ter uma ideia, de onde está a siderúrgica até Belém são cerca de nove, dez horas de viagem de caminhão e depois mais cinco, seis dias para chegar até Manaus por barco, ou seja, o atendimento não poderia ser feito em menos de sete dias. Isso logicamente acendeu um alerta enorme e nos deixou bem clara a situação de que naquele momento não seria a produção brasileira de oxigênio que afetaria o suprimento adequado para a cidade, e, sim, a questão logística.

Eu acho que essa mesma preocupação logística que temos com Manaus precisamos estender para Rondônia, para o Acre, porque nós temos uma dificuldade maior, assim como para atender alguns Estados do Nordeste também. Mas eu acho que sobre a transferência, a produção e a capacidade propriamente ditas, eu teria que endereçar essa pergunta, para complemento da minha resposta, aos produtores.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – ... e perguntas serão os Senadores Randolfe Rodrigues, Izalci Lucas e Marcos Rogério. E nesse bloco ainda, para fechar e agradecer a todos os senhores, Wellington Fagundes.

Mas depois repassarei a palavra, porque muitos dos nossos convidados não falaram nada nem foram questionados, mas, por certo, gostariam de falar alguma coisa. Então, após essa rodada de respostas, vou passar à lista, dando um minuto para aqueles que não foram perguntados fazerem seu comentário final.

Vamos agora passar a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, do Estado do Amapá.

Com a palavra o Senador Randolfe.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, de maneira bem breve, eu queria primeiro pedir desculpas, porque estou, em paralelo à nossa reunião, participando também da reunião do Colégio de Líderes do Senado Federal, com o Presidente Rodrigo Pacheco.

Mais do que pergunta, Presidente, é uma solicitação que faço ao digníssimo representante do Ministério da Saúde e aos demais presentes: seria importante esta Comissão, Presidente, ter acesso, preferencialmente ainda hoje, a um mapa de todo Território nacional sobre o *status* atual da cobertura de oxigênio, a situação em que se encontra, com as expectativas, com a perspectiva, melhor dizendo, dos próximos dias – a perspectiva de curtíssimo prazo, de colapso ou não, a perspectiva de quanto tempo ainda pode durar o estoque disponível de oxigênio em médio prazo, nos próximos 15 dias, nos próximos 30 dias.

Eu queria requerer a V. Exa. que requisitasse ao representante do Ministério da Saúde e a todos os representantes das empresas presentes, em primeiro lugar, o mapa de todo o País. O General, me parece, detalhou um pouco a situação de alguns locais, de alguns Municípios onde está mais crítica. Seria de bom tom ter isto detalhado em todo o País, a situação de curtíssimo prazo, de médio e de longo prazo do estoque de oxigênio que existe. E, da mesma forma, a capacidade de oferta para os próximos dias que cada uma das empresas, cada um dos representantes comerciais que estão aqui presentes podem nos fornecer.

Mais do que pergunta, é essa requisição, esse requerimento que faço oralmente a V. Exa. Solicito que requeira do senhor representante do Ministério da Saúde e das empresas e, pela urgência que o caso requer, que sejam, nas próximas 24 horas, prestadas essas informações a esta Comissão.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu passo a palavra para o Senador Izalci Lucas, Distrito Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro também quero pedir desculpas, porque estou participando aqui também da reunião de Líderes. Se alguém já perguntou, me perdoem. Inclusive, já é a resposta aí ao Senador Randolfe Rodrigues: a Anvisa publicou, no dia 12 de março, um edital de chamamento convocando as empresas fabricantes, envasadoras e distribuidoras de oxigênio a manter as informações, falando sobre a capacidade de fabricação, de envasamento e distribuição, estoque disponível e quantidade de demanda nos últimos 60 dias, inclusive, estabelecendo um prazo: que toda quarta-feira, todas as quartas, isso teria que estar disponível. Aí eu pergunto exatamente isto: se essas informações já estão disponíveis. E, com base nessas informações, já existe algum estudo que confronte a capacidade de produção e respectiva demanda por oxigênio por Estado da Federação, tanto no período sem pico de internação, quanto no pico de internação? Então, essa é a primeira pergunta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero ver aqui no DF, porque, no DF, por exemplo, a última informação que eu tenho é que eles tinham a referência janeiro. Só que a realidade hoje não é a mesma, é totalmente diferente. Eu sei que em janeiro havia disponibilidade, agora já não sei mais.

Segundo, Presidente. Já foi respondida a questão da qualidade, se há uma fiscalização para ver esse nível de oxigênio, porque foi autorizado até 95%, e era 99%; se isso não traria prejuízo, alguma coisa na qualidade, se não poderia prejudicar a saúde. Mas, tudo bem, parece que já foi respondido.

E a outra pergunta. Bem, a gente sabe o que aconteceu em Manaus, e há toda essa dificuldade de logística, processo de importação, de produção... Com base nessas informações, eu pergunto então: que medidas estão sendo tomadas pelo Governo para evitar que a situação pela qual a cidade de Manaus passou não se repita em outros Estados? Pergunto sobre todas as providências que estão sendo tomadas.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a palavra o Senador Marcos Rogério, do Estado de Rondônia.

Senador Marcos Rogério. (*Pausa.*)

Parece que o Senador Marcos... Houve uma concomitância de reuniões, da nossa com a reunião do Colégio de Líderes, e o Marcos é Líder do Democratas. Ele deve estar com a reunião lá e aqui.

Vamos encerrar, então?

Eu peço agora os comentários finais e algum questionamento do Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – ... é o Projeto de Lei 486, de autoria do Senador Anastasia. Esse projeto, na verdade, eu o estou pedindo em função de ser Vice-Presidente da Frente Parlamentar do municipalismo. É um projeto que eu acho que vai dar melhores condições para os prefeitos trabalharem em associação, porque às vezes está sendo questionada na Justiça a transferência de recursos de Municípios para a associação e para a confederação. É de autoria do Senador Anastasia.

E eu quero ainda, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Isso não é...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... dizer, como V. Exa. acabou de dizer na sua fala, que a razão não está de um lado só. Eu acho isso extremamente importante. E V. Exa., como Líder...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Wellington, V. Exa. deve estar em outra reunião.

Senador Wellington?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Oi!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O senhor está fazendo perguntas aqui na nossa Comissão? O senhor estava fazendo as perguntas em nossa Comissão?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Exatamente, mas lá na Covid eu estou agora presente falando. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não. Pode continuar, por favor. Pode falar.

Eu gostaria que o senhor falasse, Senador Wellington, sobre as considerações finais e algum comentário sobre a audiência de hoje.

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu, como Relator da Covid, estava presente e me desloquei agora pelo celular para falar com V. Exa. Espero que não tenha prejudicado muito lá. Mas hoje nós tínhamos...

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, Sr. Presidente, vou...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode falar, pode continuar. *(Pausa.)*

Pode continuar, Senador. *(Pausa.)*

Ele está tendo dificuldade.

Senador Wellington, eu vou deixar um pouquinho o senhor arrumar o seu equipamento e vou fazer o seguinte: vou passar a palavra para o General Ridauto, aliás, para a Dra. Meiruze responder já ao Randolfe e ao Izalci.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com a palavra a Dra. Meiruze, Diretora da Anvisa, por favor.

A SRA. MEIRUZE SOUSA FREITAS (Para expor.) – Bom dia ao Senador Randolfe e ao Senador Izalci.

O requerimento das informações do edital começou a chegar ontem à noite. A gente está compilando esses dados das empresas – quais empresas responderam, qual é a sua capacidade produtiva, qual é a sua demanda – e montando também alguns gráficos para informações. Então, foi o primeiro gráfico que eu mostrei agora na audiência. Eu pedi também que a apresentação fosse atualizada e enviada a cada Senador para terem uma ideia das informações. Então, esse monitoramento a gente começou a fazer na data de ontem. Estamos ainda compilando, não temos o cenário do Brasil, mas os dados dessas 132 empresas nos mostram que, na data de hoje, houve uma redução tanto da capacidade produtiva ou da capacidade de distribuição quanto da demanda. Então, é o primeiro cenário. A partir deste momento é que a gente vai fazer um estudo mais apurado, com os dados que a Anvisa está recebendo – ainda há empresa enviando informações na manhã de hoje. E essas informações, certamente, por meio de requerimento, estarão disponíveis ao Senado Federal, assim como estarão disponíveis ao Ministério da Saúde.

Quanto ao que o Senador Izalci falou sobre a questão da qualidade, a redução de 99% a 95% foi feita dentro dos parâmetros da manutenção da qualidade dos gases medicinais.

São essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dra. Meiruze, a senhora tem condição de fazer, de elaborar, pela Anvisa, esse mapa solicitado pelo Senador Randolfe, esse mapa da situação do oxigênio no Brasil?

A SRA. MEIRUZE SOUSA FREITAS – Eu entendi, Sr. Senador. Esse mapa está sob avaliação do Ministério da Saúde. Todos os dados que receberemos serão entregues por meio de requerimento, mas é o Ministério da Saúde que está fazendo esse monitoramento mais próximo do cenário da assistência, porque há muitas empresas que não estão regularizadas. Então, elas não mandam essas informações diretamente para a Anvisa. Eu acredito que essa seja uma demanda mais adequada de resposta ao Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Então, eu transfiro essa pergunta do Senador Randolfe para o General Ridauto.

Com a palavra o General Ridauto.

O SR. RIDAUTO LÚCIO FERNANDES (Para expor.) – Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço ao Senador Randolfe pela pergunta.

Inicialmente, com relação a informações sobre o oxigênio, eu queria esclarecer ao Senado que existe uma normativa que define as responsabilidades sobre o monitoramento de estoques de medicamentos. O oxigênio medicinal é um medicamento que não consta da Rename (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais), que é atualizada a cada dois anos; a versão que está em vigor é a do final de 2019 e começo de 2020. Ali não está oxigênio, e, não estando ali, a responsabilidade pelo controle de estoques cabe aos Estados da Federação, e não ao poder central, não ao Governo Federal. Então, para falar a pessoa que é responsável pelo fato, teriam que ser consultadas as demais unidades federativas, os Estados, para se ter essa resposta da boca dos responsáveis que têm que exercer esse controle.

No entanto, como estamos vivendo uma pandemia, o Ministério da Saúde, é claro, não ficaria de braços cruzados, vendo acontecer a tragédia que nós estamos vivendo, vendo acontecer o desenlace com perdas de vidas etc.

O Ministério da Saúde, prontamente, interveio. Não vou me alongar aqui na resposta ao que solicitou o Senador Wellington Fagundes. Depois eu posso fazer até isso por escrito, se o Senador quiser, narrando quando é que se tomou conhecimento, *e-mails* etc., etc. Mas o fato é que o Ministério interveio muito prontamente.

Estamos na elaboração do mapa do Brasil, sobre o qual o Senador Randolfe pergunta.

Esse mapa do Brasil, Senador Randolfe e demais Senadores, se nós formos enviá-lo agora, estará muito, muito incompleto. Nós justamente provocamos a Anvisa. Todo esse trabalho que a Anvisa está fazendo, descrito pela representante da Anvisa nesta reunião, foi provocado pelo Ministério da Saúde em reuniões na Casa Civil a que compareceram os representantes da Anvisa.

Então, quando nós levamos o problema, dizendo que precisávamos de informação a respeito da indústria do oxigênio etc., para montar o mapa do Brasil – esperamos tê-lo muito brevemente, muito brevemente mesmo; estamos acelerando muito esse processo –, quando nós dissemos que precisávamos com muita urgência disso, a própria Anvisa levantou a mão e falou: "Eu consigo fazer isso. Eu tenho como pedir isso à indústria". Marcamos uma reunião com a indústria para o dia seguinte. No dia seguinte, estávamos eu, a Anvisa e todos os representantes da indústria dialogando sobre isso. No sábado, de manhã, foi publicado... Na noite desse mesmo dia, foi elaborada a portaria pela Anvisa, e, no sábado, de manhã, em um *Diário Oficial* extraordinário, foi publicada, então, a portaria, para que essas informações pudessem migrar, o que começou a partir de segunda, terça, quarta-feira. Na quarta-feira, ontem, apareceram as primeiras informações; foi a primeira data de envio de informações.

Então, a Anvisa está em um trabalho agora de consolidar essas primeiras informações. Possivelmente, alguns, talvez, não tenham informado, porque não tomaram conhecimento e por razões diversas. Talvez, tenha que haver um novo acionamento de alguns que não informaram, para se ter uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informação mais completa. Depois nós vamos peneirar essas informações, verificar se existe necessidade de modificar a portaria, de modificar o documento, para pedir ainda mais coisas, para ser bem completo, para aí nós conseguirmos montar o mapa do Brasil. À medida que vão chegando as informações, o mapa do Brasil vai ficando mais completo. Está certo?

Se me perguntarem hoje, eu tenho informação das unidades da Federação onde já houve algum problema, que nós monitoramos com mais cuidado, como é o caso do Amazonas, como é o caso de Roraima, como é o caso de Rondônia, como é o caso do Acre. Então, sobre essas unidades, eu tenho informações um pouco mais elaboradas, porque estivemos lá, estivemos com representantes lá, fomos ver as usinas, fomos ver os sistemas de abastecimento, visitamos a White Martins, visitamos outras empresas, visitamos a Carboxi e aí demos um dado um pouco mais elaborado desses Estados. Agora, se me perguntarem qual é a situação em Alagoas, em Sergipe ou no Paraná, Senador Randolfe, hoje o mapa do Brasil está em elaboração, e nós teremos condições, sim, de passar informações, apesar de não ser responsabilidade do Ministério da Saúde o controle de qualquer aspecto relativo ao oxigênio, está certo? O que nós fazemos é ajudar os Estados de forma complementar e episódica, para que nós possamos superar essas dificuldades da crise. Está bem?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado.

Eu quero passar a palavra agora a todos os nossos ilustres convidados que compareceram gentilmente a esta audiência pública, que foi esclarecedora, para que eles falem, emitam a sua opinião resumidamente, em um minuto. Eu vou passando de um a um, menos o General Ridauto e o Baraúna, que já falaram bastante, não é?

Então, com a palavra Wesley Mandú, Diretor da Air Liquide Brasil Ltda., para fazer, por um minuto, sua consideração.

O SR. WESLEY MANDÚ (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Primeiro, eu gostaria de parabenizá-lo por este trabalho. Acho que *(Falha no áudio.)*

... essa centralização de informações *(Falha no áudio.)*

de informações e união de *(Falha no áudio.)*

... está, cada vez *(Falha no áudio.)*

... vidas *(Falha no áudio.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

... em aumentar as nossas produções. Estamos também, como dito pelos nossos outros representantes, conversando com a indústria para, cada vez mais, disponibilizar o oxigênio medicinal. Temos trabalhado 24 horas também na cadeia de logística para que nenhum hospital e nenhuma unidade de saúde sejam desatendidos.

Então, acho que são essas as minhas considerações finais. Estamos dispostos a ajudar o máximo possível e temos ajudado até em regiões onde a Air Liquide não tem mercado e não atua em prol de salvar vidas. Então, gostaria de deixar aqui o meu agradecimento pelo trabalho. São essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

Passo a palavra, por um minuto, para as suas considerações, a Rafael Montagner Silva, da Air Products Brasil Ltda.

O SR. RAFAEL MONTAGNER SILVA (Para expor.) – Gostaria de agradecer o convite para representar a companhia nesta importante reunião. Eu acho que é de uma importância fundamental, crítica, neste momento, o compartilhamento de informações, e que seja um compartilhamento de via dupla.

Da mesma forma que as indústrias estão enviando as informações para a consolidação pela Anvisa, seria importante também que a gente recebesse as projeções de demandas dos hospitais, das regiões, para que o nosso planejamento funcione de uma maneira mais efetiva. O esforço que todas as empresas estão fazendo é bastante importante, e aqui eu reafirmo o compromisso da Air Products em servir os nossos clientes e entregar o oxigênio a quem está realmente precisando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Rafael.

Eu passo a palavra para Rodrigo Casado, da Messer.

O SR. RODRIGO CASADO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom, eu quero, primeiro, iniciar parabenizando a iniciativa de, de fato, realizar esta reunião. Também acho extremamente importante que nós possamos concentrar informações. Como dito aqui, um dos grandes desafios de nós, produtores de gases, é a previsibilidade. A gente sabe o quão difícil é essa informação, mas é importante também recebermos essa informação para que nós possamos adequar ainda mais, fazer ainda mais esforços centrados em locais que, de fato, vão necessitar do produto em virtude de alguma situação de pico de demanda. Então, essa previsibilidade é muito importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queremos aqui reforçar o nosso compromisso de permanecer à disposição para colaborar com a solução dessa crise que o nosso País vive, sempre atendendo os nossos clientes com confiabilidade e segurança.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Rodrigo.

Com a palavra Newton de Oliveira, Presidente da Indústria Brasileira de Gases.

O SR. NEWTON DE OLIVEIRA – Muito obrigado. O som está ligado? Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está ligado, estou ouvindo bem. Está ótimo.

O SR. NEWTON DE OLIVEIRA (Para expor.) – Nós fomos surpreendidos... Inclusive agora, acabamos de receber uma comunicação do Ministério da Saúde, do gabinete da Secretaria de Atenção Especial à Saúde, em que eles estão dizendo que o Exército virá hoje aqui, às 18h, confiscar duas carretas nossas de oxigênio, e estão também querendo confiscar cilindros. Eu acho que isso é um absurdo, porque nós vamos ter que deixar clientes sem produto, porque o cobertor é curto.

Eu acho que não foi, talvez, muito bem entendida a situação: as empresas estão, pelo meu entender, operando em nível máximo de produção, tanto em termos de produção como em termos de logística, ou seja, confiscar qualquer item da indústria de gás é mexer na logística dessa empresa. Então, alguém vai ficar sem produto, não é?

Eu acho que está havendo uma confusão aí geral. Para os senhores terem uma ideia, as indústrias de gás estão mandando carga para as indústrias (*Falha no áudio.*) ... dizendo que não vão fornecer produto, para desviar esse produto para a área de saúde... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O senhor quer falar (*Falha no áudio.*) ... com a palavra o General. (*Falha no áudio.*)

O SR. RIDAUTO LÚCIO FERNANDES (Para expor.) – Nós estávamos apenas consultando as indústrias, para verificar qual seria a melhor opção de requisição desse material. Não é um confisco, é uma requisição prevista em lei, mas essa requisição... O Ministério da Saúde, na gestão atual, não fez, em momento algum, requisições arbitrárias. Toda requisição que nós fizemos foi previamente discutida com o elemento que teria o material requisitado. E o que se requisitou foi apenas excedentes e itens dialogados previamente.

Então, se o senhor recebeu essa requisição, por favor, isso foi um equívoco administrativo e o senhor pode desconsiderá-la desde já. Eu já vou dar ordem aqui para que seja feito um novo ofício, que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

será enviado ao senhor pelo meio mais curto, tornando sem efeito essa requisição que o senhor recebeu. Está bem? O senhor pode ficar tranquilo que isso não aconteceu... Talvez tenha havido algum contato telefônico no nível mais baixo, algum assessor tenha dito que poderia haver a possibilidade de fornecer isso, e por um equívoco administrativo foi expedido o ofício para o senhor, em virtude de alguma informação certamente equivocada – porque, se o senhor está dizendo que não tem é porque não tem, então, houve um equívoco e o senhor pode desconsiderar esse ofício.

O Ministério da Saúde não fez, na gestão atual, nenhuma requisição que tenha sido sem o prévio acordo com o elemento que teria o bem requisitado. É apenas o uso de um instrumento legal para que nós possamos ter o produto rápido, ter como pagá-lo e, depois, ter com agilidade também, porque a requisição prevê um processo de pagamento mais rápido – se fôssemos licitar, demandaria um pagamento um pouco mais demorado –, e para que nós possamos atender com celeridade uma demanda instantânea que porventura tenha aparecido. Está bem?

Essa requisição a que o senhor se refere foi feita sim, mas direcionada a outra indústria que, inclusive, está presente aqui na nossa conferência, que a recebeu depois de ter feito acordo prévio conosco. Está bem? Foi um equívoco ter recebido essa requisição dessa maneira que chegou para o senhor.

Obrigado pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu acho que o Newton ficou satisfeito com a resposta – não é, Newton? Agora você está em paz, tranquilo.

Eu passo a palavra para Luiz Antonio Lopes, da Oxiacre, para as considerações finais, por um minuto.

O SR. LUIZ ANTONIO LOPES (Para expor.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer a oportunidade de estar presente aqui, e quero enaltecer também o trabalho de vocês de criarem essa Comissão tão importante, neste momento, para o nosso País.

Quero também apenas frisar que o Ministério da Saúde nos sinalizou com um possível atendimento emergencial nas carretas que transportam oxigênio líquido para os pequenos produtores. Se as indústrias de maior porte puderem, dentro da logística delas, nos dar esse apoio de agilizar o abastecimento das nossas carretas, isso será fundamental para complementarmos o nosso abastecimento, haja vista que o nosso Estado é um dos mais distantes dos grandes centros produtores do País.

No mais, um bom dia a todos e muito obrigado pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Luiz Antonio. Agradecido.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, o representante da Cacoal Gases para suas considerações finais.

O SR. PAULO SERPA (Para expor.) – Senador Confúcio, só para otimizar o trabalho desta Comissão, acho que esses levantamentos, não só de produção, mas de alteração de consumo, são muito importantes. E falo aqui na condição de empresa que está na ponta do problema. Esses dados certamente vocês conseguirão com maior clareza e autenticidade a partir dos dados a serem fornecidos pela prefeitura. E sigo isso no sentido de que quando nós recebemos a demanda, a demanda já está exasperada, já está bastante elevada, não é? Então, a gente não tem um controle, por exemplo, de casos diários, de aumento de internação e de abertura de leitos. Certamente, esses dados a serem fornecidos pelas prefeituras trarão uma melhor sinalização do cenário nacional como um todo.

Quero aqui deixar registrado, Sr. Senador, que o momento é de união. No Estado de Rondônia, a gente tem observado uma imensa dificuldade para tentar solucionar o problema.

Se não fosse o Ministério da Saúde, através do Doutor Ridauto, tentar buscar alternativas, a gente não teria conseguido definir algumas possibilidades de resolução do problema. Tem que ser observado que há uma distância muito grande entre Estados e Municípios e há bastante dificuldade em buscar soluções para esse problema.

Então, queria aqui deixar registrada essa dificuldade que a empresa está tendo. A gente tem tentado buscar alternativas a partir do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

Senador Wellington Fagundes, as suas considerações e agradecimentos a todos os nossos convidados.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, tudo bem agora com o som?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está tudo bem agora.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Eu quero pedir desculpas, Sr. Presidente, mas é essa a nossa situação. Ao mesmo tempo, temos que participar de duas ou três reuniões na condição de Líderes. V. Exa., inclusive, chamou o Senador Izalci. Todos nós tínhamos que participar da reunião de Líderes. Então, desculpe-me nesse aspecto.

Vou aqui fazer as considerações finais, não mais perguntas. Acho que foi bem esclarecido. Por isso, é importante a observação. O general, felizmente, estava aí para responder. Porque, na saúde, qualquer atitude precipitada ou confusa pode levar a uma confusão muito grande.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por isso, eu quero aqui, Sr. Presidente, dizer que, como vimos no dia de hoje, uma das principais tarefas nesta Comissão temporária é preencher uma lacuna de informações que tem agravado o já enorme sofrimento para a nossa sociedade.

Como já disse em outras ocasiões nesta Comissão, da qual tenho a significativa missão de ser o Relator, o povo brasileiro se sente neste momento desorientado e desprotegido diante de um bombardeio gigantesco de notícias – e mesmo falsas notícias – sobre vacinação, sobre medidas preventivas e providências hospitalares. Por isso, é extremamente importante esse trabalho coordenado por parte do Ministério da Saúde.

Como tudo já está a demonstrar, o nosso País, infelizmente, continua indo no rumo contrário. Aí, Sr. Presidente, nós temos que dizer que o que nós podemos chamar de procedimentos para o naufrágio, ou seja, para as dificuldades, porque o Brasil está ao contrário...

Como se bastasse esse cenário, outro fator que agrava essas preocupações é o fato de que, em um pouco mais de um ano de pandemia, o Brasil já está no seu quarto Ministro da Saúde. E é com grande expectativa que esperamos que ele venha a esta Comissão, que venha ao Senado e traga as respostas objetivas para que possamos levá-las ao povo brasileiro.

Só para se ter uma ideia, o Brasil, com 3% da população mundial, tem 21% do total de óbitos por Covid do Planeta todo. Então, são dados alarmantes, Sr. Presidente. Uma coisa é certa: precisamos promover uma guinada forte nessa situação e buscar um porto seguro para o nosso povo. Nesse sentido, gostaria de me associar às palavras da Senadora Rose de Freitas ditas ontem na Comissão, cuja indignação abraça todo o povo brasileiro.

Se tivermos que ouvir o novo Ministro amanhã, aqui estaremos prontos, ou hoje ainda, se for o caso. Basta ele se dispor e entender o momento em que o Brasil vive. A angústia e o medo que pairam sobre as famílias. Não temos tempo a perder. Reforço, Sr. Presidente, não temos mais tempo a perder. A solução para uma vida não pode esperar para depois. Já não é mais uma questão de agenda. E é para isso que estamos trabalhando nesta Comissão para levar os que nos confiaram a responsabilidade de conduzir o nosso Brasil pelo caminho responsável e seguro.

Por isso, quero agradecer a participação de todos os senhores e senhoras que estiveram aqui conosco, inclusive dos internautas, para esse debate sobre disponibilidade e a possibilidade de ampliação da capacidade de fornecimento célere de oxigênio para atendimento hospitalar aos sistemas de saúde estaduais.

Cumprimento os nossos companheiros da Comissão nas pessoas do Senador Styvenson Valentim e do Senador Randolfe Rodrigues.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A que ponto chegamos nesta crise sanitária e hospitalar, senhoras e senhores? Enquanto isso, por outro lado, aguardamos a disposição do novo Ministro da Saúde de estar aqui conosco para excluirmos muitas das dúvidas que temos sobre UTIs, vacinas, medicamentos e também sobre a falta de bloqueadores e sedativos para atender nos hospitais os pacientes que precisam de ser intubados. No começo da pandemia, fiz o alerta sobre essa situação e, felizmente, foi resolvida. Mas agora, com o agravamento da crise, com a ocupação máxima das UTIs, novamente o problema reaparece. Com certeza, com fé, esperança e trabalho, além da força desta Comissão, com a capacidade dos demais Senadores e com a sua condução, Presidente, do nosso trabalho, ao lado do nosso Presidente Rodrigo Pacheco, conseguiremos promover essa guinada tão desejada pelo nosso povo, de forma a ajudar o nosso País com dias melhores.

Quero dizer que, participando da reunião de Líderes, o nosso Presidente Rodrigo Pacheco foi bem claro em que ele estará convocando, estará convidando para uma reunião de todos os Poderes, do Presidente da República, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público, para que a gente encontre uma forma de ter uma única mensagem para a população brasileira. Quando Governadores, Presidente da República, Prefeitos não falam a mesma língua, isso deixa a base atordoada. Como o Presidente Rodrigo disse, a razão não está de um lado só, a razão não pode estar de um lado só; a razão tem de ser salvar vidas. Então, nós temos que concentrar.

Por isso, eu quero aqui parabenizar os laboratórios, as indústrias que estão fazendo esse papel. Sei que estão sobrecarregadas. Com certeza, vocês contam com o nosso apoio para que a gente possa cobrar do Governo, principalmente dos órgãos, como a Anvisa, que está aqui conosco, para que haja condições de celeridade.

Mais do que nunca, nessa dificuldade que vivemos, fica a mensagem: nós precisamos simplificar o Brasil. A burocracia excessiva acaba prejudicando inclusive em tomada de situações como essa que vivemos, de emergência, de simplicidade para resolver o caso, que é salvar vidas, que é o foco de todos nós.

A nossa expectativa é de que o novo Ministro da Saúde defina muito claro até o dia 30 de março o cronograma de vacinação, porque o que o cidadão quer saber é: "Que dia a vacinação chegará para mim? Que dia a vacina chegará à minha cidade para que a gente possa ter tranquilidade para continuar trabalhando, produzindo, gerando riqueza?".

Mais uma vez, Presidente, eu fico feliz por estarmos aqui nesse trabalho às vezes até conturbado, porque temos que nos desdobrar, mas felizmente estamos aqui cumprindo a nossa missão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quero comunicar a todos que a Comissão enviará os pedidos dos Senadores Randolfe e Izalci Lucas ao Ministério da Saúde, para que os dados sejam compartilhados com a Comissão, aquele mapa, o que eles pediram.

E a articulação, General Ridauto, desta Comissão, será feita, em nome de todos os membros, pelo Senador Styvenson Valentim, que foi designado, e Randolfe Rodrigues. Eles dois sempre estarão ligando para o senhor por informações, para prestar esclarecimentos posteriores ao nosso Presidente.

No mais, eu quero agora dispensar os senhores e agradecer.

Eu apenas quero que os Senadores continuem, porque temos requerimentos para votar.

Vou dispensar todos os convidados, agradecer a todos pela honrosa presença. Vocês nos prestigiaram muito. Eu até duvidei inicialmente que as empresas produtoras viessem à Comissão falar. Geralmente os empresários são mais retraídos, mas, pelo contrário, todos vieram, todos compareceram, todos os convidados compareceram. Isso é uma demonstração muito clara da boa vontade em contribuir, trazer soluções, apontar dificuldades, como foram aqui apontadas pelos senhores e senhoras.

Quero agradecer à Anvisa, ao General Ridauto, aos que compareceram. Muito obrigado aos senhores. Agora vocês podem cuidar de suas vidas. Muito obrigado.

Nós vamos continuar aqui para fechar a parte burocrática da nossa reunião. Agradecido. Um bom dia a todos vocês! Muito obrigado! Obrigado mesmo, muito obrigado! Se quiserem sair da reunião, podem sair tranquilamente. Muito agradecido.

Encerrada a audiência pública, passo à parte deliberativa da reunião.

Há o seguinte requerimento pautado.

2ª PARTE**ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 24, DE 2021**

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater estudo elaborado pela Senadora Kátia Abreu, com sua presença.

Autoria: Senador Confúcio Moura.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também vamos debater alguns assuntos legislativos na próxima audiência de segunda-feira, se aprovado.

A autoria é nossa.

Há ainda requerimentos para serem inseridos extrapauta, recebidos durante esta reunião.

Requerimento nº 25, que requer seja convidado o Sr. Alexandre Barreto de Souza, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre possível existência de casos de ilícito concorrencial por parte das empresas do mercado de oxigênio medicinal. É de autoria do Senador Styvenson Valentim e do Senador Randolfe Rodrigues.

Requerimento nº 26: requer seja convidada a Sra. Ministra Ana Arraes, Presidente do Tribunal de Contas da União, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre problemas que vêm sendo encontrados nas compras de equipamentos de saúde, em particular oxigênio medicinal, pelos entes federados, com recursos da União. Autoria: Senadores Styvenson Valentim e Randolfe Rodrigues.

Esclareço à Senadora Zenaide Maia que o seu requerimento de informações foi encaminhado ao Plenário do Senado Federal, não a esta Comissão Temporária, infelizmente. Comprometo-me, assim que esse requerimento for encaminhado à Comissão pela assessoria da Senadora, a colocá-lo em votação imediatamente.

Para maior celeridade, sugiro que apreciemos todos os requerimentos mencionados em bloco.

Estão em discussão os requerimentos. *(Pausa.)*

Pois não, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de chamar a atenção de todos os companheiros em relação ao nosso plano de trabalho, que já foi aprovado. Nós temos espaço para convidar outras autoridades, mas também temos que obedecer ao plano de trabalho. Inclusive, como esse plano de trabalho já foi aprovado pela Comissão, essas autoridades que já estão, digamos, definidas no plano de trabalho já estão automaticamente convidadas pela Comissão. Até para não gerar qualquer confusão, estou fazendo esse esclarecimento.

Já aproveito para dizer que na próxima reunião, segunda-feira 22 de março, teremos também como convidado o Ministro Paulo Guedes. Eu gostaria de saber de V. Exa. se temos a confirmação. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Wellington, o Ministro Paulo Guedes não pode comparecer segunda-feira, ele tem uma reunião com membros da comunidade internacional. Ele marcou para o dia 25, está bem? Está marcada para o dia 25.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k. E para segunda já temos a programação?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Segunda-feira nós vamos puxar um de sua autoria, sobre projetos legislativos de interesse da pandemia, de urgência, e a discussão da Kátia Abreu sobre o tema que ela estudou, a pedido do Senador Nelsinho Trad, que está sendo aprovado hoje.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

Discutidos os requerimentos, coloco-os em votação.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados.

Lembro a todos que ontem foi encaminhado ofício circular aos membros deste Colegiado solicitando que façam uma análise do Projeto de Lei Complementar nº 25, de 2021, de autoria do Senador Marcos Rogério. E, se desejarem, encaminhem suas sugestões à Secretaria desta Comissão impreterivelmente até segunda-feira, 22 de março de 2021.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a realizar-se na segunda-feira, dia 22, para debater projeto legislativo de interesse da nossa Comissão sobre a pandemia e a situação emergencial e um estudo elaborado pela Senadora Kátia Abreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, com a sua presença.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

Uma boa tarde!

Abraço, até logo.

(Iniciada às 9 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 01 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às nove horas e cinco minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Zenaide Maia e Randolfe Rodrigues, e ainda dos Senadores não membros Mecias de Jesus, Vanderlan Cardoso, Oriovisto Guimarães, Kátia Abreu, Esperidião Amin e Marcos do Val. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Reunião de Trabalho. Finalidade:** 1. Elencar e priorizar projetos legislativos em andamento considerados relevantes para a aquisição de vacinas e de interesse da CTCOVID19, em especial, a discussão do Projeto de Lei Complementar nº 25, de 2021, de autoria do Senador MARCOS ROGÉRIO. 2. Debater estudo elaborado pela Senadora Kátia Abreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, com a sua presença, a respeito da oferta de vacinas contra Covid -19 no âmbito internacional. **Resultado:** Reunião realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento Nº 27, de 2021** que: "Requer ao Ministro de Estado da Saúde informações atualizadas sobre o estoque de medicamentos e oxigênio utilizados por pacientes hospitalares de Covid-19." **Autoria:** Sen. Zenaide Maia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento Nº 28, de 2021** que: "Requer a inclusão dos seguintes convidados para participarem de Audiência Pública: representante Anvisa; representante Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; representante Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; representante Diretoria do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde; representante Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal - Sindan." **Autoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/03/22>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião temporária interna, criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus e à Covid-19, inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à pandemia.

Quando a gente falar com máscara, o som fica abafado, vocês estão observando.

Esta reunião destina-se, na primeira parte, a elencar e priorizar projetos legislativos em andamento considerados relevantes para a aquisição de vacinas e de interesse da Comissão, em especial para discussão do Projeto de Lei Complementar nº 25, de 2021, de autoria do Senador Marcos Rogério.

É muito importante. Como nós designamos e os companheiros aceitaram esse ponto de análise dos projetos legislativos, ficou sob a responsabilidade do Senador Izalci Lucas e Marcos Rogério fazerem a análise. Já enviamos todos os projetos, os PLs, em tramitação, para que Izalci e Marcos Rogério possam escolher aqueles que são bem importantes e bem oportunos para nós submetermos ao Colégio de Líderes para votação como prioridade.

Como uma introdução breve, eu quero dizer a todos vocês que realmente a situação da Covid nos deixa todos extremamente preocupados. Eu vi, com a morte do Major Olímpio, o choro de alguns companheiros dizendo que se sentem impotentes em não poder ajudar o povo brasileiro. Mas chegou a hora de o Senado e a Câmara dos Deputados realmente mostrarem o seu poder e a sua influência no sentido de que nós possamos puxar para o Senado e para a Câmara dos Deputados esse papel importante de ajudar o Presidente, ajudar o Ministério da Saúde a ter condições de, o mais rapidamente possível, ter vacinas à disposição do povo brasileiro.

Dando sequência, vamos debater também nesta reunião o estudo elaborado pela Senadora Kátia Abreu, que ontem ela apresentou na CNN – eu ainda não assisti no Youtube, mas vou assistir –, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, a respeito da oferta de vacinas, com o que ela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já tem trabalhado e fez esse estudo, em âmbito internacional. Esse pedido foi feito pelo Senador Nelsinho Trad e Zenaide Maia.

Na segunda parte desta reunião, apreciaremos requerimentos apresentados perante a Comissão e há também o pedido da palavra para análise de um dos projetos de lei pelo Senador Esperidião Amin.

A fala dos colegas será feita pelo aplicativo ou levantando a mão. No intuito de aproveitar o tempo, questões de ordem ficam para o final.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 6ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a ata.

Muito bem. Agora vamos pegar o primeiro item, para nós conduzirmos aqui.

Os Senadores Izalci Lucas e Marcos Rogério estão na nossa sala? *(Pausa.)*

Então, até que o Izalci chegue, eu vou passar a palavra para a Senadora Kátia Abreu, para apresentar os seus estudos, que vão nos orientar, porque nós estamos precisando muito dessa luz especial desse trabalho feito pela Senadora Kátia Abreu.

Senadora Kátia Abreu, V. Exa. está com a palavra.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Presidente... Pronto? Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pronto. Estou ouvindo bem, Kátia. Pode falar. Muito bem.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Eu quero cumprimentar a todos os colegas e agradecer esta oportunidade; agradecer, acima de tudo, a confiança e a destinação deste trabalho, para que, modestamente, eu pudesse fazer esse levantamento, que não é fácil, viu, Sr. Presidente? Não é fácil porque as informações são bastante desconstruídas, e eu, sinceramente, não consegui achar aqui, no relatório do Governo, 100 milhões de doses. Eu não consegui encontrar esta compra. Não estou dizendo que o Governo não tenha comprado, mas, de todo o levantamento que eu fiz, o restante das informações está correto, mas, com relação a um único item, que é o da Fiocruz comprando, recebendo a AstraZeneca/Oxford, eles declaram 210 milhões de vacinas, mas eu encontrei apenas 110 milhões de vacinas.

Então, somando-se os dois números do Governo, que são as vacinas já contratadas com aquelas que ainda estão para contratar, dá um total de 576 milhões de doses, mas, na minha conta – e eu ainda





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vou me empenhar para tentar encontrar –, eu até agora achei a compra de 476 milhões de doses por várias empresas. Então, a gente tem que... Às vezes há Fiocruz que vai receber AstraZeneca da China e que vai receber AstraZeneca também da Índia. Então, os pacotes estão muito picados, na verdade.

A segunda questão – e tudo vai ser entregue rapidamente para o senhor daqui a algum momento – é com relação à revista digital *Science Magazine*, que soltou uma publicação em que demonstra que, com relação aos estoques do mundo – além desses, do Brasil, que nós compramos e outros países também compraram –, nós temos 11 países que, lá atrás, compraram muita vacina, porque não sabiam o que iria acontecer. Então, tipo assim: por via das dúvidas e por segurança, compraram muito mais vacinas do que eles tinham necessidade, de acordo com o número de seus habitantes. "Será que essa vacina vai ser de fato efetiva ou será outra?" Então, quando eu digo "por via das dúvidas", é que esses países, imaginando algum contratempo, compraram em excesso. E com esse excesso, segundo esta revista digital, a *Science Magazine*, que é uma revista americana, nós teríamos quase 3 bilhões de vacinas em estoque que provavelmente não serão utilizadas nesses 11 países.

Então, esse cronograma do Governo – um cronograma que eles enviaram do Ministério da Saúde para o próprio Rodrigo Pacheco e ele me entregou – eu fui conferindo, inclusive ligando na Fiocruz, ligando no Butantan, ligando nas empresas lá fora, para os nossos embaixadores do Brasil na Rússia, na Índia, na União Europeia, nos Estados Unidos – quatro embaixadores maravilhosos que tentaram e lutaram para que a gente pudesse fazer o encontro de contas dessas vacinas.

Eu vou ler rapidamente, não com todas as palavras, mas apenas citando, que eu já quase decorei esse relatório. Completando esses 476 milhões de doses, a Fiocruz vai receber 100 milhões de doses de IFA para produzir essas 100 milhões de doses. Então, é como se fosse... O IFA é um concentrado que se multiplica na Fiocruz e também no Butantan. Nós ainda não produzimos IFA, nós estamos esperando uma tecnologia da AstraZeneca, que ficou de passar em maio essa tecnologia, para que nós possamos ter, enfim, a partir de agosto ou mais adiante – a presidente da Fiocruz acha que pode adiar ainda, ser adiado, o Governo Federal fez alguns investimentos na Fiocruz –, a tecnologia de produzir o IFA, e, aí, sim, nós seremos um produtor de vacina pura e simplesmente no estrito senso. Hoje nós recebemos de alguém o produto, a matéria-prima e multiplicamos aqui no Brasil. Então, a Fiocruz tem essas 100 milhões de doses da AstraZeneca, produzidas no laboratório deles na China.

E, além disso, como estava havendo um determinado atraso, o Brasil comprou 12 milhões de doses da AstraZeneca produzidas na Índia. O que acontece? Além dos cem, comprou mais doze, por emergência. Dessas doze, 4 milhões já foram entregues, dois mais dois. Agora, quanto a esses outros 8 milhões, que já eram para ter sido entregues, o que que acontece? Todo lote da Índia, Oxford tem que autorizar, para produzir e entregar, mesmo estando no contrato. Mas o próprio governo indiano – e aqui nós temos que concordar que, com um 1,4 bilhão de habitantes, não vacinou ainda um terço da sua população – está procurando também vacinar os seus, e nós estamos com um certo atraso. Desses 100





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões de IFA que nós estamos recebendo, que nós contratamos com o laboratório da AstraZeneca – eu ainda estou no primeiro item, tá? –, já foram entregues 15 milhões de doses. Eles chamam esse pacote, a presidente da Fiocruz me afirmou, de encomenda tecnológica; eu compro o IFA, mas, daqui a pouco, inclusive, eu vou ter esse IFA autorizado. Nos dias 24 e 26 de março, nós receberemos mais 28 milhões. Então, somariam 42 milhões desses 100. Agora, os outros 52 milhões de doses desses 100 são para até o final do ano. Mas, mesmo quanto a esses 42 iniciais, ninguém tem muita certeza do prazo de entrega devido à pressão internacional pela entrega de vacinas e das compras e dos contratos. É muita gente querendo, e as fábricas não estão conseguindo entregar. Daí nós saímos de 100 com mais 12, 112 milhões de doses pela Fiocruz. Isso tudo foi checado com a presidente da Fiocruz.

O item 2. A Pfizer e o Governo brasileiro... O Brasil comprou da Pfizer, da empresa Pfizer, mais 100 milhões de doses da vacina, mas nessa semana em que conversei com o Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Todd Chapman, soube que ainda não tinha sido enviado pelo Brasil esse contrato à Pfizer. Mas eu chequei de novo junto ao Ministério e eles disseram que já está no jurídico deles e que eles devem assinar a qualquer momento essas vacinas da Pfizer. Então existe uma dúvida quanto à informação do Ministério e a do Embaixador americano, se de fato o Brasil mandou o contrato, se a Pfizer já verificou, já assinou para efetivar esse contrato. Então, existe esse desencontro de falas.

A Johnson, que tem a vacina Janssen, está negociando com o Ministério da Saúde mais 38 milhões de doses – esse é o item 3. Eu já falei de 112, agora mais 100, e agora, da Janssen, 38 milhões de doses. O Ministério da Saúde ainda não efetivou a compra também, segundo o Embaixador Todd, porém consta no relatório do Ministério esse terceiro item como já assinado o contrato, mas, no relatório da Embaixada, ainda não.

O quarto item. Falei com o presidente do consórcio dos Governadores do Nordeste, o Governador Wellington Dias, e ele me garantiu que já comprou 37 milhões de doses da Sputnik, da Rússia. Comprou de que forma? Fez o negócio, mas as vacinas serão entregues ao Governo Federal e o Governo Federal fará o pagamento. Por quê? Porque ele vai entregar as doses. Se as doses ficassem para o Nordeste, aí o Nordeste pagaria, mas não pode. Primeiro nós temos que vacinar proporcionalmente todos aqueles daquela lista, com mais de 80, com mais de 70, todas as quatro fases, para depois alguém dizer "comprei para nós". Então, não existe "comprei para nós", existe "comprei para o Brasil".

Ainda segundo o ex-Ministro – não conseguimos falar com a assessoria do Ministro novo –, a assessoria do Ministro que será substituído – isso me foi garantido –, esses 37 milhões de doses dos Governadores não passam de uma bela intenção, ainda uma proposta de intenção, mas o Governador Wellington me garante que esses 37 milhões já foram contratados e que já há um cronograma de entrega: 2 milhões em abril – vamos prestando atenção às datas! –, 5 milhões em maio; 10 milhões em junho; e 20 milhões em julho, nada para agora. Então, são coisas para mais adiante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O quinto item, colegas – isso tudo deve estar chegando às mãos do Presidente da Comissão, se já não chegou –, é a Covax, aliança global, aquele condomínio que a OMS fez, ao qual nós fizemos a adesão – foi amplamente noticiado – e, segundo, pela AstraZeneca com a OMS, nós vamos receber 42 milhões de doses. Ontem, ainda o Fantástico, a CNN anunciaram já a entrega de um milhão no dia de ontem, no domingo, desses 42 milhões de doses, sendo que 1,9, que é o total dessa fase inicial, são 2,9 milhões de doses. Então, ontem entregou um; deverá entregar, até o final de março, mais 1,9. Aí vai cumprir, com esses 2,9 milhões, os 42 milhões de doses que nós estamos esperando. Então, para vocês verem também o quanto é pouco ainda essa entrega, mas vamos contabilizar 42. Só entregou, arredondando, 3, ou 2,9.

Bom, no item seis aqui do meu relatório, a empresa Precisa Medicamentos é representante aqui no Brasil da Bharat Biotech para a distribuição da Covaxin no Brasil. Há um contrato de pré-venda da Bharat e da Precisa, ou seja, a Bharat instalada é a empresa distribuidora no Brasil e ainda está fazendo um compromisso com a representante no Brasil desse número de vacinas, das quais 20 milhões já teriam sido objeto de negociação prévia para fornecimento do Ministério da Saúde no Brasil. Segundo a Bharat informou, para iniciar as exportações da vacina para o Brasil, é necessária ainda a aprovação do uso emergencial pela Anvisa, que não foi feita. A Bharat já fez a apresentação do pedido de exportação junto ao Governo indiano e já fez a autorização para vir. Essa Bharat é indiana. Três, está faltando pagamento pelo Governo brasileiro.

Uma vez cumpridas essas três etapas, a Bharat informou que poderá exportar quatro milhões de doses dessas 20 – ainda, novamente, tudo muito picado –, num prazo ainda sem muita certeza – fala-se em 15, 20 dias. Depois desses quatro milhões de doses, irão entregar os outros 15. Na realidade, são 19 milhões de doses, nós estamos arredondando para 20, porque pode chegar até lá.

Agora, a Covaxin, da Bharat Biotech, é desenvolvida totalmente na China. Então, a capacidade de produção dela seria de 12 milhões de doses ao mês e teria já um estoque desses 20 milhões, que são as que estão sendo negociadas com o Brasil. Esse é ainda complemento do item seis do relatório.

Então, essas são as informações segundo as quais, somadas todas, Sr. Presidente, nós teremos, somando ainda com esses 20 milhões, os 476 milhões de doses que nós apuramos.

Agora, Sr. Presidente, colegas Senadores, ao final e ao cabo, nós temos, do ponto de vista de contrato ou a contratar, um número razoável de vacinas para a população brasileira. Existe um estoque mundial? Existe um estoque mundial. Eu vou mandar para vocês um relatório completo da produção de todos esses laboratórios do mundo. Agora, para nós isso pouco importa; para nós o que importa é a vacina já!

Se nós somarmos tudo, nós só temos entregues, no Brasil, 30 milhões de doses, teremos até o dia 31 de março agora, somaremos 30 milhões. Então, se nós tivéssemos mais 30 milhões, seriam 60, nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderíamos vacinar todos acima de 60 anos. Então, 30 que já chegam até o dia 31 de março, se até lá nós conseguíssemos um adiantamento de cronograma de mais 30, o pessoal acima de 60 já estaria vacinado.

Mas, eu também quero acrescentar, tenho conversado com os melhores médicos do País, da América Latina, em São Paulo, dos três maiores hospitais do Brasil, conversado diretamente ao telefone e eles têm me ajudado muito. Na realidade, na situação em que nós nos encontramos hoje, o ideal para o Brasil seria, na situação em que nós nos encontramos, não é querer ser melhor do que os outros países do mundo, mas na nossa precária condição hoje, porque viramos – eu disse na CNN ontem – um covidário, infelizmente, nós precisaríamos vacinar um terço da nossa população. Então, nós precisaríamos em torno de 100 milhões de doses, contabilizando com esses 30 que nós já temos até o dia 31 de março. Resumindo ao fim e ao cabo, nós precisamos urgentemente de 100 milhões de doses! Com essas 30, nós faríamos 130 e, então, nós teríamos um terço... Como são duas doses, nós teríamos um terço da população vacinada, o que seria em torno de 70 milhões de pessoas.

Para se ter uma ideia, os Estados Unidos já vacinaram 120 milhões de pessoas, quase a metade da população. Se vocês virem a curva dos americanos, todos os dias tem aquele conjunto de imprensa que anuncia, eles estão em queda, apesar de serem o primeiro em mortes, o primeiro em quantidade de casos, mas eles estão na curva descendente e nós, brasileiros, somos o segundo em mortes e contaminação numa curva ascendente. Então, o nosso estado é crítico, o estado dos brasileiros.

O nosso projeto, aqui tentando apenas nos animar, seria Senado 100 Covid, 100 de 100 milhões de doses. Esse seria o nosso objetivo.

Israel, também um outro exemplo, assim como os Estados Unidos, só abriu o país e saiu do *lockdown* restrito quando vacinou metade da população e não chegou no ponto crítico como o Brasil. Então, nós estamos querendo apenas um terço, segundo esses médicos, esses infectologistas com os quais tenho falado. Tenho falado especialmente com o Doutor David Uip e com a Doutora Ludhmila a respeito disso. O Doutor David Uip vê a urgência naqueles que têm mais de 60 anos – é claro que um terço seria o ideal – e a Doutora Ludhmila também concorda que o ideal para estancar, para nos deixar seguros seria nós vacinarmos um terço dos brasileiros, ou seja, 100 milhões de doses.

Então, eu não preciso repetir, aqui todos estão acompanhando as notícias nos jornais, nas televisões, que só falam disso 24 horas, esses são os números, tudo checado, embaixador por embaixador, conversando muito; mas não existe uma precisão.

Se eu falar assim: é certeza absoluta? Não, eu vou continuar persistindo, insistindo nesse contato do mundo todo para checar cada vez mais esses contratos que estão sendo assinados.

Mas, Sr. Presidente, colegas Senadores, o meu foco, aqui, no dia de hoje, é justamente nós abirmos uma campanha internacional pelas vacinas. Nós temos duas considerações importantes a serem feitas, se me permitem os colegas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos uma questão humanitária que já é consolidada em todos os países: esta ideia do epicentro do Brasil hoje. Então, nós temos uma questão humanitária, e o Brasil não pode, não vai e nós não vamos permitir assistir aos brasileiros morrendo na fila, esperando vacina. Isso seria uma mancha no histórico diplomático dos países produtores de vacina e que têm estoques de vacina para fornecer ao Brasil. Nós precisamos estancar esta grande situação. E, sem essas vacinas, todos os médicos – inclusive o Doutor Roberto Kalil, que também preside o Incor e é um dos chefes diretores do Sírio-Libanês – acham que ainda vão morrer milhares de pessoas, se nós não recebermos uma vacinação intensa, forte, agora, nestes próximos dias, com urgência urgentíssima. Ou seja, vacinar para nós, como alguns pensam, "vacina quem quiser", não é mais uma opção – nós não temos mais a opção de "vacina quem quiser" –, é uma obrigatoriedade humanitária. Mesmo que eu não queira me vacinar, eu preciso vacinar, porque eu não posso prejudicar a minha família, o meu vizinho, o meu País.

Então, parece, Sr. Presidente, que muitos no Brasil – e, quando eu falo muitos, não me refiro só ao Governo Federal... Nós estamos vendo uma anestesia geral. E esse número avançado de mortes que vem acontecendo todos os dias culminou com um jovem Senador, que não é melhor do que ninguém – nós não somos melhores do que ninguém –, que, em 15 dias, policial, com uma boa forma física, sem nenhuma comorbidade, um Senador ativo – em 15 dias –, desapareceu. Então, eu acho que as coisas, às vezes, precisam estar, assim, coladas em nós para que possamos... Não só os Senadores, mas a morte do Major Olimpio, de uma certa forma, chocou todos aqueles que, inclusive, não o conheciam pessoalmente, que conheciam o seu embate, a sua luta, a sua agressividade e ousadia no Senado Federal. Então, eu percebi um choque muito grande na imprensa nacional, que parece que foi, vamos dizer assim, uma gota d'água que rachou a caixa d'água – rachou a caixa d'água deste País! –, e nós precisamos sair dessa letargia, e nós precisamos desse choque de realidade.

Então, Sr. Presidente, nós aprovamos – o Senado Federal, através do nosso Presidente Rodrigo Pacheco; a CRE se incumbiu de todo esse trabalho – e protocolamos já um pedido para a Vice-Presidente da República Kamala Harris, porque também há a contraparte do Rodrigo Pacheco, pois ela também preside o Senado Federal. Pela lei americana, o Vice-Presidente preside o Senado. E, através do Itamaraty e do Embaixador americano no Brasil, essa correspondência já chegou aos Estados Unidos, traduzida do português para o inglês, em que o Presidente solicita com veemência a compra do estoque que os Estados Unidos têm sobrando.

Nós não estamos pedindo de joelhos. Nós estamos querendo comprar por uma questão humanitária.

E a outra questão, Sr. Presidente, é que nós aprovamos, com 65 Senadores – não significa que os demais desaprovaram, mas, nessa pandemia, nesse distanciamento, foi difícil localizar todo mundo, e nós estamos considerando uma unanimidade, porque ninguém no Senado Federal será contra a busca de vacinas... Nós também fizemos uma moção de apelo internacional para o mundo. Essa moção de apelo é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamando a atenção para essa questão superimportante de que o Brasil precisa de vacina já. A diplomacia, agora, neste momento... Como nós tivemos a Primeira Guerra, como nós tivemos a Segunda Guerra Mundial, e o Brasil foi solidário em todas as duas guerras – o mundo foi solidário, o mundo se uniu –, nós estamos na Terceira Guerra Mundial, que é uma guerra sanitária que mata sem armas de fogo nem armas nucleares, e nós estamos mandando essa moção para o mundo todo.

Nós queremos que recebam essa moção os países do G20, todos os organismos da ONU, especialmente a OMS (Organização Mundial de Saúde), os países da OCDE, o Parlamento europeu, o Parlamento inglês – que hoje já não é considerado da União Europeia –, o Congresso americano, os Embaixadores do Brasil no mundo – todos vão receber essa moção –, todos os Embaixadores estrangeiros que estão no Brasil, as empresas produtoras de vacina, todos os Presidentes das Comissões de Relações Internacionais dos principais países do mundo, e, claro, a imprensa nacional e a imprensa internacional.

Ainda ontem, pedi também o apoio ao Guga Chacra, da GloboNews. Ontem, a CNN deu uma ampla divulgação não só no Brasil, mas principalmente lá fora. Eu falei para eles, com bastante veemência, que divulgar no Brasil é importante, mas, neste momento, o mais importante para nós é comover e fazer com que os países do mundo não só olhem com horror para o Brasil, mas também tomem atitudes para que nós possamos sair desse colapso dos hospitais, com a fadiga dos profissionais, com a sinalização de falta de medicamento, de oxigênio.

E nós temos que registrar aqui, com muita tristeza, que boa parte do povo brasileiro não está colaborando. Estão produzindo festas, encontros, e os comerciantes, às vezes, estão confrontando com os Chefes do Executivo com relação ao *lockdown* parcial ou total. Eu declaro que a Prefeita de Palmas, que inclusive não é minha aliada política, mas não é minha inimiga, está andando com seguranças – com seguranças –, porque não pode sair à rua pela agressividade de parte da população por conta do *lockdown*. Nós estamos vendo religiosos tanto da minha igreja como de todas as outras igrejas – a minha é a Católica – querendo abrir os templos. Nós somos um templo, nós podemos rezar e orar em casa, mas nós precisamos evitar as aglomerações.

De certa forma, nós ficamos com a imagem prejudicada nessa campanha de apelo internacional, porque nós não estamos fazendo o dever de casa duplamente. Primeiro, porque faltou planejamento, faltou visão estratégica, faltaram compras na hora certa. Nós damos a mão à palmatória – está aqui. O Governo brasileiro errou na sua narrativa? Errou. Errou com a China, errou com os americanos – tudo isso nós reconhecemos e damos a mão à palmatória. Mas e o povo brasileiro? Qual a contribuição dessa parte do povo brasileiro que se recusa a usar a máscara, que se recusa a se manter o máximo possível distanciado? Eu não estou falando do *lockdown* total, de 100%, que os médicos, inclusive, nem recomendam. Cada caso é um caso, cada cidade, cada região é uma região. Agora, o Congresso brasileiro, com essas duas ações, demonstra ao País que nós queremos buscar a cura onde ela estiver, e nada deterá o Senado Federal, o Congresso brasileiro nessa direção.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que nós queremos chamar a atenção, Sr. Presidente, é para que... A primeira coisa que eu gostaria de registrar é que nós não estamos aqui com uma arrogância subserviente; na verdade, nós estamos aqui com muita humildade, mas ativa, humildade ativa. O Brasil representa muito para o mundo. Não há desgraça que aconteça no Brasil, com o seu gigantismo, que não possa ser reproduzida para outras partes do mundo. Nada que aconteça de ruim ao nosso País passa despercebido aos outros países.

Nós somos o maior país, um gigante da América Latina; nós somos o principal parceiro dos Estados Unidos na América Latina; nós somos um dos dois gigantes produtores e exportadores de alimentos do mundo; nós somos os cuidadores da maior floresta e biodiversidade do planeta; nós temos uma riqueza mineral incalculável; nós temos mais de 200 milhões de habitantes. O mundo precisa entender que não está falando com qualquer país, que não está falando... E aqui não existe nenhum sentido de ameaça ou tom de arrogância; humildade com altivez, mas não queremos também uma arrogância com subserviência, de joelhos e buscando ajuda, porque amigo não coloca amigo de joelhos.

Os Estados Unidos... Nós estamos nas Américas. Ou eu pergunto aos americanos: nós fomos excluídos das Américas e fomos entregues ao Oriente, à Ásia? Pelo que me consta, nada mudou no País: nós somos das Américas, dela participamos. Somos o maior parceiro comercial americano, nós somos o maior exportador de alimentos para a China, e eu estou questionando essa amizade. Nós poderemos perder muito, nós poderemos perder vidas, mas nós jamais esqueceremos quem foi nosso parceiro e quem nos abandonou nesta hora tão difícil. Os Estados Unidos cruzarem os braços nesta hora e não tomarem uma providência urgente é uma campanha antiamericana produzida pelo próprio Governo americano. Não se deixa – aqui no Brasil a gente usa uma expressão muito popular – amigo na chapada. Não se deixa amigo de joelhos. Não demore para socorrer o seu amigo. Amizade, para nós, tem um sentimento muito forte de lealdade, especialmente com o alinhamento histórico que nós temos com os americanos.

Quero ainda, Sr. Presidente, dizer que nós estamos num momento entre a vida e a morte, e essas 100 milhões de doses, para quase um estoque de 3 bilhões de doses... Imagine que não haja esse estoque, vamos reduzi-lo a um terço, que haja só um estoque de 1 bilhão de doses, o que são 100 milhões de doses para esses países, especialmente a China, especialmente os Estados Unidos, nossos principais parceiros comerciais?

O Presidente Biden precisa compreender que nós estamos em momentos decisivos – e a China também, que tem uma visão mais sofisticada e ainda poderá ocupar esse lugar. A crise traz oportunidade. Nós queremos saber quem dará o primeiro passo. Pode ser que os dois países deem o passo da lealdade e da confirmação da solidariedade com o Brasil, porque nós vamos perder pessoas se nós não recebermos essas vacinas, mas o Brasil... Nós não somos só nós. Nós queremos que... Esse jogo, jogados a uma fila à espera da morte, não é bom para as nossas parcerias futuras, não é bom para nossa convivência futura. Esta tormenta vai passar, o Brasil sozinho, isolado poderá perder muitas vidas, mas nós continuaremos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo fortes. Daqui a três, quatro, cinco anos, nós, que somos um grande país, continuaremos a ser um país muito forte.

Encerro, Sr. Presidente. Impor a nós um sofrimento mais do que o necessário, com a demora desta atitude diplomática, estratégica... Nós aguentaremos, porque nós somos o Brasil, mas jamais esqueceremos.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu, pelos dados técnicos. Solicito a V. Exa. que remeta todo esse trabalho para a nossa Comissão, pois ele chegará às mãos do Senador Nelsinho Trad e da Senadora Zenaide Maia, para irem consolidando esses números semanalmente, a partir dos seus estudos. Fica mais fácil para a gente ter esse prognóstico do quantitativo de... *(Falha no áudio.)*

... veemência, uma necessidade urgente de termos 100 milhões de doses agora. É importante.

De acordo com essa belíssima exposição, eu abro a palavra... Depois, nós continuaremos os outros assuntos pautados, pois este assunto é o que nos chama atenção. Então, eu abro para os inscritos. A ordem, por favor.

O primeiro a falar, a quem eu passo a palavra, é o nosso Relator Wellington Fagundes, para comentar e fazer encaminhamentos *(Falha no áudio.)*

... da Senadora Kátia Abreu. Por gentileza, Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Primeiramente, bom dia, nosso Presidente Confúcio Moura.

Eu quero cumprimentar todos os Senadores aqui na pessoa da Senadora Kátia Abreu e a população brasileira que nos assiste neste momento.

Sr. Presidente, os meus cumprimentos a toda a população que nos acompanha neste momento pela Rádio Senado, pela TV Senado, por todos os meios de comunicação e pelas nossas redes sociais. V. Exa. sempre tem, na medida do possível, também transmitido as perguntas dos nossos internautas.

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer algumas palavras de louvor para a iniciativa da nobre colega Senadora Kátia Abreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, referendadas por todos nós ou pelo menos pela maioria dos Senadores e também subscritas pelo Presidente, o Senador Rodrigo Pacheco. O apelo endereçado aos países que têm vacina no mundo, principalmente aos Estados Unidos, com bem reiterado agora pela Senadora Kátia, que teve como destinatário o gabinete da Vice-Presidente Kamala Harris, para que transfiram ao Brasil lotes excedentes de vacinas contra Covid-19, traduz, a meu ver, um legítimo e oportuno exercício de diplomacia do Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E com certeza é legítimo, porque o Senado Federal detém um conjunto de prerrogativas relevantes e insubstituíveis na conduta da política externa.

Acho que isso é extremamente importante e foi muito bem ressaltado pela Senadora Kátia Abreu: o País é governado pelo Poder Executivo, pelo Judiciário e também pelo Legislativo. Portanto, é oportuno, porque esse é um gravíssimo momento da pandemia, marcado pelas ansiedades gerais quanto ao desenvolvimento do cronograma de vacinação, pelo colapso da capacidade hospitalar e também pela exaustão física e emocional das equipes de profissionais da saúde.

Tudo isso coincide, infelizmente, com um vácuo diplomático derivado da aparente opção do Poder Executivo pelo isolamento internacional. É lamentável que tenhamos chegado a este ponto, e não foi por falta de avisos, de apelos, de alertas. Antes mesmo de executar o movimento da diplomacia parlamentar, que pode ser interpretado firmemente como uma tomada de rédeas de uma situação, pelo descontrole da pandemia, este Senado buscou, de todas as formas, o caminho da ciência e do conhecimento. Por isso, nós, Senadores da República, não podemos e nem vamos nos omitir. Pelo contrário, como temos agido ao longo de todo o tempo, desde o início da pandemia, vamos fazer tudo que estiver ao nosso alcance para salvar a sociedade brasileira desta hora mais sombria.

Daí, Sr. Presidente, o apelo ao nosso tradicional aliado norte-americano, ao qual jamais faltamos, sempre que ele procurou o apoio brasileiro na defesa dos valores e da sobrevivência da civilização democrática, um apelo que estendemos a todas as demais nações amigas, também elas acostumadas a contar com o infalível compromisso do Brasil com a ordem jurídica e econômica internacional. Como sublinhou a nossa ilustre colega Kátia Abreu, a Nação brasileira jamais se esquecerá dos parceiros que com ela cooperaram para enfrentar a tragédia sanitária internacional da qual hoje, infelizmente, somos o epicentro; nem olvidará as omissões nesse sentido. Afinal, a reciprocidade é regra de ouro da política entre as nações e garantia para a livre participação de todos os povos na edição de um mundo mais justo, mais pacífico, mais próspero e, claro, mais saudável.

Sr. Presidente, como Relator desta Comissão, eu quero dizer que acolho integralmente a proposta e a iniciativa. E finalizo também, mais uma vez, cumprimentando a Senadora Kátia Abreu pela iniciativa e, claro, o nosso Presidente Rodrigo Pacheco, pela pronta ação na defesa da vida. Mais uma vez agradeço aqui, em nome de toda a Comissão, Sr. Presidente, o papel do Senador Rodrigo Pacheco, de sempre estar valorizando este trabalho que aqui estamos desenvolvendo.

Durante a reunião, agora, V. Exa. ainda dará oportunidade para que a gente possa votar de acordo com os nossos Vice-Relatores ou Relatores setoriais, da forma que V. Exa. entender melhor, e aí eu quero ao final, ainda, colocar tudo que está acontecendo, em termos de agenda do Brasil, e também fazer um aditamento no requerimento que nós já temos, no plano de trabalho, porque nós já temos a previsão para agora, no dia 25 de março, dessa reunião com os representantes das fabricantes de vacina. E eu gostaria





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de saber de V. Exa. se está mantido aquilo que foi programado e aprovado no cronograma para o dia 25, a reunião com representantes das fabricantes de vacina.

É isso, Sr. Presidente, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A Senadora Rose de Freitas fez uma convocação para o Plenário, para nós discutirmos com todas as farmacêuticas esses cronogramas de produção. Então, a sessão que seria só restrita à nossa Comissão será... *(Falha no áudio.)*

Inclusive, nós vamos presidir essa reunião. Com essa reunião, a sua pauta e o seu cronograma apresentados serão atendidos brevemente, talvez esta semana ainda. Está bem?

Eu passo a palavra para o Senador Otto Alencar, pelo tempo de três minutos.

Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Pois não, Presidente. Estou ouvindo V. Exa. e agradeço.

Primeiro, eu quero parabenizar a iniciativa da Senadora Kátia Abreu, de todos os Senadores e Senadoras que assinaram esse documento, que teve também, sem dúvida alguma, o apoio e a participação decisiva do Presidente Rodrigo Pacheco. Quanto a essa iniciativa de buscar caminhos para adquirir vacinas, é superimportante que se estabeleça essa relação com os países produtores de vacina. E veja: a Coreia do Sul pode fornecer vacinas ao Brasil, e nós não temos capacidade de produzir a nossa própria vacina, porque, ao longo desse período, não se investiu nos nossos laboratórios, com condição de fazer pesquisa e elaborar a própria vacina. Há até um paradoxo, Sr. Presidente, que é interessante, no Brasil: o Brasil produz 30 tipos de vacina para os bovinos e só dois tipos de vacina para os humanos. Então, a equação está completamente invertida nesse sentido.

Então, a iniciativa de levar isso aos países, inclusive à Vice-Presidente dos Estados Unidos, a Kamala Harris, para buscar essas vacinas para suprimento do nosso povo, é muito importante, até porque, até agora, o Butantan, que produz a CoronaVac, é quem está dando suprimento ao nosso País. O Butantan tem uma previsão, a Senadora Kátia sabe disso, de entregar, até agosto, 100 milhões de vacinas para a imunização do povo brasileiro. Os outros laboratórios estão mandando vacinas, mas, para cada dez vacinados no Brasil hoje, nove são vacinados pela CoronaVac.

A nossa iniciativa também é que nós aprovamos, Presidente, um requerimento de minha iniciativa para convidar o Diretor do Butantan e o da Fiocruz. Eu pediria a V. Exa. que pudesse encaminhar esse ofício e marcasse essa oitiva, essa audiência aqui, para conversarmos a respeito da possibilidade de saber se a Fiocruz e o Butantan vão ter condição de produzir mais vacinas, recebendo o insumo farmacêutico ativo, que nós não produzimos ainda no País, vazando e dando condição para entregar essas vacinas até o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meio do ano, e, com isso, haver uma população mais ou menos de 50%, 60% vacinadas, o que vai dar a possibilidade até, quem sabe, às duas Casas, a Câmara e o Senado, de voltar às sessões presenciais.

Eu pediria à V. Exa. que pudesse marcar, fazer ofício aos dois diretores para que eles viessem aqui para conversar a respeito da produção de vacina, recebendo esses insumos dos países que estão encaminhando para o Brasil.

No mais é dizer que estaremos juntos, unidos e que a Senadora Kátia Abreu tem tido um trabalho importante – é determinada. Inclusive sua entrevista foi dada com muita precisão, mostrando que o Congresso Nacional não está indiferente à situação que está acontecendo no Brasil, até porque, em determinado momento, até agora mesmo já está acontecendo, vão perguntar o que é que nós estamos fazendo de prático, de pragmático, de correto para atender ao povo brasileiro.

Claro que o caminho seria fazer a instalação da CPI, mas CPI com sistema remoto não funciona agora, mas haverá de funcionar no futuro, até porque não podemos deixar de responsabilizar os que negligenciaram no momento que deveriam estar ativos na compra de insumos, no momento que iriam comprar o *kit* intubação, em agosto do ano passado, os que disseram que era gripezinha, resfriadinho – essa impunidade não pode permanecer, porque já são quase 300 mil vidas perdidas e poderemos...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Um tempinho mais para o Senador Otto concluir, por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, Sr. Presidente. Já usei meu tempo e estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Não, pode concluir.

Muito obrigado, Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu queria só perguntar a V. Exa. se realmente V. Exa. vai tomar a iniciativa de convidar os diretores da Fiocruz e do Butantan para que eles possam vir aqui dar uma ideia, porque são eles que estão produzindo vacina. Se eles estão produzindo, eles têm mais ou menos a ideia de quanto podem fornecer para a imunização do povo brasileiro, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Exa., pela sua tolerância, e aos meus colegas, pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Otto, o seu ofício, o seu requerimento se juntou ao plano de trabalho. Serão convidados, sim, senhor. Pode ficar tranquilo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos oito inscritos. Pelo tempo que cada um terá, três minutos, darão 24 minutos. Então, vamos conceder esse prazo. Há Senadora Zenaide, Nelsinho, Marcos Rogério, Izalci, Daniella Ribeiro, Esperidião, Oriovisto e Marcos do Val. Vamos acelerar o tempo, sermos rigorosos.

Eu não controlo o tempo aqui, tá, gente? O tempo é controlado lá pelo Senado. Eu estou aqui na Presidência, e o tempo é controlado lá pelo Senado.

Muito bem, eu passo a palavra à Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, quero parabenizar a iniciativa desta Comissão também, porque a gente vai estar aqui pelo menos duas vezes por semana, dando visibilidade à situação que o País vive hoje, e mostrar o que a gente propõe, o que o Senado Federal propõe para isso.

Quero parabenizar aqui a colega, nossa Senadora Kátia Abreu, que teve essa ideia.

A primeira pergunta que eu farei à Kátia – eu estou perguntando porque eu e o colega Nelsinho Trad estamos encarregados de fazer esse resumo de onde conseguir vacina, como fazer, e gentilmente a Senadora está nos ajudando, e muito. Muito obrigada, Kátia! – é: nos 30 milhões que a gente vai ter de vacina até 31/3 estão incluídas as do Instituto Butantan, a CoronaVac?

Eu queria chamar a atenção para uma reflexão. Quem vem errando na condução dessa pandemia aqui em nosso País... Porque quem vem errando continua errando, gente! E não adianta... Por exemplo, nós já tivemos apelos de intelectuais, de Governadores e, ontem, de empresários. Os empresários, como nós, também estão preocupados. E o que me preocupou, Kátia, é que, quanto à maioria dos itens que você mencionou aqui, o Governo diz uma coisa, mas, quando você entrou em contato com a embaixada daquele país, foi dito que isso não está correto – entendeu? –, que não são esses valores, não foram assinados esses contratos. Isso é preocupante e é por isso que quero parabenizar esta Comissão, é isso que nós estamos fazendo. É que também não adianta a gente estar fazendo a nossa parte... Do jeito que o Ministério da Saúde já disse à Kátia, parece que o que já foi comprado, os 37 milhões de doses da Sputnik, era só jogo de cena.

Então me preocupa que a gente alerte o mundo da necessidade de vender o excedente de vacinas – Estados Unidos ou qualquer país – para nos socorrer e nós termos... Esses países vão exigir a certeza de que nós estamos reivindicando essas vacinas, mas que o Governo brasileiro vai aceitar a compra, gente! Daí a importância, Confúcio, de a gente mostrar à sociedade que temos o diagnóstico, sabemos como podemos reverter a situação, reduzir mortes, mas que precisamos do Estado brasileiro. E quando falo em Estado, me refiro à Presidência da República, eu nem falo tanto no Ministro, porque, se discordar, não é mais Ministro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria chamar atenção é para fato de que não estamos aqui para culpar, mas nós não temos como saber por que estamos aqui e aonde queremos chegar se não soubermos como chegamos aqui. Vamos chegar a uma situação de 300 mil óbitos, acho que antes de uma semana. Então a gente tem que ter esse cuidado – viu, Kátia? –, porque a gente está cobrando solidariedade dos países, e eu acho justíssimo isso porque a gente sempre foi solidário, mas esses países, a gente vai ter...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Eu passo a palavra ao Senador Nelsinho Trad. *(Pausa.)*

Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Presidente Confúcio, V. Exa. me escuta?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem, Senador.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Ótimo!

Primeiramente quero cumprimentar a Senadora Kátia Abreu por, antes de essa questão vir à tona, ter tomado essa iniciativa, na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores, e pedir para todos os colegas que possamos ecoar essa situação, sessão por sessão, para forçar que as atitudes possam ser tomadas.

Eu tenho aqui uma situação que me chegou, que já foi colocada pelo Senador Otto, a quem cumprimento, que é muito séria, muito grave. É uma matéria do dia 20 de março da CNN: o Governo cancelou, em agosto de 2020, a compra de medicamentos para *kit* intubação. Já há um colapso nas cidades brasileiras que não têm *kit* intubação. Estão improvisando, inclusive, determinados medicamentos para poder possibilitar a intubação no paciente. E eu digo a vocês: se isso realmente for verdade, tão importante quanto a vinda da vacina é nós discutirmos esse assunto, passar esse assunto a limpo, porque, se houver uma escassez desses medicamentos, vai ficar inviável fazer um tratamento adequado, mesmo havendo vaga em UTI de paciente com Covid. E as improvisações que chegaram até o meu ouvido, como médico, que estão fazendo, trocando um medicamento por outro, têm deprimido mais o sistema respiratório desses pacientes e induzido mais à gravidade aquilo que já está grave.

Eu queria aqui fazer também uma consideração aos dois responsáveis – Izalci e Marcos Rogério – sobre um projeto nosso, que já foi 80% apensado ao projeto do Rodrigo Pacheco, cujo Relator foi o Randolfe, no que tange à compra de vacinas por parte da rede privada. Quando eu discuti esse assunto





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o Ministro da Saúde, ele me fez entender que tinha que andar a fila de prioridade primeiro, daí a necessidade de habilitar para poder comprar a vacina quem queira, desde que doe 100% do que ele comprar primeiro para o SUS, para que essa fila ande, e depois ele se habilite.

Eu queria que vocês – Izalci e Marcos Rogério – pegassem o nosso projeto, colocassem para ser apreciado, porque ele difere um pouco dessa questão, dessa visão, e trouxessem para a mesa o pessoal das indústrias, a CNI.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem. Daqui a pouco, o Senador Nelsinho pode concluir. Nós teremos uma reunião mais longa, teremos vários debates sobre projetos de lei e, logo depois dessa indagação da Senadora Kátia, nós entraremos e V. Exa. pode concluir com mais calma, mais tranquilidade.

O próximo.

Eu passo a palavra para o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio Moura, Sras. e Srs. Senadores, quero cumprimentar a Senadora Kátia Abreu primeiro pela iniciativa dessa moção, desse chamamento internacional, um apelo humanitário para a situação pela qual passa o Brasil.

Acompanhei a entrevista dela ontem na CNN, uma entrevista muito clara, muito lúcida e muito firme sem ser indelicada. Chamou a atenção da comunidade internacional de maneira muito clara, um recado forte e que nos enche de esperança no momento em que o Brasil precisa desse socorro internacional. Obviamente que esse é um problema global, um problema que atinge todos os países do mundo. Alguns saindo na frente em alguns aspectos e outros bastante atrasados em relação a dar respostas efetivas. E ela faz um relato da situação da questão da vacina. Eu acho que está todo mundo atrás da vacina. O Brasil tem uma carência muito grande, os laboratórios brasileiros, tanto o Butantan quanto a Fiocruz, que são os nossos grandes parceiros na produção nacional, ainda não estão dando respostas efetivas, não têm condições para isso, para garantir o abastecimento nacional na escala, na dimensão que precisa.

E, por outro lado, a gente tem ações desarticuladas. Talvez esse tema seja trabalhado até na sequência com a pauta que está sob a relatoria do Senador Izalci, e que tem lá o meu projeto PLP 25 como um dos itens, mas penso, e a Senadora mencionou, que há a questão da desarticulação entre os Estados. Há muita desarticulação, há muita ação isolada aqui e acolá e desajustada, de maneira que coloca a sociedade em pânico, não sabe a quem recorrer, não sabe o que obedecer. A regra precisa ser clara, a regra precisa ser assertiva, não basta dar ordem, não basta fazer decreto proibindo, restringindo,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ampliando ou guerra entre Prefeitos e Governadores, que é o que a gente começa a ver a partir de agora. O Governador Confúcio, que é do meu Estado de Rondônia, também sabe dessa situação. Hoje já há uma queda de braço entre Prefeitos e Governadores, por quê? Porque são decisões muitas vezes desarrazoadas, decisões muitas vezes sem um planejamento, sem uma característica de assertividade, que fazem com que a população se insurja contra essa decisão.

Eu tenho observado isto: comércios sendo fechados a todo tempo. Eu sou a favor de medidas restritivas, mas é preciso ter uma ação pensada, planejada, com foco específico, e não simplesmente fechar por fechar. O problema da pandemia não está da porta para dentro do comércio. Quem diz isso desconhece a situação real lá na ponta, o problema está na sociedade. Então, é preciso orientação, é preciso fiscalização, é preciso estrutura para atender quem mais precisa na hora em que o problema bate à porta...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Marcos Rogério, já, já, o senhor complementa, pode guardar o encerramento da sua fala.

Respondendo ao Senador Nelsinho Trad.

Senador Nelsinho, eu estive no Ministério da Saúde, na quinta-feira, em videoconferência com o Secretário Executivo e outros – devido a duplicidade de Ministros – falando sobre o *kit* intubação. A nossa proposta foi subscrita pelo Rodrigo Pacheco também e foi a seguinte: primeiro, importação urgente; e, segundo, um registro de preço nacional para que haja um nivelamento de preços para os Prefeitos e Governadores.

Essas providências foram acatadas pelo Ministério, e já estão em andamento a importação e também o grande registro de preço guarda-chuva para a adesão de Prefeitos e Governadores.

Dando prosseguimento, eu passo a palavra para o Senador Izalci Lucas, pelo tempo de três minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, em primeiro lugar, eu quero concordar com o Senador Nelsinho: a gente vai precisar flexibilizar a lei do Senador Pacheco, porque não tem sentido permitir as empresas privadas comprarem, mas só depois de um determinado momento – sei lá, seis meses – poderem levar. Então, a gente precisa flexibilizar isso, porque cada pessoa que vacina diminui bastante para nós essa agonia toda aí.

Mas eu quero só informar que estive aqui, na sexta-feira, um grupo de representantes das vacinas de Taiwan, fabricação em Taiwan, e da americana. E eles estão dispostos a entregar – e têm disponibilidade – de 70 a 80 milhões de vacinas em dose única. Eu conversei, então, com o Arnaldo, que estava na Paraíba, para eles os receberem – e marcaram para amanhã de manhã. Eles têm condições – já





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi feito o teste três, a Fase III; é dose única – e disponibilidade para entregar de imediato 70 milhões de vacinas em dose única, e eu acho que vai resolver grande parte aí para nós. Então, o pessoal de Santa Catarina que esteve aqui, que são os representantes, está se reunindo, amanhã de manhã, lá com o Arnaldo, que é responsável por esse setor. Vamos aguardar aí, porque eles têm também muito insumo desse material que está escasso no Brasil, de sedação e dessas questões de insumos para UTI. E eu espero que, nessa reunião de amanhã, a gente consiga avançar bem – e é lógico que eles já estão apresentando agora à Anvisa, para a liberação dessa vacina – e que, com isso, a gente possa realmente amenizar essa agonia nossa que está acontecendo aí.

No mais, nós temos a reunião com o Paulo Guedes, dia 25 – não é? –, e aí nós vamos tratar também dessa questão de logística.

Mas era isso que eu queria dizer, além de parabenizar a Senadora Kátia pela muito boa iniciativa, que, de pronto, nós todos apoiamos e que acho que vai trazer bons resultados também.

Então, era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senadora Daniella Ribeiro, com a palavra.

Senadora Daniella...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu vou aqui falar por V. Exa.

Primeiro, eu gostaria de parabenizar o Senado Federal, através da nossa querida Senadora Kátia Abreu, pela Presidência na Comissão de Relações Exteriores, que já chegou chegando e muito nos representa com sua atitude, e a todos os colegas e as colegas que assinaram, e não só os que já assinaram, mas também, como ela bem disse, os que não assinaram pela dificuldade, muitas vezes, da distância, mas que, com toda certeza, apoiaram essa iniciativa, que foi sem dúvida alguma, ao encontro da necessidade do nosso povo, do povo brasileiro, que tanto anseia por respostas para aquilo que tem sido um verdadeiro desencontro durante todo esse período que a gente tem vivenciado.

Obviamente, a gente tem sempre dito que não adianta olhar para trás, porque não temos mais o que fazer com o que já aconteceu. O que a gente quer é resultado. É isso que o Senado Federal tem feito através de iniciativas como essa, buscando esse entendimento, e como esta aqui também por parte da Comissão de acompanhamento da Covid – não basta acompanhar, mas buscar soluções.

Eu até me preocupei agora, porque ouvi uma notícia com relação à divisão do próprio Ministério da Saúde. Não sei se vocês viram a notícia de que há a possibilidade de que o Ministro Pazuello tome uma cadeira, de que a Secretaria de Assuntos Estratégicos do Ministério da Saúde seja transformada em *status* de Ministério. Não sei se vocês ouviram essa notícia e não sei se realmente isso vai acontecer.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, cada vez mais a gente precisa olhar a nossa parte, fazer a nossa parte, e o Governo fazer a dele do jeito que entende que deve ser feito. Isso significa dividir poderes dentro do próprio Ministério, e a gente não sabe em que isso efetivamente vai dar na cabeça do nosso Presidente. Oro todos os dias – podem ter certeza – por ele e por todas as autoridades do nosso País para que a gente tenha unidade no que diz respeito ao entendimento.

Enfim, deixo aqui também a minha palavra com relação à questão dos Governadores. Senadora Kátia, isso é importante com relação ao que eles têm diante desse consórcio e diante das tratativas. Ainda agora recebi o telefonema de um amigo que tem participado de tratativas com alguns Governadores e diretamente com as indústrias farmacêuticas, representando a vacina de Oxford... Sr. Presidente, só mais um tempinho para eu deixar isso aqui para a Senadora, porque acho que isso é importante também dentro desse contexto, dessa ajuda. O que a gente efetivamente já tem tido com relação a essas compras diretas, já que há a parte do Governo, mas há também a parte dos Governadores que têm feito essas negociações diretamente, justamente...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senadora Daniella, já, já a senhora complementa, já, já a senhora termina. Pare nesse pontinho aí e já a senhora terá o tempo para essa conclusão.

Próximo.

Senador Esperidião Amin está presente? *(Pausa.)*

Senador Esperidião. *(Pausa.)*

O Senador Esperidião Amin foi o primeiro a entrar.

Senador Esperidião Amin. *(Pausa.)*

Ele não está.

Senador Oriovisto Guimarães está com a palavra. Senador Oriovisto. *(Pausa.)*

Randolfe pediu para se inscrever.

Libere o som. Libere o som, Oriovisto, por favor. *(Pausa.)*

Nós não o estamos ouvindo.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Agora estão?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Agora está bom.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Agora está bom.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está ótimo.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Primeiro de tudo, bom dia, Presidente Confúcio. Bom dia a todos os colegas Senadores.

Como todos, quero parabenizar a atitude de Líder da Senadora Kátia, que foi acompanhada pela unanimidade do Senado, atacando o problema na frente externa, pedindo aos países que nos ajudem a ter mais vacinas.

Mas, Sr. Presidente, nós temos problemas externos, que são conseguir a solidariedade internacional, conseguir mais vacinas, e nós temos problemas internos, que dependem só de nós resolvê-los.

O maior problema hoje nós sabemos qual é. Por exemplo, nós não sabemos hoje, se eu perguntar ao senhor, quem é o Ministro da Saúde do Brasil. Desde há uma semana nós temos um saindo e outro, que não é nomeado e que não toma posse. O senhor imagine se o Ministério da Economia do Brasil tivesse sido tratado da forma como foi tratado o Ministério da Saúde, que nós já estivéssemos no quarto Ministro da Economia e sem saber bem quando é que sai o atual e quando é que entra o próximo. O dólar já teria chegado a 20, a 30, sei lá.

O que eu quero colocar, Sr. Presidente, é que há algumas coisas muito simples que nós podemos fazer no nosso País e que não estamos fazendo. Por exemplo: definir quem é o Ministro da Saúde, definir uma campanha nacional na televisão, o Presidente se posicionar melhor. E eu penso, Sr. Presidente, que alguém poderia liderar, não sei quem, uma carta muito bem-educada, uma carta muito bem escrita ao nosso Presidente da República pedindo coisas simples. Pedindo, por exemplo, a definição do Ministro da Saúde; pedindo, por exemplo, que ele faça uma campanha nacional para o uso de máscaras. Pedindo coisas assim, coisas que não ofendem, coisas de quem quer ajudar, de quem quer cooperar, e não de quem quer brigar. Pedindo que ele retire as ações contrárias, que ele está fazendo contra os Governadores. Vejam que contradição: ele convoca uma reunião para quarta-feira com os Governadores, mas, ontem ainda, chamou lá, na saída do Palácio do Planalto, os Governadores de tiranetes. Qual é o clima que vai haver nessa reunião? O Brasil precisa de união.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu acho que o Senado se posicionaria muito bem se nós conseguíssemos algum iluminado que fizesse uma carta muito educada, que fosse capaz de ter a assinatura de 100% dos Senadores. Da mesma forma como a Senadora Kátia conseguiu a assinatura de todos na frente externa, nós tínhamos que estar unidos com relação às coisas básicas na frente interna.

Essa é uma ideia que eu quero deixar, é um apelo que eu faço para ver se alguém é capaz de liderar isso dessa forma que eu estou dizendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Oriovisto, eu vou transmitir ao Presidente Rodrigo Pacheco a sua opinião e, por certo, depois de discutir com ele, eu darei uma resposta a V. Exa., pois V. Exa. se manifestou aqui e merecerá uma resposta.

Eu passo a palavra ao Senador Marcos do Val e depois ao Randolfe Rodrigues.

Marcos do Val, V. Exa. pode usar a palavra.

Marcos do Val. Apareceu sua imagem, mas eu não estou ouvindo sua voz.

Vou passar a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, desculpe-me, é que em dias de chuva a conexão aqui fica mais instável; a conexão fica mais instável, mas agora eu acho que eu posso...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estamos ouvindo bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – O senhor me ouviu bem?

Sr. Presidente, eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar a minha querida colega Senadora Kátia Abreu pela atitude de liderança. Eu fico muito honrado em ser membro da Comissão de Relações Exteriores, que está sob a condução de S. Exa. Acredito que as iniciativas tomadas desde quinta-feira até agora são as melhores iniciativas, que a diplomacia brasileira já deveria ter tomado, mas, como já foi dito aqui, nós não podemos ficar reclamando do que não tem ou do que já passou, nós temos é que cumprir a nossa parte. Então, todas as homenagens à liderança e à condução da Senadora Kátia Abreu, que é o que temos que fazer: nós temos que rogar apoio aos nossos vizinhos, nós temos que rogar apoio às nações com que o Brasil tem relações diplomáticas há 200 anos, desde nossa Independência. Eu acredito que, dentro em pouco, teremos bons frutos dessas iniciativas tomadas pelo Presidente Rodrigo Pacheco, pela Senadora Kátia Abreu, pela Comissão de Relações Exteriores, que aqui foram informadas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permita-me, Presidente, só complementarmente, aproveitar o ensejo para trazer uma situação que muito nos preocupa aqui, no Amapá, e sobre a qual, embora não esteja como ponto desta pauta, eu queria aqui alertar. Ontem, recebi informação da Prefeitura de Macapá e de várias autoridades sobre o esgotamento do fornecimento de oxigênio aqui, na capital do nosso Estado. De imediato, fiz contato com V. Exa., acionamos o Supremo Tribunal Federal e, aproveitando o *know-how* internacional que a Senadora Kátia Abreu nos dá, recorremos, inclusive, ao Embaixador da Venezuela no Brasil, que se dispôs a auxiliar com oxigênio. Eu quero agradecer, Presidente Confúcio, a sua atenção no dia de ontem, as informações que V. Exa. me passou logo nas primeiras horas da manhã de hoje.

Agora, Presidente, eu quero, através desta Comissão, rogar a V. Exa. o seguinte: nós tivemos a instalação de uma usina de oxigênio no norte do Estado, no Oiapoque, e outra, no Laranjal do Jari, mas nós precisamos de uma usina de oxigênio em Macapá. Chegaram, nesta madrugada, 250, 300 cilindros de oxigênio, mas é insuficiente para o aumento da demanda. Ainda ontem, a White Martins fazia um informe reclamando que a Prefeitura de Macapá estava abrindo novos pontos de oxigênio. A Prefeitura de Macapá tem que abrir novos pontos de oxigênio, porque, se não abrir nas UBS, as pessoas morrem. Nós estamos com superlotação, nós estamos com a Unidade Central de Covid já totalmente ocupada. O Governo do Estado abriu uma nova unidade na zona norte. A Prefeitura, que está atendendo as UBS, tem, de fato, fazer isso. Então, eu quero rogar o apoio desta Comissão.

Presidente, nos cinco segundos finais, eu queria que fosse apreciado um requerimento de nossa autoria para que a Anvisa comparecesse a esta Comissão para falar sobre a necessidade de celeridade no registro do soro do Butantan e que dessa audiência também participassem as autoridades do Instituto Butantan.

Meus cumprimentos à Senadora Kátia Abreu.

Obrigado pelo espaço para prestar essas informações sobre o Amapá e para rogar que esse requerimento seja apreciado no momento oportuno por V. Exa. e por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Senador Marcos do Val, já está a postos para falar? (*Pausa.*)

Senador Marcos do Val? (*Pausa.*)

Senador Marcos do Val, pode falar, Senador. (*Pausa.*)

Senador Marcos do Val. (*Pausa.*) Falta ligar o som. Seu som, Marcos.

Marcos do Val. Libere seu som, Senador. (*Pausa.*)

Marcos do Val.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que ele está em outra ligação.

Muito bem. Muitas perguntas, muitas indagações, muitas considerações. Eu retorno a palavra à Senadora Kátia Abreu por um tempo de cinco minutos para fazer um apanhado das observações feitas por outros Senadores.

Senadora Kátia Abreu.

Pode liberar o som, Senadora. O som. *(Pausa.)*

Não estamos ouvindo, Senadora. Não estamos ouvindo. Dê uma olhadinha aí.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pronto? O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ótimo. Estamos ouvindo bem.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Obrigada!

Obrigada a todos os colegas pelas palavras de apoio, de força. É com essa união psicológica, emocional, física que nós vamos vencer tudo isso. Então, eu agradeço as palavras de todos, de estímulo ao nosso trabalho, que é um conjunto, é um trabalho do Senado Federal. Eu sou apenas um instrumento.

Sr. Presidente, eu gostaria de colocar algumas questões a mais. Existe um estudo da revista *Lancet* que mostrou que, no nosso País, a mortalidade dos pacientes intubados, diferentemente da média mundial – desses que necessitam de ventilação –, está em 80%, enquanto a média mundial é 50%. Esse é mais um número chocante que tira o Brasil da rota da normalidade da pandemia, do seu curso normal. Isso, é claro – vou repetir –, é pela falta de planejamento do Executivo brasileiro, pela falta de visão estratégica, pela necessidade de ter dado mais atenção a essa questão tão grave, como outros países fizeram – não perderam tempo, foram à ativa –, além de um descuido, também, na questão diplomática, com China e com os Estados Unidos. E também tivemos uma baixíssima adesão às medidas protetivas, como máscara, como isolamento, e também devido à variante P1, que é o principal motivo de transmissão hoje.

Sr. Presidente, colegas, hoje já foram vacinados com duas doses 11,492 milhões de pessoas. Vamos arredondar, então, para simplificar a nossa divulgação: 11,5 milhões de pessoas receberam as duas doses. Isso significa 1,95% dos que precisam ser vacinados. E 4,122 milhões... Não, desculpe, ao contrário: 11,5 milhões de pessoas tomaram uma dose e apenas 4,122 milhões tomaram duas doses. Então, na realidade, quem já tomou as duas vacinas representa 1,95%, se nós considerarmos a necessidade de duas doses.

Com relação à pergunta da Zenaide – e eu agradeço, porque é muito esclarecedora –, das 30 milhões de doses que deverão chegar até o dia 31 de março, como eu disse agora há pouco, são 23





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões da CoronaVac provenientes do Butantan, 3,8 milhões da AstraZeneca/Fiocruz e 2,9 milhões de doses da AstraZeneca lá daquele consórcio Covax Facility, da aliança internacional da OMS. Então, essa é a resposta para a nossa querida Zenaide.

Mas, ao fim e ao cabo, Sr. Presidente, eu quero aqui registrar que a aprovação da moção, oficialmente, deveremos colocar na sessão de amanhã, terça-feira, para ser referendada por todo o Plenário do Senado. E queria registrar que, se nós estamos pedindo, solicitando 100 milhões de doses com urgência e antecipação, isso significa que nós também deveremos doar essas 100 milhões para o futuro, para quem estiver mais precisando. Nós queremos é um adiantamento no nosso cronograma, porque tanto nós poderemos receber esse cronograma normalmente e depois devolver para algum país ou ser abatido nos meses posteriores.

Então, nós gostaríamos que... Imagine se os Estados Unidos nos enviassem vacinas da sua reserva. Nós tanto poderíamos comprar essa vacina ou receber essa vacina e, depois do nosso cronograma, nós poderíamos, inclusive, devolver, para os americanos fazerem doação para outros países – não sei se me fez compreender. Então, nós não estamos querendo 100 milhões a mais; nós queremos adiantamento de 100 milhões de doses.

E, com relação à sugestão do Oriovisto, se me permite, Sr. Presidente – não sou membro da Comissão, mas frequentadora assídua –, eu acho que esse endereçamento ao Presidente da República, nos termos que ele disse, que o senhor vai discutir com o Presidente Rodrigo, é uma correspondência, talvez, quem sabe, desta própria Comissão, como uma correspondência relatório do que está acontecendo até agora, e que ele encampe o seu corpo diplomático, no sentido de alcançar as 100 milhões de doses adiantadas. Então, que todos os diplomatas do Brasil no mundo, que são supercompetentes, possam entrar nessa luta, sob o comando do Itamaraty e do Governo... *(Falha no áudio.)*

O gesto é bastante louvável, essa ideia do Oriovisto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Senador Marcos do Val, V. Exa. está com a palavra.

Senador Marcos do Val...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Bom dia, amigos. Estão me escutando?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia. Ouvindo bem. Estou ouvindo bem. Pode falar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – É um prazer falar com todos.

Eu só queria compartilhar que, ontem, um grupo da Associação dos Anestesiologistas me procurou – eu até postei do nosso grupo – com uma solução extremamente interessante, que seria a utilização dos próprios equipamentos de anestesia, que têm capacidade para serem utilizados como equipamentos de UTI, de respiradores artificiais, e ainda com uma economia de 50% do oxigênio. E, se eles tiverem essa permissão junto ao Ministério da Saúde, eles conseguem, da noite para o dia, sem investimento nenhum, gerar 15 mil unidades de tratamento intensivo para o Covid, sem nenhuma despesa, da noite para o dia, somente com autorização do Ministério da Saúde.

Hoje... Ontem mesmo, quer dizer, o próprio Ministério da Saúde fez contato com eles e marcaram uma agenda para hoje, segunda-feira. Eles estão indo a Brasília, e eu queria compartilhar isso com vocês, para que a gente possa ficar no movimento favorável a isso e cobrasse, realmente, que fosse aceita essa ideia, para que ela pudesse ser colocada em prática e a gente tivesse aí, de forma imediata, mais 15 mil leitos no Brasil, sem precisar de investimento.

Eu queria compartilhar isso com vocês, porque eu queria que vocês pudessem me ajudar a cobrar essa solução. É mais uma solução para nós.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Marcos do Val.

Eu vou procurar entender – aqui há o Otto, a Zenaide, o Nelsinho, todos médicos – a forma que os anestesistas têm para ampliação de leitos de UTI sem despesas. E eu vou procurar saber...

Pode falar, pode falar, Senador.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eles enviaram para mim um documento explicativo de como isso poderia ser feito. Eu vou encaminhar para você e aí você compartilha com os amigos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente, muito obrigado. Muito obrigado. Obrigado mesmo.

Muito bem, Srs. Senadores, Senadoras, Senadora Kátia Abreu, os demais que são não membros. Senti muito o Senador Esperidião não poder ter te esperado, ele foi o primeiro a entrar, queria falar, mas infelizmente deve ter tido outro compromisso.

Senadora Kátia Abreu, caso tenha outro compromisso, muito obrigado pela sua participação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos agora passar para uma segunda pauta, que é justamente a análise do projeto de lei de autoria do Senador Marcos Rogério, que nos foi encaminhado pela Presidência do Senado para um parecer ou pareceres dos membros e a devolução para a Secretaria-Geral da Mesa.

1ª PARTE**ITEM****PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 25, DE 2021**

Disciplina, nos termos do art. 23, parágrafo único, da Constituição Federal, a coordenação de ações de enfrentamento Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), declarada em decorrência da infecção humana causada pelo novo coronavírus (SARS-COV-2).

Autoria: Marcos Rogério

Então, eu passo a palavra... Como nós não tivemos nenhuma observação sobre o projeto de autoria do Senador Marcos Rogério, eu passo a palavra para o Senador Márcio Rogério para fazer a defesa e aí, neste caso, nós vamos encaminhar, Senador, para a consultoria para poder remeter à Secretaria-Geral da Mesa o mais rapidamente possível para ser pautado.

Então, V. Exa. está com a palavra, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente Governador Confúcio Moura, Sras. e Srs. Senadores, primeiro agradeço a oportunidade de me manifestar sobre esse tema, o PLP 25. Na semana passada, na reunião de Líderes de quinta-feira, nós tratamos desse assunto. O Presidente Rodrigo Pacheco ficou de avaliar a inclusão dele não na pauta desta semana, mas na outra semana, após, justamente, essa análise da nossa Comissão de acompanhamento da Covid. Então, é um projeto realmente importante e, junte-se ao importante, oportuno, em razão da sua natureza, em razão das suas peculiaridades.

Sr. Presidente, eu começo aqui destacando que o projeto nasceu com a ideia de criação de um programa nacional de combate unificado à pandemia. Obviamente que todos nós estamos acompanhando, há um clamor forte por diretrizes nacionais, e penso que o Governo Federal deve criar esse gabinete de enfrentamento, chamando representantes dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, além de representantes do setor privado, para discutir o tema e trabalhar de maneira articulada. Embora saibamos que, no começo dessa pandemia, muitos quiseram fazer carreira solo, a pandemia tomou uma proporção que reclama perfeitamente uma voz nacional, um grupo de trabalho que se reúna diariamente e que cuide do tema de forma abrangente, de forma nacional, apoiando os Estados, apoiando os Municípios.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho acompanhado as ações do Governo Federal, tudo o que a União tem feito, o Ministério da Saúde, mas é preciso criar um gabinete para isso, com alguém que fale de ações conjuntas, de ações articuladas, e não deixar cada um por si pensando de forma isolada – Governadores que pensam isoladamente, Prefeitos que pensam isoladamente, e um Ministério da Saúde, um Governo Federal, que hoje apenas cumpre o papel de pagar a conta: a fatura fica com o Governo Federal, mas não há uma ação articulada, coordenada, de enfrentamento à pandemia.

Então, o PLP 25 é uma singela iniciativa, uma ideia que precisa, naturalmente, ser bem tratada à luz da realidade, do que seria cabível para os Estados e Municípios, com a colaboração dos Senadores, posteriormente com a colaboração dos Deputados, no sentido de aperfeiçoar essa matéria. Nós fizemos aquilo que achávamos ser um instrumento legal para enfrentar essa questão.

E qual é o porquê da necessidade? Até na reunião de Líderes passada houve um questionamento, mas, olhem, não seria necessário criar um projeto de lei para poder disciplinar isso. Bom, talvez fosse possível, por ato infralegal ou por decreto, a criação de um comitê. Aliás, a bem da verdade, nós até tivemos essa situação no início da pandemia, com o Decreto 10.227, de 16 de março de 2020, mas nós também sabemos exatamente como foi o andamento daquele comitê e de que maneira ele funcionou ou não funcionou.

Então, eu penso que isso cabe ao Congresso Nacional, especialmente ao Senado Federal, que tem tido muita altivez, tem tido muita iniciativa com relação à política nacional de enfrentamento à Covid-19. Foi assim desde o auxílio, com programas de auxílio ao setor produtivo, Pronampe e outros temas mais, à própria iniciativa do Presidente Pacheco de criar um projeto disciplinando a política de aquisição e entrega de vacinas. O Senado Federal tem tido muitas iniciativas acertadas em relação ao tema Covid, no sentido de colaborar, sendo colaborativo com esse tema. Agora, mais recentemente, tivemos a iniciativa da Senadora Kátia Abreu também, com essa moção de apelo internacional.

Então, esse projeto nasce também dentro desse contexto de colaboração, desse contexto de tentar oferecer ideias, sugestões e diretrizes que ajudem o País a enfrentar essa pandemia com mais assertividade, Sr. Presidente.

O que nós vimos hoje, repito, são ações isoladas. Esse comitê que foi criado lá atrás, no Decreto 10.277, acabou não prosperando, acabou não tendo uma função de maior altivez, porque não se trata de um protagonismo concorrencial com o chefe do Poder, mas ele precisa ter a incumbência, o papel de formular diretrizes de políticas públicas nacionais. Veja, hoje, e eu vou falar a partir do que estou vendo no Estado de Rondônia, mas isso está acontecendo em outros Estados também, porque tenho conversado com alguns colegas, há disputas: do mesmo jeito que há disputa em relação ao comando central do Governo Federal com os Estados, há em relação aos governos estaduais e os Municípios. O Governo do Estado às vezes faz um decreto determinando medidas restritivas e de repente um outro Prefeito diz: "Olha, eu não vou cumprir, porque é prerrogativa minha disciplinar essa questão no âmbito municipal",





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou seja, as ações estão muito desarticuladas, estão muito desintegradas, não há uma soma no sentido de busca de um denominador comum. Então, nós precisamos de um instrumento legal que garanta isso.

E veja que eu não sou da ideia de fechar por fechar o comércio. É muito fácil mandar fechar comércio, como se isso fosse a solução do problema da pandemia, mas não é. O problema da Covid-19 infelizmente não está – ou felizmente – da porta para dentro do comércio. É preciso deixar claro isso. Ninguém entra nos comércios brasileiros sem máscara. Ninguém entra nos comércios brasileiros sem observar os critérios mínimos de segurança. Portanto, o problema está para fora. E você tem muitos decretos, muitas iniciativas que, sem a colaboração, sem a multidão dos conselhos para tentar aperfeiçoar a regra, trabalham contra o ideal que se projeta no próprio decreto. Quando você tem, por exemplo, a redução do tempo de funcionamento de um comércio, o que você está fazendo na prática é determinar maior aglomeração no comércio, porque você diminuiu o tempo de funcionamento. Quando você determina, por exemplo, a redução do tempo de funcionamento de uma academia, você está determinando, por via de consequência, maior aglomeração nessa academia, porque ela vai funcionar por menos tempo para atender a mesma demanda. Será que, se você tivesse um instrumento de debate, de alinhamento de ideias, esses pequenos erros que caracterizam prejuízos enormes lá na ponta estariam acontecendo?

A questão da coordenação da política de aquisição da vacina: hoje, Estados e Municípios estão correndo atrás sem uma articulação nacional. Prefeitos desesperados, Governadores desesperados. E há uma coisa, Sr. Presidente: hoje, muitos estão fazendo algo que é perigoso, fazendo o que um ou outro Prefeito fez, um ou outro Governador fez; mesmo sabendo das dificuldades e dos riscos que estão correndo, estão fazendo, porque senão a sociedade cobra. "Por que o vizinho fez e o Município do senhor não fez?".

Então, muitas ações estão neste momento apenas, com todo o respeito, com a força dessa expressão, jogando para a plateia, mas não há uma garantia de que aquilo vai ter efetividade.

Eu penso que todo o esforço é necessário. Eu acho que, quando o art. 23 da Constituição Federal tratou do tema da saúde, ele tratou de competência comum. É competência da União, é competência dos Estados, é competência dos Municípios, é competência do Distrito Federal. Não cabe aqui dizer que cabe mais ao Município ou mais ao Estado ou mais à União, todos têm papel igual, responsabilidade igual. Agora, de forma desarticulada, de forma desalinhada, de forma desajustada, nós não vamos vencer um problema do tamanho que é a pandemia.

Então, nesse momento, Sr. Presidente, concluindo aqui a minha linha de raciocínio, não cabe aqui olhar para o retrovisor para ficar tentando achar culpados, porque o fato de apontar culpados não vai resolver o problema. Eu acho que o Senado passa a ter uma linha de atuação de muita assertividade, sem ficar rotulando culpados aqui ou acolá. Eu tenho críticas ao Supremo Tribunal Federal, que lá atrás



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

determinou aos Estados e Municípios a competência e tirou da União, tinha que ter determinado a obrigação de fazer, mas isso não vai se resolver discutindo isso agora.

Então, o que eu estou propondo, nesse PLP 25, é o alinhamento, é uma coordenação para o enfrentamento da pandemia da Covid-19, tanto em relação à aquisição de vacinas, abertura de leitos, UTIs, compra de insumos, medicamentos, auxílio técnico, jurídico. É nesse aspecto, Sr. Presidente.

Então, faço um apelo aqui aos colegas para que aqueles que não tiveram a oportunidade de ler, de estudar o projeto, se puderem ler, tomar conhecimento, sugerir inovações, eu acho que é uma contribuição que o Senado Federal vai dar não ao Governo, mas ao País numa linha de ação nacional de enfrentamento à Covid-19.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Marcos Rogério.

A nossa Comissão não tem o papel de fazer uma relatoria do projeto.

O Presidente Rodrigo Pacheco, numa deferência especial à nossa Comissão, nos consulta sobre o projeto e a sua conveniência.

Nós distribuímos para todos, mas se algum dos Parlamentares presentes, Senadores presentes, tiver algum comentário sobre o projeto de lei de autoria do Senador Marcos Rogério, que acaba de discorrer sobre ele, a palavra lhe será concedida. (*Pausa.*)

Então, como nenhum Parlamentar se manifestou, vamos dar andamento ao projeto e devolvê-lo à Secretaria-Geral da Mesa para ser pautado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não, Senador, pode falar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode falar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, nenhum antagonismo... O que vem para ajudar... Obviamente, ninguém aqui quer polemizar ou criar qualquer tipo de antagonismo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero louvar a iniciativa do Senador Marcos, mas eu acredito que S. Exa. o Presidente Rodrigo Pacheco deve designar um Relator.

Eu acharia que seria de bom tom, Presidente, até recomendo, sugiro, que a relatoria do tema ficasse com V. Exa. por se tratar diretamente do enfrentamento da pandemia. Eu sugeriria que V. Exa. recolhesse as contribuições.

Houve uma primeira apresentação do Senador Marcos Rogério sobre o tema. Entendo as preocupações do Senador Marcos Rogério em relação ao tema, mas, ao mesmo tempo, todos nós temos que ter, de nossa parte, garantias de que a ação do Governo Federal, a essa altura, não vai atrapalhar, não vai limitar o que está sendo feito.

Eu tenho visto manifestações do Presidente da República com as quais eu me preocupo muito. O Presidente da República entrou com duas ações no STF, Presidente, contra medidas que os governos estaduais adotaram – duas ações: entrou com uma ação contra o Governo do Rio Grande do Sul; entrou com uma ação contra o Governo do Distrito Federal. E, ao que eu sei, o que o Governo do Rio Grande do Sul está fazendo e o que o Governo do Distrito Federal está fazendo estão amparados pela ciência. Então, ao passo que realmente devemos ter um comando unificado... E, oxalá, fosse assim! Oxalá, não precisasse que o Senado, que a Senadora Kátia Abreu, que foi a primeira a falar aqui, corresse atrás de vacina junto com o Presidente Rodrigo Pacheco, por todo o Planeta, porque o Governo brasileiro não aceitou a proposta da Pfizer, não agilizou o Butantan ano passado. Se tivesse feito isso... Eu gostaria – nós temos uma enorme conquista, Presidente, que é o Programa Nacional de Imunizações, o nosso PNI; é o nosso Sistema Único de Saúde... O mundo inveja um PNI como o nosso, só que nós atrasamos com o PNI, porque não tivemos vacinas.

Então, o único cuidado que eu acredito que nós temos que ter é que também – ao mesmo tempo que eu sou um fã do PNI, um fã das ações do Sistema Único de Saúde, e eu acho que tem que ocorrer isso – não se concretize esta ideia que estão comentando aí, de arranjar um outro cargo para o Ministro Pazuello, porque aí é um absurdo, aí nós vamos ter um Ministério da Saúde do A e um Ministério da Saúde do B. Não precisamos... A única coisa de que nós não precisamos é comando.... A essa altura, a única coisa de que nós não precisamos é comando dividido. Eu sou entusiasta de comando unificado, do SUS, do PNI, e exulto em relação a isso. E acho até que nem precisa de lei para isso, porque já existe uma lei, que se chama Constituição da República Federativa do Brasil, por trás do Sistema Único de Saúde.

Então, só para concluir, Presidente, se o senhor me permite, eu cumprimento o Senador Marcos Rogério, mas eu acredito só que nós temos que ter um debate necessário sobre isso. E nós não podemos também dar poderes para que as medidas que estão sendo tomadas por Estados e Municípios que estão de acordo com a ciência tenham...

(Interrupção do som.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Um tempinho para concluir, por favor. Central do Senado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, o que eu dizia, só para concluir: nós não podemos também tomar medidas para que as ações que estão sendo tomadas baseadas na ciência por governos locais, porque foram negadas por parte do Governo Federal, não sejam limitadas e intimidadas com a chancela do Senado Federal. Só a única preocupação. E eu sei que não é essa a preocupação de S. Exa. o Senador Marcos Rogério; a preocupação de S. Exa. é nós organizarmos a história da forma como está.

Então, só como sugestão é que V. Exa. assuma a relatoria, ouça os membros todos desta Comissão para apresentar um relatório condizente para o Presidente Rodrigo Pacheco e o Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Por favor, vamos convencionar – isso são fatos novos, que não são costumeiros para a nossa Comissão – fazer o seguinte: logicamente que o Senador Marcos Rogério e o Senador Izalci estão responsabilizados por todos os projetos de lei em andamento. Então, eu vou remeter esse projeto à Consultoria bem rápido e já sugerir ao Presidente do Senado a relatoria de um dos membros da nossa Comissão – vou sugerir; quem nomeia é o Presidente, o Presidente Rodrigo Pacheco. Nós não temos competência de nomear Relatores.

Nós distribuímos esse projeto de lei no dia 17. No dia 17, todos os Senadores da Comissão receberam a cópia do projeto de autoria do Senador Marcos Rogério.

Então, fica assim: eu vou remeter e sugerir ao Rodrigo Pacheco, caso ele concorde ou não, o nome do Senador Izalci para relatar lá no Plenário – uma relatoria de Plenário, como sugerido –, porque ele já está responsável por esse fato. Mas ele não vai dar conta de relatar todos os projetos. Aí nós vamos distribuir para cada um de nós e sugerir ao Presidente Rodrigo Pacheco... Ele não precisava remeter para a nossa Comissão. Foi um ato de benevolência, de prestígio à nossa Comissão, que eu agradeço muito. Então, faremos isto: a nossa Comissão remete à Consultoria, e eu sugiro, posteriormente, em expediente, ao Presidente que tome as providências.

Bem, eu passo a palavra agora ao Senador Izalci para comentar os projetos de lei. Talvez ele e o Marcos Rogério precisem de um pouquinho mais de prazo para analisar todos os projetos e eleger aqueles projetos que julgarem mais urgentes e oportunos neste momento.

Então, eu passo a palavra, neste momento, ao Senador Izalci Lucas. *(Pausa.)*

O Senador Izalci Lucas está presente? *(Pausa.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Ele estava até há pouquinho hora. Cadê o Izalci? Eu não o estou vendo. *(Pausa.)*

Izalci. *(Pausa.)*

Bem, na ausência do Senador Izalci, eu passo essa delegação para o Senador Marcos Rogério.

Estão aí, na mensagem, na lista de transmissão, Marcos Rogério, todos os projetos de lei em andamento sobre vacinação. Depois o senhor bate um papo com o Izalci, e vocês dois façam as escolhas dos que julgarem mais prioritários. Aí nós remeteremos esses para o Presidente, que debaterá na Comissão de Líderes, no Conselho de Líderes. Está bem? Então, na ausência do Izalci, V. Exa. assume o compromisso. Estão, na sua lista de transmissão, todos projetos de lei em andamento.

Bem, assim feito, eu passo...

Pois não, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero apenas consignar – eu dei uma olhada aqui – que são projetos de lei mais voltados a temas pontuais, como vacinar atletas para Olimpíadas, estabelecer plano de vacinação de trabalhadores, entre outros.

Na verdade, esses temas estão até, de certa maneira, correlacionados à diretriz do PLP 25, porque há algumas obrigações que são colocadas pela via ordinária – aí estou falando do chamado devido processo legislativo –, que depende dessa norma complementar, porque o PLP 25 regulamenta o art. 23 da Constituição Federal.

Então, eu vou, com a designação de V. Exa., em diálogo com o Senador Izalci, fazer essa análise do conjunto dos projetos – são boas iniciativas –, e a gente trará oportunamente aqui ao conhecimento dos colegas as ponderações.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Marcos Rogério, nós mandamos para V. Exa. e para todos apenas os projetos sobre vacina.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Mas, se V. Exa., nos estudos, encontrar projeto de iniciativa da Câmara ou do Senado, o senhor pode consolidar os cinco, seis, sete importantes neste momento, para que o Presidente possa acelerar o trâmite.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Então, não havendo mais nenhum Senador que tenha se inscrito neste momento, eu passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes para as suas considerações finais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de indagar a V. Exa. se nós vamos – eu agora acabei de protocolar um requerimento – ter a oportunidade de votar esse requerimento, que é um aditivo ao nosso plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Aqui nós só temos, eu só tenho aqui, Senador Wellington, um requerimento – nós vamos consultar lá na Comissão –, que é o Requerimento nº 27, de autoria da Senadora Zenaide Maia. Ela requer ao Ministro de Estado da Saúde informações atualizadas sobre estoques de medicamentos e oxigênio utilizados por pacientes hospitalares da Covid-19.

Eu já vou até colocar esse requerimento em votação.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não. Ainda não chegou aqui o seu.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu posso fazer uma fala aqui?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Enquanto V. Exa. acessa aí, eu vou fazer uma fala aqui apenas...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Chegou, Wellington, chegou o seu requerimento; chegou aqui agora.

Pode falar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Então, Sr. Presidente, eu queria pedir que a gente pudesse votar esse requerimento, eu quero fazer a defesa dele, mas, antes disso, como nós estamos encerrando esta etapa da nossa reunião, eu gostaria de registrar aqui, neste encerramento, que foi uma reunião extremamente proveitosa, e, por isso, referendamos o oportuno e necessário estudo formulado pela Senador Kátia Abreu. E aqui discutimos também os projetos vitais que ajudarão o Brasil no enfrentamento à Covid-19.

Ouvimos atentamente os colegas Senadores e as colegas Senadoras em suas angústias e preocupações que, em verdade, retratam com fidelidade o sentimento do nosso povo. Não há dúvidas de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que temos um cenário, no mínimo, emocionante e, claro, extremamente devastador. Eu concordo com os Senadores Otto Alencar e também Zenaide Maia de que vamos ter que buscar respostas para explicar ao povo brasileiro por que chegamos até aqui. Vejamos o caos que tem causado a falta de *kits* para intubação. Eu já tinha alertado para isso na nossa primeira reunião, porque, em contato com a rede privada, era grande a preocupação; portanto, hoje estamos nesta situação. Por isso, apoio integralmente a afirmação do Senador Nelsinho Trad de que precisamos, sim, passar esse assunto a limpo. Mas o momento é de agirmos na busca de solução.

Como disse, não há economia, não há emprego, não há empresa, nada que possa resistir a duas ou três mil mortes por dia devido a essa pandemia. Por isso, é com grande expectativa que esperamos que o quarto Ministro da Saúde deste Governo venha a esta Comissão, venha aqui ao Senado e traga respostas objetivas sobre o que vamos fazer daqui para frente para dar uma justificção e, principalmente, um alento ao povo brasileiro.

Como eu disse na reunião passada, precisamos promover uma guinada forte nesta situação. E aí vou repetir, Sr. Presidente: se tivermos que ouvir o nosso novo Ministro amanhã, depois de amanhã, estamos a postos. Tenho certeza de que V. Exa. vai fazer até uma reunião extraordinária, se for o caso, mas que seja o mais rápido possível. Basta que ele se disponha, entendendo o momento que o Brasil vive. Ele não foi nomeado ainda, mas todos nós vivemos a angústia e o medo que pairam sobre as famílias. Não temos tempo a perder. Reforço: não temos mais tempo a perder! A solução para uma vida nova não pode esperar para depois.

E, reafirmando este convite – o convite para que venha, Ministro –, apresento, Sr. Presidente, requerimento para que seja incluído na audiência pública prevista no plano de trabalho para o dia 25 de março, que terá a presença do Presidente do Instituto Butantan e de outros... Então, é esse requerimento que quero discutir daqui a pouco.

Todas as participações que tivemos, com certeza, foram muito úteis. Ainda tenho certeza de que, com a liderança de V. Exa., nós haveremos de estar aqui de plantão, 24 horas por dia, como V. Exa. esteve neste final de semana e eu também estive aqui. Eu acho que todos nós estamos dispostos a buscar essas soluções. E, claro, como Relator, estou ouvindo a todos.

E aí eu, mais uma vez, parablenizo a Senadora Kátia Abreu pelo trabalho e pela liderança, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, que vem procurar exatamente a Comissão da Covid para apresentar esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem.

Nós temos dois requerimentos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O da Senadora Zenaide.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 27, DE 2021

Requer ao Ministro de Estado da Saúde informações atualizadas sobre o estoque de medicamentos e oxigênio utilizados por pacientes hospitalares de Covid-19.

Autoria: Senadora Zenaide Maia

O requerimento do Senador Wellington Fagundes.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 28, DE 2021

Requer a inclusão dos seguintes convidados para participarem de Audiência Pública:

- representante Anvisa;
- representante Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- representante Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações;
- representante Diretoria do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde;
- representante Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal - Sindan.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Ele já tinha anteriormente feito para audiência pública o Requerimento 105. Agora é para que seja incluído na audiência pública prevista no plano de trabalho para o dia 25 de março, com a presença do Instituto Butantan, da Fiocruz, de representantes de farmacêuticas, o que ele está acrescentando: a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Anvisa; os Ministérios de Agricultura e Abastecimento e de Ciência, Tecnologia e Inovações; a Diretoria do Departamento de Imunizações e Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde; e o representante do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan).

Veja aqui, Senador Wellington, que nós temos o seguinte: dia 25 próximo, próxima quinta-feira, já está agendado... Eu puxei do seu plano o Ministro Guedes.

Com o Ministro da Saúde, há um requerimento que eu não sei se é de autoria do Senador Randolfe ou de outros, para que ele compareça no Plenário. Então, o Presidente Rodrigo Pacheco vai determinar uma data, e a nossa Comissão também presidirá essa audiência pública com o novo Ministro da Saúde que será nomeado talvez amanhã.

Sobre as farmacêuticas que V. Exa. solicita neste requerimento, elas estão convidadas a comparecer... É o requerimento da Senadora Rose de Freitas. Isso era para ter sido realizado na sexta-feira, mas, com a morte do Major Olimpio, foi adiado. Houve uma suspensão em homenagem ao Major Olimpio. Ele deve marcar essa próxima audiência com as farmacêuticas, acredito, sexta-feira próxima, agora. Ou então seria hoje, mas ele não me avisou nada, então o mais certo é que seja em um dia vago, que não seja de sessões ordinárias do Senado.

Então, agora nós vamos submeter à votação e depois nós vamos analisar como nós vamos chamar esses representantes da Anvisa, em um momento separado das farmacêuticas. Eu vou submeter ao Plenário.

Pois não. Está com a palavra, Senador Wellington. Pode falar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Eu queria esclarecer qual é o objetivo desse nosso requerimento de aditamento do nosso requerimento. No plano de trabalho, já está prevista a vinda, na nossa Comissão, do Presidente do Instituto Butantan, da Fiocruz e de representantes das farmacêuticas. Nesse requerimento, eu estou aditando, nessa mesma reunião, a presença do representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, representante da Diretoria do Departamento de Imunização e Doenças transmissíveis do Ministério da Saúde – não é o Ministro –; e também um representante ou representantes do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos de Saúde Animal, e eu vou explicar por quê, Sr. Presidente.

Senador Otto – e eu gostaria de chamar a atenção, inclusive, de todos aqueles que estão nos assistindo, e principalmente os nossos Senadores –, este final de semana, desde sexta-feira, eu fiz muitas reuniões com o setor de produção de vacinas no Brasil, todos os produtores de vacinas no Brasil. Como o Senador Otto colocou, realmente, os produtores de vacina humana no Brasil estão restritos ao Butantan e à Fiocruz. Portanto, a capacidade de produção desses dois laboratórios é muito pequena, muito pequena. Enquanto que no Sindan, que representa todas as empresas de produção de vacinas agropecuárias, nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos um volume muito grande e um parque tecnológico muito grande no Brasil. Então eu quero aqui, Sr. Presidente – e eu já remeti para a Comissão, e pedi que remeta agora –, passar um resumo da nossa audiência, que está autorizado pelo Sindan.

Assunto: produção de vacina inativada contra a Covid-19. O Sindan (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Saúde Animal) vem, através deste, se posicionar sobre a possibilidade de produção de vacinas inativadas contra o coronavírus (Covid-19) nas plantas de produção de vacinas do Sindan. Considerando... Aqui, os considerandos do Sindan:

As vacinas inativadas contra o coronavírus são produzidas a partir de uma semente de trabalho (vírus vivo). A indústria, no caso do Brasil, possui três plantas com nível de biossegurança NB3+. Isso é o *top* da segurança mundial de produção de vacinas. E capacidade instalada, Sr. Presidente, para atender à demanda de vacinação em todo o País.

A Kátia Abreu, agora, está fazendo um apelo internacional exatamente para que aqueles que têm excedente tragam a vacina o mais rápido. Nós estamos falando aqui de produção de vacinas no Brasil, Sr. Presidente.

Segundo o Sindan, a nossa indústria domina a produção de vacinas inativadas, partindo de uma semente e do cultivo de células, de posse das informações recebidas pela indústria, do Sindan, sobre o cultivo de inativação e preparo. Portanto, a indústria do Sindan tem a possibilidade de debater com as autoridades responsáveis, MAPA e Anvisa – que são reguladas por eles –, a viabilidade de produção de vacinas humanas contra a Covid-19, proporcionando a produção local de um volume expressivo de vacina para a população brasileira, dispensando a necessidade de importação de IFAs.

É o que mais se falou aí: o Brasil, hoje, depende da importação dos IFAs. São aquelas bombonas gigantes, que custam muito alto, inclusive pelo transporte.

Então, "dispensando a necessidade de importação dos IFAs produzidos no exterior, assim reduzindo a nossa dependência brasileira e ainda possibilitando a produção de centenas de milhões de doses, garantindo assim a vacinação massiva da população brasileira. Atenciosamente, Emílio Carlos Salame, Vice-Presidente Executivo", que fala em nome de toda a diretoria, com quem eu tive várias reuniões durante esta semana.

Portanto, Sr. Presidente, nós estamos aqui discutindo uma alternativa extremamente importante para o Brasil. Se nós temos condições de fabricar essas vacinas aqui, em 90 dias, segundo o Sindan, nós teríamos possibilidade. Agora, para isso, nós precisamos nos reunir de forma urgente, Sr. Presidente. Se for o caso, eu peço a V. Exa. aqui até uma reunião extraordinária ou transformar essa reunião que foi pedida pela Senadora Rose nesta reunião, com esse caráter. Não há necessidade de estar o Ministro; não há a necessidade de estar também a Ministra da Agricultura, e sim a área técnica, exatamente para nos esclarecer, principalmente aos membros desta Comissão.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E volto aqui a dizer: o Senador Otto colocou essa observação, e eu sou médico veterinário e conheço como é a capacidade de produção e, principalmente, o nível de garantia da ciência e, principalmente, dos nossos laboratórios.

Então, eu gostaria, se não fui muito claro, se precisar de mais algum esclarecimento, de responder aqui aos membros e até a V. Exa., porque até ontem, quase 2h da manhã, estava reunido para produzir esse documento que aqui, agora, estou apresentando.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente, Senador. Eu entendi bem, e estão em discussão os dois requerimentos: o requerimento da Senadora Zenaide, do qual já fiz duas leituras, e o requerimento de V. Exa., que eu acabei de ler recentemente.

Em discussão.

O Senador Otto Alencar está inscrito.

Pode falar, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa.

Ouvi com atenção as colocações sempre muito corretas, precisas, do nosso Relator Wellington Fagundes e de todos os outros Senadores.

Sr. Presidente, eu quero ouvir também o Senador Marcos Rogério – parece-me que ele já saiu da reunião – a respeito do projeto dele, que é um projeto que realmente pode acrescentar alguma coisa.

Mas, Sr. Presidente, o fato de estarmos nessa situação, que eu considero muito grave, vem muito em decorrência de fatos que são ou viraram praticamente fatos crônicos na mídia nacional. E isso leva, sem nenhuma dúvida, a uma grande incerteza e confusão de todos nós que estamos assistindo a essa dor do povo brasileiro.

Eu gostaria, inclusive, de ouvir o que propôs o Marcos Rogério. Eu também fiz isso aqui, Sr. Presidente. V. Exa. tem essa conduta sempre serena e com muita compostura, equilíbrio emocional de conduzir com todos os Senadores. Eu gostaria muito de lembrar que, desde o início, nós dissemos que não iríamos procurar olhar para trás para identificar culpados, porque achávamos que a partir daquele momento as coisas iriam melhorar, que a concepção do Presidente da República, Jair Bolsonaro, e do seu ministro mudaria, já que está concretizado, está acertado, que só há uma solução para todos nós, que é a vacinação. Não há outro caminho que não seja a vacinação. Surpreendeu-me ontem o Presidente da República, Sr. Senador Confúcio Moura, dizer que está pensando em mandar fazer um *spray* de hidroxicloroquina. Sinceramente, não dá para levar a sério uma afirmação dessa natureza!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que, ao longo da história do Brasil, nunca pessoas que não são qualificadas para o ramo da Medicina opinaram tanto sobre a Medicina. Eu nunca vi tanto curioso, tanto curandeiro, tantas pessoas que não entendem absolutamente nada, nada de Medicina opinar a esse respeito. Eu estou falando sobre *spray* de hidroxicloroquina, porque hoje, aqui no meu Estado, os meus amigos, algumas pessoas que me conhecem já me ligaram perguntando onde é que vai vender o *spray* de hidroxicloroquina que o Bolsonaro falou ontem, anteontem; ou seja, confunde a comunidade, confunde aqueles seguidores dele. É a mesma coisa sobre não ter que usar a máscara, usar hidroxicloroquina, não haver distanciamento social.

Tudo o que nós fizermos, ou os Governadores fizerem, ou os Prefeitos fizerem, enquanto o Presidente não entender que errou e tiver a grandeza de entender que errou... Como disse Voltaire, os homens erram, os grandes homens reconhecem e corrigem os seus erros. E há tempo ainda de corrigir, para haver uma condição de o Ministério da Saúde – que talvez ainda seja dirigido pelo Professor Queiroga, e paira uma dúvida ainda se vai ser o Queiroga ou não, há uma dúvida aí, a imprensa está colocando isso – ter um protocolo que seja seguido por todo o Brasil, em sintonia com os Governadores, com os Prefeitos. Não queremos queda de braço. O Presidente tem que parar de fazer essas ameaças, essa situação toda que ele promove.

Ontem mesmo, Sr. Presidente, Senador Confúcio Moura, o Presidente disse: "Só me tira aqui do Palácio do Planalto Deus". Eu queria dizer ao Presidente que Deus não se mete em política; Deus cuida da religião, da fé e da crença das pessoas. Chamou de "meu Exército". Eu quero perguntar ao comandante do Exército...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Prorroga um minuto para o Senador Otto concluir, por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... se por acaso o general, o comandante acha que o Exército brasileiro é o "meu Exército" do Presidente da República; se o Comandante da Marinha acha que a Marinha é a Marinha do Presidente da República; Aeronáutica a mesma coisa, tudo como uma forma de querer intimidar aqueles que têm independência, como eu tenho e como outros Senadores têm, mas a têm para ajudar.

Ao longo desse período, nós, no Senado Federal, aprovamos as matérias que o Presidente encaminhou, que serviam ao povo brasileiro. É inegável que tanto ele como o Ministro da Economia abriram os cofres para ajudar o povo brasileiro com o auxílio emergencial – parabênz-os –, com o orçamento de guerra também, com o Pronampe, tudo isso, mas essas coisas corretas e certas que são feitas, depois, são desmanchadas completamente pelas frases inadequadas com as quais tentam intimidar o povo brasileiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não me coloco aqui como aquele homem que vai desafiar ou que tem a coragem... Também não tenho medo, não tenho receio de, defendendo a democracia, dizer que está errado...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Mais um minuto para o Senador concluir.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Na minha consciência, na minha concepção, aqueles que são brasileiros e patriotas têm que ter a altivez e a coragem de não se entregar às ameaças constantes do Presidente da República.

Sr. Presidente, isso é um desabafo que eu faço, mas o faço de uma maneira como muitos brasileiros gostariam de fazer. Até os próprios empresários que fizeram a carta chamaram a atenção da Nação para o fato de que está na hora de ter a harmonização da vida política no Brasil. O Presidente tem de promover, como líder da Nação, a harmonização da vida política, chega de tanta situação de beligerância! Como eu gostaria de ver o Presidente da República visitar um hospital de campanha e estender a mão com caridade e solidariedade para pegar a mão de um paciente, ao contrário de ficar estimulando essa guerra permanente de informações equivocadas e erradas que não levam absolutamente à solução da pandemia no Brasil!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado.

Senador Wellington, para encaixar o seu requerimento nós vamos marcar uma extraordinária aqui, pela relevância e pelos argumentos que V. Exa. apresentou. Acho muito importante... Vou entrar em contato com V. Exa. para achar uma data e marcar uma extraordinária só para atender os laboratórios que V. Exa. e o sindicato referenciaram aqui. Está bem?

Não havendo mais ninguém, nenhum dos Senadores inscritos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente! Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se de algo no sentido do que o Senador Wellington, nosso ilustre Relator, apresentou ainda há pouco e para encaminhar junto a V. Exa.

Veja, como V. Exa. muito bem disse, nós aprovamos nesta Comissão, primeiro, o comparecimento do Sr. Ministro de Estado da Saúde e, depois, isso foi aprovado no Plenário também, conforme requerimento de autoria da Senadora Rose também por nós subscrito. O Presidente Rodrigo Pacheco chegou a declinar na Comissão que a audiência viria a ocorrer no Plenário, inclusive presidida por V. Exa., Presidente Confúcio. Ocorreria assim pela relevância do tema, para que todos os Senadores pudessem participar.

Pois bem, eu queria aqui só rogar a V. Exa. e aos demais membros da Comissão – e acho que é no mesmo sentido que o Senador Wellington colocou ainda há pouco – no seguinte sentido.

O Ministro toma posse na terça. Nós não podemos aguardar a outra semana, como as Lideranças do Governo querem, para ouvir o Ministro. Presidente, está faltando oxigênio em diferentes locais do País, nós não temos resposta sobre os medicamentos para intubação, temos que agilizar a vacinação, a imunização dos brasileiros. Diante de uma crise dessa, a única Comissão do Congresso Nacional que está funcionando para acompanhar, fiscalizar e cumprir o papel do Parlamento é esta.

Então, o Sr. Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, tem que comparecer na quarta – toma posse na terça, tem que na quarta estar no Senado.

Eu rogo a V. Exa. que faça essa gestão junto ao Rodrigo Pacheco. Eu mesmo o farei na sessão do Senado de amanhã, e rogo aos membros da Comissão irem no mesmo sentido que o Senador Wellington aqui destacou.

Complementarmente, Presidente, eu iria requerer um debate com o Instituto Butantan, mas o nosso Relator, diligente como é, prestativo como é, já está propondo isso. Eu queria que V. Exa. me autorizasse também a subscrever esse requerimento nosso, do Relator, para o comparecimento do Butantan, mas, além do comparecimento do Butantan, eu queria sugerir ao Relator – e pode ser, inclusive, da lavra dele – que nós também, junto com o Butantan ou posteriormente ao Butantan, ouvíssemos também a Anvisa. O que me parece que está acontecendo? O Butantan fez uma requisição do registro do soro de enfrentamento à Covid, e há um desentendimento no sentido de que a Anvisa não está – em tese, são as informações preliminares que tenho – agilizando a autorização para o uso emergencial do soro.

Então, acho que era importante, até na ordem, ouvirmos primeiro o Butantan, mas, na sequência, sem embargos, também ouvirmos a Agência Nacional de Vigilância Sanitária sobre essa novidade, essa tecnologia e mais esse instrumento que o Instituto Butantan coloca à disposição dos brasileiros para o enfrentamento da pandemia.

Eram essas as ponderações, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Só estou aguardando o Presidente Rodrigo Pacheco nos disponibilizar o dia. Eu creio que ele deve escolher um dia em que não haja sessão ordinária, mas V. Exa., na reunião de Líderes, pode provocá-lo para que quarta-feira ele nos ceda esse espaço, um horário para que possamos ouvir o Ministro. Pode ser na parte da manhã, sem problema nenhum. Ele que fique bem à vontade. Eu vou falar com ele também, e aí a gente faz essa semana, também na quarta-feira.

Então, Sras. e Srs. Senadores presentes, estão em votação os requerimentos...

Pois não, Senador Wellington, quer falar?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Eu queria esclarecer mais ainda o Senador Randolfe e todos que talvez não entenderam: nesse nosso requerimento, nós fazemos questão de que sejam ouvidos na mesma reunião a Anvisa, o Ministério da Agricultura, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o representante do Ministério da Saúde na área do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis e o representante do Sindan. E eu esclareço o porquê, Senador Randolfe: eu já tive reuniões com eles e esse documento emitido pelo Sindan, que já está disponível para a Comissão através do Presidente, já é fruto de reuniões que o Sindan teve com o Butantan. E aqui o que nós estamos encaminhando exatamente para discutir se realmente o Brasil tem capacidade de produzir essas vacinas de curto prazo, porque o Brasil já produz outros tipos de vacina e nós temos três laboratórios, como está aqui no documento, que são caracterizados como MB3+, é o que existe de ponta na produção de vacinas, com toda a garantia científica, com toda a biossegurança para que esses produtos e essas vacinas possam ser produzidos, ou seja, essas bombonas de IFAs que a gente importa, podem ser produzidas, segundo o próprio Sindan, em três meses para abastecer 100% da população brasileira.

Portanto, essa discussão precisa ser com todos esses organismos, porque as reuniões já vêm acontecendo.

O meu requerimento é nesse sentido.

Por isso, eu peço, inclusive, como o Presidente já acatou, uma reunião extraordinária, independente dos ministros. Essa reunião não teria necessariamente a presença do Ministro da Saúde e nem a da Ministra da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem.

Os dois requerimentos estão em votação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam com os dois requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os requerimentos.

Não havendo nada mais a tratar, eu agradeço a presença de todos, convidando para a próxima reunião a realizar-se na quinta-feira, dia 25, às 9h, com a presença do Ministro Paulo Guedes.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos e um bom dia.

Bom dia a todos.

Bom dia, Zenaide, Esperidião, a todos, um grande abraço, muito obrigado pelas presenças honrosas.

Agradecido.

Obrigado.

(Iniciada às 09 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 27 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e dois minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Zenaide Maia e Randolfê Rodrigues, e ainda dos Senadores não membros Vanderlan Cardoso, Tasso Jereissati, Oriovisto Guimarães, Jean Paul Prates, Leila Barros e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência pública mensal com o Ministro da Economia para debater o Plano Nacional de Imunização e o cumprimento dos respectivos prazos, bem como a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia. **Participante:** PAULO GUEDES, Ministro da Economia. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/03/25>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Temporária interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus, inclusive a situação fiscal, a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a esta pandemia.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o Ministro da Economia para debater o Programa Nacional de Imunizações e o cumprimento de perspectivas de prazos, bem como a situação fiscal, a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a esta pandemia.

Quanto ao uso da palavra, esclareço que, para esta reunião remota, será feito de acordo com a inscrição através da função levantar a mão do aplicativo.

Após a fala do Ministro, a ordem da fala será: primeiro o Relator, em seguida os titulares inscritos, depois os suplentes e, por último, os Senadores não membros da Comissão.

Para maior eficiência da presente reunião, solicito que os Senadores sejam rigorosos com o tempo da fala. Eu estou em casa e não controlo o tempo, o tempo é controlado lá pelo Prodasen. Então, vencidos os prazos, eles cortam e, com muito sacrifício e demora, eu consigo prorrogar por mais um minuto aqui telefonando lá para o Senado.

No intuito de se aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as questões de ordem e tempos de liderança serão utilizados ao final da reunião.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 7ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

Os Senadores que desejarem se manifestar em contrário, da mesma forma. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Não sei se o Ministro Paulo Guedes já está na nossa sala. Ministro Paulo Guedes... *(Pausa.)*

O SR. PAULO GUEDES – Estou presente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ótimo. Está bom.

Além da presença do Ministro Paulo Guedes, registro que ele é acompanhado nesta reunião pelo Dr. Waldery Rodrigues, Secretário Especial da Fazenda – nós conhecemos muito bem o Dr. Waldery, é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma honra muito grande tê-lo conosco –; pelo Dr. José Tostes também, Secretário Especial da Receita Federal, também conhecido da Comissão, de todos nós; pelo Carlos Da Costa é outro conhecido nosso, Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade; e pelo Bruno Bianco, Secretário Especial de Previdência e Trabalho.

Então, Sr. Ministro Paulo Guedes, é uma honra muito grande ter V. Exa. conosco. Temos vários Senadores da Comissão e outros tantos que não são membros, mas estão nos prestigiando muito aqui, como Oriovisto, Esperidião, Jean Paul Prates e mais outros que não estou vendo aqui na tela, mas estão por aí, chegando. Há uma concomitância de muitas reuniões. A CMO (Comissão Mista de Orçamentos) tem agora uma reunião longa, durante o dia.

Então, Sr. Ministro, é uma honra imensa tê-lo de volta conosco para o senhor falar o tema que desejar abordar sobre situação fiscal, as medidas econômicas.

Pelo tempo de 30 minutos, com a palavra o Ministro Paulo Guedes.

O SR. PAULO GUEDES – Bom dia a todos! Muito obrigado, Senador Confúcio...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia!

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Bom dia a todos! Muito obrigado, Senador Confúcio, pela oportunidade.

Nós tivemos aí umas 16 ou 17 reuniões juntos, oscilando eu e o Waldery durante aquela comissão mista. Agradeço muito a sua condução, foi muito útil, muito importante para nós esclarecermos o andamento do que eu diria a primeira guerra contra a pandemia.

Nós tivemos aquela primeira guerra contra a pandemia e estávamos encerrando aquela guerra no final do ano quando as mortes caíram para 200 por dia. A economia começou a voltar – e realmente tinha voltado –, tanto que nos primeiros dados deste ano, a economia já mostrava um certo vigor: arrecadação recorde nesse bimestre de 2021, recorde histórico, acima, inclusive, de 2020, quando a economia já estava também com resultados acima de 2019. Então, a arrecadação veio bem acima do esperado, foram R\$127,7 bilhões em fevereiro, nunca foi tão alta; e, no bimestre, R\$300 bilhões, janeiro e fevereiro. Fevereiro é um mês com menos dias, a arrecadação é um pouco menor, mas no bimestre foram R\$300 bilhões, também recorde. Isso por um lado. Por outro lado, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central veio o dobro do esperado – o dobro do esperado. E, ao mesmo tempo, em janeiro, nós criamos 260 mil novos empregos, o que também foi recorde histórico, porque, em janeiro, normalmente você tem até demissões. Há muitas contratações em dezembro, para festas de fim de ano, Natal; as vendas aumentam muito. Em janeiro, normalmente, você tem queda. E você teve a criação de 260 mil novos empregos. Então, é como se nós estivéssemos chegando ao fim da primeira grande guerra contra o vírus.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando uma nova variante surge, mais agressiva e com maior velocidade de contágio, disparam novamente as mortes. Elas começam a subir ali no final de dezembro, início de janeiro. Havia até uma dúvida se isso era realmente uma segunda onda. Não se tinha ainda informação quanto a essa nova variante. A informação era só de que as mortes estavam subindo, principalmente localizadas, no início, em Manaus. Então, havia uma percepção de que pudesse ser um efeito da mudança, do enfraquecimento do distanciamento social. Havia uma hipótese – nós chegamos a comentar isso – de que talvez, pelo fato – primeiro houve as eleições, depois as festas de Natal, depois as comemorações de ano novo – de que as pessoas, talvez pelo cansaço, tivessem começado a celebrar e, enfraquecida essa resistência inicial que exigia o isolamento e o distanciamento social, isso fosse só um repique e nós, voltando aos cuidados, máscaras, distanciamento, etc., pudéssemos desacelerar o contágio. Não foi o que aconteceu. A doença recrudescceu e eu diria que nós começamos a segunda grande guerra. É como se tivéssemos iniciado uma nova grande guerra.

O protocolo para essa crise nós temos, porque nós enfrentamos com sucesso a primeira grande guerra, porque realmente estava a doença acabando, a economia voltando e teríamos, então, superado o desafio, mas, na verdade, essa segunda grande guerra começa com muito mais mortes, com muito mais intensidade. O nosso protocolo era exatamente disparar as camadas de proteção. Para que isso acontecesse, se nós simplesmente saíssemos aprovando medidas sem uma consideração também com os efeitos econômicos, nós corríamos o risco de uma desorganização da economia. Os senhores imaginem se, além dessa grande pandemia que recrudescceu, nós estivéssemos com falta de abastecimento em supermercado, faltando comida, inflação subindo, disparando. A desorganização da economia seria um golpe de morte no País. Então, nós tínhamos que, naquele duplo compromisso – são crises gêmeas; economia e saúde andam juntas, as duas estão ali –, atacar os dois problemas ao mesmo tempo. Nós tínhamos que, por um lado, repetir o protocolo do ano passado, com as medidas que deram certo.

A primeira e a mais importante – dos 700 bilhões que nós gastamos, 300 bilhões foram do auxílio emergencial – foi justamente a proteção dos 68 milhões de brasileiros mais frágeis, seja com assistência social de um lado, os antigos e os novos setores do Bolsa Família, seja com os invisíveis, que estavam numa situação realmente de desespero, porque eles precisam trabalhar, senão eles não comem, a menos que a gente dê o auxílio emergencial. São pessoas que ganham o pão de cada dia literalmente. Eles saem para trabalhar, são quase 40 milhões de brasileiros, e eles têm que trabalhar todo dia.

Então, como houve uma extinção da calamidade pública do ponto de vista jurídico, ela acabava dia 31 de dezembro de 2020... E isso não tem nada a ver com a economia, foi uma condição colocada na PEC de guerra, colocada nos decretos. Dia 31 de dezembro, expirava o programa de calamidade. E, ao mesmo tempo, final de outubro para novembro, parecia claro – a economia voltou, a doença desceu – que realmente aquele era o período certo, tanto que, mesmo tendo expirado o auxílio emergencial, a economia se comportou bem. Em janeiro e fevereiro, a economia seguiu: arrecadação recorde, índice de atividade o dobro do esperado, geração de 260 mil empregos... Então, havia claramente a percepção de que aquelas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

camadas de proteção que foram lançadas – primeiro eram R\$600, depois caiu para R\$300 e agora teria caído de volta para o Bolsa Família, que foi pago em janeiro e fevereiro... Como a economia tinha voltado, os informais já estavam trabalhando de novo. E a economia estava até se desenvolvendo relativamente bem nesse primeiro bimestre. Só que, quando a doença subiu – em janeiro e fevereiro, isso ficou claro –, nós, então, tivemos que voltar à economia de guerra.

Como é que volta para a economia de guerra? Muita gente diz: "Ah, libera de qualquer jeito aí o auxílio emergencial". Você tinha dois riscos. Primeiro, levaria 40, 50 dias para fazer isso, porque, como o Orçamento estava parado no Congresso já desde maio do ano passado, você fazer uma liberação de recurso sem o Orçamento não seria possível. Você teria que aprovar o Orçamento, você tem que mexer na LOA, na LDO... Então, toda essa sequência normalmente leva mais de um mês.

Então, o meu argumento, à época, foi o seguinte: vamos fazer a PEC de guerra de novo, como cláusula de calamidade pública, porque a PEC de guerra todo o Congresso já conhece e ela foi aprovada em 48 horas da última vez. Então, ela é muito mais rápida do que nós irmos para atualização e aprovação de Orçamento, revisão da Lei de Diretrizes Orçamentárias, revisão da Lei de Orçamento Anual; quer dizer, era muito mais rápido fazer por PEC. E ainda tinha uma vantagem adicional: você daria ferramentas para Estados, Municípios e a própria União para guerras futuras. E também o Congresso já tinha essa PEC. Na verdade, era a PEC do Bittar. Ele já tinha recebido isso em dezembro de 2019. Então, o meu raciocínio foi o seguinte: o Congresso já conhece a PEC do Bittar; o Congresso já apreciou e aprovou, em 48 horas, a PEC de guerra; então o Congresso pode realmente aprovar, relativamente rápido, essa PEC consolidada, esse novo marco fiscal, que permite que seja pago esse auxílio emergencial e, ao mesmo tempo, dá ferramentas, deixa um protocolo para enfrentamento de crises futuras em todos os níveis. Por exemplo – e já estava na PEC do Bittar –, se uma prefeitura tiver problemas, como por exemplo o Rio de Janeiro, cujo Secretário de Fazenda hoje é o Pedro Paulo, ele consegue remanobrar orçamentos travando despesas. São ferramentas de gestão para a prefeitura – aliás, como ele, Pedro Paulo, ajudou a redigir; ele mesmo redigiu as ferramentas que agora ele poderá usar no Rio de Janeiro, como Secretário de Fazenda do Prefeito Eduardo Paes. Da mesma forma, o Governador Caiado, o Governador Zema, o Governador Eduardo Leite, ao longo de 2019, que me apresentaram todos os problemas que eles tinham e me pediram para construir uma PEC naquela direção, que permitisse travar despesas quando a Prefeitura ou o Estado estão em situação pré-falimentar. Eles mesmos haviam pedido isso.

Então, essa PEC do Bittar foi construída a quatro mãos, com Governadores, com Prefeitos, com o TCU, da mesma forma que a PEC de guerra também foi construída com o Supremo Tribunal Federal, com o TCU também – Bruno Dantas –, com o antigo Presidente da Câmara dos Deputados. Então, isso é uma obra do Congresso Nacional, da classe política nacional. Foi construída ao longo de um ano inteiro, que foi 2019; depois, houve a cláusula de calamidade pública, que foi a PEC de guerra, construída ao longo de 2020. Então, eu achei que seria um legado para as futuras gerações se nós consolidássemos todo o nosso aprendizado no novo marco fiscal. E assim foi feito, e foi aprovado pelo Congresso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu sempre agradeço ao Congresso. O Congresso é reformista. É claro que uma coisa ou outra não é aprovada, uma coisa ou outra fica para trás, por exemplo: a primeira cláusula dessa PEC, que era o novo marco fiscal, era exatamente o Conselho da República, e isso foi retirado, porque o Presidente do Supremo, Ministro Luiz Fux, argumentou – como argumentou ontem; ele foi absolutamente coerente –, me ligou na época e disse: "Olha, eu vou pedir ao Presidente, vou pedir aos políticos para tirarem isso daí, porque o Judiciário é um Poder independente; ele não pode, ao mesmo tempo, estar legislando o que ele pode depois vir a julgar". Eu até esclareci a ele: "Mas, Ministro, nós estamos juntos; se for uma guerra, está todo mundo junto. Não existe... Como é que nós vamos elaborar alguma coisa sem saber se é constitucional ou não?". Por exemplo, na PEC de guerra, foram consultados e ajudaram a elaborar o Gilmar Mendes e o Bruno Dantas, o TCU e o Supremo. Ontem, inclusive, o Ministro Fux deu a mesma explicação que ele havia dado para mim a todos que se reuniram com o Presidente da República. Isso porque ontem houve, na verdade, uma reunião desse Conselho da República, porque estavam lá Governadores – exatamente como nós tínhamos sugerido –, estava o Presidente do TCU, o Presidente do Supremo, o Presidente do Senado, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente da República, alguns Governadores representando Regiões, quer dizer, bastante semelhante ao que nós tínhamos proposto em 2019, com o Conselho Fiscal da República, e bastante semelhante ao que o ex-Presidente da Câmara dos Deputados também havia proposto com o Comitê de Gestão de Crise, na PEC de guerra.

Então, você vê que nós estamos conversando e trabalhando juntos, são convergentes os nossos esforços. E, exatamente como trabalhamos isso, esse protocolo fica para gerações futuras. E nós estaremos, hoje, num vácuo jurídico; durante janeiro e fevereiro, nós estamos num vácuo jurídico. Nós temos um protocolo que seria aprovado e acabou sendo para pandemias futuras, que é o novo marco fiscal; nós tínhamos um regime de calamidade pública que se extinguiu em 31 de dezembro; e, agora, nós tínhamos esse vácuo jurídico, essa calda de pandemia, ou essa segunda grande guerra contra o mesmo inimigo, que está agora reforçado por novas variantes.

Então, o que nós faríamos? Um "regime", entre aspas, um programa de auxílio emergencial cujo sacrifício já foi pago. Quando a gente, o ano passado, travou os salários por dois anos, é como se nós tivéssemos dito: "Sabe aquelas despesas que nós temos que travar para poder gastar mais com o dinheiro de saúde? Nós já travamos". Então, a boa notícia para todos nós brasileiros é que os sacrifícios que teriam que ser feitos, que qualquer democracia virtuosa praticaria, já foram feitos no ano passado, e foi exatamente o seguinte: não faltou dinheiro para a saúde ano passado, mas não houve aumento de salários nem ano passado nem este ano. Então, esse quiproquó, esse equilíbrio, essa seriedade da nossa geração de pagar pelas próprias guerras... Quer dizer, já que nós estamos em guerra, nós temos que pagar um pedaço dessa guerra. Por isso é que todos diziam que a dívida/PIB iria para 100% do PIB, e nós terminamos o ano com 89%, porque nós juntos fomos uma democracia virtuosa. Pouco importa que tenha sido...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, ali no vídeo está escrito "15 segundos", mas, na verdade, o meu relógio diz que faltam 15 minutos para os 30 minutos que me foram concedidos. Eu acabo de completar 16 minutos de fala, só que está escrito "15 segundos" ali. Pode ser que eles queiram cortar a minha palavra.

Então, eu dizia...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode continuar, Ministro; pode continuar tranquilo.

O SR. PAULO GUEDES – Como eu dizia, ano passado nós aprendemos duas grandes lições, nós trabalhamos juntos e produzimos um resultado. Nós realmente derrubamos as mortes – de 1,1 mil, 1,2 mil, nós derrubamos para 200 mortes por dia no final do ano –, e a economia estava crescendo de volta. Trabalhamos juntos e aprendemos duas grandes lições ano passado. A primeira grande lição é que não há substituto para a boa política, não há substituto para a política. Uma população está protegida quando a sua classe política decide; a essência da política é decidir sobre o uso de recursos públicos – o uso de recursos públicos!

E o que nós fizemos juntos no ano passado? Nós decidimos o seguinte: não vai haver aumento de salários por dois anos, 2020 e 2021, e, por outro lado, não faltarão recursos para a saúde, ou seja, nós descarimbamos o dinheiro, que é um pleito que eu tenho desde o dia que pisei em Brasília pela primeira vez: descarimbar os orçamentos públicos. E a maior prova de que isso é virtuoso é a de que nós descarimbamos tanto a saúde, quanto a educação ano passado.

Descarimbar não quer dizer dar menos; descarimbar é tirar um fóssil do passado, que é a indexação, não quer dizer dar menos. Por exemplo, no ano passado, nós demos muito mais, nós dobramos, mais do que dobramos os recursos da saúde. O Fundeb foi de 10% para 23%. A classe política teve a coragem de descarimbar o orçamento da saúde. Ela disse: "Olha, educação básica é importante. Nós vamos dar 20%". O próprio Governo Federal veio, por minha sugestão, e disse: "Não vamos dar 20%, vamos dar 23%. Vamos até aumentar os recursos". Por outro lado, descarimbamos o dinheiro da saúde. Não faltou recurso para a saúde. Oito e meio por cento do PIB foi o quanto custou a nossa primeira grande guerra contra o coronavírus, e não faltaram os recursos. Não faltaram os recursos. Assim, uma classe política responsável e atuante trabalhou e produziu a vitória no primeiro combate.

Vem agora o segundo combate. Nós vamos repetir o nosso protocolo. Primeiro, já aprovamos a nossa PEC que nos dá ferramentas inclusive para guerras futuras. Esta que nós estamos enfrentando ainda é a calda da primeira guerra. É uma nova variante, mas estamos ainda... E já fizemos um sacrifício neste ano: não há aumento de salários nos três níveis de Governo, federal, municipal e estadual; assim foi aprovada a PEC.

Portanto, temos um espaço e usamos os recursos, desta vez, mandando com números, porque, se nós anunciássemos que está tudo um cheque em branco, nós teríamos desorganizado a economia. Na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesma hora, o dólar explode; na mesma hora, os juros sobem; na mesma hora, a economia colapsa, e nós desorganizamos tudo. Por isso, nós mandamos um limite. Falamos: "Olha, para o auxílio emergencial, serão R\$44 bilhões". Em média, são R\$250 – variando, dependendo dos critérios que o Ministério da Cidadania elaborou, mas, em média, são R\$250 –, esses recursos vão chegar à ponta, e a primeira camada de proteção foi lançada, que é exatamente o auxílio emergencial.

Vem mais aí. Aprovado o Orçamento, virá... O Orçamento deve ser avaliado hoje. Se os senhores aprovam o Orçamento hoje, podemos disparar imediatamente a antecipação dos benefícios de pensionistas e de aposentados. Assim, mais R\$50 bilhões vêm de dezembro para agora. Então, nós vamos proteger os mais vulneráveis, os idosos, nessa segunda grande guerra contra o coronavírus. Esses recursos podem vir, de novo, sem impacto fiscal, porque é apenas uma antecipação de recursos dentro do mesmo ano. Vejam como nós estamos melhorando a nossa atuação na guerra. O que for possível fazer sem impacto fiscal disparamos imediatamente.

Da mesma forma, ontem, nós anunciamos o diferimento dos impostos do Simples. Há milhões e milhões de pequenas empresas brasileiras – restaurantes, bares, empresas de eventos, milhões e milhões de empresas – e trabalhadores que foram atingidos brutalmente com o recrudescimento da pandemia e com o reinício do *lockdown*. O reinício do distanciamento social, evidentemente, serve para desacelerar a velocidade de contágio.

Ao mesmo tempo, nós temos que acelerar, como prometeu ontem o nosso Ministro da Saúde, o ritmo de vacinação.

Se vacinarmos 1 milhão de pessoas por dia... Nós temos 15% de idosos no Brasil, e 15% de 200 milhões são 30 milhões ou pouco mais de 30 milhões de doses: com 1 milhão de vacinas por dia, nós vacinaremos todos os idosos em pouco mais de um mês, o que significa que os óbitos, que são 85% concentrados em mais 60 anos – mesmo que com a nova variante sejam em mais de 50 anos, que seja isso, e que sejam, então, em vez de 30 milhões, 40 milhões de pessoas –, em 40 dias nós teremos um novo cenário. Em 40 dias a mortalidade pode desabar porque, sim, os picos da segunda onda foram muito mais altos, mas tanto nos Estados Unidos como nos outros países esse platô não durou; na verdade, o pico foi atingido, a vacina entrou, e desabaram os óbitos novamente.

Então, se nós conseguirmos isso, é possível que em 60 dias nós tenhamos um novo horizonte completamente diferente pela frente: um país que pode retomar o crescimento – e que já estava retomando. Então, nós agora fazemos essa desaceleração do contágio com justamente um isolamento um pouco mais inteligente, um pouco mais seletivo, e reacceleramos as vacinas, e em 60 dias podemos estar num cenário já completamente diferente.

Então, temos que manter novamente os sinais vitais da economia batendo, e por isso é que estamos repetindo o protocolo. Lança-se a camada de proteção: 44 bilhões justamente de auxílio emergencial;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antecipação de benefícios de aposentados e pensionistas – mais 50 bilhões sem efeito fiscal são antecipados agora, nos próximos dois meses –; e, ao mesmo tempo, dispparamos ontem diferimento de impostos para as pequenas e médias empresas, as pequenininhas, que estão sendo fechadas – bares, restaurantes, as pequenininhas. Então, elas agora também vão ter esse diferimento. Isso é em torno de 27 bilhões que nós não retiraremos de circulação – 27 bilhões nos próximos três meses. Então, em maio, junho e julho... Não, desculpem-me: em abril, maio e junho, não recolhem impostos os pequeninhos. Todo mundo que paga Simples não recolhe impostos, por três meses, e paga, então, no próximo semestre. No próximo semestre, em prestações, pagam então o que não pagaram agora.

Da mesma forma, engatilhado, pronto, há o Pronampe, que foi um programa de sucesso desenhado também junto com o Senado, particularmente, para as pequenas e médias empresas; o Peac Maquininhas; e, da mesma forma o BEm, o benefício emergencial, com que protegemos 11 milhões de empregos, um terço da população empregada no mercado formal de trabalho. Se são 45 milhões e 12 milhões são funcionários públicos, que têm estabilidade de emprego, sobram 33 milhões na iniciativa privada, e 11 milhões de empregos foram protegidos no ano passado – temos o CPF de cada um – com o programa BEm, o benefício emergencial. E, além de protegermos esses 11 milhões de empregos, criamos 140 mil novos empregos. Então, o Brasil foi o único país do mundo que criou novos empregos no mercado formal durante a pandemia. Qual o outro lado da moeda? É que 40 milhões do mercado informal tiveram que ser auxiliados justamente com o auxílio emergencial, porque o impacto foi muito mais violento sobre os invisíveis. Aliás, essa recessão foi muito diferente das recessões anteriores, de 2015 e 2016, que foram recessões autoimpostas por equívocos nossos, internos; não foi uma pandemia. Naquela ocasião, nós perdemos 1,5 milhão de empregos em um ano e 1,4 milhão de empregos no outro ano, concentrados no emprego formal. Os invisíveis podiam trabalhar, podiam sair à rua, vender coisas e sobreviver.

Desta vez, foi completamente diferente. O impacto foi totalmente sobre os invisíveis. Por isso é que nós tivemos que protegê-los desde o início, porque a opção do invisível era muito cruel: ou você sai e morre de Covid ou você fica em casa e morre de fome. Nós não podíamos permitir isso. E isso é que nos animou na criação do auxílio emergencial, que depois acabou estendido também para o Bolsa Família e aumentado bastante de valor.

Então, nós temos o protocolo da crise. Nós vamos disparar as medidas em sequência. Estamos trabalhando bem juntos. Ontem houve uma reunião bastante virtuosa entre os Poderes, todos alinhados. O próprio Ministro Fux, quando disse que o Supremo não poderia participar diretamente do comitê, se dispôs, ao mesmo tempo, a usar um mecanismo que é usado em outros países, que é a consulta prévia de constitucionalidade, uma avaliação prévia. Então, embora ele não esteja no comitê, basta o comitê formular e mandar para ele, e, imediatamente, ele submete à consulta prévia do Supremo e podem seguir em frente quanto à constitucionalidade das medidas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos prontos para enfrentar. Nós vamos enfrentar de uma forma mais eficiente ainda. O próprio BEm, que é o programa mais bem-sucedido de manutenção de emprego, que está sendo muito premiado e copiado lá fora, tem uma forma até superior, que é: em vez de pagar R\$1.000 depois de a pessoa ser demitida, com uma cobertura de cinco meses, que é o atual seguro-desemprego com o FAT, em vez de esperar alguém ser demitido e pagar R\$1.000 para ele ser demitido, é muito melhor pagar R\$500 para ele não perder o emprego por 11 meses. É o dobro da cobertura, de tempo. Ou seja, em vez de ficar só cinco meses recebendo, ele fica 11 meses recebendo; continua recebendo o salário dele, porque recebe metade da empresa e a outra metade do próprio Governo. Nós estávamos tentando isso. Aí houve muito obstáculo político – "Ah, não, não pode mexer nisso!" –, o que é, simplesmente, do meu ponto de vista, um equívoco técnico. Mas – tudo bem! – quem manda é a política. Então, eu tenho que aceitar e reformular o programa. Aí, naturalmente, vai ter mais impacto fiscal, um pouco mais de juros, um pouco mais de dificuldade na retomada do crescimento, um pouco mais de despesa, em vez de realocar as despesas que já existem.

Eu vou ficar por aqui. Tenho 29 minutos. Agradeço novamente a colaboração. Reafirmo que nós temos o protocolo para enfrentamento e me coloco à disposição para nós trabalharmos juntos, como trabalhamos no ano passado e surpreendemos o mundo. Caímos muito menos do que várias economias avançadas, a maior parte delas – Itália, França, Alemanha, Japão. Todos caíram muito mais do que nós. A nossa democracia é vigorosa, é robusta, é competente e sabe reagir a crises.

No primeiro ano, a reforma da previdência; no segundo ano, o enfrentamento à primeira grande guerra ao coronavírus; e estamos entrando no terceiro ano, com a mesma determinação e com o mesmo grau de cooperação que tivemos no ano passado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Ministro Paulo Guedes.

Temos aqui agora as inscrições. O primeiro a falar será o Senador Wellington Fagundes, Relator; depois, a Senadora Zenaide Maia, o Senador Izalci Lucas, o Senador Nelsinho Trad, Esperidião Amin, Oriovisto e Jean Paul Prates.

Então, com a palavra, o nosso Relator Wellington Fagundes para fazer os seus questionamentos e considerações ao Sr. Ministro Paulo Guedes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Bom dia, Ministro! Bom dia ao nosso Presidente Senador Confúcio Moura, a todos os Senadores e à população que nos assiste e nos acompanha neste momento!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que todos nós estamos vivendo momentos muito angustiantes. Ontem tivemos uma longa reunião com o Ministro das Relações Exteriores na qual todos os Parlamentares colocaram a sua preocupação, principalmente em relação à forma como o Brasil está conduzindo esse processo. O fato é que estamos chegando aos 300 mil mortos, e a população que está lá na ponta está a nos cobrar dia e noite, principalmente querendo saber quando a vacina vai chegar ao seu braço.

E aí, Ministro Paulo Guedes, que é mais também... Eu sempre tenho dito que, assim como para o paciente que está lá intubado o oxigênio é vital, e infelizmente tem faltado inclusive oxigênio, muitas pessoas estão morrendo porque o oxigênio não está chegando aos hospitais, insumos básicos... Isso demonstra, sem dúvida nenhuma, uma falta de planejamento muito grande em nosso País. Sabemos que a política de saúde do Brasil é coordenada pelo Ministério da Saúde, tem que ser coordenada pelo Ministério da Saúde, e executada pelos governos dos Estados e Municípios. Em razão dessa falta de planejamento, a gente tem visto no dia a dia informações totalmente desencontradas, e isso deixa a população estarecida. Mas, da mesma forma como o oxigênio é importante para o cidadão, para o paciente que está lá na UTI, eu tenho dito também que o emprego é vital para o pai ou para a mãe chefe de família.

V. Exa. colocou isso muito bem aí. Claro, como Ministro da Economia, essa é a sua preocupação. O Congresso Nacional tem sido – e V. Exa. também é testemunha – grande parceiro ao aprovar as medidas, como foi o Pronampe, o auxílio emergencial e outras tantas decisões. Nesse ponto, Ministro, eu quero até elogiar, porque, na área da economia, votar novamente o orçamento de guerra em poucas horas – e é verdade isso – foi fruto de muito diálogo, coisa que parece que faltou, infelizmente, na área da saúde, porque tivemos a troca de quatro Ministros.

Assumi ontem um novo Ministro e, claro, nós todos vamos estar aqui cobrando. Inclusive, já está definido que segunda-feira vamos ter uma audiência nesta Comissão com a presença da Ministra da Agricultura, da Anvisa, do Ministro da Ciência e Tecnologia, ou seja, dos ministérios – não é isso, Senador Confúcio? – e com produtores de vacina no Brasil, principalmente através do Sindan. Nós temos hoje uma indústria de produção de vacina animal muito expressiva, a maior do mundo, inclusive. E é isso que a gente também quer trabalhar. Estamos trabalhando no sentido de buscar alternativas para a produção da vacina aqui no Brasil, porque infelizmente nosso País reduziu a dois laboratórios a produção de vacina humana – o Butantan e a Fiocruz. E isso tem levado a esta situação de até hoje estarmos importando o IFA para envasar aqui no Brasil.

Então, eu gostaria até de ter a atenção, Ministro, do seu Ministério também, porque eu acho que isto representa muito, a questão da economia, porque a questão da vacina não será só a necessidade emergente que estamos tendo. Inclusive, também o Senado aprovou uma moção de apelo à comunidade internacional para buscar emergencialmente a vacina necessária pelo menos para vacinar 50% da população, porque o índice de mortes, se isso não for feito, é claro que vai aumentar. Já temos também a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demonstração de que em Manaus, por exemplo, já caiu o índice de mortes com um número de vacinação mais expressivo.

Então, nós vamos ter que continuar a produção de vacina este ano, ano que vem, vários anos, porque o vírus está aí instalado. Ontem, o Ministro das Relações Exteriores disse que o Brasil já negociou e tem pronta a transferência da tecnologia. Nós podemos e temos a indústria instalada aqui para produzir as vacinas.

Eu quero tentar ser mais objetivo e vou aqui já às perguntas.

Para alicerçarmos nosso trabalho na defesa do interesse do povo brasileiro, eu pergunto: qual o efeito do *lockdown* sobre a atividade econômica? V. Exa. acredita que medidas de restrição podem ajudar a conter a pandemia e o número de óbitos, reduzindo a pressão sobre o sistema de saúde?

A Instituição Fiscal Independente estima que a paralisação de 50% das atividades econômicas por quatro semanas pode levar a uma redução do crescimento da economia em um ponto percentual – isso caso não haja medidas que compensem essa paralisação, como ocorreu em 2020. V. Exa. concorda com essa afirmativa? Qual seria esse potencial efeito, de acordo com o Ministério da Economia? E, ainda, quais poderiam ser essas medidas de compensação? Além do auxílio emergencial, existem outras sendo analisadas pelo Ministério da Economia?

Sr. Ministro, em carta aberta escrita por economistas de renome, apresentada e divulgada no domingo, agora, dia 21 de março, foram sugeridas uma série de medidas consideradas indispensáveis para o combate à pandemia. O documento aponta algumas medidas urgentes: primeiro, acelerar o ritmo da vacinação; segundo, incentivar o uso de máscaras, seja com distribuição gratuita, seja com orientação educativa; terceiro, implementar medidas de distanciamento social, principalmente em nível local, mas, claro, sempre com coordenação nacional; quarto, criar uma coordenação efetiva de combate à pandemia em âmbito nacional, orientada pela comissão de cientistas e especialistas.

Por isso, eu pergunto, Ministro: quais as projeções do Ministério da Economia para o crescimento este ano? Devemos observar uma queda do PIB, como no ano passado? Quais são as principais medidas já implementadas ou que serão implementadas pelo Ministério da Economia para mitigar os efeitos da pandemia sobre a economia?

Ainda, Sr. Ministro, o documento argumenta que a controvérsia em torno do dilema entre desempenho econômico e medidas de isolamento social é falsa. Isso se deve ao fato de que, diante da aceleração da pandemia, já ocorre queda no consumo, independentemente de medidas de isolamento; ocorre queda na confiança. Para recuperar a confiança, é necessária uma maior previsibilidade na situação sanitária, o que exige implementar medidas de distanciamento social. Como V. Exa. vê esse dilema entre crescimento e isolamento? Concorde com a visão dos economistas brasileiros?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permita-me, Sr. Presidente Confúcio... As medidas de isolamento social, incluindo o *lockdown*, são necessárias nesse momento de pandemia descontrolada. O problema é que isso gera uma série de problemas para as microempresas e empresas de pequeno porte. Essas empresas são obrigadas a fechar as portas durante esse período de isolamento, o que reduz suas receitas de forma abrupta e pode muitas vezes levá-las à falência, aumentando ainda mais o desemprego no País. Para solucionar esse problema, informo ao Sr. Ministro que apresentei o Projeto de Lei Complementar nº 44, de 2021.

Sr. Presidente, eu gostaria só de um tempinho para terminar.

Esse projeto institui o Programa Extraordinário de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional. O objetivo da proposta é proteger os pequenos negócios e garantir a sobrevivência dos empregos. E aí, Sr. Ministro, de acordo com o documento, a retomada de linhas avalizadas pelo Fundo Garantidor para investimentos e o fundo...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Mais um minutinho, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Para terminar aqui.

Eu pergunto: quais medidas poderiam ser implementadas para auxiliar os microempreendedores e microempresas nesse momento de agravamento da pandemia? Quais recursos poderiam ser disponibilizados para se aumentarem as linhas avalizadas pelo Fundo Garantidor de investimentos e pelo Fundo de Garantia de Operações? V. Exa. teria valores estimados de quanto seria necessário para prover um auxílio financeiro aos microempreendedores e microempresas?

São essas as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington.

Sr. Ministro, nós vamos fazer aqui dois blocos.

Eu quero pedir desculpas à Zenaide...

O SR. PAULO GUEDES – Por favor, Senador, só peço atenção ao seguinte: foram mais ou menos umas oito perguntas. Então...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vou fazer... Registre o nome dos Senadores...

O SR. PAULO GUEDES – Eu acho que... Eu prefiro até que seja... Que eu possa responder logo...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu vou colocar mais dois, para ficar mais fácil, e a gente faz dois blocos e um pouquinho.

Vou passar a palavra, Senadora Zenaide, ao Styvenson, porque ele se inscreveu primeiro.

Senador Styvenson com a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado a todos que estão presentes nesta manhã, ao Ministro Paulo Guedes, por essa oportunidade de trazer essas explicações e as respostas.

Vou direto à pergunta, para não ocupar tanto tempo, porque sei que tempo é vida agora, num momento como este de pandemia. A minha pergunta responderá à de 16 Governadores que enviaram uma carta aberta ao Congresso esta semana. Nessa carta, devido ao cenário dramático que o Brasil vive com essa segunda guerra, eles fazem referência a que essa camada de proteção, Sr. Ministro, talvez seja insuficiente para atender os mais vulneráveis e pedem aos Congressistas o aumento do auxílio emergencial para R\$600.

Então, eu pergunto ao senhor de forma bem clara e objetiva: é possível atender esses Governadores? É possível pagar R\$600 com as mesmas regras de 2020, nos mesmos critérios? E, dentro dessa possibilidade, se for possível, de onde sairiam esses recursos? Conseguiríamos manter o compromisso com a responsabilidade fiscal?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a palavra a Senadora Zenaide Maia. *(Pausa.)*

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Presidente Confúcio, Sr. Ministro, tudo bem? Está me ouvindo? Estão me ouvindo, Presidente? Deixe-me ver aqui. O senhor me botou no silencioso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bem, pode falar. Cadê o som? Pode falar.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, a pergunta que eu faço primeiro é o que fez o senhor pensar em reduzir o auxílio emergencial, fazer um arrocho fiscal, usando aquela PEC quase como uma chantagem com o Congresso? Porque, se não aprovássemos a PEC, a população diria que a gente não estava aprovando o auxílio emergencial.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A situação está mais grave do que era antes, não tenha dúvida. Nós chegamos a mais de 300 mil óbitos, Ministro. E o pessoal não diminuiu o número dos desempregados nem dos invisíveis, como o senhor fala aí. Então, eu diria o seguinte: o senhor disse que a gente tem uma democracia virtuosa; eu acho que democracia virtuosa é aquela que defende o seu povo. Até quando nós vamos usar, o Governo vai usar essa dívida pública servindo de pretexto para impedir de salvar da morte os brasileiros? Eu acho que, ao invés de sepultar... Eu acho que a gente devia sepultar essa Emenda 95 em vez de sepultar brasileiros. É uma pergunta que eu faço ao senhor.

O senhor também falou sobre os países cujo PIB caiu mais do que o nosso. Esses países preferiram reduzir o PIB, mas salvar sua população, como o Japão, a França. O senhor me desculpe, mas eu quero fazer a pergunta, Presidente, que eu sempre faço ao Ministro: quando o senhor vai apresentar um plano de geração de emprego e renda, Sr. Ministro? O senhor até hoje não apresentou; o senhor apresenta venda do patrimônio do povo brasileiro a preço de banana, como estão vendendo aqui as nossas refinarias, e apresenta ajustes fiscais tirando o poder de compra dos trabalhadores. E não venha dizer que estão tirando privilégio de servidor, dos servidores que ganham muito, porque o senhor já separou aí os servidores que ganham muito, e mais de 70% dos servidores ganham, no máximo, R\$5 mil.

Tira o poder de compra do trabalhador e vem falar em economia virtuosa? Virtuosa é uma economia que está matando gente, senhores. É claro, o senhor mostrou que, quando botou os R\$600, a economia girou. E agora o senhor está tirando isso dos invisíveis, desrespeitando aqueles trabalhadores que, mesmo vendo ser retirados os direitos, não saem da linha de frente, estão ali trabalhando para salvar vidas, Ministro.

O senhor vai me responder qual é o seu plano para alavancar a economia?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem.

Agora, Sr. Ministro Paulo Guedes, V. Exa. está com a palavra.

Como o Senador Wellington Fagundes fez oito ou sete perguntas e os demais fizeram menos, acredito que oito ou dez minutos sejam suficientes para o senhor responder aos três Senadores.

Com a palavra o Ministro Paulo Guedes.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Perguntas do Senador Wellington Fagundes, que tem nos ajudado muito também nessas medidas de crédito.

A primeira pergunta dele, o *lockdown*. O *lockdown* é para desacelerar justamente a velocidade de contágio enquanto se acelera a velocidade de vacinas. Agora, ao mesmo tempo, ele emenda na segunda pergunta que o instituto, que o IFI disse que o PIB vai cair, estimou que o PIB vai cair. Ora, o IFI disse que nós iríamos furar o teto no primeiro ano, disse que nós iríamos furar o teto no segundo ano, o IFI





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disse que a dívida iria chegar a 100% do PIB. Eu acho que o IFI tem previsões muito fracas, tem trabalhado muito mal. Eu acho que até o Senado deveria rever um pouco quem é que lidera o IFI, porque, aparentemente, é um economista que tem errado dez em cada dez.

Dito isso, logo abaixo o Senador pergunta também sobre o PIB, se vai cair, ou não. Da mesma forma, quando houve as primeiras previsões do FMI, que também errou, dizendo que o PIB brasileiro iria cair 10%, 9,5%, na verdade, e nós caímos menos do que a metade disso, eu, à época, disse que, em tempos como este, todo mundo que segue as ciências... Existem as ciências econômicas, existem as ciências biológicas, e as ciências econômicas dizem que, quando há choques desta natureza, completamente imprevisíveis, todos os parâmetros, que são endógenos, acabam prevendo, os modelos econométricos acabam prevendo com grandes erros porque há uma enorme instabilidade. Então, o que eu disse naquela ocasião, quando disseram que o PIB brasileiro iria cair 10%, foi: "olha, eu acho que vocês vão errar.". E erraram. Mas eu não arrisquei as nossas previsões.

A nossa Secretaria de Políticas Econômicas faz as suas previsões, mas eu aplico às previsões da nossa Secretaria o mesmo ceticismo que eu tenho em relação às demais previsões, porque são organismos vivos. Aliás, o Prêmio Nobel Ernst Mayr, Prêmio Nobel de Biologia, escreveu que a Biologia é uma ciência única. Tudo o que ele diz sobre a Biologia, como organismos vivos, aplica-se também à Economia. São organismos complexos, evolucionários, com propriedades emergentes. Você veja, você combate o vírus e ele usa a própria vacina para se fortalecer, se modificar, e torna-se imprevisível. Quando ele penetra um organismo, pode não haver efeito nenhum como pode matar a pessoa em 15 dias. Então, são organismos vivos e dependem exatamente da reação desses organismos ao ataque que eles estão sofrendo.

Então, nós temos todas as previsões que vocês imaginarem aqui, agora, eu já vivi o bastante de crise econômica, já li o bastante de história econômica para não arriscar previsões e, sim, trabalhar o melhor possível para sairmos o mais rapidamente da crise.

Quanto ao impacto no PIB, eu acho que é inequívoco, a economia e a saúde estão mais ou menos associadas. Os senhores viram que a queda, em abril do ano passado, foi profunda. O Brasil mergulhou em uma quase depressão, em abril do ano passado. Nós fomos atingidos e houve uma descontinuidade, uma ruptura econômica brutal, daí todo mundo achar que o PIB ia cair violentamente, que o desemprego ia virar desemprego em massa. E, na verdade, do ponto de vista do mercado formal, nós protegemos todos os empregos e ainda criamos 140 mil. Mas houve realmente os informais, que todos os Governos passados ignoraram, 40 milhões de brasileiros invisíveis andando por aí, ninguém nunca os viu, ninguém nunca tomou conta deles. Nunca tiveram assistência social, nunca tiveram nada. Agora nós descobrimos os invisíveis e somos culpados por descobrirmos os invisíveis. Mas isso é política, eu já aprendi, nós temos que conviver com isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quanto à pergunta de medidas de compensação além do auxílio, a resposta é sim: o benefício emergencial; o Pronampe; o crédito do Peac Maquininhas; a antecipação dos benefícios de aposentados e pensionistas, das camadas mais vulneráveis, os idosos; da mesma forma, o diferimento de impostos para as pequenas empresas... Então, há toda uma camada de medidas.

E foi perguntado também a respeito da carta aberta que os economistas teriam escrito. A carta aberta diz o seguinte, as medidas propostas: vamos acelerar a vacina. Ora, estamos todos de acordo e parece que vamos acelerar. Se não aceleramos antes, pode ter havido uma falha, mas como é outra área, não vou nem comentar. O que eu digo é que vamos acelerar as vacinas, estamos todos de acordo com os economistas. Vamos usar máscara e difundir essa prática. Bom, os senhores sempre me viram de máscara, estou há um ano andando de máscara para todo lado. Então, eu, do ponto de vista dos economistas, estou lá também usando máscara com os economistas. Distanciamento social, estou há um ano sem ir ao Rio de Janeiro, que é a minha cidade. Eu não vejo a minha casa há um ano, estou aqui em Brasília trabalhando 24 horas por dia e fim de semana, tentando fazer a minha parte.

Agora, entendo que os invisíveis, se não trabalharem, não conseguem o pão de cada dia, daí a necessidade do auxílio emergencial, fundamental, quanto mais rápido, melhor. Outra coisa que eles sugerem também é a coordenação. Ora, desde dezembro do ano passado, nós queríamos coordenação em todo o esforço fiscal, quando propusemos o Conselho Fiscal da República na PEC do Bittar – dezembro de 2019, não é 2020. Aí, quando veio a pandemia, houve um aprendizado nosso, nós todos juntos aprendemos, o Presidente chamou os Governadores, se reuniu com os Governadores para liberar os recursos, ao mesmo tempo, para pedir que o dinheiro que era para a saúde não virasse aumento de salário, justamente no meio de uma crise, uma porção de gente perdendo emprego, uma porção de gente sem capacidade de sobrevivência. E, justamente quem tinha estabilidade de emprego, tinha salário garantido no meio de uma crise dessa, podia contribuir justamente abrindo mão de aumentos, não era abrindo mão de salários. Porque houve gente, como o ex-Presidente da Câmara, que queria propor um corte de 25% dos salários e nós dissemos que não, não precisa cortar, não tem que cortar de ninguém. Era só moderar o aumento durante um certo tempo – ou abrir mão desse aumento –, enquanto milhões de brasileiros estão lutando pela vida.

Então, quanto ao Senador Wellington... Ele pergunta também: "E as pequenas e médias? E o fundo garantidor de empréstimos?". Nós estamos em cima disso na renovação do Pronampe, usando os recursos que não foram usados do FGIC. A gente calcula aí que, com três ou quatro bilhões, como isso tudo é alavancado, você consiga mobilizar 20 ou 30 bilhões para ajudar essas pequenas e médias empresas, que foi mais ou menos o recurso que foi usado nesses programas no passado. Então, nós estamos trabalhando nisso também, Senador Wellington.

O Senador Styvenson perguntou sobre o auxílio emergencial, se tínhamos capacidade de sustentar algo como 600. E aí eu digo o seguinte: os programas... Eu acho muito interessante as pessoas que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ficaram anos aqui, no governo – a Senadora Zenaide talvez seja desse grupo –, e que botaram o Bolsa Família em 200. E, de repente, ela me pergunta por que não é 600. Eu também estou indignado com esse valor. Eu não consigo nem entender por que ficou tantos anos assim, com um valor tão baixo. Eu quero fazer uma denúncia pública de como ficou baixo por tantos anos esse valor. É um absurdo que a gente tenha que descobrir, no meio de uma pandemia, que a melhor forma de erradicar miséria é dar o dinheiro para o pobre, em vez de dar dinheiro direto, na veia, para os mais pobres. Essa é a melhor forma. Foi a segunda grande lição que nós aprendemos.

O auxílio é 600 porque um Estado que tem um trilhão em ativos imobiliários, um trilhão em participação em empresas estatais, prefere carregar a máquina dele aparelhada do que dar o dinheiro para o pobre. Se ele desse o dinheiro para o pobre, a miséria já tinha acabado. Houve a maior redução de miséria em 40 anos. Nós tivemos que ter uma pandemia para aprender que o dinheiro tem que ir para o pobre sem um intermediário. E os intermediários são exatamente todo esse aparelho, essa aparelhagem política que houve no País. Em vez de dar o dinheiro para o pobre direto, o dinheiro é justamente para as corporações, que dão apoio para os sindicatos, para todos os grupos políticos que elegem e se esquecem de dar o dinheiro, na veia, para o pobre. Então, nós temos que trabalhar isso, sim, e vamos trabalhar junto, possivelmente, com a Senadora Zenaide, para aumentarmos o valor.

Agora, tem a contrapartida, né? De onde vai sair esse dinheiro? Nós vamos ter que buscar esse dinheiro. O Governo brasileiro é um Estado rico, que financeiramente está quebrado, mas está cheio de ativos que ele não mobiliza. Ele tem estatais que davam prejuízo de 20 ou 30 bilhões durante anos – anos, décadas. São as estatais dependentes. Ora, ele poderia ter dobrado o valor do Bolsa Família, bastava ter fechado ou vendido essas estatais que davam prejuízo. Ele poderia dobrar o Bolsa Família. Então, eu espero que nós trabalhemos juntos no que é um desejo público nosso, que é reduzir a miséria. Se possível, erradicar.

Nós vimos que é possível, se a gente conseguir aumentar o valor. Agora, tem que ser em bases sustentáveis. Se você aumenta esse valor – também já completando para o Senador Styvenson –, sem, do outro lado, ter as fontes de recursos corretas, você traz de volta a hiperinflação – ou não precisa nem falar em hiper, traz uma inflação de dois dígitos, como era antigamente, com juros altos –, e o resultado final é desemprego em massa, 40 milhões de brasileiros invisíveis num lado, e o imposto mais cruel de todos sobre os mais pobres, que é a inflação. Então, nós temos que trabalhar para aumentar isso...

No nosso programa de Governo havia um programa chamado Renda Brasil, que é um aperfeiçoamento, com todos os méritos, do Bolsa Família. O Bolsa Escola foi muito meritório; o Bolsa Família foi um aperfeiçoamento, foi melhor ainda, e o Renda Brasil podia ser melhor ainda. Eu espero que a Senadora nos apoie no Renda Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senadora Zenaide, a senhora pede uma réplica. Como aqui na nossa Comissão não há réplica, eu vou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reinscrever a senhora para fazer o fechamento da nossa reunião, da nossa audiência, depois dos inscritos. Então, a senhora aguenta aí um pouquinho, e já, já, a gente passa para a senhora de novo.

Bem, eu passo agora ao próximo bloco de três, Sr. Ministro. É o Senador Izalci Lucas, Nelsinho Trad e Senador Esperidião Amin.

Então, com a palavra o Senador Izalci Lucas.

Tempo de três minutos, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Opa, vou tentar agilizar aqui, Presidente.

Bom dia, Ministro.

Ministro, com esse grau de incerteza da retomada da economia, eu gostaria de saber quais as principais medidas do Ministério que estão sendo adotadas ou que vão ser adotadas para permitir realmente essa retomada. Esse é o primeiro ponto.

V. Exa., em função do que está acontecendo, não seria o caso de decretar novamente esse estado de calamidade, porque é notório?

V. Exa. acha que existe a possibilidade de ampliar esse valor que nós aprovamos na PEC, de 44 bilhões? Porque, de fato, o último valor era 300, baixou para a média de 250, e, de fato, houve um aumento muito grande no arroz, no óleo, nesses produtos principais.

E eu perguntaria ainda, Ministro, se existe algum plano do Governo no sentido de recuperar a economia com investimento em infraestrutura, porque a gente sabe que tem um efeito multiplicador da renda, não é? Então, seria possível aproveitar o momento para investir em reformas, a construção de novas escolas, reforma de escola, investimento de modo geral?

E aí, aproveitando os últimos minutinhos, Ministro, sobre essa questão do turismo, das agências de viagem: é o setor que foi mais prejudicado, que entrou primeiro e vai sair por último. Ainda mais que vem uma época agora fora da temporada que vai ser um caos.

Eles pediram que eu visse com V. Exa. duas coisas.

Primeiro, essa questão do impacto da compra direta das passagens. Com o Governo acho que não está havendo muita vantagem. Os países todos fazem isto: o governo adquire através das agências. A mesma coisa com as diárias de hospedagem, o que é um valor bem maior até do que a questão das passagens. Hoje praticamente os servidores não usam essa diária de hospedagem; eles usam como complemento de salário. Então, isso tem prejudicado muito a área de hotelaria e turismo, não é?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E há um pedido aqui, Ministro, com relação ao FCO, principalmente dos hotéis, mas, em todo o Brasil há várias situações dos financiamentos do FCO. Está tudo parado, quer dizer, como é que eles vão pagar esses financiamentos? Estou falando do FCO, mas deve haver também lá no Nordeste, no Norte, essa situação dos fundos.

E quero fazer um apelo ainda, Ministro, até como contador que sou, para que a Receita Federal tenha um tratamento diferenciado com os contadores. Não dá para pagar multa de obrigações acessórias no momento de uma pandemia como essa. Então, tem que verificar. Eu sei que a Receita já andou prorrogando alguma coisa, mas são muitas obrigações que precisam ser avaliadas. Se V. Exa. pudesse sensibilizar a Receita, que é um órgão mais difícil de ser sensibilizado, eu agradeço, até porque fiz um acordo com o Ministério de remissão de uma dívida antiga. Aprovamos o projeto por unanimidade no Senado, com a redação do Ministério, e eu espero que a Câmara vote agora, esta semana. Pelo menos está na pauta um requerimento de urgência.

Então, em princípio, Presidente Confúcio, era isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Nelsinho Trad, pelo tempo de três minutos.

Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para interpelar.) – Bom dia, Presidente.

Minha pergunta direta ao Ministro Paulo Guedes passa por uma sugestão que está sendo debatida aqui no Senado da República: no nosso entendimento, grande parte do impulso da retomada da economia é a vacinação, em especial a vacinação da massa laborativa, da massa laboral, dos trabalhadores, e inserir para dentro desse contexto a possibilidade, desde que se respeite o Plano Nacional de Imunizações, da iniciativa privada.

Eu queria saber qual a opinião do Ministro no que tange a esse aspecto e rogar aos pares que aqui estão participando que existem, dentro desta Comissão, dois colegas que estão selecionando projetos dessa natureza, não deixando de cobrir o SUS, porque a lei do Senador Rodrigo Pacheco que foi aprovada por nós fala numa doação da iniciativa privada de 100% das doses que ela vier a adquirir para o SUS. A gente entendeu que isso acabou não sendo pertinente, não virou, não girou. Eu penso que, se a gente colocar um número um pouco menor dessa doação, vai estimular o empresariado a comprar as doses para vacinar sua massa laborativa, tira esse pessoal das costas do Sistema Único de Saúde e retoma a economia com esse povo todo vacinado.

Queria saber a opinião do Ministro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso aí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Nelsinho Trad.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin, para fechar o bloco, por três minutos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Fechando o bloco, já pensou?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Fechando o bloco.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quero cumprimentar o Ministro e lembrar o Ministro: Ministro, a coisa que eu mais gostava de ver o senhor fazer... Estou sendo ouvido?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está cortando aí no seu som.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu fiz o que podia, agora o senhor é que tem que liberar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está liberado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu gostava muito de ver o Ministro Paulo Guedes falar em aterrissagem, porque eu sou brevetado como piloto de planador, e planador precisa saber muito bem qual é a velocidade de sustentação. Mas, Ministro, não houve aterrissagem. No dia 31 de dezembro, nós encerramos contábil e juridicamente a pandemia e ignoramos os fatos, danem-se os fatos. Se o dia 1º de janeiro foi igual ao dia 31 de dezembro, problema do calendário. Nós estamos terminando março sem auxílio emergencial, ou seja, entramos do limbo para o inferno ou entramos no *crash*, porque não houve aterrissagem. Nós erramos. Igualmente, as linhas de crédito.

Por isso, eu apresentei o Projeto de Lei de nº 1.058, que ressuscita, é uma prorrogação de algo que terminou. Na linguagem jurídica, Oriovisto, isso seria repristinar; não é ressuscitar, é fazer vigorar algo que parou de vigorar, para que as linhas de crédito, que foram um sucesso junto com o auxílio emergencial ano passado, tentem reduzir ao máximo esse período de limbo. Eu nem vou discutir valores, mas quero lembrar ao senhor que o Tribunal de Contas da União aponta que 7,5 milhões de brasileiros,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive servidores públicos civis e militares, comissionados e políticos, receberam indevidamente R\$54 bilhões de auxílio emergencial.

Portanto, o Ministério da Economia tem um recebível – nas *factorings* é assim que é chamado – de 54 bilhões que tem que ser devolvido, seja porque se vai pagar Imposto de Renda este ano, e nós previmos isto, seja porque a polícia vai atrás. E nós temos que tornar essa devolução exemplar, temos que dar o nome, especialmente se for servidor público... como é o nome desse cara que se fantasiou de invisível comprometendo o programa que foi o melhor do mundo. Parabéns à Caixa Econômica Federal! Parabéns ao Governo! Só que isso tem que ser considerado contabilmente por V. Exa. como recebível. O senhor não vai gastar 44; o senhor vai ainda ter para receber 10 bilhões. Não há auxílio emergencial previsto para este ano. Basta que se receba aquilo e que se antecipe aquilo que é crédito do povo brasileiro, porque espertalhões – 7,5 milhões pelo Tribunal de Contas – receberam o que não deveriam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ministro Paulo Guedes, para as suas respostas.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – O Senador Izalci Lucas aponta corretamente a incerteza como um obstáculo, a pouca visibilidade como um obstáculo para a retomada. E quais seriam as nossas medidas? Justamente, nós temos tentado manter muito claro o rumo do nosso programa, que era justamente...

Observem que vocês, o Congresso brasileiro, aprovaram, nas últimas três ou quatro semanas, fatores decisivos para a remoção dessa incerteza, ou, pelo menos, para a redução de incerteza. Como é que nós vamos garantir que esses aumentos transitórios e setoriais de preços não vão virar uma inflação lá na frente para perturbar o horizonte de investimentos? Os senhores aprovaram o Banco Central autônomo, o Banco Central independente, um projeto que, há 40 anos, os economistas mais responsáveis e preparados do Brasil sabiam que era decisivo; é a despolitização da moeda. Houve muito Presidente se reelegendo usando o Banco Central; manipulando o câmbio; vendendo 30, 40 bilhões em véspera de eleição, em três, quatro meses, para ser reeleito; baixando juro artificialmente para ser reeleito. Então, houve um avanço extraordinário quando você aperfeiçoou institucionalmente o responsável pela política monetária na situação; preservação do poder de compra dos salários, das aposentadorias, dos aluguéis, do poder de compra da moeda brasileira.

Os senhores aprovaram também um novo marco fiscal, exatamente para dizer: "Olha, nós temos compromisso com a saúde, não vai faltar dinheiro para a saúde, mas nós pagamos nossas guerras. Nós não vamos empurrar o custo só para filhos e netos". Por isso, o endividamento não foi a 100% do PIB e, por isso, os juros continuaram num patamar que nós não víamos também há muitos anos, na verdade há décadas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para reduzir a incerteza também, Senador Izalci, os senhores aprovaram saneamento. Com milhões de brasileiros não tinham esgoto, 35 milhões de brasileiros não têm água corrente e não podem sequer se proteger da pandemia lavando as mãos. Os senhores os protegeram e reduziram a incerteza futura. A estimativa do Ministério do Desenvolvimento Regional é a de que, nos próximos dez anos, podem vir até R\$700 bilhões de investimento em saneamento.

Da mesma forma, os senhores aprovaram também o gás natural. Então, o gás natural, que pode derrubar o preço... E o formulador – eu queria publicamente fazer um agradecimento – está lutando pela vida dele num hospital no Rio de Janeiro. É o Carlos Geraldo Langoni, economista brasileiro que foi Presidente do Banco Central, que nos ajudou muito, negociou com vários Estados o choque de oferta barata. Ele é o autor intelectual e nos ajudou a implementar. Ele está lutando pela vida dele hoje num hospital do Rio de Janeiro. Eu, regularmente, falo com a família para ter notícias. Desejamos que ele consiga superar.

Os senhores aprovaram isso também. Então, são bilhões de investimento que virão por aí para melhorar saneamento, para melhorar o custo de energia, para derrubar o custo Brasil, para derrubar o custo de energia, o custo de transporte.

Tudo isso, todas essas reformas que os senhores estão encaminhando reduzem o horizonte de investimento. Essas são as grandes medidas que geram bilhões de investimento e milhões de empregos.

Os senhores precisam ter a noção do problema que virou... Por exemplo, se os senhores pegarem um Ministro que é competente, que conhece, que fez toda a sua trajetória, desde lá debaixo, primeiro como funcionário público, depois como Diretor do Dnit, depois no PPI, depois como Ministro, que é o Tarcísio... É um Ministro com um índice de execução excelente, quer dizer, ele executa 80%, 90% do orçamento anualmente, porque tem muito dinheiro que fica empoçado, tem muita gente que pede dinheiro e não consegue usar. O Ministro Tarcísio tem uma capacidade de execução extraordinária, conhece profundamente o campo. A capacidade de investimento dele, o orçamento dele para este ano é de R\$8 bilhões. Ora, a iniciativa privada, só nos primeiros 45 dias deste ano, levantou R\$33 bilhões, ou seja, quatro vezes o orçamento do Tarcísio, para fazer investimentos. São os IPOs que aconteceram na bolsa brasileira em um mês e meio.

Quando a economia está sendo gerida com compromisso fiscal, com responsabilidade fiscal, mesmo no meio da maior pandemia, as pessoas seguem investindo, tanto que o resultado nos dois primeiros meses... No primeiro mês, foram 240 mil novos empregos; nos dois primeiros meses, R\$300 bilhões de arrecadação. Assim, nós impedimos a desorganização em meio à pandemia. Se houver uma desorganização da economia em meio à pandemia, nós, que estamos hoje conversando em *conference call*, podemos ser impedidos de nos alimentar. Este é o problema dos invisíveis, dos mais simples: eles não têm como ficar em casa. Por isso é que precisam ter o auxílio emergencial. Eu volto ali na frente a esse tema.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, finalmente, o Senador Izalci falou também do turismo. Com o turismo nós estamos superpreocupados, porque realmente foi o primeiro a ser golpeado. Ele até não foi o primeiro a sair, não... Não foi o último a sair, não, porque ele estava a começando a se reerguer. Eventos, sim: esse setor foi abatido e não conseguiu se levantar mais. Mas o turismo estava começando a se reerguer; estava todo mundo começando a fazer de novo as viagens internas, muita gente; os hotéis começaram a ter 70%, 80% da capacidade instalada novamente, mas aí esse relaxamento do distanciamento social aumentou a velocidade de contágio, a nossa vacinação está ainda sendo acelerada, e aí ele voltou a ser golpeado e caiu de novo. Nós estamos juntos tentando examinar isso. Senador Izalci, vamos trabalhar juntos, porque nós já estamos trabalhando nisso. Todos os fatores a que o senhor se referiu, compra de passagens, financiamento... Evidentemente, a gente tem que dar mais prazo; não é possível isto: se o cara está caído no chão, como é que você vai bater nele para pedir o pagamento de juros? Não pode ser. Então, aquelas medidas horizontais de rolagem de dívida, tudo que a gente tinha feito possivelmente nós vamos ter que estender, mas para os que ficaram caídos; os que se levantaram não precisam mais dessa ajuda. Da mesma forma, multa de Receita Federal: nós temos que rever tudo isso. Nós já fizemos o diferimento de impostos, mas é evidente que, se quem caiu não está se levantando, não tem sentido você bater lá e pedir para pagar multa de pagamento de dívida. Então, nós vamos ter realmente que rever isso com a Receita Federal. Eu peço ao senhor para ficar próximo a nós, ao nosso time; nós vamos procurá-lo, porque já estamos trabalhando nisso, e com a sua ajuda vai ficar melhor ainda.

O Senador Nelsinho Trad fez uma pergunta importante: a retomada e a vacinação dos trabalhadores. Senador, nós estamos 100% de acordo: usar a iniciativa privada, fazer as doações para o SUS e realmente vacinar o trabalhador, porque o retorno seguro ao trabalho depende da vacinação em massa. E nossos empresários têm capacidade de ir lá fora e comprar sobras de vacinas. Existem brasileiros que moram lá nos Estados Unidos que já tomaram as duas doses da Pfizer, por exemplo. De repente, podem ser compradas. Dizem até que um grupo de empresários em Minas conseguiu ir lá fora e comprar, e já se vacinaram também. Quer dizer, por enquanto isso é ilegal. Agora, se a gente permitir que isso seja feito de forma legal e que eles façam doações, aí sim você pode dar uma isenção para as doações que eles fizerem. Eles, no fundo, se comprassem só para os familiares e trabalhadores – o que já ajuda muito e alivia, sim, o SUS –, seriam criticados: "Ah, os ricos conseguem comprar vacinas, vacinar os trabalhadores" – mas isso é porque, realmente, as empresas têm todo o protocolo, conseguem proteger, com uso de máscara, conseguem vacinar. Mas temos que estender isso aos invisíveis, nós precisamos estender aos invisíveis isso. Os invisíveis têm que ter essa capacidade de receber, através do SUS, a mesma atenção e a mesma vacina.

Olha, aqui está dizendo que eu tenho 15 segundos: na verdade, eu tenho 1,5 minuto.

Senador Esperidião Amin, estamos de pleno acordo: deveria ser uma aterrissagem. Nós chegamos a encaminhar o Renda Brasil como um pouso, como um local de pouso, com fontes sustentáveis de financiamento, mas a política é sempre surpreendente: o projeto foi explodido! A ideia original era





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aterrizar realmente; ele viria de R\$600 para R\$300 e aterrizaria em torno de R\$250, com fontes estáveis de financiamento, mas o projeto infelizmente não caminhou politicamente. Houve essa descontinuidade, e agora nós estamos correndo atrás do prejuízo.

E, quanto às linhas de crédito, 100% o.k. – vamos renovar juntos isso. Estamos trabalhando e vamos renovar juntos isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Vamos passar agora para o último bloco. São dois Senadores só: o Senador Oriovisto e o Senador Jean Paul. E vou colocar aqui a Senadora Zenaide para fazer o seu contraponto final.

Com a palavra, o Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – O senhor está me ouvindo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ouvindo bem, Senador. Ouvindo bem. Pode falar.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – Primeiro quero cumprimentar o Ministro Paulo Guedes, dar os parabéns pela sua brilhante participação. O senhor sabe que sou seu fã e admiro muito a forma como o senhor conduz a economia brasileira.

Aliás, eu brinco com os meus amigos que, se o Presidente Bolsonaro tivesse adotado na saúde a mesma filosofia que adotou na economia, teria feito um acerto duplo. Mas como ninguém acerta sempre, a gente tem que desculpar. O que eu quero dizer é que ele disse sempre: "O meu posto Ipiranga é o Paulo Guedes. Eu não entendo nada de economia, é o Paulo Guedes quem define isso". Se tivesse feito a mesma coisa na saúde, até porque não é médico, teria acertado mais uma vez. Mas não é sobre isso. Isso eu estou falando apenas para cumprimentá-lo, e não para criticar o Presidente.

Ministro, a minha pergunta é bem objetiva e bem no campo da economia. O senhor disse que nós chegamos a 89% do PIB na dívida interna. A IFI diz 89,7%. Mas isso pouca diferença faz. A previsão da IFI para 31 de dezembro de 2021 é de 92,7%, um crescimento de 3%, que eu acho muito razoável. Mesmo que eu não confiasse na IFI, eu tenho que acreditar quando ela fala de uma trajetória de alta nos próximos dez anos, porque, como eu fui Relator do plano plurianual – o senhor se lembra disso –, pelo menos de 2020 até 2023 nós teríamos sempre déficits primários. Isso foi previsto lá em 2019. Então, é óbvio: com essa pandemia, com todos esses problemas, é claro que tudo isso se agravou.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Nós verificamos, na rolagem da dívida por parte do Tesouro, que há uma diminuição de prazos, há uma certa dificuldade. Em função desse quadro crescente na dívida, embora não seja tão feio como queriam fazer crer, embora a IFI possa estar errada em algumas coisas – eu concordo com o senhor –, nós temos dois pontos que me parecem que são de uma importância enorme para o Brasil e que estão passando em branco.

Primeiro, na PEC emergencial que foi aprovada, o nosso novo marco fiscal, o art. 163 do inciso VIII diz que o Governo enviará uma lei complementar que definirá regras que permitam o controle da dívida. Eu tenho muito medo de que essa lei não seja enviada. Por que eu tenho esse medo? Porque, desde 1988, na Constituição Brasileira, o art. 52 da Constituição prevê um limite da dívida, que seria estabelecido pelo Senado, mas desde que provocado pelo Presidente, pelo Poder Executivo. O Senado nunca foi provocado, então não pôde estabelecer esse limite.

Então, o que eu lhe peço é: envie, por favor, o mais urgente possível, essa lei complementar prevista no art. 163 e também prevista no art. 52. Isso vai ajudar muito o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Oriovisto.

Com a palavra o Senador Jean Paul por três minutos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpellar.) – Obrigado, Presidente.

Obrigado, Ministro, pela atenção de estar conosco hoje aqui.

Eu, conforme o papel que me cabe, preciso falar de duas questões políticas e de duas questões específicas em relação ao Orçamento, que nós vamos aprovar esta tarde, aproveitando a sua presença aqui conosco.

Em primeiro lugar, estão duas questões basicamente políticas, ou mesmo de retórica, que me incomodam um pouco. E me permita dizer sem absolutamente nenhum ânimo de impor isso a ninguém.

Incomoda-me ouvir que se venceu uma primeira guerra, ali naquele final do que se pode imaginar desse novo discurso mais afeito ao Governo, como se houvesse duas guerras separadas, dois vírus, duas etapas. Para mim é uma coisa só, mas, mesmo nessa primeira guerra, morreu muita gente. Então, assim, pode ter sido para a economia uma ilusão, um discurso um pouco factóide de que chegamos ao final do ano com tudo voltando ao normal, mas não era isso. E há vários fatores aí que, depois, com mais calma, nós vamos nos deter a analisar. Não é tão simples assim. Há o efeito do próprio auxílio emergencial, há, com certeza, o descanso das pessoas também com os cuidados de isolamento. Enfim, falar assim





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incomoda um pouco, porque parece que o Ministério da Fazenda e o Ministro estão dentro de um tanque de guerra, numa guerra gigantesca, com uma infantaria medieval mal armada, mandando ir para frente, mandando sair de casa, mandando recuperar a economia, e a pessoa, dentro de um tanque de guerra, dizendo "estamos vencendo a guerra", mas as infantarias estão morrendo, sendo dizimadas pelo vírus. Essa me parece uma caricatura um pouco difícil de imaginar aqui.

Na verdade, é o mesmo vírus. Cepas eram esperadas já, com todos os vírus é assim. Tanto que esse era o SARS-CoV-19; há o 20, o 21, sempre haverá novos vírus. O importante é que as medidas sanitárias são as mesmas. De lá para cá, elas foram desrespeitadas, foram ridicularizadas, foram menosprezadas, talvez não pelo Ministro Paulo Guedes, que, com certeza, está aí reafirmando que tem juízo, mas por outros do Governo com certeza – e com muita influência, inclusive o próprio Presidente da República e seus filhos, enfim, a *entourage* do Presidente. É quase como uma guerra ideológica: só porque o petista usa máscara, eu vou tirar a máscara; porque o fulano do governo tal preconizou o isolamento social, eu vou dizer que não precisa. Então, esse processo, com certeza, não foi uma forma de guerrear, não foi uma vitória na primeira guerra e nem será na segunda, tanto que o próprio pessoal que fazia isso já percebeu e mudou de hábitos – vamos esperar que mude mais ainda.

As soluções são as mesmas: vacina e auxílio emergencial, que é um auxílio indenizatório, não é um programa social – e aí quero falar da segunda coisa que me incomoda, que é essa denominação.

Peço, Senador Confúcio, tempo extra, por favor, porque esta reflexão é importante.

Todos nós estamos caindo nessa retórica do invisível. O que é esse negócio de invisível? Este Governo diz que descobriu os invisíveis e que tratou dos invisíveis, e aí quero fazer uma ponte para essa história do auxílio emergencial.

O auxílio emergencial, o Ministro sabe disso, é indenizatório. Todos os países, todos, todos os países do mundo, principalmente as economias mais avançadas, estão usando o auxílio emergencial, mas é indenizatório, é para as pessoas desacelerarem, as que podem trabalhar menos, as que podem ficar em casa e trabalhar remotamente.

O invisível a que se refere o Ministro são trabalhadores informais, que realmente estão por aí; eles não foram descobertos por esse Governo, não. Acontece que, de 2003 a 2014, quando a maior parte dos que hoje falam isso dizia que o Governo dava dinheiro para pobre através do Bolsa Família, para esses outros que não se enquadravam no Bolsa Família por serem informais, o País criou 20 milhões de empregos. O salário mínimo subiu 77% acima da inflação. Isso é forma de inclusão social; não é transformar agora um auxílio emergencial, que é indenizatório, em um programa social, como se as pessoas mais insensíveis, de repente, tivessem descoberto... Talvez, alguns aí realmente tenham descoberto os invisíveis agora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, me incomoda a denominação "invisível". Sabe por que, Ministro? Porque me lembra aquela denominação das castas indianas dos intocáveis. Essas pessoas são pessoas que estão no desemprego ou que estão na informalidade, fazem parte do número que vai chegar a 30 milhões de pessoas subutilizadas por questão de gestão econômica do País. É diferente do auxiliado por Bolsa Família, do auxiliado por Minha Casa, Minha Vida. É diferente do programa social; isso é um programa indenizatório, como estou dizendo.

As duas perguntas que eu tenho são sobre saúde, recursos para a saúde, porque nós vamos para a sessão do Congresso sobre Orçamento. Os recursos do SUS tiveram redução de R\$36 bilhões, de 2020 para 2021. Como é que a gente vai garantir recursos adicionais para o SUS diante dessa segunda guerra que está posta aí, que é mais severa, provavelmente vai demandar muitos novos investimentos? Como a gente vai fazer face às questões de oxigênio, medicamento de UTI, manutenção e ampliação de leitos, EPIs e outras que nós já estamos vendo que estão em crise?

E a segunda – o Senador Confúcio certamente apreciará – diz respeito aos orçamentos das universidades. Nós já tivemos reduções: em 2020, foram suprimidos 8,64% em relação a 2019, quer dizer, isso não é uma questão pandêmica, é uma tendência do Governo, R\$6 bilhões para R\$5,5 bilhões. E agora temos um novo corte de 20%, quase 20% – para ser exato, 18,2% –, representando mais de R\$1 bilhão a menos em comparação com o ano passado. Como é que a gente imagina fazer para recompor, pelo menos, esse bilhão para que o Orçamento tenha no mínimo o valor de 2020, Ministro Paulo Guedes?

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Muito obrigado, Senador Jean Paul.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpellar.) – Sr. Ministro, na verdade, eu estou pedindo a réplica porque o senhor não me respondeu. Ao senhor, todas as vezes que já veio a esta Comissão no ano passado, eu perguntei: qual o plano de geração de emprego e renda que o senhor tem para o País? Mas o que o senhor apresentou para o povo brasileiro até hoje foi venda do patrimônio – e não são empresas que estão dando prejuízo, não, Ministro; o senhor está vendendo patrimônio do povo brasileiro de empresas superavitárias, como o senhor está apresentando aí para vender a Eletrobras – e ajustes fiscais.

Eu não estou aqui discutindo, porque minha formação é médica mesmo, mas a verdade é que em dezembro de 2019 a gente já tinha 13,5 milhões na extrema pobreza. A pandemia veio agravar isso. E a gente sabe que a concentração de renda... Quem está tendo lucro neste País são os bancos, Ministro! E o senhor me prometeu, na reunião anterior, que ia haver um levantamento da remuneração das sobras de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

caixa dos bancos. E outra coisa: onde o senhor está colocando os recursos da venda das empresas brasileiras?

Na verdade, Ministro, o senhor me desculpe, mas o que menos preocupa esse Governo, de que o senhor faz parte e é decisivo nessas decisões todas que o senhor está dando a entender que é o Congresso, tudo... A gente está aqui sempre ajudando. E eu não sou tão antiga, não, viu, Ministro? Eu só tenho um mandato de Deputada e agora o primeiro de Senadora, mas estou vendo o suficiente para dizer: não existe um plano para geração de emprego e renda. Quando a pandemia passar, com 300 mil mortos, com essa democracia "virtuosa" que o senhor está mostrando aí para o nosso povo... É muita morte. É muita morte, Ministro! E eu não estou vendo... E sabe o que está acontecendo? O senhor diz que eles querem ganhar dinheiro? Querem, porque o senhor deixou 90 dias sem auxílio emergencial, nem com esses 250, 150 que o senhor está oferecendo.

E outra coisa, a inflação já bateu na porta, uma inflação grave: alimentação, gás de cozinha... O povo já está pagando um preço muito caro, Ministro. E a minha pergunta continua.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Zenaide.

Ministro Paulo Guedes, nós terminamos os inscritos. O senhor pode responder aos três.

E aqui não posso deixar de prestigiar os internautas. Há muitas perguntas, mas vou selecionar só uma para o senhor. Vou citar o nome dos internautas e os Estados e cidades em que moram.

Com a palavra o Ministro Paulo Guedes.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio.

Talvez eu deva começar pelo final, pela Senadora Zenaide, porque aí eu consigo, inclusive, responder ao Senador Oriovisto também nas perguntas dele, que são bastante técnicas. Naturalmente a posição da Senadora Zenaide é mais política, eu compreendo, está tudo certo.

Ela pede um plano de emprego e renda, não é? E, como a nossa proposta é uma economia de mercado, eu tenho que dar os exemplos extremos. Possivelmente Cuba e Venezuela tenham planos muito detalhados de empregamento. É o caminho da miséria. A Argentina, por exemplo, deve estar fazendo planos bastante detalhados também de emprego e renda. Agora, eu gostaria de saber qual é o plano de emprego e renda que os Estados Unidos têm. Ou, por exemplo, a Alemanha, se tem um plano de emprego e renda. Não estou falando da pandemia, estou falando de uma economia de mercado.

Então isso vem basicamente de uma diferença de visão. Eu acho que o ponto de vista da Senadora esteve presente no Brasil durante 30 anos. Eles foram eleitos 30 anos seguidos e tiveram planos de emprego e renda. O interessante é que esses 40 milhões de invisíveis não foram absorvidos. Como disse o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso Senador Jean Paul, corretamente, é da gestão econômica que aparece ou não essa massa de desempregados. Se você tem toda uma legislação hostil, inadequada, impostos altos, juros – o império dos rentistas – de dois dígitos, como todas essas administrações passadas pagaram – o paraíso dos banqueiros, o paraíso dos rentistas –, o cidadão comum é excluído dos mercados formais, é esquecido, fica invisível pela incompetência dos governos de criar um ambiente favorável aos investimentos.

Então, não é um acidente que o Brasil, que foi uma das economias que mais cresceram no mundo, durante 30, 40 anos, no século passado, e crescia 7%, 7,5%; a maior colônia de japoneses fora do Japão, a segunda maior colônia de italianos fora da Itália, a terceira maior colônia... Todo mundo vinha para o Brasil, porque o Brasil criava emprego. E curiosamente ele não tinha grandes planos de emprego e renda, não; ele era uma economia de mercado: os imigrantes chegaram, e as grandes indústrias se instalaram no Sul, em Caxias do Sul, se instalaram no Rio Grande do Sul, depois em Santa Catarina, depois no Paraná; depois eles marcharam para o Centro-Oeste e viraram agricultores, quer dizer, são economias de mercado. Enquanto o Brasil estava cheio de planos, como o PAC, esses planos todos, nós fomos para a catástrofe: o Brasil caiu 3,5% de PIB num ano; 3,5% no PIB no ano seguinte; 3 milhões de empregos destruídos – cheio de planos, muitos planos, pouco emprego e destruição de renda.

Voltando ao Senador Oriovisto, com as perguntas mais técnicas, eu agradeço primeiro as generosas palavras, dizendo que a admiração é recíproca desde o nosso contato lá também... Eu já o conhecia do ponto de vista de empreendedor. Melhorando o ensino básico no Brasil, educou milhares e milhares de jovens pelo Brasil inteiro com muita capacidade, tinha uma das maiores empresas de ensino básico do Brasil. E depois aqui, justamente quando o senhor foi Relator ou foi Presidente da Comissão, eu vi a sua capacidade analítica também. E corretamente o Senador apontava: "Olha, essa dívida/PIB está subindo e vai continuar subindo, não vejo muito jeito de mudar isso daí. E quando é que nós vamos gerar um superávit?". E eu concordo com a sua análise; por isso é que eu não me fixei tanto na geração de superávit, porque, como você está numa economia com baixíssimo crescimento... Caiu 3,5% em 2015; caiu 3,5% em 2016; nos dois anos do Temer, cresceu só 1,3%; no nosso primeiro ano, cresceu só 1,3%; e agora, com a pandemia, caiu 4%. Quando você está num ambiente desse, você não pode aumentar os impostos. É um crime contra a população brasileira, contra os empresários, contra os trabalhadores você aumentar impostos no meio de uma catástrofe dessa.

Então, como eu sabia... Eu não esperava a Covid de jeito nenhum, mas eu sabia que ia haver um baixo crescimento por algum tempo, como resultado de anos e anos de impostos altos, juros altos, muita burocracia, políticas econômicas e macroeconômicas equivocadas, endividamento em bola de neve, economia fechada. Como nós tínhamos todos esses problemas, eu sabia que não íamos consertar em termos de fluxos. Então, nós conseguimos derrubar a dívida/PIB no primeiro ano. Se o senhor observar, caiu de 76,4 para 75,4 no primeiro ano, justamente com desinvestimentos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Juntando também com a preocupação da Senadora Zenaide quanto ao auxílio emergencial e ao patrimônio do povo brasileiro, o problema é que houve administrações que confundiram o patrimônio do povo brasileiro com o patrimônio de partido. E aí houve um desastre, uma catástrofe, uma corrupção generalizada... Houve um problema sério no Brasil, porque uma coisa é você... Se o patrimônio é do povo brasileiro, na minha proposta – e eu espero que a Senadora Zenaide nos apoie –, nós vamos criar o Fundo Brasil: nós vamos pegar a riqueza que o Brasil tem e vamos permitir, vamos compartilhar com os mais pobres. Vamos permitir isso, Senador Oriovisto, também: a sua preocupação com a dívida/PIB de um lado, e a preocupação da Senadora Zenaide com a miséria do povo brasileiro do outro. Vamos fazer o seguinte: vamos pegar o patrimônio que o Estado brasileiro tem e vamos entregar uma parte para os mais pobres e outra parte para reduzir a dívida. Vamos aliviar as gerações futuras, de um lado, garantindo justamente que nós liquidemos uma parte dessa dívida, e, por outro lado, vamos ajudar os pobres contemporâneos nossos. Vamos pegar esse patrimônio e, em vez de ele ficar participando de maracutaia, de aparelhamento político, de caixa dois, de corrupção, vamos pegar esse patrimônio e vamos dar para os mais pobres.

Fundo Brasil: vamos pagar dividendos sociais para os mais frágeis. Eu tenho certeza de que a Senadora Zenaide vai nos apoiar, porque, em vez de ganharem R\$200, os mais pobres poderiam receber R\$300, R\$350, R\$600. Não há só os prejuízos das estatais independentes, mas há também o lucro da participação nas estatais que nós temos em várias empresas. E elas dão lucro. Por que eu não pego uma parte desse lucro e não pago em dividendos sociais, justamente para os mais frágeis? Recebemos R\$26 bilhões de dividendos todo ano. Por que a gente não ajuda os mais pobres? Se o Bolsa Família são R\$30 bilhões, olha só o quanto a gente podia dar para os mais pobres!

Mas eu acho que há políticos que preferem ficar com esses recursos sob administração própria, deles. E, em nome da defesa do pobre brasileiro, eles, na verdade, usam os recursos de outra forma. Por que nós não damos esse dinheiro? Aprendemos a lição da pandemia do ano passado: vamos dar dinheiro na veia para os pobres! Nós não precisamos de tantos intermediários, nós não precisamos de tanta gente fingindo que está ajudando os pobres, sendo que, na verdade, nós poderíamos ajudá-los como fizemos no ano passado. Aliás, foi a social-democracia brasileira que incluiu os mais frágeis nos orçamentos públicos. Isso é meritório, eu elogio. O Bolsa Família, do PT, foi um belíssimo programa; o Bolsa Escola, anterior, do PSDB, foi um belíssimo programa. Por que nós não aperfeiçoamos esse programa e colocamos esse patrimônio público nas mãos dos mais fracos, em vez de a serviço da classe política? Vamos fazer isso, vamos trabalhar juntos para fazer isso, está certo?!

E as questões do Senador Jean Paul também são muito pertinentes, muito pertinentes. Primeiro, realmente, quando se fala de uma guerra ou de duas guerras, pode ter sido mesmo uma ilusão – o Senador Jean Paul pode estar certo nisso –, porque tudo indicava... As mortes eram 1,1 mil, 1,2 mil, 1,3 mil; de repente, caem para 900, 800, 700, 600, 300, 240. Dava a impressão, realmente, de que a saúde estava se recuperando; de que estávamos, de alguma forma, atingindo ou imunidade, ou tínhamos nos cuidado bem,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou alguma coisa. A doença é desconhecida, e nós não sabemos exatamente como ela se comporta. Pode haver duas, três, quatro, cinco ondas; agora pode ser que a gente tenha que vacinar todo ano. Nós não sabemos!

Então, quando retrospectivamente você olha, fica tudo claro, e as críticas são mais fáceis, mas, no momento em que você estava lá, com a economia voltando... E sem descaso nenhum aos mais frágeis. Não dá para argumentar que "Ah, foi por descaso com os mais frágeis que a economia voltou". Não foi! Foi exatamente digitalizando 64 milhões de mais frágeis; 75% do auxílio emergencial atingiram os cinco decis mais baixos. Foi um programa altamente focalizado, por mais defeitos que tenha tido. Na verdade, quando o IBGE fez toda a análise, disse que 75% foram para os 50% de brasileiros mais frágeis; foram eles que receberam esses recursos. E foi no meio de uma confusão, de um caos. Havia gente nos Estados Unidos recebendo cheque agora, por correio, quando, na verdade, nós digitalizamos e pagamos mês a mês a esses 64 milhões de brasileiros.

Agora, realmente, olhando hoje, a economia voltou – isso não é uma ilusão; é negacionismo dizer que não voltou, porque ela voltou. É negacionismo! Se a gente acredita em ciência, existem ciências econômicas. Os programas foram feitos; é um fato que 15 milhões de empregos foram mantidos, pois nós temos o CPF de cada um deles, e eles são mantidos; e, da mesma forma, o PIB voltou – são dados também. Agora, dito isso, pode ser que seja uma guerra sem fim, pode ser que isso continue até o fim dos tempos, e nós vacinando. E vamos em frente. Estaremos juntos nesse combate, Senador Jean Paul.

A outra observação sua também foi quanto aos recursos orçamentários. O senhor sabe que eu defendo, desde o dia em que cheguei aqui, o empoderamento da classe política. A essência da política é decidir o uso dos recursos. Eu defendo, desde o dia em que pisei aqui, que os senhores assumam o controle do orçamento, que os senhores decidam para onde vão esses recursos. Esses recursos hoje estão todos carimbados. Como eu disse, há usos que estão completamente inadequados: há 20 milhões de empoçamento todo ano. Faltou dinheiro da saúde por um lado e, por outro lado, só se podia usar... Isso foi uma queixa. Até o Ministro Sergio Moro, quando chegou aqui, havia 1 bilhão sobrando para fundo penitenciário, e o dinheiro só podia ser usado para fazer penitenciária; e, do outro lado, estava faltando dinheiro, por exemplo, em segurança pública, que ele mesmo queria usar. Então, sobrava para fazer presídio e faltava para a segurança. Isso dentro de um mesmo ministério; agora, imaginem dentro de um Governo inteiro.

Então, eu concordo que é um absurdo faltar recurso para a saúde ou para a educação, mas, estando os recursos todos carimbados, nós vivemos uma realidade cruel, que é: como a política ainda não assumiu o comando dos orçamentos, vai tudo subindo; está tudo indexado, vai tudo subindo e comprimindo o Governo contra o teto. Então, todos reclamam: os setores reclamam recursos, o próprio Governo reclama de recursos, todo mundo reclama. E, na verdade, cada vez há menor espaço para a política; o espaço discricionário é cada vez menor.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos que ter a coragem de assumir o controle dos orçamentos. A população vota no Senado, vota na Câmara para que os senhores decidam para onde vão os recursos. E hoje os senhores decidem menos de 4% de destinação desses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Perfeito, Ministro Paulo Guedes.

Nós estamos caminhando para o final da nossa audiência. Temos ainda a Senadora Rose de Freitas, que se inscreveu agora; temos também as perguntas dos internautas, que logo depois farei a V. Exa.; e, ao final, o Senador Wellington fará o fechamento da nossa audiência pública.

Então, com a palavra a Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Para interpelar.)
– Quero primeiro saudar o Presidente da Comissão e saudar o Ministro Paulo Guedes. Eu o considero tudo: o caminho e a boia de salvação; tudo que o Brasil tem hoje, em síntese, para discutir a economia e todas as propostas alternativas. Já estivemos muito mais próximos, ajudando a encaminhar propostas relativas às reformas.

Mas, Ministro, quero lhe dizer o seguinte: eu só me habilitei a falar um minuto apenas porque estava ouvindo o debate sobre as ferrovias e participando dele. Sobre o empoderamento da classe política, saiba o senhor que, com alívio, eu digo o seguinte: hoje é tudo diferente em relação ao que foi no passado. O orçamento – está aí o Valderi, que pode ser testemunha disso – era uma peça alucinante, tanto surreal quanto ousado para investimentos que não levavam a lugar nenhum, atendendo apenas a critérios políticos, que, enfim, e graças a Deus, estão se exaurindo. Acho que empoderar a classe política é isto: assumir a responsabilidade, como o senhor tem falado sempre. A classe política tem que assumir o orçamento, ter o controle, com a responsabilidade que a sociedade exige a cada dia que passa. Eu, às vezes, nem me incomodava mais, porque a angústia chegava a tal ponto que a gente já não sabia o que era para priorizar neste País para debelar essa pandemia, a fim de que o senhor pudesse noticiar exatamente isto: a permanência de 11 milhões de empregos, o respiro que o Brasil está tendo em não ver um PIB debelado.

Então, eu apenas quero dizer o seguinte: está mudando tudo. E, nessa mudança – está mudando mesmo, politicamente está mudando –, não cabe aventura, não cabe irresponsabilidade, não cabe um olhar distanciado da verdade: que o Brasil está frequentando a página mais dramática que eu já vi um país como o nosso frequentar ao longo dos outros mandatos, que são os óbitos, a falta de recursos, com recursos em outra área, mas faltando até para o *kit* que permite entubar pessoas, que estão morrendo no caminho quando se tenta entubar sem o medicamento. Muitas vezes se perde uma vida por faltar coisas essenciais.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria apenas lhe dar um abraço, dizer que pode contar comigo enquanto estiver nessa caminhada, para a gente discutir, aprofundar, segurar no paletó de um companheiro e dizer que o trabalho que esta Comissão está fazendo é muito importante. Eu acho que ela tem que estar entrosada permanentemente com a economia, de onde se pode sinalizar que nós podemos... E acho que o senhor tem uma liderança política – política! – para tratar da saída que é hoje a única, a essencial, a determinante, que é a vacinação, uma emergência para saúde e...

Ex-Governador Confúcio, sabe que eu sou taquígrafa, né? Mas aprendi... Só quero lhe dizer, terminando, que estou junto. Esse trabalho desta Comissão é importante. E o seu trabalho conosco vai nos ajudar a encaminhar saídas para essa pandemia toda, com esse comitê que está formado, que é muito importante.

Muito obrigada, Presidente, pela oportunidade.

Um abraço, Ministro. Conte comigo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senadora Rose.

Vamos agora passar a palavra, para as considerações e alguma indagação, ao Senador Wellington Fagundes. *(Pausa.)*

Wellington Fagundes, por favor. *(Pausa.)*

Senador Wellington? *(Pausa.)*

Senador Wellington? *(Pausa.)*

Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – V. Exa. tinha dito que o senhor ia fazer as perguntas primeiro, né?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Não, pode fazer. Depois eu faço. São só as dos internautas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Tudo bem.

Já finalizando esta reunião, Ministro, eu acho que foi uma excelente reunião. E queria aqui, como Vice-Presidente da Frente Parlamentar Municipalista, em defesa do municipalismo, lembrar também que o Governo Federal transferiu 420 bilhões diretamente para Estados e Municípios – é muito recurso. Eu gostaria que V. Exa. fizesse um comentário sobre isso, como é a real situação, hoje, de Estados e Municípios brasileiros, porque foi feita também a rolagem das dívidas dos Estados e de alguns





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Municípios, acho que de Municípios maiores. Então, seria importante, porque a população também pergunta muito: aonde está indo o dinheiro? Como é que está sendo aplicado esse dinheiro?

O senhor falou também da capacidade de aplicação dos recursos. O senhor tem, hoje, o volume de recursos que está parado na conta de Estados e Municípios, de transferências, de convênios não executados? Eu acho que seria importante também que o senhor pudesse colocar isso e o volume de obras inacabadas, às vezes, pela burocracia que hoje temos ainda no Brasil. Eu estive no FNDE e, para mim, foi um escândalo ver que temos quase 3 mil creches inacabadas no Brasil. Uma obra inacabada, eu sempre tenho dito, não serve para nada, porque é dinheiro público aplicado, mas que a população que paga imposto não está utilizando. Isso é uma herança, eu sei que não é uma coisa de hoje.

Inclusive, o senhor falou também da capacidade do Ministro Tarcísio de executar. Nós, que somos do Centro-Oeste, a Região mais produtora – também a balança comercial brasileira tem sido muito ajudada pelo agronegócio... Eu tenho cobrado, inclusive como Presidente da Frente Parlamentar de Infraestrutura também, mais investimentos em infraestrutura, porque todo país que retomou seu desenvolvimento o fez através da infraestrutura. Então, eu gostaria que, se possível, o senhor fizesse um comentário sobre isso, porque o Ministro Tarcísio tem sido muito competente, mas eu acho que tem faltado muito recurso, principalmente para o Dnit, para a área de manutenção. E a minha preocupação é com a volta da Operação Tapa-Buracos, porque eu acho que essa, sim, desmoraliza qualquer Governo, além de enterrar o desenvolvimento, a economia. Porque hoje, por exemplo: o Mato Grosso, mesmo na pandemia, aumentou a sua produção, houve também aumento de produtividade. Eu acho que isso é demasiadamente importante. Inclusive, na segunda-feira, nessa reunião que vamos ter na Comissão, nós estamos dizendo que, inclusive, o parque instalado, o agronegócio pode ajudar muito também na saúde, além de produzir alimento para a cesta básica do brasileiro.

Aqui o Senador Izalci falou da questão da área do turismo, serviço, comércio. E eu quero pedir, Ministro... Eu já falei da Sudepe, mas aqui falo dos fundos todos, principalmente do FCO, para atender à Região Centro-Oeste. Queria que V. Exa. pedisse ou até determinasse que o Conselho pudesse fazer uma pauta extraordinária para a semana que vem sobre esse termo da prorrogação do setor do comércio, serviço, turismo e, ainda, rural. Isso já está pronto, mas tem que ser pautado. Então, eu gostaria de pedir a V. Exa. também essa determinação.

E ainda, Sr. Ministro, há um PLP também que nós discutimos muito lá no Ministério da Economia – é da minha autoria esse PLP, que já foi aprovado no Senado e na Câmara anteontem, esta semana foi aprovado –, projeto que é fruto de um trabalho conjunto das novíssimas universidades com o Ministério da Educação, juntamente com a Ebserh. Esse projeto é o seguinte: permite que as novíssimas universidades possam alocar os cargos – não é contratação de novos, não; é só para alocar os cargos – de Vice-Reitor, da Pró-Reitoria, os cargos para o funcionamento pleno das universidades. Então, não tem praticamente impacto financeiro. E também no mesmo projeto autoriza-se a contratação pela Ebserh,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelos hospitais universitários do Brasil, do último concurso. É uma excepcionalidade, mas que vai representar, neste momento de pandemia – inclusive, todos os Parlamentares falaram na mesma linha –, a oportunidade de mais pesquisa, mais ensino e mais atendimento nos hospitais universitários do Brasil, que prestam um serviço relevante, Ministro. Então, eu queria pedir o apoio de V. Exa., para conversar com a equipe técnica, porque já está aprovado – foi aprovado anteontem na Câmara dos Deputados. Isso pode ser uma ajuda muito grande para o Brasil neste momento. Os hospitais universitários desempenharam um papel muito grande, inclusive agora, nessa questão dos laboratórios da Covid, em pesquisa, ciência, enfim, junto com as universidades.

No mais, eu quero agradecer imensamente, Presidente Confúcio. Acho que estamos procurando o caminho, e a função da nossa Comissão é exatamente ouvir as autoridades.

E aí, Ministro, se V. Exa. também tiver alguma sugestão de projeto legislativo para a própria Comissão, para ter iniciativa na ajuda à nossa economia, nós estamos prontos para isso. Além das críticas que temos que fazer – nenhum governo é perfeito –, temos que procurar ações conjuntas.

Senador Confúcio Moura, eu me sinto muito satisfeito, feliz por estarmos aqui hoje trabalhando, nesta manhã, e, com certeza, com resultado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington.

Muito bem, Sr. Ministro, eu selecionei apenas cinco internautas, mas somente uma pergunta. Uma é do Estado da Bahia. Pergunta o seguinte – pode anotar o nome dele, por favor? – o Átila Santos: "Por que o orçamento da defesa cresceu tanto em detrimento do orçamento da saúde? Esta é a prioridade agora?". E ele também fala, está aqui, que as demais carreiras não terão aumento de salário, mas, para as Forças Armadas, há R\$7,1 bilhões para aumento de salário, este ano, previsto no orçamento. Dos outros, só vou registrar o nome: Luís Lago, de São Paulo; Thaysa Graciana, do Rio de Janeiro; Jorge Biazoto, do Paraná; e Adriana Araújo, do Estado de São Paulo. Todas as demais perguntas já foram respondidas.

Sr. Ministro, aqui eu sempre falei para o senhor, o senhor já me conhece, que eu sou muito preocupado com o aluno, com as escolas, com a educação básica. No ano passado, ficamos sem escola, sem aulas presenciais – e este ano, vamos no mesmo caminho –, e o que se fala é do ensino híbrido, mas nós temos uma parcela de 20% a 25% de alunos que não têm equipamento nenhum nem internet. Então, essa massa de jovens estudantes do ensino médio e até do ensino básico, sem meios de assistir aulas, vão caminhar para um abandono, consequentemente um aumento da desigualdade, pobreza e um dano geracional imprevisível para o futuro.

Outra pergunta – que não é nem minha, veio de um debate no Senado, esta semana, de autoria da Senadora Kátia Abreu – é referente a uma moção sobre as vacinas. Ela elaborou a moção, o Plenário aprovou. E ela conclama ao seguinte: que nós precisamos de 100 milhões de doses de vacinas no mês de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

abril, juntamente com as vacinas já planejadas para serem entregues, o que daria para imunizar 80 milhões de brasileiros, os prioritários e incluir outros grupos importantes, como policiais e também outros trabalhadores, o pessoal da segurança pública e assim vai; então, precisamos de 100 milhões. A luta dela foi um chamamento internacional para que nos vendessem os estoques de reserva que vários países têm. O Ministério da Economia poderia garantir ao Ministério da Saúde esse recurso, para fazermos como Israel: comprar pelo preço de mercado, pelo preço em que estiver na praça a vacina, para a imunização dos grupos prioritários, em torno de 80 milhões, no curtíssimo prazo, no mês de abril. Essa é a proposição aprovada pelo Plenário do Senado.

Basicamente são essas duas perguntas de minha autoria, sobre educação, sobre a questão da antecipação; são essas mesmo.

E, agora, V. Exa. está com a palavra para as respostas, para o encerramento da nossa audiência, porque, com a sua resposta, a gente vai partir para a formalidade do encerramento. V. Exa. está com a palavra.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Confúcio.

Eu quero agradecer também não só a gentileza, as gentis referências, mas também o apoio concreto que a Senadora Rose sempre nos deu. Ela fez várias conferências, trazendo grupos com problemas específicos: às vezes, era sobre educação; às vezes, era sobre crédito para a pequena e média empresa; às vezes, eram grandes empresas que poderiam ajudar. Ela sempre promoveu reuniões extremamente construtivas e sempre com o objetivo de nos ajudar. E o trabalho é esse mesmo. Como ela disse, nós estamos num tempo diferente e temos que nos ajudar.

Então, os senhores são representantes do povo brasileiro, os senhores têm as bases. Os problemas surgem lá embaixo, onde o Brasil vive. Isto era um pouco o nosso lema do federalismo, justamente reforçar a Federação brasileira. Como o Presidente sempre disse também, o povo vive na ponta, o povo está lá no Município, está lá no Estado. Em Brasília, a gente pensa, mas a execução tem que ser descentralizada, a ação das políticas públicas é descentralizada, como na própria saúde. Quer dizer, o Governo pode pensar na compra de vacina, no plano nacional de imunizações, como é que se produz, mas a implementação é com Estados e Municípios, é essa coordenação que tem que haver, e com os secretários de saúde estaduais. E na educação deveria ser igual.

Os parâmetros são decididos em Brasília, mas a implementação desce também para as escolas estaduais e municipais. A gente pensa o Brasil em Brasília, mas onde o povo vive e onde se dá a execução é na Federação, nos Estados e Municípios.

Então, eu agradeço muito a ela sempre essas referências, esse apoio que ela deu.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estendendo a pergunta que ficou para o nosso Senador Oriovisto, que também sempre nos ajuda muito, digo que nós estamos devendo mesmo essa lei complementar. Vamos mandar essa lei complementar.

A gente pode fazer um trabalho muito importante, que responde também à Senadora Zenaide e a todo mundo que antes também falou sobre o auxílio emergencial, que é o seguinte... Imaginem que nós tenhamos esse Fundo Brasil, que nós separemos lá os ativos que dão retorno ou os que vão ser vendidos e coloquemos isso nesse Fundo Brasil. Podemos fazer o seguinte: o que for mantido sob o Estado, esses dividendos, uma parte disso... Eu tenho já uma proposta interessante para nós, ao nos sentarmos, elaborarmos. Mas uma parte disso pode justamente ajudar o Renda Brasil, pode complementar, para poder permitir um programa mais robusto, um programa social mais robusto. Então, além dessa camada que já está garantida, esses dividendos, vendas eventuais de empresas estatais... Isso faz com que o povo sinta que as estatais são dele. Isso é patrimônio do povo brasileiro. Já está na hora de isso chegar ao povo brasileiro direto, sem intermediários. O dinheiro tem de chegar aos mais pobres. Então, vamos robustecer os programas sociais com isso. Vamos supor que isso fosse um terço. Outro terço pode ir para investimentos em infraestrutura, recursos hídricos etc., para fazer essa retomada do crescimento, como pede o Senador Wellington, por exemplo. Vamos trabalhar com a infraestrutura. Outro terço pode ser parte do nosso compromisso com as gerações futuras. Nós não podemos simplesmente vender ativos sem abater dívida. Nós temos que abater dívida também, não é? E cabe até, em vez de se dividir em um terço, um terço e um terço, dividir em um quarto. Para fortalecer ainda mais a Federação, podemos dizer: "Olha, será um quarto, um quarto, um quarto, um quarto".

Botamos aí também a renegociação de dívida de Estados, porque há multa, há juros altos. Nesses últimos 20 anos, 30 anos, nós tivemos juros de dois dígitos. Então, a dívida estadual cresceu brutalmente. Com uma renegociação... Se fosse para o setor privado, haveria o que nós chamamos de... No setor privado, quando quebra uma empresa e quando você vai renegociar a dívida, você a renegocia com um desconto. Então, hoje a dívida está grande, o Estado não consegue pagar, a União acaba dando aval para tudo. Pode ser interessante para a União trocar o aval por um desconto. Em vez de eu ficar dando aval o tempo inteiro, e o Estado não se ajusta, se o Estado quiser se ajustar, ele negocia uma redução de dívida, e a União tira o aval, e o Estado passa a ser responsável, então, porque ele já recebeu essa ajuda de renegociação de dívida.

Então, tudo isso pode ser conversado, pode ser equacionado. E, na regulamentação daqueles artigos de que o Senador Oriovisto disse, nós, então, assumimos este compromisso: toda vez que se vender isso, vai para a redução. Eu acho que não dá mais para esperar gerar o superávit operacional. Ele vai acontecer. Nós vamos gerar esse superávit primário já, já. Se a economia brasileira crescer 3%, 3,5%... Como o déficit era de 2% e no primeiro ano nós o reduzimos para 1%, e como a economia estava crescendo só 1,3%, se ela crescer 3%, esse déficit vai desaparecer. Esse déficit primário vai desaparecer e vai aparecer um pequeno superávit. Só que isso leva tempo, e nós temos que começar a reduzir a dívida/PIB já. Então,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso é compatível como um programa que acelera as privatizações, começa a vender ativos mais rapidamente, reduz dívida mais rapidamente e, ao mesmo tempo, reforça os programas sociais. Já que isso pertence ao povo, vamos devolver recursos para população brasileira também.

Nós podemos fazer um programa de erradicação... Imaginem alguém que está recebendo aí R\$200, R\$300 de bolsa-família e no final do ano, de repente, recebe R\$40 mil reais: o que é isso? Dividendos da Caixa Econômica, dividendos do Banco do Brasil, dividendos do BNDES, mais a venda de duas ou três grandes estatais. Isso aí é um salto patrimonial para um povo simples que jamais sonhou com isso.

Então, nós estamos modernizando o Estado brasileiro, aumentando a qualidade das políticas públicas, nos livrando de ativos que hoje dão prejuízo para a população, estimulando os investimentos privados com esse novo horizonte de cabotagem, gás natural, petróleo, saneamento, todas essas modernizações de marco que nós estamos fazendo, que os senhores estão fazendo – os senhores estão aprovando isso. Então, nós temos que aprofundar esse trabalho juntos.

O Senador Wellington Fagundes falou também de nós falarmos um pouco do que foi feito... O Waldery vai me seguir aí, e eu agradeço muito ao Senador Confúcio porque, com ele, na Comissão Mista, nós criamos essa prática de a cada 30 dias ir eu, a cada 30 dias ir o Waldery; nós vamos alternando, e nós podemos esclarecer e trabalhar juntos nisso.

Então, o que podemos fazer? A mesma prática agora com projetos novos. Como disse a Senadora Rose, nós temos que trabalhar juntos isso aí. Vamos trabalhando juntos, porque as ideias já existem, nós estamos juntos para fazer isso e temos os ativos para fazer isso acontecer. Nós não podemos ficar sentados em cima de ativos que estão apodrecendo. Nós estamos descobrindo coisas inacreditáveis aqui – um dia nós vamos conversar sobre isso, sobre este um trilhão de ativos. Na verdade, os dois últimos ocupantes da Secretaria de Desestatização confirmam que não é um trilhão: é 1,3 trilhão. E são ativos assim: ativos enormes no centro de São Paulo, no centro do Rio de Janeiro, no centro de Campinas, existem praias no Nordeste em áreas paradisíacas. De repente, vem um hotel internacional, constrói a sede lá e pinta o quartel da Marinha uma vez por ano como pagamento. É ridículo, é má gestão, são recursos públicos, é dinheiro nosso que está sendo mal usado, e nós pagando uma dívida pública enorme para carregar esses ativos que poderiam estar próximos do povo. Vende-se isso e entrega-se o dinheiro para o povo. Imaginem os dividendos sociais no final do ano: de repente, dar uma chuva de dinheiro no pessoal mais pobre, igual aos mais ricos, que recebem dividendos no final do ano e hoje não pagam impostos sobre dividendos – e nós vamos fazer os impostos sobre dividendos.

Então, nós temos muito trabalho à frente para fazer. Essa tragédia, é incalculável o que está custando para a população brasileira. Não tem preço isso porque são vidas; não há preço nisso. É uma tragédia, mas nós temos que mostrar a nossa resiliência, a nossa força, e, com firmeza e serenidade, enfrentar e superar essa crise. Nós vamos enfrentar e superar essa crise!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o projeto de compra de vacinas de que o Senador Confúcio falou, de comprar lá fora vacinas, vamos juntos, vamos tentar fazer isso, vamos colocar o setor privado, eles podem comprar sobras que existirem lá fora. Eu disse sobre isso e tenho amigos que já tomaram a segunda dose morando lá em Miami. O sujeito já tomou a segunda dose e falou: "olha, aqui está andando super rápido e vai sobrar vacina daqui a pouco". Então, vamos permitir que o setor privado vá lá e tente comprar. Vamos também via Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Economia. Vamos todo mundo. Vamos todo mundo lá para fora comprar vacina. Nós temos que trazer essas vacinas.

O projeto de educação a que o Senador Confúcio se referiu também é a mesma coisa: uma tragédia. Nós não podemos perder esses jovens. Eles estão hoje em casa, perdendo um ano, justamente os mais frágeis, que não têm equipamento, não têm condição de seguir. E às vezes estão em cômodos com seis, sete, oito pessoas confinadas lá, não conseguem ter a aula a distância. O ideal seria justamente vacinar professores. As crianças são mais resistentes, elas são mais imunes, elas poderiam estar voltando mais rapidamente para as aulas. Nós não podemos perder essa geração de crianças com um, dois, três anos sem aula. Uma solução tem que ser feita, com o Ministério da Educação, de Ciência e Tecnologia, a turma toda aí.

Recursos não faltam. Perguntou o Senador Confúcio: quanto custa isso? Ora, soltamos R\$20 bilhões. Quando a pandemia chegou, no primeiro dia em que foi conversado isso no Congresso – os senhores são testemunhas –, R\$5 bilhões. A classe política mesmo decidiu ali e alocou para o combate. No primeiro dia em que a pandemia foi comunicada ao Congresso, nós aprovamos R\$5 bilhões ali para a saúde. Eu me lembro de que foi o Senador Randolfe Rodrigues e o Deputado Alessandro Molon que levantaram e falaram: "olha, pega esse dinheiro que está aí, objeto de disputa política, e vamos botar isso na educação. Aí eu falei: "Vamos pegar esse dinheiro. Aceito a proposta da oposição, vamos pegar esses R\$5 bilhões e vamos entregar para o Mandetta". Foi o primeiro movimento nosso, no primeiro dia. Daí para a frente, foram R\$350 milhões, R\$400 milhões sob forma de antecipação, diferimento de impostos, antecipação de benefícios, rolagem de dívida – o principal.

Disso o nosso Senador Wellington fala do federalismo. Nunca o caixa de Estados e Municípios esteve tão alto. O Waldery vai estar aí com os senhores e vai passar esses dados no detalhe, o caixa de Estados e Municípios depois do repasse de quase R\$300 bilhões de auxílio emergencial. Foram R\$600 milhões ou R\$700 milhões usados contra a pandemia, mas 15% disso foi direto para Estados e Municípios, mais 5% de transferência fundo a fundo, mais 15% em programas de crédito, e metade disso foi auxílio emergencial. Mas nós temos esses dados no detalhe, quanto cada Estado recebeu, quanto cada Prefeitura recebeu, no detalhe. E temos o acompanhamento do caixa dos Estados e Municípios. Ora, nunca antes foi pago o décimo terceiro salário em dia, como foi pago desta vez. E também eu não vou condenar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso é que eu digo que, como disse o nosso Senador Jean Paul Prates, pode ter sido uma ilusão, mas uma ilusão que foi compartilhada por Estados e Municípios e pela classe política. Ora, se a classe política parou tudo até 2 de janeiro, quando houve a eleição do Presidente da Câmara e do Presidente do Senado... Estava tudo parado. Por quê? Todo mundo devia estar sob a impressão de que a doença tinha retrocedido. Se não, tinha que estar todo mundo trabalhando. No dia 1º e dia 2 de janeiro, em vez de pensar em política e eleição de Câmara, devia estar todo mundo fazendo o auxílio emergencial. Por que não fizeram? Porque estava também todo mundo sob a ilusão de que a doença tinha ido embora. Da mesma forma, os Prefeitos. Por que eles saíram pagando o décimo terceiro? Por que os Governadores saíram...? Porque eles estavam com um pico de caixa. Nunca tiveram tanto dinheiro em caixa. Aproveitaram para botar em dia décimo terceiro, isso tudo. A que eu posso atribuir isso? A má-fé? A desvio do dinheiro da saúde para o funcionalismo? Não, eu tenho que atribuir à ilusão que o Senador Jean Prates mencionou: talvez, com a ilusão de que tinha acabado a doença e todo mundo com o caixa alto, botaram em dia o décimo terceiro, fizeram outras despesas, desativaram os leitos dos hospitais de campanha. Algum Governador teria desativado de má-fé, porque não quer combater a doença? Ele deve ter sido vítima da ilusão que o Senador Jean Prates mencionou. Foi uma ilusão, todo mundo achou que a doença estava indo embora, desativaram os leitos de campanha e, aí, veio a nova cepa e nos pegou de novo.

Então, nós temos que estar juntos nesse combate, nós temos que vacinar em massa, aceleradamente. Realmente, nos próximos trinta a sessenta dias, é vacinação em massa, buscar vacina onde houver, vacinar, vacinar com o setor privado, vacinar com o setor público. Se o setor privado der vacinas, as primeiras vacinas, para a gente justamente imunizar as prioridades, os mais vulneráveis, os idosos, podemos dar, inclusive, isenção para as doações. Não se pode dar isenção para alguém rico ir lá fora comprar vacina e vacinar a sua família, aí não pode haver isenção, ele paga a sua vacina e tudo bem. Agora, os recursos públicos, para as doações; para todas as doações que acontecerem pode haver isenção. Então, se os bilionários e milionários brasileiros, fundos, todo mundo quiser ajudar, e tenho certeza de que vão ajudar, pode haver isenção para comprar vacina para doar para o povo brasileiro. Então, nós temos que estar juntos nessa batalha.

Eu agradeço muito a oportunidade de conversar com os senhores, tem sido sempre muito construtivo, é sempre muito bom, porque levantam-se aspectos sobre os quais, às vezes, podemos não ter pensando e, daqui, nós sempre desdobramos em mais contatos. Então, nós já temos esse fórum regular, ficou o dever de casa para o Waldery aparecer aí, na hora em que os senhores quiserem, para mostrar os repasses, Estado a Estado, Município a Município, e a situação de caixa de cada Estado e de cada Município.

Eu agradeço muito, Senador Confúcio, a sua condução dos trabalhos, sempre gentil, sempre construtiva, sempre respeitosa. Eu agradeço a todos os Senadores. Estou sempre à disposição, com muito orgulho e com muita vontade de ajudar a construir uma saída melhor para todos nós. Muito obrigado a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

todos e boa votação hoje à tarde. Tomara que aprovem o Orçamento para nós podermos já disparar o auxílio emergencial imediatamente e disparar a antecipação... Aliás, o auxílio já foi disparado, a antecipação de benefícios de aposentados e pensionistas é que pode ser disparada, são R\$50 bilhões que podem vir para agora, para ajudar também justamente os mais idosos nesta fase de recrudescimento da doença.

Muito obrigado a todos. Um abraço a todos.

Vamos juntos lutar pelo nosso País!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Ministro Paulo Guedes, pela honrosa presença prestigiando a nossa Comissão, que representa o Senado Federal – diferentemente do ano passado, quando era uma Comissão Mista criada por uma situação de calamidade, esta é uma Comissão do Senado para o acompanhamento da evolução da Covid-19 e suas consequências.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e convido-os para a próxima reunião, a realizar-se segunda-feira, dia 29 de março, às 9 horas, para ouvirmos os seguintes convidados a respeito do andamento de processos de autorização emergencial e definitiva, bem como da produção de vacinas contra a Covid no Brasil.

Essa audiência foi um pedido especial, um requerimento especial aprovado pelo Senador Wellington Fagundes, em que vamos discutir a possibilidade da produção nacional e urgente de vacinas aqui em Território brasileiro, com representante da Anvisa, representante do Ministério da Agricultura, representante do Ministério de Ciência e Tecnologia, representante da Diretoria do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, representante do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos de Saúde Animal.

Assim sendo, Sras. e Srs. Senadores, Ministro Paulo Guedes, eu declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos e boa tarde. Um grande abraço para todos. Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às nove horas e sete minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Ciro Nogueira, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Zenaide Maia e Randolfe Rodrigues, e ainda dos Senadores não membros Marcos do Val, Esperidião Amin, Carlos Fávaro, Vanderlan Cardoso, Tasso Jereissati, Soraya Thronicke e Elmano Férrer. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater sobre o andamento dos processos de autorização emergencial e definitiva, bem como da produção de vacinas contra a Covid-19 no Brasil, nos termos do Plano de Trabalho e dos Requerimentos nº 2 e 28/2021 - CTCOVID19. **Participantes:** MEIRUZE FREITAS, Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; MARCELO MARCO MORALES, Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; JOSÉ GUILHERME LEAL, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; EMÍLIO CARLOS SALANI, Vice-Presidente Executivo do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal; e THIAGO FERNANDES DA COSTA, Coordenador de Insumos do Departamento de Imunizações e Doenças Transmissíveis – DEIDT do Ministério da Saúde. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/03/29>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos os amigos, Senadores e Senadoras, a todos que estão ligados e assistindo a esta audiência pública.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus, à Covid-19, inclusive a situação fiscal, a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a esta pandemia.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater sobre o andamento dos processos de autorização emergencial e definitiva, bem como a produção de vacinas contra a Covid-19 no Brasil, nos termos do plano de trabalho aprovado e dos Requerimentos nºs 2 e 28 desta Comissão.

Quanto ao uso da palavra, eu esclareço que, para esta reunião remota, será feito de acordo com a inscrição através da função levantar a mão do aplicativo.

Após a fala inicial dos convidados, a ordem da palavra será primeiro ao Relator, em seguida ao Vice-Presidente, Senador Styvenson, aos titulares inscritos, aos suplentes e, por último, aos Senadores não membros desta Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo de Liderança poderão ser utilizados após a audiência com os convidados.

Já temos número para aprovar a ata.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 8ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a ata.

Estão presentes os seguintes convidados para esta audiência pública: Dra. Meiruze Freitas, Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Dr. Marcelo Marcos Morales, Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; José Guilherme Leal, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Thiago Fernandes da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Costa, Coordenador de Insumos do Departamento de Imunizações e Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde; Emilio Carlos Salani, Vice-Presidente Executivo do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal. São esses os convidados.

Antes de começarmos esta audiência, passo a palavra para uma breve comunicação e explicação dos objetivos desta audiência, além do que já li, ao Senador Wellington Fagundes, que gostaria de fazer um preâmbulo introdutório. A ele passo a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Bom dia a todos os que nos assistem, ao nosso Presidente Confúcio Moura; quero cumprimentar também os Senadores Elmano Férrer, Styvenson Valentim, Esperidião Amin, que sempre está presente às nossas reuniões, e também o Senador Izalci, e a todos.

Sr. Presidente, esta reunião é motivada pelo oferecimento dos setores mais modernos e dinâmicos da indústria farmacêutica, com a finalidade de se engajar aos esforços do Senado, nossa Casa, ao conjunto da Nação, para enfrentamento da pandemia da Covid-19.

Antes de mais nada, quero pedir licença para relembrar alguns pontos e assim melhor situar os meus ilustres colegas Senadores e todas as pessoas que Brasil afora acompanham os trabalhos desta Comissão Temporária pela televisão e pelas redes sociais.

Recentemente, em uma conversa longa com nosso companheiro Dr. Josélio Moura, ele, que é Presidente da Academia Brasileira de Medicina Veterinária, à qual tenho a honra também de pertencer, me informou da disponibilidade e do desejo de algumas das maiores empresas filiadas ao Sindan, Sindicato da Indústria de Produtos para Saúde Animal, de converter temporariamente suas gigantescas plantas para a produção de vacina contra o coronavírus.

Conforme um dos nossos expositores convidados, o Dr. Emilio Carlos Salani, Vice-Presidente Executivo do Sindan, que irá daqui a pouco detalhar isso, todas essas empresas atestam a excelência e a competitividade que a nossa indústria farmacêutica veterinária alcançou no mercado mundial, operando sob os mais exigentes critérios de biossegurança e rastreabilidade da OMS (Organização Mundial de Saúde) e organismos internacionais. E graças ao apoio prestado por elas, a pecuária comercial brasileira hoje é a número um em todo o nosso Planeta. Permita-me, rapidamente, ler o ofício assinado pelo Dr. Emílio e a mim encaminhado, com data de 22 do corrente.

Ao Senador Wellington Fagundes. Assunto: produção de vacina inativada contra a Covid-19. O Sindan (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal) vem, através desta, se posicionar quanto à possibilidade de produção de vacinas inativadas contra o coronavírus (Covid-19) nas plantas de produção de vacinas de saúde animal. Considerando que as vacinas inativadas contra o coronavírus são produzidas a partir de uma semente de trabalho (vírus vivo); a indústria de saúde animal possui três plantas com nível de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

biossegurança máxima (NB3+), com capacidade instalada para atender a demanda de vacinação em todo o País; a indústria veterinária domina a produção de vacinas inativadas partindo de uma semente de cultivo de células, ou seja, a célula mãe, de posse das informações recebidas pela indústria de saúde animal sobre o cultivo da inativação e preparo, a indústria de saúde animal tem a possibilidade de debater com as autoridades de saúde responsáveis, que são o MAPA, a Anvisa e também o Ministério da Saúde, a viabilidade de produção de vacinas humanas contra a Covid-19, proporcionando assim a produção local de um volume expressivo de vacinas para a população brasileira, dispensando também a necessidade de importação de IFAs produzidos no exterior e assim reduzindo a nossa dependência, possibilitando a produção de centenas de milhões de doses e garantindo, assim, a vacinação massiva da população. Atenciosamente, Emilio Carlos Salani, Vice-Presidente Executivo.

Com isso, Sr. Presidente, eu quero dizer da importância do acréscimo aos estoques de vacinas já encontrados pelo Ministério da Saúde em relativamente pouco tempo, dada a escala de produção em que essas indústrias estão habituadas a produzir. Segundo, a significativa redução ou mesmo a eliminação da atual dependência do Brasil em relação ao insumo básico, o IFA, todo importado – grandes bombonas que vêm nos aviões com fretes caríssimos.

Isso permitirá realizar mais cedo o maior sonho atual de todos os brasileiros, que é fazer com que as vacinas decolam das planilhas oficiais e aterrizem em todos os postos de saúde para aplicação no braço de todos os brasileiros. Vale lembrar, mais uma vez, que a indústria da proteção animal tem seu mercado consolidado aqui e no exterior, e, portanto, oferece seus préstimos ao País enquanto forem necessários para contribuir ao enfrentamento da pandemia. Veja bem, quero aqui repetir: eles estão oferecendo principalmente no gesto comunitário, enquanto for necessário.

Sr. Presidente, a partir dessa manifestação, agendei de imediato uma reunião com a Ministra Tereza Cristina no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Logo em seguida a esse encontro no MAPA, participei também de uma reunião com o Ministro Marcelo Queiroga no Ministério da Agricultura, um dia após ele assumir a Pasta. Estava junto o Deputado José Medeiros, de Mato Grosso, e de lá mesmo mandamos uma mensagem para o Presidente da República exatamente enviando esse documento do Sindan e o Presidente, imediatamente, durante a nossa audiência, já ligou para o Ministro pedindo uma atenção nisso que nós vamos discutir aqui agora, neste momento.

Isso tudo foi na sexta-feira. Lá, nessa audiência, também discutimos o problema sério da falta de oxigênio, principalmente no meu Estado de Mato Grosso – e eu aqui, com felicidade, quero dizer que ontem já chegaram dois aviões da Aeronáutica brasileira com oxigênio à cidade de Sinop para atender o meu Estado.

Por isso, quero aqui agradecer e cumprimentar todos que vão participar: a Dra. Meiruze Freitas, que é membro da Diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – aliás, nessa reunião no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Saúde também o Ministro convidou, e estava lá, o Dr. Barra, que é o Presidente da Anvisa, o nosso Almirante Barra –; o Dr. Guilherme Leal, Secretário de Defesa Agropecuária do MAPA, competentíssimo, um dos técnicos mais competentes do Brasil na área; e o Dr. Thiago Fernandes da Costa, Coordenador de Insumos do Departamento de Imunizações e Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde.

Eu quero aqui agradecer, então – eu não vou fazer agora as perguntas, vou voltar para o nosso Presidente Confúcio Moura –, a todos, em especial ao Sindan, na pessoa do Dr. Emílio, e também à Academia Brasileira de Medicina Veterinária, na pessoa do Dr. Josélio.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

Vamos iniciar, então, após a introdução e as explicações necessárias. Vamos passar a palavra aos convidados.

Em primeiro lugar usará da palavra, pelo tempo de 10 minutos, a Dra. Meiruze Freitas, da Anvisa.

A SRA. MEIRUZE FREITAS (Para expor.) – Bom dia!

Obrigada, Senador Confúcio, em cuja pessoa cumprimento todos os demais Senadores, os demais participantes desta audiência, que tratará de tema de alta importância, e os que acompanham esta audiência.

Na oportunidade também queria, mais uma vez, me solidarizar com o momento que o nosso País vive, em especial em relação às vítimas, aos profissionais de saúde, aos familiares e aos pacientes que se encontram nos leitos nos hospitais neste momento.

Senador Confúcio, permita-me compartilhar uma breve apresentação. Eu vou passá-la rapidamente, é só para dar o panorama da avaliação de vacinas aqui na Anvisa.

Eu preciso de um retorno, saber se ela já foi compartilhada. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Agorinha mesmo, Dra. Meiruze. Estamos em casa, e o controle é feito diretamente no Senado.

A senhora compartilha.

Pronto!

A SRA. MEIRUZE FREITAS – Está certo, muito obrigada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero só mais uma vez ressaltar que, nos caminhos de acesso às vacinas, a Anvisa atua com o único objetivo de analisar, autorizar e ampliar o acesso às vacinas contra a Covid-19, com qualidade, segurança e eficácia, para serem disponibilizadas à nossa população.

Uma visão geral do quadro de desenvolvimento de vacinas.

Uma vacina passa previamente por uma avaliação inicial de sua qualidade, as pesquisas. Ela passa por processo de estudos de avaliações não clínicas, passa depois por uma avaliação clínica, as famosas fases 1, 2 e 3, sobre as quais hoje é muito comum a mídia anunciar. A autoridade sanitária faz avaliação dos dados clínicos. Aqui eu peguei o fluxograma publicado pela agência europeia. Ela avalia tanto dados clínicos como escala de produção e segurança de uma vacina. É esse o panorama desde o desenvolvimento até aprovação regulatória e disponibilidade de uso de uma vacina.

Uma breve contextualização, quais são os caminhos da Anvisa para acesso à vacina. Inicialmente, existe a possibilidade, em momentos de pandemia, de um registro condicional. Quem solicita é uma empresa regularizada pela vigilância sanitária que tenha a autorização para importar medicamento ou para fabricar medicamento. São necessários apresentação de estudos clínicos, dados de qualidade, eficácia e segurança, dados completos. A Anvisa faz essa avaliação.

O prazo estabelecido em regulamentação é até 60 dias com termo de compromisso, mas o que eu queria ressaltar é que a Anvisa tem atuado em um tempo muito menor do que esses 60 dias, uma vez que há muitas vacinas que já vêm apresentando informações para a Anvisa por meio do procedimento de submissão contínua. E há a fundamentação regulatória, que é uma regulamentação da Anvisa.

Um outro caminho da avaliação da Anvisa é a autorização do uso emergencial, uma medida regulatória implementada no Brasil em dezembro de 2020. Quem solicita a autorização de uso emergencial? É uma empresa também autorizada pela Anvisa, seja para importar medicamentos ou fabricar medicamentos no Brasil. São avaliados os pontos críticos de qualidade e segurança, inclusive dos estudos em andamento e prévios concluídos de estudos clínicos Fase III.

Quanto ao estabelecimento de prazo, são sete dias úteis, quando há um desenvolvimento clínico no Brasil ou o relatório técnico de agência reguladora de referência que consiga trazer as informações de que essa vacina atende aos padrões de qualidade, eficácia e segurança, segundo as diretrizes da Organização Mundial da Saúde ou de países-membros do fórum de harmonização farmacêutica, o ICH, e do programa de inspeção farmacêutica, o PIC/S. Na ausência dessas informações, o processo tem uma avaliação de até 30 dias – quando há desenvolvimento no exterior ou ausência desse relatório, desenvolvimento clínico no exterior e ausência desse relatório. Esses prazos estão previstos em lei, na Lei 14.124, de 2021, recentemente aprovada, e também na regulamentação da Anvisa que regulamenta a referida lei.

O acesso a vacinas também é por meio do consórcio Covax Facility. São vacinas avaliadas o âmbito da OMS, da Gavi. Quem solicita para a Anvisa? Quem solicita a importação dessas vacinas? O





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde também se responsabiliza pelas ações de monitoramento e importação da vacina. Essa vacina é avaliada pelo comitê de vacinas da Organização Mundial da Saúde, no qual a Anvisa participa também da avaliação.

Os prazos são trâmites aduaneiros de até 48 horas, mas a gente tem liberado aí... A vacina chega e é liberada imediatamente. Os portos e aeroportos estão todos tratando esse tema como emergência e prioridade máxima.

Também há um regulamento estabelecido, que é a RDC 465, que estabelece as diretrizes da aquisição para a Covax Facility.

Há também a possibilidade prevista em lei da importação excepcional e temporária de vacinas da Covid-19. Quem pode solicitar? Ministério da Saúde, Estados, Municípios, Distrito Federal. É feita uma avaliação. Essa importação é autorizada a partir de uma autorização de uma agência estrangeira e a declaração do cumprimento... E são vacinas que são destinadas ao cumprimento do Plano Nacional de Imunizações. A Anvisa faz uma avaliação do processo de importação e das informações relacionadas ao relatório de qualidade trazido pela autoridade nesse processo, garantindo que esse produto, que essa vacina tenha os estudos clínicos Fase III concluídos ou parcialmente concluídos.

Prazo: sete dias úteis, mas também pode se estender a 30 dias corridos na ausência das informações.

Regulamentado pela Lei 14.124 e também pela Regulamentação da Anvisa 478.

Panorama atual. A avaliação da Anvisa é feita por uma equipe multidisciplinar de especialistas da própria agência, consoante as diretrizes técnicas estabelecidas pela Anvisa, as quais são convergentes com as diretrizes da Organização Mundial da Saúde, da autoridade americana, das autoridades dos países da Comunidade Europeia, a EMA, do Health Canada, do Canadá, da autoridade do Reino Unido, do Japão e dos países membros do ICH e do PIC/S.

Lembro que o que o Brasil analisa é o mesmo que o mundo analisa, em especial, essas autoridades citadas no eslaide anterior.

Sobre o registro condicional concedido, foi concedido para a vacina da Pfizer, 24/02/2021; para a vacina Covid-19 recombinante, tecnologia de Oxford, que é a da vacina Fiocruz/AstraZeneca, concedida em 12/03/2021; de autorização de uso emergencial da vacina Coronavac, pelo Instituto Butantan; e da vacina Covishield (Fiocruz), tecnologia de Oxford, também em 17/01/2021. Do Covax Facility já foram avaliadas três vacinas e o Brasil fez a aquisição da vacina Oxford/AstraZeneca produzida na Coreia.

Os processos que tiveram submissão contínua para registro na Anvisa: AstraZeneca/Fiocruz, Instituto Butantan, a vacina da Janssen-Cilag e da Pfizer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autorização de uso emergencial em avaliação pela Anvisa: há a vacina da Janssen, que foi submetida em 25/03/2021, cujo *status* está em análise; a vacina Sputnik V, uma nova submissão em 26/03/2021, o processo está em análise, foram solicitadas complementações de informações para a empresa na data de 27/03, e o prazo de análise foi suspenso, mas o processo continua em avaliação. Do Covax Facility, todas as vacinas aprovadas no âmbito da OMS são aprovadas pela Anvisa, estão automaticamente aprovadas pela Anvisa e segue o *link* do cenário das avaliações aprovadas pelo Covax Facility. Há também a avaliação pela Anvisa do pedido de importação excepcional e temporário solicitado pelo Ministério da Saúde para a vacina Covaxin, fabricada na Índia.

Apenas a título de conhecimento, a Anvisa publicou, desde a avaliação, em janeiro, das autorizações de uso emergencial – é um tema de interesse, de relevância nacional, de acompanhamentos por todos –, o panorama da avaliação das vacinas. Nesse painel está a relação de todas as vacinas das empresas que solicitaram ou registro ou uma autorização de uso emergencial pela Anvisa.

Só a título de informação, a primeira vacina que está aqui é a vacina da AstraZeneca, que já teve o registro concedido. Ela teve avaliação – todas as informações também são disponibilizadas – e tem o percentual de avaliação concluída com a apresentação de documentos ou superada a partir de uma avaliação de risco feita pela Anvisa, mais o termo de compromisso da empresa. Também no cenário de transparência, a Anvisa traz todas as informações por meio do processo de submissão contínua.

Eu queria chamar a atenção, no momento, para a vacina da Janssen, que está em avaliação na Anvisa – nesse processo de avaliação, são nove locais de fabricação –, e também para a vacina Sputnik, que também está com processo de avaliação na Anvisa. Esse quadro é público e é disponibilizado a todos. Pela questão do tempo, não vai ser possível passar ao detalhamento desse quadro, mas estou à disposição.

Especificamente quanto à análise do processo da Janssen, eu queria lembrar que fiz essa apresentação ontem à noite; então, o cenário é de ontem à noite, hoje de manhã pode já ser diferenciado. No processo da Janssen, foi retirado esse eslaide do *site* da Anvisa, às 16h. Então, o processo estava 62% concluído; em torno de 37% do processo, em análise; e 0,9% de complementações. Eu queria lembrar que, no processo da Janssen, a Janssen foi uma vacina com estudo clínico conduzido no Brasil, são nove locais de fabricação, inclusive locais de fabricação que não foram aprovados ainda por outras autoridades. Então, o Brasil está avaliando novos locais da vacina da Janssen. O dossiê apresentado para a Anvisa inicialmente tinha em torno de 28 mil páginas e foi acrescido nesse decorrer; no total atual, são 29 mil páginas de avaliação de dados técnicos em andamento na Anvisa.

Num breve cenário internacional da vacina da Janssen, ela foi aprovada nos Estados Unidos e considerada a terceira vacina autorizada naquele país; no Canadá, ela também foi aprovada e se tornou a quarta vacina aprovada pelo Canadá; no dia 11/03, também foi aprovada pela autoridade europeia e se tornou a quarta vacina aprovada na comunidade europeia; no dia 12/03, ela também foi aprovada pela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Organização Mundial da Saúde e se tornou a terceira vacina aprovada pela Organização Mundial da Saúde.

No cenário específico da Sputnik, a Sputnik entrou para avaliação da Anvisa inicialmente com 14.464 páginas; 62% do processo está em análise; foi necessário solicitar complementação de exigência em 18,67% de documentos e também solicitação de documentação espontânea em torno de 18%. Abaixo também há todos os itens, quais os itens estão em análise, quais os itens em que foi necessário complementar exigência e qual a documentação que estava faltante. Esse painel é público, é de acesso imediato por todos e a autorização é automática a partir da análise.

Num breve cenário da Sputnik na Anvisa, inicialmente ela entrou com o pedido de autorização de uso emergencial em 15/01/2021, um pedido com 791 páginas. Era um pedido que ainda estava prematuro, foi necessário solicitar informações para a empresa e não era possível, naquele momento, dar continuidade à análise, porque havia a necessidade de complementação de informações muito básicas. No dia 18/03, foi reiterada a complementação das informações solicitadas em 16/01; em 26/03, a empresa decidiu cancelar o pedido de 18/03, ou melhor, de 15/01, e submeteu novo pedido de autorização de uso emergencial, considerando a Lei 14.124, a RDC 475 e o Guia 42, de 2020. Nesse contexto, foi dada continuidade à análise das informações submetidas, mas foi solicitada uma complementação de dados, e foi informada à requerente a suspensão da contagem dos prazos. Na ausência de cumprimento da exigência, o processo será decidido com as informações presentes nos autos até 30 dias, conforme previsto em lei.

Há um breve cenário de quais questionamentos foram solicitados para a empresa. Há informações referentes a comparações das áreas de fabricação, em especial da vacina experimental com a vacina comercial. Foram apresentados diferentes locais. Então, é preciso garantir que a fabricação preserve as características da qualidade da vacina. O processo de fabricação de uma vacina é sempre considerado um ponto crítico e precisa ser conhecido e avaliado pela autoridade regulatória. Então, há os requisitos relacionados à parte de validação do processo de filtração, formulação e limpeza. Há o histórico do desenvolvimento do produto, garantindo, sim, que o desenvolvimento seja adequado e que seja possível extrapolar para as condições de fabricação comercial, com especificação de qualidade e estabilidade da vacina, de forma a estabelecer um prazo de validade seguro, a garantir as especificações de qualidade de cada lote e também as condições de acondicionamento da vacina.

Também foram solicitadas informações quanto ao estudo clínico realizado na Rússia, de forma a validar o perfil de eficácia da vacina, bem como o conhecimento dos efeitos adversos, para que essas indicações estejam em bula, sempre na avaliação de benefícios *versus* riscos para uma autorização de uso emergencial.

Há um breve cenário internacional da vacina Sputnik. Não há bases de dados disponíveis com todos os países que avaliaram a vacina. Entretanto, essa vacina foi autorizada para uso antecipado pela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rússia e foi autorizada emergencialmente por diversos países do mundo, entre os quais destaco a Argentina e o México. Eu não vou passar por todos esses países. Mas ela tem já uma autorização de uso emergencial em diversos países.

Também no cenário internacional, em 04/03/2021, a autoridade europeia começa a fazer a revisão da vacina Sputnik. A requerente lá é a R-Pharm. A decisão da autoridade europeia foi a de iniciar a revisão, pois os estudos, tanto os resultados laboratoriais quanto os estudos clínicos, indicam que a vacina Sputnik desencadeia a produção de anticorpos e células imunes que têm como alvo o coronavírus e pode ajudar a proteger as pessoas da Covid-19. A autoridade europeia avaliará os dados assim que eles estiverem disponíveis para decidir se os benefícios superam os riscos. A revisão contínua seguirá até que evidências suficientes estejam disponíveis para um pedido formal da autorização comercial. A autoridade europeia ressaltou que avaliará a conformidade da Sputnik V com padrões usuais de qualidade, eficácia e segurança. Essas informações também estão públicas no [link](#) da Comunidade Europeia.

Pela Organização Mundial da...

(Interrupção do som.) Daqui a pouco a senhora retoma, durante os debates.

Eu passo a palavra ao Marcelo Marcos Morales, Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Com a palavra o Dr. Marcelo, pelo tempo de dez minutos.

O SR. MARCELO MARCOS MORALES (Para expor.) – Bom dia, Senador Confúcio, Presidente.

É uma honra e agradeço o convite para poder falar sobre as ações de pesquisa, desenvolvimento e inovações no combate à Covid-19 que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações tem desenvolvido desde fevereiro de 2020.

Eu tenho uma apresentação aqui que eu vou colocar... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está sendo vista, doutor. Pode continuar.

O SR. MARCELO MARCOS MORALES – Perfeito.

Agradeço a oportunidade, Senador.

Eu queria também dar bom dia aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras e à Meiruze, que acabou de apresentar.

Desde de fevereiro de 2020, Senadores, nós reunimos aqui, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, especialistas de notório saber em epidemiologia, médicos e imunologistas que nortearam todas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as ações do Ministério da Ciência e Tecnologia em relação ao enfrentamento da Covid-19, que ainda não tinha sido anunciada. Diga-se de passagem, a pandemia foi anunciada em março de 2020, e já tínhamos feito a instalação de um comitê de especialistas em fevereiro de 2020 aqui, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Esses especialistas, portanto, nortearam as ações do Ministério.

Eu gostaria de ressaltar que, nesta reunião, nós contamos ainda com um comitê de especialistas, que continua nortear todas as ações do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Nesta mandala, nós vemos aqui todas as estratégias montadas pelo comitê de especialistas da Rede Vírus MCTI, que norteou ações específicas nessa estratégia. Ainda em fevereiro de 2020, foi norteadas a montagem do sequenciamento em larga escala em todo Território nacional e foi criada a Sub-Rede Corona-ômica, da Rede Vírus MCTI, que hoje faz o sequenciamento do vírus em larga escala em todo Território nacional, e somos hoje responsáveis por 70% do sequenciamento das cepas virais que estão instaladas agora no Brasil e que foram depositadas na plataforma internacional.

Em relação ao suporte, nós criamos um biobanco para as amostras do coronavírus, a vigilância epidemiológica e também infraestrutura, aumentando o nível de segurança dos laboratórios NB-2 para NB-3 – foram 13 laboratórios em todo o Território nacional.

Também demos atenção aos impactos sociais e econômicos. Temos projetos de análise dos impactos econômicos, sociais e prospecção de cenários, dando atenção aqui à importância das ciências humanas e sociais para a análise dos impactos.

Temos ensaios clínicos com várias estratégias: com antivirais, heparina, com a BCG, com vários medicamentos de reposicionamento; e também medicamentos de reposicionamento que analisamos, vários medicamentos, e fizemos ensaios clínicos com vários deles.

Em relação à vacina, que é o foco desta audiência, nós investimos em uma sub-rede com várias estratégias, que eu vou falar mais adiante. Ou seja, nós tínhamos linhas prioritárias definidas desde fevereiro de 2020, com sequenciamento em larga escala, medicamentos, biobanco e impactos da Covid.

Só para dizer aqui da infraestrutura, nós investimos em 18 instituições, aumentando em todo o Território nacional o nível de segurança dos laboratórios para manipular o vírus Sars-CoV-2, e hoje esses laboratórios estão funcionando, adicionando *expertise* e capacidade de infraestrutura para análise desses vírus. Também investimos em testes diagnósticos com equipamentos já existentes nas universidades, e hoje o MCTI contribui com quase 300 mil testes RT-PCR, com a contribuição das universidades com recursos financiados pelo MCTI. Fizemos mais de 2,5 mil sequenciamentos em todo o Território nacional, como falei anteriormente.

Em relação a vacinas, nós investimos no ensaio pré-clínico e na formulação de novas estratégias de vacinas, e há uma estratégia dentro da sub-rede de vacinas do MCTI. Nós investimos em 16 estratégias





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacionais, em nove projetos, com nanopartículas, vacinas com nanopartículas – e aqui estão elas –; com partículas virais, várias delas na Unifesp e também no Butantan; com recombinantes de proteínas, epítopos, lá no Butantan; proteínas estruturais na USP; fragmentos de proteínas na USP; e também fragmentos SMNE no Butantan; ácidos nucleicos, com RNA, DNA, DNA com nanopartículas; quimeras de vacinas, com Newcastle, febre amarela, BCG e influenza.

Essas foram as estratégias investidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Srs. Senadores, para que nós tenhamos aqui no Brasil condições de ter núcleos de excelência produzindo vacinas em todas as plataformas existentes, desde RNA, DNA, partículas virais, como eu mostrei aqui. Isso vai trazer um legado, que é a competência de produção de vacinas para doenças negligenciadas: dengue, chikungunya, e também para Covid-19 neste momento tão importante da nossa saúde.

Como foi mostrado aqui pela Dra. Meiruze, nós temos uma sequência do desenvolvimento das vacinas.

Aplicamos recursos do MCTI para 16 estratégias, e estamos na fase pré-clínica delas. Algumas delas... E, como a Dra. Meiruze disse, depois nós temos que passar para a fase clínica, com seres humanos.

As vacinas que estão mais adiantadas aqui no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações são estas três: desenvolvimento e produção de lote piloto para estudos clínicos da vacina Versamune, que foi financiada diretamente pelo Dr. Célio Lopes. É uma proteína quimérica de múltiplo epítopo associada ao Versamune, com capacidade de ativar todo o sistema imunológico – imunidade humoral, celular e inata. Ela tem a fase pré-clínica com animais concluída, e o protocolo na Anvisa foi enviado no dia 25 de março, na semana passada, para a Anvisa, mostrando que nós conseguimos chegar, sim, a uma vacina que, após a aprovação da Anvisa, iniciará os ensaios clínicos com pacientes. E essa é a primeira a protocolar.

A segunda é uma vacina com *spray* nasal, não utiliza seringa, não utiliza agulha, também está bastante avançada. Há uma vantagem nessa vacina: ela aumenta a quantidade de imunoglobulina A das vias respiratórias e impede a entrada do vírus na própria entrada nas vias respiratórias. Então, são vacinas de segunda geração, mais tecnológicas, com o adicional de que nós investimos, aqui no Ministério da Ciência e Tecnologia. E essa vacina é comandada pelo Dr. Jorge Kalil. Em breve também teremos o protocolo enviado para a Anvisa – espero que muito em breve – dessa segunda vacina.

E a terceira vacina mais adiantada é a que é desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais, comandada pelo nosso pesquisador Dr. Ricardo Gazzinelli. É uma vacina que utiliza uma plataforma de vírus influenza e adenovírus. É uma vacina bivalente para a gripe e também para coronavírus. Essa vacina também está bastante adiantada e em breve teremos aí o protocolo na Anvisa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu disse, nós tivemos várias outras vacinas que também estão em estágios um pouco menos avançados, e são 16 estratégias. Só para dizer para os senhores que, uma vez iniciada a fase clínica, este é o recurso de cada uma das vacinas: para as Fases I e II, com pacientes, são necessários R\$20 a R\$30 milhões – é a fase de segurança das vacinas em pacientes; e a Fase III necessita de R\$200 a R\$320 milhões, com milhares de pacientes – e aí a fase é de eficácia, para ver a eficácia da vacina.

Eu fico bastante orgulhoso da ciência nacional. Chegamos a esse estágio em que nós temos três vacinas bastante avançadas para iniciar os testes clínicos com pacientes. Isso é importante, Srs. Senadores, porque nos dá uma segurança e soberania nacional para que nós tenhamos a capacidade de produzir vacinas em Território nacional e de poder modificar essa vacina, caso tenhamos uma mutação bastante relevante no País. E podemos mudar essas vacinas rapidamente, porque os insumos farmacológicos ativos de cada uma dessas vacinas estão sendo formulados e produzidos por pesquisadores brasileiros.

Obrigado pela oportunidade e pela atenção dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito Obrigado, Dr. Marcelo Marcos Morales, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Eu passo a palavra para o Dr. José Guilherme Leal, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pelo tempo de dez minutos.

Dr. José Guilherme. *(Pausa.)*

Dr. José Guilherme está na sala? Dr. José Guilherme, do Ministério da Agricultura? *(Pausa.)*

Vamos passar adiante.

Eu passo a palavra para o Dr. Thiago Fernandes da Costa, Coordenador de Insumos do Departamento de Imunizações e Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde.

Dr. Thiago com a palavra, por dez minutos.

O SR. THIAGO FERNANDES DA COSTA (Para expor.) – Agora sim.

Bom dia a todos. Bom dia aos Senadores, Senador Confúcio...

Eu estou aqui representando o Departamento de Imunizações do Ministério da Saúde. Trago aqui, de forma panorâmica, nesta apresentação, as informações relativas às contratações já realizadas pelo Ministério para aquisição das vacinas contra a Covid-19.

Atualmente, o Ministério já firmou compromisso com seis fornecedores, isso com contratos já assinados, o que dá ao Ministério uma gama de seis tipos de vacina. Então, nós já temos aí, por meio dos laboratórios públicos, Fiocruz, acesso à tecnologia da AstraZeneca/Oxford; nós temos, por meio do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Butantan, a CoronaVac. Mas, além dessas duas que já estão sendo distribuídas, o Ministério firmou contrato também para aquisição da Covaxin, da Sputnik V, da Pfizer e da Janssen.

Então, essas são as vacinas hoje com contratos firmados com o Ministério. Isso totaliza um quantitativo de mais de 430 milhões de doses, com a possibilidade de ampliação para um pouco mais de 562 milhões de doses. Essa ampliação seria a possibilidade de produção tanto do Butantan, que já sinalizou possível ampliação de 30 milhões, quanto da Fiocruz, que, para o segundo semestre, promete uma produção de mais 100 milhões de doses.

Esse hoje é o cenário de aquisições, de contratações do Ministério, e hoje, com a distribuição da semana passada, o Ministério ultrapassou a marca de mais de 34 milhões de doses distribuídas, e essa distribuição vem ocorrendo de forma semanal à medida que o Ministério recebe as vacinas do Butantan e da Fiocruz.

É isso. Eu estou à disposição para dúvidas e contribuição ao debate que vai ocorrer nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu consulto se o Dr. José Guilherme Leal já está na sala do Ministério da Agricultura. Dr. José Guilherme? *(Pausa.)*

Eu gostaria que o nosso pessoal da Secretaria do Senado ligasse para ele.

Vamos passar adiante. Falou o Thiago.

Vamos passar agora a palavra para Emílio... Sr. José Guilherme Leal?

Sr. José Guilherme Leal, seria bom dar uma olhadinha no som do senhor.

Dr. José Guilherme Leal, o senhor pode usar a palavra. O senhor pode falar. Ative o seu som, por favor.

Liberem o som dele... O microfone... *(Pausa.)*

Ainda não estamos com sua voz, doutor.

Veja se o senhor consegue liberar o seu som, Dr. José Guilherme. Peça uma ajudinha aí a alguém próximo para liberar o seu som.

Pessoal do Senado, ajude-o, por favor! *(Pausa.)*

Veja se o senhor consegue, doutor, liberar o seu som no seu aplicativo.

Clique no seu microfone, doutor, aí na base da tela, para ver se consegue.

O pessoal do Senado pode ajudá-lo? *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Doutor, aguarde um pouquinho aí. Vamos ver se conseguimos.

Eu vou passar a palavra para outro, e já, já a gente retorna ao senhor. Está bom?

Vamos passar a palavra ao Dr. Emilio Carlos Salani, Vice-Presidente Executivo do Sindicato Nacional das Indústrias de Produtos para Saúde Animal.

Pelo tempo de dez minutos, Dr. Emilio.

O SR. EMILIO CARLOS SALANI – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia, doutor!

O SR. EMILIO CARLOS SALANI (Para expor.) – Eu gostaria de agradecer o convite na pessoa do Senador Wellington Fagundes, que fez uma série de contatos conosco, e agradecer a oportunidade de apresentar essa proposta que nós temos, correto? É muito importante para nós também a presença do Dr. José Guilherme, da Dra. Meiruze, da Anvisa, uma vez que o que eu vou apresentar aqui, as tratativas, já estava sendo realizado entre o nosso sindicato e o Ministério da Agricultura.

Eu vou passar uma apresentação bem rápida aqui para vocês.

Leonardo, por favor. O.k.? Leonardo, por favor.

Então, como nós já dizíamos para os senhores...

Alô? O senhor está me ouvindo? Vocês me ouvem? Alô? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estamos ouvindo normalmente, doutor. Pode continuar!

O SR. EMILIO CARLOS SALANI – O.k., desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode compartilhar a tela do senhor também.

O SR. EMILIO CARLOS SALANI – Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu sou Vice-Presidente Executivo do sindicato das empresas produtoras de produtos para saúde animal. Meu nome é Emilio Carlos Salani, eu sou médico-veterinário.

Como eu já disse aos senhores, nós tivemos uma série de tratativas, alguns meses atrás, analisando a possibilidade de colaborarmos com a produção de vacina no Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, eu gostaria de colocar todos na mesma página, porque nós fomos contactados da possibilidade de oferecermos algumas das nossas plantas para a produção de vacina. Nós iniciamos as tratativas para que não se criasse nenhuma falsa expectativa ou nenhum desentendimento, porque nós temos algumas premissas básicas: que os detentores de tecnologia de vacina inativada e que também possuam acesso à semente de trabalho poderiam colaborar e trabalhar juntamente conosco avaliando essa possibilidade, correto?

Nós temos o *know-how* de produzir...

Por favor, Leonardo, volta no início.

A gente tem uma certa dificuldade aqui, nós estamos em *home office*.

Nosso sindicato hoje alberga 90 empresas associadas. Nós temos mais ou menos 85% do PIB veterinário, do mercado de saúde animal, sob a representação do nosso sindicato.

Próximo.

Nós temos hoje 23 fábricas em operação no Brasil, com 39 linhas de produção. É importante dizer que nós não temos por hábito trabalhar na importação de IFA. A gente trabalha fazendo o controle de todo o processo da produção no Brasil. Isso é óbvio pelo tempo que nós já estamos instalados e pelos grandes volumes que nós temos necessidades de estar disponibilizando ao mercado.

O Brasil hoje está na posição entre o primeiro até o terceiro na produção e exportação de proteína branca e vermelha, então nada mais lógico do que ter um parque industrial com essas dimensões.

Próximo.

Nos últimos cinco anos, nós basicamente produzimos ao redor de um 1,8 bilhão de doses de vacina contra a febre aftosa. Eu selecionei esse eslaide por quê? Porque é um tema que todos vocês acompanham mais profundamente ou menos: o Brasil hoje, o Ministério da Agricultura está num processo que nós entendemos que é o maior processo de erradicação de uma enfermidade de todo o Planeta. Nós tínhamos a vacina inicialmente de 5ml e ela foi modificada para 2ml, melhorando a praticidade dessa vacina. Nós produzimos ao redor de 1,8 bilhão de doses. Nossa capacidade de produção apenas de vacina contra a febre aftosa é ao redor de 400 milhões por ano.

Próximo.

Sobre essas fábricas de produção de vacina contra a febre aftosa: nós temos hoje um total de três fábricas no Brasil ativas. E essas fábricas possuem, certificadas pelo MAPA, o nível de biossegurança 3+. É um elevado padrão para produção de medicamentos para a saúde animal, para que a gente possa colocar todos na mesma página. São plantas que são à prova de escape de vírus, tratamentos de afluentes, com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

portas ativas, gradientes de pressão negativa, ou seja, para qualquer introdução de agente biológico nessas plantas, nós podemos garantir o controle total dele, o não escape para o território brasileiro.

Próximo.

Aqui estão algumas fotografias das nossas plantas, o *case* da aftosa, como eu já disse para vocês. Hoje o Brasil busca o *status* de "livre sem vacinação". Nós já temos basicamente cinco Estados e parte de outros dois Estados livres de aftosa sem vacinação, mas, neste ano de 2021, nós iniciamos a distribuição de 200 milhões de doses, que nós vamos iniciar a partir de quarta-feira agora. Importante dizer a todos os senhores que nós distribuimos 200 milhões de doses em todos os rincões deste País num prazo de dois meses, porque nós disponibilizamos 50% em abril, os proprietários rurais iniciam a aplicação no início de maio e, na sequência, nós temos a reposição desses produtos.

E como podemos ajudar no combate à Covid? Nós temos condição de produzir em massa, grandes volumes de vacinas inativadas no Brasil, caso a gente siga aquelas premissas básicas, que eu disse no início, de estarmos trabalhando com detentor da tecnologia e a tecnologia for de uma vacina inativada. Eu não estou falando aqui em vacinas de engenharia genética, vacinas recombinantes; estou falando apenas em vacinas.

Nós iniciamos algumas tratativas com o Instituto Butantan, fizemos uma série de questões técnicas, eles responderam a nós, e por essa primeira abordagem, pelo processo de inativação, pelo tipo de célula que usa, pelo tipo de inativante que usa, a gente viu que não tem nada estranho à nossa produção, correto?

Então nós aqui partimos para o próximo eslaide, Leonardo.

O setor domina o processo completo de produção, da semente ao envase. Como eu já disse aos senhores, nós não temos condições de importar, são grandes volumes que nós produzimos, 200 milhões de doses. Nós vamos trabalhar esse ano com basicamente 400 mil litros de vacina para atender à campanha de vacinação de basicamente 200 milhões de animais agora em maio, o.k.?

Próximo, Leonardo.

Nós temos as condições, como eu já disse inicialmente, de produzir produtos altamente seguros. No caso da vacina contra a febre aftosa desses laboratórios biosseguros que podem ser utilizados para produzir vacinas inativadas de corona, nesses lotes que eu apresentei aos senhores de 1,8 bilhão de doses nos últimos cinco anos nós tivemos 100% de aprovação, sempre lembrando que essas vacinas não vão para o comércio antes de serem testadas pelo laboratório produtor, recontroladas pelo Ministério da Agricultura, pelo Laboratório Federal de Agricultura do Rio Grande do Sul. E depois elas recebem um selo holográfico e são 100% rastreadas; o transporte de temperatura de dois a oito graus também é 100% rastreado. Nós temos uma central de distribuição em Vinhedo com capacidade de albergar até 320





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões de doses controladas e em controle, lembrando que o ciclo de produção de uma vacina de aftosa é ao redor de sete a oito meses.

Próximo.

Essas fábricas poderiam ser adaptadas até para o nível NB-4, o mais elevado padrão de segurança do mundo para a indústria de vacina. Há alguns detalhes que têm que ser adaptados, de respiração dos funcionários que trabalham dentro, questões de escafandro, área, etc. e tal.

Próximo.

Como nós podemos contribuir? Reiterando apenas o que eu disse desde o início, se existe organismo – órgãos, fundações, empresas, o que for – que domina as vacinas inativadas, nós podemos unir, fazer o contato dessas empresas com os fabricantes de vacina, para que eles possam analisar a possibilidade. Isso – é importante dizer também ao pessoal que é voltado para a área pecuária – não colocará em risco o abastecimento de 300 milhões de doses de vacina contra a febre aftosa, demandado oficialmente pelo Ministério da Agricultura durante o ano de 2021, correto?

Próximo.

Isso era tudo que eu queria dizer aos senhores. Fico à disposição e agradeço o convite mais uma vez e também a todos os presentes aqui.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vamos voltar aqui ao Dr. José Guilherme Leal, do Ministério da Agricultura, se tiver já organizado seu som.

V. Exa. está com a palavra, Dr. José Guilherme. (*Pausa.*)

Dr. José Guilherme Leal. (*Pausa.*)

Dr. José Guilherme estava ainda há pouco com dificuldade de som.

Dr. José Guilherme. De novo, o senhor está aí na tela. O senhor consegue liberar o som, doutor? (*Pausa.*)

Estamos com muita dificuldade de ouvir o senhor. Não estamos ouvindo, mesmo. É uma pena. Será que é o microfone de ouvido, alguma coisa assim? Ele já está com a gente, prontinho para trabalhar.

O senhor mexeu aí um pouquinho e quase ouvimos o senhor. O movimento da sua cadeira nós ouvimos, o movimento da cadeira.

Veja se o senhor tira o microfone todo. Vamos ver. Desconecte o microfone, por favor. Pode desconectar. O senhor fechou o som. Libera o som do senhor de novo, que está fechado. Aí, pronto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pronto, pode falar. Pode falar, doutor. Pode falar. O senhor tornou a fechar. Desconecte o microfone e o fone de ouvido, libere o som, e o senhor pode falar.

Pronto, estamos ouvindo o senhor! Pode falar. Pode falar, doutor. Estamos ouvindo o senhor, Dr. José Guilherme. Pode desprezar esse fone de ouvido. Desconecte o fone de ouvido, vamos em frente.

O SR. JOSÉ GUILHERME LEAL – Senador, está me ouvindo agora?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Agora está ótimo! Pode falar.

O SR. JOSÉ GUILHERME LEAL (Para expor.) – Desculpe o problema de tecnologia. Bom dia a todos, Senador Confúcio, demais Senadores aqui presentes. Quero cumprimentar a Meiruze, Diretora da Anvisa. A Anvisa tem feito um trabalho brilhante durante esta pandemia, mantendo o rigor técnico necessário, mas trabalhando com muita agilidade. Cumprimento o Secretário Marcelo Morales e o Emilio, do Sindan.

Vou entrar direto, Senadores, no tema de que o Emilio falou, da possibilidade de o setor apoiar o País na produção de vacinas.

Nós temos um parque industrial muito competente, um parque industrial biosseguro, que vem trabalhando e fornecendo ao Brasil as vacinas para a campanha oficial de vacinação da febre aftosa há vários e vários anos. Esse parque industrial foi fundamental para que nós pudéssemos, em 2018, ter o reconhecimento internacional de o País ter erradicado a febre aftosa no Brasil. Nós estamos falando de uma estrutura, como o Emilio já mostrou, de biossegurança, que é controlada, fiscalizada, acompanhada pelo Ministério da Agricultura, uma estrutura que, além da produção, está acostumada a fazer também a parte de logística, ou seja, a distribuição em todas as regiões do Brasil. Essa distribuição, esse acompanhamento, também é fiscalizado pela Defesa Agropecuária, ou seja, lá na ponta, as lojas que vendem as vacinas têm lá uma verificação da checagem de temperatura. Então, é um programa muito bem montado e a gente entende que essa experiência pode, sim, ajudar o País na produção de vacinas contra a Covid.

O programa de febre aftosa do Brasil tem cobertura sempre acima de 90% – a gente fala de 92, 93, 95, 96, dependendo do Estado até 99% de cobertura –, ou seja, é um programa eficaz, e é um setor que está acostumado aos controles de risco do Ministério da Agricultura. Então, toda a parte da produção só é liberada, como também já se demonstrou, após os testes, os testes de eficácia e de qualidade dessa vacina, e em todas as campanhas se repete esse procedimento.

Colocamos o Ministério da Agricultura à disposição caso venha a haver alguma parceria entre empresas que detêm a tecnologia de produção da vacina contra a Covid com alguma empresa do setor. O Ministério da Agricultura vai estar à disposição para apoiar no que for necessário. Caso a Anvisa entenda que precisa de algumas informações, dossiês da empresa – sempre, logicamente, informações protegidas



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

precisam da autorização das empresas –, nós estaremos aqui à disposição. Essa é a orientação da Ministra Tereza Cristina para poder ajudar o País no que for necessário.

Então, estamos aqui a postos. Não vai haver nenhum problema do ponto de vista seja de regulação do Ministério da Agricultura ou... Não teremos também prejuízo à própria campanha de vacinação de febre aftosa, é possível fazer essa conciliação, desde que haja o interesse de alguma empresa que tenha a tecnologia, como já foi falado, de que ocorra essa parceria entre empresas produtoras ou detentoras da vacina contra a Covid com as empresas do setor de produtos veterinários.

São essas as minhas considerações, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, doutor. Agradecido pela sua participação.

Agora nós vamos passar aos questionamentos dos Senadores em dois blocos: o primeiro bloco, Senadores Wellington Fagundes, Styvenson Valentim e Otto Alencar; segundo bloco, Senadores Izalci Lucas e Esperidião Amin.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes, Relator desta Comissão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, como já foi demonstrado, o Brasil tem um parque industrial pronto e com condições de fazer as vacinas necessárias para o Brasil, para responder àquela pergunta que todos os brasileiros fazem: "Que dia vai chegar a vacina ao meu braço?".

Eu quero dizer que, atualmente, como já foi colocado, só duas vacinas contra a Covid estão sendo utilizadas no Brasil: a CoronaVac, do Instituto Butantan, e a vacina da Universidade de Oxford/AstraZeneca, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz. Há, ainda, negociações para a compra de três outras, da Pfizer/BioNTech, da russa Sputnik e a vacina Janssen, que já foi mencionada aqui pelo Ministério da Saúde.

Não pode haver dúvidas de que estamos muito atrasados na vacinação, especialmente em comparação com outros países do mundo. Estamos, hoje, na casa dos 14 milhões de pessoas vacinadas com a primeira dose e de 4,5 milhões com ambas as doses aplicadas, o que representa, Sr. Presidente, apenas 6,65% dos brasileiros com a primeira dose e 2% com a segunda dose. Para se ter uma comparação: nos Estados Unidos, 26% das pessoas receberam uma dose e 14% estão completamente imunizadas; no Chile, 32% receberam uma dose, 17% receberam as duas. A consequência é evidente. Enquanto nos Estados Unidos o número de mortes vem caindo rapidamente, estando abaixo das mil por dia, no Brasil o aumento é igualmente rápido e já passamos a triste marca de 3 mil óbitos por dia. Somos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o epicentro da doença, motivo de preocupação mundial, já que 25% das mortes diárias de Covid-19 no mundo ocorrem no Brasil.

E é importante dizer que nós temos uma rede de distribuição de saúde, campanhas de vacinação que já houve no passado, exemplo no mundo. O Brasil é exemplo em campanha de vacinação. Certamente, a falta de vacinas é o maior fator para o cenário de atraso na vacinação que nos conduziu ao colapso do sistema saúde que hoje estamos vivendo, com falta de leitos de terapia intensiva e carência de oxigênio medicinal, de medicamentos e também dos insumos essenciais, como bloqueadores, enfim, produtos necessários para manter um paciente intubado.

O Presidente da República falou em garantia de 500 milhões de doses de vacina até o final do ano, mas temos mais urgência do que isso, Presidente, pois, antes de o final do ano chegar, muitos brasileiros morrerão de Covid-19.

Em documento enviado a mim, esse documento que já apresentei, datado do dia 22 de março, o Sindicato Nacional da Indústria, o Sindan, afirma que aquela indústria dispõe – como já foi falado pelo doutor representando o Sindan, o Vice-Presidente – de três indústrias com total biossegurança. E ele afirma ainda que a indústria de saúde animal detém a tecnologia necessária para o cultivo de inativação e preparo de vacinas do vírus inativado, como é o caso de algumas das vacinas contra o novo coronavírus, por exemplo, a CoronaVac.

Feitas essas considerações, quero perguntar: que empresas, instituições ou grupos são proprietárias dessas estruturas mencionadas pelo Sindan? Quais são as questões técnicas relacionadas à possibilidade de produção de vacinas humanas em estruturas originalmente destinadas a vacinas animais? Qual é a capacidade de produção das três plantas mencionadas pelo Sindan?

Nesse aspecto, eu quero dizer que, nas reuniões que tivemos, o Sindan me garantiu, Sr. Presidente, que em 90 dias eles teriam condições de produzir, no mínimo, 200 milhões de vacinas para os brasileiros. E eu gostaria que isso fosse confirmado.

Que quantidades adicionais de doses de vacinas poderiam ser fornecidas com base nessa parceria e em quanto tempo? Como isso alteraria o calendário de vacinação do Plano Nacional de Operacionalização da Vacina contra a Covid-19? As vacinas produzidas nessas estruturas teriam o mesmo perfil de segurança e eficácia das vacinas atualmente autorizadas a funcionar no Brasil?

A Fiocruz ou Instituto Butantan poderiam utilizar na autorização definitiva concedida pela Anvisa para realizar parceria com a indústria de saúde animal para produzir insumos e para utilizar essas estruturas? Que adaptações estruturais poderia haver e seriam necessárias para implementar essa proposta? Quanto tempo demorariam? Há alguma medida legislativa que possa facilitar a utilização dessa capacidade instalada para produzir mais vacina para os brasileiros?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, finalmente, Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar, de forma bem simplória, porque a população está nos assistindo neste Brasil, a população do Brasil inteiro: então, para o cidadão que quer saber lá que dia vai chegar a vacina ao seu braço, como seria o processo de produção, ou seja, o que o Brasil precisaria trazer? Porque hoje sabemos que nós importamos o IFA, aquelas grandes bombas em que vêm milhares de litros, transportadas por avião, mas demoram muito, além de não haver o suficiente no mundo. O que nós produziríamos aqui? Seria a partir apenas da célula semente, a célula-mãe? Aquilo que vem em grandes volumes poderia vir numa caixinha, como a gente diz, blindada em chumbo, e ser produzida totalmente aqui no Brasil?

Então, é importante que isso seja bem explicado, de forma até didática, para a população saber que nós estamos tratando de algo para o que o Brasil tem capacidade, tem tecnologia, tem segurança, biossegurança máxima. É isso que eu quero deixar bem claro aqui, porque a própria imprensa, Sr. Presidente, nos procura e faz parecer que isso é algo quase que impossível. Eu quero pedir esta afirmação por parte de todos os organismos da Anvisa, principalmente do Sindan, do Ministério da Agricultura, se é possível nós produzirmos a vacina do começo ao fim, lógico, com a transferência da tecnologia para o Brasil, o que hoje o Butantan já tem. Também gostaria de ter essa afirmação.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington.

Passo a palavra ao Senador Styvenson Valentim. (*Pausa.*)

Então, passo a palavra ao Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Confúcio Moura. Também a minha saudação a todos os Diretores dos diversos órgãos públicos que participam desta reunião.

Ouvi com muita atenção todas as explicações, mas V. Exa. sabe – V. Exa. é médico, também sou médico, fui Secretário de Saúde do meu Estado da Bahia, e hoje Salvador está fazendo 472 anos da sua inauguração como primeira capital do Brasil – que a minha preocupação é a de um cirurgião, botar na sala e operar. O que nós podemos ter, de imediato, para vacinar o nosso povo?

A vacinação, como falou bem o Senador Wellington Fagundes, está a passos muito lentos, aqui no nosso País: 6,7% da população brasileira, praticamente, absolutamente nada. Nossas UTIs privadas, hospitais privados e públicos estão superlotados.

Então, eu queria perguntar à Dra. Meiruze Freitas, da Anvisa, a respeito da vacina Sputnik, talvez a primeira vacina que foi colocada como eficiente para o combate ao coronavírus, inclusive, pelo próprio Presidente da Rússia, que vacinou a sua própria filha e o fez de forma pública, como uma vacina





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantida para ser utilizada. Nós estamos, na Anvisa, já há alguns meses, solicitando a avaliação da Sputnik. Quanto a essa vacina, primeiro, o contrato de cooperação técnica foi feito aqui na Bahia pelo Governador do Estado, Governador Rui Costa, com o aval do Secretário de Saúde e também de um dos maiores e mais experientes infectologistas do Brasil e, talvez, do mundo, Prof. Roberto Badaró. Quem é da área de saúde conhece perfeitamente a sua capacidade técnica, a sua experiência. Sempre está sendo postergada essa decisão. Eu queria saber se existe, por parte da Anvisa, alguma conotação política, porque foi partido aqui do Governador do Estado da Bahia, e o Presidente da República algumas vezes já se manifestou contra essa vacina, como se manifestou também, a princípio, contra a CoronaVac, dizendo que não iria adquirir a vacina chinesa do Governador João Doria, quando a vacina deve ser do povo brasileiro. Então, essa é a única pergunta que eu quero fazer.

Urge a necessidade de termos vacina. O Ministério da Saúde disse que, neste ano, no mês de março agora, entregaria 38 milhões de vacinas, passou para 27 milhões e agora já está em 24 milhões. Quer dizer, não há uma segurança para saber como vacinar. E, além disso, é claro, isso inquieta Governadores, Prefeitos, que estão na ponta fazendo o trabalho para imunizar as pessoas. Hoje mesmo, Sr. Presidente, me permita, aqui no meu Estado, no Município de Itabuna, no sul da Bahia, um Prefeito está inaugurando 40 leitos de UTI com recursos próprios, porque não recebeu R\$1, nada, absolutamente nada do Governo Federal. Estou fazendo essa colocação, aqui na TV Senado, exatamente para dar consciência de que quem está resolvendo o problema é quem está na ponta, não é quem está em Brasília, muito menos quem esteve até agora no Ministério da Saúde. Espero até que o próximo Ministro possa assim proceder e resolver. Então, hoje, no Município de Itabuna, com recursos próprios, o Prefeito está inaugurando 40 leitos de UTI para disponibilizar a seu povo. É o Prefeito Augusto Castro, a quem eu quero parabenizar.

Então, interessa saber se a Anvisa vai atuar, como vem atuando com algumas dificuldades, para viabilizar as vacinas ou não. Porque não há como, há mais de quatro ou cinco meses, uma vacina como a Sputnik, confirmada e usada em vários países no mundo... E não venha me dizer que a Rússia não tem tecnologia avançada, porque tem, é um país muito avançado do ponto de vista científico e tecnológico. E a Anvisa não libera a utilização da Sputnik. Nós teríamos já aqui, só para o Nordeste, 39 milhões de vacinas disponibilizadas pela Sputnik. E nós não temos até hoje. A toda hora, a todo momento, se vê postergar essa decisão.

É isso que eu pergunto à Dra. Meiruze, por quem tenho muito respeito e consideração, sei que é técnica, uma pessoa que age tecnicamente, mas, dentro da Anvisa, não há como se dizer que não está havendo ação política por parte do Governo central. E quem manda na Anvisa, às vezes... Alguns não se submetem, mas outros se submetem para não liberar a Sputnik aqui para a Bahia e para o Brasil. Essa é a pergunta que eu quero fazer.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Otto Alencar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, a Senadora Zenaide entrou, e ela é membro titular da nossa Comissão. Peço licença ao Senador Izalci para ela fazer o seu questionamento, a não ser que ela não queira, mas está de mão levantada; e, logo depois, o Izalci continua.

Senadora Zenaide. *(Pausa.)*

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpellar.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e todos os que estão nos assistindo, eu queria dizer aqui que quero cumprimentar Meiruze Freitas, Diretora da agência, José Guilherme Leal e todos os convidados, já agradecendo.

Eu sigo o raciocínio, eu penso, aqui do meu colega Otto Alencar também.

A gente sabe que há uma luta por vacinas. A gente disse: "Vamos esquecer o passado, em que houve erros e não sei o quê!". Mas a gente não tem muito como esquecer o passado, porque é um passado tão recente e porque quem é responsável pelos erros continua no comando.

Mas eu queria fazer uma pergunta: esses parques tecnológicos que foram apresentados aqui – eu quero parabenizar o colega Wellington, o Senador Wellington, que teve essa visão de verificar isso aí – tiveram investimentos do Governo Federal? A ciência e a tecnologia investiram neles, na saúde animal?

Em segundo lugar, essa proposta de R\$400 milhões, que vocês fazem no combate à febre aftosa, chegaria, esse mesmo número, até nós? Quanto de investimento haveria? Essa é uma iniciativa do agronegócio, ou serão recursos do Governo Federal?

Eu quero dizer aqui que, em termos de ciência, tem de haver investimento contínuo. Eu não tenho dúvida de que, se a gente estivesse investindo em ciência e tecnologia – é ótimo vocês todos estarem ali – , a gente estaria protagonizando vacinas, e não ficando submetidos a que o insumo farmacêutico ativo viesse de fora. Não adianta darem muita previsão a Anvisa e o Ministério da Saúde. É como foi dito aí: eram 38 milhões, mas aí vai diminuindo, vai diminuindo. Nesse ritmo... Eu queria dizer o seguinte... Muitas vezes, a grande mídia mostra assim: "Vacinando pouco, gente!". Não há vacina! O SUS tem uma grande experiência, que todos nós conhecemos. Deem vacinas para o SUS, e vocês vão ver a população brasileira vacinada.

Faço essas duas perguntas, principalmente. Eu achei a ideia interessante, porque, se a gente tem um parque tecnológico e pode dar essa ajuda... Agora, não justifica... Acho até que o projeto de lei que a gente aprovou... Há vários países fazendo a vacina Sputnik. Por que há essa dificuldade tão grande em se aprovar aqui no Brasil?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Concluimos o primeiro bloco de três, com Wellington, Otto e Zenaide.

Então, eu passo a palavra aqui... Vamos ver quem será o primeiro. Foram perguntadas... Vou passar a palavra, primeiro, à Dra. Meiruze, para responder. Ela foi questionada por dois ou três Senadores.

Por favor, Dra. Meiruze, a senhora está com a palavra.

A SRA. MEIRUZE FREITAS (Para expor.) – Obrigada, Senador Confúcio.

Vou, primeiro, responder ao questionamento feito pelo Senador Wellington.

Eu queria já anunciar que, em todas as estratégias para ampliar o acesso à vacina, para que a gente garanta a qualidade, a segurança e a eficácia, a Anvisa vai estar dentro. Não existe a menor resistência a qualquer que seja a vacina.

Quanto especificamente à capacidade de ampliar a vacina por meio das estratégias das empresas que fabricam vacinas para a finalidade de uso na veterinária e na pecuária do Brasil, todas as possibilidades estão à mesa para que se avaliem.

Eu queria colocar que hoje está marcada, às 14h, uma reunião com esse setor, também intermediada pelo Ministério da Agricultura, pelo Secretário José Guilherme. Assim que o MAPA entrou em contato e nos informou sobre essa possibilidade, rapidamente agendamos essa reunião para conhecer um pouco mais desse parque fabril, das características – lembrando que foi colocado aqui pelo representante do Sindan que as fábricas têm alta tecnologia relacionada aos controles de biossegurança, com NB-3. O coronavírus é o NB-4. Vamos avaliar essa questão da produção, em especial a transferência de tecnologia do insumo farmacêutico ativo, verificar quais são as provas de comparabilidade que precisam ser feitas com o insumo farmacêutico que realizou os estudos clínicos que a gente conhece e também as questões relacionadas ao envase e à formulação, que são mais específicas para utilização em humanos. Então, eu queria colocar que estamos abertos e vamos avaliar todas as possibilidades, considerando o potencial que o Brasil tem dentro do parque de produção de vacinas no âmbito veterinário.

Então, esse foi o primeiro questionamento do Senador Wellington Fagundes.

Senador Otto, muito obrigada pela referência à técnica. Realmente estou como Diretora da Anvisa, mas sou servidora desta casa. Queria lembrar que fui a relatora da autorização de uso emergencial da CoronaVac e da Covishield, da Oxford, e também supervisiono diretamente a área que avalia os dados clínicos de qualidade e eficácia das vacinas e concede o registro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Anvisa, não há nenhuma dificuldade. O que é preciso é a quem a Anvisa está aliada na avaliação de vacinas... Isso está até na apresentação que fiz e que não foi possível finalizar, mas estamos alinhados à Organização Mundial da Saúde, nós estamos alinhados também às diretrizes da autoridade reguladora da Europa e das autoridades membros da coalizão das agências reguladoras, que compõem 28 países.

A gente vem buscando informações da Sputnik diretamente com as autoridades, utilizando acordos de confidencialidades da Anvisa. Nem todas as informações foram entregues, mas, entendendo que todas as vacinas são importantes, entendendo que todas as vacinas podem contribuir para a superação da pandemia, a gente vem buscando, inclusive ativamente, essas informações. Busquei informações diretamente com a autoridade do México, com a Cofepris, com a autoridade da Argentina, que também na América Latina autorizou a vacina – queria lembrar que a autorização não foi feita pela autoridade da Argentina. Foi uma decisão do Ministério da Saúde da Argentina. Abrimos uma ponte para buscar informações diretamente com a autoridade da Rússia e estamos agora também buscando informações junto à autoridade da Comunidade Europeia e também da própria OMS. Neste momento, nós estamos avaliando todas as informações submetidas para avaliar se os benefícios superam os riscos, uma vez que a documentação apresentada em 15 de janeiro era ainda pouco robusta para que a Anvisa garantisse que a vacina estabelece os padrões de qualidade, eficácia e segurança. Nesse sentido, não há nenhum impedimento para vacina, independentemente da sua origem.

O que a gente precisa para dar o atesto no Brasil é ter acesso aos dados. É essa a única posição da Anvisa, e ela vem alinhada a qualquer posição de autoridade regulatória no mundo. Algumas autoridades fizeram isso automaticamente, sem acesso às informações, mas inclusive a própria lei autorizada e aprovada pelo Senado Federal estabelece que temos que ter acesso, no mínimo, ao relatório de avaliação da autoridade naquele país que comprove que essa vacina tem qualidade, eficácia e segurança.

E é nessa mesma linha que eu coloco para a Senadora Zenaide: tenha confiança! Há uma equipe aqui também que é pai, que é mãe, que é neto, que é avô e que busca a vacina, que também quer a vacina, mas, para que seja feita dentro do atesto dos padrões, que a gente tenha acesso às informações, as quais nós vamos buscar, inclusive, ativamente. Já acionamos, inclusive, as nossas contrapartes, por meio do Ministério das Relações Exteriores, por meio da Assessoria de Assuntos Internacionais, para que a gente tenha acesso às informações não submetidas. O que estiver aqui nós vamos avaliar e vamos concluir sempre no critério benefícios *versus* riscos. Lembro que a própria Autoridade Europeia colocou no seu *site* que faltam informações, assim como a própria Organização Mundial da Saúde colocou no *site*, no dia 23/03/2021, que estão avaliando os dados clínicos e dados de qualidade, mas ainda requer informações para a conclusão.

São essas as considerações iniciais, Senador Confúcio. Coloco-me aqui à inteira disposição para entrar em mais esclarecimentos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Meiruze.

Aqui me foi solicitado fazer uma indagação, pela Senadora Zenaide, ao Dr. Marcelo, do Ministério da Ciência e Tecnologia: se esses parques tecnológicos já estão merecendo investimentos e estudos por parte do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Com a palavra o Dr. Marcelo para responder à Senadora Zenaide.

O SR. MARCELO MARCOS MORALES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Obrigado, Senadora Zenaide, pela pergunta.

Como eu disse lá no começo, nós investimos aqui 26 milhões, no início da pandemia, em 15 estratégias de vacinas nacionais. O que isso quer dizer, Senadores? É a formulação de insumo farmacológico ativo em Território nacional, para que nós não fiquemos dependentes da importação de insumos farmacológicos ativos produzidos em outros países. É importante? Extremamente importante. Dentro das diretrizes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, o nosso propósito é investir na formulação de insumos farmacológicos ativos no País, para nos dar segurança para a produção da vacina contra a Covid-19 em várias plataformas – de DNA, RNA, partículas virais etc. –, e depois produzir esses insumos farmacológicos ativos no Brasil em plantas de produção de vacinas nacionais. Isso nos dá a condição de produzir para a Covid-19 e outras vacinas – dengue, chikungunya – que nós precisamos produzir no Brasil.

A diferença de produzir o IFA nacional é que ele nos dá essa segurança; nós não precisamos importar. Por exemplo, hoje nós estamos importando o produto pronto e envasando no País, o que é muito importante, o que nos deu condições de começar a vacinar, a ter a vacinação no Brasil. A outra forma é transferir a tecnologia, a receita, vamos dizer assim, da produção e produzir com essa transferência de tecnologia.

O que nós fazemos aqui no ministério é a terceira possibilidade de segurança: a formulação no Brasil por pesquisadores brasileiros. Isso nos dá também a possibilidade de modificar rapidamente a vacina se assim for necessário, se tivermos uma mutação. A Covid-19 veio para ficar. E nós teremos que fazer várias vacinações, como é para a gripe. Então, a produção nacional de insumo farmacológico ativo no Brasil, por pesquisadores brasileiros, também é uma ferramenta importante no enfrentamento dessa pandemia e nas demais que poderão vir.

Em relação às plantas nacionais, eu gostaria de dizer que já há uma reunião marcada com o Secretário José Guilherme, nos próximos dias, para discutirmos a possibilidade de utilizarmos essas plantas para produzir também as vacinas nacionais. Por isso, nós precisamos prospectar essas plantas do setor veterinário que poderiam ajudar de forma importante na produção das vacinas que estão sendo



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

importadas, mas também na produção nacional. Eu prospectei, já conversei, por exemplo, com a Ourofino, que tem a possibilidade de não só produzir os vírus inativados, a planta de vírus inativados, mas também vacinas com proteínas recombinantes, e que é uma das vacinas nacionais que entrou na Anvisa recentemente. Então, existem possibilidades de nós expandirmos o parque tecnológico brasileiro de produção de vacinas. Inclusive, as vacinas de produção com insumo farmacológico ativo em Território nacional, que nos vai dar uma condição de soberania aqui no País.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Marcelo.

Eu passo a palavra para o último palestrante que foi indagado, que é o Dr. Emilio, para que ele possa responder aos questionamentos feitos a ele.

Dr. Emilio.

O SR. EMILIO CARLOS SALANI (Para expor.) – Sim.

Eu vou iniciar fazendo uma mescla de algumas questões. Então, primeiro, eu vou dizer: no parque nacional biosseguro, produtor de vacina contra febre aftosa, lá são todos eles privados e não sofreram nenhuma injeção de dinheiro governamental – esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é que essa operação está destinada a produzir, tem uma capacidade nominal de produzir até 500 milhões de doses de vacinas contra a febre aftosa hoje; e a nossa demanda são 300 milhões. Quanto à pergunta sobre a necessidade de investimentos para adequação dessas plantas, nós não podemos responder, porque qual é o papel do Sindan, o sindicato do qual eu sou o representante? É aproximar os interessados e detentores de tecnologia com os representantes desses laboratórios, para que eles possam se entender e ver os investimentos que serão necessários. Dentro desses investimentos necessários dessa produção, primeiro, não está sendo contemplado nenhum investimento de dinheiro público, de investimento governamental nessas ações. Então, nós não sabemos qual é o montante, nem o grau de dificuldade.

Quando nós falamos em 90 dias para produzir uma quantidade significativa, nós estamos falando: primeiro, de uma vacina inativada; segundo, nós estamos falando com base nas tratativas que nós tivemos com o Butantan, que nos deu o tipo de semente, o tipo de célula, o tipo de inativante, e o próprio Butantan nos disse que a nossa missão terminaria com o envase de IFAs para serem entregues ao Butantan novamente.

Eu gostaria de aproveitar e fazer, juntamente com os senhores, uma analogia. Nós produzimos aftosa por lotes. Nós temos tanques de 15 mil litros. Então, se imaginarmos que temos 15 milhões de ml na base da CoronaVac – porque conversamos com o Butantan – e que é uma dose de meio ml, em cada ciclo de produção que eles disseram que leva 35 dias, nós poderíamos produzir nominalmente até 30 milhões de doses. Por isso, a gente diz que a nossa capacidade está muito compatível com os nossos rebanhos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto às colocações feitas com relação a outras tecnologias, nossos parques também produzem vacina de engenharia genética: vacina em ovo para avicultura e outros tipos de vacinas para aves e suínos. O que nós fizemos neste momento? Vamos nos ater às plantas biosseguras NB3+ certificadas pelo MAPA, vamos nos ater à seção da semente de trabalho e vamos nos ater ao que nós podemos fazer num curto espaço de tempo para sairmos da crise e deixarmos isso como uma semente, essas plantas como plataforma, como um patrimônio do Brasil, para não termos os problemas e podermos ser autossuficientes na produção de vacina.

Então, todo esse pacote de entendimento foi o que nós tentamos passar de uma maneira bastante clara, e documentamos o Senador Wellington Fagundes 100% em linha com o Ministério da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem, vamos continuar. Muito obrigado a todos pelas respostas.

Agora, o próximo bloco é o Senador Izalci, o Senador Esperidião Amin e a Senadora Soraya Thronicke.

Senador Izalci, V. Exa. está com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro, eu quero parabenizar meu querido amigo, Senador Wellington Fagundes, por essa iniciativa de conversarmos um pouco sobre os laboratórios da saúde animal, que têm uma estrutura. Nós somos o maior produtor de bovinos, etc., e existe aí uma estrutura muito forte de vacinas. Foi uma boa ideia discutirmos essa questão, porque creio que podem contribuir muito.

Eu queria aproveitar, Presidente, para pedir que alguém aí que entenda bem disso explicasse para nós, inclusive para os nossos telespectadores, o que é esse IFA, na realidade. Eu sei que é um insumo, é uma matéria-prima para vacina, mas eu vi outro dia que era produzido através dos ovos; agora estou ouvindo falar em negócio de semente. Explique para nós quem pode explicar exatamente como nós podemos produzir o IFA, que é a matéria-prima da vacina.

Parabenizo também o Ministério da Ciência e Tecnologia, todos de lá, o Ministro de uma forma especial, mas todos os secretários que têm feito um belo trabalho, sem recurso. Espero que agora, com a promulgação do veto, a gente possa restabelecer o FNDCT e de fato investir em pesquisa, ciência, tecnologia e inovação.

Então, Presidente, eu já vi aqui as apresentações, acho que é uma medida importante para nós buscarmos outras alternativas para não ficarmos na mão, dependendo de outros países. Então, o Brasil tem todas as condições e capacidade de produzir vacinas, mas eu acho que a questão da experiência da vacina animal... Eu tive informações lá atrás – eu sou contador; não sou médico, nem entendo muito –, e já me disseram que existe Covid há muitos anos no Brasil nos animais. Existem vários tipos de Covid.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria saber se existiu ou existe também alguma vacina, algum trabalho para esses animais com relação às COVIDs – a Covid que já existia nesses animais. Eu acho que é por aí. Acho que o Wellington não sabia que os laboratórios já estavam em contato, que o Sindan já estava em contato com o Butantan. Acho que essas parcerias podem ajudar muito, porque o importante agora é a produção de vacina, mas, para produzir vacina, precisa-se do IFA. Acho que a nossa maior demanda agora é IFA. Então, eu queria saber um pouco mais sobre isso. A gente fala em IFA, IFA, mas eu mesmo já não sei mais como produzir, de onde vem, para que serve...

Então, aproveito este momento para pedir isso aí, Presidente. Era isso.

Parabéns, Senador. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito agradecido.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin. É o primeiro que chega à sala; é um dos últimos que fala.

Esperidião! (*Pausa.*)

Não é possível que você saiu! Você saiu da sala de aula, Esperidião, sem pedir licença...

Cadê ele? (*Pausa.*)

Ah, ele saiu. Ele chegou em primeiro lugar, o danadinho...

Ele deu uma saidinha. A cadeira dele está lá vazia. Deve ter ido à cozinha tomar um café.

Vamos passar para a Senadora Soraya Thronicke.

Senadora Soraya Thronicke, com a palavra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O que é importante neste momento de pandemia de a gente fazer (*Falha no áudio.*)

... justamente porque ele tem pertinência temática com a pandemia. Porque agora só estamos votando questões, professor, que têm pertinência com a questão da pandemia. Mas desafogar o Judiciário é extremamente importante para que ele realmente se debruce sobre as questões que são uma cognição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senadora... Senadora Soraya, nós estamos na Comissão da Covid. A senhora está em duas Comissões. A senhora está falando do Judiciário. Nós estamos aqui, na Comissão da Covid, e a senhora está com a palavra. Eu não sei onde a senhora está agora.

Senadora Soraya... (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Só um minutinho! Só um minutinho!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Tá bom! Tá ótimo!

Perfeitamente, Soraya. Está com a palavra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu estou com a palavra, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sim, na Comissão da Covid.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Desculpe, mas eu estou em duas reuniões simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu estou vendo! Eu estou vendo a senhora aí...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Eu estou em outra reunião, mas, enfim... Esta outra reunião aqui do Professor Joel e do Vítor vai me aguardar um minutinho, e aí eu faço a pergunta que eu gostaria de fazer.

Quero parabenizar, quero agradecer a oportunidade de estarmos aqui reunidos em busca de uma solução para o problema da pandemia, e a questão da vacinação vai resolver o problema também que nós temos de economia.

Eu gostaria de dirigir a minha pergunta para a Dra. Meiruze, que é no seguinte sentido: todos falaram em vacinas, mas eu também gostaria de saber sobre o andamento de outros produtos. Já me informaram sobre um *spray* de nióbio que estaria aí na Anvisa para aprovação. Dizem que ele é mais eficaz do que o *spray* de álcool 70 para fazer assepsia, enfim, essas questões aí desse vocabulário que não é da minha profissão, mas é isso que eu ouvi dizer. E também sobre esses *sprays*, pomadas, seja lá o que for... Fora a vacina, o que está nas mãos da Anvisa para ser aprovado? Quanto tempo demora? O que nós podemos esperar disso tudo?

É isso, Sr. Presidente.

No mais, quero agradecer e dizer para a população brasileira que o Senado Federal está unido, trabalhando acima de suas diferenças ideológicas, diferenças políticas, diferenças partidárias, em prol do bem comum, do bem da Nação. Aqui o nosso ego está de lado, está totalmente imobilizado, como dizem por aí, porque nós temos uma preocupação com a saúde da população brasileira. E lamentamos muito as mais de 300 mil mortes. O que nós temos que fazer aqui, ao nosso acordar, ao nosso dormir, se é que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguém está conseguindo dormir direito com tanta tristeza neste País, com tantas lágrimas, e é a nossa intenção, é trabalhar em prol do bem comum.

E eu gostaria de também deixar bem claro aqui, Dra. Meiruze, que eu concordo com o Senador Wellington Fagundes, que me antecedeu, justamente nessa questão de que o Presidente Jair Bolsonaro disse várias vezes, e muitas vezes no começo do seu mandato, que não faria negócios, não misturaria política, nem ideologia com questões de economia e com questões científicas. Então, é isso. Quero só colocar esta questão aqui: que nós primamos pela ciência e primamos, acima de tudo, pelo bem-estar comum de toda a Nação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Soraya.

Muito bem, vamos... O Esperidião não voltou, não é? Está com a cadeira vazia o Esperidião, uma pena. Se ele voltar, a gente passa a palavra para ele.

Então, aqui agora falaram o Senador Izalci e a Senadora Soraya.

Eu vou aproveitar e fazer aqui as perguntas dos internautas. Eu vou já as direcionar a quem deve responder.

A primeira pergunta – deixe-me ver o texto aqui – é: "Gostaria de saber como e quando será a liberação das compras de vacinas pela iniciativa privada". Quem está perguntando é Lilian Belsito, do Distrito Federal. Ela gostaria de saber como e quando será a liberação de compras de vacinas pela iniciativa privada. Essa resposta eu vou pedir para o técnico do Ministério da Saúde, o Thiago, responder para Lilian.

Essa aqui de Décio Rodrigo, de Sergipe, já foi respondida.

Esta pergunta de Ana Beatriz Venâncio, de São Paulo, eu faço para o Emilio. Esta pergunta é de Ana Beatriz Venâncio, de São Paulo: "Assim que [...] [autorizado o trabalho nas plantas privadas da rede de saúde animal], quanto tempo vai demorar para iniciar a produção [de vacinas humanas contra a Covid-19]?".

Aqui há uma pergunta de assunto mais ou menos político, de Thiago Castro, do Estado de Minas Gerais, que vou passar para a Dra. Meiruze. Dra. Meiruze, anote o nome dele: Thiago Castro, de Minas. "Qual mecanismo impediria uma interferência política prejudicial às atividades da Anvisa?". *(Pausa.)*

Há aqui algumas perguntas que não li previamente, mas vou ler pelo menos uma. De Pablo Nascimento, do Estado de Rondônia: "Há alguma prévia de quanto geraria de economia para o Brasil a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produção industrial de vacinas, quem sabe lucro nas vendas dos excedentes de vacina (claro, se for aceita a proposta de produção brasileira da vacina via indústrias de vacinas veterinárias)?".

Marlene Correia Nakayama...

Essa primeira que eu li, de Pablo Nascimento, vai para o Emilio?

Marlene Correia Nakayama pergunta: "Se foi eficiente em outros países, por que tanta burocracia no Brasil para ser aprovada [no caso da Sputnik]?". Essa pergunta direciono à Dra. Meiruze.

Vi que o Esperidião voltou, tomou café, comeu... Como se chama aquele bolo lá do Rio Grande do Sul? *(Pausa.)*

Comeu uma cuca, não é, Esperidião?

Esperidião, V. Exa. está com a palavra agora. Pode falar, meu amigo. Estava sentindo a sua falta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Pois não! Mas eu estou sempre bem representado pelo perfil e pelo nobre penteado de V. Exa. *(Risos.)*

E acima de tudo pelas atitudes da V. Exa. Até a Dra. Meiruze nos brindou com um sorriso quando eu elogiei o seu penteado. Ela sabe que o seu penteado tem poucos defeitos, um pouquinho de acostamento para atrapalhar... *(Risos.)*

Mas eu queria dizer que eu considero esta reunião, do ponto de vista do que se entende por logística, no sentido amplo da palavra, muito importante.

Eu queria endereçar minha pergunta exatamente à Dra. Meiruze. Eu li um pouco sobre lei de guerra dos Estados Unidos e sobre o que está acontecendo com a grande indústria, o grande laboratório da Merck, que ombréia com a Pfizer na capacidade de produção e teve as suas linhas de produção de pelo menos duas grandes plantas industriais requisitadas pelo Governo americano. Eles falam em parceria, mas na verdade a lei de guerra é que permitiu, por exemplo, na Segunda Guerra Mundial, que toda a indústria automobilística americana fabricasse aviões B-17: a Fortaleza Voadora, talvez a primeira com esse conceito, foi fabricada fundamentalmente pela Ford, que parou de fabricar automóveis e teve as suas linhas de produção convertidas. No caso de hoje, acho que tudo que for linha de produção congênere, especialmente de vacina... Leia-se: que segue os princípios bem descritos pela sua exposição do que são as etapas de uma vacina, que consiste no quê? Em usar o bicho para aumentar a defesa contra o bicho. Falo pela experiência de Governador, Senador Confúcio: o primeiro Estado livre de aftosa sem vacinação é Santa Catarina. Em maio agora vai fazer 21 anos que não se vacina, Senadora Soraya. Não se vacinado em Santa Catarina há 21 anos. Ou seja, fazem o exame de sangue e o bicho não está lá.

Então, o que eu pergunto é isso: qual seria o ganho em tempo, e não em dinheiro? E, pelo que eu sei, a Fiocruz está contratando uma grande fábrica no Rio de Janeiro, e o Butantan também. Ambos têm





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

planos de expansão física, os prédios, a planta física, para poder dar conta de um recado maior. Ouço também que o Butantan vai aproveitar a linha de produção da vacina contra a gripe para a Butanvac. Ou seja, a minha pergunta objetivamente é: se a senhora puder nos ilustrar um pouco mais o que está acontecendo com a Merck, que está produzindo já a vacina da Pfizer, certamente, e também a vacina da Janssen, que tem essa vantagem competitiva de ter uma dose só, e parece que também alocou a sua capacidade produtiva para a Moderna. Essa é uma informação que não está... Então, o que se ganha com tempo? Porque o tempo para se chegar à vacina a senhora descreveu bem: é um tempo científico. Agora, o tempo de fabricação, a partir do IFA, aí é linha de montagem mesmo: Taylor, Fayol, Ford, Chaplin, *Tempos Modernos*, tudo que ilustra a nossa memória sobre linha de produção. Chaplin, na linha de produção satirizando essa situação.

Essa é a minha pergunta, endereçada especialmente à Dra. Meiruze, mas dizendo que, até onde eu pude acompanhar, considero esta uma reunião muito produtiva para esse grande aspecto da logística.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Esperidião, pelo seu questionamento à Dra. Meiruze.

Só está faltando aqui um Senador inscrito. Vou passar a palavra para ele para a gente fazer o fechamento. Depois, eu faço umas perguntinhas rápidas, depois da resposta deste bloco.

Passo a palavra para o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interelar.) – Presidente, obrigado. Meus cumprimentos a todos que estão nesta audiência da nossa Comissão. São duas indagações rápidas. Acredito até que já foram formuladas – e me perdoem se já tiverem sido –, mas eu só quero insistir em relação à vacina Sputnik.

Eu queria saber, concretamente, quais as razões, por parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para a suspensão do pedido de análise para o uso emergencial dessa vacina. É a segunda circunstância, o segundo momento em que ocorre essa suspensão. É importante, inclusive à luz da legislação que temos, que estabelece o prazo de sete dias, nós sabermos, detalhadamente, quais as razões que a Anvisa levou em consideração para essa suspensão.

Aproveito para perguntar: na expectativa da Anvisa, quais os prazos que seriam exequíveis para os dois pedidos das duas vacinas brasileiras, de fase 1 e fase 2, que estão no âmbito da agência nacional, em especial da Butanvac, que, salvo melhor juízo, na sexta-feira apresentou pedido para a fase 2.

Por fim, eu queria também, ainda me dirigindo à Anvisa, um detalhamento sobre a solicitação para a utilização do soro anticovid desenvolvido pelo Instituto Butantan. Qual é a resposta da Anvisa em relação à utilização do soro?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu pergunto adicionalmente: em virtude das emergências sanitárias que nós temos, mas, ao mesmo tempo, pedindo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária compreensão e entendendo a necessidade que essa agência tem de cumprir todos os prazos técnicos... Em virtude do ambiente de guerra em que estamos – acho que o termo é esse, estamos mesmo em guerra –, em virtude da emergência sanitária que nós temos, não seria o caso de agilizar todos esses pedidos, tanto em relação à vacina Sputnik quanto em relação ao pedido para a utilização do soro, requeridos pelo Instituto Butantan?

Eram, básica e objetivamente, essas as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Bem, vamos passar às respostas.

Como a Dra. Meiruze foi a mais solicitada, eu vou passar a palavra a ela, pelo tempo de 5 minutos, para responder a todos os questionamentos dos Senadores.

Com a palavra V. Sa.

A SRA. MEIRUZE FREITAS (Para expor.) – Obrigada mais uma vez, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dra. Meiruze...

A SRA. MEIRUZE FREITAS – Olá?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estamos ouvindo bem, doutora, a voz está ótima.

A SRA. MEIRUZE FREITAS – O.k., está ótimo, muito obrigada.

Senador...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Primeiro o Izalci perguntou sobre o IFA, ele quer saber a definição de IFA, o que significa a sigla...

A SRA. MEIRUZE FREITAS – Senador Izalci, eu me proponho a termos uma boa conversa sobre como é a base do insumo farmacêutica ativo, em especial o insumo farmacêutico biológico, que é a matriz, é a grande essência de qualquer produto biológico, em especial das vacinas. E a sua obtenção também é variável a partir da tecnologia que se emprega.

Então, eu não conseguirei fazer essa definição aqui, porque do vírus inativado normalmente você tem uma célula hospedeira com o vírus inativado. Se você parte dessa do vírus inativado, da reprodução





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do vírus, e faz a purificação, verifica toda a parte de proteína desse vírus, estabelece-se daí o insumo farmacêutico ativo que vai ser processado.

Quando você trabalha com a vacina RNA mensageiro, você está trabalhando praticamente com um insumo farmacêutico sintético. Eu não consigo explicar em tão pouco tempo, mas me proponho a fazer uma apresentação específica de como ocorrem os insumos farmacêuticos para a produção dos medicamentos biológicos, em especial das vacinas em diferentes tecnologias, principalmente quando eu estou falando também de adenovírus, que são vírus que são utilizados para compor os hospedeiros do coronavírus, para que se possa fazer uma utilização nas vacinas.

Rapidamente, sobre a questão da Senadora Soraya, sobre o *spray* desenvolvido pela Universidade Federal de Minas Gerais, um *spray* de nióbio, utilizando, inclusive, nanotecnologia: a área técnica da Anvisa fez a avaliação desse projeto junto com a empresa desenvolvedora. Há uma avaliação da permanência de eficácia com 24 horas e também da segurança da aplicação do nióbio. Esse processo tem sido discutido aqui na Anvisa. Eu não consigo falar agora se já deu entrada especificamente na área de saneantes, mas eu me comprometo a buscar a informação e mandar ao Senado Federal. Entretanto, é uma nova tecnologia que tem que ser avaliada, principalmente na questão da segurança da utilização do nióbio e o tempo em que realmente se mantém o efeito da assepsia.

Especificamente, Senador Confúcio, se me permite primeiramente – com todo respeito à pergunta dos internautas – responder ao Senador Esperidião Amin, que sempre é muito gentil... E eu volto à pergunta do internauta.

Senador, neste momento, todas as estratégias que podem ser utilizadas para ampliar a vacina, principalmente a parte do seu envase e formulação... Ela auxilia que essas vacinas cheguem mais rápido. Eu queria lembrar que, em janeiro, eu chamei o setor farmacêutico brasileiro, em especial o setor farmacêutico que produz medicamentos estéreis, sobre a possibilidade de eles fazerem a parte de envase e formulação das diferentes vacinas, seja utilizando a tecnologia do RNA mensageiro, que é a tecnologia da vacina da Pfizer, porque essa seria uma tecnologia mais fácil de envase com a área de produção de medicamentos sintéticos, seja utilizando envase para a vacina do vírus inativado e formulado, olhando o portfólio de vacinas no mundo, inclusive o portfólio de vacinas já avaliadas, que a gente avaliou diretamente aqui na Anvisa, ou por meio do Covax Facility, para ampliar esse processo produtivo.

Já recebi um primeiro retorno do setor farmacêutico. Eles fizeram uma varredura mundial sobre projetos que podem ser colocados aqui no Brasil. Tenho reuniões agendadas com esse setor para verificar o que eles identificaram que a gente possa autorizar. E nesse sentido, uma etapa de envase aqui no Brasil – estou falando de uma etapa de envase, mas uma etapa de produção e envase aconteceria em torno de 20 dias, e uma etapa de produção do insumo farmacêutico já é uma etapa de produção mais robusta –, nas fábricas que nós visitamos, percebemos que a produção do insumo farmacêutico do adenovírus ocorre em torno de 67 dias e da produção do vírus inativado ocorre em torno de 40 dias – é o tempo de produção do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

insumo farmacêutico. Se a gente conseguisse fazer o envase aqui no Brasil, certamente seria um ganho de produção muito grande para o acesso a essas vacinas.

Então, essa estratégia de utilizar o setor veterinário também é uma boa estratégia para ampliar e, a partir disso, discutir dedicação de linha de produção. Mas lembramos que muitas dessas empresas nacionais que poderiam produzir e envasar vacinas nas suas linhas de produção também produzem medicamentos essenciais neste momento para enfrentamento à pandemia, em especial os medicamentos utilizados no *kit* intubação. Então, é sempre uma avaliação que tem que ser feita com muito acompanhamento, sempre avaliando os benefícios *versus* riscos no abastecimento de cada produto, porque, ao colocar uma vacina numa linha de produção na empresa, é praticamente linha de produção dedicada.

Especificamente quanto ao internauta Thiago Castro – Thiago, muito obrigada pela sua pergunta –, é muito importante para o Brasil, para a segurança sanitária do País, que a autoridade reguladora do Brasil faça essa avaliação de forma independente, considerando a avaliação de outras autoridades, considerando a realidade do Brasil e considerando o plano de monitoramento da vacina aqui no Brasil. Não há interferência política na Anvisa que seja capaz de impedir que a Anvisa avalie uma vacina com critério de qualidade, eficácia e segurança para ser disponibilizada na nossa população. Esse é um compromisso nosso como servidores públicos deste País. Servimos à nossa população e temos o compromisso de avaliar no menor tempo possível, garantindo uma avaliação sempre segura no processo, desde que esses dados estejam apresentados para a autoridade. De qualquer forma, sempre aproveitamos a avaliação de outras autoridades que tenham semelhança de medidas com o Brasil. Todas as avaliações de autoridades são importantes.

Nesse sentido, eu já entro na pergunta do Senador Randolfe Rodrigues e agradeço ao Senador a pergunta. Eu vou falar rapidamente sobre o soro do Instituto Butantan utilizando os equinos. Esse desenvolvimento foi avaliado pela Anvisa e, neste momento, Senador, como estratégia de aceleração de tudo, a Anvisa tem feito, no que é possível termos o compromisso... O soro do Instituto Butantan foi aprovado para condução de ensaios clínicos com termos de compromisso. Significa que ainda falta o Instituto Butantan gerar alguns dados e aplicar, para poder fazer a condução de estudos clínicos, mas esse processo já foi avaliado e aprovado pela Anvisa, o termo de compromisso também aprovado pelo Instituto Butantan e, quando o Instituto Butantan for entregar para a Anvisa para avaliação dos dados retirados, dos dados gerados a partir dos estudos clínicos, a gente também avalia o cumprimento do termo de compromisso.

Nessa mesma linha, nós aprovamos a vacina CoronaVac sob termos de compromisso, sobre a necessidade de condução do estudo de imunogenicidade para posterior entrega da Anvisa. O Instituto Butantan, inclusive, pediu prorrogação desse prazo. Havia uma previsão para ser entregue no dia 31 de março, o Instituto Butantan pediu prorrogação, nós entendemos que o benefício da prorrogação era





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor do que uma suspensão e fizemos a prorrogação do Instituto Butantan. Então, uma das estratégias de agilidade é que, quando os benefícios superam os riscos, os pontos necessários vão para um termo de compromisso. Foi assim aprovado o registro da vacina da Pfizer, foi assim aprovado o registro da vacina da Fiocruz, foi assim aprovado o registro do Remdesivir.

Especialmente quanto à vacina Sputnik, não foi parado o processo de avaliação da vacina Sputnik, foi enviada para a empresa a solicitação de informações adicionais; entretanto, nós suspendemos o prazo na Anvisa. Nós continuamos avaliando nos prazos. *A priori*, o prazo previsto na lei são sete dias úteis, desde que a gente também tenha acesso ao relatório da autoridade onde essa vacina é utilizada, e o relatório da autoridade tenha os requisitos que comprovem qualidade, eficácia e segurança, seguindo as diretrizes das normas técnicas da Organização Mundial da Saúde ou de autoridades de referência.

Nesse processo, nós não tivemos acesso ao relatório da autoridade. Nós estamos avaliando os dados aqui apresentados, há necessidade de complementação, assim como a própria autoridade europeia pediu complementação das informações e a própria autoridade da Organização Mundial da Saúde também pediu complementações. Das autoridades com as quais nós entramos em contato, a Cofepris, no México, por justificativa de confidencialidade, não enviou informações e a autoridade da Argentina também não fez uma avaliação usando os guias internacionais, foi uma avaliação mais célere e uma decisão do próprio Ministério da Saúde da Argentina. Estamos buscando, inclusive, essas informações diretamente ao Ministério da Saúde da Rússia, lembrando que, no modelo regulatório da Rússia, a autoridade reguladora faz uma avaliação pós-mercado, o pré-mercado é autorizado pelo Ministério da Saúde da Rússia. Já acionamos, inclusive, os nossos canais internacionais para buscar ter acesso às informações diretamente. Entretanto, se elas não forem entregues, o processo será decidido sempre numa avaliação de benefícios *versus* riscos, considerando os dados apresentados pela Anvisa.

Especialmente quanto ao pedido de condução de estudos clínicos fase I e fase II da vacina Versamune, foi submetida, na Anvisa, no dia 25 de março, há necessidade de informações adicionais das questões de qualidade, de estudo e de dados pré-clínicos. A Anvisa, no domingo, mandou requerimentos para a USP pedindo as informações dos dados pré-clínicos para uma possível autorização da condução dos estudos clínicos fase I e fase II.

Da mesma forma, o Instituto Butantan apresentou o pedido de anuência de condução de estudos clínicos no Brasil Fase I e Fase II da vacina Butanvac. Ele o apresentou por volta de 22h da sexta-feira. Esse processo já está em avaliação, entrou na avaliação. Se estiver tudo o.k., ele será autorizado. Se houver necessidade de complementação de dados, em especial de dados pré-clínicos, a Anvisa enviará o pedido ao Instituto Butantan.

Então, a gente tem feito todos os esforços para fazer uma avaliação cada vez mais célere. Se vocês fizerem uma avaliação sobre outras autoridades, verão que a do Brasil tem sido uma das autoridades com avaliação mais célere do mundo. Não há processo parado na Anvisa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Senador Confúcio.

Espero ter respondido...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dra. Meiruze, caso haja mais alguma pergunta para frente, a senhora só responde ao Senador Randolfe sobre o soro do Butantan. A senhora quer responder agora?

A SRA. MEIRUZE FREITAS – Eu respondi ao Senador. Eu falei que foi aprovada a condução do estudo clínico sob termo de compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bem. Obrigado.

Eu creio que não foram dirigidas perguntas aos demais.

Algum dos senhores anotou alguma pergunta aos palestrantes?

O SR. MARCELO MARCOS MORALES – Senador, aqui é o Marcelo Morales. Se o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não, pode falar!

O SR. MARCELO MARCOS MORALES (Para expor.) – Senador, só contribuindo para o esclarecimento... O Senador Izalci perguntou... Eu queria celebrar aqui o Senador Izalci, um grande incentivador e promotor da ciência e tecnologia no País. Obrigado, Senador!

Quanto ao insumo farmacológico ou farmacêutico ativo, eu só queria esclarecer que ele é o cerne de uma vacina. Como a Dra. Meiruze disse, é o principal ativo de qualquer medicamento, seja ele um medicamento normal ou um insumo farmacológico ou farmacêutico ativo para vacina. Por exemplo, no caso da Oxford, nós temos o adenovírus modificado geneticamente para carrear o SARS-CoV-2, mas ele pode ser utilizado para outra coisa. Esse adenovírus modificado geneticamente é o insumo farmacêutico ativo, que foi produzido no laboratório da Oxford.

No caso da Versamune, por exemplo, que é a vacina brasileira financiada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, o insumo farmacêutico ativo é uma proteína recombinante, geneticamente recombinada. Esse é o cerne do medicamento. Esse insumo foi feito com financiamento do MCTI na USP de Ribeirão Preto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos aqui no País a possibilidade de ter um insumo farmacológico ativo produzido no País, sem a dependência de outros países. Neste momento, nós estamos importando esse insumo farmacológico ativo de outros países. Essa é a grande diferença.

Então, só para complementar, o insumo farmacológico ativo é o cerne da vacina.

Outra pergunta que o Senador Izalci fez foi referente a outros coronavírus. O coronavírus, Senador, está presente na natureza. Então nós temos vários tipos de coronavírus. É por isso que, em fevereiro de 2020, dentre as sub-redes da Rede Vírus MCTI, nós colocamos uma rede de monitoramento de animais silvestres em todo o território nacional. Já são mais de 3 mil animais monitorados para verificar a presença do coronavírus, modificado ou não, nos animais silvestres e também em animais domésticos. Então, há aí uma estratégia nacional de monitoramento também com a Rede Vírus MCTI.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem, já estamos caminhando para o encerramento da nossa audiência.

Eu tenho aqui algumas perguntinhas para fazer o fechamento, e o Relator fazer as conclusões finais.

O Senado tem debatido bastante que precisamos, no mês de abril, de 100 milhões de novas vacinas, que, junto com as que já estão contratadas, dariam para imunizar 80 milhões de brasileiros, inclusive todo o grupo de risco. Eu queria saber se, por exemplo, todo esse parque de saúde animal disponível teria condição, em um período curto, no máximo 60 dias, se for interesse do Governo, de entrar no circuito produtivo da vacina em alta escala. No final do ano, nós teremos vacinas sobrando, porque virão 100 milhões da Pfizer, mais 100 milhões da Fiocruz e outros milhares de vacinas de outros fornecedores, mas agora nós estamos precisando por causa do alto índice de mortalidade da nossa população e de adoecimento. Essa é uma das perguntas que eu faço à Dra. Meiruze e ao Emilio.

Emilio, o que a indústria de saúde animal, de vacinas, precisa para produzir a vacina contra o Covid? Precisa de parceiros? Logicamente, os laboratórios de saúde animal estão preparados para produção de IFA para a febre aftosa e outras. Para o Covid-19, coronavírus, terão de fazer parcerias. Seria possível fazer uma parceria com o Butantan? Seria possível fazer uma parceria com a Fiocruz, e a Fiocruz, imediatamente, já entrar nesta parceria de contratos de um lado para outro? Essa é uma pergunta.

Para o Dr. Marcelo, do Ministério da Agricultura: o Rio Grande do Sul comunicou recentemente, por meio de ofício, o aparecimento de um vírus em felinos, com todas as características do SARS-CoV-2. O senhor tem conhecimento, aí no Ministério da Agricultura, desses estudos e se esses vírus podem ser veiculados para humanos a partir de gatos ou de outros felinos?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vejo o seguinte, que o Senador Wellington Fagundes, com muita veemência, acredita muito que esses laboratórios possam ajudar, de fato, no aumento da vacinação no curto prazo. Porém, eu vi vários depoimentos, várias apresentações que não fizeram referências a esse fato. Esses laboratórios poderiam ter interesse estratégico? Isso seria importante para esse atropelo de necessidade que nós temos agora para a produção de vacinas?

Essas são as indagações que eu faço, particularmente, à Dra. Meiruze e ao Emilio.

Muito bem. Mais ou menos, são essas as perguntas finais.

Eu passo a palavra agora para o Senador Wellington, se tiver mais algum questionamento, fazer a apresentação, depois eles respondem, e nós encerramos a nossa audiência.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente Confúcio, eu gostaria de agradecer muito, inclusive, a fala de V. Exa., porque ela me ajuda a esclarecer a população.

Eu gostaria agora de ter as respostas e, ainda, depois, no final, se V. Exa. me permitir, quero um tempo apenas para agradecer.

Então, eu queria aqui, na linha do que o Senador Confúcio perguntou, principalmente ao Dr. Emilio e ao Ministério da Agricultura, que fossem bem claros.

Eu quero fazer primeiro uma afirmação: o IFA que nós estamos importando, Srs. Deputados e população que nos assiste, é simplesmente a vacina pronta. O que está sendo feito hoje no Brasil é o envase pelo Instituto Butantan e pela Fiocruz.

Então, eu quero saber a partir de quê a nossa indústria, do Sindan, envolvendo principalmente essas três indústrias que foram oferecidas, teria condições de produzir a partir da célula-mãe? E peço ao senhor para explicar, Dr. Emilio, de forma muito clara, o que é a célula-mãe, qual é o volume dessa célula-mãe e quanto o Brasil precisaria trazer. E, a partir do momento em que tivermos aqui a célula-mãe, que eu disse que é uma pequena caixinha de chumbo, dentro da qual vem essa célula totalmente protegida; a partir dessa célula vocês passam a produzir o IFA e, conseqüentemente, a vacina 100% brasileira? Claro, com a tecnologia internacional, ou seja, daquelas empresas que detêm essa tecnologia – no caso aqui, é a da Coronavac –, porque já está claro, pelo próprio Ministério e pela Ciência e Tecnologia, que nós já temos o repasse dessa tecnologia. E, a partir disso, em quanto tempo? Porque, pelo que nós já conversamos nas reuniões, a partir da autorização, com a chegada da célula-mãe, nós teríamos condições de produzir em 90 dias as vacinas necessárias para o Brasil.

Então, nós precisamos ser bem objetivos, porque há uma certa falta de esclarecimento, por parte de todos nós – a população e a própria imprensa às vezes não entende quando nós estamos falando de IFA e de vacina –, principalmente quanto à capacidade nossa de produção dessa vacina e em quanto tempo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, era isso que eu gostaria que ficasse muito bem claro, principalmente pelo Ministério da Agricultura e pelo Sindan, sabendo que nós vamos ter hoje, Sr. Presidente, às 14 horas, uma reunião, que já foi aqui anunciada, também com esses órgãos – o Ministério da Agricultura, o Sindan e também a Anvisa – para detalhar tudo que nós estamos conversando aqui e, eu acredito que sim, partir para a finalização, porque nós precisamos garantir... O objetivo dessa reunião é principalmente garantir a produção de vacina no Brasil para os brasileiros o mais rápido possível. Com 90 dias, se nós tivermos a produção dessa vacina em grande escala, nós teremos a condição 100% de vacinar os nossos brasileiros, porque nós temos uma rede de vacinação exemplar no mundo. Isso traz esperança e traz tranquilidade para toda a população brasileira. É isso que eu gostaria, efetivamente, de ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Wellington, o senhor pode fazer os agradecimentos?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pois não, Sr. Presidente. Eu quero então... Eu preciso...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Wellington, o senhor pode fazer os agradecimentos? Porque, depois das respostas, nós encerramos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Posso então, Sr. Presidente.

Eu gostaria de agradecer ao Sindan, através do Presidente Delair Bolis; também ao Fernando Luiz, da Ceva; ao Fausto também; ao Hugo Scanavini Neto, que é da Biovet; ao Secretário Carlos Alberto; além dele, ao Dr. Emilio; agradeço também ao Nicolas, que é da área de comunicação do Sindan. Tenho que agradecer aqui à nossa Academia Brasileira de Medicina Veterinária, através do Dr. Josélio Moura, que foi a pessoa que fez toda essa nossa conexão. Claro, agradeço também ao Conselho Federal de Medicina Veterinária e aos conselhos regionais de medicina veterinária. E agradeço especialmente, Sr. Presidente, a V. Exa., que tem tido paciência e que organizou para que a gente pudesse fazer esta reunião hoje, de forma separada. À tarde, teremos, então, a reunião com o Ministro da Saúde e, com certeza, essa reunião será muito mais de caráter político. Por isso, eu quero agradecer e chamar aqui a atenção do Presidente da República, Presidente Bolsonaro, porque eu acho que o Brasil tem a solução através desta audiência que aqui estamos indicando. Eu preciso também agradecer à Ministra da Agricultura pelo trabalho, principalmente por ser muito acessível, assim como o Ministro da Saúde.

Então, ficam aqui os meus agradecimentos a todos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agora vamos às respostas. A Dra. Meiruze usa a palavra, em primeiro lugar; depois, o Dr. Marcelo; depois, o Emilio, praticamente. Ao responder, façam suas considerações finais.

A SRA. MEIRUZE FREITAS (Para expor.) – Aproveitando, quero complementar a pergunta anterior sobre o *spray* de nióbio, acabei de receber a informação de que não há processo parado na Anvisa, assim como não há processo parado na Anvisa sem avaliação dos demais itens importantes da Covid-19, em especial vacinas e medicamentos.

Senador, sobre o questionamento: o que a indústria animal precisa para produzir a vacina no Brasil, em relação a atuação da Anvisa? A primeira colocação é de que a produção do adenovírus, que é a vacina de Oxford, tem uma tecnologia diferenciada. Então, uma planta de vírus inativados para produzir o adenovírus precisava de uma alteração. Rapidamente, sobre a planta de vírus inativados, a gente avaliaria as características da produção animal, comparando à produção do insumo farmacêutico de uso humano, e faria a avaliação da fábrica – a Anvisa poderia, inclusive, disponibilizar imediatamente os seus inspetores para fazer a avaliação da fábrica. A gente vai entrar nessa discussão mais detalhada nessa reunião às 14h.

Certamente, a parte de vírus inativado abre uma grande janela, entrando o setor de produção de vacinas de uso animal. Já, quanto à vacina de adenovírus, certamente para uma adaptação, seria necessário um pouco mais de tempo, e também avaliar a característica da fábrica, considerando que o SARS-CoV-2 é o vírus NB-4. Então, as características de biossegurança são um pouco mais elevadas quando comparadas com o NB-3, mas também não seriam questões impeditivas numa avaliação. Essa é a primeira colocação.

Em relação especificamente ao que o Senador Wellington Fagundes relatou, a partir desse cenário, a gente entrega a esta Comissão qual mapeamento faremos nesse processo, para que se possa rapidamente ter a vacina produzida aqui, utilizando a estrutura das empresas de uso animal, em especial a parte da célula-mestre, porque a grande chave desse processo seria que a indústria animal tivesse acesso à célula-mestre, e a partir da célula-mestre conseguisse reproduzir esse IFA com as mesmas características. Nós não conhecemos ainda esse detalhe da indústria animal, porque não faz parte. A Anvisa não é autoridade que regula produtos de uso animal. Então, só a partir da reunião de hoje é que eu poderia dar mais esclarecimentos.

Por fim, eu gostaria de agradecer a oportunidade da participação da Anvisa junto a esta Comissão e me colocar à inteira disposição, lembrando, mais uma vez, que não há processo parado na Anvisa, e nós estamos atuando em prol da saúde pública do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Meiruze.

Com a palavra Marcelo, do Ministério da Agricultura.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO MARCO MORALES (Para expor.) – Senador, é Marcelo Morales. Eu sou Secretário do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Desculpa, desculpa, desculpa. (*Risos.*)

O SR. MARCELO MARCO MORALES – Eu agradeço muito, Senador, pela importância desta reunião, e queria parabenizá-lo pela condução.

Eu queria dizer, neste agradecimento, que nós temos condições, aqui no Brasil, de criar a produção de insumos farmacológicos ativos para vacinas, a partir da RedeVírus MCTI, e nós deixamos de fazer esse investimento e não tivemos a produção de vacinas no País. Nós retomamos isso com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações em fevereiro de 2020, com a RedeVírus, e estamos retomando com 15 estratégias de vacina. Isso é de RNA, DNA, partículas virais, aquelas 15 que eu mostrei, que são plataformas para estabelecimento, no País, da Oxford brasileira, para produção de insumos farmacológicos ativos para vacinas no Brasil, para todas as plataformas. E, com isso, com esse investimento em fevereiro de 2020, nós chegamos a três vacinas nacionais com condições de iniciar os estudos clínicos no Brasil, sendo que uma delas já teve a entrada na Anvisa, como a Dra. Meiruze acabou de nos dizer.

A Versamune já entrou com protocolo na Anvisa, estamos aguardando as respostas, e nós temos uma bivalente com a influenza e também uma vacina nasal, com *spray* nasal, sem seringa, sem agulha, bastante tecnológica, de segunda geração. E temos condições de trazer a segurança de que o Brasil necessita para as doenças negligenciadas. É essa a contribuição, o legado que o Ministério da Ciência e Tecnologia vai deixar, não só com a produção da vacina nacional para a Covid-19, tão necessária para revacinar, se for necessário, e também para adaptar as vacinas rapidamente, com a tecnologia nacional, para possíveis mutações do coronavírus.

E temos interesse também, Senador, de conversar com o setor industrial da indústria animal, para verificar a possibilidade de produção dessas vacinas nacionais também nas plantas que estão aí disponíveis na indústria, a tão importante indústria nacional animal. E seria importante essa interlocução, porque nós poderíamos acelerar a produção das vacinas também, as vacinas nacionais.

Muito obrigado pela importância desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Marcelo.

Por último, passo a palavra para o Dr. Emilio.

Dr. Emilio, para suas respostas e conclusões.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EMILIO CARLOS SALANI (Para expor.) – Gostaria de deixar bem claro, primeiro, que nós necessitamos de que alguma instituição que tenha o processo de produção de inativação tenha interesse em conversar com as indústrias. Considerando que a indústria é privada e o papel do Sindan é aproximá-los, em eles tendo interesse, como a Dra. Meiruze bem disse, nas visitas da Anvisa e todas as adequações feitas, nós conseguimos inferir que, num prazo de 90 dias, nós poderíamos ter os primeiros IFAs sendo entregues a quem de direito. Lembrando que a gente sempre coloca esses dados baseado nos dados que foram recebidos do Butantan sobre a CoronaVac, que são: a partir da semente de trabalho da Mastercid, trabalhar com células Vero, usar o BEI como inativante e entregar o IFA ao seu responsável. Ponto. O insumo altamente demandado hoje é o IFA, as importações de IFA. Então, nós teríamos IFAs produzidos no Brasil.

Assim, conseguimos inferir que, num prazo de 90 dias, após esse alinhamento da indústria às adequações, a essa certificação pela Anvisa, que a Dra. Meiruze colocou, e a essa boa vontade, vamos dizer assim, de acompanhamento e de aprovação do MAPA, nós teríamos condições de disponibilizar esses IFAs para quem terminar, para quem detiver a tecnologia, o licenciamento. O único incentivo que nos faz realizar esse trabalho, essa vontade de colocar esse ponto de vista é porque os volumes são muito significativos, porque nós produzimos hoje vacinas para 220 milhões de bovinos – correto? –, bilhões de aves e milhões de suínos. Então, a gente tem capacidade de grandes volumes.

À tarde, nós teremos uma reunião e vamos ter o prazer, acompanhados de toda a nossa equipe, de responder a todas as perguntas que o Dr. Wellington, a Anvisa e o próprio MAPA requererem de nós.

Muito obrigado pela participação. O sindicato agradece essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

Muito obrigado a todos os convidados ilustres que prestaram relevantes informações e respostas aos Senadores, aos internautas. Estou muito satisfeito.

Vamos encerrar a nossa audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos, convidando os Srs. Senadores, as Sras. Senadoras e o público para a próxima reunião, que será realizada hoje à tarde, às 16h, para ouvirmos, em audiência pública, o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga.

Eu declaro encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado a todos! Agradecido mesmo.

Um abraço a todos. Até logo, gente. Boa sorte a nós todos! Boa sorte ao Brasil!

(Iniciada às 9 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 40 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dezesseis horas e sete minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Daniella Ribeiro, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Zenaide Maia e Randolfe Rodrigues, e ainda dos Senadores não membros Flávio Arns, Simone Tebet, Marcos do Val, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Mecias de Jesus, Tasso Jereissati, Soraya Thronicke, Luis Carlos Heinze, Fernando Bezerra Coelho, Oriovisto Guimarães, Kátia Abreu, Zequinha Marinho e Leila Barros. Deixa de comparecer o Senador Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa - Ministro da Saúde. Finalidade:** Reunião com Ministro da Saúde, nos termos do Plano de Trabalho, para debater o Plano Nacional de Imunização e o cumprimento dos respectivos prazos, bem como as medidas de combate à pandemia. **Participante:** MARCELO QUEIROGA, Ministro da Saúde. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/03/29>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos, aos internautas, aos Senadores e Senadoras, enfim, a todos que participam desta audiência pública, por certo bem concorrida – é a primeira audiência pública do Ministro Marcelo Queiroga.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus, à Covid-19, inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a esta pandemia.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o Ministro da Saúde, nos termos do plano de trabalho, para debater o plano nacional de imunização e o cumprimento dos respectivos prazos bem como as medidas de combate à pandemia. Esse é o tema central.

Quanto ao uso da palavra, todos já sabem, mas esclareço que esta reunião remota será feita de acordo com a ordem de inscrição através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo.

Depois da fala do Ministro, a ordem da fala para questionamento será: primeiro, o Relator, depois, o Vice-Presidente, os titulares inscritos, os suplentes e, por último, os Senadores não membros da Comissão.

Para maior eficiência da presente reunião, solicito que todos os Senadores sejam rigorosos com o tempo de fala. Eu, aqui, estou em casa e não controlo o tempo da fala; isso é lá no Senado, que fica longe daqui – até eu conseguir uma ligação para pedir um tempinho a mais, demora.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e os tempos das Lideranças poderão ser utilizados após a reunião.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 9ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura – foi justamente a reunião da parte da manhã.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. Os Senadores que desejarem se manifestar em contrário o façam pelo *chat* do aplicativo. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata.

Além da presença do Ministro Marcelo Queiroga, eu registro a presença de vários assessores do Sr. Ministro para a presente reunião: Robson Santos da Silva, que é Secretário Especial de Saúde Indígena; Mayra Pinheiro, Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde; Luiz Otávio Franco Duarte, Secretário de Atenção Especializada à Saúde; Arnaldo Correia de Medeiros, Secretário de Vigilância em Saúde.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou aguardando a chegada do Ministro; ele estava lá no Palácio do Planalto, está em trânsito.

Enquanto ele não chega, eu vou abrir um tempo para deixar a palavra circular entre os Senadores, até o Ministro chegar, já abordando alguns temas.

Por exemplo, a próxima audiência nossa será quinta-feira. Quinta-feira será ponto facultativo? *(Pausa.)*

Provavelmente, será ponto facultativo, mas a nossa Comissão tem uma vigência tão curta que eu acho que nós vamos dispensar esse ponto facultativo. Então, eu vou ainda falar com o nosso Relator Wellington. Há aí o plano de trabalho aprovado, há os assuntos internos dos designados por nós e pelo Relator para ajudá-lo, há alguns trabalhos já concluídos, que devem ser apresentados. Vamos discutir, depois, ao final desta reunião, com o nosso Relator Wellington Fagundes, para saber se fazemos um trabalho interno da Comissão ou se nós já adiantamos a pauta.

Eu vou deixar a palavra liberada, inclusive para o Relator, que teria aquele assunto de que ele gostaria de falar – foi o debate de hoje de manhã. Senador Wellington, o senhor pode falar agora. Há um tempo aí disponível para o senhor falar. Pode ficar bem à vontade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu gostaria também que V. Exa. colocasse outro, porque eu estou aqui a dois minutos de chegar também ao local.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bem.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – V. Exa. poderia colocar outra pessoa. E, em seguida, eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Aquele espaço em *off*, só que está sendo transmitido pela TV Senado, não dá para ser em *off*. Se algum dos colegas Senadores e Senadoras tiverem algum assunto que possa ser veiculado e transmitido pela TV Senado, que está ligada em nós neste momento, pode usar a palavra livremente. Eu não vou escolher ninguém, vou deixar o Otto, a Daniella, o Esperidião, o Izalci...

Pode falar, Izalci, foi o primeiro a levantar a mão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, primeiro cumprimentá-lo. A audiência de hoje de manhã foi importante, acho que o Brasil está bastante avançado na área da agropecuária, tem uma base muito forte na vacina animal. Eu tenho certeza de que a gente vai poder usar essa estrutura na vacina humana também. O Brasil está muito, ainda





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais agora com o FNDCT aprovado, eu espero que o Brasil volte a investir, depois de 15, 20 anos, em ciência e tecnologia.

Eu fiquei responsável também, junto com o Marcos Rogério, Presidente, com relação aos projetos que estão tramitando, para a gente poder defini-los em termos de prioridade. São 68 páginas; então, o que tem de projeto para a gente votar para a Covid! Eu quero que depois a gente possa discutir um pouco para priorizar esses projetos, foi a demanda que recebi junto com o Marcos Rogério. Então, vamos fazer depois uma reunião interna para definir quais os projetos que vamos encaminhar na próxima reunião de Líderes para contemplar a Comissão.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bem.

A palavra está liberada.

O Senador Vanderlan, de Goiás, me ligou ontem preocupado. Nós precisamos de vacina. Ele apresentou um projeto de lei, viu, Izalci, alterando aquela Lei 14.125, excelente, abrindo a possibilidade de compra da vacina pela iniciativa privada, abrir para os empresários comprarem a vacina, oferecerem 50% para o SUS e 50% para as clínicas comercializarem ou para os empresários vacinarem seus funcionários. Então, ele pediu o seu apoio e do Marcos Rogério para analisarem o projeto dele e submeter – ele também faz parte do Colégio de Líderes – na próxima reunião, ele gostaria muito de debater esse assunto e ouvir a nossa Comissão. É um assunto bem interessante.

Eu até gostaria, antes de o Ministro chegar, de colocar em debate essa proposição do Senador Vanderlan. Vamos aí, eu não estou vendo o rosto de todos os presentes, mas aqueles que desejarem falar sobre o capital privado entrar no mercado para nos socorrer com vacinas, conforme propõe o projeto de lei do Vanderlan Cardoso.

Pois não, Izalci, pode falar novamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, há vários projetos. O Nelsinho Trad também tem um projeto importante que ele já quer discutir semana que vem na reunião de Líderes. São muitos projetos. Agora, eu concordo plenamente.

Quando da aprovação do próprio Presidente Rodrigo Pacheco, nós aprovamos essa possibilidade de aquisição pelo setor privado, mas apenas após a imunização de praticamente 70% da população, o que vai levar meses e meses.

Eu tenho colocado sempre que para cada um seriam quase dois para um; para cada empresa que possa comprar, doar 50% e aplicar gratuitamente nos seus funcionários. Nós estaríamos desobrigando o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado, o sistema único, de vacinar mais pessoas porque são duas pessoas a mais que poderiam estar sendo vacinadas. Hoje, qualquer ação nesse sentido está salvando vidas.

Então, eu concordo plenamente, acho que há outros projetos já nessa linha do Vanderlan, do meu amigo Vanderlan, mas eu queria pedir também... O Nelsinho me pediu para colocar na quinta-feira o projeto dele também. Ele é médico, também entende de Covid, conhece tudo sobre isso, então, se pudermos fazer uma... Vou conversar com o Marcos Rogério, se V. Exa. uma hora puder participar, para escolhermos. Na quinta-feira há reunião de Líderes para ver quais as propostas da Comissão, que a Comissão poderia encaminhar para colocar no Colégio de Líderes na quinta-feira. Eu acho que esse do Vanderlan é importante, o do Nelsinho também, mas há lá, não são nem 68 projetos, são 68 páginas de projetos para serem avaliadas.

Então, podem ter certeza de que terão o meu apoio integral nessa proposta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vanderlan, pode usar a fala agora. (*Pausa.*)

Vanderlan, pode usar a palavra.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Os senhores me concedem a palavra, Senadores e Senadoras?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu peguei uma parte da palavra do Senador Izalci, e, realmente, nós estamos com esse projeto, Sr. Presidente, o PL 1.033.

Desde que foi criado o plano nacional de imunização, Sr. Presidente, eu venho me reunindo com várias associações, planos de saúde, empresários, Prefeitos, Governadores, com clínicas particulares, e o pedido é um só, Sr. Presidente, é que se flexibilize o plano nacional de imunização.

Esse PL vem dar essa flexibilidade para que as empresas, os planos de saúde, as clínicas possam comprar quando houver essas vacinas, já que estão sendo oferecidas vacinas pelos investidores pelos laboratórios que desenvolveram essas vacinas.

Citei até exemplos, Sr. Presidente, há pouco na CAE, com o Senador Otto, por exemplo, uma empresa que tem 50 funcionários, que ela seja autorizada a comprar 100 vacinas, a vacina dos seus funcionários, 2x50. Os planos de saúde querem vacinar os seus associados e são milhares e milhões pelo Brasil afora, Senador Wellington Fagundes.

Então, nós apresentamos esse projeto, um projeto simples para que vá ao encontro desse momento. Talvez, há um tempo, não fosse viável, porque nós esperávamos que o plano nacional de imunização





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fosse atingir, Senador Randolfe, hoje, pelo menos 30% da população e isso não aconteceu – isso não aconteceu!

Para essa proposta, eu gostaria de pedir o apoio de todos desta Comissão, do senhor, Presidente, do Ministro Marcelo Queiroga, que está aí, para que façam uma análise melhor, já que a gente está tendo um grande apoio para esse projeto e que a gente possa atacar de todos os lados e vacinar pelo menos mais uns 70 milhões de irmãos e irmãs brasileiras, dando-lhes mais condições.

O Ministro da Economia também foi favorável a esse projeto pela entrevista que eu o vi concedendo em uma dessas emissoras.

Essa é a minha fala, Senador Confúcio, e pediria o apoio desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Vanderlan.

Vamos agora paralisar um pouco a palavra porque o Ministro já está na sala, o Ministro Marcelo Queiroga.

E eu quero ler de novo a relação dos participantes da Mesa.

Ministro Marcelo Queiroga, uma boa tarde para o senhor!

Se o senhor estiver prontinho aí, já pode usar a palavra. O senhor está assessorado...

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Sr. Senador Confúcio Moura, Presidente da Comissão, estou vendo aqui a Senadora do meu Estado, a Senadora Daniella Ribeiro. Na pessoa do senhor e da Senadora Daniella, eu cumprimento todos os Senadores e Senadoras presentes nesta reunião, que para mim é muito importante, porque é do diálogo com os Srs. Parlamentares, notadamente com os Srs. Senadores, que representam os Estados do Brasil, é que encontraremos as soluções para enfrentar esse grave problema de saúde pública que afeta todo o Planeta e particularmente o nosso País nessa segunda onda, onde há praticamente um novo vírus, uma variante, que se tem demonstrado mais contagiosa e mais letal, ainda a se conferir por evidências científicas sólidas. Mas, do ponto de vista prático, os nossos hospitais estão lotados e o número de óbitos está aumentando.

O Senhor Presidente da República, na semana passada, decidiu colocar um médico à frente do Ministério da Saúde e a missão do médico, no dizer do Prof. Adib Jatene, meu ilustre antecessor, é curar. Quando ele não consegue curar, é aliviar. Quando ele não consegue aliviar ou curar, é confortar. Então, estamos diante desse cenário, porque os médicos e os profissionais de saúde têm que ser especialistas em gente, em unir o melhor da ciência e do humanismo à disposição dos brasileiros que estão sendo infelicitados por essa pandemia. E nós temos mais de 300 mil óbitos. A Covid-19, no ano de 2020, de maneira isolada, já foi a principal causa de óbitos, e nós temos que fazer com que 2021 não seja dessa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma. Em 2021, nós temos uma esperança, que é a vacina. Vacinar a nossa população é uma forma de, através de políticas públicas, mostrar à sociedade brasileira que nós, os agentes públicos, estamos trabalhando por ela, estamos confortando-a e estamos tomando medidas concretas para que possamos pôr fim à pandemia.

O Sistema Único de Saúde é a resposta para esses problemas. Precisamos fortalecer o SUS, precisamos fazer com que a gestão do SUS tenha mais eficiência e com isso reduzir óbitos e tornar a história natural das doenças diferente. Não é objeto desta reunião discutir o SUS e, sim, discutir a pandemia da Covid-19, e a vacina é a prioridade nº 1.

Eu trago aqui para os senhores que o programa nacional de imunização brasileiro é um *case* de sucesso mundial, é muito referenciado. Os senhores sabem que organismos multilaterais da saúde, como a OMS, têm o Brasil como referência em vacinação. Nós temos 37 mil salas de vacina no nosso País e o teto da nossa capacidade vacinal, considerando o horário de funcionamento regular dessas salas, é de 2,4 milhões de brasileiros vacinados por dia. Então, se conseguirmos atingir essa velocidade de 2,4 milhões de brasileiros vacinados por dia, nós daremos as respostas que a sociedade quer ouvir de nós, os agentes públicos.

O Brasil, através de contratos com diversas farmacêuticas, já providenciou 535 milhões de doses de vacina, sendo que as duas indústrias que proveem com o maior aporte de vacinas são o Instituto Butantan, um órgão do Governo do Estado de São Paulo, e a Fundação Oswaldo Cruz. Esses dois são institutos centenários e proveem de vacinas o Programa Nacional de Imunização. Além deles, nós temos outras vacinas, outras indústrias que nós já contratamos, entre elas a Pfizer e a Bharat Biotech, e há discussões avançadas com outros fabricantes. Só que essas vacinas estão postas mais para o final do ano. Qual o nosso problema imediato? Vacina para esses três meses que seguem para conseguirmos atingir a meta de vacinação.

Há também o acordo do Covax Facility, que traz um aporte de vacinas para o Brasil, e essas possibilidades que eu ouvi os senhores falarem da participação solidária da iniciativa privada tentando buscar vacinas para conosco compartilhar essa responsabilidade de imunizar todos os brasileiros. Nós estamos com as portas abertas aqui no ministério para discutir todas essas possibilidades. É claro que há barreiras legais, há aspectos regulatórios no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária que devem ser observados, sob pena de se fragilizar o processo regulatório brasileiro abrindo a porta para outros tipos de ações que podem vulnerabilizar o nosso Sistema Único de Saúde.

Na semana passada, nós vacinávamos cerca de 300 mil brasileiros por dia e nós já nos comprometemos com uma meta, já na primeira manifestação que eu fiz à imprensa, de atingir 1 milhão de vacinados por dia. Essa meta já está praticamente atingida, já superamos mais de 900 mil indivíduos imunizados por dia. Claro que é preciso existir uma articulação entre as três esferas – União, Estados e Municípios –, através do Conass e do Conasems, para fazer o que nós mais sabemos: vacinar a população.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não é uma questão logística, é uma questão de disponibilidade de vacinas para esses primeiros três meses em que nós mostraríamos à sociedade brasileira, de uma maneira muito clara, que estamos empenhados em ampliar a vacinação no País.

A outra questão que tem sido posta e que vai na imprensa todo dia é a questão dos suprimentos dos insumos estratégicos. Aqui eu me refiro particularmente ao *kit* de intubação orotraqueal, com medicações bloqueadores neuromusculares e sedativos, e ao problema do oxigênio.

Sabemos que a indústria brasileira, o complexo industrial brasileiro na área da saúde foi muito fragilizado nos últimos tempos. Então, nós temos poucas indústrias, é um mercado oligopolizado. O Ministério da Saúde tem obrigação de suprir, segundo as regras do SUS, de maneira igualitária, com equidade, com integralidade, todo o sistema de saúde, embora que, no particular desse *kit*, o que está pactuado da tripartite é que compete aos Municípios ofertar esse tipo de medicamento. Mas, na situação de saúde pública que vivemos hoje, o Ministério da Saúde não pode se eximir do seu papel de regulador e de provedor desses insumos. Então, tem sido feita uma série de ações, entre elas um convênio com a Anvisa para que nós consigamos monitorar os estoques da indústria farmacêutica e saber qual é a disponibilidade que há, garantindo, assim, que não haja um desequilíbrio, uma simetria entre a oferta de insumos, como esse *kit* de intubação, para o setor privado diferente do setor público. Nós sabemos que o setor privado tem uma capacidade maior de compra, paga à vista e por um valor maior; já o setor público não tem essa mesma capacidade. Então, o Ministério da Saúde, neste momento, tem acompanhado essa questão.

Por outro lado, há necessidade de recompor os estoques. E nós estamos em contato com a Organização Pan-Americana da Saúde para adquirir esses insumos. A dificuldade é que não tem para hoje. Se a gente sair daqui com um avião Hércules hoje para buscar isso fora do País, nessa tratativa com a Opas, a gente não tem. Então, isso é algo que nós conseguiremos em aproximadamente 15 dias. Vamos fazer isso, vamos recompor o estoque para ter mais uma tranquilidade em relação a esses insumos.

O aspecto do oxigênio também é um aspecto importante. Eu estou aqui com o Ridauto, que cuida dessa parte no Ministério da Saúde. Os senhores sabem que houve um problema no Amazonas em relação ao oxigênio. Temos a questão da produção do oxigênio em si, que não é o principal problema. O principal problema é levar o oxigênio até o destino. Esse oxigênio geralmente é levado em caminhões, caminhões-tanques. A capacidade do Brasil de caminhões não é elevada, é a capacidade que existe para suprir o mercado brasileiro em condições normais; não é a capacidade para suprir o Brasil numa condição pandêmica, cujo principal problema são as síndromes respiratórias agudas graves.

Nós já providenciamos uma importação de caminhões, de caminhões usados. A nossa necessidade é de 50 caminhões. Nós já fizemos a importação de 13 caminhões do Canadá. Aqui eu ressalto que a legislação brasileira proíbe importação de carro usado, mas aqui nós não estamos adquirindo carros usados. Nós estamos adquirindo um insumo estratégico para o nosso sistema de saúde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há a questão dos cilindros, porque, muitas vezes, o oxigênio chega aos hospitais e, se eles não tiverem o local adequado para colocar esse oxigênio líquido, não há como suprir o oxigênio necessário, e o oxigênio tem que ser colocado em cilindros. A capacidade do Brasil é limitada. Nós estamos trabalhando junto à indústria nacional para que eles fabriquem mais cilindros ou até mesmo com a Fiesp, por exemplo. Tratei pessoalmente com o Presidente Paulo Skaf para que alguns cilindros que são usados na área industrial sejam alocados para o atendimento à saúde. Quanto a outras alternativas, como o desvio do oxigênio da produção industrial para a área medicinal, isso é limitado. Nós não podemos desviar todo o oxigênio da área da indústria para a área medicinal porque, senão, a indústria vai ficar desabastecida, e aí a gente também não produz insumos, como é o caso de seringas e outros insumos estratégicos para o enfrentamento da pandemia.

O oxigênio precisa ser transportado em avião especial; não pode ser em um avião de linha, porque há o risco de explosão. Temos acompanhado de perto, mas, se todos esses pacientes que chegam necessitarem de intubação orotraqueal, não será fácil suprir essa demanda.

Nós estamos trabalhando na área técnica. Eu convidei o Prof. Carlos Carvalho, Professor Titular de Cardiopneumologia da Universidade de São Paulo, para trabalhar conosco em protocolos assistenciais que, entre outras coisas, racionalizem o uso de oxigênio. Todos sabemos que muitas pessoas chegam aos hospitais, e aí, às vezes, a primeira providência é colocar o oxigênio nasal em quem não precisa de oxigênio. Então, vamos tentar economizar. Vamos fazer uma grande campanha junto aos profissionais de saúde para o uso racional do oxigênio.

A questão assistencial em si não se restringe a ofertar insumos, a ofertar leitos de UTI. O Ministério da Saúde tem habilitado de maneira muito pronta leitos de UTI em todo o Brasil, mas nós precisamos da *expertise* dos profissionais de saúde. Infelizmente, nosso sistema de saúde, ao longo do tempo, não se preparou para enfrentar uma situação como essa. Então, a taxa de mortalidade de pacientes que estão em intubação orotraqueal... Os senhores têm acompanhado pela imprensa, que hoje se especializou em divulgar assuntos médicos, que, de cada três indivíduos intubados, dois podem morrer. Ou seja, a gente trabalha com mortalidade, em terapia intensiva, superior a 70%. Então, não se consegue profissionais de saúde com qualificação suficiente ali no mercado na esquina. Algo que precisa passar pela reflexão de todos nós brasileiros é a formação de profissionais que tenham efetividade no enfrentamento à pandemia. Há um esforço muito grande, até de jovens médicos, que estão aprendendo dentro de uma guerra. Através do Telessaúde – os senhores aprovaram a lei ampliando uso da telemedicina –, nós vamos oferecer suporte desde a atenção primária até a alta complexidade, seja para teleconsultoria, seja para acompanhamento dos pacientes que têm Covid leve e estão em casa, seja para um suporte aos profissionais de saúde que estão nas unidades de terapia intensiva, para que eles possam melhorar esses dados brasileiros de óbitos, que são muito elevados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Afora essas providências, que são providências da parte assistencial, em relação a esses insumos, em relação aos leitos de UTI e aos profissionais médicos, nós precisamos intensificar a ação naqueles pontos que nós sabemos que são eficientes em conter a propagação do vírus. E aqui eu já abro um parêntese para dizer que um deles é o uso da máscara. Se todos os brasileiros usassem máscaras, nós teríamos um efeito quase igual ao da vacinação. Então, usar máscara é uma obrigação de todos os brasileiros. Evitar aglomerações fúteis... A gente vê, por aí, festas...

E agora, na Semana Santa, eu já estive conversando com D. Joel, Secretário-Geral da CNBB, para fazermos um chamamento a toda a Nação cristã que é o Brasil – apesar de o Estado ser laico, os brasileiros são cristãos –, para que os brasileiros se conscientizem da importância de usar a máscara.

Precisamos aumentar o número de testes para que consigamos identificar os pacientes que estão positivos, isolá-los de maneira própria, bem como seus contactantes, evitando, assim, que tenhamos um número muito grande de indivíduos chegando nas nossas unidades de terapia intensiva.

Então, são muitas ações que nós pretendemos colocar aqui em pauta no ministério. Muitas delas já estavam sendo colocadas. Toda essa parte de logística, de aporte de insumos, de oxigênio, eu vejo as coisas aqui muito organizadas. Talvez faltasse um pouco de comunicação com a sociedade brasileira, mostrando o que efetivamente o Ministério da Saúde tem feito em frente à pandemia da Covid-19.

É por isso que, desde que nós assumimos, nós temos entrado aqui, no ministério, pela porta da frente. Nós não entramos por entradas privativas ou por garagens – nada. Entramos pela porta da frente, que é a porta do ministro, do acesso ao gabinete do ministro, e dialogando com a imprensa, para que nos ajude a trazer um ambiente mais harmônico. Basta de tanto calor. Eu já falei e repito: o que nós precisamos agora é de um pouco de luz.

E o que este ministro aqui precisa de vocês, – já que eu assumo o Ministério da Saúde numa situação de um jogador que está na final da Copa do Mundo e tem que bater um pênalti aos 45 minutos do segundo tempo para forçar o time a ir para a prorrogação – é ter um voto de confiança de cada um dos Srs. Senadores, para que, juntos, esta Nação, que se une em Copa do Mundo, se una no enfrentamento à pandemia. E a gente consiga em curto espaço de tempo vencer a pandemia, retomar as nossas atividades normais – educação, atividade da indústria, da agricultura – e que o Brasil siga o seu grande destino, que é ser uma Nação que é uma das grandes potências do nosso mundo.

Aqui no ministério nós tivemos carta branca do Exmo. Senhor Presidente da República para constituir uma equipe técnica, uma equipe com especialistas, sanitaristas, que tenha pessoas que conheçam os principais problemas atinentes à pandemia da Covid-19 aqui, conosco, preservando a autonomia dos médicos, que devem, sim, exercê-la, e trazer aquelas condutas que efetivamente têm capacidade de mudar a história natural dessa doença.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos criar uma secretaria, os senhores estão vendo aqui atrás: Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Pandemia de Covid-19. O objetivo dessa secretaria é justamente concentrar todos os esforços do Ministério da Saúde na área especializada da pandemia da Covid-19, e a estrutura do ministério continuar trabalhando forte em toda a agenda que há dentro da saúde brasileira.

Eu sou cardiologista, como os senhores sabem, e, no Brasil, todos os anos, morrem mais de 380 mil brasileiros de doenças cardiovasculares. Você tem a pauta da oncologia, que também em função da transição demográfica, doenças cardíacas, doenças oncológicas respondem por um número de óbitos muito grande. Nós não podemos descuidar dessa agenda.

Nós temos um PNI com outras vacinações necessárias: influenza, H1N1, sarampo – outro dia teve um caso de sarampo. A gente tem que olhar através da nossa secretaria de vigilância sanitária, verificar o impacto da pandemia da Covid-19 em relação às outras doenças prevalentes, como as doenças cardiovasculares.

Nós sabemos que a Covid-19 afeta fortemente o sistema cardiovascular, levando à inflamação do coração, levando a síndromes coronarianas agudas, levando a acidente vascular cerebral, a pandemia retarda o diagnóstico do câncer.

Então nós estamos diante de um cenário em que mesmo vencendo a pandemia, nós vamos ter que assistir aos agravamentos agudos das doenças prevalentes, à necessidade de acompanhar os pacientes portadores de doenças crônico-degenerativas, que estão sem espaço para ser atendidos nas nossas unidades básicas de saúde. Além disso, lutar contra os aspectos de natureza psicológica, *burnout*, que afeta os nossos profissionais de saúde, que estão muito empenhados e são ativos preciosos. E a questão econômica, vamos deixar para o Ministro Paulo Guedes.

Então, são essas as minhas considerações iniciais, e espero contar com o aconselhamento dos Srs. Senadores, que são pessoas experientes – muitos dos senhores já governaram Estados, já exerceram relevantes funções públicas – para que nós consigamos acertar. E com isso, o grande beneficiado será o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
(*Falha no áudio.*)

Ministro Marcelo Queiroga, pelas suas palavras, sua apresentação.

E nós temos aqui dez Senadores inscritos para fazer questionamentos. Na ordem, nós vamos fazer blocos de três. O senhor ou um dos seus assessores vai anotando, anota o nome do Senador e as suas perguntas, para depois o senhor responder.

Em primeiro lugar, Sr. Ministro, desejo a V. Exa. boa sorte no ministério. Que as suas palavras e os seus propósitos se convertam em ações práticas, porque essa é a grande expectativa e o anseio do povo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro. Quanto às vacinas, que hoje serão objeto de perguntas – eu não vou adiantar nenhuma agora – V. Exa. será fartamente indagado sobre o fluxo, os períodos e as entradas dos contratos.

Então, em primeiro lugar, a sequência será a seguinte: vou passar a palavra para o Relator Wellington Fagundes, que terá um tempo aí. Como há muitos inscritos, Senador Wellington, vou dar um tempo para V. Exa. de sete minutos. Depois, aos demais, três minutos para cada um, sem direito a réplica, porque aqui nós não temos réplica.

Então a ordem é esta: Wellington Fagundes, Styvenson Valentim e o Senador Otto Alencar.

Bem, com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, nossos companheiros e companheiras Senadores, Ministro Queiroga, toda a sua assessoria, que eu quero aqui cumprimentar e a quem desejo muitos, muitos bons êxitos no ministério, e a toda a população que nos assiste. Todos nós, brasileiros, sem dúvida, estamos ansiosos por conhecer as ideias e o planejamento do novo Ministro da Saúde, Dr. Marcelo Queiroga. Principalmente para combater a pandemia de Covid no Brasil.

E agora, logo depois de sua posse, na semana passada, V. Exa. começou a dar declarações sobre o assunto. Nós temos acompanhado. E agora, com a sua presença aqui nesta Comissão do Senado Federal, dá a oficialidade que se requer de um Ministro de Estado, ao atender o chamado do Parlamento, no exercício de sua função constitucional fiscalizadora.

Antes de passarmos às perguntas, vale uma atualização do cenário que vivemos neste momento.

Quanto à vacinação, não pode haver dúvida de que estamos muito atrasados – muito atrasados! –, especialmente em comparação com outros países do mundo. A *Veja on-line* publicou, ontem, números da Our World In Data mostrando que estamos em 15º lugar no *ranking* de imunização mundial proporcional à população. Enquanto Israel lidera, com 60% da população tendo recebido a primeira dose, países como Inglaterra, Chile e Estados Unidos têm, respectivamente, 43,8%, 33,4% e 27,4% de sua população imunizada, com pelos menos uma dose. Mas nós amargamos um percentual de somente 6,3% da população com ao menos uma dose. Mesmo com a taxa alta de imunização, esses países a que me referi têm promovido as demais medidas higiênicas e também as de distanciamento social, o que têm ocorrido de forma não uniforme no Brasil.

Muito em consequência disso, somos o epicentro da doença no mundo e motivo de preocupação mundial, já que 25% das mortes diárias por Covid-19, no mundo, ocorrem no Brasil. Já tivemos, até ontem, mais de 312 mil mortes por Covid, e a média diária de mortos é superior a 2.500, sendo que atingimos o pico de 3.650 mortes em um só dia, na última sexta-feira. A tendência não é a da diminuição, mas de que novos recordes tristes como esses repitam-se nesta semana.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Certamente, a falta de vacinas é o principal fator, no cenário de atraso na imunização, que nos conduz – e nos conduziu – ao colapso do sistema de saúde que hoje estamos vivendo, com falta de leitos de terapia intensiva e carência de oxigênio medicinal, de medicamentos e de insumos essenciais. O número de casos passou de 12 milhões, e os leitos de UTI, para suporte ventilatório, se esgotaram já há algumas semanas, com a ocupação próxima de 100% tanto na rede pública quanto na rede privada, em todo o Território nacional.

Temos visto a ação de gestores estaduais e municipais basicamente em três frentes, para dar combate à pandemia da Covid: a vacinação; o uso obrigatório de máscaras e medidas rígidas de distanciamento social, entre elas toque de recolher e fechamento do comércio; restrições à movimentação dos cidadãos no Território nacional, proibição de aglomerações e da venda de bebidas alcoólicas, entre outras.

Os gestores do SUS e a comunidade científica ressentem-se da falta de coordenação nacional no combate à pandemia e de fragmentação do discurso. O Presidente da República, em muitos momentos, posicionou-se contra muitas dessas medidas, mas parece-me, felizmente, estar havendo uma mudança no posicionamento do Governo Federal, o que é um bom sinal. A indicação de V. Exa. para conduzir o Ministério da Saúde traz esperança de que essa mudança de rumo possa acelerar o processo de vacinação, fortalecer, ainda, o SUS e diminuir o número de mortos por Covid. Depois que tomou posse, V. Exa. já fez acenos à comunidade científica, deu declarações a favor do uso de máscaras, estabeleceu uma meta de vacinar 1 milhão de pessoas por dia, o que significa mais do que triplicar o ritmo atual.

Feita essa contextualização, buscamos encontrar um posicionamento claro do Ministério da Saúde a partir de agora, Sr. Ministro. Por isso, pergunta-se – e estou aqui na condição de Relator da Comissão –: como V. Exa. avalia a atuação do Ministério da Saúde e dos Ministérios no combate à pandemia, especialmente no que tange a aquisição e distribuição de vacinas, apoio à expansão de leitos, aquisição de equipamentos e insumos, e coordenação nacional do programa de imunização?

Segundo: o que muda na ação do Ministério da Saúde com a sua chegada? Que erros foram cometidos? E como V. Exa. planeja evitar que se repitam? Qual nível de autonomia V. Exa. espera ter na condução do Ministério? Qual é o entendimento de V. Exa. sobre as medidas mais rígidas de distanciamento social adotadas pelos Estados e Municípios? Como V. Exa. avalia os resultados até agora? Há planos ou estudos do ministério para estabelecer alguma medida dessa natureza no âmbito nacional? Que negociações estão em curso para aumentar a disponibilidade de vacinas para a população brasileira? Como V. Exa. espera triplicar o ritmo de vacinação no Brasil? – já que V. Exa. anunciou isso. Que medidas estão sendo tomadas para garantir o abastecimento de oxigênio nacional, medicamentos para intubação, para terapia intensiva e outros insumos do SUS? Como o Ministério da Saúde está agindo para ampliar a oferta de leitos de enfermagem e de terapia intensiva no SUS?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. acabou de anunciar, agora, a criação da Secretaria Extraordinária de Enfrentamento da Covid. Para nós, Sr. Ministro, V. Exa. é o ministro extraordinário que esperamos para combater a Covid, principalmente para a população, que espera a vacina chegar no braço de cada cidadão o mais rápido possível, para que esse cidadão tenha a resposta.

Sr. Presidente, eu quero, aqui, só dizer, rapidamente, que, hoje pela manhã, tivemos aqui a nossa reunião com os produtores de vacina da saúde animal, junto com o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério da Saúde e também o Ministério da Agricultura, e eu quero, Sr. Ministro, agradecer a atenção de V. Exa. e, neste caso em especial, inclusive, a do Presidente da República, porque, na sexta-feira, quando estivemos juntos, o Presidente soube dessa possibilidade, inclusive um Deputado aqui do nosso Estado, José Medeiros, a meu pedido, passou para o Presidente, e ele, durante a nossa audiência, ligou para V. Exa. e pediu que tivesse atenção nessa situação.

Hoje, nessa reunião que tivemos aqui, tivemos muito esclarecimento. E, agora, Sr. Presidente Confúcio, já tive, também, o resultado da reunião que...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Wellington, pode ficar tranquilo. Ao final da nossa audiência, V. Exa. faz o fechamento, tá? Ouviu, Senador Wellington? O senhor está sem o som – está sem o som. No final da audiência, V. Exa. faz o fechamento com essa apresentação. O senhor iniciou, e o som foi cortado lá pelo Senado.

Vamos em frente.

Com a palavra o Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

Consegue me ouvir? Consegue me ouvir bem?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Sras. Senadoras, Srs. Senadores, uma boa tarde a todos.

Seja bem-vindo, Ministro! Desejo ao senhor sucesso. Pode contar com a gente aqui no Senado, com o Capitão Styvenson.

Bom, o que eu precisava perguntar ao senhor, o senhor já explanou de forma genérica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, antes do senhor, já se sentaram nessa cadeira alguns ministros: um, que dizia não conhecer a doença e que o tratamento seria o "fica em casa e só vá ao hospital, só procure quando estiver com falta de ar" – isso, no início –; um segundo, que disse que precisava de dados estatísticos para poder lidar com a situação, porque precisava conhecer a doença; um terceiro, que ficou muito dependente do comando do Presidente da República; e, agora, chega o senhor, neste momento crítico.

A pandemia trouxe à tona os problemas que a saúde já conhecia, problemas grandes que ficaram enormes agora.

Preciso aqui reconhecer e agradecer ao senhor os 160 cilindros que o senhor enviou aqui para o Rio Grande do Norte, o meu Estado, e os 290 que ainda faltam, como foi pedido. O ideal ainda está bem longe, que seriam 700 cilindros para o meu Estado, como de resto para o País.

Mas preciso agradecer o empenho também de alguns secretários que o senhor tem em tratar problemas que estão sendo encobertos pela pandemia, como, mais uma vez no meu Estado, nas UTIs neonatais, onde há crianças morrendo, e sei que eles estão dando assistência. Então, o senhor está bem assistindo por seus secretários. Assim, eu creio que o senhor terá esse sucesso.

Bom, falando sobre uma equação que não fecha, sobre o desequilíbrio de uma equação onde faltam insumos, faltam remédios, faltam anestésicos, faltam intubadores, faltam leitos... É preciso abrir leitos, mas, para abrir leitos, como o senhor mesmo disse, é preciso de uma equipe médica qualificada. E o senhor sabe que são 543 mil médicos no País, e a concentração só não está aqui no Nordeste e no Norte.

A situação é: para que a gente possa esperar por essa vacina... Espero que o Ministro que o antecedeu, o Nelson Teich, esteja errado e que nesta semana não aconteça nada de grave, porque este País já não suporta mais. E a revista *Veja* desta semana, do dia 28 de março, trouxe uma notícia muito boa para nós: o nosso País é o 15º em vacinação. Nós precisamos atingir rápido o primeiro lugar desse pódio. Então, precisa vir essa vacina, porque a equação não fecha, pois a gente vê que estão faltando leitos, que estão faltando equipes médicas, que está faltando tudo isso.

Especificamente em relação aos médicos, à má distribuição desses profissionais pelo nosso País, principalmente no Nordeste e no Norte, qual a solução que o senhor pode dar de imediato? Isso porque, no ano passado, a gente viu escolas, universidades de Medicina particulares e públicas, antecipando a formatura de médicos, de pessoas da área da saúde para poderem ir para o combate, e, hoje, a gente não consegue enxergar mais nada.

Uma segunda pergunta é sobre a testagem. Eu não vejo no meu Estado – não posso dizer pelos outros –, mas eu não vejo mais testagem. Há testes no Ministério da Saúde? Ou aqueles perderam a validade?

Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem, Senador Styvenson.

O próximo inscrito é o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio Moura, eu agradeço a V. Exa.

A minha saudação a todos os Senadores e Senadoras que participam desta reunião.

Saúdo e desejo as boas-vindas ao Ministro Marcelo Queiroga, médico cardiologista. E faço uma saudação também como médico que sou, ortopedista. Às vezes, os cardiologistas acham que os ortopedistas não são médicos, mas eu me dedico muito à minha profissão e estou muito interessando em entender a Covid-19, Ministro. Dessa forma, tenho acompanhado muito todo o desenrolar dos fatos que vêm acontecendo no Ministério, desde o Mandetta, depois com o Nelson e, depois, com o Ministro Pazuello.

O Ministro Pazuello foi um operador de logística, porque ele, realmente, não definiu nenhum protocolo para que fosse estabelecido pelo Ministério da Saúde, e, consequentemente, chegamos a esta situação de mais de 300 mil óbitos e da saturação completa dos hospitais, como é o caso aqui do meu Estado, que, na primeira onda, chegou ao máximo de 70% de ocupação dos leitos de UTI, e agora nós temos uma saturação por completo, com muitos pacientes precisando – e aguardando leito – de UTI.

Mas este é um momento de ouvir com atenção V. Exa., e as perguntas que eu gostaria de fazer todas elas foram formuladas pelo Relator, o Senador Wellington Fagundes. Eu gostaria apenas de perguntar a V. Exa. a respeito de março. Existia uma previsão de que no mês de março seriam disponibilizados 38 milhões de vacinas para serem utilizadas em todo o Brasil; depois, isso foi reduzido para 27,6 milhões, e me parece que vai ser reduzido para 24.

Eu gostaria que V. Exa. pudesse estabelecer, através da secretaria que foi criada agora, o critério – ou não – da disponibilidade real das vacinas, para que todos aqueles que estão na ponta, trabalhando, tivessem a oportunidade de fazer o planejamento da vacinação, uma coisa que precisa ser feita, determinando-se assim a capacidade instalada de cada Município, de cada Estado para fazer a vacinação – eu fui Secretário de Saúde aqui no Estado da Bahia, comandeí várias campanhas de vacinação e sei que tem que haver planejamento, estratégia. Que se pudesse disponibilizar, na verdade, a quantidade de vacinas que serão disponibilizadas para utilização.

Portanto, esta é a nossa preocupação: esperar, por exemplo, que o Governo tenha a condição de adquirir as vacinas. Temos aqui o relatório do Butantan, que se comprometeu agora de entregar até agosto 100 milhões de vacinas – há outros laboratórios também que vão disponibilizar. Eu gostaria que V. Exa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

pudesse fazer isto: oficialmente, dizer como vai ser e quantas serão disponibilizadas, para que todos nós pudéssemos ter conhecimento.

No mais, quero desejar boa sorte a V. Exa. No Senado Federal, todos nós, independentemente de posição político-partidária, sempre procuramos ajudar e aprovar todas as matérias necessárias para o bom andamento das ações do Ministério da Saúde; nenhum Senador ou Senadora jamais se colocaria contra os interesses do povo brasileiro.

E V. Exa. vai dirigir o Ministério mais importante de toda a estrutura organizacional do Governo Federal – é o mais importante de todos! –, embora não tenha sido assim considerado...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Otto, e vamos em frente.

Eu passo a palavra agora ao Ministro da Saúde para a resposta aos três primeiros interlocutores – os Senadores Wellington Fagundes, Styvenson Valentim e Otto Alencar –, pelo tempo, Sr. Ministro, de oito minutos.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Senador Confúcio, a primeira pergunta foi: "Como V. Exa. avalia a atuação do Ministério da Saúde e dos demais Ministérios no combate à pandemia, especialmente no que tange a vacinas, expansão de leitos, equipamentos, insumos, coordenação no programa de imunização?".

Bom, a minha proposta não é a de fazer análises retrospectivas: é de olhar para frente, buscar os pontos onde nós tivemos dificuldades para aprimorá-los, e buscar uma forma mais efetiva de dar essas respostas.

Já é praticamente um milagre da ciência haver vacinas para essa Covid-19. Então, foi um esforço muito forte ter essas vacinas agora, neste momento. O que nós temos que fazer é estruturar, como o Senador Otto Alencar falou aqui, um programa forte de vacinação, com a disponibilidade de vacinas, para que todas as estratégias sejam elaboradas de maneira própria.

O que muda na ação do Ministério com a sua chegada? Que erros foram cometidos e como V. Exa. planeja evitar que se repitam?

Então, eu acho que, em pouco tempo – hoje eu completo sete dias aqui no Ministério –, é possível já perceber que há mudanças. Uma delas é o uso de máscaras. Aqui no Ministério da Saúde, a minha primeira providência foi editar uma portaria impondo o uso de máscaras para todos os funcionários.

O segundo ponto foi um diálogo maior com a sociedade civil brasileira. Como eu falei para os senhores, eu tenho entrado pela porta da frente aqui do Ministério, tenho procurado levar uma palavra de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conforto àqueles que têm sido infelicitados por esta doença, tenho dialogado com os outros setores da sociedade civil, tenho discutido fortemente com os Parlamentares.

Essa agenda forte que nós temos até impede um pouco que consigamos estruturar fortemente a nossa equipe, mas eu tenho procurado ficar aqui no Ministério até tarde, às vezes até passo da meia-noite, chego cedo. Então, é trabalhar forte, para que a gente consiga construir um modelo de gestão que atenda às expectativas do povo brasileiro.

Qual é o nível de autonomia que V. Exa. espera ter na condução do Ministério?

O Presidente me deu autonomia para gerir o Ministério da Saúde, para que eu estruturasse a minha equipe técnica. Eu estou fazendo isso. Nós temos um Secretário-Executivo, o Dr. Otávio Cruz, que é um funcionário de carreira do Estado brasileiro, do Ministério da Economia, alguém que é muito conhecedor de gestão. Ele anteriormente estava no Ministério da Infraestrutura, como adjunto do Secretário-Executivo. O Ministério da Infraestrutura é reconhecido pela sua eficiência.

Além disso, na Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, Senador Otto Alencar, eu convidei um ortopedista, que é o Dr. Sérgio Okane, Diretor Executivo do Instituto de Ortopedia e Traumatologia do HC da Universidade de São Paulo.

Eu tenho discutido amplamente com a comunidade científica. Inclusive, fui à Universidade de São Paulo, que é a principal universidade ranqueada da América Latina. Fui à Faculdade de Medicina discutir com a congregação dos professores titulares. Levei a nossa agenda para discussão com aqueles que são pessoas muito experientes.

Enfim, então, eu acredito que, em sete dias, nós já mostramos qual é que é a nossa agenda à frente do Ministério da Saúde.

Qual é o entendimento de V. Exa. sobre as medidas mais rígidas de distanciamento social, adotadas por Estados e Municípios? Como V. Exa. avalia os resultados até agora? Há planos ou estudos do Ministério para estabelecer alguma medida dessa natureza em âmbito nacional?

Nós estamos como estamos porque as medidas que deveriam ter sido colocadas em prática foram colocadas parcialmente.

Por exemplo, a gente não valoriza o uso de máscara? Mas o uso de máscara, como já mencionei aqui, tem quase o efeito de vacinar a população brasileira.

Sobre adotar essa questão da política do distanciamento entre as pessoas. Isso não vai ser resolvido na base da lei, isso vai ter que ser resolvido na base da conscientização da população brasileira. Nós já providenciamos uma campanha do Ministério da Saúde muito forte para o incentivo do uso da máscara e



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

com orientações em relação ao distanciamento. Nós temos que ter uma política em relação aos transportes públicos.

Nós temos que trabalhar aqui... Perguntaram sobre testagem. Nós temos que testar os pacientes para que aqueles que estejam positivos sejam isolados, bem como seus contactantes. Há disponibilidade de teste aqui no Ministério, e eu já pedi que esses testes fossem distribuídos para as secretarias de Estado. Essa não é uma demanda que tem sido feita ao Ministério da Saúde, mas é importante que o Ministério da Saúde estabeleça essa informação em relação aos testes. Não é todo teste. Esse teste rápido do antígeno para verificar a presença de anticorpo não é a melhor opção. A gente tem que ter testes que detectem o vírus.

Enfim, é necessário implementar essas ações – essas são fundamentais.

Quanto à questão da vacina, há uma carência de vacinas no mundo inteiro – não é só aqui no Brasil. É preciso que isso fique bem claro. O Senador Wellington Fagundes veio aqui para conversar comigo sobre as plantas da área de vacinas animais serem usadas para a produção de vacinas aqui do Brasil. É uma ideia bem-vinda. É preciso avaliar as questões técnicas para que tenhamos essas vacinas. Não penso que isso seja uma providência que, a curto prazo, trará o volume de vacinas de que nós precisamos. Nós temos que buscar cerca de 50 milhões de doses de vacinas para que as tenhamos aqui no Ministério da Saúde para fazer acelerar o nosso programa de vacinação. A iniciativa privada tem se apresentado. Alguns querem doar tudo que conseguirem para o Programa Nacional de Imunização; outros querem colocar metade dessas vacinas e, com a outra metade, vacinar os seus trabalhadores. São posições legítimas, embora algumas precisem de ajustes regulatórios. Ainda há pouco eu conversava com o Ministro Levi, Advogado-Geral da União, que já me falou que deu um parecer favorável. O Ministério da Saúde não vai colocar qualquer tipo de óbice para ampliar a vacinação.

Em relação à vacina Sputnik, da Rússia, sobre a qual há um acordo com o consórcio dos Governadores do Norte/Nordeste, salvo melhor juízo, para 37 milhões de doses, e, aqui, com o Ministério da Saúde, para 10 milhões de doses, mas mais para o final do ano, é necessário haver a chancela da Anvisa. Mas, olhem, se os russos trouxerem para cá 100 milhões de doses amanhã, nós vamos acolher esse aporte de vacinas. Agora, eu quero ver para crer, para ser bem sincero com os senhores, porque há muita conversa.

Agora mesmo, eu tive um telefonema com o Embaixador Nestor Forster, Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, e há uma possibilidade de fazermos permuta com os Estados Unidos para haver uma antecipação de doses seja do Covax Facility seja de outras formas de vacinação.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode continuar, Ministro.

Há algumas perguntas ainda. Pode ficar mais...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO QUEIROGA – Eu vou terminar aqui.

Sobre as negociações já falei.

Que medidas serão tomadas para garantir abastecimento de oxigênio medicinal, medicamentos para intubação, para terapia intensiva? Na minha fala, eu já falei acerca desse assunto. Foram tomadas medidas junto à Anvisa, porque não é atribuição do Ministério da Saúde – a Anvisa é um órgão de Estado –, foi facilitado o registro de fármacos, foi reduzida a quarentena biológica para sete dias – isso garante um aporte maior de medicamentos –, foi permitida a importação de medicamentos para o Brasil. Lembro que essa atribuição é uma atribuição das secretarias municipais de saúde. O Ministro da Saúde... A gente tem a PGR, o Procurador-Geral da República, tem o Advogado-Geral da União. O Ministro da Saúde não pode ser o AGR, o "almoxarife-geral" da República, só para cuidar dessa agenda.

Então, há que existir um esforço também dos secretários municipais, dos secretários estaduais, para se somar com o Ministério. Não é só jogar a bomba aqui para a gente. Há que se participar. Não é tripartite? Então, vamos compartilhar as responsabilidades, porque o Ministério da Saúde não pode só ficar enxugando gelo também, Senadores. Os senhores hão de convir conosco. Mas estamos trabalhando. Estamos trabalhando fortemente para isso.

Já falei que tive um diálogo com a Opas. Há perspectiva de haver uma importação. Não existe para amanhã. Eu não consigo trazer isso para amanhã. Mas, nos próximos 15 dias, nós temos condições de estabelecer um estoque regulador aqui no Ministério.

Como o Ministério da Saúde está agindo para ampliar a oferta de leitos de enfermaria e de terapia intensiva do SUS?

O Ministério da Saúde tem habilitado leitos. No ano passado, habilitou um número expressivo de leitos. Muitos desses leitos foram alocados para hospitais de campanha, que nós sabemos que, do ponto de vista da atenção aos pacientes mais graves, não funciona. Então, preferimos que leitos sejam habilitados em locais onde haja um legado depois da pandemia, que fiquem.

No Rio de Janeiro, nós estamos em articulação com a rede estadual para, em 15 dias, entregar cerca de 580 leitos, para atender à população do Rio.

E as demandas para habilitação de leito têm sido atendidas aqui no Ministério da Saúde.

O Senador Styvenson...

A questão dos recursos humanos.

Se tivéssemos o dobro de recursos humanos, ainda não teríamos recursos humanos com qualificação suficiente para enfrentar esta pandemia com resolutividade. Com o que temos aí, nós já temos uma mortalidade de 80%. É alta essa mortalidade. Eu visitei o Hospital das Clínicas da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Universidade de São Paulo e, lá, pude observar a excelência que eles têm na assistência. O ideal seria que nós tivéssemos essa excelência em toda a rede SUS. Isso não acontece.

Então, vamos oferecer o suporte aos que estão lá. Mas, do ponto de vista prático, para conseguirmos reduzir esta calamidade pública, nós temos de investir nas medidas de redução da circulação do vírus; evitar aglomerações; distanciamento social; uso das máscaras; e, a critério de cada Estado ou Município, de acordo com a situação sanitária, aplicar medidas restritivas mais fortes, desde que caibam, até porque, nesta segunda onda, a situação está mais homogênea no Brasil, mas, no Amazonas, a situação já foi fortemente diminuída.

Nós temos sinais aqui, pelo acompanhamento epidemiológico, de que o número de casos já começa a diminuir no Rio Grande do Sul, no Paraná, ou seja, vamos intensificar essas medidas.

Eu entendo que esta Semana Santa é um ponto de risco. É um ponto forte de risco. Nós temos de comunicar à sociedade, de uma maneira clara, que ela tem de colaborar com as autoridades sanitárias para que consigamos reduzir essa contaminação.

Então, 2.904 médicos pelo Programa Mais Médicos. Nós estamos trabalhando também para expandir o contrato. Há contratos que estão na iminência de encerrar e nós vamos trabalhar para que todos esses contratos sejam renovados, a fim de que não haja redução dos recursos humanos, além da telemedicina para apoiar na qualificação desses profissionais.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem. Vamos em frente, meu Ministro.

Agora, no próximo bloco, é o Senador Randolfe, a Senadora Daniella e o Senador Izalci Lucas.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente Confúcio. Ministro Marcelo, meus cumprimentos.

Ministro, o senhor começou aqui fazendo uma analogia de que estava entrando nos 45 minutos do segundo tempo para marcar o pênalti e para levar o time para a prorrogação.

Eu acho que sua situação, permita-me a analogia com o futebol, é ainda mais grave. O senhor está entrando aos 44 do segundo tempo, e precisamos fazer uns três gols, porque o time está perdendo de goleada. Mas eu fico particularmente satisfeito com a sua preliminar. Nós estamos ouvindo, no Ministério da Saúde, algo que nós não ouvíamos, desde os Ministros Mandetta e Teich. O senhor falou sobre o uso de máscaras, que é fundamental; o senhor falou sobre medidas restritivas mais fortes; que não existe possibilidade de tratamento precoce para a Covid, não há remédio para a Covid... Isso já é um bom ponto de partida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não quero... Eu estou com o senhor, apesar da minha posição política ser conhecida. Eu não quero olhar para trás, vamos olhar para a frente, para a resolução dos problemas, que é o que interessa a todos nós aqui no Senado e, com certeza, a V. Exa.

Eu também acredito como o senhor que o time tem que jogar todo unido, e o time neste momento são todos os brasileiros e brasileiras contra o vírus, para nós sairmos desse atoleiro sanitário.

Então, eu queria, logo de antemão, rogar... V. Exa. falou sobre a situação do oxigênio, que é um dos problemas gravíssimos que nós temos. E eu sei disso porque estou aqui, neste momento, em Macapá, na capital do Amapá, com um problema grave, extremamente grave, sobre o fornecimento de oxigênio.

Uma sugestão que faço a V. Exa., que eu imagino já deva estar em curso, é a redução do fornecimento, da produção de oxigênio, por parte do parque fabril, por parte da indústria e o redirecionamento dessa produção de oxigênio para as necessidades hospitalares que nós temos neste momento.

Faço também um apelo a V. Exa.: eu estou desde terça-feira tentando trazer, aqui para o Amapá, 20 mil m³ de oxigênio que estão na Venezuela, mas, por conta de problemas ideológicos, nós não conseguimos. Então, eu apelo a V. Exa. e peço sua intercessão para que nós possamos receber essa doação que tem sido feita pelo governo venezuelano.

Outra questão, Ministro, e aqui diz respeito ao meu lugar, onde estou aqui no Amapá: hoje foi publicada, no *Diário Oficial da União*, uma portaria sobre a disponibilização de R\$44 milhões para a abertura de novos leitos de UTI em 14 Estados da Federação.

Ministro, o meu Estado do Amapá não foi contemplado, e eu digo a V. Exa. que nós tivemos mais uma madrugada em claro aqui no Amapá. Para o senhor ter ideia, nas últimas 48 horas, faleceram, só em Macapá, 20 pessoas sem leito de UTI.

Só concluindo, Presidente, segundo dados do Ministério Público, nós temos 39 pessoas que precisam de leito de UTI neste momento, neste exato momento. Então, eu rogo a V. Exa.: é urgente a abertura de novos leitos de UTI aqui no meu Estado. Não é compreensível que um dos Estados mais impactados pela pandemia neste instante não seja contemplado por essa portaria do Ministério da Saúde. Eu tenho certeza de que isso não tenha sido responsabilidade de sua gestão, visto que V. Exa. está tomando posse ainda, da última quinta-feira para cá.

Por fim, Ministro, um último questionamento. V. Exa. falou da valorização e da necessidade de otimizar os profissionais de saúde. Eu peço o apoio de V. Exa. e de todas as Sras. e os Srs. Senadores ao nosso Projeto de Lei 1.038, que concede isenção de Imposto sobre a Renda da Pessoa Física para os profissionais de saúde, enfermeiros e médicos, no exercício dos seus plantões. É algo mais do que justo...

(Interrupção do som.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Perfeito. Você pode concluir daqui a pouco, Randolfe.

Eu vou passar para a Senadora Daniella Ribeiro, do Estado da Paraíba, terra do Ministro, Campina Grande. Daniella Ribeiro, com a palavra. *(Pausa.)*

Ela estava aí agorinha mesmo. Daniella? Cadê a Daniella? Ela estava aí há um minuto. *(Pausa.)*

Vou passar à frente até que a Daniella retorne.

Vou passar para o Senador Izalci Lucas, do Distrito Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente,
está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Ouvindo bem.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.)
– Em primeiro lugar, quero parabenizar o Ministro pela fala. Achei a conversa muito boa.

Agora, eu queria perguntar: a Anvisa soltou um edital para que os fornecedores de insumos dessem informação semanal para o ministério para que se soubesse exatamente como está o estoque de insumos e materiais. Quero saber como está essa posição.

Segundo, Presidente, é sobre a questão dos critérios de vacinação. Vai se mexer nisso? Nós temos, por exemplo, os coletores de lixo hospitalar, que não estão sendo contemplados com a vacina, assim como os motoristas e cobradores. E perdemos aqui no DF quase 30 policiais militares, que também não foram atendidos; e, nos critérios, inclusive, os bandidos, os prisioneiros têm preferência com relação aos próprios policiais. Então, eu queria saber qual a posição do Ministro.

E, com relação ao projeto de lei que foi colocado por V. Exa. mais cedo e que nós vamos discutir na reunião de Líderes quinta-feira, qual a posição do Ministro com relação à aquisição de vacinas pelas empresas, doando 50% e aplicando diretamente nos funcionários, gratuitamente? Qual a posição do Ministro para que a gente possa colocar esse projeto na pauta o mais rápido possível, porque isso desonera realmente o Sistema Único de Saúde?

São essas as minhas indagações, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Obrigado, Senador Izalci.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto se a Senadora Daniella já retornou. (*Pausa.*)

Ainda não.

Eu passo a palavra para o Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Para interpelar.) – Boa tarde, Sr. Ministro. É um prazer recebê-lo aqui na tarde de trabalho do Senado da República.

Cumprimento toda a sua equipe aí ladeada, pronta para dirimir as nossas dúvidas.

Quero saudar o nosso Presidente, o Senador Confúcio, e, na pessoa dele, cumprimentar e saudar todos os colegas Senadores que militam e atuam nesta Comissão.

A minha questão, realmente, pega um gancho na fala do Senador Izalci. A gente entende que, no momento que a gente está atravessando, a gente precisa bater esse pênalti de preferência sem ter o goleiro no gol. E, na minha avaliação, a gente consegue fazer isso se a gente botar mais vacina no braço do povo brasileiro. Qual é a análise que V. Exa. faz de trazer para dentro do ministério a iniciativa privada no sentido de possibilitar que ela possa vacinar a sua massa laboral e, para todos aqueles que ela vacinar, ela não deixe de cobrir o SUS, oferecendo ao Sistema Único de Saúde até a metade das doses que ela for utilizar para vacinar os seus empregados? Exemplo: se um empresário tem 100 empregados, ele vai vacinar os 100 empregados, mas ele teria que doar para o Sistema Único de Saúde 50 doses. A nossa visão nessa questão é que isso vai desonerar o Sistema Único de Saúde desse pessoal que não está no grupo prioritário e, consequentemente, aumentar o número de pessoas vacinadas; consequentemente, nós vamos atingir mais rápido a imunidade de rebanho.

Essa era a minha única pergunta. Eu gostaria de ouvir a explicação e a posição do Ministro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Ministro, agora, o senhor vai responder aos Senadores Randolfe Rodrigues, Izalci Lucas e Nelsinho Trad.

Com a palavra o Ministro Marcelo Queiroga – o tempo, Sr. Ministro, é mais curto, é de sete minutos.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Senador Randolfe, obrigado pelas palavras de estímulo, de incentivo. Vamos procurar corresponder às suas expectativas.

Sobre essa questão do oxigênio, eu pediria ao Ridauto, que tem cuidado dessa questão, para que ele possa sinteticamente passar a posição.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falei com o Furlan, que é o Prefeito de Macapá, meu colega, cardiologista também, e ele me demandou uma usina. Eu já diligenciei essa questão aqui para ver se nós conseguimos atender ao Amapá e à cidade de Macapá.

Ridauto, por favor.

O SR. RIDAUTO LÚCIO FERNANDES (Para expor.) – Obrigado, Ministro.

Senador Randolfe, já estamos cientes da obtenção dos 3 mil cilindros na Venezuela e estamos otimizando como vai ser feito o transporte desses meios. É uma oferta bastante interessante e vai ajudar bastante mesmo.

Apenas uma observação. Se nós transportarmos isso com a Força Aérea, como cada avião nosso C-130 transporta 180 cilindros, nós precisaríamos empenhar uma aeronave C-130 por 17 dias consecutivos, sem contar algum dia de parada técnica, manutenção, parada operacional. E nós temos apenas três C-130 atualmente na Força Aérea em operação. Inclusive, nem sempre os três estão voando ao mesmo tempo pela necessidade de manutenção, etc. São poucos os meios disponíveis. Tirar agora uma aeronave e empenhá-la por 17 dias consecutivos numa situação como a que nós estamos vivendo está sendo bastante... Nós estamos tendo que avaliar isso com muito cuidado. É um meio, como eu falei, muito nobre. E estamos avaliando a possibilidade de fazer esse transporte com um meio civil contratado – se necessário, utilizando até uma aeronave cargueira de grande porte estrangeira ou utilizando algum tipo de embarcação. Estamos avaliando também o tempo que se gastaria para fazer isso, mas estamos trabalhando no atendimento do transporte desse material que o senhor e o Estado do Amapá conseguiram.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode continuar, Sr. Ministro.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Em relação aos leitos de UTI, Senador Randolfe, não houve nenhuma formalização de pedido para habilitação de leito de UTI no Amapá, mas essa demanda agora já parte do senhor, e, de ofício, nós já aceitamos. Eu já vou determinar ao Rodrigo Cruz, que é o nosso Secretário-Executivo, que tome as providências.

Quanto ao projeto de lei que o senhor pede a nossa opinião, é claro que eu sou favorável. Para aqueles profissionais de saúde que atuam no Sistema Único de Saúde atendendo os indivíduos com pandemia, isso seria um reconhecimento e um estímulo, desde que isso seja somente no período da pandemia.

Em relação à demanda do Senador Nelsinho Trad, conversamos no sábado sobre esse tema. Desde que haja vacinas, vencidos os óbices legais, porque há uma legislação que precisa ser respeitada... Inclusive, os senhores já aprovaram uma lei aí no Senado Federal, e, depois de certa cobertura vacinal, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciativa privada pode vacinar. Eu falei que o Advogado-Geral da União já deu o parecer favorável acerca desse tema. E o Ministro da Saúde, desde que haja vacinas, não vai colocar nenhum óbice, vai fazer com que essa demanda siga.

Senador Izalci, critérios de vacinação. O PNI, de manhã, hoje, discutiu a inclusão de agentes de segurança e de professores dentro das prioridades da vacinação. Então, eu vejo que é possível trabalhar em modificações e ajustes no PNI para tornar a situação mais equânime.

Sobre a venda e a distribuição de medicamentos, sobre essa portaria da Anvisa, com essa parceria com o Ministério da Saúde, nós estamos trabalhando realmente juntos. Há pouco mais de dez dias, houve um risco de desabastecimento; o Ministério da Saúde junto com o Gabinete Civil e a Anvisa foram muito diligentes; e não houve o desabastecimento. A situação só será regularizada quando tivermos um estoque regulador. E a expectativa é ter junto com a Organização Pan-Americana de Saúde uma compra de um estoque regulador para dar um conforto para nós, uma segurança.

Há mais alguma pergunta? *(Pausa.)*

Acho que esse bloco está contemplado. *(Pausa.)*

Acho que falta a Senadora Daniella... Não, a Senadora Daniella não perguntou.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem. Vamos em frente.

O próximo bloco de três Senadores será: Daniella Ribeiro, Esperidião Amin e Kátia Abreu.

Senadora Daniella, com a palavra, pelo tempo de três minutos.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, Ministro Marcelo Queiroga, com muita alegria, falo com V. Exa. dizendo que muito me alegra vê-lo Ministro da Saúde, sabendo do seu comprometimento e do seu compromisso com a saúde do País. Primeiro, é pela coragem e ousadia que teve ao aceitar o convite no momento mais crucial de toda a pandemia. Isso é demonstrado também pela sua sensibilidade. E eu sabia, Ministro, por compreender tudo que você sempre fez pela associação brasileira e pela Medicina na Paraíba, que não seria diferente no nosso País.

As suas palavras iniciais já demonstram o quanto você se diferencia e o quanto a gente precisava ouvir isso, diferentemente do que a gente vinha ouvindo por parte de outros ministros, enfim, de tudo aquilo que a gente tinha como expectativa. Eu já lhe disse isso por telefone, mas eu faço questão de dizer aqui publicamente.

Eu quero dizer que, dentro deste contexto, a nossa preocupação maior é a vacinação. E aqui a gente tem feito todo o esforço, seja através da Comissão de Relações Exteriores, através da nossa querida





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Kátia, que tem feito um papel primordial... Inclusive, é um papel que caberia, de imediato, primeiro, ao Ministro das Relações Exteriores ou a um fatídico Ministro que passou – graças a Deus, passou. E, como você disse, não vamos olhar para trás, vamos olhar para frente. E, antes que termine meu tempo e eu fique sem poder falar, eu quero dizer que, dentro desse cronograma, nós tivemos uma sessão em que vários representantes de farmacêuticas vieram e não nos deram muitas boas notícias. Então, como você vê, dentro desse cronograma de vacina, a gente poder vacinar por dia 1 milhão dos nossos brasileiros?

Boa sorte! Que Deus o abençoe! E conte conosco, pelo menos aqui dentro do Senado Federal, torcendo e fazendo a nossa parte sempre.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Eu não posso brincar com expressões, mas vou dizer, como dizia Vitorino Freire: jabuti não sobe em árvore, e, se o jabuti está na árvore, foi enchente ou mão de gente. Então, eu vou cuidar dessa parte do jabuti, porque nisso eu guardo coerência com o que eu tenho feito.

E acho que vocês deveriam alertar a Liderança do Governo, porque o Governo não vai poder deixar de...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Nós estamos sem ouvi-lo, Esperidião. Nós não o estamos ouvindo, Esperidião. Há algum problema na internet. *(Pausa.)*

Esperidião, você ficou um tempo sem... Pode falar de novo, Esperidião, para a conclusão. Nós não o ouvimos. Nós não o ouvimos. *(Pausa.)*

Vamos passar para frente. Depois, ele arruma o... Vamos passar para frente.

Senadora Kátia Abreu, com a palavra.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentar o Ministro Marcelo Queiroga e, sinceramente, lhe desejar toda a sorte do mundo. Que o Espírito Santo possa iluminá-lo para que o senhor faça uma grande gestão!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da minha parte, eu tenho toda a boa vontade não só em apoiá-lo e ajudá-lo, como todo o Senado Federal, mas, inclusive, em rezar pelo senhor, para que nós possamos, juntos, unidos na fé e nessa irmandade brasileira, nos dedicar exclusivamente a vacinar o povo. Não é hora de dispersar, não é hora de conversar sobre outro assunto.

Eu fico constrangida quando alguém me procura para tratar de outro assunto que não seja a vacinação. E eu confesso ao senhor que os meus colegas Senadores me pediram, me deram a tarefa muito honrosa, através da Comissão de Relações Exteriores, de tentar buscar a vacina no mundo, as informações, na verdade, sobre os contratos, sobre o cronograma das vacinas, de tentar encontrar formas de nós termos um acesso mais rápido às vacinas em estoque, aquelas vacinas que os países compraram em excesso... Eu confesso ao senhor que eu sou uma pessoa otimista e obstinada, mas eu estou tendo muitas dificuldades em conseguir flexibilizar qualquer tipo de ajuda além do que está fazendo o cronograma. Eu entendo que os contratos devem ser cumpridos, que o Brasil chegou numa fila muito atrasado, e quem chega atrasado tem que sentar no corredor, infelizmente, porque nós poderíamos estar com boa parte, com pelo menos um terço da população vacinada, mas, pela demora na compra de vacinas, isso não é possível, mas não é hora de chorar o leite derramado.

Eu gostaria de dizer que, com relação aos Estados Unidos, nós não sabemos mais o que fazer. O Presidente Rodrigo Pacheco enviou uma carta à Vice-Presidente, Kamala Harris, pedindo que ela tivesse uma atenção especial e cedesse vacinas ao Brasil. Já fizemos um apelo internacional por vacinas excedentes nos países, já falei com todos os embaixadores estrangeiros no Brasil, com todos os do Brasil lá fora, na OMS, na ONU, nós mandamos, agora, uma correspondência, por último, eu e o Presidente da CRE da Câmara, Aécio Neves, uma carta ao Presidente da OMS pedindo que o nosso consórcio pudesse adiantar um pouco mais de vacinas. Nós já recebemos um milhão, e deveremos receber, até amanhã, se não me engano, mais 1,9 milhão. A nossa encomenda foi de 42 milhões de vacinas, recentemente, porque, na verdade, em dezembro, nós só encomendamos dois milhões, na primeira adesão ao consórcio, o que foi muito pouco. Então, nossa solicitação... Nosso Presidente, Senador Rodrigo Pacheco, está fazendo gestão junto ao Secretário-Geral da ONU para justamente também adiantar, devido à situação do Brasil, não por preferência, nem porque nós somos melhores do que ninguém, mas pela pandemia, pela gravidade da situação em que nós nos encontramos, e nós estamos aguardando que a ONU, através da OMS, possa adiantar um pouco mais de vacinas para este mês de abril, que é um mês crítico para a Nação brasileira.

Então, Sr. Presidente, Ministros, colegas, vamos focar na ONU, na OMS, no Consórcio Covaxin, porque é de lá que nós temos a condição de receber, em abril, um número maior de vacinas maior do que a normalidade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado.

Senador Esperidião, o senhor está de volta? (*Pausa.*)

Senador Esperidião, nós ficamos sem seu som.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, peço desculpas. Eu estava discutindo uma medida provisória que nós vamos apreciar, e, se o senhor me conceder a palavra, eu abreviarei ao máximo a minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Primeiro, quero dizer que gostei muito tanto da exposição que o Ministro fez tanto à nossa Comissão da Covid quanto da exposição que ele fez na reunião, de que eu participei, em que estava a bancada de Santa Catarina. Quero resumir a minha abordagem num segundo.

Prover o Brasil de vacinas é um esforço sobre o qual nós já conversamos.

Eu confio que nós teremos, nos próximos 40 dias, mais de 40 milhões de vacinas para aplicar. E acho que o objetivo que o ministro estabeleceu, de 1 milhão de vacinas aplicadas por dia, é um desafio em que nós não devemos falhar.

Nas minhas contas, até ontem, o Brasil com toda essa dificuldade distribuiu 30 milhões de doses e aplicamos 20 milhões de doses. Se eu estiver errado, gostaria muito de ser corrigido. Eu vou repetir: até o dia de ontem, de 15 milhões vacinados com a primeira dose e quase 5 com a segunda... Então, aliás, 15 milhões de pessoas receberam, alguns já a segunda dose. E, neste período, nós já tínhamos distribuído 30 milhões de vacinas.

Então, com toda a carência, nós não estamos tendo a velocidade para o recebimento havido. Com esta, se Deus quiser, maior quantidade, eu quero me solidarizar com o projeto que o ministro anuncia e dizer que nós vamos ter que cuidar muito para não empossar esse bem preciosíssimo, que é a vacina.

Confio que o ministro, com o apoio de todos nós, Senadores, secretários, possamos correr de acordo com o suprimento que, nós temos confiança, será assegurado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – As perguntas foram bem pontuais, poucas. Eu vou chamar o Senador Luis Carlos Heinze, Rio Grande do Sul. Senador Luis Carlos?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Confúcio?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Oba. Estou te ouvindo bem, pode falar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Desculpe a você, desculpe aos colegas, desculpe ao ministro, porque eu estou numa sessão de fisioterapia corrigindo um joelho. Não é o Covid, agora é um joelho complicado.

Ministro, parabéns pela posse. Parabéns pela fala e uma colocação. Nós trabalhamos aqui com 239 hospitais filantrópicos. Em torno de 95 desses 239 têm leitos de UTI Covid. No dia 10, estivemos com o General Pazuello tratando da renovação dos leitos. Então, eu quero agradecer porque já saíram 1.445 renovações de leitos de UTI.

Para o senhor entender, para os colegas entenderem, no início da pandemia, em março do ano passado, o Rio Grande do Sul tinha em torno de 930 leitos de UTI Covid. Agora em março, quando nós estivemos lá com o ministro, já tínhamos em torno de 3.005 leitos de UTI Covid. E desse total, ministro, os hospitais filantrópicos e as Santas Casas do Rio Grande do Sul, essas 239 entidades, representam em torno de 86% do SUS do Rio Grande do Sul.

O ministro atendeu prontamente. Espero que o senhor continue reabilitando esses leitos. O ministro explicou: eu não tenho orçamento, eu trabalho com duodécimos, senão já teria todos os leitos renovados. O.k. Precisamos renovar os 3 mil e tem pedido de aproximadamente 400 novos leitos. Quer dizer, nós vamos ficar com 3.500 leitos de UTI Covid no Rio Grande do Sul. Aqueles R\$1.600 por leito, que é isso que nos interessa.

Então, precisamos da renovação desses contratos daqueles hospitais que já tinham leitos no ano passado e que têm os pacientes. Naquele dia em que nós conversamos com o ministro lá, tinham 350 pessoas na fila aguardando leitos.

Então, isso vai ser normalizado, e eu quero lhe agradecer.

Um ponto importante que nós colocamos, Senador Confúcio, V. Exa., que é médico, sabe desse assunto, os colegas também, nós denunciemos ao Ministro o preço abusivo de alguns medicamentos, entre midazolam e vários outros produtos. As providências que foram tomadas, isso que eu quero lhe agradecer, ao Ministro Pazuello, à equipe dele, ao Coronel Franklin, enfim, que compraram. E chegaram para nós, ao Rio Grande do Sul, em torno de 180 mil frascos, na semana passada.

O midazolam, que custava 2,80 o frasco, em março do ano passado, estava R\$38,00 – trinta e oito! O Governo comprou agora por R\$3,00 o frasco e distribuiu gratuitamente para esses quase 90 hospitais que têm pacientes de UTI Covid.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então isso, para nós, tem que continuar. É o pedido que eu lhe faço. Continue com essa medicação, dessa forma com que o Governo comprou, que fez com que o preço baixasse. Houve uma ata, inclusive, que me passaram, do acordo com os laboratórios e o Governo Federal. Isso não é Rio Grande do Sul, isso é Brasil. E o que entregaram para nós, 180 mil frascos, para o Brasil é em torno de 1,2 milhão de frascos desse medicamento agora, dos *kits* intubação.

Então eu lhe agradeço e peço só agilidade nessa questão dos novos leitos de UTI e também na renovação dos leitos, que já está acontecendo, e que continue essa medicação, para nós, muito importante, desses *kits* intubação, que estão ajudando hospitais filantrópicos de todo o Rio Grande do Sul e do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Luis Carlos.

Sr. Ministro, o senhor vai responder à Senadora Daniella, Esperidião, Kátia Abreu e Luis Carlos Heinze.

Com a palavra V. Exa. pelo tempo de sete minutos.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Senadora Daniella Ribeiro, minha conterrânea, agradeço pela confiança, e vamos procurar não decepcionar o nosso povo do Estado da Paraíba. Porque se eu não me conduzir bem aqui, nunca mais, ninguém da Paraíba vai ser Ministro da Saúde – não é?

Senadora Kátia Abreu, a vacina é a pauta, a ordem do dia. Nós passamos o dia inteiro com essa pauta da vacina. Amanhã eu tenho uma audiência, vou receber o Embaixador dos Estados Unidos Todd Chapman. Hoje eu falei, como já falei aqui, com o Embaixador brasileiro em Washington, o Embaixador Nestor. Nós estamos muito empenhados em conseguir uma antecipação, uma troca, porque os americanos não vão liberar vacinas antes que tenham vacinado toda a sua população. Mas eles aceitam fazer uma permuta. Então, como nós vamos adquirir, já adquirimos da Pfizer, e hoje eu fiz uma reunião com a Pfizer, e vamos adquirir mais, então vamos fazer uma permuta, ver se conseguimos uns 20 milhões de doses para que fortaleçam o nosso programa de imunizações.

A negociação com a indústria é dura. Indústrias farmacêuticas não são instituições filantrópicas. E a negociação é dura. A indústria quer ter acesso ao sistema de saúde do Brasil, que é o maior sistema de acesso universal do mundo. Ela vai ter que nos atender agora nesta dificuldade sanitária. Eu já falei, o que eu estou falando aqui, eu falei para a executiva da Pfizer no Brasil.

O Ministro da Saúde está atento, e será feita a devida contrapartida em relação à política de incorporação de inovações no sistema de saúde do Brasil. Podem ter certeza. Não só em relação a essa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

farmacêutica, mas como as demais. Então, querem ter acesso ao sistema de saúde do Brasil? Sejam parceiros do Brasil na hora em que o nosso País precisa.

Outro ponto: fala-se em vacina administrada pela iniciativa privada. Eu quero me referir, particularmente, ao sistema de saúde suplementar. O Brasil tem dois sistemas de saúde. O sistema de saúde suplementar tem 48 milhões de beneficiários. Essa agenda da Covid precisa, definitivamente, entrar na pauta.

Da mesma maneira que nós estamos acompanhando os estoques de medicamentos, através da parceria com a Anvisa... Hoje eu recebi o Dr. Paulo Rebelo, que é o indicado para presidir a ANS, e nós já conversamos. Nós queremos saber como é que está a disponibilidade de leitos na iniciativa privada. Nós queremos que a iniciativa privada retire os pacientes dela que estão na rede SUS e leve para a sua rede, para que possamos atender os beneficiários do Sistema Único de Saúde. Nós também entendemos que a vacina tem que entrar no rol de cobertura obrigatória da saúde suplementar.

Claro que o Ministro da Saúde não tem como intervir na saúde suplementar, porque ali há uma agência regulatória. Mas já conversei com o Ministro Braga Netto, com o Ministro Paulo Guedes, com o Ministro André Mendonça, que, comigo, constituem o Conselho da Saúde Suplementar, para que façamos as devidas orientações em relação à política para o setor da saúde suplementar. Então, é um compromisso que eu assumo perante os Srs. Senadores que representam os Estados brasileiros.

Então, são essas as considerações. Todas essas perguntas, os detalhes... Vou pedir aqui ao nosso secretariado que dê informações detalhadas aos Senadores. Eu ainda não vi todos os contratos de vacinas.

O Ministério da Saúde, o Ministro Pazuello, tinha uma assessoria jurídica que o assessorava. Eu entendo que quem assessora o Ministro da Saúde é um Procurador-Geral Federal. Nós temos a Conjur. Eu já conversei com o Ministro Levi, já solicitei a ele que tivéssemos a assessoria de um Procurador-Geral Federal para nos subsidiar da maneira apropriada.

Senador Esperidião Amin, agradeço a confiança, Senador. Vamos trabalhar juntos. Conheço a sua trajetória, desde quando o senhor foi eleito, pela primeira vez, Governador do Estado de Santa Catarina, em 1982. Vejo que o senhor está muito atualizado com toda a pauta do nosso País. Eu preciso muito dos seus aconselhamentos.

Senador Luis Carlos Heinze, realmente o Estado do Rio Grande do Sul é um Estado importante, é o Estado que tem um Sistema Único de Saúde muito estruturado e que, hoje, passa por uma fase crítica dessa pandemia. Eu tenho conversado com os colegas de lá, tenho muitos amigos lá: a Professora Nadine Clausell, que é Presidente do HC da UFRGS; os colegas do Conceição, que faz parte da rede do Ministério da Saúde; o Dr. Fernando Lucchese, que é o Diretor do Hospital São Francisco da Santa Casa de Misericórdia; o Dr. Marne, que é o Diretor do Instituto de Cardiologia do Estado do Rio Grande do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sul. De tal maneira que nós estamos inteirados de toda essa situação. Vamos procurar dar a resposta na habilitação desses leitos.

Sábado à tarde, eu me reuni com o Ministro Paulo Guedes. Tivemos uma conversa muito ampla. O Ministro Paulo Guedes assegurou-me que não faltariam recursos públicos para o Ministério da Saúde no enfrentamento a essa pandemia. Os Srs. Senadores já têm, de maneira muito pronta, atendido aos pleitos do Governo de uma maneira muito patriota. Aqui não há questões partidárias. A gente está diante de uma situação de emergência na saúde pública internacional e nacional e temos que agir todos no mesmo sentido.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Sr. Ministro, nós temos agora mais quatro Senadores.

Logo depois da resposta dos quatro Senadores, nós temos umas perguntas dos internautas e o Senador Wellington retorna para fazer o encerramento, o fechamento e nós vamos nos encaminhando para o encerramento da nossa audiência pública.

Mas, agora, a sequência é a seguinte: Senador Vanderlan Cardoso, do Estado de Goiás, Senador Oriovisto Guimarães, do Estado do Paraná, Senador Flávio Arns, do Estado do Paraná, e a Senadora Simone Tebet, do Estado do Mato Grosso do Sul.

Com a palavra o Senador Vanderlan Cardoso. *(Pausa.)*

Vanderlan Cardoso, eu não estou te vendo.

Cadê o Vanderlan? *(Pausa.)*

Vanderlan? *(Pausa.)*

Ele deve ter dado uma saidinha.

Vamos passar à frente.

Vanderlan Cardoso...

Senador Oriovisto com a palavra.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – Pois não, Sr. Presidente Confúcio Moura.

Quero cumprimentá-lo e cumprimentar, também, o nosso novo Ministro da Saúde, desejar a ele muita sorte, muita sabedoria na condução desse Ministério, que hoje é o Ministério mais importante do Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, eu queria, ao mesmo tempo, fazer uma sugestão e fazer uma pergunta.

Eu tenho acompanhado, Ministro, embora seja Senador pelo Estado do Paraná, algumas cidades brasileiras, como Araraquara, no Estado de São Paulo, onde a Prefeitura tomou várias medidas e conseguiu, realmente – mesmo com pouca vacina, através de isolamento social, que é uma medida que o senhor também preconiza, através do uso de máscaras, que é uma medida que também o senhor preconiza – reduzir a zero o número de mortes por alguns dias. E reduziu bastante a ocupação das UTIs, teve uma melhora geral nos seus índices.

Como nós não tivemos até agora, Ministro, uma orientação nacional de como os Prefeitos e de como os Governadores deveriam se comportar, quais as melhores práticas... Nós tivemos só polêmicas, políticas desnecessárias, desgastantes, que, como o senhor disse, só geram calor e não geram luz.

Então, para gerar luz, Sr. Ministro, a minha sugestão é que o seu ministério observe, por exemplo, a cidade de Araraquara, observe outras cidades pelo Brasil afora que tenham realizado práticas que fizeram, efetivamente, reduzir os índices locais, e que fizesse uma campanha nacional de orientação, divulgando essas práticas, coisas que foram descobertas por Prefeitos, por Governadores, aqui, no nosso Brasil, e que deram resultado, como também no resto do mundo, mas eu acho que falta essa orientação.

Então, a minha sugestão é de que haja uma orientação pela imprensa. A maior luz que nós podíamos ter seria o senhor falando, na televisão, com todas as letras: "O Governo da República orienta que façam isso, isso e aquilo". Talvez, até, uma entrevista com um Prefeito de uma cidade bem-sucedida, coisas assim.

Então, minha sugestão é divulgar boas práticas e, segundo, perguntar: teremos uma orientação nacional, Sr. Ministro?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Flávio Arns, pelo tempo de três minutos, com a palavra. Pode falar, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para interpellar.) – Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar V. Exa., Senador Confúcio Moura, os Senadores e as Senadoras e, de uma maneira muito especial, cumprimentar o Ministro Queiroga, a quem já tive o prazer de conhecer pessoalmente há alguns anos, em uma reunião em Curitiba.

Quero dizer que estou extremamente otimista com a presença do Ministro, com a sua fala e o seu posicionamento claro com a sociedade nas medidas que vão ser tomadas. A gente realmente deseja sucesso e, pessoalmente, Ministro e equipe, coloco-me à disposição para auxiliar no que for possível.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Muitas perguntas já foram feitas, mas eu quero destacar só um aspecto, Ministro, em relação às pessoas com deficiência e com doenças raras. Nós já enviamos, inclusive, um ofício ao Ministério da Saúde, no ano passado, pedindo que essas pessoas fossem priorizadas, porque muitas delas têm comorbidades associadas, dificuldades, o que é um drama para as famílias. São pessoas com autismo, com deficiência intelectual, com deficiência intelectual múltipla, paralisia cerebral, tetraplegia. A Senadora Mara Gabrilli, inclusive, preside a Subcomissão sobre Doenças Raras, assim como eu presido a Subcomissão da Pessoa com Deficiência.

Então, duas colocações minhas, Ministro: a primeira é que eu sei que essas pessoas estão incluídas no terceiro grupo de prioridades; e, ao mesmo tempo, a segunda observação é que, se o senhor pudesse, também como Ministro da Saúde, falar: "Olhem, não se esqueçam de que as pessoas com deficiência, com doenças raras vão participar do processo de vacinação nesse terceiro grupo". Isso traria um alento, uma esperança, uma alegria muito maior para as famílias, para as próprias pessoas e para a comunidade.

Então, tanto quanto eu saiba, essas pessoas estão incluídas – o senhor pode confirmar isso também –, mas, ao mesmo tempo, uma palavra sua publicamente, no decorrer desses dias, seria importante para que essas famílias tenham um caminho mais tranquilo e mais seguro.

Mas quero parabenizar o senhor, dizer que continue firme nessa caminhada, com essas posições, com essa clareza, com esse diálogo, com esse entendimento, pois, como o Senador Oriovisto colocou, o meu colega aqui do Paraná, neste momento não há dúvida de que é o ministério mais importante para o Brasil, para o futuro, para a saúde, para economia, enfim, em todos os sentidos.

Grande abraço, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Flávio Arns;

Eu passo a palavra para a Senadora Simone Tebet.

Depois, a Senadora Kátia quer fazer um complemento de pergunta.

Pois não, Senadora Simone. V. Exa. está com a palavra.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Presidente.

V. Exa. Consegue me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem. Pode continuar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – É um prazer muito grande revê-lo, apesar do modo virtual.

Quero cumprimentar as Sras. e os Srs. Senadores e o Ministro Marcelo.

Eu gostaria de, nesses três minutos, Ministro, primeiro, agradecer, parabenizar, fazer uma pergunta e, depois, um pedido.

Agradeço a V. Exa., e é preciso deixar público que V. Exa. está com as portas do Ministério da Saúde abertas para o Senado Federal. Sou testemunha disso porque acionamos V. Exa. de última hora, na sexta-feira à noite, e V. Exa., em pleno sábado, pela manhã, atendeu no modo virtual à toda a Bancada de Mato Grosso do Sul para poder nos dar um pouco de conforto e um pouco também de luz neste momento em que Mato Grosso do Sul passa talvez por situação um pouco semelhante à que aconteceu em Manaus. Estamos com 111% dos leitos ocupados. No hospital da minha terra natal, no hospital onde nasci – e tive a honra de ser Prefeita do Município de Três Lagoas –, naquele mesmo dia, no sábado, às 11h da manhã, tinham acabado todos os sedativos no *kit* intubação para atender à população; é o único hospital não só da minha cidade, mas que atende à toda a região do Bólsão.

Parabenizo V. Exa., que não se esconde sob o manto de qualquer ignorância, mas à luz da ciência, com firmeza e objetividade traz para o Senado Federal também luz. V. Exa. de forma muito objetiva não se furta a nenhuma resposta e, quando não tem todos os detalhes, diz: "A minha equipe irá atendê-los depois, posteriormente". É assim que se faz. Se tivéssemos tido essa honestidade do antecessor de V. Exa., com todo o respeito – não é momento de olhar para o retrovisor –, nós estaríamos aqui irmanados, o Governo Federal com o Senado e o Congresso Nacional numa busca por soluções. Agora, sim, podemos trabalhar em conjunto, de mãos dadas, a favor do País que tanto precisa.

Como disse, venho fazer perguntas e pedir. As minhas perguntas são as seguintes, Ministro... Nós estamos com problema de insumos em Mato Grosso do Sul e abordamos essa questão. Eu perguntaria: como será essa distribuição dos poucos insumos que V. Exa. tem neste momento? Não gostaria de estar na posição de V. Exa., temos que escolher prioridades. Mas a pergunta é: será por ordem de chegada ou estará distribuindo de acordo com as necessidades mais urgentes dos Estados? Se for assim, por favor, prioridade absoluta a Mato Grosso do Sul e a todos os Estados que estão com os leitos ocupados além do limite da capacidade e que já não têm mais estoque de sedativos.

Além disso, outra pergunta, Ministro, eu diria até de forma bem objetiva: quando é que nós teremos vacina no braço de todos os brasileiros acima de 60 dias? Vamos cumprir aquele calendário ou aquele calendário vai ficar um pouco atrasado em função da dificuldade que estamos tendo com vacinas?

E, por fim, aqui um pedido. Mato Grosso do Sul é Estado de fronteira com Bolívia e Paraguai. Nós temos uma população excedente. Só na cidade de Ponta Porã, 90 mil registrados pelo IBGE e mais 30 mil de brasileiros. Essas pessoas têm dupla nacionalidade. Nós precisamos de que elas estejam dentro do



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

projeto de vacinação, que mande excedentes de vacina para Estados de fronteira, como Mato Grosso do Sul, que têm muito mais brasileiras ou brasileiros com dupla nacionalidade do que está registrado pelo IBGE.

Então, ficam esses meus pedidos e, mais uma vez, que Deus o proteja. Nós, do Congresso Nacional, estaremos juntos trabalhando pelo Brasil neste momento tão difícil.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Simone Tebet.

Agora com as respostas, o Ministro Marcelo Queiroga. Fique à vontade, Ministro.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Oriovisto, nós conhecemos, sim, o exemplo de Araraquara. Essas medidas de restrições mais fortes, quando aplicadas, têm que ser em nível do local onde está acontecendo num momento epidemiológico mais severo. Não se pode preconizar, de maneira horizontal, medidas de restrição severa, porque isso seria uma situação que não traria benefícios. Além disso, agravaria por demais a questão econômica do País.

O que nós queremos é intensificar todas as outras medidas sanitárias, que no Brasil têm sido colocadas em prática de maneira errática, para que se evite chegar dentro desse contexto que está aí, não é?

Então, vamos colocar essas normas claras, o Ministério da Saúde é quem deve comandar essas ações, porque quando ele se abstrai, aí, cada um estabelece seu critério, não é?

No coração, nós temos o ritmo sinusal, é o coração que comanda o ritmo. Em algumas situações, esse ritmo é perdido e assume um ritmo anárquico chamado fibrilação atrial, que cria problemas sérios. Então, aqui, fazendo uma analogia, o Ministério da Saúde vai assumir o ritmo sinusal e vai colocar uma política clara em relação a todos esses aspectos: já nos manifestamos através do uso de máscaras, isso já foi público. Vamos intensificar com campanhas fortes, não para prender a população que não está usando máscaras, nem lhe aplicar multas, mas para convencê-la, convencê-la de que o uso das máscaras é fundamental.

Em relação ao distanciamento, nós temos que trabalhar para que os indivíduos também adiram a isso – o vírus é invisível, ninguém vai ver esse vírus. Então, devemos ter uma política em relação a transportes públicos: o trabalhador brasileiro vai para o trabalho de ônibus. Então, a gente tem que ter um gerenciamento dessa questão – nós temos as grandes metrópoles brasileiras que podem nos ajudar. Eu acho que todo mundo fez de um jeito e as coisas poderiam ter caminhado melhor se tivéssemos uma ação mais homogênea, e é isso que nós vamos procurar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flávio Arns, uma das coisas de que eu tenho muito orgulho é de ter conhecido V. Exa. Nós sabemos de toda pauta humanística que a sua ilustre família tem, desde D. Paulo Evaristo Arns, da Dra. Zilda Arns, da nossa luta conjunta em prol dos idosos brasileiros, através da Pastoral da Pessoa Idosa, que tem a frente do nosso querido D. José Antônio Peruzzo. O senhor nos apoiou muito, sempre nos acolheu com muito afeto e com muita solidariedade.

E eu recebi da pastoral da pessoa idosa no passado o título de Missionário Zilda Arns. Então, eu tenho que honrar esse título agora à frente do Ministério da Saúde, levando ações concretas, eficientes, que possam minorar os danos que essa pandemia já tem nos colocado.

A agenda das doenças raras é uma agenda de que nós temos conhecimento, não só em relação à pandemia da Covid-19, mas sobretudo em relação ao acesso a medicamentos inovadores – isso está em pauta. Nós vamos discutir isso de uma maneira mais aprofundada.

A sua solicitação em relação à vacina nós vamos encaminhar para o PNI.

Quanto às pessoas portadoras de deficiência e doenças raras, eu acho que isso está contemplado aqui. Eu vou passar para o PNI, porque o Ministro da Saúde tem que respeitar o PNI. Se as regras do PNI não estão adequadas, nós mudamos as regras do PNI, mas se eu, com uma canetada aqui, quiser resolver isso, não dá certo, porque temos que atender os princípios do sistema público de saúde, do SUS.

A Senadora Simone Tebet me perguntava como seria essa distribuição. Eu acho que a melhor maneira é a gente deixar público isso. Como a Anvisa: solicita-se o registro do medicamento. Então, vem lá a demanda; depois, tem o prazo em que a demanda vai ser analisada.

Já existe uma portaria da SAE disciplinando essas questões, que considera, sobretudo, o momento epidemiológico. Eu quero apenas deixar mais transparente.

Dessa sala aqui que os senhores estão vendo, da Secretaria Especial do Enfrentamento à Pandemia, nós queremos deixar os dados *on-line*. Essa secretaria vai funcionar por 24 horas durante a pandemia. Nós, os médicos, estamos acostumados a fazer plantões de 24 horas. Então, o Ministério tem que ficar 24 horas trabalhando durante a pandemia para prestar satisfações à sociedade brasileira e para atender às demandas dos Parlamentares, do Ministério Público Federal, de tal maneira que a referência em relação à pandemia não seja a imprensa leiga; tem que ser o Ministério da Saúde, com dados oficiais.

Em relação à vacina, todo esse processo já está digitalizado. Então, o indivíduo imunizado recebe a sua carteira de vacinação, que será, no futuro, o passaporte da imunidade. É a chave para a retomada das nossas atividades econômicas, que não podem parar.

Eu acho que já respondi à Senadora Simone Tebet, em relação ao critério.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vê, e é justo, os Parlamentares anunciando nas suas redes sociais: "Consegui tantos cilindros, consegui isso e aquilo". Então, isso é uma política pública, isso não é um objeto de uma ação individual. Então, isso é uma política pública, que é colocada pelo SUS. E eu aqui, no Ministério, quero assegurar a todos os brasileiros que cada centavo que eles pagam deve ser revertido em políticas públicas que tenham eficiência. Pelo menos esse é o meu pensamento. Se eu vou conseguir ou não, eu não sei. Espero que sim. Se tiver ajuda dos senhores, a chance é maior.

Então, os atrasos no calendário de vacinação decorrem da oferta de vacinas. Butantan e Fiocruz são as nossas maiores garantias para que nós tenhamos o cumprimento desse calendário. Agora, o Butantan tem problemas com os insumos farmacêuticos ativos. Eu conversei, na semana passada, com o Dimas Covas e ele me disse que a China estava com atrasos. Então, há uma guerra por vacinas no mundo inteiro. Temos que ir lá, onde as vacinas estão, e brigar por cada dose de vacina, para que não tenhamos atrasos no nosso calendário.

Sobre essa questão dos Estados de fronteira, como é o caso de Mato Grosso do Sul, do Acre e de Rondônia, hoje eu recebi o Governador Gladson Cameli, e nós discutimos isso. É um assunto que deve ser considerado e analisado pelo PNI, como uma ação a mais.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bem, agora, Sr. Ministro, nós vamos passar a palavra para dois Senadores que não completaram suas perguntas e solicitam um complemento. São o Senador Randolfe e a Senadora Kátia Abreu.

Senador Randolfe, V. Exa. está me ouvindo? (*Pausa.*)

Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu ouço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Na verdade, só complementarmente, eu queria prestar aqui os meus cumprimentos e as minhas homenagens ao Ministro Marcelo Queiroga.

Na preliminar e também na resposta de S. Exa., eu me senti totalmente contemplado. E me senti mais contemplado ainda com a postura que nós aguardamos e que nós esperamos ter do Ministério da Saúde, que é a postura de um Ministro da Saúde que coloca, no altar necessário do enfrentamento a uma pandemia, a ciência e as medidas que estão consagradas pela ciência. Isso, Ministro, é um bom presságio de que existe esperança de nós virarmos esse jogo. E, nesse jogo, o capitão é o senhor. Eu diria, com o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

respeito devido ao Presidente da República, que, a essa altura a figura mais importante do País é o cargo ocupado por V. Exa. E nos dão bastante tranquilidade as posições que V. Exa. aqui assume.

Só uma pergunta complementar, Ministro. Eu recebi uma manifestação ontem da Beneficência Portuguesa sobre algo que, por exemplo, também ocorre aqui no meu Estado. Nós estamos com um colapso do fornecimento dos medicamentos necessários para intubação, os chamados neutralizadores. Parece-me que isso está em curso não somente aqui no Amapá, mas também em todo o País. Eu pergunto a V. Exa. qual o encaminhamento do ministério, de imediato, em relação a isso e, principalmente, aos locais do País onde nós já temos presenciado a falta de neutralizadores, a falta dos medicamentos indispensáveis para a intubação, como é o caso aqui do meu Estado do Amapá.

No mais, só os meus cumprimentos pela postura de V. Exa. Há problemas inúmeros, e eu sei que muitos herdados por V. Exa., inclusive este que comuniquei ainda há pouco sobre a ausência da inclusão do Amapá para a abertura de novos leitos de UTI, havendo aqui 38 pessoas precisando de leito de UTI. E fico feliz por V. Exa. não querer nenhuma burocracia – V. Exa. vem nos informar que toma como oficial a comunicação que agora fizemos. Fico muito feliz com esse encaminhamento prático de V. Exa., assim como o encaminhamento do Ministério da Saúde em relação à demanda de oxigênio. Não importa de onde venha o oxigênio, vale, eu acho, para esse caso aí, a máxima chinesa: "Não importa a cor do gato. O que importa é que ele pegue o rato". Então, o fundamental é ter o oxigênio para atender a todos.

Então, só faço esse questionamento complementar sobre os medicamentos para a intubação.

No mais, meus cumprimentos. É um bom tom, é um bom começo – apesar da dificuldade para virarmos o jogo – a postura assumida por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem.

Senadora Kátia Abreu, a senhora levantou a mão.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente, por mais essa tolerância, porque, de fato, no tempo, não dá para falar tudo que a gente pretende.

Ministro, o senhor está com o pé direito, porque Randolfe é um Senador de Oposição convicto, e esse depoimento dele foi muito significativo, pois demonstra a boa vontade que o Senado Federal tem com aqueles que acertam. Nós não temos compromisso com o erro. Nós temos compromisso com o acerto. Estamos aqui, como o Randolfe, dando a mão à palmatória e admirando os seus atos iniciais, e faremos isso todas as vezes em que o senhor acertar com o nosso País, e terá o nosso apoio. E, quando isso não acontecer – eu espero que jamais aconteça –, nós sempre estaremos presentes para também apontar as críticas, quando necessário.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu queria, Ministro, reiterar o que já foi dito aqui. A vacina é muito importante, como o senhor mesmo disse, o isolamento, a máscara e o gel. Neste mês de abril, início de maio, nós não teremos as vacinas suficientes que nós gostaríamos – talvez. Se nós conseguirmos na ONU ou nessa troca com os Estados Unidos, nós ficaremos muito felizes e muito tranquilos. Mas não custa uma grande campanha de televisão, de rádio. As rádios comunitárias deste País são maravilhosas. Eu tenho certeza de que as televisões, todos os veículos, as empresas não abririam mão de ajudar; enfim, todas as redes, e, principalmente, o senhor, como Ministro de Governo, podem convocar os artistas, os atores, os músicos, todas as pessoas simples, humildes que já perderam seus familiares. Não importa. Seriam depoimentos de centenas, dezenas de pessoas, nessa campanha, para que usem a máscara, usem o álcool em gel e façam isolamento, especialmente nestes próximos 20, 30 dias, que são um período crítico.

Eu posso ajudar, como Presidente da CRE – e os meus colegas Senadores também –, e colaborar com o senhor em conclamar os empresários do País a nos ajudar a fazer essa campanha nacional, desde que o senhor seja o grande coordenador dela, em termos simbólicos, em termos de representatividade, para que nós possamos mostrar aos brasileiros que é o Governo Federal que está falando, que é o Ministro da Saúde do Brasil que está recomendando usar a máscara, o álcool em gel e fazer o isolamento.

Então, eu fico à sua disposição, Ministro. Que a sua equipe possa me procurar, como Presidente da CRE, em nome dos meus colegas Senadores, para nós encamparmos essa grande campanha junto ao empresariado brasileiro nos próximos 20 dias.

Eu quero encerrar, dizendo que, no meu Estado, hoje, faleceram 30 pessoas. Já são 1.984 mortes – isso para um Estado que tem 1,5 milhão de habitantes e 5% de vacinados. Temos, hoje, na capital, 22 pessoas na fila esperando UTI, apenas em Palmas. Ao todo, no Estado, devemos chegar a quase 40 pessoas na fila, esperando UTI.

Mas eu tenho fé em que vamos superar tudo isso e que os leitos de UTI vão chegar. E, com o isolamento, com a conscientização do povo brasileiro para ficar em casa, eu tenho certeza de que os hospitais vão-se esvaziar nos próximos dias.

Mais uma vez, obrigada, Sr. Presidente.

Parabéns, Ministro! Conte comigo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Agora, passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes, para as suas considerações finais.

Senador Wellington Fagundes.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente Confúcio Moura, primeiramente, aqui, como Relator, eu gostaria de comunicar a todos os Senadores e à população que, fruto de um requerimento de V. Exa., já está aprovada também a presença do Almirante Flávio Rocha, que hoje é o chefe da Secom, para vir exatamente fazer esses esclarecimentos, porque, como os Senadores já colocaram, Ministro Queiroga, nós queremos ajudar. Todo brasileiro quer ajudar. O Senado tem dado gestos nesse sentido.

Então, todos nós estamos envolvidos com V. Exa. V. Exa. representa a esperança, neste momento, para todos nós.

Eu quero parabenizá-lo, principalmente, pela humildade com que V. Exa. começa. No segundo dia do seu mandato, o senhor estava lá a nos atender – não só a mim que sou Relator da Comissão da Covid, mas também a toda a Bancada de Mato Grosso. Quando nós fazíamos a exposição para V. Exa. sobre a necessidade de buscarmos todos os esforços, de somarmos todos os esforços para poder fabricar a vacina aqui no Brasil, V. Exa. disse o seguinte: "Senador, eu sou médico cardiologista; portanto, não conheço dessa área, mas tudo o que for possível, para a gente resolver a angústia do povo brasileiro, eu farei; eu estarei aqui pronto para ajudar, como médico humanista, a resolver esse problema".

Então, eu parabenizo V. Exa., que começou a dizer que não adianta olhar para trás mesmo, não; temos que olhar para a frente! O passado é importante para que a gente pegue as experiências dos erros, para que a gente possa maximizar os acertos.

Por isso eu quero aqui... E V. Exa. teve a demonstração: todos nós Senadores queremos que o Governo Bolsonaro dê certo. É importante, porque nós precisamos salvar vidas. Não dá para continuar com esta marca, a cada dia, ampliando o número de mortes. Por isso o povo está cobrando, e quer a vacina no braço – que dia vai chegar a vacina para todos os brasileiros?

Por isso, eu quero aqui relatar para V. Exa., rapidamente, que hoje pela manhã nós tivemos a reunião aqui da Comissão com a indústria e também com o Ministério da Agricultura, com o Ministério da Ciência e Tecnologia e com o Ministério da Saúde. E à tarde agora já houve outra reunião. E a conclusão é que realmente nós temos um parque industrial da saúde animal à disposição para fabricar as vacinas. E, mais uma vez ratificado, tão logo a questão burocrática e todos os acertos sejam feitos, no dia em que os laboratórios, três laboratórios, tiverem autorização, em 90 dias — em 90 dias, segundo esses laboratórios — nós teremos a vacina necessária para vacinar toda a população. Então, neste momento, eu faço questão de estar aqui à frente para cobrar exatamente para que a burocracia e todos possam vencer.

Neste momento nós estamos em guerra, nós precisamos solucionar a situação. Comprar vacina de fora, sim! Esses esforços que V. Exa. está fazendo são extremamente importantes. Vamos bater à porta dos Estados Unidos, vamos bater à porta de quem tem vacina para vender para o Brasil, porque nós precisamos salvar os brasileiros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, Sr. Ministro Marcelo Queiroga, eu quero dizer que aqui do meu Estado, eu sou de Mato Grosso, nós estamos infelizmente... Nós somos um recordista da produção de alimentos para o Brasil e para o mundo, nós ajudamos a balança comercial brasileira, mas, infelizmente, hoje nós somos recordistas em mortes. Só para se ter uma ideia: em Manaus, com toda a crise, morreram 382 pessoas; em Porto Velho, 320; em Cuiabá, 306; em Várzea Grande, que é vizinha de Cuiabá, 268; e no Rio de Janeiro, 295. Então, algo está errado também no meu Estado. Por isso, eu quero fazer um apelo – como fomos com a bancada, e V. Exa. nos atendeu muito bem – e pedir oxigênio para chegar a Mato Grosso – e já chegaram dois aviões da FAB na cidade de Sinop.

Então, eu acho que, com essa humildade, com o apoio de todos nós, tenho certeza de que haveremos de vencer, sim, e seremos uma luz no fundo desse túnel. E V. Exa. representa isto, essa esperança que todos nós temos. Portanto, Ministro, não tenha dúvida.

E aí, eu quero parabenizar o nosso Presidente, na sua tranquilidade, na sua paciência, que tem sabido conduzir muito, mas muito bem, as nossas reuniões. E aí, o senhor tenha certeza disto: não só a Comissão da Covid, mas o Presidente Rodrigo Pacheco também, com toda a sua sabedoria, com toda a sua sapiência, têm procurado dar o apoio ao Governo, porque governar não é só um Poder. O Governo se governa com o Poder Executivo, com o Legislativo, com o Judiciário e com todos aqueles que querem o bem do País.

Então, Ministro, eu encerro, dizendo que esta reunião foi para mim uma das reuniões mais produtivas, porque V. Exa. traz e abre um horizonte de esperança para nós, para todo o povo sofrido do Brasil, para todas aquelas mais de 300 mil famílias que estão aí, e para aqueles que...

Hoje no Mato Grosso, nós temos, Ministro, 214 pessoas na fila de espera. Os centros cirúrgicos dos nossos hospitais viraram UTI. Se chega um paciente acidentado, não tem centro cirúrgico para atender.

Então, essa angústia... E V. Exa. não tem responsabilidade mesmo. V. Exa. não tem responsabilidade, por isso nós estamos aqui. Sei que, desde que assumiu, o senhor está trabalhando praticamente dia e noite para tentar resolver esse problema, e haveremos de fazê-lo conjuntamente. Então, V. Exa., como disse o outro, entra com o pé direito.

Espero e vou fazer as minhas orações, porque hoje morreu o Bispo D. Juventino, da minha cidade. Minha família é católica também, a minha irmã mais velha é freira franciscana. Portanto, não só nos sentimentos dos católicos, dos religiosos, de todos os brasileiros, haveremos de confiar na sua energia, na sua força e na sua experiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Ministro, estamos chegando ao final, foram considerações finais dos três Senadores. Eu vou deixar para o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor dar as respostas globais e os agradecimentos, depois vou fazer aqui as perguntas dos internautas. Eu peço ao seu assessor do lado esquerdo para anotar o nome dos internautas.

O primeiro nome é Antonio Ramos, do Estado do Paraná. A pergunta é a seguinte, Sr. Ministro: "Qual o impedimento legal de não autorizar a compra das vacinas pelo setor privado, dado que auxiliaria a imunização [do povo brasileiro]?"

Essa pergunta é semelhante, respondendo a primeira já responde ao José Sawinski, de Santa Catarina. É a mesma pergunta.

A Lilian Belsito, aqui de Brasília: "Precisamos de informações verdadeiras quanto à distribuição de vacinas. É possível criar um aplicativo para maior controle [popular]?"

Jorge Biazoto, do Paraná: "Qual a perspectiva do ministério em prazo para a totalidade da vacinação da população brasileira?"

A Anne Soares, do Rio de Janeiro, tem uma pergunta interessante: "As crianças também receberão vacina? E já tem um cronograma para as crianças?"

Basicamente são essas as perguntas dos internautas, mas o senhor não precisa responder ainda. Está anotado, o senhor responde tudo depois.

Sr. Presidente, eu estou aqui com o mapa... Estou promovendo o senhor a Presidente, Ministro Queiroga. Acidentalmente fiz a confusão. É o seguinte: no mês de abril, maio e junho, nós temos a perspectiva de receber aproximadamente 140 milhões de doses de vacina. E assim vai andando, em julho, agosto e setembro, de aproximadamente 160 milhões de doses, lógico que não é exato. E, no último trimestre, receberemos mais 208 milhões de doses.

Mas o Butantan, Sr. Ministro, o seu contrato, não está até o final do ano. Eu creio que o Butantan, sendo demandado, poderá atender mais, porque a quantidade de vacinas do Butantan é bem menor, de agora para frente, em relação à Fiocruz. E eles dois têm sido o sustentáculo maior dos laboratórios garantidores de vacina.

Eu creio, primeiro, Ministro, que em abril, maio e junho o senhor tenha que realmente vacinar mais, porque nós vamos atingir aproximadamente 140 milhões de doses.

Segundo, Sr. Ministro – já falei do Butantan –, eu fui Relator de uma medida provisória do Programa Médicos pelo Brasil e também da revitalização do Programa Mais Médicos.

Eu sei que esses médicos cubanos, ainda remanescentes, e médicos brasileiros ou estrangeiros sem diploma do Brasil são acolhidos no Programa Mais Médicos. Eles poderiam ser chamados agora para a atenção básica de saúde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os médicos cubanos têm uma experiência muito grande em medicina comunitária – e são poucos, pois a grande maioria já foi contratada.

Eu gostaria que o senhor também visse isso.

Há uma proposição da Câmara e do Senado para que, a cada semestre, fosse feita a revalidação do diploma dos médicos brasileiros ou estrangeiros formados no exterior, que estão aqui sem diplomas. Isso é importante!

Deixa eu terminar aqui minhas perguntas...

Eu creio que da minha parte, Sr. Ministro, esses são os meus questionamentos.

Logicamente, os laboratórios que vão garantir vacinas estáveis para nós são a Fiocruz e o Butantan.

Agora, eu passo a V. Exa. para as respostas de todo esse bloco final.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Senador Confúcio, em relação à demanda do Senador Randolfe Rodrigues, eu vou pedir ao Roberto Dias, que é do Departamento de Logística, para que ele rapidamente resuma essa questão dos medicamentos e como é que está sendo atendida pelo Ministério da Saúde.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para expor.) – Obrigado pela oportunidade.

Respondendo ao Senador Randolfe: existe já, em trânsito, com previsão de chegada no Amapá até a noite de amanhã, 2.650 frascos de rocurônio, que foram pautados hoje.

Pegando um gancho no mesmo questionamento da Senadora Simone Tebet, para o Estado de Mato Grosso do Sul, nós encaminhamos, na data de hoje, 10,4 mil frascos de rocurônio para atendimento da questão de anestésicos, também com previsão de chegada, no Mato Grosso do Sul, para amanhã pela manhã.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Senador Randolfe, eu acho que respondi e podemos oferecer outras respostas, se o senhor achar, basta só demandar aqui ao Ministério e daremos a resposta.

Senadora Kátia Abreu, já está sendo providenciada uma ampla campanha publicitária acerca da vacinação, do uso de máscaras e dos outros meios que são úteis para o combate e a circulação do vírus, que aumenta o número de casos.

Em relação à indagação do Senador Confúcio Moura, estou de acordo com ele. São essas duas plantas, Butantan e Fiocruz, que vão garantir o maior aporte de vacinas para o nosso programa. Eu tenho uma interlocução direta com a Dra. Nísia Trindade e com o Dr. Dimas Covas. E estamos buscando todos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

os meios para fazer com que toda a capacidade do parque industrial brasileiro possa ser usada para a produção de vacinas.

Em relação a essa questão do Revalida e da oferta de médicos, eu vou pedir ao Dr. Raphael Câmara, que é o nosso Secretário de Atenção Primária, que ele faça uma explicação para o senhor.

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE (Para expor.) – Boa tarde, Senadores!

Senador Confúcio Moura, eu anotei aqui. O senhor fez cinco perguntas e eu vou tentar ser o mais breve possível em cada uma.

Em relação à questão do Revalida, realmente havia três anos que não havia provas, mas houve uma recentemente. Falta só a última fase. Deixo claro que isso é do Ministério da Educação e que ainda não houve por causa da questão da pandemia, mas, certamente, em breve vai haver.

Em relação à questão dos médicos cubanos, todos os médicos que estão contemplados na lei, ou seja, aqueles médicos que ficaram no Brasil, todos esses já foram chamados. O que acontece é que alguns voltaram para Cuba e depois entraram com ação judicial. Todas as ações judiciais foram cumpridas, mas esses não têm direito pela lei, pelo que foi aprovado. Nós estamos com diversos editais para...

Eu, recentemente, fui ao Amazonas e fiquei três semanas – em Rio Branco também. Onde a situação piora, a atenção primária vai. E é realmente uma demanda muito grande a questão da falta de médicos. Exatamente por isso nós agora estamos com o edital do 23º ciclo, que contempla 2.904 médicos. Nós já tivemos a inscrição de mais de 9 mil médicos. Então, a nossa expectativa é que não fique nenhuma vaga sobrando. E, se houver alguma vaga que não tenha médico alocado, nós já temos a previsão de resolver isso. Nós já pedimos, no próximo crédito extraordinário, uma verba extra para fazer essa solicitação por CLT. Nós temos que resolver o problema e não deixar nem um médico faltando.

E além disso, hoje, eu vou ter uma reunião com o nosso Ministro, às nove da noite, e a gente vai debater a questão do Médicos pelo Brasil. Há alguns pequenos pontos faltando para ser instituída a data. E com isso o Programa Médicos pelo Brasil finalmente vai sair do papel. E a gente tem certeza de que com isso realmente vai acabar esse problema de falta de médico, principalmente nos rincões do Brasil, porque é exatamente esse o ponto que nós temos que resolver.

Eu acho que eu consegui responder todas as perguntas. Se tiver faltado alguma coisa, eu me coloco à disposição para falar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Tudo bem. Satisfeito.

Bem, estamos caminhando para o final.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Ministro, a nossa Comissão, ano passado, começou a funcionar no dia 20 de abril, pelo Decreto Legislativo nº 6, e foi até o dia 31 de dezembro. Os meses de janeiro e fevereiro ficaram sem esta Comissão, mas, com essa nova onda, o Presidente Rodrigo Pacheco recriou esta Comissão do Senado. Praticamente, Sr. Ministro, é a única Comissão que está funcionando no Senado Federal, a não ser casos extraordinários que precisem, demandem alguma opinião de outra Comissão.

Então, inclusive, os requerimentos de informações ou informação que eu tenho encaminhado ao Ministério têm a assinatura minha, aliás, a assinatura do Rodrigo Pacheco, que é o Presidente, e a minha, conjuntamente. Nós temos algumas pendências, que foram explicadas, porque a nossa Comissão precisa das informações para consolidar dados para o nosso Relator, que é o Senador Wellington Fagundes. Eu gostaria que o Secretário-Executivo, ou mesmo o Leonardo, acelerasse essa resposta. São os Requerimentos nºs 19, 3, 6, 15, 9 e outros.

Não havendo nada mais a tratar nesta audiência, eu agradeço a presença de todos, especialmente a do Ministro e de toda a sua equipe, muito pronta, solícita, preparada. Convido a todos para a próxima reunião, dia 31 de março, quarta-feira. Olha bem, por que não será na quinta-feira? Porque vem aí um feriadão e o Governador do Distrito Federal fez um decreto de ponto facultativo e controle de circulação de pessoas, e o nosso pessoal da Comissão circula pelo Senado e estará impedido desse trabalho. Então, nós vamos fazer essa audiência pública às 9h de quarta-feira para não ficarmos sem trabalhar.

A reunião de trabalho é para priorizar os projetos legislativos – eu já vou advertir – em andamento considerados relevantes para a aquisição de vacina. O primeiro é das Senadoras Rose de Freitas e Daniella Ribeiro, que é a apresentação do estudo sobre as restrições de circulação de pessoas nos Municípios e as experiências nacionais e internacionais bem-sucedidas. O segundo é a apresentação de estudo de evolução do cronograma de vacinas, que eu vou apresentar para os colegas depois dessas informações recebidas do Ministério da Saúde. E o terceiro é a apresentação do estudo de projeto de lei em andamento, dentre eles até mesmo o do Vanderlan e do Nelsinho Trad, para priorizar justamente a compra pela iniciativa privada. Eles todos vão apresentar lei em andamento – os Senadores Izalci e Marcos Rogério –, priorizar a pauta plenária por ordem de relevância e urgência desses projetos, bem como estudo e sugestões quanto aos vetos presidenciais na Lei nº 14.125, deste ano, tudo de competência dos Senadores Izalci e Marcos Rogério; e o debate de consolidação de sugestões da Comissão para a remessa ao nosso Presidente do Senado.

Assim sendo, Sr. Ministro, nós declaramos satisfeitos com a apresentação de V. Exa. e desejamos a V. Exa. boa sorte no Ministério, que todas as suas palavras e a sua energia emanada no seu pronunciamento de hoje se concretizem e que tenha a solidariedade dos Poderes todos e do povo brasileiro.

Assim sendo, eu declaro encerrada a presente reunião.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos e uma boa tarde ou boa noite.

(Iniciada às 16 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 35 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

